



ESTADOS NOVOS ESTADO NOVO

[2.^a EDIÇÃO]

L U Í S R E I S T O R G A L

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Direcção da Colecção História Contemporânea
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por referees

Coordenação Editorial
Maria João Padez Ferreira de Castro

Edição
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://siglv.uc.pt/imprensa>

Design
António Barros

Pré-Impressão
António Resende

Impressão e Acabamento
Sereer, soluções editoriais

ISBN
978-989-26-0009-3

ISBN Digital
978-989-26-0381-0

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0381-0>

Depósito Legal
299741/09

Obra publicada com a colaboração de:



Obra publicada com o apoio de:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



© Setembro 2009, Imprensa da Universidade de Coimbra

LUÍS REIS TORGAL

ESTADOS NOVOS
ESTADO NOVO

Ensaio de História Política e Cultural

[2 . ^a EDIÇÃO REVISTA]



2 0 0 9 • C O I M B R A

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

PARTE III

ESTÉTICA E APARELHOS CULTURAIS DO «FIM DE SÉCULO» AO ESTADO NOVO

CAP. I – CAMINHOS DA CULTURA PORTUGUESA DO «FIM DE SÉCULO».	
RUMOS CONTRADITÓRIOS DAS «NOVAS GERAÇÕES».....	13
A ficção do «fim de século».....	13
As «novas gerações»: «reconquista» e «renascimento», ou... «o ovo da serpente».....	18
Nacionalismo e regionalismo. História e sociologia	28
«Culturas novas», «novos Estados», «Estado Novo».....	33
CAP. II – O MODERNISMO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO ESTADO NOVO.....	35
O modernismo ou uma «cultura nova»: relações, contradições, ambiguidades.....	35
O modernismo / futurismo como forma de uma «cultura nova»	
num «Estado novo» e numa «Europa nova»	42
António Ferro: de intelectual modernista a «intelectual orgânico» do Estado Novo	54
CAP. III – «INTELECTUAIS», «INTELECTUAIS ORGÂNICOS» E «FUNCIONÁRIOS CULTURAIS»	
NO ESTADO NOVO.....	71
«Intelectuais», «intelectuais orgânicos» e «funcionários culturais»	71
«Intelectuais orgânicos» no Estado Novo	76
Dois casos de «intelectuais orgânicos»: António Ferro e João Ameal	78
Costa Brochado, um funcionário politicocultural.....	88
«Passado, Presente e Futuro» de Portugal. A ideologia política de	
Costa Brochado.....	91
O « <i>historiógrafo</i> »	103
A « <i>história</i> » ao serviço da «razão de Deus» e da «razão de Estado»	108
Os «intelectuais» e o Estado Novo – um estudo complexo	116

CAP. IV – LITERATURA E «CULTURA OFICIAL» NO ESTADO NOVO	119
A «Política do Espírito» e o problema de uma «cultura oficial»	119
A «literatura oficial» ou «integrada» e os prémios literários do SPN/SNI	126
Os prémios de poesia «Antero de Quental» e de romance «Eça de Queirós».....	128
Literatura nas «bibliotecas oficiais de divulgação».....	140
Anexo – A Literatura Portuguesa nas bibliotecas das Casas do Povo	147
CAP. V – «A RADIOFONIA AO SERVIÇO DO ESTADO». OS INÍCIOS DA EMISSORA NACIONAL.....	149
«A chave que abre o mundo» e a propaganda	149
A missão política da rádio: comemorações e palestras nacionalistas	153
Emissora Nacional (EN) ao serviço do Estado Novo (EN).....	159
A música, o vinho e a mulher.....	168
CAP. VI - CINEMA, ESTÉTICA E IDEOLOGIA.....	175
Cinema, arte e ideologia	175
A ideia do cinema em António Ferro no tempo do Estado Novo	176
Percurso do cinema português no Estado Novo – os «anos heróicos» e... depois	185
As estéticas e as ideologias no regime – prémios, subsídios e censura	192
Literatura, escritores e estéticas no cinema português	201
A visão do cinema português pela SEIT – a ambiguidade de uma apreciação	209
Um «cinema oficial» ou um «cinema integrado»?	214

PARTE IV
IMAGENS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS
DO «INTEGRALISMO» AO ESTADO NOVO

CAP. I – ALMEIDA GARRETT E O NACIONALISMO CULTURAL INTEGRALISTA E SALAZARISTA.....	219
Neogarrettismo, nacionalismo cultural e nacionalismo político.....	219
A «reabilitação» de Garrett.....	221
Garrett e o nacionalismo do Estado Novo	224
A Universidade de Coimbra e o Centenário de Garrett	232
CAP. II – ANTERO DE QUENTAL E OLIVEIRA MARTINS NAS LEITURAS INTEGRALISTA,	
CATÓLICA E SALAZARISTA	237
As leituras ideológicas da história – Antero de Quental e Oliveira Martins.....	237
Antero «mestre da Contra-Revolução» – as leituras tradicionalista,	
integralista e nacional-sindicalista.....	239

Como os integralistas viram Oliveira Martins	247
Os dois Anteros e o perverso «historiador» Oliveira Martins segundo Alfredo Pimenta.....	249
Antero e Oliveira Martins entre a «graça» e o «pecado» – a visão dos «católicos»	253
O socialismo de Antero e as «interpretações de regime»	259
Antero precursor da «Revolução Nacional» – a leitura do Estado Novo.....	261
Antero e Oliveira Martins «lidos» aos jovens e aos adultos – o ensino e a divulgação no Estado Novo	266
O Centenário de Antero – encontro de várias leituras	272
CAP. III – CASTELA E ESPANHA VISTAS NA ESCOLA SALAZARISTA	285
Relações entre Portugal e Espanha: estudos e olhares	285
A «escola salazarista»	288
Imagens de Espanha e de Castela: dos manuais escolares às Comemorações Centenárias de 1940 e... ao cinema.....	292
«A história contada às crianças» e os silêncios da história	299
O boletim <i>Escola Portuguesa</i> : do «perigo espanhol» à «amizade peninsular».....	301
Em resumo e... em testemunho pessoal	310
PARA CONCLUIR. ALGUMAS OBSERVAÇÕES E MUITAS INTERROGAÇÕES	313
História objectiva e História problema. O tempo e a construção da ciência e da «escola».....	313
As «gerações» e os «Estados novos»	316
A força da propaganda e os «intelectuais».....	318
O «fascismo» e o «totalitarismo» à portuguesa	319
Saudáveis interrogações... ..	322
EM VEZ DE UMA BIBLIOGRAFIA... UM LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO.....	323
História da historiografia sobre a «Época Contemporânea» em Portugal	323
Da historiografia sobre o Liberalismo e sobre a Primeira República.....	325
Historiografia e outras representações sobre o Estado Novo – luzes e sombras	332
<i>A precoce e continuada historiografia dos estrangeiros e dos portugueses</i> no estrangeiro.....	332
<i>As primeiras publicações em Portugal e os primeiros colóquios</i>	335
<i>As questões económicas e sociais</i>	339
<i>Relações internacionais e política externa</i>	343

<i>As questões e as estruturas militares, a «guerra colonial» e a visão do «outro»</i>	349
<i>Instituições e práticas judiciais e políticas</i>	356
<i>Cultura, mentalidades, ensino e propaganda</i>	360
<i>Situação e repressão</i>	375
<i>Convivências, rupturas e oposições. A Igreja e o Estado</i>	379
<i>Personalidades e movimentos em ruptura ou em oposição</i>	382
<i>O marcelismo e o fim do «Império»</i>	387
<i>Entrevistas e ensaios, biografias, autobiografias, memórias e correspondências</i>	388
<i>Salazar, «esse desconhecido», e as origens do salazarismo</i>	396
<i>Histórias de Portugal, histórias especializadas, enciclopédias, dicionários, cronologias, guias, revistas, colectâneas...</i>	404
Perspectivas futuras acerca dos estudos sobre o Estado Novo	410
POSFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	415
A primeira e a segunda edições. Agradecimentos... ..	415
Dos meus mestres à «essência do ensaio»	416
Para um «Ensaio sobre os erros...»	421
Anexo ao Anexo	425
SUMÁRIO GERAL (VOLUMES I E II)	437



Título da foto: «O autor [António Ferro] despedindo-se de Salazar, no seu escritório da Rua do Funchal, no final da quarta entrevista».

Origem: António Ferro, *Salazar. O homem e a obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, extratexto entre as pp. 124 e 125.

O livro de entrevistas a Salazar de António Ferro constitui a maior operação de Propaganda do início do salazarismo. As poucas fotos que se encontram no livro revelam o carácter íntimo do «ditador», como sucede com esta na sua casa, que antecedeu a residência oficial, no Palácio de São Bento. Noutras fotos, Salazar aparece no automóvel ou a passear numa estrada deserta, sempre com António Ferro, lugares onde se desenrolaram as referidas entrevistas. Mas, surge também uma ilustração mitificadora (exactamente no verso da foto que aqui se reproduz): o retrato de Salazar sobreposto ao de um hipotético «financeiro» que se encontra num dos painéis de São Vicente atribuídos a Nuno Gonçalves, onde se evidencia a semelhança dos traços fisionómicos. Esta foto é — segundo a legenda — «Reprodução da capa do “Notícias Ilustrado” de 24 de Dezembro de 1932». O livro de Ferro/Salazar, que constitui uma verdadeira «encenação», foi traduzido em diversas línguas e difundido para vários países: espanhol, inglês, francês, italiano, polaco e concani (a língua falada no território de Goa). As capas das edições italiana e polaca são deveras curiosas.

PARTE III

ESTÉTICA E APARELHOS CULTURAIS

DO «FIM DE SÉCULO» AO ESTADO NOVO

(Página deixada propositadamente em branco)

I

CAMINHOS DA CULTURA PORTUGUESA DO «FIM DE SÉCULO» RUMOS CONTRADITÓRIOS DAS «NOVAS GERAÇÕES»*

A ficção do «fim de século»

O «fim de século» é apenas uma ficção, ou seja, corresponde somente a uma mera circunstância cronológica. Na verdade, nada nos pode permitir, a nós, historiadores, falar de «fim de século» de outro modo, embora possamos dizer que o «fim de século» só porque o é, pode ter consequências ao nível dos terrores sentidos pelas gentes, como aconteceu significativamente no «ano mil», ou ao nível da ideia e das práticas de «progresso», na perspectiva de que o aparecimento de um novo século traz consigo a ilusão de um «novo mundo»¹. Portanto, o «fim do século XIX» — assim como o fim do século XX — é uma ficção.

* Este texto tem como base a comunicação com o mesmo título apresentada no congresso realizado nos dias 27-29 de Abril de 1998 realizado em Lisboa na Torre do Tombo, intitulado «Os ibéricos anos 90 e o mar/Los 98 ibéricos y el mar». Foi publicada nas actas do referido congresso: «Caminhos da cultura portuguesa do “fim de século”. Rumos contraditórios das “novas gerações”», in *Los 98 ibéricos y el mar. Actas*. Tomo II: *La cultura en la Península Ibérica*, Madrid, Sociedad Estatal Lisboa'98, 1998, pp. 121-135.

¹ Sobre o tema dos «fins de século», em sentido geral, ver Hillel Schwartz, *Os finais de século. Lenda. Mito. História de 990 ao ano 2000*. Tradução portuguesa. Lisboa, Difusão Cultural, 1992, ou «*Fins de siècle*». *How centuries end. 1400-2000*. Edited by Asa Briggs and Daniel Snowman. Yale University Press, 1996, e, em sentido mais específico, as actas do colóquio «Les fins de siècles en Espagne, XVIII.^e, XIX.^e, XX.^e siècles» (2000), promovido pelo Centre de recherche sur l'Espagne contemporaine – J. R. Aymes, S. Salaün (dir.), *Les fins de siècles en Espagne*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2003.

Mas uma ficção não significa, por natureza, uma invenção meramente ilusória. «Ficção» significa etimologicamente a «arte de modelar» e a história é também, nesse sentido, «ficcional». Por isso, o historiador pode escolher uma personagem, de primeiro ou de terceiro plano, um acontecimento, uma conjuntura, um período significativo ou... uma simples circunstância cronológica, um «fim de século», e, com base nessa temática determinada, «ficcional», isto é, modelar um discurso de «narrativa», de compreensão, de explicação. E não deixa de ser menos cientista por isso, partindo do princípio de que a «ciência» é um conhecimento de rigor sobre um «corte da realidade», mas nunca corresponde à realidade total, que, em boa verdade, é também para nós, homens, em termos de conhecimento, uma «ficção».

O «fim do século XIX» em Portugal o que é, ao nível da criação, da produção e da reprodução culturais? Para respondermos de uma forma relativamente coerente, teremos de divisar contradições e não seguirmos meramente os lugares-comuns, ou seja, não podemos nele apenas detectar — como é vulgar — o sentimento de «crise», nomeadamente de «crise pequeno-burguesa», de acordo com um conceito que teve a sua época². E também não nos poderemos confinar só e exactamente à tal circunstância cronológica do «fim de século». Teremos de ultrapassar as barreiras das datas, de recuar e de avançar no tempo, englobando, se necessário, mais de uma década no século XIX e mesmo no século XX. Estamos no domínio da «ficção», da modelação de elementos narrativos, de compreensão e de explicação, sobre um período que tomámos como um «caso», embora porventura importante, para o historiador.

Expliquemos melhor:

Quando nos debruçamos sobre o fim do século XIX e o princípio do século XX, deparamos, na verdade, com uma sensação de fim de um tempo, com o sentimento de «apocalipse», para empregar a expressão de Maria Teresa Pinto Coelho que estudou a literatura finissecular³. Assim acontece

² Ver Augusto da Costa Dias, *A crise da consciência pequeno-burguesa. I – O nacionalismo literário da geração de 90*. Lisboa, Portugal, 1962.

³ *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

— como tem sido recorrentemente dito — com as afirmações apaixonadas que resultam do *Ultimatum* inglês (1890), que correspondia ao início do fim da ilusão do Império africano e ao sentimento da monarquia em crise⁴. Se *A Portuguesa* (1890) — depois convertida em Hino Nacional durante a República — é o cântico de guerra desta paixão⁵, *Finis Patriae* (1890) e *Pátria* (1896), de Guerra Junqueiro, são os títulos mais elucidativos desta psicologia mórbida, como a peça de teatro em dois actos *O fim* (1909), de António Patrício, anuncia o término do regime monárquico. E ela tem também como símbolo físico o sentimento de morte e de suicídio — que é tema de trabalhos realizados por Fernando Catroga⁶ — de que o caso de Antero (1891), um dos intelectuais da jovem geração de 70, ou de 60, e um dos pessimistas construtivos em combate contra a «decadência portuguesa», é um caso exemplar, assim como o é, noutra perspectiva, o suicídio de Mouzinho de Albuquerque (1902), o «herói de Chaimite»⁷.

Mas, para além desse sentimento de frustração, há, com efeito, uma vertigem de Progresso, com a aproximação da Exposição Universal de Paris (1900), e de «uma aurora ideal»⁸, para empregar uma frase de sabor republicano. A República era, com efeito, para os seus defensores, a Ideia de que tudo se iria transformar, Ideia quase original em termos de prática, já que, no tempo

⁴ Entre outros escritos sobre o tema, ver Amadeu José Carvalho Homem, «O “Ultimatum” Inglês de 1890 e a opinião pública», in *Revista de História das Ideias*, n.º 14, 1992.

⁵ Ver o ensaio de Teixeira Leite, *Como nasceu A Portuguesa*. Lisboa, Terra Livre, 1978.

⁶ Ver *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal. 1865-1911*. 2 vols. Dissertação de doutoramento policopiada. Coimbra, Faculdade de Letras, 1988. Em parte essa dissertação foi publicada no livro *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999.

⁷ Ver Aniceto Afonso, «Mouzinho de Albuquerque, o herói dos heróis», in João Medina, *História de Portugal*, vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 255-262.

⁸ «O Estado do Povo», texto com caricatura de Chico Lisboa, in *Portugal. O riso e a raiva*. Texto, selecção e organização de A. Farinha de Carvalho. Nota prévia de António Valdemar. Desenhos de Leal da Câmara, J. Silva, Trindade Correia e Chico Lisboa. Lisboa, Vega, 1991, p. 32. A expressão faz parte do seguinte texto: «Prestes deve erguer-se, pois, o herói que dorme, para que os últimos clarões d'este século não sejam os luzeiros d'uma sepultura, mas o raiar d'uma aurora ideal».

e na Europa, apenas restavam — como notava Trindade Coelho⁹ — duas repúblicas, a Confederação Helvética e a República Francesa. Todavia, também a República Portuguesa se vai envolver em lutas intestinas desde o seu início. O suicídio de Cândido dos Reis na madrugada de 4 de Outubro, na previsão de que a revolução republicana se tinha gorado, parece premonitório da sua morte, sucessivamente adiada.

As contradições do fim do século XIX - princípios do século XX são evidentes (como são certamente em todos os tempos), nos vários sectores, como por exemplo no da educação ou da cultura. O analfabetismo — de acordo com as estatísticas oficiais — rondava os 74% em 1900¹⁰. Todavia, o período é fértil em reformas do ensino, tanto ao nível do ensino primário, como também ao nível do ensino secundário e superior, assim como, ainda, ao nível do ensino feminino e da organização de congressos e sociedades sobre o ensino e a educação¹¹. Na arte, em certo sentido à semelhança do que se passou na literatura, assiste-se ao drama romântico e naturalista, à crítica amarga na caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, entrelaçados com um certo triunfalismo revivalista, onde o neomanuelino e a gesta das

⁹ Cfr. *Manual político do cidadão português*. 2ª. edição actualizada e muito aumentada. Prefácio de Alberto de Oliveira, Ministro de Portugal na Suíça. Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Literaria e Tipografica, 1908, p. 30.

¹⁰ *Annuario estatístico de Portugal. Anno de 1903*, p. 185. Cfr. António Nóvoa, *Le temps des professeurs*. 2 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, vol. I, pp. 350-353.

¹¹ Ver António Nóvoa, *ob. cit.*, 2 vols. Lisboa, 1987; e Maria Cândida Proença, *A reforma de Jaime Moniz*. Lisboa, Colibri, 1997. Podem salientar-se, como alguns marcos importantes, a efémera reorganização do Ministério da Instrução Pública (1890) — a segunda tentativa para o formar (a primeira fora em 1870) —, a realização do I Congresso Pedagógico do Magistério Primário (1892), a organização das primeiras associações de professores, a fundação da Liga de Educação Nacional (1905), a expansão que se verifica a partir do final do século do ensino normal, a reforma do ensino primário de Hintze Ribeiro (1901), que torna o ensino obrigatório e gratuito, as reformas do ensino secundário de Jaime Moniz (1895) e de Eduardo José Coelho (1905), a criação em Lisboa do primeiro liceu feminino (1906), as reformas da Universidade de Coimbra (1901 e 1908), a reforma do Curso Superior de Letras (1901), a fundação da Escola Superior Colonial (1906). Com a República, surge com carácter definitivo o Ministério de Instrução Pública (1913) e verificam-se as grandes reformas da educação, algumas das quais não tiveram, no entanto, grande desenvolvimento em termos práticos.

Descobertas desempenham um papel fundamental¹². No sector de divulgação cultural ou dos espectáculos, depara-se com a explosão dos grandes espaços, como a construção do Coliseu dos Recreios (1890) e a Praça de Touros do Campo Pequeno (1892), ou o aparecimento precoce do cinema (1896) e das suas primeiras salas (a partir de 1904, com a criação em Lisboa do Salão Ideal).

No domínio da economia e da sociedade, os anos finais do século XIX e os inícios da nova centúria vêem aparecer as primeiras grandes empresas fabris, como a Fábrica de Cimentos Tejo (1894) e a CUF (1898), ou a explosão dos transportes ferroviários, com a construção das duas grandes estações-símbolo, a do Rossio (1890) e de São Bento (1900). Surgem os primeiros bairros operários e os congressos das «associações de classe», com greves e até o anúncio de greve geral. Anarquistas, socialistas e republicanos agem de forma clandestina ou através dos seus congressos partidários, ou, no caso do Partido Republicano Português (PRP), dos seus deputados¹³. Desenvolvem-se movimentos académicos, como a greve de 1907¹⁴, e movimentos laicistas e anticlericais. Entretanto, limita-se a liberdade de expressão e de reunião, no quadro dos governos do «rotativismo» ou da ditadura franquista. Os socialistas moderados e «catedráticos» Oliveira Martins e Augusto Fuschini colaboram em governos, tornando-se, com insucesso, ministros de «salvação nacional», o primeiro no governo extrapartidário de

¹² Ver, por exemplo, Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pt. 4, José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XIX*, 2 vols, Lisboa, Bertrand, 1966, e Regina Anacleto, *O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos Descobrimentos*. Catálogo. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1994, ou a dissertação de doutoramento publicada, *Arquitectura neomedieval portuguesa: 1780-1924*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1997.

¹³ O primeiro deputado, Rodrigues de Freitas, foi eleito em 1878 pelo Porto. Verificou-se depois um crescimento significativo, nos finais do século XIX e nos princípios da nova centúria (cfr. Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, vol. I, p. 95 ss.). Foi particularmente significativa a acção dos parlamentares republicanos na Câmara dos Deputados, em 1906-1907.

¹⁴ Ver Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962, e Natália Correia, *A Questão Académica de 1907*, Lisboa, Editorial Minotauro, s.d..

Dias Ferreira¹⁵ e o segundo no governo «regenerador» de Hintze Ribeiro¹⁶. O rei perde a autoridade, a Monarquia perde a força e o assassinio de D. Carlos (o primeiro e único caso de Regicídio em Portugal) é, por assim dizer, uma «morte anunciada». A República, como sonho libertador, está aí, mas não para durar...

As «novas gerações»: «reconquista» e «renascimento», ou... «o ovo da serpente»

Retomemos o que atrás ficou já dito, mas de outro modo, sobre as «novas gerações»¹⁷.

Anos depois de Sampaio Bruno ter falado dos escritores da época de Eça e de Antero como fazendo parte de uma «geração nova»¹⁸, nos anos de 1911 e 1918 foram publicados, curiosa e talvez sintomaticamente, dois livros com o mesmo título: *A Nova Geração*. O primeiro era da autoria de Alberto da Veiga Simões (1888-1954) e foi escrito na sua juventude, enquanto cursava Direito¹⁹. Seguiria depois a carreira diplomática, de onde haveria de sair em 1940, em conflito com o regime de Salazar²⁰. Mas, para além de político republicano e de diplomata, Veiga Simões veio a revelar-se como historiador

¹⁵ Oliveira Martins foi ministro da Fazenda do primeiro dos dois breves ministérios de Dias Ferreira que exerceram funções de Janeiro de 1892 a Fevereiro de 1893.

¹⁶ Augusto Maria Fuschini foi ministro da Fazenda de 23 de Fevereiro de 1893 a 20 de Dezembro do mesmo ano.

¹⁷ Ver, *supra*, vol I, parte I, cap. II.

¹⁸ *A Geração Nova*, edição do Porto, Lello & Irmão, 1984. O texto original é datado de 1885.

¹⁹ Cfr. *A Nova Geração. Estudo sobre as tendencias actuaes da litteratura portuguesa*, Coimbra, F. França Amado, Editor, 1911. A obra foi publicada no próprio ano da sua formatura em Direito (Novembro de 1911), sendo a dedicatória a Teófilo Braga datada de 1 de Maio de 1911. Segundo o autor diz nessa dedicatória, foi escrito entre os 20 e os 22 anos (p. X). O livro começou a ser impresso antes da implantação da República e estaria pronto para publicação em 1909 (cfr. *Post-scriptum*, p. 48).

²⁰ Ver Lina Madeira, *Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico*, Coimbra, Quarteto, 2002, e *Correspondência de um diplomata no III Reich. Veiga Simões: ministro acreditado em Berlim de 1933 a 1940*, Coimbra, Mar da Palavra, 2005.

e é considerado como um dos mais actualizados escritores da história dos Descobrimentos. O autor da segunda obra²¹, Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976), formou-se em 1913 na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde se doutorou no ano seguinte²². Foi um dos mais conceituados intelectuais católicos, integrando-se depois no espírito do Estado Novo.

Começemos por este último livro. Ele é revelador de uma jovem geração que despertava em Portugal nos inícios do século e que se tornava a semente da *Intelligentsia* que se encontraria na «Revolução Nacional» de 1926 e no salazarismo. Era — no dizer do autor — a geração que chegara a Coimbra em Outubro de 1907²³, isto é, durante a famosa greve académica de cariz republicano que abalara profundamente a Monarquia em crise. Era o ano em que, também no dizer de Pacheco de Amorim, «os grandes nomes eram todos de avançados: Mira Fernandes, Ramada Curto, Carlos Olavo, Campos Lima, etc.»²⁴. Em França, segundo informava, Agathon (ou seja, conforme já foi dito, Massis e Alfred de Tarde) fizera um estudo da «nova geração», através de um inquérito dirigido «aos rapazes que mais prestígio tinham nas escolas» e considerara que ela desabrochava pelo ano de 1890, acontecendo algo de idêntico, sensivelmente ao mesmo tempo, em Espanha ou na Itália²⁵. E de que se reclamava, no plano ideológico e cultural, essa «nova geração»?

Acima de tudo, ela estaria contra o que considera o ateísmo, o materialismo, o individualismo e o racionalismo do século XIX, e contra o sentido revolucionário em política, tendente à construção de um sistema «ideal» de

²¹ *A Nova Geração*, Coimbra, França & Armenio Livreiros-Editores, 1918. A obra foi escrita por Pacheco de Amorim quando tinha 29 anos (p. VI).

²² Ver Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis. 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 297-298.

²³ *A Nova Geração*, Coimbra, 1918, p. 39.

²⁴ *Ob. cit.*, *idem*.

²⁵ Cfr. pp. V-VI, pp. 34 ss. e 47 ss.. Recorde-se, uma vez mais, que o livro de Agathon, de 1912, intitulava-se *Les jeunes gens d'aujourd'hui*. Segundo a transcrição do próprio Pacheco de Amorim (p. 35), a «nova geração», segundo o inquérito de Agathon, afirmava os princípios assim resumidos, em subtítulo da obra: *Le goût de l'action, la foi patriotique, une renaissance catholique, le réalisme politique*.

tipo demoliberal²⁶. Ao contrário, essa geração valorizaria a fé, a Igreja na sua ligação com o «espírito do nosso tempo» (como entendeu Maurras²⁷), a intuição (à maneira de Bergson)²⁸, a «alma da raça ou a nação» (tal como a definiu Gustave Le Bon)²⁹, a educação e as ideias em mudança que deram à Alemanha no século XIX uma grande superioridade (como já previra Leibniz)³⁰, o sentido das «liberdades» como os ingleses as interpretaram (em oposição à Revolução Francesa)³¹, o relativismo político na sequência dos «filósofos conservadores», dos «neo-realistas» franceses, dos políticos contra-revolucionários portugueses, como José da Gama e Castro³². Essa geração era espiritualista e pragmatista, à maneira da filosofia de William James³³: Como escrevia: «Para os rapazes de agora, as coisas na política e na sociedade valem pela sua utilidade geral. Uma coisa é boa ou má em política, se ela aumenta ou diminui o valor moral ou material da nação; uma coisa é boa ou má debaixo do ponto de vista social, se ela aumenta ou diminui o bem estar moral ou material da sociedade»³⁴.

E concluía (resumindo) que a «nova geração» se dividia em duas «alas» que se interligavam: uma «católica» e «universal», outra «nacionalista», tendo por principal divisa o «particular». Neste contexto escrevia:

Tais são as duas alas do grande exército encarregado da missão altíssima de exterminar da Cidade Católica os inimigos que, de dentro dos seus muros, a pretendam destruir e com Ela a brilhantíssima civilização que herdámos dos nossos pais!

²⁶ Cfr. *A Nova Geração*, *ob. cit.*, sobretudo cap. I, § 2º, p. 6 ss..

²⁷ *Ob. cit.*, epígrafe da obra, na capa e na portada: «L'Église n'est pas libérale, c'est un fait. Elle en eut le dommage. Mais voici qu'elle a regagné tout ce que le libéralisme a perdu de contact ou de liaison avec l'esprit de notre temps. C'est un autre fait historique: la superstition des idées de 1789 s'est évanouie» Charles Maurras — «La Politique Religieuse».

²⁸ *Ob. cit.*, p. 63.

²⁹ *Idem*, p. 68.

³⁰ *Idem*, p. 153.

³¹ *Idem*, p. 124.

³² *Idem*, pp. 61-62.

³³ *Idem*, pp. 28-29.

³⁴ *Idem*, p. 16.

Mas terminada que seja essa missão comum, as duas alas hão-de separar-se, porque daí em diante serão diferentes os seus destinos.

Aos nacionalistas caberá a defesa dos interesses vitais das nacionalidades; aos católicos, a salvaguarda dos direitos imprescritíveis da Humanidade.

Do equilíbrio dessas duas forças resultará uma noção de Pátria bem diferente desse Moloch feroz e insaciável dos miseráveis tempos que vão correndo, sempre pronto a imolar o sangue inocente das suas juventudes nas barbarescas aras de interesses inconfessáveis.

E em vez desse monstro que o Cesarismo desenterrou das ruínas do Mundo Pagão, uma nova Pátria surgirá, mais pura, mais humana e mais ideal, onde o egoísmo sagrado das Nações deixará um lugar primacial a alguma coisa de mais sagrado ainda — a Humanidade!

E a Paz de Cristo abrirá de novo as asas sobre a Terra, para maior honra dos homens e maior glória de Deus!³⁵

Portanto, a «nova geração» de nacionalistas e católicos preparava o advento de uma «nova Cidade». Era este, pesem embora algumas discordâncias³⁶, o pendor da juventude que se juntava em volta do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de Coimbra, onde pontificavam figuras como Pacheco de Amorim, Manuel Gonçalves Cerejeira ou Oliveira Salazar. Preparava-se então (como o procurava provar o futuro Cardeal Patriarca³⁷),

³⁵ *Idem*, p. 161.

³⁶ A obra de Pacheco de Amorim gerou alguma polémica no jornal ligado aos membros do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) relativamente a certas teses, com intervenções de Agostinho Coutinho. Cfr. *Imparcial*, n.ºs 311, 312, 314 e 316, Junho 1918.

³⁷ Ver as obras de Manuel Gonçalves Cerejeira *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1924 (a obra atrás citada que foi criticada por Sílvio Lima); *Cartas aos novos*, Coimbra, Tipografia Gráfica, 1928 (2.ª ed.: Coimbra, Casa do Castelo, 1944), *Vinte anos de Coimbra*, Lisboa, Edições Gama, 1943. Estas duas últimas constituem colectâneas de artigos publicados pelo autor. Sobre Cerejeira, ver sobretudo, de autores de vária formação, sensibilidade e ideologia, as seguintes obras: Vítor Matos, *A primeira vida de Manuel Gonçalves Cerejeira. 1888-1928. A Reconquista*. Dissertação de mestrado. Coimbra, Faculdade de Letras, 1998, e Irene Flunser Pimentel, *Cardeal Cerejeira*. Col. «Fotobiografias. Século XX», Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, D. José da Cruz Policarpo, *Cardeal Cerejeira. Fotobiografia*, Lisboa Editorial Notícias, 2002, Pedro Ramos Brandão, *Salazar - Cerejeira a*

desde a crise de consciência finissecular, o «Renascimento Católico». E o Centro Católico Português, constituído em 1917, mas com antecedentes em anos anteriores, apresentaria (como vimos³⁸) o seu programa político pela pena de Salazar³⁹, que será seu deputado⁴⁰. Entretanto, surgiam no final da década de dez e na década de vinte, já no estertor da Primeira República e como a anunciar a «Revolução Nacional» de 28 de Maio de 1926, vários partidos e associações nacionalistas, como a Cruzada Nacional Nun'Álvares⁴¹ — figura tutelar de todos os nacionalismos portugueses, a quem o livro de Pacheco de Amorim era dedicado⁴² —, movimento esse que se vinha a preparar desde o princípio do século com o Partido Nacionalista (1901-1910), no contexto do nacionalismo católico e da crise da Monarquia Constitucional⁴³.

Deve dizer-se, todavia, que este nacionalismo não é meramente católico e conservador. Na verdade, Pacheco de Amorim distinguia — como vimos — a sua ideologia, de tipo «católico» e «universal», não deixando de ser nacionalista, da ideologia propriamente «nacionalista», querendo sobretudo, aludir ao Integralismo Lusitano. Mas, por outro lado, o republicanismo tinha-se desenvolvido no contexto das celebrações positivistas do final do

força da Igreja, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, Sebastião J. Formosinho, *Ciência e Religião. A Modernidade do Pensamento Epistemológico do Cardeal Cerejeira*, Cascais, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 2002.

³⁸ Ver, *supra*, vol. I, parte I, cap. III.

³⁹ O texto, que foi publicado no tempo, *Centro Católico Português. Princípios e organização. Tese apresentada ao 2.º Congresso do Centro Católico Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1922, foi reeditado integralmente por Jorge Ramos do Ó, in *O lugar de Salazar, Estudo e Antologia*, Alfa, Testemunhos Contemporâneos, 1990, p. 129 ss., e, posteriormente, in Oliveira Salazar, *Inéditos e dispersos*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1997, p. 251 ss..

⁴⁰ Candidato por três vezes, Salazar foi eleito por Guimarães em 1921.

⁴¹ Recorde-se a obra, já citada, de Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999.

⁴² A dedicatória diz o seguinte: «À santa e gloriosa memória de D. Nuno Álvares Pereira».

⁴³ Ver Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico*, Lisboa, Colibri, 1996.

século XIX⁴⁴, com o Centenário de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882), aos quais se seguiram muitas outras celebrações de configuração diversa e de apoios mais alargados, como as comemorações do nascimento do Infante D. Henrique (1894)⁴⁵ ou da descoberta do caminho marítimo para a Índia (1898), ou da «descoberta» do Brasil por Pedro Álvares Cabral (1900), que vieram a ter sequência durante a República com mais algumas celebrações de idêntico tipo, de que se podem destacar as festas por ocasião da viagem aérea para o Brasil por Gago Coutinho e Sacadura Cabral (1922) — que Fernando Catroga, numa expressão feliz, intitulou «Pedro Álvares Cabral a bordo do *Lusitânia* ou a “Redescoberta” do Brasil em hidrovião»⁴⁶ — ou o 4.º centenário da morte de Vasco da Gama (1924). E, entretanto, no meio destas comemorações nacionalistas e «imperialistas» (em tempo de perda do Império ou do seu primeiro prenúncio), as celebrações da nossa primeira revolução liberal (1920), se não eram esquecidas, não assumiram, pelo menos, a ressonância que poderiam ter adquirido.

O nacionalismo era, pois, igualmente sentido no seio das ideologias republicanas. Não esqueçamos que o jornal de António José de Almeida se chamava *Alma Nacional*⁴⁷. Idêntico título, *Alma Portuguesa*, terá a publicação dos precursores do Integralismo Lusitano no exílio⁴⁸. Alberto Veiga Simões, por seu lado, em obra dedicada a Teófilo Braga, exprime essa ideologia e essa concepção cultural quando — anos antes de Pacheco de Amorim — reflectiu também sobre o sentido da «Nova Geração».

⁴⁴ Ver uma síntese deste tema in Fernando Catroga, cap. «Ritualizações da História», título «As comemorações como liturgia cívica», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 547 ss..

⁴⁵ Cfr. Maria Manuela Tavares Ribeiro, «As comemorações henriquinas do século XIX», in *O rosto do Infante*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1994.

⁴⁶ *História da História*, p. 569.

⁴⁷ *Alma Nacional*. *Revista Republicana*, Lisboa, 10 de Fevereiro a 29 de Setembro de 1910.

⁴⁸ A revista *Alma Portuguesa*, que tem na capa Nuno Álvares Pereira, foi publicada na Bélgica em 1913.

Para Veiga Simões, a crise da nossa literatura tem a ver com a crise da política nacional, que Rafael Bordalo Pinheiro havia chamado, na sua caricatura sarcástica, «a grande porca»⁴⁹. O realismo de Eça permanecia como a grande referência literária, como as odes de Antero ou o «satanismo» de Guerra Junqueiro e Gomes Leal, mas teriam permanecido vivos os delírios ultra-românticos e parnasianos, que seguiam exemplos franceses pouco significativos como o «parnasiano» Anatole France ou o nacionalista Barrès, ou — como dizia — «essas antologias horizontais e lisas, que todos os anos aparecem, quando a semana de Longchamps começa a animar Paris, restituindo à cidade a gente das praias e dos campos na ânsias de surpreenderem a nota elegante e nova dos vestidos novos e da moda em literatura»⁵⁰. Devido à falta de carácter nacional da nossa literatura, a «nova geração», que desponta por altura do centenário de Camões, começa a afirmar-se. Depois da falhada experiência do simbolismo de Eugénio de Castro dos anos noventa (que, embora combatendo o parnasianismo, se envolveu nas influências do decadentismo francês e que — segundo as suas palavras — «da nossa literatura não aproveitou mais que a riqueza linguística, a alargar o vocabulário reduzido sucessivamente pelos ultra-românticos e pelas camadas seguintes»⁵¹), surgiu uma plêiade de escritores que assumiu uma consciência nacional, uma espécie de «neo-lusitanismo», de que era exemplo Manuel da Silva Gaio⁵², mas também António Correia de Oliveira, Augusto Gil, Afonso Lopes Vieira, António Patrício⁵³. Esta nova fase da literatura, do teatro — um teatro simples, não envolvido em grandes teses e com um papel social, que não afastasse os espectadores⁵⁴ — e também

⁴⁹ Cfr. a obra citada *A Nova Geração*, Coimbra, França Amado, 1911, p. 3 ss.. A caricatura «A Política: a Grande Porca» aparece na capa de um dos números da revista *A Paródia* (1900).

⁵⁰ *Ob. cit.*, p. XIX.

⁵¹ *Idem*, p. 25.

⁵² *Idem*, p. 123.

⁵³ *Idem*, pp. 143 ss., e 167 ss..

⁵⁴ *Idem*, p. 181 ss..

da arquitectura da «casa portuguesa» de Raul Lino⁵⁵, supunha, para além de uma consciência nacional, uma consciência «universal».

Conforme explicava Veiga Simões, referindo-se a António Correia de Oliveira, por oposição a Eugénio de Castro, enquanto a tendência que este representava se isolava no «sonho artístico, na contemplação da beleza», a outra procurava «a base do seu modo artístico no fundo da própria raça, nos monumentos literários que melhor o exprimem, em emoções que são feixes de focos novos dando sempre origem a obras novas, a novas obras de arte». E concluía, quanto a este caso: «Daqui a contemplação universal, como alargamento da nacional, num mais vasto e completo campo de acção, seduzido o artista pelo idealismo que o ergue e o faz ver de alto, em vez de levar a sua vista a vãos detalhes»⁵⁶.

Falando de Manuel da Silva Gaio, na sua primeira fase, afirmava que ele nos dava «a impressão do meio, [...], amando a sua região, e espontaneamente amando o fundo da sua raça»⁵⁷. Continuando a referir-se a este escritor⁵⁸, disserta sobre a sua teoria do «energismo integral»: «Por ela se conciliam aspirações de acção, que sempre predominaram nos períodos vivos da nossa história; mas uma acção mais consciente, tendo a iluminá-la um novo ideal que seja o neo-paganismo da nossa compreensão da vida, congregando no mesmo elo todos os elementos tradicionais. É o neo-goetismo da afirmação humana de todas as grandes aspirações do homem, com todos os quadros da vida portuguesa»⁵⁹. Daí que entenda a existência de «homens-núcleo» no campo da literatura como da vida, «fontes de energismo que recolhem e espalham as energias da raça». É afinal uma espécie de teoria do «super-homem» de Nietzsche (ou dos «heróis» de Carlyle), que capta a dinâmica da história para a ultrapassar e liderar novos movimentos. Veiga Simões assim o diz, sempre referindo-se às teorias de Silva Gaio:

⁵⁵ *Idem*, p. 131.

⁵⁶ *Idem*, p. 144.

⁵⁷ Cfr. *idem*, pp. 143-145. Recorde-se que Manuel da Silva Gaio (1860-1934), para além da sua obra literária, foi secretário da *Revista de Portugal*, para o que foi convidado por Eça de Queirós, e fundador, com Eugénio de Castro, da revista *Arte*.

⁵⁸ Cfr. *idem*, pp. 145 ss..

⁵⁹ *Idem*, pp. 147-148.

Assim a vida vive totalmente na arte. Será tanto maior o homem-núcleo quanto maior for o número de elementos da raça que reúna. Cérebro colectivo, colector e propulsor, — será maior a sua irradiação actuando sobre todos os que têm com ele afinidades e com ele se confundem. O grande-homem será o que toma os elementos da vida comum e que cria novos elementos.⁶⁰

Neste contexto de crítica literária, o jovem Veiga Simões — que particularmente apreciou também o nacionalismo de Teófilo Braga, a quem (como já dissemos) dedicou o livro — envolve-se num mundo intelectual compósito, mas onde sobressaem concepções nacionalistas e «rácicas», erguidas em concepções universalistas, onde se afirma o intelecto, mas igualmente os sentidos, um idealismo mas também um sentido prático da arte e da maneira de conceber a vida, um cientismo evolucionista, um «subjectivismo» criativo e universalizante. Neste quadro, aparecem Hegel, Goethe, Wagner, Darwin, William James, Bergson, Nietzsche, D'Annunzio e... tantos outros⁶¹.

Neste âmbito, surge a esperança na República com a sua figura emblemática de Teófilo:

Cinquenta anos de paz podre à sombra dum monarquismo paralítico produziram a República Portuguesa, e para que o mundo saiba que nesse acordar heróico o povo se ergueu num salto brusco, cheio de si, — à frente do primeiro governo ficou a figura mais profundamente nacional do momento presente, — obreiro de génio que é a consciência de um país, abrindo-se e amostrando-se: Teófilo Braga.⁶²

Em todas estas apreciações críticas, há algo de profundamente diferente em relação ao espírito da «nova geração» descrito pelo católico e nacionalista Pacheco de Amorim, mas há também algo de sensivelmente comum.

⁶⁰ *Idem*, p. 149.

⁶¹ Cfr. *idem*, pp. 126 ss., 213 ss., 225 ss..

⁶² *Idem*, pp. 50-51.

Há um apelo nacionalista a uma «nova era». Se, todavia, na obra de 1918 este apelo é feito essencialmente de Tradição e de Catolicismo, entendidos como elementos de purificação da «Cidade», na obra de 1911 há um apelo a um «novo mundo» realizado por esforço laico, entendido numa perspectiva simultaneamente racional e apaixonada. Se há uma esperança na República, ela insere-se numa esperança feita de ideais «rácicos» e universais, numa ideia de «Renascimento» de ideais feitos da afirmação de «homens-núcleo». No último capítulo do livro, «Renascimento. Profecia do Futuro», Veiga Simões escrevia este hino triunfante:

Renascimento!

Há alvoradas em toda a parte. Tocam os clarins dos velhos dominadores do homem; mas as sentinelas fogem para se encontrarem no largo planalto dominador com os homens seus irmãos.

Renascimento!

Há tintas novas nas paletas da natureza; e o homem vê-as, escolhe-as, — e começa a encher a vida de beleza, tornando-a bela em si mesma.

Renascimento!

Como há quinhentos anos, acordando dum sono, de novo o homem acorda, — mas agora para sentir-se liberto de todas as forças humanas, liberto das próprias forças da natureza. Em quinhentos anos o homem construiu um longo arco ogival: pôs dum lado essa força muscular da Renascença; no fecho da ogiva lançou a labareda da Revolução francesa; e da outra banda começou a esculpir o capitel do Renascimento dos nossos dias, que será inteiro no dia em que o homem escultor termine o seu trabalho.⁶³

«Reconquista» ou «Renascimento católico», ou «Renascimento» laico e «pagão»? O certo é que ecoavam na «nova geração», do fim do século XIX ou do princípio da seguinte centúria, ideais de mudança em direcção a soluções de um «mundo novo». «Mundo Novo»? Ou — mesmo não o desejando — prenúncio de um «Estado Novo»? Não se trataria de uma espécie de

⁶³ *Idem*, pp. 261-262.

«traição dos intelectuais»⁶⁴ Parafraçando Ingmar Bergman, não será que se detectam no fim de século e nos inícios do século seguinte «o ovo» ou «os ovos da serpente»?

Nacionalismo e regionalismo. História e sociologia

Conforme tem sugerido Fernando Catroga, o discurso historicista de alguns republicanos, «à luz da dialéctica entre o sentimento de decadência e anelo regenerador», era passível de ser interpretado por uma «Revolução de direita»⁶⁵. Por isso, na *Nação Portuguesa*, António Sardinha escreverá o seu famoso artigo «Teófilo Braga, mestre da Contra-Revolução»⁶⁶. E o mesmo sucederá com o socialismo de Antero⁶⁷, tal como sucedera em França com Proudhon. Quer dizer, o fundo nacionalista, ao nível da literatura, da sociologia ou da antropologia, poderia ser orientado para uma lógica «protofascista» ou, pelo menos, nacionalista, de sentido tradicionalista contra-revolucionário ou «revolucionário» de direita.

No final do século XIX e princípios do século seguinte assistimos, na verdade, às discussões sobre as origens da «raça portuguesa», com elucubrações acerca da nossa condição ariana⁶⁸. Oliveira Martins volta-se para a história centrada em personagens consideradas fundamentais, como *Os filhos de*

⁶⁴ A expressão, inspirada na célebre obra de Julien Benda *La trahison des clercs*, foi utilizada por Rui Ramos na sua interpretação da linha de rumo da cultura na época republicana, no volume 6 da *História de Portugal* (direcção de José Mattoso), intitulado significativamente «A segunda Fundação», Lisboa, Círculo de Leitores - Estampa, 1994.

⁶⁵ Cfr Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, 1991, vol. II, pp. 194 ss. e 442 ss..

⁶⁶ «Teophilo Braga, mestre da contra-revolução», in *Nação Portuguesa*, 1.ª série, n.ºs 1, 2 e 3, 1914.

⁶⁷ Ver, *infra*, parte IV, cap. II ou «Antero de Quental nas leituras 'integralistas'», in *Revista de História das Ideias*, n.º 13, Coimbra, 1991, pp. 401-439, ou, em outra versão, «Antero "Mestre da Contra-Revolução". Ensaio de análise das leituras "integralistas"», in *Congresso Anteriano Internacional. Actas*. Ponta Delgada, 1993, pp. 787-803.

⁶⁸ Ver, sobretudo, Fernando Catroga, «Positivistas e republicanos» e «História e ciências em Oliveira Martins», in cit. *História da História em Portugal*, respectivamente pp. 87 ss. e 117 ss..

D. João I (1891), *A vida de Nun'Álvares* (1893) ou *D. João II, O Príncipe Perfeito* (obra incompleta, publicada postumamente). Teófilo e José Leite de Vasconcelos realizam todo um trabalho de recolha das nossas «tradições», sendo este o director da nossa primeira revista nas áreas da História, da Arqueologia e da Etnografia, *O Arqueólogo Português* (1895-1938), e o primeiro director do Museu Etnográfico Português (1893). Em 1903, funda-se aquela que é considerada a nossa primeira revista de História, *Arquivo Histórico Português*, que teve como director Anselmo Braancamp Freire. A Antropologia, cujo museu e laboratório foi fundado na Universidade de Coimbra no fim do século, terá em Bernardino Machado, figura mítica do republicanismo, um dos seus principais cultores, acabando, no entanto, por seguir algumas teses «racistas», embora mitigadas, na direcção de Eusébio Tamagnini, que virá durante algum tempo a militar no nacional-sindicalismo e será ministro da Instrução Pública de Salazar⁶⁹. O higienismo não deixará também de ser inspirador de seduções eugenistas, embora sem praticamente cair em concepções racistas, que, todavia, se surpreendem em alguns intelectuais, como Mário Saa e Alfredo Pimenta ou em considerações colonialistas de governantes até aos anos cinquenta, como vimos no caso de Marcello Caetano. O nacionalismo, que se afirmara em confronto com o iberismo, através da institucionalização da Comissão Central 1.º de Dezembro (de 1640), em 1861⁷⁰, conhece nova fase em 1890, vindo depois a originar a Sociedade Histórica da Independência de Portugal⁷¹. O regionalismo, que se afirma em França na década de noventa⁷², tem em Portugal algum significado político nas ilhas⁷³, mas tem sobretudo um

⁶⁹ Ver Gonçalo Duro dos Santos, *A Escola de Antropologia de Coimbra. 1885-1950*, Lisboa, ICS, 2005.

⁷⁰ Ver *Fastos Históricos da Comissão Central 1.º de Dezembro ou o Monumento aos Restauradores de Portugal*, I e II Partes, Lisboa, Typ. Mattos Moreira, 1885-1886.

⁷¹ Ver Luís Oliveira Andrade, *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Coimbra, Minerva, 2001.

⁷² Ver Charles Brun, *Le Régionalisme*, Paris, Bloud et Cie., Editeurs, 1911. O autor considera que só a partir de 1892 a palavra se torna de uso corrente.

⁷³ Ver José Guilherme Reis Leite, *Política e administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º movimento autonomista*. 2 vols., Dissertação de doutoramento. Ponta Delgada, 1994, e Carlos Cordeiro, entre outras obras, *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as contradições*

carácter cultural, que será desenvolvido pela «Sociedade de Propaganda de Portugal» (a nível nacional e regional)⁷⁴ e pela mística da «casa portuguesa» de Raul Lino⁷⁵, e será explorado, em termos de regime, pelo salazarismo, através sobretudo do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).

As revistas de cunho nacional sucedem-se, a começar em *A Águia* (1910-1932), da «Renascença Portuguesa», onde pontifica Teixeira de Pascoaes, Raul Proença ou Jaime Cortesão⁷⁶, e a afirmar-se na *Lusitânia* (1924-1927), da alemã naturalizada portuguesa Carolina de Michaëlis. Fidelino de Figueiredo e outros intelectuais propõem a criação da nacionalista Sociedade Nacional de História, que se institucionalizará, efectivamente em 1914, com o nome menos marcado de Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos.

Quer dizer, um pouco por todo lado, inserindo-se na República e, sobretudo depois de 1914, ano do número 1 da revista integralista *Nação Portuguesa*, procurando contrariar ou orientar os seus desígnios, reforça-se um movimento nacionalista, que vem afinal recuperar as ideias do «fim do século», por vezes esquecidas, mas não apagadas pelo universalismo da militância republicana.⁷⁷

Este nacionalismo de vários matizes — deve salientar-se — insere-se numa lógica sociológica e científica que se tornou moda no tempo e que, de algum modo, justifica o evoluir historicista da sociedade em direcção a novos objectivos: as revoluções nacionalista e católica, para que parecem apontar algumas linhas-força desenvolvidas durante a República. Na verdade,

da Regeneração (1851-1870), Coimbra, Minerva, 1992, e *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999.

⁷⁴ Fundada em 1906, foi a responsável pela criação das primeiras «casas de Portugal» no estrangeiro e de muitos congressos de carácter nacional e regional.

⁷⁵ Ver Irene Ribeiro, *Raul Lino, pensador nacionalista da Arquitectura*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1994, e Cláudio Sat e Luís Trigueiros, *Raul Lino (1879 -1974)*, Lisboa, Editorial Blau, 2003.

⁷⁶ Como dizia Pascoaes na revista *A Águia*, em 1912, pretendia-se «criar um novo Portugal, ou, melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa», através da gestação de um «ideal religioso», simbolizado pela «saúde», a nostalgia por um passado renovador do presente e do futuro.

⁷⁷ Sobre esta temática, Ver o capítulo da nossa autoria «Sob o signo da “reconstrução nacional”», in cit. *História da História em Portugal*, pp. 219-239.

se a Sociologia, na sua visão positivista comtiana, é essencialmente um produto republicano, ela não deixa de aparecer, até uma dada altura pelo menos, entre os precursores da «nova ordem». Mesmo teóricos católicos da história como Manuel Abúndio da Silva⁷⁸ ou João Serras e Silva⁷⁹, um dos mestres de Salazar, não deixam de apontar para uma história marcada pelas regras severas da evolução, sujeita a um biologismo implacável, que será marcado pela obra de Spengler⁸⁰, o qual afinal justificava a ideia — ela será afirmada com particular clareza por Salazar — de que não há sistemas políticos ideais, mas todos tendem a evoluir e são bons ou maus de acordo com o tempo e a situação histórica. As questões da raça e do meio explicavam afinal a evolução da história ou das histórias dos diversos países, pelo que não havia modelos universais.

A própria Faculdade de Direito de Coimbra em 1907, ano da grave crise académica, tão atacada pelo seu conservadorismo, reclamava-se da sua condição de «Faculdade de Direito e Ciências Sociais»⁸¹. Marnoco e Sousa⁸², o mestre de Salazar e seu antecessor na Faculdade na área da Economia, pensará a Economia em termos sociais⁸³. Le Play ou Demolins eram conhecidos ali, bem como as teses socialistas de Marx, de Bernstein ou de Kautsky, ou o anarquismo de Kropotkine ou de Malato. Claro que a assimilação destas e de tantas outras teses é que variavam, conforme a formação e a inclinação dos estudantes e professores que as aprendiam e ensinavam.

Marnoco e Sousa era assim visto pelo seu colega José Alberto dos Reis, que se tornará um salazarista da primeira hora:

⁷⁸ *A História através da História*, Lisboa, 1904.

⁷⁹ Sobre Serras e Silva, foi escrito um bom trabalho escolar: Maria do Carmo Martins Aires, *João Serras e Silva: Moral e Sociedade*. Coimbra, 1996 (trabalho de fim de curso policopiado). Ver também da nossa autoria *Universidade e Estado Novo. O caso de Coimbra*, Coimbra, Minerva, 1999, caps. I e III.

⁸⁰ A sua obra clássica *Der Untergang des Abendlandes, A decadência do Ocidente*, que se começou a publicar em 1918, teve larga influência em Portugal.

⁸¹ Cfr. Marnoco e Sousa e José Alberto dos Reis, *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, Coimbra, F. França Amado, 1907, p. 1 ss..

⁸² Continua (segundo julgamos) em preparação uma dissertação de mestrado sobre José Marnoco e Sousa da autoria de João Luís Oliva.

⁸³ Ver *Lições de Economia Social*, Coimbra, 1901.

A escola em que se filia o ensino do professor Marnoco e Sousa é uma escola intervencionista, a escola realista, hoje dominante nas universidades alemãs, e a que têm dado tamanho relevo os trabalhos de Wagner e de Schmoller. A verdadeira doutrina sobre a acção do Estado encontra-se evidentemente num meio termo entre o individualismo e o socialismo, de modo que o Estado, sem exercer uma ingerência absorvente, promova o desenvolvimento económico, intelectual e moral da sociedade. O Estado não pode assistir de braços cruzados às cruentas batalhas da concorrência social, permitindo a glorificação dos fortes e a exploração dos fracos, esmagados sobre o peso da economia capitalista. É por isso que nos cursos do professor Marnoco e Sousa se tem ligado sempre uma grande importância ao movimento operário, sob qualquer dos seus aspectos, socialista, cooperativista, unionista e mesmo anarquista.⁸⁴

Quer dizer, de uma forma ou de outra, a sociologia penetrava no pensamento do tempo. Fosse pela pedagogia, como a de Demolins, fosse pela ideias de terapêutica social, como em Le Play, fosse pela linha do corporativismo político, de La Tour du Pin, fosse pela prática política de Maurras, fosse pela linha do neo-tomismo e das encíclicas papais de Leão XIII. A contrastar com estas teses mais ou menos científicas ou «catedráticas», mas sem as contradizer totalmente, erguiam-se por sua vez concepções de conhecimento menos racional, mais sentimental e intuicionista, à maneira de Bergson, interpretadas por teóricos da história e historiadores, como Fidelino de Figueiredo⁸⁵, por católicos, como Cerejeira ou Pacheco de Amorim. Os próprios modernistas, como Almada Negreiros ou António Ferro (conforme veremos, com mais detalhe, no caso do segundo), interpretarão a seu modo essa via «sentimentalista», numa perspectiva libertária e modernista. E eles também apontarão, de uma forma directa ou indirecta, para um «novo Estado».

⁸⁴ *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, p. 19.

⁸⁵ Cfr. *O espirito historico*, Lisboa, 1910 (3.^a edição com um apêndice sobre «Bibliographia Portuguesa de Theoria e Ensino da Historia», Lisboa, 1920).

«Culturas novas», «novos Estados», «Estado Novo»

Não pretendemos desenvolver aqui a ideia, através de uma analítica que ainda está por realizar, mas quisemos tão-só voltar a assinalar traços comprovativos de que uma «cultura nova» ou «culturas novas» estavam em processo de desenvolvimento e que elas apontavam para diversas ideias de «novo Estado», que, na verdade, se estavam a formar desde o final do século XIX. Se é indubitável que a república laica, com a sua visão demoliberal ou as suas visões diferentes, no plural, teve um lento processo de formação, também é certo que o mesmo processo contém elementos que, desenvolvidos a partir da «geração de noventa», ou da geração da primeira década do século XX, apontam para as soluções «originais» do nosso «Estado novo» ou das nossas concepções de «novos Estados».

A cultura portuguesa do «fim de século» é simultaneamente laica e religiosa, racionalista e sentimentalista, universalista e nacionalista, idealista e relativista, pessimista e optimista. De toda essa série de ambiguidades e contradições surgiram duas realidades político-culturais que se sucederam no tempo: a República (instável) e o Estado Novo, que sobreviverá cerca de quarenta anos e que será o esteio de uma cultura católica, nacionalista, historicista, simultaneamente tradicionalista e «revolucionária», maniqueia e repressiva. Curiosamente, a «nova geração literária» definida por Veiga Simões, republicano evolucionista e, depois, «radical» (nos anos vinte), que nos deixou um dos mais interessantes documentos de análise da formação do nazismo na Alemanha, e o qual (saliente-se) nunca se identificará com o Estado Novo de Salazar, terminando a sua carreira diplomática em confronto com o regime, fará parte do património cultural do salazarismo, embora nem sempre se identifique com ele rigorosamente. Por exemplo, António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira ou Augusto Gil serão constantemente glosados pelos intelectuais do Estado Novo e farão parte obrigatória das suas colectâneas de textos e das suas «bibliotecas populares»⁸⁶.

⁸⁶ Ver «Ideologia política e “cultura popular” – análise da biblioteca de uma Casa do Povo», in *Análise Social*, vol. XVIII, Lisboa, 1982, pp. 1437-1464. Da nossa autoria em colaboração com Amadeu Carvalho Homem.

E, sintomaticamente, Guerra Junqueiro e Gomes Leal, não na sua veia satânica mas na sua directriz crente e regionalista, também farão parte desse património, assim como Oliveira Martins, Teófilo ou Antero, depois de sujeitos a um processo de «conversão». E o modernismo que Veiga Simões apreciou, citando D'Annunzio, será, de resto como na Itália fascista, um elemento cultural ao serviço da formação de uma cultura de «novo Estado», que apreciava tanto uma concepção tradicional como uma concepção moderna de vida, embora nunca assumida numa concepção «pagã» como sucedeu no fascismo italiano, que tinha nas suas origens Maquiavel e o humanismo laico, que vivera ao lado de um humanismo cristão, de um humanismo católico e de uma lógica de «contra reforma».

O «modernismo» com toda a sua ambiguidade também fará parte, portanto, do processo de formação de uma cultura apontada para o Estado Novo, pois também ele apelava para diferentes conceitos de cultura distintos das lógicas e das sensibilidades consideradas «burguesas», próprias da República. E o modernismo sabia «usar as palavras» e, por isso, seria um modernista que iria ter um papel intelectualmente importante no processo de afirmação de Salazar, não só através de uma famosa entrevista, que é uma excelente peça literária de divulgação de uma «ideia», mas através mesmo da construção de um sistema de «Propaganda». Estamos, obviamente, a falar de António Ferro, a quem insistentemente nos temos referido e a quem, sobretudo, dedicaremos o próximo capítulo.

II

O MODERNISMO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO ESTADO NOVO*

O modernismo ou uma «cultura nova»: relações, contradições, ambiguidades

As relações culturais entre Portugal e o Brasil foram muito significativas na segunda e na terceira décadas do século xx, assim como o serão nas décadas seguintes, então já na lógica das relações oficiais entre os dois Estados que, numa via autoritária, se chamaram ambos — no Brasil certamente por influência portuguesa — «Estado Novo»¹. Mas, a nível oficial, esta relação encontra os seus pontos altos ainda na Primeira República, em especial com a atribulada e triunfal viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil (Março-Junho de 1922) e a visita de António José de Almeida, o primeiro chefe de Estado a deslocar-se ao país irmão, por altura da celebração do primeiro centenário da sua independência (Setembro de 1922). Recebido em apoteose no Rio de Janeiro, profere ali um discurso caracteristicamente

* Este texto, que segue fundamentalmente um outro que serviu de base à comunicação apresentada na UCLA - Los Angeles (EUA), no *Symposium on Portuguese Traditions (Europe, America, Africa, Asia)*, dedicado ao tema «Semana de Arte Moderna (*Modern Art Week*)», São Paulo, 1922-2002», realizado em 20 e 21 Abril de 2002, acabou por ser publicado em *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, vol. 3, pp. 1085-1102.

¹ Ver, sobretudo, Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, e «*Aqui também é Portugal*». *A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.

populista, como era seu timbre desde a sua militância republicana em tempo monárquico (António José esteve sempre envolvido, até à morte, no «espírito» da «ideia republicana» e «social»), mas já a anunciar um tipo de discurso dirigido às «massas», discurso «improvisado» e de emoções que, todavia, não encontramos explicitado no discurso *sui generis* de Salazar, que se tornou carismático por outro tipo de estratégias e de imagens. António Ferro² captou bem o sentido desse discurso de António José de Almeida que foi uma das razões do seu elogio, por altura do seu falecimento no ano de 1929³. Entretanto, pouco tempo antes da comemoração do centenário da independência, em Fevereiro de 1922, realizara-se em S. Paulo a famosa Semana de Arte Moderna, em cujo âmbito, alargado no tempo, se detecta a acção do modernista António Ferro.

Essa relação vem, de resto, dos tempos da revista *Orpheu* (1915) — que com o *Portugal futurista* (1917), impedida de sair a público — foi a publicação mais emblemática do nosso primeiro modernismo, cujo primeiro número teve a direcção de Luís de Montalvor, que fora secretário do ministro no Brasil, Bernardino Machado, natural do Rio de Janeiro, e de Ronald de Carvalho, diplomata brasileiro que iria participar activamente na semana paulista de 22. O segundo número já teve a direcção de Fernando Pessoa e Mário Sá-Carneiro. Foi editor de ambos os números António Ferro⁴.

² Sobre António Ferro, aqui especialmente referido neste capítulo, ver Raquel Pereira Henriques, *António Ferro. Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-32)*, Lisboa, Cosmos, 1994, Fernando Guedes, *António Ferro e a sua Política do Espírito*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, José Pedro Zúquete, «In search of a new society between modernism and Salazar», in *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4, number I, 2005, Mafalda Ferro e Rita Ferro, *Retrato de uma família*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito»*, Lisboa, Estampa, 1999, Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, e Heloísa Paulo, *obs. cts.* (nota anterior).

³ Ver o testemunho de Ferro in *Diário de Notícias*, 2.11.1929. Cfr. o nosso livro (com a colaboração de Alexandre Ramires), *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004 (2.^a edição; Lisboa, Temas e Debates, 2005), pp. 200-201.

⁴ Sobre esta e outras revistas, ver sobretudo Clara Rocha, *Revistas literárias do século XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, e Daniel Pires, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa, Grifo, 1996.

No entanto, para além desta relação cultural no âmbito do «modernismo» ou do «modernismo-futurismo», havia uma relação diversa e difusa entre a cultura portuguesa e brasileira (como havia com a cultura espanhola, não numa lógica política iberista, mas no âmbito de concepções culturais «hispanicas»). Isso é visível em revistas marcadamente políticas como a *Nação Portuguesa*, assim como em revistas de cultura, com acentuação histórica ou literária, como a *Revista de História*, *A Águia*, ou *Lusitânia*. O nacionalismo assume, assim, uma forma mais alargada e mais «universal», amplificando-se no espaço ibero-americano.

Esta relação interessante, que deve ser aprofundada em estudos de especialidade, precisa também de ser analisada na sua lógica contraditória e ambígua e nas suas relações com as almejadas ideias de uma «cultura nova», de uma «estética nova», de um «homem novo» e... de um «Estado novo» e até de uma «nova Europa», ou de todos estes conceitos no plural. E não se deve esquecer a circunstância deste movimento ter surgido no «fim de século», conforme notámos. Vimos como a «geração nova» descrita por Veiga Simões se ia encaminhando para essa nova estética, com incidências à esquerda (republicana) e à direita («integralista» ou «católica integrista») ou a lado nenhum (se é legítimo falar assim) do espectro político. E mesmo que não assumisse uma estética modernista-futurista, procurava colocar-se numa posição distinta da corrente racionalista e positivista que parecia ser a marca da lógica do «progresso» e da «modernidade» até ao fim do século XIX.

Poderíamos para justificar esta nossa asserção falar na figura singular do anarquista e depois profascista e fascista Homem Cristo Filho, que também vogou nessas águas⁵, em Pessoa (ligado a nenhuma posição política precisa, mas desconfiando da república burguesa e esperando sebastianisticamente por algo, que não seria de todo o salazarismo), Almada Negreiros (artista que acabou por trabalhar para o regime de Salazar) ou Ferro (depois director da propaganda do Estado Novo).

⁵ Ver sobre Homem Cristo Filho a tese de mestrado de Miguel Castelo-Branco, *Homem Cristo Filho. Do anarquismo ao fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001, e Cecília Barreira, *Nacionalismo e modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981.

Poderíamos também falar, noutra sintonia, no modernismo da segunda geração, da *Presença* (1927-1940)⁶, de pluralidade ideológica. Nesta revista, a par da colaboração esporádica do anti-semita Mário Saa, colaboraram ou transcreveram-se textos de nomes grandes da literatura e da crítica literária (Pessoa, Almada, Raul Brandão, José Régio, João Gaspar Simões, Adolfo Casais Monteiro, e tantos outros), da música (como Fernando Lopes-Graça), das artes plásticas (como Arpad Szènes, Sarah Afonso, Arlindo Vicente), do cinema e da crítica cinematográfica (Manoel de Oliveira, Régio...), da literatura brasileira (Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Mário de Andrade...). E a publicação estabeleceu diálogo ou polémica com revistas como a *Seara Nova* ou o *Sol Nascente*, conheceu em 1930 uma dissidência sintomática com Torga, Edmundo Bettencourt e Branquinho da Fonseca, que acusaram a *Presença* de paradoxal formalismo e de novo apelaram ao individualismo e ao inconformismo filosófico-literário.

Também esse «novo espírito» se inscreve no movimento da «filosofia portuguesa», ligada ao grupo da «Renovação Democrática»⁷, que encontra em Álvaro Ribeiro um dos seus principais defensores. São dele palavras expressivas, em que sintetiza filosoficamente esse «espírito», nas quais cataliza a ideia de «liberdade», fala das «técnicas de libertação» de natureza política e social que revelam afinal a «eterna aspiração pela liberdade» e da chegada dos Estados autoritários que a negam pura e simplesmente, continuando a intolerância das «igrejas». Vale a pena transcrevê-las de um jornal que inseriu a sua entrevista a um «Inquérito sobre a Universidade», pelo facto de, até certo ponto, encerrarem um ciclo de ideias e de sensibilidades das «novas gerações» (foram escritas em 1933), assinalando desde já a sua complexidade e ambiguidade:

⁶ Ver o testemunho de João Gaspar Simões — com José Régio e Branquinho da Fonseca, um dos directores da *Presença* — no livro *História do Movimento da «Presença»*, Coimbra, Atlântida, s.d..

⁷ Ver *A Organização da Democracia. Manifesto político do grupo «Renovação Democrática»*, s.l., Editorial Renovação Democrática, 1933.

A aspiração espiritual do nosso tempo, a aspiração pessoal de sempre, é a liberdade. Na nossa época, porém, essa aspiração revela-se cada vez mais consciente, assistindo-se à derrota das doutrinas que em filosofia e em política negaram a liberdade, assistindo-se também ao ressurgimento das técnicas de libertação.

O movimento pragmatista e as filosofias da acção, a renovação da epistemologia em consequência das teorias da relatividade, a repugnância pelo agnosticismo e a falência do cientismo claramente declarados pelas novas gerações, provam quanto é consciente, fundamentada e legítima a aspiração pela liberdade.

A afirmação da liberdade metafísica é a mais forte garantia da liberdade de pensamento; negando-a, atribui-se imediatamente à sociedade em geral, ou a qualquer particular sociedade, a causa da aparição da actividade intelectual; negando-a atribui-se a certos representantes da sociedade o direito objectivo de traçar os limites da liberdade de pensamento; negando-a, o problema da cultura antepõe-se ao problema da vida espiritual. E neste declive os Estados podem seguir os exemplos de intolerância que as igrejas outrora lhe ofereceram...

A luta pela liberdade de pensamento é paralela à luta pela liberdade de acção, embora os problemas desta segunda linha se apresentem de preferência em termos de justiça e realização social, conforme os preceitos da técnica política. Os movimentos democratista, socialista, comunista e anarquista só valem como técnicas de libertação, e o seu incessante desenvolvimento igualmente revela a eterna aspiração pela liberdade.⁸

Mas, é do modernismo e do futurismo que queremos sobretudo aqui falar agora, nomeadamente de Ferro, representante assumido de um republicanismo de direita à espera de um ditador, escritor e crítico de arte modernista, que faz uma viagem intelectual pelo Brasil no ano da visita de António José de Almeida e da realização da Semana de Arte Moderna de S. Paulo, que publicou ali muitos dos seus livros ao longo do tempo e que irá, mais tarde, no Estado Novo, criar laços de colaboração, como director

⁸ *A Voz da Justiça*, Figueira da Foz, «Inquérito sobre a Universidade», [Depoimento de Álvaro Ribeiro], 25 de Março de 1933.

do SPN, com o Departamento de Informação e Propaganda (DIP), do Estado Novo de Getúlio Vargas.

O modernismo sofre ali também uma evolução, que resulta das suas ambiguidades e paradoxos, da crise intelectual do fim do século XIX e inícios do século XX, do cansaço pelo racionalismo positivista e da atracção, embora com repúdio do Romantismo, pelo sentimento, pela paixão, pela intuição. Daí que o intelectual desta época — descrente das grandes filosofias idealistas e prático por natureza — sofra por vezes mutações constantes do ponto de vista político, quando à política se quer ligar, ou do ponto de vista estético.

A Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada no Teatro Municipal nos dias 11 a 18 de Fevereiro de 1922, supõe, obviamente, um movimento que lhe é anterior, que se reporta pelo menos a 1912, altura em que Oswald de Andrade regressa da Europa sob a influência do «manifesto futurista» de Marinetti publicado em *Le Figaro* (20 de Fevereiro de 1909) e a coroação do poeta simbolista francês Paul Fort como «príncipe dos poetas»⁹. Depois, os modernistas fraccionam-se em movimentos de tendências diferentes, com ideologias distintas, que vão desde o futurismo à própria ruptura com o futurismo. Menotti del Picchia, criticando o movimento a que pertencera, afirma: «Já se tem quase uma receita para ser artista moderno: basta falar em *jazz-band*, aeroplano, velocípede, frigorífico, etc.». E em 1924 Ronald de Carvalho gritava: «Morra o futurismo! o futurismo é passadismo». Assim, surge o movimento do «Manifesto Pau-Brasil», de Ronald de Carvalho e Oswald de Andrade, de sentido brasileiro mas espontâneo, sem erudição nem métrica, contra a «decadência civilizacional» e mergulhando as raízes na natureza. E este grupo vai transformar-se no movimento da «Antropofagia», em que se valoriza o homem natural, atacando o liberalismo e o cristianismo, optando pela «realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituição e sem penitenciárias do matriarcado do Pindorama»¹⁰. Noutra sentença, forma-se

⁹ Sobre o modernismo brasileiro, Ver Mário da Silva Brito, *História do Modernismo Brasileiro. 1 - Antecedentes da Semana de Arte Moderna*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

¹⁰ Significa em tupi «região das palmeiras» e era o nome por que era conhecido entre alguns índios o «espaço» referente, *grosso modo*, ao Brasil. Foi, assim, usado por vários intelectuais.

o grupo «Verde-Amarelo», de Plínio Salgado, o chefe do Integralismo, e Euclides da Cunha, que leva o nacionalismo às últimas consequências, numa discussão mais de natureza política do que literária, e que também se transmuta no «Grupo da Anta», espécie de tótem inventado por Plínio, que virá mais tarde a exilar-se em Portugal por alguns anos. Também, entretanto, se desenvolve o regionalismo nordestino de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. E, finalmente, no Rio surgia o movimento da revista *Festa*, de escritores como Cecília Meireles, contra o nativismo e defendendo uma poesia universal desligada do pitoresco. Fechava-se assim o ciclo do modernismo, que cumpria o seu trajecto histórico, em grandes contradições, cerca de 1930.

Será, pois, este movimento modernista brasileiro, que só referimos na sua generalidade, e as suas transformações e negações que António Ferro e outros escritores portugueses conheceram nesses anos dez e vinte do século xx. Também ele esteve na origem cultural e ideológica do Estado Novo, bem como, por evolução ou contraste, das suas linhas de colisão. No nosso país sucedeu o mesmo e o modernismo, se esteve na base de algumas concepções que apontavam para a ideia de uma «nova estética», de uma «nova sociedade» (antiburguesa) e de um «novo Estado» (antidemoliberal), também ele próprio se tornou perigoso no contexto de um regime que acabou por defender denodadamente os seus valores tradicionais e que acabou por apelar, assim, para uma cultura conservadora. Por isso, o termo «modernismo» acabou por se tornar incómodo e alguns modernistas, sobretudo no mundo das artes plásticas, vergaram-se às exigências do regime, enquanto outros mantiveram a sua independência e outros aproximaram-se do neo-realismo nascente ou de uma «cultura social» que encontrava como núcleo polarizador outra filosofia tendencialmente totalitária, a do comunismo soviético, provocando colisões de alguns intelectuais com o Partido Comunista que o interpretava¹¹.

¹¹ Ver sobre este tema João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996.

O modernismo/futurismo como forma de uma «cultura nova» num «Estado novo» e numa «Europa nova»

Nada mais custa a entender a um leigo do que as razões pelas quais o modernismo/futurismo esteve na base de um dos caminhos que levou ao fascismo. Recorde-se que Marinetti, considerado o «fundador do futurismo», foi um nacionalista convicto, cuja máxima «*guerra — sola igiene del mondo*» fazia parte do seu manifesto futurista, pelo que se tornou favorável à intervenção da Itália na contenda de 1914-1918, foi defensor do fascismo, tornando-se em 1929 membro da Academia de Itália e aderindo em 1943 à «República Social» de Mussolini. Lembre-se ainda que D'Annunzio, autor de uma vasta literatura poética e romanesca particularmente apreciada, publicada no «fim do século» e nos inícios do século xx, antiparlamentarista de direita, tornou-se num heróico soldado aviador na Primeira Guerra Mundial, após a qual ocupou a cidade de Fiume com os seus voluntários, que, de acordo com o tratado de Versalhes, deveria ser entregue à Jugoslávia. A sua relação com Mussolini nem sempre foi calma e cordata, mas foi considerado como alternativa inicial ao *Duce* na aventura fascista ou mesmo como «*il Giovanni Battista del fascismo*». Por sua vez, Pirandello foi membro do Partido Nacional Fascista e membro da Academia de Itália. E, para além da Itália, mas na Itália, lembremos que o escritor americano Ezra Pound (que morreu em Veneza em 1972) manteve ao longo da vida grande admiração pelo fascismo.¹²

Na verdade, o sentimento e a paixão modernistas levavam a uma filosofia da acção, à ideia obsessiva de destruir uma «cultura burguesa» e racionalista, considerada fora de moda, e à afirmação de uma «cultura nova», no domínio da literatura, da música e das artes plásticas, onde a linguagem tinha de ser diferente, directa, paradoxal e provocatória. Formava-se, assim, uma noção de «sociedade nova», mesmo que não desprezasse a Tradição, oposta à ideia demoliberal, assente numa concepção hierárquica conduzida por «elites»,

¹² Podem ver-se os vários artigos sobre estes autores e o artigo sobre «Futurismo» nos dicionários do fascismo: *Il fascismo. Dizionario di storia, personaggi, cultura, economia, fonti e dibattito storiografico*. A cura di Alberto De Bernardi e Scipione Guarracino. Milão, Bruno Mondadori, 1998, e *Dizionario del fascismo*. A cura de Victoria di Grazia e Sergio Luzzato. Turim, Giulio Einaudi, 2002, 2 vols.

por «heróis», por «homens-síntese», que dirigiriam as massas e reformulariam a ideia de «Nação». Daí a busca e a atracção pelos «Chefes».

Tal movimento também eclode em Portugal e essa linha de desenvolvimento da cultura encontra igualmente expressão numa lógica de «Estado novo». Não vamos, obviamente, propor aqui uma análise literária do modernismo, mas captar de alguns dos seus documentos fundamentais a ideia de uma «cultura nova», no contexto de uma luta contra a «burguesia» e a favor de um «Estado novo» (entendido, pois, em sentido lato), numa «Europa nova».

Vejam os casos do *Ultimatum* de Álvaro Campos¹³, um dos heterónimos de Fernando Pessoa, publicado pela primeira vez em 1917 no *Portugal futurista*.

Começa, escandalosamente, com um «Mandado de despejo aos mandarins da Europa!». «Fora tu, Anatole France, Epicuro da farmacopeia homeopática, ténia-Jaurès do Ancien Régime, salada de Renan-Flaubert em louça do século dezessete, falsificada!». Assim inicia o «despejo», que continua com as outras grandes figuras emblemáticas da cultura europeia, utilizando idênticos impropérios: Maurice Barrès, Bourget, George Bernard Shaw, H. W. Wells, G. K. Chesterton, Yeats, Maeterlinck, Rostand. A daí passa para os chefes de Estado — «E todos os chefes de estado, incompetentes ao léu, barris de lixo virados pra baixo à porta da Insuficiência da Época!». Vêm a seguir os Estados e as suas culturas — «Desfile das nações para o meu Desprezo!»: a «ambição italiana», o «esforço francês», a «organização britânica», a «cultura alemã, Sparta podre com azeite de Cristianismo e vinagre da nietzschização» e... por aí fora, até chegar a Espanha, a Portugal e ao Brasil e aos Estados Unidos:

¹³ Ver *Ultimatum* de Álvaro de Campos, em Petrus (pseudónimo de Pedro Veiga, que foi um dos fundadores do grupo de «Renovação Democrática»), *Os modernistas portugueses, I. Do Orpheu à Presença*, Porto, Textos Universais, C.E.P., s.d., pp. 9-31, ou em *Portugal futurista. Edição facsimilada*, Lisboa, Contexto, 1990 (4.ª edição), pp. 30-34. Esta edição do *Portugal futurista* contém estudos introdutórios de Nuno Júdice («O Futurismo em Portugal») e de Gustavo Nobre (José «Pacheco»). Hesitámos, neste e em todos os casos referentes ao modernismo, devido à sua escrita *sui generis*, se deveríamos conservar a ortografia original. Todavia, continuámos a optar pelo uso de uma ortografia actualizada, embora mantendo obviamente as formas que hoje seriam desactualizadas ou que exprimem uma linguagem própria, bem como as maiúsculas e minúsculas, pedindo a compreensão dos pessoanos e de todos aqueles que estudam o modernismo.

Tu, «imperialismo» espanhol, salero em política, com toureiros de sambenito nas almas ao voltar da esquina e qualidades guerreiras enterradas em Marrocos!

Tu, Estados Unidos da América, síntese-bastardia da baixa-Europa, alho de açorda transatlântica, pronúncia nasal do modernismo inestético!

E tu, Portugal-centavos, resto da Monarquia a apodrecer República, extrema-unção-enxovalho da Desgraça, colaboração artificial na guerra com vergonhas naturais em África!

E tu, Brasil, «república irmã», blague de Pedro Álvares Cabral, que nem te queria descobrir!¹⁴

A Europa precisaria de se renovar, ou inovar. Mas, antes de indicar o «caminho», lança sobre ela um conjunto de frases soltas que apostavam no seu desejo de Futuro e que terminavam em afirmações egotistas:

A Europa tem sede de que se crie, tem fome de Futuro!

A Europa quer grandes Poetas, quer grandes Estadistas, quer grandes Generais!

Quer o Político que construa conscientemente os destinos inconscientes do seu Povo!

Quer o Poeta que busque a Imortalidade ardentemente, e não se importe com a fama, que é para as actrizes e para os produtos farmacêuticos!

Quer o General que combata pelo Triunfo Construtivo, não pela vitória em que apenas se derrotam os outros!

A Europa quer muitos d'estes Políticos, muitos d'estes Poetas, muitos d'estes Generais!

A Europa quer a Grande Ideia que esteja por dentro d'estes Homens Fortes — a ideia que seja o Nome da sua riqueza anónima!

A Europa quer a Inteligência Nova que seja a Forma da sua Matéria¹⁵ caótica!

¹⁴ *Ultimatum* de Álvaro de Campos, in *Portugal futurista. Edição facsimilada*, p. 30.

¹⁵ Apesar de, neste caso, como dissemos, respeitarmos a ortografia do original, alterámos a palavra «Mateira», claramente uma gralha, para «Matéria».

Quer a Vontade Nova que faça um Edifício com as pedras-ao-acaso
do que é hoje a Vida!

Quer a Sensibilidade Nova que reúna de dentro os egoísmos dos
lacaíes da Hora!

A Europa quer Donos! O Mundo quer a Europa!

A Europa está farta de não existir ainda! Está farta de ser apenas o
arrabalde de si-própria! A Era das Máquinas procura, tacteando, a vinda
da Grande Humanidade!

A Europa anseia, ao menos, por Teóricos de O-que-será, por Cantores-
-Videntes do seu Futuro!

Dai Homeros à Era das Máquinas, ó Destinos científicos! Dai Miltons
à Época das Cousas Eléctricas, ó Deuses interiores à Matéria!

Dai-nos Possuidores de si-próprios, Fortes Completos, Harmónicos
Subtis!

A Europa quer passar de designação geográfica a pessoa civilizada!

O que aí está a apodrecer a Vida, quando muito é estrume para o
Futuro!

O que aí está não pode durar, porque não é nada!

Eu, da Raça dos Navegadores, afirmo que não pode durar!

Eu, da Raça dos Descobridores, desprezo o que seja menos que
descobrir um Novo Mundo!

Quem há na Europa que ao menos suspeite de que lado fica o Novo
Mundo agora a descobrir? Quem sabe estar em um Sagres qualquer?

Eu, ao menos, sou uma grande Ânsia, do tamanho exacto do Possí-
vel!

Eu, ao menos, sou da estatura da Ambição Imperfeita, mas da Ambição
para Senhores, não para escravos!

Ergo-me ante o sol que desce, e a sombra do meu Desprezo anoitece
em vós!

Eu, ao menos, sou bastante para indicar o Caminho!

Vou indicar o caminho!¹⁶

¹⁶ *Idem*, p. 32.

Desta forma, Álvaro Campos, «engenheiro naval», emotivo, «franzino e civilizado», proclamava que o «Caminho» passava, em primeiro lugar, pela «Lei de Malthus da Sensibilidade», ou seja, «a adaptação da sensibilidade ao meio»; em segundo lugar, pela «Necessidade da Adaptação Artificial», isto é, «a transformação violenta da sensibilidade de modo a tornar-se apta a acompanhar, pelo menos por algum tempo, a progressão dos seus estímulos»; e, em terceiro lugar, pela «intervenção cirúrgica anti-cristã», abolindo «o dogma da Personalidade», «o preconceito da Individualidade» e «o dogma da objectividade pessoal».

No primeiro caso desta última premissa, ao abolir a Personalidade e ao surgir uma «consciência da sua interpenetração com as almas alheias», haveria uma aproximação ao surgimento do «Homem-Completo», ao «Homem-Síntese da Humanidade». E daí, em política, proclamar-se-ia a «Abolição total do conceito de democracia, conforme a Revolução Francesa, pelo qual dois homens correm mais do que um homem só, o que é falso, porque *um homem que vale por dois é que corre mais que um homem só!*» — substituía-se assim a Democracia pela «Ditadura do Completo», surgindo um outro sentido para a Democracia, o «Grande Sentido da Democracia, contrário em absoluto ao da actual, que, aliás, nunca existiu». Em arte, dava-se a «Abolição total do conceito de que cada individuo tem o direito ou o dever de exprimir o que sente» — o que é necessário é o «artista», «O artista cuja arte seja uma Síntese-Soma, e não uma Síntese-Subtração dos outros de si, como a arte dos actuais». Em filosofia, verificava-se a «Abolição do conceito de verdade absoluta» — «Como tudo é subjectivo, cada opinião é verdadeira para cada homem: a maior verdade será a soma-síntese-interior do maior número d'estas opiniões verdadeiras que se contradizem umas às outras».

Por sua vez, ao abolir o «preconceito da Individualidade», anular-se-ia, em política, «a convicção que dure mais que um estado de espírito», em arte a «Abolição do dogma da individualidade artística», substituindo-a pelo artista que o será tanto mais quanto «menos se definir» e «o que escrever em mais géneros com mais contradições e mais dissemelhanças», e, em filosofia, a «Abolição total da Verdade como conceito filosófico» e a sua redução à «arte de ter teorias interessantes sobre o «Universo»».

Da abolição do «dogma da objectividade» surgiria, em política, «O domínio apenas do indivíduo ou dos indivíduos que sejam os mais hábeis Realizadores de Médias»; em arte, ao abolir-se «o conceito de Expressão», substituir-se-ia pelo de «Entre-Expressão», ou seja, a expressão de «opiniões de pessoa nenhuma»; e, em filosofia, substituir-se-ia o conceito de Filosofia pelo de Ciência, «visto a Ciência ser a Média concreta entre as opiniões filosóficas», «a Média das subjectividades».

De tudo isto, tirava Álvaro Campos/Fernando Pessoa a ilação dos «Resultados finais, sintéticos»: em política, a afirmação de uma «Monarquia científica, anti-tradicionalista e anti-hereditária, absolutamente espontânea pelo aparecimento sempre imprevisível do Rei-Média», relegando-se o papel do Povo «ao seu papel cientificamente natural de mero fixador dos impulsos do momento»; em arte, a «Substituição da expressão de uma época, por trinta ou quarenta poetas, por a sua expressão por (por ex.), dois poetas cada um com quinze ou vinte personalidades, cada uma das quais seja uma Média entre correntes sociais do momento»; em filosofia, «Integração da filosofia na arte e na ciência», desaparecimento da metafísica e de todas as formas de sentido religioso, «por não representarem uma Média».

Qual o «Método» para alcançar este «Caminho»? Esse — diz Álvaro de Campos — «sabe-o só a geração por quem grito, por quem o cio da Europa se roça contra as paredes!». Ele só conhecia o «Caminho», era esse que proclamava:

Proclamo, para um futuro próximo, a criação científica dos Superhomens!

Proclamo a vinda de uma Humanidade matemática e perfeita!

Proclamo a sua Vinda em altos gritos!

Proclamo a sua Obra em altos gritos!

Proclamo-A, sem mais nada, em altos gritos!

E proclamo também: Primeiro:

O Superhomem será, não o mais forte, mas o mais completo!

E proclamo também: Segundo:

O Superhomem será, não o mais duro, mas o mais complexo!

E proclamo também: Terceiro:

O Superhomem será, não o mais livre, mas o mais harmónico!

Proclamo isto bem alto e bem no auge, na barra do Tejo, de costas pra a Europa, braços erguidos, fitando o Atlântico e saudando abstractamente o Infinito¹⁷

Na sequência desta «revolução cultural», cheia de paradoxos, mas onde há a marca de influências nietzscheanas, compreende-se o «Manifesto Anti-Dantas», de José de Almada-Negreiros, «Poeta d'Orpheu Futurista e Tudo»¹⁸ — «Morra o Dantas! Morra! Pim!». Júlio Dantas representava, e continuaria afinal a representar, uma literatura «oficial», «burguesa», integrada na «ordem», em qualquer «ordem». E Almada representava a transgressão própria de uma «nova geração». Daí o seu *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do Seculo xx*¹⁹, proclamado em 14 de Abril de 1917 no Teatro República e publicado no número 1 e único do referido *Portugal Futurista*, no contexto da guerra, e do elogio da guerra, no que considerava «um país de fracos», «um país decadente» — «A missão da República portuguesa já estava cumprida desde antes de 5 de Outubro: mostrar a decadência da raça». Por isso era preciso «ir buscar na guerra da Europa toda a força da nova pátria», pois no *front* estava «concentrada toda a Europa, portanto a Civilização actual». «A guerra é a grande experiência» — sublinhava o manifesto. E reafirmava, insistentemente:

*É a guerra que acorda todo o espírito de criação e de construção
assassinando todo o sentimentalismo saudosista e regressivo.*

¹⁷ *Idem*, p. 34.

¹⁸ *Manifesto Anti-Dantas e por extenso por José de Almada-Negreiros Poeta d'Orpheu Futurista e Tudo*, Edição do autor, s.d.

¹⁹ Publicado em *Portugal Futurista. Edição facsimilada*, pp. 36-38, e por Petrus, *ob. e vol. cits.*, pp. 63-75.

É a guerra que apaga todos os ideais românticos e outras fórmulas literárias ensinando que a única alegria é a vida.

É a guerra que restitui às raças toda a virilidade apagada pelas masturbações *raffinées* das velhas civilizações.

É a guerra que liquida a diplomacia e arruína todas as proporções do valor académico, todas as convenções de arte e de sociedade explicando toda a miséria que havia por debaixo.

É a guerra que desclassifica os direitos e os códigos ensinando que a única justiça é a Força, é a Inteligência, e a Sorte dos arrojados.

É a guerra que desloca o cérebro do limite doméstico prá concepção do Mundo, portanto da Humanidade.

A guerra cobre de ridículo a palavra sacrifício transformando o dever em instinto. É a guerra que proclama a pátria como a maior ambição do homem. É a guerra que faz ouvir ao mundo inteiro plo aço dos canhões o nosso orgulho de Europeus.

Enfim: *a guerra é a grande experiência*. Contra o que toda a gente pensa a guerra é a melhor das selecções porque os mortos são suprimidos plo destino, aqueles a quem a sorte não elegeu, enquanto que os que voltam têm a grandeza dos vencedores e a contemplação da sorte que é a maior das forças e o mais belo dos optimismos. Voltar da guerra, ainda que a própria pátria seja vencida, é a Grande Vitória que há-de salvar a Humanidade.

A guerra por razões de número e de tempo, acaba com todo o sentimento de saudade para com os mortos fazendo em troca o elogio dos vivos e condecorando-lhes a Sorte.

A guerra serve para mostrar os fortes e salvar os fracos. Na guerra os fortes progridem e os fracos alcançam os fortes. Portugal é um país de fracos. Portugal é um país decadente [...] ²⁰

Num discurso futurista e assumidamente provocatório, Almada termina, dizendo por três vezes que «é preciso criar a pátria portuguesa do século xx», completando esse juízo desta forma:

²⁰ *Portugal Futurista. Edição facsimilada*, p. 36.

O povo completo será aquele que tiver reunido no seu máximo todas as qualidades e todos os defeitos. Coragem, portugueses, só vos faltam as qualidades.²¹

Já em 1921, outro modernista, António Ferro, o editor da revista *Orpheu*, publicava *Nós. Manifesto literário*²². «Nós» que poderia significar «Eu», tendo em conta o carácter egotista da escrita modernista e dado tratar-se exactamente de um texto de diálogo entre «Eu», António Ferro talvez ou também, e «A Multidão», a «multidão» que os modernistas odiavam, ao mesmo tempo que a consideravam sempre um parceiro no seu diálogo com o mundo, ao mesmo tempo que apelavam para uma elite, de que faziam parte, «A Multidão» que, no texto em prosa de Ferro, apenas diz coisas como isto: «Não se ouve nada, não se ouve nada...», «Não percebemos, não percebemos... Endoi-deceram? Falem mais alto...», «Doidos varridos, doidos varridos...», «Insolente! Insolente! Vamos bater-lhe...».

Ferro começa por citar Jean Cocteau: *«L'avenir n'appartient à personne. Il n'y a pas de precurseurs, il n'existe que des retardataires»*. A seguir vem um conjunto de afirmações desconcertantes, interrompidas, como dissemos, pelos gritos de «A Multidão». Começa por afirmar:

Somos os religiosos da Hora. Cada verso — uma cruz, cada palavra — uma gota de sangue. Sud-express para o futuro — a nossa alma rápida. Um comboio que passa é um século que avança. Os comboios andam mais depressa do que o homens. Sejamos comboios, portanto!

Ser de hoje, Ser hoje!!!... Não trazer relógio, nem perguntar que horas são... **Somos a Hora!** Não há que trazer relógios no pulso, nós próprios, somos relógios que pulsam...²³

²¹ *Idem*, p. 38.

²² António Ferro, *Nós*, s.l., s.e., s.d. [1921]. Publicado em Petrus, *ob. e vol. cit.*, pp. 91 ss.. Também publicado na colectânea de A. Ferro, *Obras de: António Ferro. 1. Intervenção modernista*. Prefácio de António Rodrigues. Lisboa Verbo, 1987, p. 147 ss..

²³ In *ob. cit.*, p. 93.

A ideia de crise do país é, como sempre, um *leit motiv*: «Cheira a defuntos, cheira a defuntos em Portugal...» E a «Grande Guerra na Arte» é apresentada como uma revolução que separa «nós» e o «outro lado». «Nós» é «Gabriel d'Annunzio — o Souteneur da Glória — abraçado a Fiume — cidade virgem num espasmo...», é o ballet russo com Nijinsky e Karsavina, é «Marinetti — esse boxeur de ideias», Picasso, o cubista Francis Picabia, Cocteau, «Blaise Cendrars — Torre Eiffel de asas e de versos», «Stravinsky — máquina de escrever música», Bernard Shaw, «Colette — o carmim da França», «Ramón Gómez de la Cerna, palhaço, saltimbanco, cujos dedos são acrobatas na barra da sua pena» e... alguns outros, entre eles, apesar de tudo, Anatole France, «Homem de todas as idades», e António Ferro, «Eu — afixador de cartazes nas paredes da Hora». «Do outro lado» está, por exemplo, «Paulo Bourget — médico de aldeia com consultório de psicologia em Paris», «Linares Rivas — amanuense do teatro espanhol», «está o Dantas — *coiffeur* das almas medíocres», «o Lopes de Mendonça — barrete Frígio às três pancadas, matrona que já foi patrono de cadáveres da Ressurreição», «Júlio de Matos — maníaco de doidos», «o senhor Antero de Figueiredo, feminilmente a trabalhar, em coiro, a História Pátria» e «mesmo tu, leitor, orgulhoso da tua mediocridade, rindo às escâncaras, sobre esta folha de papel que irás ler à família, à sobremesa...» E termina com a apóstrofe, dirigindo-se à «Multidão» furiosa:

Morram, morram vocês, ó etcéteras da Vida!... Viva eu, viva Eu, viva a Hora que passa... Nós somos a Hora oficial do Universo: meio dia em ponto com sol a prumo!²⁴

E, naturalmente, estas declarações provocatórias, terminadas por esta última em negrito, são assinadas por «EU ANTÓNIO FERRO» (em maiúsculas e também em negrito).

O modernismo e o futurismo não se fixavam em nenhuma posição política. Vaga e desconexamente falavam de «uma outra política», mas acima

²⁴ In *ob. cit.*, p. 97.

de tudo referiam-se, de forma assumidamente arrogante e espectacular, a uma «nova Europa» e «um novo Portugal», no qual surgiria uma «nova cultura» e uma «nova literatura».

Claro que, com isto, não queremos significar — já o dissemos — que Pessoa ou mesmo Almada Negreiros (embora a situação deste já tivesse sido diferente) fossem adeptos incondicionais do Estado Novo que surgiu com Salazar.

Pessoa, é certo, criticou a República jacobina — ressaltando o republicanism evolucionista e «idealista» de António José de Almeida —, em nome do nacionalismo, em afirmações que não deixam dúvidas acerca do significado que lhe atribuía. Assim, vejamos as sua palavras:

A República veio muito cedo. Não é que o partido republicano estivesse mal organizado; se o estivesse não teria vencido. Não que estivesse organizado numa orientação má — não era a melhor, mas era, com referência aos outros, a melhor, por certo.

O que o partido republicano não estava é suficientemente nacionalizado. Era insuficientemente português, posto que insuficientemente republicano.

Aquele espírito português que surge, evidente e nítido, na obra dos poetas, desde António Nobre a Afonso Lopes Vieira — esse entrava mediocrementemente na composição do psiquismo geral do partido da República. É justamente aquela parte do partido que mais se integrou no sentimento nacional português — a que representa António José d'Almeida — essa era, essencialmente, a mais sã, a mais patriótica [...] do partido. A outra — a que tinha por chefes B[ernardino] M[achado] e Afonso Costa — essa era mais meramente política, mais especialmente ocupada em fazer política contra a monarquia do que patriotismo pela República. Representam o ódio à monarquia, substituto positivo, porque todos os substitutos são positivos; mas envolvendo uma ideia negativa. Os outros — os da chefia de António José de Almeida — tinham o ódio à monarquia por causa do amor à República. [...] A frase «povo português» dita pelo Dr. António José d'Almeida traz consigo hoje um momento de poesia [...]»²⁵

²⁵ «Para a obra 'Considerações pós-revolucionárias'. 1910/1911/1912», in Fernando Pessoa, *Páginas de pensamento político – I*. Org., introduções e notas de António Quadros, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986, pp. 50-51.

O nacionalismo era uma das primeiras e principais linhas de força de Pessoa e por isso não poderia deixar de criticar o que considerava a falta de nacionalismo dos republicanos, assim como a falta de espírito de «revolução» do golpe republicano de 1910. Isto, todavia, não o identifica com o espírito precursor do «Estado Novo». O seu nacionalismo não era nem o «nacionalismo tradicionalista», nem o «nacionalismo integral», que, à maneira de Teixeira de Pascoaes (fora também da linha de pensamento que poderia desaguar no Estado Novo), se apoia na ideia de um «psiquismo colectivo», mas o «nacionalismo sintético», considerado como «um modo especial de sintetizar as influências do jogo civilizacional». Conforme considerava, aceitava «um e outro, buscando imprimir o cunho nacional não na matéria, mas na forma»²⁶. É certo que Pessoa, como o fará o salazarismo, manifestará uma simpatia especial por Sidónio Pais, o «Presidente Rei», e pela «República Nova», mas isso tem que ver com a sua forma de conceber a República não como uma «política», mas como uma forma nacionalista e cultural. Também é verdade que se manifestou, mesmo em textos políticos, céptico em relação ao sufrágio universal, defendendo uma posição vaga de um governo sustentado pela «opinião», mas recusou-se a discutir qualquer via política concreta, dado o seu sentido de intelectual mais do que qualquer preocupação política em si mesma. Ainda é verdade que Pessoa afirmava um credo sebastianista que o salazarismo procuraria assumir e que terá valido, apesar de tudo, à *Mensagem* o prémio «Antero de Quental», de poesia, no primeiro concurso promovido em 1934 pelo Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo²⁷. No entanto, Pessoa está acima de qualquer ideologia política e de qualquer regime e as críticas a Salazar e ao Estado Novo não se fizeram esperar, mesmo logo após a instauração do novo sistema político, assim como criticara Mussolini e o fascismo italiano²⁸.

Há que considerar, portanto, que Pessoa, na sua qualidade de escritor para além de qualquer lógica política, *strito sensu*, está acima de qualquer regime.

²⁶ «Para um ensaio intitulado «O Integralismo» ou «O Neo-Romantismo Monárquico». 1915/1916», *idem*, p. 98.

²⁷ Ver *infra*, nesta parte III, o capítulo IV.

²⁸ Ver Fernando Pessoa, *Contra Salazar*. Selecção, introdução e notas de António Apolinário Lourenço. Coimbra, Angelus Novus, 2008.

Talvez o mesmo se possa dizer de Almada Negreiros, ainda que se deva ter em conta que a sua pintura foi posta ao serviço do Estado Novo. E com mais razão se poderá dizer o mesmo com o segundo modernismo da *Presença*, a que já nos referimos.

Enfim, o modernismo, embora estabeleça ligações com o grupo integralista e com escassos intelectuais que defenderam exactamente o fascismo (Homem Cristo Filho ou João de Castro Osório), por exemplo através da revista *Ideia Nacional* (1915-1916) — dirigida por Homem Cristo e depois por Homem Cristo Filho, onde colaboraram, por exemplo, primeiro, Aires de Ornelas, Alfredo Pimenta, Conde de Sabugosa, João do Amaral, Luís de Magalhães ou Ramalho Ortigão, e, depois, José Pacheco, Almada Negreiros, Conde Monsaraz ou Luís de Almeida Braga —, não se pode identificar com o Estado Novo, entendido como regime. No entanto, parece-nos indiscutível — e, conforme vimos, isso ainda foi mais evidente em Itália — que a sua sensibilidade antiburguesa e de mudança ajudou a criar, em conjugação com outras linhas de pensamento (sobretudo de carácter antidemoliberal), uma tendência que se foi fortalecendo e que geraria a ideia da iminência de um «Estado novo». E as suas frases retumbantes, cheias de novidade linguística, repercutiam-se facilmente numa lógica de propaganda, a Propaganda que Ferro viria a assumir no Estado Novo, pelas mãos de Salazar, exercendo ali, até por isso, uma certa acção de mentor de intelectuais e artistas que estavam fora do regime e mesmo, nalguns casos, contra o regime. Foi essa, de resto, como veremos, uma das razões das críticas que lhe foram movidas em certos núcleos salazaristas e de que se defendeu no fim da sua carreira política.

António Ferro: de intelectual modernista a «intelectual orgânico» do Estado Novo

Compreende-se, assim, que possa não haver nenhuma contradição entre o intelectual modernista-futurista e o «intelectual orgânico», que foi António Ferro, como director do SPN e, depois, como dirigente máximo do SNI,

após 1944. Na verdade, a sua tendência manifesta para uma «nova cultura» antiburguesa levou-o também a afirmar simpatias pelo fascismo e a penetrar na ideia de «Estado novo», utilizando nesse sentido a sensibilidade que o fez creditar como escritor modernista e apaixonado pioneiro das «artes modernas».

Por exemplo, o cinema foi uma das suas paixões precoces²⁹. Em 1917 publicava o seu primeiro grande ensaio sobre o tema, *As grandes trágicas do silêncio*, texto de uma «Conferência de arte realizada no Salão Olímpia, na tarde de 1 de Junho de 1917». Terá segunda edição, de Lisboa e do Rio de Janeiro, em 1922³⁰, altura em que ocorria, na então capital do Brasil, a exposição comemorativa da sua independência, mas também o ano em que se verificava em São Paulo (como vimos) a famosa Semana de Arte Moderna. E o jovem Ferro afirmava então ter uma «grande ternura» por esta conferência e pelos seus dezanove anos em «*que rezava junto do écran como junto dum altar*»³¹.

A conferência que se propunha fazer era — como dizia — «uma conferência de frases» e a «Frase» constituía o mundo onírico da arte, que encontrava, por exemplo, no «palácio da magia» de D'Annunzio³². Contrariamente aos «paladinos da Verdade» e aos «moralistas», a arte era para ele a «mentira», afastada o mais possível da Vida. Por isso, conforme acentuava: «*a mentira é a única verdade dos artistas*»³³.

O «animatógrafo» constituía, assim, um domínio da arte por excelência: para ele nunca há dificuldades, dado que é o campo absoluto do «artificial». Daí as vantagens que nele encontra, onde outros vêem por vezes inconve-

²⁹ Sobre os textos acerca do cinema da autoria de Ferro, ver no artigo de António Pedro Pita, «Temas e figuras do ensaísmo cinematográfico», o título «Uma pequenina luz que sonha com as estrelas»: António Ferro e o cinema», in *O Cinema sob o olhar de Salazar...*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 43-47. E ver também, da nossa autoria, o capítulo VI desta parte III.

³⁰ *As grandes trágicas do silêncio*, Lisboa – Rio de Janeiro, H. Antunes, 1922. Ferro afirmava, ele próprio, que a sua conferência era «a primeira conferência que, sobre o assunto, se realiza entre nós» (*ob e ed. cits.*, p. 32).

³¹ *Ob. cit.*, 2.^a edição, Prólogo, p. 18. Mantivemos o itálico do Prólogo.

³² *Ob. e ed. cits.*, p. 19 ss..

³³ *Idem*, pp. 22-24.

nientes³⁴. Com o seu «artificialismo», o cinema estimula a «sagrada ambição de triunfar», «apura, notavelmente o sentido estético», «mitiga um pouco a sede àqueles que apenas podem viajar no mundo do seu espírito», cria mesmo a sensação de imortalidade, pois «a própria morte passa a ser desmentida pelo animatógrafo»... Artista do moderno e do futuro, Ferro valoriza, portanto, mais o cinema do que o teatro, de que ele próprio foi autor, assim como será, na qualidade de argumentista, com o realizador António Lopes Ribeiro, do filme de propaganda do Estado Novo, *Revolução de Maio* (1937):

O cinema é o teatro do futuro. Atravessamos uma época febril, em que a Vida só se compreende no movimento: num automóvel, num aeroplano — nunca a pé... O minuto de hoje é mais fecundo do que a hora de ontem. Não caminhamos para o futuro, precipitamo-nos no futuro.³⁵

Daí que a sua conferência tivesse como tema as artistas do *écran*: «A Arte das artistas do *écran* é a verdadeira Arte, porque difere absolutamente da Vida»³⁶. E as artistas de que falava eram atrizes italianas: Francesca Bertini, Pina Menichelli e Lyda Borelli. Não é que entendesse que o cinema italiano fosse a forma de «Arte» mais perfeita. Havia nas «grandes trágicas italianas» — conforme dizia — um certo «espreguiçamento voluptuoso dos corpos» que contrastava com «a vertigem do cinema». «*A América* — considerava Ferro na versão de 1922 — *foi quem acertou o animatógrafo, quem lhe deu a velocidade precisa, quem substituiu as mulheres pelos factos*»³⁷. No entanto, continuava a apreciar as «grandes trágicas» italianas, «as grandes trágicas do silêncio» (do «silêncio» por se tratar do cinema mudo), até porque admirava particularmente a Itália. Ela era, segundo as suas expressivas palavras, «um grande animatógrafo», porque, ao contrário do que se poderia pensar, a Itália não era um país do Passado:

³⁴ Cfr. *idem*, pp. 27-32.

³⁵ *Idem*, pp. 32-33.

³⁶ *Idem*, p. 34.

³⁷ *Idem*, Prólogo (à ed. de 1922), p. 18. Como se disse, nesta citação e na seguinte, utilizamos o itálico que se encontra no Prólogo.

Bem ao contrário de Portugal, que tem a volúpia de ser ontem, a Itália numa justa ambição, quer ser de hoje, ser mesmo de amanhã, se possível for. Foi assim que, em vez duma Itália contemplativa, parada, uma Itália de etiquetas, eu encontrei uma Itália febril, dinâmica, futurista. Futurista, sim, acreditem-me. Em Roma há clubs futuristas, homens públicos, ministros, que comungam no credo novo de Marinetti. É-se futurista em Itália, por reacção ao Passado, para fazer justiça ao Presente. As ruínas, os monumentos, as velhas praças, utilizam-se apenas, como cenários. O cinematógrafo é uma grande pintura a fresco sobre a parede estalada do Passado.³⁸

Não é importante recordar o que sentia — ou o que dizia António Ferro, nas suas «frases» — acerca das artistas italianas. O que interessa é focarmos essa sua «profissão de fé na mentira, na Mentira da Arte», essa paixão pelo cinema que manifestava nos anos de juventude e que o acompanhou (embora com outros cuidados retóricos) como homem público, essa concepção estética feita ao mesmo tempo de admiração pela velocidade do cinema americano e por essa linha romântica do cinema italiano, que o fazia terminar o seu discurso com «frases» sobre o beijo, os beijos das três artistas, que lhe originara imagens contraditórias, diferentes, mas todas admiráveis:

Na soma final, o beijo de Francesca Bertini é o beijo humano, é o beijo-Mulher... O beijo de Pina Menichelli é o beijo diabólico, o beijo Satanás... E, finalmente, o beijo de Lyda Borelli, é o beijo divino, o beijo Arte, o beijo-Deus.³⁹

Em todo este contexto, compreende-se melhor a sua visão entusiasmada por D'Annunzio em Fiume ou a simpatia pelo fascismo e por Mussolini, expressa em 1927 na série de entrevistas, que apelidou com o título sugestivo de *Viagem à volta das Ditaduras*⁴⁰. Para ele, tais realidades e personalidades constituíam afinal «grandes filmes», dotados de uma estética própria e original.

³⁸ *Idem*, p. 14.

³⁹ *Ob. cit.*, p. 51.

⁴⁰ *Viagem à volta das Ditaduras*, Lisboa, Empresa «Diário de Notícias», 1927, Com um Prefácio de Filomeno da Câmara. Primeira Parte «À volta da Ditadura Italiana», p. 53 ss..

De resto, alguns intelectuais, mesmo que se não identifiquem exactamente com o fascismo, falarão expressamente da sua estética⁴¹. E compreende-se também, por contraditório que possa parecer, as imagens de entusiasmo estético que Ferro nutre pelos Estados Unidos nos seus dois livros do início dos anos trinta, *Novo Mundo*, *Mundo Novo* e *Hollywood capital das imagens*⁴². Para ele, Hollywood é a fantasia. Aceita o juízo crítico da visão à lupa de Georges Duhamel sobre a América, mas, sem a contradizer, coloca-se noutra ângulo, como se, ao viajar, estivesse a ver um filme ou uma peça de teatro:

Tudo quanto Duhamel diz no seu livro é verdadeiro (duma verdade vista à lupa...), mas com esse processo de análise, com a sonda empregada pelo autor de *Civilisation*⁴³, o desencanto é fatal, inevitável, quer se trate dos Estados Unidos, quer se trate de Inglaterra, quer se trate da própria França...

Quem vê um filme ou uma peça de teatro preocupado com os bastidores, com o buraco do ponto, com os subterrâneos da criação, com a miséria que se esconde atrás do pano de fundo, há-de ter, forçosamente, impressões tristes e negras... Mas quem olha os países, as civilizações com a alma propositadamente simplista do espectador, como se olham as *feeries* do Casino ou das Folies, defende-se, com frivolidade e alegria, dessas fobias atormentadas e injustas...

[...]

Para que aprofundar? Para que ir aos bastidores? Para que arrancar ao mundo a ilusão maravilhosa de Hollywood que é o seu jogo e o seu

⁴¹ Assim sucede com o pensador católico conservador Gonzague de Reynold, em livro de grande influência em Portugal: «L'État fasciste est un magnifique oeuvre architecturale. Sa contemplation, son étude, provoquent un plaisir esthétique. C'est la seule construction politique, parmi toutes celles qu'on a élevées ou ébauchées depuis la guerre, qui soit harmonieuse dans sa nouveauté» (*L'Europe Tragique*, Paris, Éd. Spes, 1935, pp. 292-293).

⁴² *Novo Mundo*, *Mundo Novo*, Lisboa, Portugal - Brasil, Sociedade Editora Arthur Brandão, s.d. [1930], e *Hollywood capital das imagens*, Lisboa, Portugal - Brasil, Sociedade Editora Arthur Brandão, s.d. [1931].

⁴³ Trata-se do livro assim intitulado, *Civilisation*, que obteve o prémio Goncourt de 1918.

brinquedo? Não roubemos a música a esta palavra feliz, a esta palavra-hino, à palavra Hollywood...⁴⁴

Entretanto, António Ferro, em 1918, em plena era do presidencialismo de Sidónio Pais, por quem nutria grande admiração, vai para Angola como oficial miliciano e ajudante do governador-geral, o comandante Filomeno da Câmara, no qual revê também a imagem do «Chefe». Ali também ouvirá a notícia do assassinio de Sidónio, em Dezembro desse ano, o que o leva a regressar ao Continente.

É então que se reafirma como modernista, na escrita e na prática jornalística. Depois de ser chefe de redacção do periódico republicano de direita *O Jornal*, no fim de 1919, aparece em 1920 como redactor de *O Século*, que o envia a Fiume para entrevistar D'Annunzio, por cuja aventura nacionalista manifesta, como dissemos, uma grande simpatia. Será em 1922 que publicará essas reportagens em livro, a que chama narcisistamente, à maneira modernista, *Gabriele d'Annunzio e Eu*⁴⁵.

A *Teoria da Indiferença*, publicada em 1920⁴⁶, marca o seu regresso à escrita modernista. Trata-se de um conjunto de frases soltas subordinadas a temas, como «Da Arte e da Vida», onde escreve, tal como dissera na sua conferência sobre o cinema: «A Arte é a mentira da vida. A Vida é a mentira da Arte. A mentira é a Arte da Vida». Sobre o tema «Dos Humanos», falou do homem e da mulher, do artista, do político, do suicida, do assassino... Em relação a todos os tipos «humanos», tem frases sintéticas, algumas vezes escandalosas ou paradoxais, tais como: «É impossível fixar a alma de uma mulher. A mulher, em cada gesto, cria uma nova alma», «O homem compromete a obra de Deus: é o bobo da Vida», «O artista consegue, às vezes, embelezar a vida. Um belo verso sobre um corpo de mulher corrige o que há de humano nesse corpo», «Os suicidas são os turistas da morte», «Os assassinos são ceifeiros das searas de Deus», «Há políticos para quem as luvas brancas têm funções de gazuas...» Em «Dos Deuses e de Mim» fala dos «deuses» da

⁴⁴ *Hollywood capital das imagens*, pp. 11-13.

⁴⁵ *Gabriele d' Annunzio e Eu*, Lisboa, Portugalia Editora, 1922.

⁴⁶ *Teoria da Indiferença*, Lisboa Portugalia, 1920. Publicado há alguns anos na citada colectânea *Obras de: António Ferro*, p. 13 ss..

música, da literatura, da arte e... dele próprio: «Só os ignorantes, como eu, podem fazer revelações. Jesus não sabia matemática...», «A Vida é-me indiferente. Só a Arte me interessa por ser diferente da Vida», «Aquele que disser que este livro é falso, pretensioso e artificial, terá dito a verdade. Se eu desse a impressão que era sincero, teria falhado...». E em *Post-Scriptum*: «Gostaria que a minha *Teoria da Indiferença* fosse recebida com indiferença. O público ter-me-ia compreendido.» De resto, o Prefácio é escrito por António Ferro que escreve sobre... António Ferro: «*António Ferro*, chemineau de si próprio, oleiro de frases, exigiu-me que lhe prefaciasse a segunda edição da sua preocupada *Teoria da Indiferença*» — começa assim. E vai-se caracterizando em frases, tão significativas das sua contradições, tais como: «*António Ferro é um fumador de paradoxos*». E, depois de assinar o Prefácio, diz: «*Não sou um discípulo de Oscar Wilde. Quando o li pela primeira vez, tive a impressão que tinha sido plagiado*». No início da *Teoria da Indiferença* pode ler-se:

OBRAS DO AUTOR

Alguns papéis ao vento e muitos na gaveta...

E no fim:

ERRATA

É possível que este livro tenha qualquer errata. Para o verificar, porém, teria que me dar ao trabalho de o ler. Ora, eu sou autor deste livro, não sou leitor... Se o escrevesse para mim, não o entregava aos outros...

Ainda em 1921 escreve o livro de homenagem a Colette, cuja famosa série *Claudine* (1900-1903) passou por ter sido escrita pelo marido, o escritor Willy (pseudónimo de Henri Gauthier-Villars), de quem se divorciou em 1906. Daí que o livro dedicado à escritora francesa — de quem disse, na *Teoria da Indiferença*, «Colette é o sexo da sua pátria. Quem quiser possuir a França leia os seus livros» — e que também trabalhou no *music-ball*, se chamasse *Colette*, *Collete/Willy*, *Colette*⁴⁷. É também nesse ano que publica

⁴⁷ *Colette*, *Collete/Willy*, *Colette*, Lisboa - Rio de Janeiro, H. Antunes, 1921.

a sua «novela em fragmentos», *Leviana*⁴⁸, e é então que escreve o manifesto *Nós*, a que já nos referimos e que viria a ser publicado no número 3 da revista *Klaxon*⁴⁹, órgão da Semana de Arte Moderna de São Paulo.

O Brasil representava já muito para António Ferro. Recordemos que o *Orpheu*, de que fora editor, tinha, no seu primeiro número, uma direcção dupla, em Portugal (Luís de Montalvor) e no Brasil (Ronald de Carvalho), *Collete* fora editado por um editor de Lisboa e do Rio de Janeiro e o mesmo sucede com *Leviana* e sucederá com a segunda edição de *As grandes trágicas do silêncio*, já de 1922. Esse é o ano simbólico da manifestação do modernismo brasileiro. Ferro não participará em pessoa na Semana paulista, realizada, como vimos, em Fevereiro. Colaborará sim, conforme acabámos de dizer, com o manifesto *Nós* na revista que a Semana publicou. Mas também se deslocará ao Brasil nesse ano, muito rico para o escritor, assim como o ano precedente.

Em Outubro de 1921 torna-se director da *Ilustração Portuguesa*, cargo que mantém até Julho de 1922. Tratava-se de mais uma função jornalística, mas a que quis dar um sentido «moderno», «revolucionário». Terá então escrito: «Integrar Portugal na obra que passa é uma obra nacional. Lisboa é uma grande cidade que só existe quando há revoluções. Eu vou tornar Lisboa semanal».⁵⁰ E, para fazer jus a esse sentido «moderno», convidou para colaborar na revista, entre outros, Jorge Barradas, Almada Negreiros, Cottinelli Telmo, Milly Possoz, Diogo Macedo, Stuart Carvalhaes, António Soares, Francisco Franco. Mas, em breve, sairia da direcção quando resolveu partir para o Brasil, entregando-a a João Ameal. Nesse ano de 1922 escrevera a polémica peça *Mar Alto*⁵¹, um drama urbano aparentemente amoral que viria a ser proibido no dia seguinte à primeira representação em Lisboa, no Teatro São Carlos, em 10 de Julho de 1923, com o protesto de intelectuais de todos os quadrantes a esse acto de censura. Antes, a Companhia de

⁴⁸ *Leviana*, Lisboa - Rio de Janeiro, H. Antunes, 1921.

⁴⁹ In *Klaxon*, São Paulo, n.º 3, 15.7.1922

⁵⁰ *Apud* Mafalda Ferro e Rita Ferro, *ob. cit.*, p. 146.

⁵¹ *Mar Alto*, Lisboa Portugal, 1924. Esta edição (dedicada a Lucília Simões), para além de conter um longo Prefácio (pp. 11-65), insere vários extractos das críticas que foram apresentadas à peça, sendo, pois, importante para conhecer a polémica que provocou.

Lucília Simões e Erico Braga iria apresentá-la no Brasil, onde se estreia no Teatro Sant'Ana, no dia 18 de Novembro de 1922 (a peça será repetida no Teatro Lírico do Rio de Janeiro em 16 de Dezembro). Ferro será convidado para seguir com a Companhia — participou como actor e proferiu conferências.

Com efeito, nesse ano comemorativo da Independência do Brasil, da travessia do Atlântico em aeroplano por Sacadura Cabral e Gago Coutinho (que, curiosamente, será, com Lucília Simões, uma das testemunhas do casamento por procuração de Ferro com Fernanda de Castro, realizado em 1 de Agosto), da expressão formal do modernismo em São Paulo, vai proferir uma conferência adequada ao seu estilo, *A idade do jazz-band*, primeiro no Teatro Lírico do Rio de Janeiro (30 de Julho), depois no Teatro Municipal de São Paulo (12 de Setembro) e no Automóvel Club da mesma cidade (10 de Novembro), no Teatro Guarany de Santos (10 de Outubro) e, por fim, no Teatro Municipal de Belo Horizonte (agora já em 1923, 8 de Fevereiro). Vários foram os discursos de apresentação de Ferro: Carlos Malheiro Dias, um intelectual monárquico português exilado no Brasil, e os escritores modernistas Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho. Todos falaram da geração jovem a que pertencia Ferro, do seu narcisismo e da sua obra. Malheiro Dias dirá, para justificar a «presunção» de que o acusavam, que «a modéstia é a tristonha virtude da experiência»⁵². Guilherme de Almeida, no Teatro Municipal de São Paulo, apresentará a sua conferência desta forma: «Isto quer dizer que ele vai falar de si próprio — de si e da sua Arte. Porque ele é a sua Arte mesma — e a sua Arte é um jazz-band. Um jazz-band completo, um jazz-band autêntico, um jazz-band do Hawaii; mas um jazz-band civilizado, modernizado, estilizado, filtrado pela Broadway, um jazz-band bem Tio Sam, bem grill-room, com saiotos de palha, espeloteamentos e sapateados de Jig.»⁵³. Ronald de Carvalho, depois de notar que Ferro «ama a tradição, mas abomina o tradicionalismo», «é um homem que não

⁵² *A idade do jazz-band*, Rio de Janeiro, H. Antunes, 1923. Na 2.^a edição, Lisboa, Portugal, 1923, p. 11 (os textos de apresentação – neste, como nos casos seguintes – encontram-se em itálico, pelo que, só por isso, mantivemos essa forma). Este texto foi publicado na citada colectânea, *Obras de: António Ferro*, p. 187 ss..

⁵³ *Ob. cit.*, p. 19.

*acredita no passado*⁵⁴, explica assim a sua arte: «*À semelhança de Fausto, cada um de nós explica o mundo pelo seu demónio. Esse demónio é a mentira da vida. António Ferro sabe praticar essa mentira e escutar esse demónio maravilhosamente*».⁵⁵

Na sua conferência cénica, entrecortada por acordes de *jazz-band*, Ferro defende, mais uma vez, a arte moderna: «A Arte moderna revolucionou a Vida, proclamou a Humanidade em tudo quanto existe e em tudo quanto não existe»⁵⁶. A arte é o domínio da mentira: «Torna-se urgente, portanto, fazer um *pied-de-nez* à morte, anteciparmos a nossa desapareição, suicidar-nos em crença, proclamarmos a mentira como única verdade...»⁵⁷. Daí a importância da dança para esta «nova humanidade»: «A Dança triunfa como nunca triunfou, porque a dança desarticula os corpos, emboneca-os, liberta-os do peso da alma, desmascara-os... [...] A humanidade já não marcha: dança!...»⁵⁸. Daí a importância do *jazz-band*: «Para essa artificialização, minhas Senhoras e meus Senhores, está contribuindo, notavelmente, o *Jazz-Band*... O *Jazz-Band* frenético, diabólico, destrambelhado e ardente, é a grande fornalha da nova humanidade. Por cada rufo sinistro de tambor, por cada furiosa arcada, há um corpo que se liberta, um corpo que fica reduzido a linhas, a linhas emaranhadas... O *Jazz-Band* é o triunfo da dissonância, é a loucura instituída em juízo universal, essa caluniada loucura que é a única renovação possível do mundo...»⁵⁹. A Europa estava em crise e, por isso, o *jazz-band* foi quem salvou a Europa:

O *jazz band*, natural da América, emigrou para a Europa, como já tinha emigrado o Tango. O que a Europa tem, actualmente, de mais europeu, é, portanto americano.

⁵⁴ *Idem*, pp. 33-34.

⁵⁵ *Idem*, p. 36.

⁵⁶ *Idem*, p. 44.

⁵⁷ *Idem*, p. 45.

⁵⁸ *Idem*, p. 48.

⁵⁹ *Idem*, p. 60.

E, entretanto, é curioso: a América, que vibra toda no ritmo do *jazz-band*, quase não dá pelo *jazz-band*. A Europa envelheceu, teve um abaixamento de voz com as emoções da guerra. A Europa lembrava um soprano lírico em decadência.

Foi a América que lhe valeu, que lhe injectou, nas veias murchas, a vida artificial do *jazz-band*. Por sua vez a Europa ensinou à América as virtudes desse remédio, deu-lhe relevo, aperfeiçoou-o. A América, minhas Senhoras e meus Senhores, é o momento da Europa. Simplesmente o que na América é vulgar, natural, quotidiano, na Europa é artificial, escandaloso, apoteótico... Na América, o *jazz-band* tem um ritmo de marcha. Na Europa é um hino.⁶⁰

Mas o *jazz-band* tinha, no fundo, a sua origem em África, pelo que a Europa, a arte moderna e a «nova humanidade» também lhe deviam muito:

O *jazz-band* é o arco voltaico do Universo. As ruas tumultuosas, estrídulas, dissonantes, são os *jazz-bands* das cidades. As cidades são os *jazz-bands* das nações. As nações são os *jazz-bands* do mundo. O mundo é o *jazz-band* do Criador. O *jazz-band* é o dogma da nossa Hora. Nós vivemos em *jazz-band*. Sofremos em *jazz-band*. Amamos em *jazz-band*.

Nas almas, nos corpos, nos livros, nas estátuas, nas casas, nas telas — há negros em batuque, suados e furiosos, negros em vermelho, negros em labareda. O momento é um negro. O *jazz-band* é o xadrez da Hora. *Jazz-branco; band-negro*. Corpos alvos — bailando; corpos de ébano — tocando. O *jazz-band* é o *ex-libris* do Século. Que as vossas almas bailem ao ritmo deste *jazz-band* de brancos mascarrados pelo carvão das minhas palavras...

[Nova interrupção do *jazz-band*]⁶¹

A influência da arte negra sobre a arte moderna torna-se indiscutível. A arte moderna é a síntese. Os negros, tiveram sempre o instinto da

⁶⁰ *Idem*, p. 68.

⁶¹ Este texto, sem parêntese recto, encontra-se em nota de rodapé.

síntese. Os negros ficaram na infância — para ficarem na verdade. A criança é a abreviatura da Natureza. As crianças, os doidos e os negros são os rascunhos da Humanidade, as teses que Deus desenvolveu e complicou. Não há escultura de Rodin que tenha a verdade dum manipanso.

Uma escultura de Rodin é a expressão máxima. Um manipanso é a expressão mínima. A verdade está no esboço da obra — não está na obra. Obra acabada é obra morta.⁶²

Para além da América e da arte negra, havia que considerar a influência dos bailados russos:

Toda a nossa Época baila russo !

Não triunfou o bolchevismo das ideias, mas triunfou o bolchevismo das formas... Diaghilew, Nijinski, Massine são os Lenines do Ritmo. O que é a Rússia senão um grande bailado, um bailado sinistro, um bailado vermelho? Benditos sejam os Bailados Russos que nos libertaram de nós próprios, que puseram o mundo em cada um de nós, que unificaram a Arte, que deram, à minha pena, movimentos de Karsavina. A maior vitória dos Bailados Russos foi a de transformar os estados desunidos da Arte num grande Império, um império maior do que a terra porque é do tamanho do Sonho... Nos Bailados Russos, a Cor é gêmea da Dança, da Música, da Atitude... É impossível separar essas irmãs gémeas, como é impossível separar as cores de uma bandeira, os versos de um soneto, os compassos de uma melodia, as imagens dos olhos... Para que a arte fizesse frente à vida era necessário que ela estivesse unificada como a vida está. Os Bailados Russos são a constituição política da Arte, constituição em que o primeiro artigo proíbe a estabilidade e ordena a evolução contínua... O *jazz-band*, essa Dança de S. Vito, é, portanto, uma das muitas consequências dos Bailados Russos. O *jazz-band* é o Bailado Russo da Música.⁶³

⁶² *Idem*, pp. 69-72.

⁶³ *Idem*, pp. 75-77.

No contexto dos paradoxos de Ferro, a humanidade caminhava, pois, para um renascimento que seria tanto maior quanto se verificasse um processo de «artificialização». Por isso, o homem e a mulher, através do *jazz-band*, caminhavam para uma «nova humanidade»:

Quando Deus concebeu o Homem, quando concebeu a Mulher, não foi para que eles se resignassem à forma que lhes dera, não foi para que eles ficassem humanos. Os pais colocam os filhos, na Vida, e deixam-nos seguir o seu caminho certos de que os filhos tornando-se pais, por sua vez, lhes seguem o exemplo... Da mesma forma, Deus teria desejado que os seus filhos, o Homem e a Mulher, seguissem o seu caminho, desumanizando-se, tornando-se deuses como o Pai... O Homem e a Mulher, porém, não compreenderam assim. Ficaram-se no preconceito da Humanidade, atrasados, inferiores, indignos de Deus... Começam, finalmente, a libertar-se, a artificializar-se, a ser deuses... A Idade *Jazz-Band* é a Idade precursora desse renascimento, a Idade em que o corpo humano é um baralho de cartas que se parte, ao fim do jogo, para dar outra vez. Bendita seja a nossa Época, Época em que todos nós trazemos o Sol a tilintar nos corações, como uma libra numa bolsa de prata. Época em que esta conferência, minhas Senhoras e meus Senhores, só pode terminar com a pancada de um bombo!

[Dito e feito. A pancada dum bombo foi o ponto final da conferência]⁶⁴.

Foi, pois, esta a mensagem modernista e futurista que António Ferro transmitiu ao Brasil no ano da sua Semana de Arte Moderna de São Paulo. E, em 5 de Dezembro, despediu-se dos paulistas numa conferência proferida outra vez no Teatro Municipal, que foi apresentada pelo escritor modernista Menotti del Picchia. O tema era «A arte de bem morrer», texto que foi publicado no Rio em 1923, com capa de Almada Negreiros.⁶⁵

⁶⁴ *Idem*, pp. 85-87. O texto entre parêntese recto encontra-se, como o anterior, em nota de rodapé.

⁶⁵ *A arte de bem morrer*, Rio de Janeiro, H. Antunes & C.^a Editores, 1923. Este texto, como o anterior, encontra-se também publicado na citada colectânea de António Ferro, *Obras. 1. Intervenção modernista*, p. 153 ss..

Como sempre, é um texto paradoxal, que foi representado de forma espectacular. Ferro começa por dizer que «a Vida é o curso superior da Morte» e, por isso, durante a vida deveria «aprender-se a morrer». Desta forma, apresentou exemplos múltiplos da «arte de bem morrer», para terminar desta forma teatral:

Chego ao fim. Antes, porém, eu quero falar-vos da morte mais bela, da morte que seria a mais bela se alguém tivesse a coragem de afrontá-la... Suponham um poeta moderno, um poeta decadente, um alcoólico dos sentidos, *blasé*, cansado da vida como duma mulher perversa. Suponham mesmo que esse poeta era eu. Para morrer, para morrer como um soldado no seu posto, esse poeta suicidar-se-ia com uma conferência que se chamaria «A Arte de Bem Morrer» e cujo ponto final seria um tiro de pistola. Morrer, morrer de negro, morrer perante o público, frente a frente com a vida moderna, saber que a sua morte, pela teatralidade, arrancaria, ao menos, um grito de pavor e de sentimento!

Morrer, com a morte mais bela, ao fim de um *compte-rendu* de mortes gloriosas, de mortes vivas!... Como eu gostava de ser esse homem, minhas Senhoras e meus Senhores... como eu gostava de vos ter dito esta conferência, de vos sorrir e de me retirar — para sempre!...

Lentamente, num *smorzando*, eu olhar-vos-ia, com os meus olhos amolecidos, quase líquidos, todos de branco, como um lenço, a acenar-vos o último adeus... Os meus dedos, pajens da minha realeza, arrancariam da minha algibeira, como um ceptro, a pistola redentora. E, antes que houvesse em vós a percepção do meu gesto, eu levaria a arma à boca, como um veneno, tiraria o gatilho e tombaria ensanguentado, como uma frase, como a minha última frase — escrita a vermelho... Seria muito belo. Simplesmente, minhas Senhoras e meus Senhores, o Brasil é um poema, e eu quero decorá-lo, antes de morrer, para o recitar a Deus. Fica, portanto, adiada minha morte.⁶⁶

⁶⁶ In *Obras de: António Ferro*, pp. 185-186.

Termina aqui a viagem de Ferro e o encontro com poetas modernistas e outros poetas de várias tendências. Para além dos que fomos referindo, Graça Aranha, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego... Ainda no Brasil será publicado um livro de crónicas intitulado *Batalha de flores*⁶⁷.

Depois, vai abrandando o seu fogo modernista e, a par de obras de ficção, publica as suas entrevistas e as suas impressões de viagens. Entre aquelas sobressai a referida *Viagem à volta das Ditaduras* (1927) e, naturalmente, *Salazar. O homem e a sua obra* (1933), traduzida, numa operação de propaganda, para diversas línguas (francês, inglês, espanhol, italiano, alemão, polaco, concani, do território de Goa), e prefaciada por grandes vultos da política e da intelectualidade europeia, como Paul Valéry, Austen Chamberlain, Eugenio D'Ors. Será um passo para a sua nomeação para o cargo mais alto da política cultural — a «política do espírito», no seu dizer — e da propaganda. Continuará a ser um intelectual de gosto e de uma notável acção. No entanto, perdeu-se o intelectual livre que escandalizava outros intelectuais, embora as suas posições continuassem a suscitar alguma polémica, que resultava em parte das suas palavras combativas e da sua tentativa, contraditada pela prática, de manter uma certa «liberdade», que seria sempre uma «liberdade condicionada» ou «determinada» por um regime autoritário.

Por isso, Ferro lastimava-se no final da sua direcção do SPN/SNI de ser vítima de duas acusações. A primeira atingia a sua «presumida tendência em preferir os artistas novos àqueles que seguem por caminhos certos, por estradas sem curvas. Por isso, para se defender, António Ferro volta a insistir que não quisera fazer do «Secretariado» um «organismo conservador, consagrador, académico, nem sequer exclusivamente cultural, mas um instrumento dinâmico, vivo, que procura novos valores, que procura artífices e materiais novos para a construção de obras novas». Essa novidade, porém, não impediu que recusasse agora a palavra «modernismo», mantendo outra

⁶⁷ *Batalha de flores*, Rio de Janeiro, H. Antunes & C.ª Editores, 1923. Na colectânea *Obras de: António Ferro*, p. 79 ss.. Também teve mais recentemente uma edição individualizada e fac-similada: *Batalha de flores*. Prefácio de António Quadros. Lisboa, Heuris, 1988.

que também se afirmou no mundo da «revolução política» (de direita ou de esquerda) e no universo da arte, «vanguardismo».⁶⁸

Com efeito, em 1948 escrevia na obra *Catorze anos da Política do Espírito*, publicado pelo SNI, embora o texto fosse de quatro anos antes:

Eu sei que vanguardismo (*detesto a palavra modernismo*) e internacionalismo são duas palavras que andam quase sempre juntas. Mas para conseguir o seu divórcio bastará continuar o que temas feito: trabalhar pelo renascimento da nossa arte popular, audaciosa e livre, sem dar por isso, através dos tempos; oferta de motivos rasgados, amplos, originais à imaginação dos artistas portugueses, de temperamento inquieto, bem mais apaixonantes do que as abstrações geométricas, que tiveram, aliás, o seu papel, dos primeiros cubistas. Obra de nacionalização, devo acrescentar, que já fora a iniciada, num plano ainda mais alto, pela admirável restauração dos monumentos nacionais que tornou o nosso passado tão presente, ia a dizer tão futuro...⁶⁹

Por outro lado, defendia-se também do facto de o acusarem de aproveitar artistas ou escritores que não podiam «considerar-se integrados, cem por cento, no regime». A esse respeito dizia:

Têm razão, também. Mas no escritor ou no artista interessa-me, acima de tudo, a sua obra. Se esta for nacional, se tiver raízes nacionais, apesar das ideias avançadas do seu autor, não tenho escrúpulos em me servir dela, em utilizá-la. No artista ou no escritor não são as palavras ou os gestos que o definem: são as obras. A obra é a verdadeira opinião, a *opinião séria*, a opinião eterna do seu criador. Quem vai hoje fazer um inquérito sobre as opiniões políticas dos operários, dos arquitectos, dos pintores, dos escultores que construíram a Exposição do Mundo Português?

⁶⁸ Cfr. *Catorze Anos da Política do Espírito*. Apontamentos para uma exposição apresentados no S.N.I. (Palácio Foz) em Janeiro de 1948, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1948, pp. 28-29. O texto que seguimos trata-se da transcrição de «certos passos fundamentais» do discurso de António Ferro, por altura do 10.º aniversário do SPN.

⁶⁹ *Ob. cit.*, p. 29. O itálico é aqui da nossa responsabilidade.

A obra, no seu conjunto, foi uma grande obra nacional, mais ainda, nacionalista. É o que precisam de saber, *tanto mais que esses realizadores, consciente ou inconscientemente, foram sinceros, absolutamente sinceros, pois, de contrário, a sua obra não teria resultado.*⁷⁰

Trata-se de um universo paradoxal e contraditório? Talvez sim e trata-se de um discurso que afinal acaba por responsabilizar também os escritores e artistas que, sendo por vezes contrários ao Estado Novo, colaboraram com ele. Seja como for, o certo é que não se pode dizer que o processo que levou António Ferro ao salazarismo fosse incoerente, como era coerente com a prática de um Estado totalitário acabar por envolver na sua obra mesmo aqueles que com ele não concordariam. Ferro desde sempre pensava num «Estado novo», liderado por um «Chefe». Salazar não seria o «Chefe» que estava exactamente de acordo com a sua ideia de modernidade, mas não deixaria de o admirar como ditador. Pelo menos até um certo ponto do seu percurso. De resto, isso é evidente no texto que compulsamos, onde se adivinha uma sintonia entre o «Chefe» e o seu «chefe da propaganda».

E algo de idêntico se terá passado com alguns outros modernistas, integralistas e nacionais-sindicalistas e republicanos nacionalistas que se renderam ao pragmatismo da vida ou ao pragmatismo da política do Estado Novo.

⁷⁰ *Idem*, p. 29. O itálico aqui é da edição original.

III

«INTELECTUAIS», «INTELECTUAIS ORGÂNICOS» E «FUNCIONÁRIOS CULTURAIS» NO ESTADO NOVO*

«Intelectuais», «intelectuais orgânicos» e «funcionários culturais»

Foi comum nos regimes autoritários/totalitários de direita chamar pejorativamente «intelectuais» aos «idealistas de esquerda», considerando-os como fazendo parte de grupos activistas que tinham como objectivo atacar os regimes de «governo forte», em nome de ideologias «não nacionalistas». Assim sucede, por exemplo, na argumentação de Idalino Costa Brochado (a que nos iremos referir especialmente, pelo papel desempenhado na manipulação de produtos culturais ao serviço do regime de Salazar).

Brochado, num discurso de 1960, fala dos «intelectuais» como «*doutrinários* da chamada oposição» e caracteriza-os, ironicamente, como «intelectuais idealistas preocupados, seriamente, com a garantia das liberdades essenciais,

* Este texto tem como base dois artigos, o primeiro dos quais, sobretudo, constitui apenas um ensaio, apresentado como comunicação a um colóquio, para ali ser (como foi) discutido: «Intelectuais orgânicos e políticos funcionais no Estado Novo», in *Transformações estruturais do campo cultural português. 1900-1950*. Actas do congresso com o mesmo título realizado em 21-23 de Outubro de 2004. Coimbra, Ariadne Editora/CEIS20, Novembro de 2005 (traduzido para espanhol e publicado em Salamanca com o título. «Los “intelectuales” y el Estado Novo», in *Studia Historica. Historia Contemporânea*, vol. 21, 2003, *Las dictaduras del sur de Europa: Grecia, Portugal y España*), e «A bem da Nação». Costa Brochado, “político funcional” e “historiógrafo” ao serviço do regime de Salazar», in *Cultura. Revista de História das Ideias. “Cultura Política”*. Em homenagem a Zília Osório de Castro. Vol. XXII/2006, II Série. Lisboa, Centro de História da Cultura, 2006.

a defesa dos pequenos contra os grandes, a moralização da administração pública, etc.». Mas, esses «intelectuais» — no dizer de Costa Brochado — limitavam-se a falar genericamente contra o Estado Novo, não tendo «nada a dizer, de substancial e procedente, contra o Regime». E asseverava que, se alguns eram, ainda assim, «sinceros», regra geral não tinham escrúpulos, eram movidos por «baixos sentimentos», limitando-se a chamar e a convencer «as multidões ingénuas» de que os defensores do Estado Novo não respeitavam a Constituição, eram «fascistas, totalitários, inimigos natos do povo trabalhador e das liberdades públicas»¹.

Este tipo de opinião combativa é suficiente para afastar o termo «intelectual» de uma caracterização da gente de cultura de direita, que geralmente não se autodenominava assim, a ponto de se considerar que os historiadores não poderão usar o termo nesse sentido? Obviamente que não. Em qualquer circunstância e momento da história se poderá falar — e é comum fazê-lo — em intelectuais de direita ou de esquerda e o termo «intelectual», que tem um certo significado militante, pode, na verdade, ser utilizado para caracterizar um homem ou uma mulher de cultura que põe o seu talento e a sua prática cultural ao serviço de uma ideia política, de um movimento ou de uma formação social que defende. O debate entre homens de cultura que pugnam por certas ideias transporta-nos, pois, para um terreno de luta que lida necessariamente com valores de cultura que não podem ser necessariamente neutros, se é que a cultura, seja ela qual for, pode ser considerada neutra. Mais do que uma questão de «neutralidade», o que pode estar em causa, contudo, é o problema da dependência ou independência do homem de cultura, que é para todo o «intelectual» uma questão crucial passível de originar acusações graves como aquela que foi formulada por Julien Benda no célebre texto *La trahison des clercs* (1927)² ou por críticas de ordem diversa que caracterizam as «dissidências» de escritores e artistas em relação aos movimentos em que militavam.

¹ *Passado, Presente e Futuro*. Conferência realizada em Viseu a 14 de Junho de 1960, perante as comissões políticas do distrito e sob a presidência do Governador Civil. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1960, p. 19 ss..

² *La Trahison des clercs*, Paris, Grasset, 1927.

Os intelectuais, devido ao seu entusiasmo, têm tendência, por conseguinte, a opor-se a outros intelectuais, interpretando ideologias distintas e criticando os outros que estão do outro lado da barricada. Assim, para não descermos às pugnas dos renascentistas contra os escolásticos, à polémica dos «antigos» e dos «modernos», ao debate entre iluministas-liberais e tradicionalistas, recordemos apenas, porque interessa sobremaneira ao tema que temos estudado, as posições das «novas gerações», «novas gerações» em prol de uma cultura diferente do racionalismo positivista, onde se concentram ideologias de direita provenientes das mais diversas origens, que invocam obras como, por exemplo, *Le stupide xx.^e siècle* (1922), de Léon Daudet³, ligado à *Action Française*, ou os inquéritos de *Les jeunes gens d'aujourd'hui* (1913)⁴, de dois autores ligados à extrema direita francesa, Henri Massis e Alfred de Tarde, gerações essas que se opunham, por sua vez à «gente nova» de uma esquerda socialista e antiburguesa. Ou ainda, para falarmos de uma dialéctica situada no campo essencialmente estético, os «manifestos» (como vimos no capítulo anterior) dos modernistas-futuristas em favor de uma nova estética e de novos valores artísticos, culturais e até políticos, embora numa lógica paradoxal.

Mas, apesar do tema dos «intelectuais» ter proporcionado uma rica historiografia⁵, como definir «intelectuais»?

³ *Le stupide XIX.^e siècle. Exposé des insanités meurtrières qui se sont abattues sur la France depuis 130 ans. 1789-1919*. Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1922.

⁴ Tornemos a citar: Agathon, *Les jeunes gens d'aujourd'hui. Le goût de l'action, la foi patriotique, une renaissance catholique, le réalisme politique*. Paris, Librairie Plon, 1913.

⁵ Recordem-se os casos de, entre outras obras: Jacques Le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Âge*. Paris, Éditions du Seuil, 1957 (1.^a edição portuguesa: *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estúdios Cor, 1973); Renzo de Felice, *Intelletuali di fronte al fascismo*. Roma, Bonacci Editore, 1985; Mario Isnenghi, *Intelletuali militanti e intelletuali funzionari. Appunti sulla cultura fascista*. Turim, Giulio Einaudi, 1979; Giovanni Belardelli, *Il ventennio degli intelletuali. Cultura, politica, ideologia nell'Italia fascista*, Roma – Bari, Laterza, 2005; Frédéric Gugelot, *La conversion des intellectuels au Catholicisme en France. 1885-1935*. Paris, CNRS Éditions, 1998; Christophe Charle, *Naissance des «Intellectuels». 1880-1900*. Paris, Éditions Minit, 1990; Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, *Les intellectuels en France de l'Affaire Dreyfus à nos jours*, Paris, Armand Colin, 1986; Víctor Ouimette, *Los intelectuales españoles y el naufragio del liberalismo*. 2 vols. Valencia, Pre-Textos, 1998; Michel Winnock, *Le Siècle des Intellectuels*. Paris, Éditions du Seuil, 1997 (segunda edição revista e aumentada, em livro de bolso: 1999; edição

Esta é a primeira dificuldade, que se pode ver expressa numa obra de 1998 em que se sintetizava a posição de alguns historiadores franceses na procura de uma noção mais ou menos definida. Trata-se do livro de Frédéric Gugelot, *La conversion des intellectuels au Catholicisme en France (1885-1935)*⁶. Ali poderá ler-se:

L'intellectuel résiste, lui aussi, à toute classification nette. Pascal Ory et Jean-François Sirinelli le définissent comme «un homme du culturel, créateur et médiateur, mis en situation d'homme du politique, producteur ou consommateur d'idéologie» [*Les intellectuels en France de l'Affaire Dreyfus à nos jours*, Paris, Armand Colin, 1986, p. 10]. C'est un intellectuel en politique, mais il existe d'autres formes d'engagement, religieux par exemple. La définition de Michel Trebitsch, plus large, a l'avantage de ne négliger aucun espace: «Ce qui caractérisait l'intellectuel, c'est le va-et-vient, la relation consubstantielle qu'il opère entre ses choix esthétiques et ses choix idéologiques que ce soit sur la mode de l'académisme ou de l'avant-garde: l'activité intellectuel consiste en quelque sorte à ne cesser d'éclairer et de justifier l'un par l'autre, et c'est en cela qu'il existe une relation structurelle entre les valeurs et les formes de sociabilités» [«Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme», in *Sociabilités intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux, Cahiers de l'IHTP*, n.º 20, mars 1992, p. 20]⁷.

Sem entrar em definições, para nós o conceito de «intelectual» supõe um certo nível de produção e de intervenção cultural e uma problematização de ideias, servidos por uma leitura, mais ou menos complexa ou simples, de obras e de autores, de estéticas, de sociedades, de políticas ou de

portuguesa: Lisboa, Terramar, 2000); Jacques Julliard e M. Winock, *Dictionnaire des Intellectuels Français. Les personnes, les lieux, les moments*, Paris, Ed. Du Seuil, 1996; Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa, Presença, 1988; João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*. Lisboa, Estampa, 1996.

⁶ *La Conversion des Intellectuels au Catholicisme en France. 1885-1935*. Paris, CNRS Éditions, 1998.

⁷ *Ob. cit.*, pp. 11-12.

religiões. Ou seja, o «intelectual», sendo uma personalidade particularmente interessada pela cultura, é, por natureza, interventivo.

Todavia, esta intervenção pode levar o intelectual a ter uma acção finalista em defesa de determinados valores, podendo esquecer a «independência», ou até a dependência em relação ao objecto que analisa, que deve ser considerada o supremo valor da cultura. É o que se passa com a posição de «intelectuais» que estão fundamentalmente ao serviço de um movimento organizado, de um partido ou de um regime. Sucede tal situação com o conceito estaliniano ou jdanovista de «engenheiros das almas» ou mesmo com o conceito gramsciano de «intelectual orgânico».

Com efeito, Antonio Gramsci, em período de luta militante pelas suas ideias comunistas, utilizou a expressão «intelectuais orgânicos» para exprimir uma filosofia de supremacia cultural e ideológica que uma nova classe, um grupo social, um partido ou um regime pretendem impor⁸. Desta forma, mesmo não negando a posição de Gramsci, que se situa em concepções comunistas mais abertas, não poderemos recusar que não deixou de considerar a existência e a premência de um «intelectual» que se colocava militantemente ao serviço de uma nova «formação social». E a verdade é que este conceito — sobretudo hoje em que a nova ontologia histórica e a nova epistemologia nos levam a um certo tipo de aproximação dos regimes totalitários de direita e de esquerda — tanto pode utilizar-se para uma prática «fascista» como para uma prática «soviética», considerando uma dicotomia simples, mas não necessariamente simplista. Em sentido literal, o conceito pode e deve utilizar-se ainda com mais propriedade para o caso dos «fascismos», dado o carácter essencialmente «orgânico» desses regimes. Daí empregarmos o termo, sabendo que estamos a utilizar um conceito que, devido sobretudo à sua origem gramsciana, se torna um conceito de emprego polémico.

Mas, nem todos os homens e mulheres que lidam com factores culturais ao serviço de um regime e dos seus órgãos de governo se podem, ontem

⁸ «1932: per la storia degli intellettuali», in *Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderni 12-29 (1932-1935). Edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim, Giulio Einaudi, 1975, pp. 1513-1551, e *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*. Nona ed.. Turim, Giulio Einaudi, 1973.

como hoje, considerar como «intelectuais orgânicos». O «intelectual», como dissemos, não é apenas um intervencionista cultural e ideológico, mas é sim também alguém que pensa e reflecte sobre a cultura. Por isso, alguns intervencionistas culturais são sobretudo «funcionários políticos», ou «políticos funcionários» ou, digamos, são simples «funcionários culturais». A cultura é somente um instrumento para dar corpo à sua ideologia, que se caracteriza mais pelo carácter reprodutivo do que pelo sentido (original e problematizador, apesar de tudo) de produção.

«Intelectuais orgânicos» no Estado Novo

O Estado Novo de Salazar — como, de resto, todos os estados autoritários e/ou totalitários — só pôde consolidar-se e persistir (cerca de quarenta anos) através de aparelhos repressivos e reprodutores de ideologia, pelo que, para além de instituições policiais e censórias, necessitou de ter ao seu serviço instituições de cultura e de propaganda.

Se, apesar de tudo, depois dos anos quarenta cada vez se verifica uma situação cultural mais diversificada, até ao fim da guerra a cultura do regime conseguiu, com efeito, manter uma certa unidade ou, pelo menos, uma visualidade de valores que não diferiam substancialmente do «sistema». Assim era, apesar de certos grupos — como os da «Seara Nova» ou da «Renovação Democrática» — e intelectuais isolados, alguns já consagrados (como Aquilino Ribeiro) e outros ainda relativamente pouco conhecidos ou ainda jovens (o caso de Miguel Torga ou os neo-realistas que despontavam no final da década de trinta), manifestarem já uma sensibilidade social «de oposição». Uma actividade cultural continuada e firme foi reforçando, na verdade, a ideia de um regime que mantinha uma certa «harmonia cultural», de tipo «nacional», um regime «justo» e defensor da «ordem», em que a autoridade e a obediência deveriam ser respeitadas, um regime defensor de valores éticos cristãos, um regime «corporativo», de conciliação e de «união nacional», que se identificava com a «Nação» e com o «Império» colonial ou ultramarino (consoante a linguagem do tempo), revendo-se numa história mitificada. O trabalho e a acção «consensual» de António Ferro à frente do SPN/SNI trouxe-lhe por isso, como acabámos de ver no fim do capítulo anterior,

algumas críticas da parte de sectores salazaristas, pelo facto de pretender integrar intelectuais que não pertenciam exactamente ao regime.

Citamos o caso de Ferro porque é, na verdade, um caso paradigmático de «político orgânico» na acepção que lhe demos. Seria, no entanto, importante fazer um estudo sistemático e tipológico de todos os intelectuais que estiveram ao serviço do Estado Novo ou que com ele de algum modo se relacionaram. Alguns classificaríamos apenas de «intelectuais», embora com alguma ligação ao regime, outros de «intelectuais orgânicos» e outros ainda, fugindo do conceito de «intelectuais», pelas razões aduzidas, consideraríamos como «políticos culturais de regime». Essa classificação é, porém, de grande complexidade, só sendo fácil em casos evidentes, que poderíamos chamar — se quiséssemos fugir do conceito discutível de «intelectual orgânico» e ligar-nos à tipologia de Mario Isnenghi para o caso do fascismo italiano⁹ — de «intelectuais funcionários». Noutros casos torna-se difícil uma caracterização tipológica, se quisermos seguir este tipo de análise. É o caso do jurista e professor universitário Luís Cabral Moncada, ligado inicialmente ao nacional-sindicalismo e assumido germanista e, até uma dada altura, germanófilo, que, pese embora ter participado em manifestações de oratória de apoio inequívoco a Salazar e ao Estado Novo, depois de ter desempenhado funções de juiz internacional do Supremo Tribunal de Plebiscito do Sarre (1934-1936), nunca se integrou verdadeiramente em nenhum aparelho do regime e procurou nos seus textos de filosofia política manter uma certa objectividade possível. O mesmo se diria do grande artista (escritor e pintor) Almada Negreiros, vindo do primeiro modernismo e futurismo, até de Raul Lino, o arquitecto de formação alemã difusor da ideia de «casa portuguesa», tão ao gosto do salazarismo, ou de Joaquim Paço d’Arcos, escritor várias vezes premiado pelo SPN/SNI. Ainda que colaborando com o regime nas suas obras ou nas suas ideias de arte, no jornalismo ou num processo de integração da literatura em certos valores, esses «intelectuais» ultrapassaram, pelo seu talento, o conceito simples do artista ao serviço de um regime.

⁹ Cfr. Mario Isnenghi, *Intellettuai militanti e intellettuai funzionari. Appunti sulla cultura fascista*. Turim, Giulio Einaudi, 1979.

Na verdade, mesmo hoje, no mundo da democracia, podem encontrar-se situações semelhantes. Escritores, filósofos ou artistas assumidamente ligados a partidos, de forma militante, pela qualidade das suas obras (ou de algumas das suas obras) superam a lógica de outros «intelectuais» claramente «orgânicos», ainda que, nos tempos que vão correndo, o pragmatismo dos «políticos» (o «intelectual» é sempre um idealista, seja em que posição se encontrar) nos faça levar a pensar que, em certos casos, não estamos perante a figura do «intelectual», mesmo do «intelectual orgânico».

Trata-se de um simples exercício de reflexão aquele que aqui apresentamos. E, para que ele se torne mais palpável, citemos os casos de dois característicos «intelectuais orgânicos» (persistimos no conceito, embora saibamos o risco que estamos a correr), para depois, de uma forma muito mais alargada, devido ao facto de podermos ser mais originais, mesmo depois da publicação de uma tese sobre o tema, analisarmos o caso de um «funcionário cultural de regime». Estamos a falar, como «intelectuais orgânicos», de António Ferro e de João Ameal e, como «funcionário cultural», de Costa Brochado.

Dois casos de «intelectuais orgânicos»: António Ferro e João Ameal

Apenas algumas breves referências a dois típicos «intelectuais orgânicos» do Estado Novo.

António Ferro (1895-1956) é talvez o exemplo mais evidente¹⁰. Vimos o seu percurso como «modernista» e tentámos perceber como se deu a sua transferência para o Estado Novo, na visão institucional de Salazar e do salazarismo.

A famosa entrevista a Salazar em 1932-33, que gerou o maior *best-seller* da literatura oficial do Estado Novo, e o seu passado cultural, catapultaram-no para a direcção do aparelho de propaganda, o SPN. Era o apelo de Salazar a uma geração jovem (mais jovem do que ele, em idade e em ideias)... Aí, e mesmo no depois chamado SNI, tornou-se o intérprete da

¹⁰ Já fizemos atrás (no capítulo anterior) referência à bibliografia básica publicada sobre António Ferro.

«cultura do regime», por ele apelidada de «Política do Espírito», que — como já sugerimos e agora vamos um pouco precisar — se não era uma «cultura oficial» monolítica, era uma «cultura integrada» nos seus valores. Foi assim que surgiu o «Teatro do Povo», o «Cinema Ambulante», o bailado «Verde Gaio» (cruzamento dos temas populares e do bailado russo), os prémios de cinema e de literatura, nas mais diversas áreas, do romance e da poesia, ao ensaio, ao jornalismo, à história e aos temas ultramarinos, o turismo encarado numa concepção «nacionalista»...

Homem de «bom gosto» (dentro dos valores estéticos que não se opunham aos valores do Estado Novo e que iremos precisar mais à frente, sobretudo no que diz respeito ao cinema¹¹), elogiou o filme histórico (integrado, numa visão, por assim dizer, eisensteiniana «à portuguesa», no historicismo estadonovista) e os «dramas do quotidiano» — não deixou de elogiar um dos primeiros grandes filmes de Manoel de Oliveira, *Aniki Bobó* (1942) —, mas também acabou por afastar do seu dicionário estético o termo «modernismo», que já se tornava perigoso, e procurou neutralizar uma «literatura demoníaca»¹². O «Povo» — numa visão idealizada — tornou-se o seu grande objectivo (e de outros «intelectuais orgânicos», como Leitão de Barros), quer para se aproximar dele com «festas» que lhe agradassem e melhor o integrassem nos valores do regime (feiras, como a «Feira Popular», ou as marchas, como os «Santos Populares», ou os cortejos nacionalistas, como os «cortejos históricos») ou com concursos que valorizassem o que se considerava de mais peculiar na sua cultura (a «Cultura Popular», sublinhada na designação completa do SNI, Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo), desde o referido concurso de «a aldeia mais portuguesa de Portugal» à valorização da «casa portuguesa», dos ranchos folclóricos e das filarmónicas¹³. A presença e a acção de Ferro e de sua mulher, a escritora Fernanda de Castro, em exposições internacionais,

¹¹ Ver, *infra*, cap. VI.

¹² Ver, *supra*, cap. II e, *infra*, cap. IV.

¹³ Cfr. sobre estes temas as várias obras de António Ferro publicadas pelo SPN/SNI. Ver, entre outros estudos, os de Heloísa Paulo, «Vida e Arte do Povo Português». Uma visão da sociedade segundo a propaganda do Estado Novo», in *Revista de História das Ideias*, n.º 16,

procurando dar a conhecer e afirmar a «realidade popular portuguesa», são um facto interessantíssimo, dentro desta lógica de «portugalidade», assim como o são o Museu de Arte Popular¹⁴ e a revista que Ferro fundou, *Panorama* (1941-1973), de grande qualidade editorial e divulgação, e que contou até com a colaboração de escritores oposicionistas cujos textos se conciliavam com a lógica nacionalista e regionalista que se pretendia apresentar.

O movimento editorial do SPN/SNI foi notável e, a par com outras obras saídas de outros aparelhos do regime, forneceu o acervo das bibliotecas das Casas do Povo, célula mais local da organização corporativa¹⁵, bem como de escolas, clubes recreativos, colónias de férias, etc.. A colectânea de textos *Portugal. Breviário da Pátria para portugueses ausentes* (1946), destinada sobretudo aos emigrantes portugueses, mas também aos «portugueses do Império», que pretendia ser a primeira de uma colecção que continha mais dois volumes (um dedicado ao «Portugal Insular» e outro ao «Império Colonial»), juntava, numa estratégia (melhor ou pior sucedida), que (como vimos) fora sempre a de Ferro, intelectuais e cientistas que não foram militantes do regime (os casos de Orlando Ribeiro ou de Delfim Santos) com verdadeiros «intelectuais orgânicos» (o caso de João Ameal). Esta obra, gizada e prefaciada por Ferro, é de grande significado, até porque é dos seus últimos trabalhos ao serviço do SNI.

Em 1950 António Ferro foi nomeado ministro em Berna, de onde se transferirá em 1954 para Roma (Quirinal), posto este que se transformou pouco antes da sua morte em embaixada (1955). A «ideia» de fazer um filme sobre Portugal, através do seu «folclore autêntico», acabou por ser realizada, postumamente, em 1958, por João Mendes, patrocinado pelo SNI e com

Coimbra, 1994, e a citada obra de Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

¹⁴ Ver Joana Damasceno, *Museus para o Povo Português. A etnografia como elemento unificador do discurso museológico do Estado Novo*. Tese de mestrado policopiada. Coimbra, FLUC, 2007.

¹⁵ Ver o nosso estudo, já citado, realizado em colaboração com Amadeu Carvalho Homem, «Ideologia política e “cultura popular” – análise da biblioteca de uma Casa do Povo», in *Análise Social*, vol. XVIII, Lisboa, 1982.

argumento e texto da própria Fernanda de Castro. Intitulou-se *Rapsódia Portuguesa*. Era, afinal, a «última obra» de Ferro ao serviço de uma ideia de Portugal consagrada pelo Estado Novo, de que fora o mais notável «intelectual orgânico».

Para complementar estas generalidades significantes e já bem historiadas, falemos um pouco melhor da acepção que Ferro deu ao conceito de «Política do Espírito», expressão que também fora utilizada pelo escritor francês Paul Valéry. Num artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 21 de Novembro de 1932, procurou justificar a importância do «Espírito» na vida social, económica e política das nações, considerando que a consciência dessa importância já se revelava de uma forma clara no «génio político» de Napoleão, mas que se afirmava, no entanto, em todas os países, mesmo no fórum da Sociedade das Nações. Porém, sintomaticamente, preocupava-se sobretudo com os exemplos italiano e russo, que, ao contrário da Espanha de Primo de Rivera, consideraram a importância do factor cultural na formação do Estado:

Musolini, em Itália, teve a preocupação dessa utilíssima política do espírito, desde a primeira hora do seu Governo. A criação da sua Academia Italiana, «por onde passam todas as correntes do pensamento humano, da arqueologia ao futurismo», é uma prova da sua obsessão, que pareceu fútil mas que contribuiu bastante para a criação espiritual da Itália nova. Pirandello, Ojetti, Bontempelli, Malaparte, Marinetti, obedecendo a essa política inteligente de Benito Mussolini, enquadraram-se dentro do fascismo e têm-lhe dado uma armadura intelectual e espiritual. Primo de Rivera, pelo contrário, nunca tomou a sério os escritores, nunca os cultivou e foi essa, com certeza, uma das razões principais da sua queda. A própria Rússia, apesar das suas tendências mecânicas, compreendeu, maravilhosamente, o papel da literatura e da arte ao serviço das ideias comunistas e tem sabido tirar um óptimo partido político dos seus escritores, dos seus artistas e dos seus realizadores de cinema.¹⁶

¹⁶ Pode ver-se também a transcrição deste artigo em *Salazar. O homem e a sua obra*, 3.^a edição, pp. 271-276. Ver este passo nas pp. 272-273.

E, a terminar o artigo, concluía:

Mas que se faça uma política do Espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade. Que não se olhe o espírito como uma fantasia, como uma ideia vaga, imponderável, mas como uma ideia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento. O Espírito, afinal, também é matéria, uma preciosa matéria, a matéria-prima da alma dos homens e da alma dos povos...¹⁷

Portanto, Ferro tinha desde sempre a noção de que a cultura era também uma arma política, pelo que a sua presença à frente do SPN/SNI o tornaria um excelente «intelectual orgânico» ao serviço do Estado Novo, mesmo que fosse e tivesse sido considerado por alguns salazaristas mais «conservadores» como perigoso para a afirmação do regime de Salazar. E ele entendeu isso desde a primeira hora, aceitando mesmo tornar-se uma espécie de «mártir do regime». De tal modo que, no acto das sua posse, respondendo ao discurso de Salazar, afirmou na sua linguagem espectacular, que nunca abandonou:

Vamos, portanto, para o bom combate, para o combate, dentro de Portugal, a favor de Portugal! Se nos queimarem, se nos inutilizarem pessoalmente, daremos por bem empregado o nosso esforço, a nossa derrota, porque, entretanto, enquanto servirmos de alvo, Salazar, com o seu Governo, poderá trabalhar serenamente, a bem da Nação, no sossego da sua casa humilde! Honrados ficaremos — e aqui terminamos — se formos a vanguarda sacrificada, se for necessário ser vencido, ou morrer, para que Salazar viva, para que o Estado Novo se realize completamente, para que Portugal seja grande.¹⁸

A defesa perante esses «conservadores» foi uma constante no discurso proferido em 1943 nos «dez anos da Política do Espírito», conforme de resto

¹⁷ *Jornal citado e ob. citada*, pp. 275-276.

¹⁸ Ver, por exemplo, em *Catorze anos da Política do Espírito*, Lisboa, SNI, 1948, p. 21.

vimos no capítulo anterior. E em 1948, catorze anos passados sobre a fundação do SPN/SNI, voltava a defender-se, retomando o discurso acabado de referir, onde procurou provar, através das várias medidas do Secretariado que superintendia na propaganda e na «cultura popular», como o seu trabalho se articulava com a política de Salazar em termos da «verdade», do «essencial», do «espírito»... É nesta conformidade que Ferro procurou — e foi esse um das principais objectivos da sua acção como «intelectual orgânico» do regime — enriquecer e reproduzir a ideia do «Mundo Português», através de manifestações culturais de variado tipo, de que se referiram algumas, que catalogou no discurso de 1943 e que apresentou na exposição de 1948, cujo roteiro apresenta no referido livro *Catorze anos da Política do Espírito*¹⁹. E esta ideia «consensual» foi, com efeito, um dos grandes trunfos da propaganda do Estado Novo.

João Ameal (1902-1982) poderá ser mencionado como um outro caso de «intelectual orgânico»²⁰.

É diferente de Ferro pelas suas origens sociais, pela sua formação e pela sua acção, embora se tivessem cruzado, durante a Primeira República, na revista de grande divulgação *Ilustração Portuguesa*, e ambos tivessem, em momentos diferentes (Ameal era mais novo cerca de sete anos), frequentado a Faculdade de Direito de Lisboa, onde Ameal se formou e Ferro deixou o curso incompleto. Enquanto António Ferro pertencia a uma pequena burguesia lisboeta, João Ameal, ou, melhor, João Francisco de Sande de Barbosa de Azevedo Bourbon Aires de Campos, pertencia à aristocracia monárquica, sendo 2.º Visconde do Ameal, título ligado a Ameal, localidade e freguesia do concelho de Coimbra, que foi sempre a sua cidade originária e de reencontro.

Monárquico e católico, de formação intelectual tomista (dedicou alguns dos seus trabalhos ao estudo de S. Tomás), pertencia à «nova geração» a

¹⁹ Ver *ob. cit.* sobretudo, discurso dos «dez anos», em especial pp. 31-32, «Plano geral de circulação na Exposição» seguido de «Apontamentos para uma Exposição» (páginas não numeradas).

²⁰ Ver António Francisco Figueiredo Cordeiro Lopes, *O pensamento e a acção de João Ameal. Um percurso antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.

quem outro intelectual católico, e professor da Universidade de Coimbra, Diogo Pacheco de Amorim, dedicou, um pouco antes de Ameal despertar para vida cultural, uma significativa obra²¹, e que ele próprio, em 1925 (tinha 23 anos e publicava literatura desde os 17) vai traçar as linhas de rumo num «simples esboço dum livro futuro» (no seu dizer), a que intitulou *As directrizes da nova geração*²².

Mas já atrás falámos desta sua actividade doutrinária, antes e depois do 28 de Maio de 1926 e, depois, durante o Estado Novo. A sua acção de ideólogo e de historiador-ideólogo do salazarismo já ficou bem definida, através de uma breve análise das suas obras²³. Recorde-se apenas que foi ele o autor do texto fundamental em que eram traçados os princípios práticos do regime: espécie de catecismo, onde se encontram sintetizadas e, numa das edições, explicadas, as máximas, ou dez mandamentos, do regime de Salazar. Chama-se sintomaticamente, como foi dito, *Decálogo do Estado Novo* e foi publicado pelo SPN em 1934. E por certo outro decálogo se seguiu, assim como obras sobre os mandamentos do fascismo italiano, a que também nos referimos oportunamente²⁴.

Ameal vai integrar vários organismos políticos e culturais do salazarismo: sócio correspondente da Academia Portuguesa da História desde 1938, dois anos depois da sua fundação²⁵, deputado à Assembleia Nacional desde 1942, procurador à Câmara Corporativa na Secção de Ciências e Letras e membro da Junta Central da Legião Portuguesa. Para além de ter sido um dos jornalistas do regime, pode dizer-se que foi, acima de tudo, um dos seus doutrinários e historiadores.

²¹ *A nova geração*. Coimbra, França & Arménio, 1918.

²² *As directrizes da nova geração*. Coimbra, Lumen, 1925.

²³ Ver *supra*, parte I, cap. II.

²⁴ *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934. Como atrás dissemos, Ameal havia traduzido para português e inserido no seu livro, a seguir citado, *A Revolução da Ordem* (pp. 66-69), o Decálogo Fascista e o Decálogo do Miliciano Fascista. Não sabemos se foi também Ameal que escreveu o Decálogo do Legionário (como veremos esteve ligado aos quadros da Legião Portuguesa), publicado também pelo SPN: *Decálogo do Legionário*. Lisboa, SPN, s.d..

²⁵ Ver o capítulo da nossa autoria «A História em tempo de «Ditadura», na obra *História da História em Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, Temas e Debates, 1998, vol. 1, p. 273 ss..

A sua obra ideológica é extensa. Para além do texto já citado sobre as directrizes da «sua geração», já encontramos, no final dos anos vinte, outros escritos em defesa da Contra-Revolução ou da Revolução nacionalista (*A Contra Revolução*, 1928²⁶). Mas, é nos anos trinta que são publicados os seus principais livros doutrinários. Podem salientar-se as obras de 1932: *Panorama do Nacionalismo Português*²⁷, onde pretendeu mostrar que havia justamente um «nacionalismo português», diferente do nacionalismo mussoliniano, bem como de outros nacionalismos estrangeiros, um «nacionalismo integral», cujas directrizes estavam a ser ditadas por Salazar desde 1930, e *A Revolução na Ordem*²⁸, que, embora apresente a Revolução Fascista como «um grande modelo a oferecer a Portugal», considera que a «Revolução Portuguesa» do «Estado Novo» tem uma vertente «original», diferente do «Estado Novo Italiano». Um pouco mais tarde, em 1934, publicará, na Imprensa da Universidade de Coimbra (curiosamente ainda dirigida por um republicano, o professor da Faculdade de Letras Joaquim de Carvalho), uma série de ensaios onde retoma a ideia da «Revolução», mas menos numa perspectiva política e mais numa acepção espiritual, tendo como base a filosofia tomista. Essa revolução, que se esperava dar início à «Idade-Nova», seria uma revolução oposta ao Comunismo soviético, ao Capitalismo americano e ao Nihilismo asiático, objecto de análises detalhadas em três ensaios que constituem os três capítulos do livro²⁹. Em 1933 publica outro estudo, agora virado contra o demoliberalismo da Primeira República, *Falência da Democracia*³⁰. Mais tarde, já o Estado Novo estava consolidado — embora fosse passar pelas crises do pós-guerra, que se prolongarão, com outras crises, nomeadamente a crise do «Império» colonial ou ultramarino, até ao fim do regime, em 1974 —, publica João Ameal um texto intitulado *Construção do Novo Estado* (1938), em que faz uma síntese das concepções anteriores, apresentando um Estado de sentido antiliberal, antidemocrático,

²⁶ *A Contra Revolução*. Coimbra, Liv. Atlântida, 1928.

²⁷ *Panorama do Nacionalismo Português*. Lisboa, José Fernandes Júnior, 1932.

²⁸ *A Revolução na Ordem*. Lisboa, Edição de autor (Tipografia Inglesa), 1932.

²⁹ *No limiar da Idade-Nova*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

³⁰ *Falência da Democracia*. Revista Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses, 1933.

antiplutocrático e autoritário, numa lógica de ideias tomistas e de concepções extraídas do pensamento nacionalista, corporativista e autoritário europeu, no qual continua a estar presente, também e ainda, o modelo mussoliniano³¹. Em 1945, no fim da guerra e perante a derrota dos Estados autoritários e a vitória dos Estados democráticos, conjuntamente com o Estado soviético, João Ameal, numa obra intitulada sintomaticamente *A Europa e os seus fantasmas*³², ainda bradava pela necessidade de esconjurar os «fantasmas» da Europa, ou seja, os fantasmas do liberalismo, da democracia, do comunismo, do império da máquina, do racionalismo... Em 1960, sempre ligado a uma ideia de Verdade única, publicava uma obra compósita, formada por digressões diversas no campo da religião e da política, intitulada *A Verdade é só uma*, que termina com uma apreciação — mais uma entre as análises já realizadas pelos «intelectuais» do seu tempo — de Salazar, o qual considera, obviamente, uma figura única, perante o desconcerto do mundo: «um vulto de singular clareza, de linhas fortes e luminosas»³³. Tudo para ele terminava em Salazar.

João Ameal teve uma longa vida intelectual. Foi espectador activo de todas as crises e de toda a «modernização» possível no Estado Novo, o que o levou inclusivamente à Rádio e à Televisão. E se se tornou o historiador de regime, com a sua *História de Portugal*³⁴, onde apresentou uma visão de toda a nossa história pautada pela lógica historicista do Estado Novo, tornou-se também o historiador de regime da história da Europa, como ainda foi o historiador de regime do próprio regime, nos *Anais da Revolução Nacional*.

A *História de Portugal*, publicada no «Ano Áureo» (como se pode ver na 1.ª edição, ou seja, o ano do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal), que ganhou o prémio de História «Alexandre Herculano», do

³¹ *Construção do Novo Estado*. Col. «Perspectivas – Cadernos de Cultura Nacionalista». Porto, Livraria Tavares Martins, 1938.

³² *A Europa e os seus Fantasmas*, Porto, Tavares Martins, 1945.

³³ *A Verdade é só uma*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1960. Ver sobretudo «Em torno de Salazar», pp. 269-287.

³⁴ *História de Portugal*. Porto, Livraria Tavares Martins, 1940. A esta seguiram-se várias edições até quase ao presente.

SPN, em 1941, foi um verdadeiro *best seller*, tendo influenciado toda a visão da História oficial do regime, com ligeiras «revisões» no que dizia respeito ao pombalismo³⁵. Nela desenha-se um ciclo de nascimento, de crepúsculos e de renascimentos: a radiosa época da «fundação» e da «consolidação» do Reino e a «idade de ouro» dos Descobrimentos, a decadência e a morte na nossa ligação a Espanha, a «manhã da Restauração» em 1640, o «fim dum mundo» com a «monarquia da tábua rasa» do pombalismo, com o «diabo à solta» do liberalismo e com a «balbúrdia sanguinolenta» da Primeira República, e, finalmente, a «reconquista da Ordem» com o Estado Novo de Salazar. É a mesma visão que afinal vamos encontrar no capítulo de síntese — que virá a circular como volume separado e que foi mesmo traduzido para o francês³⁶ — inserto na citada obra do SNI, coordenada por António Ferro, *Portugal. Breviário da Pátria para portugueses ausentes. A História da Europa*, publicada em 1.^a edição em 1961³⁷ e de que foi feita nova edição nos anos 80, constitui uma tentativa de analisar a realidade europeia, nunca encarada, obviamente, em qualquer perspectiva comunitária, mas sempre como uma realidade cultural, de acordo com as teorias formuladas nas suas obras teóricas³⁸. Por sua vez, os *Anais da Revolução Nacional*, que Ameal coordenou, constituem uma obra fundamental para conhecer a visão oficial justificativa do regime, e da sua acção, desde 1926 (ano da «Revolução Nacional» de 28 de Maio, ainda o Estado Novo não existia) até 1945³⁹.

E eis em síntese — repetindo e resumindo análises já anteriormente feitas — o que fez de João Ameal um «intelectual orgânico» do regime de Salazar.

O que pretendemos foi, portanto, apresentar genericamente dois casos-tipo de «intelectuais orgânicos» do regime, tal como na Itália fascista e na

³⁵ Ver o nosso estudo «Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas», in *Pombal revisitado*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1984.

³⁶ *Breve resumo da história de Portugal*. Lisboa, SPN, s.d..

³⁷ *História da Europa*. Porto, Tavares Martins, 1961.

³⁸ Ver *supra*, parte II, cap. V.

³⁹ *Anais da Revolução Nacional*. Porto, Emp. Editora Majesta, 1956, 5 vols. — vol.1:1926. — Vol.2:1926-1930. — Vol.3:1930-1936. — Vol.4:1936-1939. — Vol.5:1939-1945.

Alemanha nazi, ou na Rússia soviética, houve intelectuais de idêntico género, embora obviamente com outro significado e estratégias diferentes, de acordo com as lógicas e as práticas das concepções políticas desses regimes. Só para falar da Itália, Giuseppe Bottai, Giovanni Gentile, Alfredo Rocco ou Luigi Federzoni (que depois se veio a refugiar em Portugal⁴⁰) são exemplos significativos, como o são em Portugal, só para falar de mais alguns exemplos, Marcello Caetano ou António Júlio Castro Fernandes ou Henrique Galvão (na primeira fase, obviamente). Os regimes autoritários/totalitários precisam de ter intelectuais que lhe estejam ligados, que desempenhem mesmo — ainda que tenham clamado pela sua liberdade de pensamento e acção — uma função «orgânica» ao seu serviço. Mas, nem sempre esses homens se podem considerar como sendo «intelectuais» ou «intelectuais orgânicos». Outros há (conforme dissemos) que se podem, a nosso ver, catalogar na categoria de «funcionários culturais». É o caso de Costa Brochado, a que vamos, pois, por razões que justificámos, dar maior relevo.

Costa Brochado, um funcionário politicocultural

Idalino Ferreira da Costa Brochado (1904-1989)⁴¹, natural de Vilarinho, concelho de Santo Tirso, foi sobretudo um autodidacta. Formado já tardiamente numa escola técnica (a Escola Comercial de Oliveira Martins, no Porto), foi um «prático», que aprendeu a viver com a vida, um jornalista que começou a escrever a partir de jovem (desde o jornal da referida escola, *Alvor do Provir*, e do periódico de Gondomar, *A Nossa Terra*). Mesmo que

⁴⁰ Ver o texto introdutório de Jorge Pais de Sousa, in *Uma Biblioteca Fascista em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

⁴¹ Sobre Costa Brochado foi escrita uma tese de mestrado por nós orientada e depois publicada: João Tiago de Sousa, *Costa Brochado. Um intelectual orgânico do regime salazarista*, Coimbra, Mar da Palavra, 2004. Entretanto, na Academia Portuguesa da História, tinha-lhe sido feito um elogio académico: Francisco Santana, *Elogio de Idalino da Costa Brochado*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1994. Foi na mesma Academia e a pedido do seu Presidente, Professor Joaquim Veríssimo Serrão, que apresentámos primeiro a nossa reflexão sobre Costa Brochado, reequacionando mesmo algumas ideias que nós próprios tínhamos inspirado. O texto foi, porém, publicado, depois, noutra lugar (ver *supra*, p. 71, nota *).

tenha sido responsável por uma revista literária, *Sangue Novo* (1925), que durou apenas cerca de seis meses, onde se criticaram os futuristas e o próprio Brochado atacou João Ameal, e embora tenha convivido com o grupo da «Renascença», do Porto, não se pode dizer que se tenha destacado no domínio das letras ou da filosofia política. Foi o jornalismo prático de *O Comércio do Porto*, depois de ter passado pelo hebdomadário político *Semana* (1932-1933), também ainda do Porto, que o levou ao «jornalismo de regime» de *A Verdade* (1933-1939), publicado em Lisboa, a convite do responsável da Propaganda, António Ferro, esse sim (como dissemos) um verdadeiro «intelectual orgânico».

Costa Brochado foi — a nosso ver — não tanto sequer um «ideólogo orgânico», mas um «funcionário político», ou um «político funcional», embora com uma acção fundamentalmente cultural, ao serviço do Estado Novo. O seu jornalismo, arma de combate contra outro jornal do mesmo nome, publicado na clandestinidade, a que já fizemos referência⁴², e, de um modo geral, de luta contra o «revirinho» (é Brochado que utiliza o termo, que era, de resto, comum), tornou-se depois arma de doutrinação contra as «heresias» que surgissem no âmbito do regime, lendo a «bíblia do Estado Novo», ou seja, no seu dizer, «todas as declarações publicamente feitas pelo sr. Doutor Salazar, único evangelista seguro no que toca à ortodoxia da doutrina, às suas interpretações, adaptações, corrigendas, etc.»⁴³. Esteve, pois, directamente, ao serviço do que considerava o «único e verdadeiro ideólogo» do regime e ao serviço do Secretariado Propaganda Nacional (conforme confessará nas *Memórias*, afastou-se, então, cada vez mais, do «mundo jornalístico» e passou a ter como «centro de convívio profissional e político» o SPN⁴⁴), exprimindo-se através de uma ideologia simplista, que, por vezes, tem uma grande eficácia, mesmo que seja atreita a originar polémicas, até no seio dos próprios defensores do regime. Mais tarde, no final dos anos cinquenta, como membro da Comissão Executiva da União Nacional, proferiu várias

⁴² Ver *supra*, parte II, cap. VI.

⁴³ *Salazar e «A Verdade»*, Porto, Edição de Autor? (Depositária: Livraria Educação Nacional), 1937, p. 24.

⁴⁴ *Memórias de Costa Brochado*. Lisboa, Edição de Autor (Depositária: Livraria Popular Francisco Franco), 1987, p. 119.

conferências ideológicas, mas sempre revistas (conforme afirmou de forma simples e quase ingénua) pelo próprio Salazar, que lhe introduzia alterações ou cortava algumas frases⁴⁵.

Apesar de ter convivido com intelectuais, entre eles o próprio Fernando Pessoa, e com políticos de todas as cores («desde comunistas a integralistas, convivi com todos quantos tinham interesse intelectual», como também confessava nas suas *Memórias*⁴⁶), isso não faz dele um «intelectual», ainda que seja senhor de uma escrita fácil, clara e contundente.

Aliás, também a sua fama oficial de «historiador» não o credita, à luz dos nossos conceitos, como um «intelectual», nem mesmo como um... historiador. Na verdade, não se pode dizer que, pelas suas obras, se possa entender Brochado como um cultor de uma história objectiva e rigorosa. Pese embora o aparato erudito que pretende dar a algumas das suas obras, elas são sobretudo guiadas por conceitos ideológicos perfeitamente claros e coerentes. Por isso entendemos que Costa Brochado foi, sobretudo, o que chamámos um «historiógrafo», um históriógrafo ao serviço do regime, de Salazar e do Estado Novo, mesmo que a sua obra não incida directamente sobre o seu mundo contemporâneo, mas sim sobre figuras emblemáticas da história de Portugal medieval e moderno aproveitadas pelo regime. Neste sentido, aproxima-se de outro «homem do salazarismo», que também pertenceu à Academia Portuguesa da História, João Ameal, ainda que, pelas suas reflexões, se possa considerar este, com maior justeza, como um «intelectual orgânico» do Estado Novo. Já outro membro desta Academia, Alfredo Pimenta, ideólogo e intelectual, se expressou de forma mais cultural e cientificamente rica e foi como historiador, apesar das concepções ideológicas que lhe estão subjacentes (ligadas a uma linha mais claramente «fascista»), uma personalidade mais marcante, até pelo sentido complexo das suas polémicas. *Enfant terrible*, haveria, por isso, de não se colar, exactamente, a nenhum regime e a nenhuma instituição orgânica. Daí o facto de ter acabado por ser demitido da Academia Portuguesa da História.

⁴⁵ Cfr. *ob. cit.*, pp. 342-344.

⁴⁶ *Ob. cit.*, p. 238.

«Passado, Presente e Futuro» de Portugal. A ideologia política de Costa Brochado

A conferência proferida em Viseu, a 14 de Junho de 1960, por Costa Brochado, intitulada *Passado, Presente e Futuro*, pode sintetizar uma linha fundamental da sua ideologia. Com efeito, ele interpretou de uma forma simplista e maniqueia, mas coerente, os três ciclos do tempo em Portugal.

A tentativa para explicar a sua posição ideológica, nomeadamente nas suas *Memórias*, é apenas superficial. Fala vagamente do republicanismo do seu pai, professor primário na escola Conde Ferreira em Gondomar, que ele próprio frequentou, da sua tendência juvenil para o Partido Evolucionista, da sua simpatia pelo sidonismo e, afinal, da adesão ao Partido Socialista, de Ramada Curto, no qual votara nas eleições de 1925⁴⁷. Mas, valoriza, sobretudo, a sua formação católica, vinda da mãe e do Padre António Valente da Fonseca, pároco em São Cosme de Gondomar. É por essa via que adere à ideia de um «Estado Social» frente ao que chama (de resto, com alguma propriedade, referindo-se à realidade da Primeira República), a «desordem republicana». Mais precisamente, considera que foi o corporativismo católico, da *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, que justificou tanto a sua posição «socialista», como a sua adesão ao corporativismo de Salazar, em oposição ao comunismo e ao demoliberalismo, ou ao «liberalismo» e à «democracia directa» (como lhe chama, numa expressão pouco rigorosa, pois faz coincidir o conceito de «democracia directa», que tem outro significado politológico, com a «democracia representativa» parlamentar, sufragista e de tipo partidário). Por isso se esforça por provar que Salazar nunca foi «fascista», mas integrou-se numa lógica de Estado Corporativo e, assim, mesmo que nas entrevistas que Salazar lhe concedeu no jornal *A Verdade*, sempre o Presidente do Conselho (o «Chefe», como se tornou também conhecido) tenha dado como exemplo de comportamento político comparativo Hitler e Mussolini⁴⁸,

⁴⁷ *Memórias, passim* e p. 73.

⁴⁸ Ver essas entrevistas no próprio jornal ou na obra de Brochado, *Salazar e «A Verdade»*, Porto, Edição de Autor (Depositária: Livraria Educação Nacional), 1937, p. 43 ss..

o certo é que Brochado se veio a confessar como anglófilo⁴⁹, posição que lhe terá custado a extinção do seu jornal, publicado ao serviço de Salazar e do seu regime.

Para além desta lógica, poucas ou nenhuma reflexões teóricas surgem na ideologia de Costa Brochado. Divisamos apenas o reflexo de leituras que eram comuns aos aderentes do Estado Novo que não foram militantes de nenhum ideal mais afirmado, de tipo católico, nacional-socialista ou integralista (que têm, no geral, leituras e reflexões mais complexas). Por exemplo, breves considerações sobre o amoralismo de Maquiavel, citação da obra de Léon Daudet, *Le stupide XIX.^e siècle*, referências à teoria da psicologia das multidões de Gustave Le Bon, admiração pelo personalismo científico de Alexis Carrel e pela sua obra, de grande divulgação, *O Homem, esse desconhecido*, ou então as leituras, numa inversão contra-revolucionária, de Herculano, Garrett, Antero, Eça, Ramalho, etc..

Mais do que um pensamento organizado, como se aludiu, Brochado foi um «prático», defensor de «verdades» e, para ele, a «única verdade política» era Salazar. E esta é afinal a fonte de todas as ideias e acções e que o leva a não aceitar qualquer tipo de diálogo com nenhuma força política que estivesse para além de Salazar. Como escrevia em 1937, referindo-se à sua experiência de *A Verdade*: «É que, para nós, ontem como hoje, só há uma verdade, um caminho e uma luz: Salazar!»⁵⁰

E nessa luta — que nunca reflecte sobre a «verdade do outro», mas apenas sobre a «Verdade de Salazar» — vai usar de toda uma metodologia simultaneamente de louvor e de combate. Neste último caso, fá-lo — conforme refere quando fala de *A Verdade* nas suas *Memórias* — através da sua «ideia genial» de pôr os «reviralhistas» e os republicanos a usar as suas palavras contra o próprio regime que diziam defender, ou, explicando melhor, a criticar a República por que tanto se haviam batido. Assim, utiliza frases como estas: António José de Almeida escreveu — «O terror campeia no País! É uma onda de pavor que invade a terra portuguesa e a estrangula nos elos do boato, do assalto, da prisão, da intriga». Ou cita José Domingos dos

⁴⁹ *Memórias*, p. 124 ss..

⁵⁰ *Salazar e «A Verdade»*, p. 24.

Santos, da Esquerda Democrática, um mês antes do 28 de Maio: «O Partido Democrático é hoje uma agência de negócios em véspera de falência fraudulenta...» Ou Junqueiro: «Isto para aí está um bacanal de percevejos numa enxerga podre»⁵¹.

Essa «ideia genial» se tinha eficácia propagandística, e continuou a ter em momentos de crise política do Estado Novo, não tinha, porém, nenhuma originalidade. Os integralistas, desde os primeiros momentos de luta no interior da República, usavam semelhante processo que Brochado utilizou em *A Verdade* e em momentos posteriores da sua acção política. Lembremos alguns títulos de artigos dos primeiros números da *Nação Portuguesa*: «O «liberalismo» de Alexandre Herculano», «O testamento de Garrett», «Pensamento político de Eça de Queirós», «Teófilo Braga mestre da Contra-Revolução»...⁵². Teófilo ... «Mestre da Contra-Revolução», como, de resto, os ideólogos da *Action Française* fizeram em relação a Proudhon. Só que Brochado o fazia em plena lógica de propaganda e de pura polémica, como desde há muito sucedera com alguns militantes legitimistas do século XIX, e não em termos de teorização.

Foi esta afinal a sua prática em momentos diversos, como, por exemplo, quando atacou Norton de Matos, durante a sua candidatura à Presidência da República, escrevendo um significativo livro, com algumas pretensões historiográficas, visando sobretudo a Primeira República, em que o candidato desempenhara um papel de relevo, o qual intitulou *O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura* (1948)⁵³. Não hesitou — utilizando as palavras de republicanos e liberais, que usavam o seu direito à crítica, em liberdade de expressão, por vezes (é certo) crítica bem forte, ou os seus próprios argumentos — em atacá-lo como governador de Angola e, depois, como

⁵¹ *Memórias*, p. 116.

⁵² Ver *Nação Portuguesa*, n.ºs 1,4,10,11,12.

⁵³ *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*. Lisboa, Portugália Editora, 1949. No Prefácio desta obra, afirmando-se como estudioso do «período que vai de 1910 a 1926», pergunta: «Como poderia um português consagrado ao estudo da história pátria ficar silencioso ao vê-la deturpada? Como havia de ficar inerte, perante o que vinha de ler [refere-se ao manifesto de Norton de Matos como candidato à Presidência da República], um homem que está estudando o regime republicano? O escritor não pode furtar-se aos deveres do patriotismo, nem ficar neutro nas batalhas entre a Verdade e a Mentira» (pp. 8-9).

Alto Comissário, como membro do Partido Democrático e até como ministro da Guerra, considerando-o, se não «o *responsável* pela nossa entrada nessa guerra» (a Primeira Guerra Mundial, evidentemente, cuja intervenção criticava), «um dos *mais responsáveis*»⁵⁴, e mesmo pondo em dúvida a sua defesa da ideia de «Unidade Nacional», de unidade de Portugal e das colónias, que de resto viria a ser explicitada no livro, marginalizado pelo regime, *A Nação Una*⁵⁵. Acima de tudo, o que estava em causa é que Norton era Grão-Mestre da Maçonaria (foi esta a principal arma da propaganda salazarista para o atacar) e aceitara, aos 80 anos, ser líder da oposição, com o apoio dos comunistas que criticava⁵⁶. Suprema heresia! Mesmo tratando-se de um homem — como confessará mais tarde nas *Memórias*, já longe da luta política — que «era um dos melhores portugueses do meu tempo, patriota inconcusso».⁵⁷

No próprio ano das eleições, 1949 (o Prefácio do livro sobre Norton de Matos é de Janeiro, mês anterior ao do sufrágio presidencial, de que Norton foi compelido a desistir, devido à falta de condições políticas para ir às urnas), vai mais longe e tenta ultrapassar a figura do candidato para criticar o regime republicano, em que ele se destacara, através da sua «história». Aí está a história ao serviço do regime de Salazar, como já havia feito antes, da mesma forma e de outra, como iremos ver. Na obra *Para a história de um regime*⁵⁸ procurará provar que a Primeira República era um regime cheio de defeitos estruturais, tendo em conta o significado precário do Chefe do Estado, a desordem do Parlamento, as manobras políticas do Exército e da Armada, a má organização das Finanças, da Administração e da Assistência, ou o carácter desenfreado da Imprensa. Cumpria afinal, como dizia no Prefácio, o «*elementar dever de optar pela verdade contra a mentira, pela ordem contra a anarquia, pelo direito contra o arbítrio*». No fundo, desejava mostrar, como quem lança um panfleto, como o governo de Salazar, depois

⁵⁴ *Ob. cit.*, p. 19.

⁵⁵ *A Nação Una*. Com um Prefácio do Prof. Egas Moniz. Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, [1952].

⁵⁶ *Ob. cit.*, *passim*.

⁵⁷ *Memórias*, p. 275.

⁵⁸ *Para a história de um regime*. Lisboa, Editorial Império, 1949.

da «desordem republicana», significava — no seu dizer — *«na história política contemporânea, a última possibilidade da Pátria Portuguesa, no que toca à realização da indispensável unidade nacional, condição sine qua non para a consolidação definitiva da independência nacional»*⁵⁹.

A tese da «catástrofe», considerada uma fatalidade no caso de os republicanos voltarem a governar, era afinal a linha de rumo de toda a sua ideologia de combate:

A interrupção deste Governo [de Salazar], no momento presente, arrastaria o País irremediavelmente, à maior catástrofe da história.

*Há momentos da história dos povos, e este é um deles, em que uma série de circunstâncias estranhas à vontade e ao domínio dos homens, põem as nações dependentes de condutores em quem se reúnem as misteriosas forças ancestrais que constituem a maior razão de ser da independência colectiva. Vivemos, hoje, uma dessas horas, e só por inconsciência ou má fé se pode conceber a ideia de perturbar a ordem nacional, tendo apenas em vista a restauração de mitos e palavras vãs cuja experiência está feita em longos anos de misérias sem nome e sem perdão!»*⁶⁰

Mais tarde, em 1959 — ano seguinte ao grande acontecimento eleitoral das candidaturas, pelas oposições, de Arlindo Vicente e do general Humberto Delgado —, as eleições haveriam de lhe recordar o que chamou, referindo-se às de 1948-1949, o *«vendaval político, cuja força destruidora se baseava muito na confusão em que geralmente vivem os Portugueses acerca da história política dos últimos cento e cinquenta anos»*. E, assim, resolveu publicar outra obra de carácter pretensamente «histórico» (já há muito programada, segundo dizia, embora com outra estrutura), mas de sentido mais vasto, pois abrangia não só a República mas também o regime liberal, intitulada *Para a história do liberalismo e da democracia directa em Portugal*⁶¹. Dentro

⁵⁹ *Ob. cit.*, Prefácio, p. 6.

⁶⁰ *Ob. cit.*, Prefácio, pp. 6-7.

⁶¹ *Para a História do Liberalismo e da Democracia Directa em Portugal*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1959.

da mesma lógica «catastrofista», procurava criar a ideia de que só havia um caminho, a via do Estado Novo:

*O grave dilema que está posto à Nação Portuguesa, em nossos dias, é realizar o Estado Novo ou cair na anarquia infrene que precede sempre, de perto, na História, a perda da independência!*⁶²

Nesse pequeno livro, que era apresentado como «*uma conclusão da larga e demorada investigação a que o autor procedeu, durante muito tempo, para se instruir acerca da história política dos últimos cem anos*», surge uma análise histórica superficial, cuja matriz se radicava nas concepções contra-revolucionárias do século XIX, ou seja, a ideia de que Portugal perdera, com a influência da Revolução Francesa e da Revolução de 1820 (ou o reinado de D. José — como veio a dizer nas *Memórias*⁶³), o seu fio natural da História. O «liberalismo e a democracia directa» só poderiam lançar Portugal na anarquia e apenas o Estado Novo poderia fazer sair o país desse «percurso errado», reencontrando-se noutra forma de democracia, a «democracia orgânica», inspirada por Leão XIII⁶⁴. Era esta a tese salazarista, que o levava a afirmar, como vimos, que o Estado Novo não era um regime fascista, como o levará a sublinhar que não era capitalista (como sucedia no mundo liberal e no mundo soviético, neste caso «capitalista de Estado») mas corporativista⁶⁵.

Homem do Estado Novo e da União Nacional, multiplica então as suas intervenções no sentido de opor a existência de «duas políticas». É este, ou um pouco mais, *Duas políticas. Duas épocas*, o título de uma conferência realizada em Braga, no dia 28 de Abril de 1959, na posse da Comissão Distrital da União Nacional⁶⁶. O título era por certo inspirado na nota oficiosa

⁶² *Ob. cit.*, p. 11.

⁶³ *Memórias*, p. 156.

⁶⁴ Cfr., por exemplo, *Para a história do liberalismo...*, pp. 10-11 e 15 ss..

⁶⁵ Ver, por exemplo, *Ética do Estado Novo*. Conferência realizada em Lisboa, em 9 de Abril de 1959, perante as Comissões Políticas da União Nacional. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959, p. 22.

⁶⁶ *Duas Políticas. Duas épocas*. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

de Salazar de 16 de Julho de 1934, *Duas escolas políticas*⁶⁷, em resposta à entrevista dada por Afonso Costa, em Paris, ao jornalista brasileiro José Jobim⁶⁸. Do mesmo modo responderá ao documento assinado por 138 cidadãos, de várias profissões, que pretendiam provar a ilegitimidade e ilegalidade política do Estado Novo, dirigido a Salazar, para que abandonasse voluntariamente o poder. *Resposta a 138 amigos do «Bem Público»* — assim chamou Brochado, ironicamente, a uma conferência proferida em 18 de Abril de 1959 perante as Comissões Políticas da União Nacional de Lisboa⁶⁹.

E, como é óbvio, nessa oposição de «duas políticas», sobressai a explicação oficial — sempre referida nos seus textos — de que o Estado Novo é a única salvação para Portugal. São muitos os discursos proferidos e as conferências realizadas nesses anos fundamentais para a sobrevivência do regime, de 1959 a 1961: *Política do Estado Novo* (1959)⁷⁰, *Actualidade do Estado Novo* (1959)⁷¹, *Ética do Estado Novo* (1959)⁷², *Passado, presente e futuro* (1960)⁷³, *A missão de Salazar* (1960)⁷⁴, *Teoria da União Nacional e realidades da África Portuguesa* (1961)⁷⁵.

⁶⁷ *Duas escolas políticas. Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros de 16 de Julho de 1934.* Lisboa Edições SPN. 1934. Ver *supra*, parte II, cap. VI.

⁶⁸ *A verdade sobre Salazar.* Prefácio de Danton Jobim. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934.

⁶⁹ *Resposta a 138 Amigos do «Bem Público».* Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1969.

⁷⁰ *Política do Estado Novo.* Conferência realizada em Bragança na posse da Comissão Distrital da União Nacional em 9 de Março de 1959. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

⁷¹ *Actualidade do Estado Novo.* Conferência realizada na sede da União Nacional perante as Comissões Políticas de Lisboa, em 2 de Abril de 1959. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

⁷² *Ética do Estado Novo.* Conferência realizada em Lisboa perante as Comissões Políticas da União Nacional de Lisboa, em 9 de Abril, de 1959. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

⁷³ Texto já citado: *Passado, presente e futuro.* Conferência realizada em Viseu em 14 de Junho de 1960, perante as comissões políticas do distrito e sob a presidência do Governador Civil. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1960.

⁷⁴ *A missão de Salazar.* Discurso proferido na «Liga 28 de Maio», em 27 de Abril de 1960, sob a presidência do ministro do Interior. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1960.

⁷⁵ *Teoria da União Nacional e realidades da África Portuguesa.* Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1961.

Alguns títulos são idênticos e outros não, mas as ideias são praticamente repetidas nestas várias intervenções do político de Salazar. Desde os textos de *A Verdade*, continuava a mitificar o presidente do Governo, que identificava com a «alma nacional»:

Salazar não é um político — é a própria política nacional dos nossos dias; também não é um chefe de partido, nem de escola, nem de regime — é a alma viva da Nação à procura do seu futuro, no mar revolto das paixões e dos interesses nacionais e internacionais.⁷⁶

Portanto, Portugal, longe de estar à margem dos povos, é também o seu condutor, conduzido por Salazar. A «democracia directa», o «liberalismo político-económico», estava a morrer, assim como deveria morrer a «*democracia popular* exemplificada na Rússia e seus países satélites». Mas mantinha-se vivo o «Liberalismo-filosofia-da-Vida-e-do-Homem, que é uma das maiores aquisições do Cristianismo, como fundamento pelo respeito sagrado pela dignidade da pessoa humana». Brochado acrescentará: «desse somos nós os defensores e é nele, precisamente, que baseamos a nossa doutrina». E continuará: «E o mesmo diremos da Democracia orgânica, outra conquista do Cristianismo, através da teoria do direito divino providencial, de que a nossa política é, de que nós somos, os legítimos defensores, ninguém a tendo defendido melhor do que nós em todo o Ocidente». Dirá ainda mais, como uma conclusão fundamental a coroar todo o raciocínio: «Não regressaremos, portanto, ao regime de partidos, à Democracia directa, que aliás fez a sua época, e temos a certeza de que todo o Ocidente terá de nos seguir, mais cedo ou mais tarde, como está fazendo a França (pátria da democracia directa, fonte dos partidos!), se se quiser efectivamente vencer o totalitarismo soviético que já abarca meio mundo»⁷⁷.

Nesta tese, de Portugal e de Salazar condutores de povos — a própria França gaullista nos estaria a dar razão —, era preciso fazer compreender

⁷⁶ *Política do Estado Novo*, p. 11.

⁷⁷ *Ob. cit.*, pp. 14-15.

(eis a suprema dificuldade!) que Salazar não era eterno e que haveria em Portugal de se continuar o caminho por ele traçado: «Salazar há-de desaparecer do número dos vivos, como sucede a todos os homens, e a Nação Portuguesa tem de continuar a sua História»⁷⁸. Por isso era urgente dinamizar a União Nacional — e essa tarefa ia-se tornando praticamente impossível nesse final dos anos cinquenta, que marca uma viragem da sociedade —, que, paradoxalmente, mas de forma coerente com o pensamento do Estado Novo, era entendida como o partido «não partido» ou não era considerada mesmo um partido:

Seremos, então, o partido dos que não querem partidos?

A União Nacional, por isso que não é um partido mas serviço político da Nação, não se dirige a alguns mas a todos os Portugueses, e não existe para os dividir em lutas fratricidas, à roda de mitos e paixões, mas unicamente para os servir — como a força de coesão que une as moléculas de um corpo que não deseja pulverizar-se.

É isso mesmo: somos, nesta hora apocalíptica do Mundo em revolução permanente, a força de coesão destinada a manter a unidade e a vida do grande corpo nacional de aquém e além mar.⁷⁹

Desta forma, não haveria, portanto, lugar para qualquer mudança política em Portugal, pois seria o próprio Portugal o motor da verdadeira mudança, já que se, ao contrário, se modelasse politicamente pelos regimes existentes nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França, iria afinal lutar contra as dificuldades do capitalismo por que eles passam e iria entrar num processo de revisão de sistemas político-económicos que era o problema «mais grave de toda a história da Europa»⁸⁰.

Salazar era, para Costa Brochado (insistimos nesta ideia), um «génio político»⁸¹ (terminologia que, curiosamente, o próprio Salazar utilizou quando,

⁷⁸ *Idem*, p. 11.

⁷⁹ *Idem*, pp. 16-17.

⁸⁰ *Ética do Estado Novo*, pp. 20-21.

⁸¹ *A missão de Salazar*, p. 17.

em 1938, se referiu a Mussolini⁸²). No seu dizer, por ventura ainda mais expressivo: «Salazar, historicamente falando, não é um Homem mas sim uma Obra — uma obra de salvação nacional»⁸³. Era — se empregarmos ainda mais outra significativa forma de dizer de Brochado, quando se referia ao dia 28 de Abril, data do seu nascimento, em 1889 — «um Português anónimo» em que «a Providência [...] infundiu os misteriosos segredos e as virtudes heróicas de que a Pátria carecia, no governo do Estado, para não soçobrar, de vez, em nossos dias»⁸⁴. Um homem com uma missão semelhante ao Infante D. Henrique — era outra imagem apresentada pelo ideólogo, inspirando-se, curiosamente, num discurso de Eisenhower⁸⁵, numa concepção que pretende salientar o papel dos «guias», dos «chefes de eleição», cuja função consistia, no seu discurso carlyliano, «em interpretar a universalidade do presente, traçando as linhas mestras do futuro, por forma que os povos perdidos em atalhos reencontrem a estrada lisa dos seus destinos»⁸⁶

Assim, se era considerado «um crime de lesa-Pátria destruí-lo no caos e na anarquia moral e intelectual dos grupos e facções revolucionárias»⁸⁷, também seria criminoso pensar que «o Estado Novo é Salazar, regime pessoal para o tempo da sua vida». O Estado Novo fora também realizado pelas elites, que são no fundo o que mais precioso existe na sociedade portuguesa, dado que os restantes grupos sociais não têm expressão. Vejamos como Brochado descreve essas elites, também construtoras do Estado Novo, numa evocação que não omite, para lhe dar força, a «história gloriosa da Pátria»:

⁸² «Preocupação da Paz e Preocupação da Vida», discurso proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a nova Assembleia Nacional, em 27 de Outubro de 1938, *Discursos*, II, p. 105. Salazar pronunciava-se no contexto da conferência de Munique (29 de Setembro de 1938).

⁸³ *A missão de Salazar*, p. 18.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Passado, presente e futuro*, pp. 9-10.

⁸⁶ *Ob. cit.*, p. 12.

⁸⁷ *A Missão de Salazar*, p. 16.

Na verdade, jamais houve Estadista, desde a Restauração para cá, que reunisse à sua volta, em qualidade e quantidade, um escol de colaboradores como aqueles que vem trabalhando com Salazar, há três décadas memoráveis. Assim como também não há memória, na nossa história política, desde os séculos XV e XVI, de algum Regime ter interessado a Nação inteira, a Nação orgânica, como o Estado Novo vem interessando Portugal sob a égide de Salazar.

Noventa e tantos por cento das aristocracias nacionais têm colaborado e continuam colaborando, activamente, com Salazar e o Estado Novo, sendo historicamente impossível dissociar a Nação do Regime e do seu fundador, visto que Nação, Regime e Salazar se fundiram, há muito, num todo — fora do qual já não será possível vida social nem unidade nacional que nos permitam continuarmos a nossa história.

Não quer isto dizer, é evidente, que fora dos quadros do Regime, e do escol que o vai realizando, não haja portugueses valiosos; são, porém, minoria sem expressão, que a Nação orgânica não entende nem escuta e que, por isso, vivem vida intelectual especulativa, à margem das realidades positivas da sociedade portuguesa.⁸⁸

Era esta a grande questão para os defensores do regime, ou seja, a impossibilidade de o pensarem com a oposição daqueles que não pensavam como eles, isto é, como Salazar e os salazaristas. Na verdade, há uma lógica «totalitária» nesta forma de pensamento, que o colocou num beco sem saída. A utopia da «união nacional» era, efectivamente, impossível de manter, mas, como acabámos de observar, era a única maneira de defender o regime, mesmo nesses conturbados anos sessenta. Daí a dificuldade de poder entender o Estado Novo fora da lógica fascista mussoliniana em que tudo reside no Estado. Também afinal no regime de Salazar toda a Nação se identificava ou tenderia a identificar-se com o Estado Novo, pois, para além dos seus apoiantes ou militantes, apenas existia, no dizer de Brochado, uma «minoria sem expressão», relegada (por mais valor que tivesse) para a categoria dos «intelectuais especulativos». Se não fala directamente em

⁸⁸ *Passado, Presente e Futuro*, pp. 15-16.

repressão justificada destes «intelectuais», como explicitamente se referia o décimo mandamento do *Decálogo do Estado Novo*⁸⁹, era apenas talvez porque Costa Brochado — amigo de integralistas e de comunistas, como (conforme vimos) confessou nas suas *Memórias* — teria, pelo menos formalmente e até certo ponto, um sentido de tolerância que o regime não queria manifestar, através da pena de João Ameal, nesse documento de 1934, tempo de construção do Novo Estado, que seria considerado um texto de propaganda fundamental e dissuasor de qualquer atitude oposicionista.

Nos anos sessenta, Brochado apenas queria acreditar, o mais serenamente possível, que o «futuro» do Estado Novo, identificado com o da Nação, ainda seria possível, apesar das tempestades internas e externas que já se anteviam. Por isso, dizia na sua conferência de Viseu, em 14 de Junho de 1960, um dos seus últimos textos políticos:

Nós podemos, de facto, voltar a ser, se quisermos, como disse Salazar, uma grande e próspera Nação. Mas a hora é esta, neste ano centenário do Infante D. Henrique, sob a égide de Salazar. E o caminho é só um: realizar o Estado Novo, com todos os Portugueses e para todos os Portugueses, criando mais riqueza e aplicando-a e distribuindo-a melhor, numa política de verdadeira união nacional que pode e deve ser melhorada e actualizada mas jamais mistificada sob crime de lesa Pátria. [...]

[...] Quando o Estado Novo estiver devidamente explicado, em suas origens e fins, a todos os Portugueses, por forma a não lhes ficarem dúvidas nenhuma, acabará a oposição em Portugal — porque o comunismo não é oposição mas revolução permanente e todos os outros vivem apenas das confusões que nós deixámos criar, em torno do Regime, esquecidos de que o povo português é muito inteligente e não gosta de confusões...⁹⁰

⁸⁹ Recordemos o seu texto: «Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da *justiça para todos* – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria» (*Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934, p. 87).

⁹⁰ *Passado, Presente, Futuro*, pp. 28-29.

Fraca ilusão, porque os «criminosos de lesa-Pátria» (com ideias de todas as tendências) de que fala iam multiplicar-se nesses derradeiros anos do salazarismo, como se multiplicarão mesmo durante a chamada «Primavera marcelista», na qual Brochado já não colaborará. O próprio Brochado veio a ter disso, posteriormente, uma consciência crítica, quando escreveu estas linhas amargas no *Post-Scriptum* das sua *Memórias*: «E quando legiões de advogados, médicos, engenheiros, etc., começaram a pôr em dúvida Salazar e a própria Pátria, falando a mesma linguagem dos Estados Unidos e seus pares, o Povo Português perdeu o pé e afundou-se...»⁹¹

O Estado Novo, com o espírito de «união nacional» no qual ainda queria acreditar em tempos críticos, revelou-se uma fortaleza com alicerces de barro e desfez-se como um castelo de cartas, com a «guerra colonial» ou as «campanhas ultramarinas» que atravessaram esses anos sessenta e a década seguinte, e, enfim, com o *putch* militar e o movimento nacional do 25 de Abril de 1974. Também os textos propriamente historiográficos de Costa Brochado não puderam contribuir em nada para evitar essa derrocada. Como, aliás, seria de esperar, pois a história, pela mesma altura, começara a ser encarada em outras perspectivas.

O «historiógrafo»

Costa Brochado entra em 19 de Julho de 1957 na Academia Portuguesa da História. Em 21 de Março de 1969 é académico com o número 16 e em 18 de Fevereiro de 1972 é promovido a vogal do Conselho Académico. Já tinha, porém, um longo currículo como «historiógrafo», desde pelo menos os anos quarenta. Mais tarde, nas suas *Memórias*, Brochado dirá, curiosamente, que «a Academia das Ciências era o bastião intelectual da Maçonaria e a Academia da História havia sido restaurada para se lhe opor do ponto de vista católico».⁹²

Criada em 19 de Maio de 1936, quando era ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco, teve como símbolos, visíveis, por exemplo nos primeiros números do *Boletim da Academia Portuguesa da História*, os

⁹¹ *Memórias*, p. 521.

⁹² *Memórias*, p. 328.

símbolos católicos, mas acima de tudo manifesta desde o seu início, nos estatutos de 31 de Julho de 1937, um sentido nacionalista. No seu artigo 2.º pode ler-se como fins primeiros da Academia: «Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e rectificação da história nacional, no sentido superior da *contribuição portuguesa para o progresso da civilização*, bem como enriquecer a documentação dos *inauferíveis direitos de Portugal*». Além disso, entre os primeiros académicos, podem contar-se vários monárquicos e sacerdotes católicos, a começar pelo presidente, o Doutor António de Vasconcelos, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.⁹³

Brochado, católico e monárquico desde os anos quarenta — «por inteligência e por contraste...» (conforme confessa nas suas *Memórias*⁹⁴), considerando que «a Monarquia como a da nossa 1.ª Dinastia é o melhor dos regimes em confronto com quantos têm sido experimentados...» —, salazarista confesso e incondicional, articulava-se bem com o espírito da Academia nesse tempo do Estado Novo. Mas, não será tanto nas suas comunicações, sobre temas específicos — nas quais se incluem o elogio ao Monsenhor Miguel de Oliveira, autor de uma conhecida *História Eclesiástica de Portugal*, bem integrada no espírito do salazarismo e no espírito eclesiástico tradicional, vencedora, em 1940, do Prémio Alexandre Herculano do SPN — que encontramos a linha de rumo da «historiografia» de Brochado. Como dizíamos, ela é muito anterior e surge — segundo as suas confidências memoriais — quando foi nomeado em 1935 redactor do *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional, altura em que Joaquim Leitão lhe pediu para dirigir os Serviços de Biblioteca e Arquivo. Foi a partir dessa altura e até ao momento em que, nos anos cinquenta, volta à liça política no interior da União Nacional, período que designou como «travessia do deserto», que se desenrola, pois, a sua prática mais profícua de «historiógrafo».⁹⁵

⁹³ Ver, sobre as tendências da Academia Portuguesa da História na sua fase inicial, o título da nossa autoria «A “restauração” da Academia Portuguesa da História», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa, Temas e Debates, 1998 (2.ª edição), p. 283 ss.. O itálico do passo transcrito dos estatutos da Academia é da nossa responsabilidade.

⁹⁴ *Memórias*, p. 371.

⁹⁵ *Memórias*, p. 227 ss..

Seguindo uma linha de rumo de acordo com a «razão de Deus» e com a «razão de Estado (salazarista)», vai, pois, ser reconhecido pelo regime. O seu primeiro livro, *D. Sebastião, O Desejado* (1941)⁹⁶, recebe uma menção honrosa no Concurso Nacional de História, que atribuía o Prémio Alexandre Herculano, do SPN, nesse ano ganho pela *História de Portugal*, de João Ameal. A obra *Infante D. Henrique*⁹⁷, publicada no ano seguinte, foi a vencedora do referido prémio. Logo no ano imediato, 1943, publica *Afonso de Albuquerque*⁹⁸, vencedor do prémio de História no concurso de Literatura Colonial.

E a estas obras, longas e prolixas (com uma média de 400 páginas por livro), sempre servidas de pretensa justificação erudita e de interpretações consideradas pelo autor como «originais», mas também escritas de forma divulgativa, capazes de captar o leitor, segue-se *D. Afonso Henriques*, que vem à luz em 1947 (o ano do Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros que constituiu um dos acontecimentos marcantes dos espectáculos históricos do Estado Novo).⁹⁹

A premiar este vasto labor — que teve também uma obra de «historiografia religiosa», de tipo fideísta (*Fátima à luz da História*, com o *nihil obstat* do jesuíta Padre Agostinho Veloso, datado do dia da Anunciação de Nossa Senhora, e o *Imprimatur* do Cardeal Cerejeira, de 28 de Abril de 1948¹⁰⁰) — é nomeado, em 1950, secretário geral da Comissão das Comemorações do IV Centenário da Morte de S. João de Deus, vindo também a produzir um estudo sobre o tema¹⁰¹. E, em 1958 (era já académico), vem a integrar a Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Neste âmbito escreve vários textos, entre eles um dos volumes da «Colecção Henriquina», *Descobrimento do Atlântico* (1958).¹⁰²

⁹⁶ *D. Sebastião, O Desejado*. Lisboa, Editorial Império, 1941.

⁹⁷ *Infante D. Henrique*. Lisboa, Editorial Império, 1942.

⁹⁸ *Afonso de Albuquerque*. Lisboa, Portugália Editora, 1943.

⁹⁹ *D. Afonso Henriques*. Lisboa, Portugália Editora, 1947.

¹⁰⁰ *Fátima à luz da História*. Lisboa, Portugália Editora, 1948.

¹⁰¹ *S. João de Deus*. Lisboa, Portugália Editora, 1950. O referido estudo era inicialmente um capítulo da obra do Centenário e só depois foi individualizado como livro.

¹⁰² *Descobrimento do Atlântico*. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.

Entretanto, nos anos quarenta, envolvera-se numa polémica com Duarte Leite acerca do seu livro *Infante D. Henrique*. Não era, naturalmente, apenas uma polémica historiográfica, mas ideológica, já que Duarte Leite fora uma das personalidades mais importantes da Primeira República e nessa altura a historiografia era também uma arma de combate, da «situação» e da «oposição». Parte do debate veio publicado na revista *Seara Nova*, mas Costa Brochado publicou o seu próprio livro, intitulado precisamente *História de uma polémica* (1944)¹⁰³. Igualmente as Comemorações Henriquinas iriam originar outra polémica de grande significado mas de menor ressonância, ligada ao impedimento da publicação da obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*¹⁰⁴, na «Colecção Henriquina», por alegados intuitos economicistas, o que desvirtuaria o «verdadeiro sentido, essencialmente espiritual» — segundo a óptica de Costa Brochado — da nossa expansão.

Ainda no final dos anos quarenta, escreve um texto de sabor historiográfico que já tem um sentido de intervenção mais directo nos assuntos políticos de carácter luso, dado que à aproximação do Brasil no tempo de Getúlio Vargas, se sucedeu, depois da guerra, ou no seu final, uma clara tentativa de estabilização (sempre difícil) das relações luso-brasileiras. Além disso, era também uma arma contra o anticolonialismo que começava a propagar-se nesses anos do pós-guerra. O livro, publicado em 1949, ano da fundação da NATO, intitula-se *A lição do Brasil*¹⁰⁵. Nos anos cinquenta, em que de novo se começa a integrar activamente na política, produz obras de menor fôlego do que as primeiras e com um carácter mais directamente de política funcional. Para além de *A conquista de Lisboa aos mouros* (1952), escrita — segundo dizia no breve Prefácio — por verificar que «constituiu acontecimento fundamental da política europeia daqueles tempos», escreve, no contexto do agudizar dos problemas indianos, o opúsculo *Que significa a Índia para os portugueses* (1954).¹⁰⁶

¹⁰³ *História de uma polémica*. Lisboa, Portugália Editora, 1944.

¹⁰⁴ *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa, Sá da Costa, 1962.

¹⁰⁵ *A lição do Brasil*. Lisboa, Portugália Editora, 1949.

¹⁰⁶ *Que significa a Índia para os portugueses*. Lisboa, Editorial Império, 1954.

1960 é o ano do Centenário Henriquino. Passado esse tempo, é a vez de escrever outra longa obra (com cerca de 300 páginas), mas agora sem uma só nota de rodapé, abandonando pois uma alegada erudição historiográfica para entrar decididamente na divulgação, uma divulgação historiográfica de tipo ideológico. Trata-se da obra com o título significativo *D. Pedro I. «Em prol do seu poboo»* (1965).¹⁰⁷

O seu labor de «historiador» vai prolongar-se para além da sua actividade política, através das comunicações referidas, apresentadas na Academia Portuguesa da História: desde o texto *Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques* (1957)¹⁰⁸, até *O Povo Eleito na História da Civilização* (1976)¹⁰⁹, já publicado, portanto, depois do 25 de Abril.

Só as suas *Memórias*, publicadas em 1987 (nesse mesmo ano saiu a segunda e a terceira edição), em que narra a sua história e as suas «estórias», vão pôr fim às suas publicações. Morre em 20 de Novembro de 1989, com 85 anos. Antes, porém, de «entrar no outro Mundo», terá escrito ao Conselho Académico da Academia Portuguesa da História, com data de 17 de Março de 1987, uma carta em que pedia para «renunciar à qualidade de sócio do Número». Conforme dizia, ao contrário da sua crença no «outro Mundo», descreia da «imortalidade Académica»...¹¹⁰

Foi, porém, um gesto sentimental, que pretendia ser de coerência — Brochado entenderia que a Academia teria perdido, com o regime democrático do pós-25 de Abril, a sua razão de ser —, mas que logo foi ultrapassado, devido a um acto de conciliação que a instituição académica terá promovido. Por isso, Costa Brochado dá conta dessa carta e transcreve-a somente na primeira edição das referidas *Memórias*, apagando-a nas edições posteriores.¹¹¹

¹⁰⁷ *D. Pedro I. «Em prol do seu poboo»*. Lisboa, Edição de Autor (Depositária: Livraria Sá da Costa), 1965.

¹⁰⁸ *Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques*. Academia Portuguesa da História, 1957.

¹⁰⁹ *O Povo Eleito na História da Civilização*. Academia Portuguesa da História, 1976.

¹¹⁰ *Memórias*, p. 523. Esta nota, em *Post-Scriptum*, encontra-se (como em cima se diz) apenas na 1.ª edição.

¹¹¹ Esta informação foi-nos dada pelo ex-Presidente da Academia, Professor Joaquim Veríssimo Serrão.

A «história» ao serviço da «razão de Deus» e da «razão de Estado»

Finalmente, procuremos entender melhor o sentido da historiografia de Costa Brochado que já dissemos estar ao serviço da «razão de Deus» e da «razão de Estado (salazarista)».

Sigamos agora uma linha essencialmente cronológica dos acontecimentos históricos tratados, para percebermos a ideologia que está por detrás da sua interpretação histórica, que vamos destacar, não nos envolvendo tanto em críticas metodológicas e de conteúdo.

É óbvio que a Fundação da Nacionalidade tinha, para Brochado, um papel fundamental. Mas não só a nível nacional, pois pretende integrar sempre a história de Portugal na história do Mundo, centrada na ideia de Civilização Cristã Ocidental, que ultrapassava também, em muito, a realidade do século XII. Afonso Henriques, como as outras figuras que tratou, eram afinal uma espécie de heróis carlylianos (recorde-se o livro de Thomas Carlyle, *On heroes*¹¹²), espécie de personagens providenciais a quem cabe dirigir a sociedade em determinados momentos, competindo ao povo seguir activamente os seus desígnios. Assim, o nosso primeiro rei aparece, em dado momento, na sequência do processo iniciado séculos atrás, a dirigir todo o movimento de Reconquista Cristã, não só congraçando portugueses mas cruzados de vários locais da Cristandade. Daí a importância referida que Brochado concede — como vimos — à conquista de Lisboa aos mouros. Afinal o livro *D. Afonso Henriques*, o primeiro herói da sua cronologia heróica, embora seja afinal o terceiro da sua cronologia bibliográfica, aponta, por isso, para outras missões a serem desenvolvidas por outros heróis, não só em Portugal, mas em Espanha. Ou seja, desenvolve-se depois todo o processo da Reconquista, que tem como ponto alto o Salado mas que culmina, na Península Ibérica, com Fernando e Isabel, os Reis Católicos de Aragão e Castela, e que terá outro desenvolvimento com as Descobertas e as Conquistas ultramarinas, de que destaca nomeadamente o Infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque. São estas as suas derradeiras palavras do seu livro, publicado (como dissemos) em 1947, sobre o «rei fundador»:

¹¹² *On heroes and hero worship and the heroic in History*, Londres, Fraser, 1841.

Expulsos, enfim, os mouros da península ibérica, ergueu-se a Cruz de Cristo desde as montanhas das Astúrias às praias de Algeciras, e a Igreja Católica pôde respirar fundo e sossegar um instante das suas porfiadas canseiras de tantos séculos seguidos.

Mas o Mundo Cristão, apesar de livre do afiado punhal de aço que lhe ameaçava as costas há centenas de anos, não se podia considerar definitivamente constituído e consagrado, à face do mundo conhecido, só porque os árabes haviam sido expulsos da Espanha. O Mundo Árabe, de que a península ibérica não fora mais do que uma das muitas partes que o compunham, continuava a dominar os recursos vitais da humanidade, desde as indispensáveis matérias primas asiáticas ao comércio de toda a cristandade. Era preciso, portanto, para que o Mundo Cristão se estendesse a toda a terra, erguendo a cruz de Cristo entre todos os filhos de Deus, que os árabes fossem privados das riquezas fabulosas com que alimentavam a harmonia e a força dos seus exércitos. Sobretudo, era indispensável arrancar-lhes o domínio do comércio indiano.

Essa tarefa gigantesca, que decidiu em sentido cristão os destinos da humanidade, foi reservada aos Portugueses, os quais a realizaram, conforme demonstro nos meus livros *Infante D. Henrique* e *Afonso de Albuquerque*, de uma forma que ainda hoje infunde espanto.¹¹³

D. Henrique é, pois, o símbolo dos Descobrimentos, que, por sua vez, têm um papel fundamental no «Mundo Cristão» e não têm apenas que ver com uma simples epopeia portuguesa¹¹⁴. O Infante é um «herói»: «Não era um homem *galante*, nem um *sportman*, nem um *cabecilba* para qualquer das facções que dividiam o país. O seu espírito pairava muito acima das pequenas lutas da política. Enchia-o a beleza estranha das coisas novas que sonhava. A meditação, o estudo, aquela surpreendente disciplina moral e mental que o afasta do mundo para ao mundo dar formas novas, fizeram dele uma pessoa estranha, que realiza o paradoxo de renunciar à vida para a tornar mais bela e confortável!»¹¹⁵. E Brochado, ao interpretar assim a

¹¹³ *D. Afonso Henriques*, pp. 297-298.

¹¹⁴ *Infante D. Henrique*, por exemplo cfr. p. 13.

¹¹⁵ *Ob. cit.*, p. 214.

figura do Infante de Sagres, estava também a pensar em Salazar, pois, como vimos, ele próprio não deixou de aproximar os dois «heróis».

Por sua vez, o Infante D. Pedro pode também, na sua lógica de encontrar o «anti-herói», aproximar-se do «intelectual» da oposição ao salazarismo: «Decididamente o Infante D. Pedro, apesar da experiência e da cultura que o exornavam e de que deixou provas nalguns bons serviços prestados ao país, cedia à cobiça de mandar, e as grandes qualidades que possuía perdiam-se no orgulho e na paixão que essa ideia dominante incendiava. Por este caminho, cuidando da sua pessoa e supondo-se superior a todos, criou ódios mortais entre a nobreza, que o não podia ver. [...] E na pessoa deste Duque se foram concentrando, através da Regência de D. Pedro, todas as más vontades que ele provocava»¹¹⁶. Alfarrobeira fora assim o justo castigo para a oposição que este «intelectual» com «espírito de partido» representava.

É nesta dialéctica entre o bem e o mal que, para Brochado, se desenvolve a história. Venceu D. Henrique e o seu desejo heróico de constituir além-Europa uma outra realidade, percurso que o historiógrafo-ideólogo procurou acompanhar. «E assim foi que a Civilização ocidental cristã começou a dominar o Mundo!»¹¹⁷ — termina com estas palavras retumbantes o livro sobre o seu «herói» solitário, sacrificado ao estudo e a uma causa.

Outro «herói» da Conquista do Império e do Mundo Cristão é Afonso de Albuquerque, cuja «história», sempre integrada na história da Europa e do Mundo, analisa, num livro que é o mais volumoso de quantos escreveu (quase 500 páginas). Os outros «heróis» serão S. João de Deus, «figura moral sem par na história dos grandes apóstolos da Caridade», o santo português que vivera para os pobres por essa Europa cristã¹¹⁸, e os missionários que levarão a cruz de Cristo a todos os cantos do Mundo. Com a «agonia e morte do Gigante» Afonso de Albuquerque também se verifica o «sonho desfeito» do Império cristão em Portugal: «A chama sagrada do Mundo Cristão, que os Portugueses detinham desde os tempos do Infante D. Henrique, passa

¹¹⁶ *Idem*, p. 295.

¹¹⁷ *Idem*, p. 398.

¹¹⁸ Ver o obra citada *S. João de Deus* (1950).

para as mãos de Carlos V. É ele, agora, quem, imperador da Europa cristã, benzido e coroado pelo Papa, assume o encargo de destruir os turcos e salvar o Mundo Cristão. Vibra-lhes o primeiro golpe mortal em Tunes, e nunca mais os deixa em situação de poderem dominar. Mas, ainda assim, era tal a vitalidade do império Otomano que ele subsistiu até os nossos dias só perdendo importância militar e política a partir da ocupação francesa, em 1830!»¹¹⁹

Nesta história dialéctica de Costa Brochado aparece, portanto, sempre, o pólo cristão e pólo muçulmano, «pólo demoníaco» que será substituído por outros. Serão esses pólos o «liberalismo» e a maçonaria do século XIX (o «estúpido século XIX», segundo Daudet¹²⁰), que se prolongará pelo século XX com a República em Portugal e o Comunismo no Oriente. E se Fátima representará, no campo religioso, a vitória da Cruz sobre o Triângulo e as profecias da derrota do Comunismo, no domínio mais estrito da política, Salazar será o derradeiro «herói» do Mundo Cristão ocidental. No fundo, ambos representam Portugal, que tentará levar o seu credo aos outros povos que perigosamente mantiveram o regime «ultrapassado» dos partidos, permitindo assim a afirmação da foice e do martelo.

Neste contexto histórico de longo curso, surgem outros «heróis». É o caso do rei D. Pedro I, símbolo da justiça, amado pelo povo, que conseguiu ultrapassar as lutas internas, combatendo contra os privilégios e os «partidos»:

O reinado de El-Rei D. Pedro I foi, como já sabemos, um período de paz, de ordem e de progresso, do princípio até ao fim. [...] A paz e a ordem em que a vida nacional decorreu durante o governo deste Monarca singular, favoreceu, naturalmente, o desenvolvimento económico e social do País, de forma que, à morte de D. Pedro, toda a gente chorou, considerando que ele a todos havia proporcionado, com o seu governo justo e sua administração exemplar, os dez anos mais tranquilos e abastados que Portugal, até aí, tinha vivido.

¹¹⁹ Afonso de Albuquerque, p. 496.

¹²⁰ Cfr. *Fátima à luz da História*, p. 48.

[...]

O segredo de D. Pedro I consistiu, quanto a nós, em conseguir, antes de mais nada, através de uma hábil e firme política externa, manter a neutralidade do País, não só nas querelas intestinas dos Reinos peninsulares, mas também nos graves dissídios europeus que estão na base da guerra dos cem anos; e, depois, em extinguir os vestígios de guerra civil no País, quer esquecendo-se, ele mesmo, dos graves conflitos do tempo de seu pai, quer abafando, com uma política interna tão sensata como lúcida, as pretensões políticas do Clero e da Nobreza. Tornando-se rapidamente popular, sem demagogia, mas com sincera naturalidade [...], logo que surpreendeu o País com as suas primeiras medidas inovadoras e justiceiras passou a ser amado do Povo que lhe emprestou toda a força de que carecia.¹²¹

Publicada em 1965, esta obra sobre D. Pedro não pode — na lógica de Brochado, em que sempre pressentimos um vai-vem no tempo, um caminhar do passado para o presente e do presente para o passado — deixar de nos levar a pensar no retrato que ele tinha de Salazar, que formara desde os inícios do Estado Novo e que consolidara agora, numa altura que já era de crise para Portugal, mas num tempo que se adivinhava cada vez mais crítico.

Falando, nas suas *Memórias*, da entrevista que Salazar lhe concedera para o jornal *A Verdade*, já nos afastados anos trinta, dá-nos esta surpreendente (ou talvez não) imagem do «Chefe»: «Retenho dessa nossa primeira entrevista, a sós, que Salazar era sinceramente antimilitarista, anticlerical, justo, recto e verdadeiro!»¹²² Como é que um militante católico do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) e de Centro Católico Português poderia ser considerado «anticlerical»? Obviamente que na perspectiva de que o clero poderia constituir um poder, como os militares, contra a política popular, sem partidos nem privilégios. Tal como via D. Pedro, o monarca justo que estava acima de privilégios das ordens. Por isso, nos anos sessenta do

¹²¹ *D. Pedro*, pp. 199-200.

¹²² *Memórias*, p. 133.

século xx, todo o povo deveria seguir Salazar, como o povo seguira D. Pedro no século xiv. Era afinal isso que o próprio Brochado escrevera no Prefácio do livro, datado de 9 de Fevereiro de 1965: «*Praza a Deus que todos nós, os Portugueses de hoje, saibamos estar à altura de El-Rei D. Pedro I, e “do Póboo”, na bora turva e amarga que aí vem*».¹²³

Outro «herói» (talvez menos «herói»), a quem dedicou (como vimos) o seu primeiro livro, foi D. Sebastião. Procurou afinal apresentá-lo livre de críticas que lhe eram comumente feitas — em especial pela corrente republicana, na polémica sobre a crise do final do século xvi e do seiscentismo —, entendendo-o, ao invés, como «bom católico», casto e pudorado. Contra a corrente do tempo, contra mesmo o que lhe indicavam os seus autênticos conselheiros (os jesuítas irmãos Câmara), ludibriado pelo «partido espanhol», D. Sebastião, sentindo-se «disposto e obrigado a aplicar-se no serviço da Fé e do Império», pensou Marrocos como «questão vital para a Nação e a Igreja». Daí adveio o desastre de Alcácer Quibir, mas permaneceu a lenda do rei santo e «desejado», mesmo — segundo Brochado, inspirado no livro polémico de Afonso Dornelas¹²⁴, escrito contra os juízos republicanos — entre os muçulmanos. E terminava com a inspiração de Chateaubriand: «Como “*junto do grande Rei português*”, pareciam “*ignóbeis e pequenos*” certos príncipes favoritos da fortuna, “*tão pouco dignos da sua alta jerarquia*”!»¹²⁵

Eram igualmente «heróis» os missionários do Brasil que tentaram livrar os índios da escravatura e suavizar a escravatura dos negros, considerada uma necessidade na época e uma necessidade para a economia portuguesa. Contrariando Gilberto Freyre, que mostrava os índios de forma benigna, «ensinando aos Portugueses benefícios da sua civilização», sobretudo no que tocava a hábitos higiénicos, apresenta os autóctones do Brasil com palavras duras e mesmo chocantes: «o índio brasileiro era imundo, física e moralmente, metendo-se nas águas dos rios pelos mesmo motivos que o

¹²³ D. Pedro, Prefácio, p. [13].

¹²⁴ *De Ceuta a Alcácer-Quibir em 1923*. Lisboa, 1925.

¹²⁵ D. Sebastião, p. 362 (cit. de Chateaubriand: *Histoire de France. Analyse raisonné*. Paris, 1857, t. II, p. 87).

Europeu via os cevados banharem-se nos charcos e ribeiros...»¹²⁶ Foram, portanto, os portugueses os únicos civilizadores, assim como teriam tratado os escravos negros com humanidade, ao contrário do que sucedera com os anglo-americanos, os franceses ou os holandeses. No período do pós-guerra em que a campanha anticolonial se começava a acender, Costa Brochado procurava dar ênfase ao que considerava a «lição do Brasil», ou seja, a forma de «colonização exemplar» de Portugal, em comparação com a colonização de outros povos. O capítulo «Confronto esclarecedor» era o desenvolvimento deste tema¹²⁷.

O citado opúsculo sobre a Índia, de 1954, era ainda mais evidente quanto aos propósitos políticos. Portugal é o símbolo da Civilização Cristã no Oriente, tendo levado a efeito uma política de miscigenação, que conduziu essa civilização directamente ao povo indiano. Assim os povos da Índia Portuguesa — dizia no seu tom eurocentrista — «são Portugueses e não Indianos; porque são Cristãos e não adoradores de bichos; porque são, sobretudo, Ocidentais e não Orientais!»¹²⁸ E, dentro da lógica do «herói» — neste caso não o «herói condutor», mas o «herói povo» —, cita o caso de Aniceto do Rosário, indo-português, vítima da guerra contra a Índia Portuguesa pela força de Nehru. A concepção promovida pelo Estado Novo de Salazar, através dos seus discursos, em que se assume como missionário quase isolado de uma «ideia», foi naturalmente assimilada por Brochado que não se cansa de afirmar que, ao contrário de Portugal, as nações europeias esqueceram o seu dever civilizacional para com o mundo. Portugal é, pois, o «herói» que persiste, personalizado pelo líder Salazar:

Foi no rasto dos Portugueses que todos os povos europeus, que a Civilização Ocidental penetrou em toda a Ásia, dando volta ao Mundo inteiro, e dominando a humanidade desde então aos nossos dias. E assim veio a florescer e triunfar, nas cinco partes do Mundo, a mais bela civilização de que fala a história do Homem sobre a Terra.

¹²⁶ *A lição do Brasil*, p. 151.

¹²⁷ Cfr. *ob. cit.*, p. 157 ss..

¹²⁸ *Que significa a Índia para os portugueses*, p. 45.

Mas as nações europeias que nos últimos séculos têm conduzido, em toda a parte, o facho dessa civilização, parece terem-se demitido, voluntariamente, da sua altíssima missão, conspurcando, primeiro, os seus princípios fundamentais, e abandonando, agora, o Mundo, ao milenário imperialismo asiático renascido, enquanto o cerco da Europa se vai apertando com uma força nunca vista em tempo algum.

Cabe a Portugal, ainda nesta hora conturbada e decisiva, a honra e a glória de poder afirmar, perante a História, que nunca traiu a sua missão ocidentalista, nem jamais se demitiu, voluntariamente, dos seus deveres, perante o inimigo permanente da nossa civilização e da própria espécie humana.

Por onde quer que passaram, em todos os pontos do Globo que lhes coube ocidentalizar, ergueram os Portugueses comunidades cristãs, onde legiões de seres humanos subiram das trevas para a luz da nossa civilização, transformados em testemunhos vivos do nosso dever cumprido [...].¹²⁹

Portugal é, pois, o grande «herói» desta tragédia, é «O Povo Eleito na História da Civilização», conforme intitulava — como dissemos — uma comunicação tardia apresentada à Academia Portuguesa da História, em 1976. Costa Brochado, coerentemente, nunca se deu conta de que o tempo tinha passado e as sua *Memórias*, de 1987, tinham na capa uma foto de Cerejeira e de Salazar, que para ele constituíam os símbolos, os «heróis» da Civilização Cristã portuguesa, que defendera até quando pudera, utilizando a ideologia e a historiografia, a historiografia e a ideologia, profundamente ligadas, a ponto de podermos perguntar se os seus escritos não são afinal textos de ideologia historiográfica ou de historiografia ideológica.

Costa Brochado não passou de Secretário Geral da Assembleia Nacional e de membro influente da União Nacional, mas a sua acção, se não se caracterizou pelo sentido da «Política do Espírito» de António Ferro ou do jornalismo intelectual de Augusto de Castro, salientou-se, pelo menos, pela fidelidade às suas ideias — o ideal da Civilização Cristã, que foi procurando

¹²⁹ *Ob. cit.*, pp. 32-35.

detectar ao longo da História e que culminou com a personalidade, para ele ímpar (como o foram os outros «heróis») de Salazar. Assistindo à sua morte e à morte do regime pela qual lutou ao longo da vida, que considerou representar Portugal ou a Nação portuguesa, restou-lhe contar a história do seu percurso, à sua maneira, através das *Memórias* que publicou poucos anos antes de morrer.

Por isso poderíamos intitular este texto com a expressão com que terminavam obrigatoriamente os documentos oficiais durante o Estado Novo, «A Bem da Nação»¹³⁰. Foi essa a intenção de Costa Brochado ao escrever os seus textos ideológicos e historiográficos. Mas deve entender-se aqui por «Nação» não apenas a «Nação Portuguesa», mas a «Nação Cristã Europeia e Ocidental», também de sentido «Universal». E, nesta defesa dogmática, opunha-se a todos os «demónios» que — a seu ver — a procuravam destruir, quer fosse o Islão, quer fosse o demoliberalismo, quer fosse a maçonaria, quer fosse o comunismo, quer fosse mesmo... a traição do próprio «Ocidente». Assim, também ele, como Salazar, se sentiria, no fim da sua vida, «orgulhosamente só».

E aqui deixámos sintetizada a história deste «funcionário cultural» do Estado Novo, que viu na cultura — a qual adquiriu, produziu e reproduziu como autodidacta — a forma de concretizar a acção de «homem de mão» de Salazar, que seguiu fielmente ao longo da sua extensa vida, enquanto durou o regime e mesmo depois dele ter caído.

Os «intelectuais» e o Estado Novo — um estudo complexo

Através destes simples exemplos, poderemos verificar a importância do estudo sistemático dos «intelectuais» do Estado Novo. No entanto, a sua análise, para além de uma reflexão teórica mais aprofundada do problema, não pode descambar para uma interpretação prática simplista. Porventura tomámos, para já, como exemplo, alguns casos que não nos deixam dúvidas

¹³⁰ Foram estas as primeiras palavras do título do artigo sobre Costa Brochado que publicámos, conforme se pode verificar na nota * da p. 71.

acerca da sua interpretação, apesar de alguma discussão que o tema e os conceitos podem ainda provocar. Mas, se entrássemos noutros domínios, sem dúvida que nos depararíamos com muito mais dificuldades, dado que a ligação de intelectuais ao Estado Novo, no seu processo de afirmação e de construção, nem sempre é linear e constante. Recordem-se como casos limite os de Henrique Galvão ou Carlos Selvagem, que vieram a afirmar a sua oposição ao regime, porque constituíam uma espécie de intelectuais activos em defesa de ideias próprias para o Ultramar, que os levaram a entrar em conflito com o Estado Novo. Alguns outros, em particular os de formação católica, também se separaram do regime pela via do corporativismo, que consideravam não estar a ser cumprido pelo Estado de Salazar. E, sobretudo no processo de estabilização e de crise do regime, numa altura em que tudo é mais vago e assumido mais como uma «função», por vezes até uma função pontual, e menos como adesão entusiasmada a uma causa, as ligações ao sistema político de Salazar tornam-se cada vez mais discutíveis e duvidosas. Poderá mesmo dizer-se que o fim do Estado Novo, na sua fase marcelista, assistiu a uma grande confusão de planos, com um novo jornalismo, novas concepções estéticas e outras «perspectivas culturais» (utilizemos propositadamente expressões vagas) em que por vezes é difícil saber o que é de «regime» e o que não é. Haja em conta o caso do «cinema novo», que o próprio regime não pôde contrariar, embora pudesse não entender a sua lógica e a sua estética e até o poder considerar potencialmente «perigoso». E o mesmo sucedeu, por certo, com a literatura e as artes plásticas.

Enfim, como dissemos no início deste ensaio, se na primeira fase, até aos anos quarenta era fácil dividir as águas, o mesmo não sucedeu a partir dali, tornando cada vez mais difícil estudar a cultura e os «intelectuais do Estado Novo».

(Página deixada propositadamente em branco)

IV

LITERATURA E «CULTURA OFICIAL» NO ESTADO NOVO *

A «Política do Espírito» e o problema de uma «cultura oficial»

Depois de termos verificado como o Estado Novo teve ao seu serviço alguns «intelectuais» a que chamámos (discutivelmente) «intelectuais orgânicos», interroguemo-nos sobre um problema mais amplo ou mais específico mas sobretudo fundamental, sobre o qual iniciamos este capítulo com uma pergunta: a chamada «Política do Espírito» (empregando a expressão de António Ferro para caracterizar a política cultural do Estado Novo) apontou para a noção de uma «cultura oficial» e, por oposição, recusou liminarmente uma cultura «degenerada» (utilizando a expressão que, respeitante à arte, deu nome a uma célebre exposição organizada pelo regime nazi, em 1937 em Munique)?

Para responder de forma complexa a esta questão voltemos, como quase sempre, à entrevista a Salazar, de 1932-1933, encenada por António Ferro. Entrevistador e entrevistado trocaram impressões sobre a cultura, sobre o significado do mecenato dos estadistas, invocando particularmente o testemunho

* Este capítulo segue, no essencial, o artigo «Literatura e bibliotecas populares oficiais no Estado Novo», in *Actas do Congresso Internacional organizado por motivo dos vinte anos do Português no Ensino Superior*, Budapeste, Departamento de Português da Universidade Rolando Eötvös Loránd, 1999, pp. 128-153. Foi, posteriormente publicado em Portugal, numa outra versão: «Literatura oficial» no Estado Novo: os prémios literários do SPN/SNI, in *Revista de História das Ideias*, n.º 20, Coimbra, 2000, pp. 401-420. A sua última parte recorta as ideias que foram apresentadas pelo nosso colega Amadeu Carvalho Homem e por mim no artigo, que citámos várias vezes e voltaremos a citar (*infra*, nota 38).

sobre a «arte de governar» de Maquiavel e afirmando lapidarmente que «a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada duma nacionalidade, o que se vê por fora...». E, concretamente, debruçando-se sobre Portugal, falaram da salvaguarda do património, mas também sobre a «arte viva». As palavras, respectivamente de Ferro e de Salazar, são as seguintes:

— Perdoe lembrar-lhe que se é justo e necessário pensar na conservação do nosso património artístico, é igualmente justo, e talvez mais urgente, pensar na arte viva que deve acompanhar a nossa evolução, que deve ser a expressão do nosso momento. Há aí duas dúzias de rapazes, cheios de talento e mocidade, que esperam, ansiosamente, serem úteis ao seu País, que o Estado se resolva a olhar por eles. Perdoe-me que lhe cite Mussolini, mais uma vez: «A Arte, para nós, disse ele, é uma necessidade primordial e essencial da vida, a nossa própria humanidade».

E Salazar, demonstrando a largueza do seu espírito, disposto a abrir-se a todas as inovações:

— Estamos de acordo. O pensamento e o espírito não devem parar. Há que estimulá-los e dar-lhes um movimento contínuo. Diga, portanto, a esses rapazes que tenham confiança e saibam esperar...¹

Foi assim, como vimos, que logo no início do Estado Novo, Salazar — apesar de ter considerado, na referida entrevista, a necessidade da propaganda, mas também, no seu modo ambíguo, de a ter até certo ponto desvalorizado²

¹ *Salazar, o homem e a obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d. (terceira edição), pp. 89-90.

² Respondendo a Ferro, que lhe falava da propaganda na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, respondeu: «Eles têm razão, mas esse dinamismo, que tanto os entusiasma, e que reconheço conveniente, nem sempre é, propriamente, de acção pura e útil, mas de palavras e de gestos. Entre as grandes medidas reformadoras dum Estado Novo, seja em Itália, seja na Alemanha, seja em Portugal, tem de haver, forçosamente, se a obra é a valer, construída sobre bons alicerces e com materiais sólidos, intervalos, grandes compassos de espera. Mussolini e, agora, Hitler enchem esses intervalos, esses espaços mortos, com discursos inflamados, cortejos, festas, gritando o que já se fez e o que se pensa fazer. Fazem bem, porque assim vão entretendo a natural impaciência do povo, a galeria exigente das situações de autoridade e de força que estão sempre à espera do número difícil e perigoso, do número de circo... Teremos de ir por aí, para uma propaganda intensa, conscientemente organizada, mas é lamentável que a verdade

— criou o Secretariado de Propaganda Nacional, nomeando como director, ligado directamente a ele, António Ferro, Secretariado esse que, no fim da guerra, em 1944, numa operação de cosmética daria lugar a outro Secretariado agora chamado mais explicitamente (como temos dito) Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, por sua vez, daria complementarmente corpo a essa «Cultura Popular», numa tendência integrativa do Povo nas ideias fundamentais do regime. O Teatro da Trindade teria correspondido, no âmbito da «cultura popular», ao que o Teatro S. Carlos era para a «cultura erudita», embora também se pretendesse, sobretudo numa fase tardia do regime, que esta penetrasse no âmbito daquela³.

Propaganda, cultura popular, cultura erudita... ou cultura de artistas que fazem a sua arte como expressão livre — estas eram as linhas de reflexão sobre as quais Ferro discorreu, equacionando o problema da cultura que seria dinamizada pelos organismos de Estado.

Mas, vejamos o que disse Salazar no acto de inauguração do Secretariado, em 26 de Outubro de 1933. Mais do que da cultura, falou sobretudo da Propaganda, procurando — as palavras são suas — «abstrair de serviços idênticos noutros países, dos exaltados nacionalismos que os dominam, dos teatrais efeitos a tirar no tablado internacional» e tratar (conforme também acrescenta) «do nosso caso comezinho». E o «nosso caso comezinho» era o caso da «nação», o caso de «uma nação» que deveria informar sobre aquilo que se vai fazendo, porque — diz numa frase de sabor maurrasiano — «politicamente só existe o que o público sabe que existe».⁴

precise de tanto barulho para se impor, de tantas campanhas, bombos e tambores, dos mesmos processos, exactamente, com que se divulga a mentira». (*ob. cit.*, p. 181).

³ Ver Nuno Domingos, *A Ópera do Trindade. O papel da Companhia Portuguesa de Ópera na «política social» do Estado Novo*, Lisboa, Lua de Papel, 2007. Na obra analisa-se, como se vê pelo título, o significado da ópera na programação do Teatro da Trindade, que era, sobretudo, apresentada no S. Carlos, valorizando assim outra faceta da cultura no âmbito da «política social» do Estado Novo.

⁴ «Propaganda Nacional», discurso proferido na sede do Secretariado de Propaganda Nacional no acto da sua inauguração, em 26 de Outubro de 1933, in *Discursos, 1928-1934*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 257 ss..

Portanto, formalmente, mais do que uma preocupação cultural, o Secretariado, justamente chamado de «Propaganda Nacional», manifesta uma preocupação de... «propaganda», que, naturalmente, teria de condicionar a noção de cultura. Por isso o homem de cultura que era António Ferro não respondeu a Salazar, nesse dia de inauguração, com um «discurso cultural», mas sim com um discurso de eficácia («de vida») no sentido de tornar visível a obra do Estado Novo: «Mais do que uma obra, cumpre-nos fazer a propaganda moral duma obra». E, assim, elegia como principal objectivo lutar contra o «derrotismo» que surgia entre os que se opunham ao Estado Novo, mas que também aparecia entre os seus partidários⁵.

A propaganda era, pois, visivelmente, a primeira das prioridades de um Estado Novo autoritário, que se queria impor, e tinha de impor, pela força mas também pela persuasão. Em plena guerra (26 de Fevereiro de 1940) Salazar volta a discursar sobre a Propaganda, utilizando agora, mais do que nunca, palavras estudadas, para que não se confundisse a Propaganda que defendia com a Propaganda dos Estados «totalitários», com os quais se queria identificar cada vez menos, numa ânsia sempre afirmada de «originalidade» do regime, embora mantendo igualmente viva a sua dinâmica antidemocrática e antiliberal, já para não falar do sistemático e visceral anticomunismo. Nessas palavras cautelosas aparece a ideia de que a Propaganda é, para ele, acima de tudo, uma forma de «informar», porque — como torna a repetir — «politicamente só existe o que se sabe que existe» e «politicamente o que parece é». Sintetiza desta forma o seu pensamento:

Sempre que abordei este assunto tenho ligado a propaganda à educação política do povo português e lhe tenho atribuído duas funções — informação primeiro; formação política depois.⁶

Neste contexto — é altura de tentarmos responder à pergunta que atrás formulámos, voltando a apresentar a questão — pode dizer-se que há, na

⁵ Ver *Catorze anos da Política do Espírito*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1948, pp. 20-21.

⁶ «Fins e necessidade da Propaganda política», discurso proferido na reunião das Comissões da União Nacional de Lisboa, realizada na Sala do Conselho de Estado na noite de 26 de Fevereiro de 1940, in *Discursos*, vol. II, p. 193 ss.. Ver sobretudo pp. 195-196.

verdade, no Estado Novo uma «cultura tipo», considerada como «cultura oficial», distinta e oposta a uma «cultura degenerada», ou, se quisermos usar outras palavras, uma «cultura do mal», que tinha em vista desestruturar os «valores da nação»?

Em primeiro lugar, deve notar-se que no Estado Novo não houve (salvo em casos excepcionais e de uma forma menos pública e espectacular⁷) queima de livros, como no nazismo, e formalmente procurou-se sempre, de modo paternal, afirmar a ideia de tolerância, ou, se quisermos, a ideia de que todos, inclusivamente a *Intelligentsia* mais avançada, poderiam colaborar, em espírito de «união nacional», na obra de Salazar, desde que, bem entendido, fossem respeitadas as premissas essenciais do Estado Novo. A ideia fundamental de Ferro — que foi entretanto, desde 1933, levando a efeito a sua obra de cultura — é que aquilo que para ele estava em causa eram os valores de «Portugal», embora seleccionasse, obviamente, entre os artistas e escritores aqueles que mais empenhadamente o fizessem de acordo com a política do Estado Novo. Por exemplo, deu-se um relevo particular entre os escritores à escrita patriótica de António Correia de Oliveira e, no domínio da arquitectura, à ideia da «casa portuguesa», personificada pelo arquitecto Raul Lino, mas também exemplificada no «Portugal dos Pequenitos», gizado pelo arquitecto Cassiano Branco.

Essa integração de intelectuais que pudessem servir o Estado Novo por essa via ampla e «consensual» fez mesmo que — conforme vimos, no que diz respeito aos dissabores que Ferro confessou ter sentido — escritores e artistas da oposição tivessem colaborado com ele de forma consciente ou inconsciente. Apresentemos um exemplo: se analisarmos a «Revista portuguesa de arte e turismo» *Panorama*, cujo primeiro número data de Julho de 1941 e que se estendeu até 1973, verificamos que na primeira série, até 1949, sensivelmente durante o tempo em que Ferro esteve à frente do SPN/SNI (e a revista era propriedade do Secretariado), se encontra a colaboração de escritores e artistas que se integravam num património nacional de cultura,

⁷ Segundo nos informou pessoalmente Luís Augusto Costa Dias, que foi responsável pelo Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira, a revista neo-realista *Cadernos de Juventude*, aparecida em Coimbra em 18 de Novembro de 1937, foi quase integralmente queimada no pátio do Governo Civil de Coimbra.

sem serem «gente do regime», tais como Vitorino Nemésio ou Aquilino Ribeiro, mas ainda alguns outros que militavam ou vieram a militar no Partido Comunista, como o escritor Manuel da Fonseca ou o desenhador Manuel Ribeiro de Pavia⁸.

Mas, ultrapassando estes «consensos» ou estranhas «convergências», António Ferro não deixava de fazer a distinção clara entre a «Política do Espírito», integrada basicamente nas regras do Estado Novo e uma «cultura» que não se inseria no seu «espírito». Assim, dizia em 21 de Fevereiro de 1934, por altura da primeira festa de distribuição dos Prémios Literários:

Política do Espírito não é apenas [...] fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores, fazendo-os viver uma atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas *viciosas* do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo!⁹

Desta forma, António Ferro abria as portas a uma censura pública. Não se dirá, pois, como veremos em relação à literatura, que vamos deparar com uma «cultura oficial», mas sim com uma «cultura integrada no regime» ou pelo menos que não era contra o regime. Por isso, ao invés, uma obra como o *Quarto dia* da *Criação do Mundo*, publicada em 1939, levará o seu autor, Miguel Torga, à prisão¹⁰.

⁸ Ver *Panorama*, respectivamente n.º 15-16, vol. 3.º, Julho 1943, e n.º 22, vol. 4.º, Natal 1944.

⁹ «Política do Espírito e sua definição». Discurso pronunciado na sede do Secretariado da Propaganda Nacional, na primeira festa dos Prémios Literários, em 21 de Fevereiro de 1934, in *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa Edições SNI, 1950, pp. 18-19.

¹⁰ Ver Renato Nunes, *Miguel Torga e a PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2007.

E situações deste tipo — que estão por estudar de forma sistemática, o que só se poderá fazer na altura em que possa ser consultada toda a documentação da Censura — permanecerão de forma mais ou menos evidente ao longo do Estado Novo, não só no domínio da literatura, mas também do ensaio, da arte, do cinema, do teatro, da rádio. Como vimos atrás¹¹, tal verificou-se com o ensaio de Sílvio Lima de crítica a Cerejeira ou com o opúsculo católico progressista de Joaquim Ferreira Gomes *O Padre no mundo em transformação*. E, para falarmos de uma situação espectacular, apresentada, obviamente, a nível oficial, como reacção «patriótica» e «espontânea» do povo contra um texto «antinacionalista», recorde-se o célebre caso da atribuição, em 1965, do prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino Vieira pelo livro *Luuanda* (1964), que levou à destruição e ao encerramento da Sociedade e à suspensão do *Jornal do Fundão*, por ter dado a notícia da atribuição do prémio.

Há, porém, que considerar de forma mais alargada e complexa a «cultura de sistema» (usemos agora esta expressão), não a reduzindo a um tipo de cultura dos Estados e das ideologias autoritárias/totalitárias de direita, de tipo «fascista». António Correia de Oliveira será o escritor mais expressivo do regime nos anos trinta e quarenta, enquanto Amândio César aparece como o escritor mais representativo em tempo de guerra colonial. Mas, neste tempo abundam cada vez mais aqueles escritores e artistas que estão «fora do sistema», o que prova a incapacidade de afirmação de uma ideologia, que se desejava única. Alguns, porém, estando «fora do sistema» do Estado Novo não deixam de se integrar ou de serem integrados noutra «sistema», ou seja, eram escritores, mas também militantes de uma «ideia de oposição» ou de um «movimento», de «outra ideologia», mesmo de um «partido», ao serviço de um conceito marxista de «formação social». Eram, em palavras expressivas, considerados «engenheiros das almas» (para empregar a citada terminologia estaliniana), cuja independência, imprescindível num intelectual (como frisámos), poderia ser posta em causa. Daí os conflitos que alguns intelectuais acabaram por ter com o Partido Comunista. Todavia, se estes intelectuais eram sujeitos a pressões, mais ou menos graves, não poderemos comparar, em Portugal (bem entendido), as dificuldades que experimentaram

¹¹ Ver *supra*, parte II, cap. II.

com aquelas que a generalidade sentia face a uma «cultura oficial» ou «integrada» no Estado Novo, que, se procurava inserir no seu redil a maioria dos intelectuais para actuarem numa ideia de consenso muito alargada, também agia, através da censura e da polícia, contra aqueles que considerava fazerem parte da «cultura degenerada». Esse tipo de «cultura totalitária», em termos de reprodução e de repressão, em nome dos valores do proletariado, existiu, porém, em termos de regime, em Estados em que o Partido Comunista esteve no poder e exerceu a sua acção hegemónica e mesmo única.

A «literatura oficial» ou «integrada» e os prémios literários do SPN/SNI

Falemos, pois, de um caso especial de «cultura oficial»: os prémios literários atribuídos pelo SPN/SNI.

Quando foram distribuídos os primeiros prémios literários criados pelo SPN, em 21 de Fevereiro de 1934, António Ferro, depois de ter definido «Cultura do Espírito» da forma como vimos, esclareceu:

Criando-os, não quisemos estimular, como é fácil agora deduzir, o satanismo literário, a política da matéria, que já condenámos, mas a política do espírito, que já definimos. Não somos uma academia de ciências nem um organismo exclusivamente literário. Temos outros objectivos, que não são incompatíveis com a finalidade das instituições de cultura que possam recompensar a livre produção, mas esses objectivos são corajosa e francamente limitados por balizas morais e espirituais. Como escritor, podemos ler, admirar certas obras literárias inconformistas, que consideramos dissolventes e perigosas quando muito fortes. Como dirigente dum organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar essas obras. Não teremos força, talvez, para as evitar, mas nada faremos — nem devemos fazer — para lhes dar alento. Protegê-las, estimulá-las, seria uma traição aos princípios que defendemos e defenderemos. As intenções *amplamente construtivas* dos nossos prémios são, portanto, facilmente compreensíveis.¹²

¹² A. Ferro, *discurso in ob. cit.*, pp. 29-30.

É notória, portanto, nestas palavras, a dramática contradição que se verificava em Ferro, que se debatia entre o sentimento de independência e a prática da dependência própria de um «intelectual orgânico».

Os prémios literários seriam, pois, distribuídos a obras e escritores que se integrassem no regime, ou seja, que estivessem de acordo com a consciência corporativista da conciliação de classes, com o nacionalismo, com o imperialismo colonial, com a divisa «Deus, Pátria, Família»...

O sentido de conciliação entre ideologias e movimentos, com limites e ponderações afirmadas, e de recuperação de valores culturais indiscutíveis, revela-se logo nos nomes dos patronos dos prémios que foram sendo sucessivamente criados, alguns dos quais poderiam ser bem aceites até por intelectuais de «esquerda»¹³. Uns serão, na verdade, consensuais: Camões (prémio atribuído a obras estrangeiras sobre Portugal), Pero Vaz de Caminha (só concedido a partir de 1945 a obras sobre o Ultramar), Alexandre Herculano (prémio de História), Gil Vicente (teatro), Maria Amália Vaz de Carvalho (literatura infantil). Outros são nomes que pertencem já a sectores polémicos ou militantes da cultura portuguesa, na sua perspectiva política, científica ou jornalística: o polémico escritor, jornalista e político colonial António Ennes (nome do prémio de jornalismo¹⁴ e, depois, do prémio de «Doutrina ou Polémica»), Afonso de Bragança, o jovem jornalista sidonista falecido prematuramente (prémio «Jornalismo-Reportagem»), Anselmo de Andrade, economista que foi ministro no tempo da Monarquia em governos de «salvação nacional» (prémio de «Doutrina Política ou Económica», instituído só em 1945). Finalmente, alguns dos prémios mais especificamente literários tiveram patronos ligados de uma forma mais ou menos directa à chamada «geração de 70», tão referida pelos «intelectuais de esquerda»: Ramalho Ortigão («Ensaio»), Eça de Queirós («Romance»), Fialho de Almeida («Novela ou Conto»), Antero de Quental («Poesia»). O certo, porém, é que essa linha de «integração» e, por vezes, de «deformação», era já uma realidade desde o Integralismo Lusitano, que tem — como sabemos — bastante significado

¹³ Ver os nomes dos prémios in *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa Edições SNI, 1950, pp. 211 ss..

¹⁴ Cfr. António Ferro, *A Política do espírito e os Prémios Literários do S.P.N.*, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 1935, p. 28.

na estruturação cultural e ideológica do salazarismo¹⁵. Seguindo a mesma lógica, embora por vias diferentes e com resultados distintos, Ferro não deixou, quando pôde, de eliminar a interpretação «política» que se tinha de alguns escritores, reduzindo-os, o mais possível, à sua expressão estética. Assim, sucedeu por altura do centenário do seu nascimento, com Eça de Queirós, que também deu o nome a um Círculo cultural então fundado em Lisboa — Círculo Eça e Queirós — e que ainda hoje subsiste:

Não! Eça de Queirós não foi político, nem conservador, nem avançado, mas sim grande artista, um grande escritor português. O que ficou dele, porém, insistimos, o seu perfil projectado através dos tempos, não foi o suposto escritor social, o caluniado, o falso demolidor de tradições, mas o apóstolo (se a palavra não fere...) duma vida portuguesa mais elegante, mais harmoniosa, mais civilizada.¹⁶

Quanto aos prémios em si, não vamos analisar minuciosamente nem em toda a extensão as obras e os autores que mereceram ser destacados pelo SPN/SNI. Desejamos apenas fazer uma simples sondagem a alguns dos prémios, o de poesia e o de romance¹⁷, e a algumas obras e autores premiados, situados nas décadas de trinta e quarenta¹⁸.

Os prémios de poesia «Antero de Quental» e de romance «Eça de Queirós»

Numa primeira achega, parece indubitável que o SPN, em regra, não procurou destacar grandes vultos da nossa literatura. A maioria das obras e dos autores parecem-nos hoje autores e obras esquecidos, talvez por

¹⁵ Ver *infra*, parte IV, capítulos I a III.

¹⁶ António Ferro, *Eça de Queirós e o centenário do seu nascimento*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 17.

¹⁷ Orientámos, entretanto, a análise realizada por Sérgio Neto ao prémio de teatro «Gil Vicente», num trabalho de fim de curso, que deu origem a um artigo que foi publicado: «Para o estudo da “estética oficial” do Estado Novo. Os prémios de teatro “Gil Vicente” do SPN/SNI», in *Estudos do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2001, n.º 1, «Estéticas do Século».

¹⁸ Agradecemos à Doutora Heloísa Paulo a colaboração que nos deu na busca das obras às quais foram atribuídos os prémios do SPN/SNI.

corresponderem a «obras e autores de época», alguns de classe menor. É certo que mais tarde escritores como Agustina Bessa Luís, e o seu livro *A Sibila*, vieram a ser premiados, mas isso constitui quase a excepção a confirmar a regra. De resto, é curioso salientar que o prémio «Antero de Quental» começou exactamente com uma dessas excepções — a consagração de *A Mensagem* de Fernando Pessoa. Todo o seu carácter histórico, épico e sebastianista era de molde a ser destacado pelo órgão de propaganda e de cultura do Estado Novo. No entanto, essa significativa obra da literatura nacional foi apenas agraciada com um prémio menor, da «categoria *b*», porque não tinha as 100 páginas exigíveis pela «categoria *a*»¹⁹. E essa «classe *b*» não teria sido acrescentada, dado que nunca mais foi considerada em posteriores prémios?

Afinal, que polémicas estiveram por de trás deste acto de premiar? É algo que deveria ser analisado através da consulta dos documentos do SPN, que só recentemente podem ser analisados na Torre do Tombo. O que podemos deduzir é que parece ter havido alguma concessão às preferências estéticas de alguns intelectuais ligados ao Estado Novo. Entre eles estaria com certeza o próprio António Ferro, admirador de Pessoa e seu companheiro de jornada no tempo da *Orpheu*. Seja como for, a verdade é que a *Mensagem* de Fernando Pessoa foi afinal classificada *ex-aequo*, mas numa categoria inferior, pelo menos em termos do valor do prémio, com uma obra menor do franciscano Padre Vasco Reis, autor de um poema dramático, de gosto «popular» e tradicionalista católico, *A Romaria*, curiosamente publicado na Imprensa da Universidade de Coimbra com uma Carta-Prefácio de Alfredo Pimenta, que elogia o sentido «bem franciscano» e «bem português» do poema.

¹⁹ Analisando o regulamento do prémio «Antero de Quental», para 1933-1934, publicado por António Ferro na obra citada, *A Política do Espírito e os Prémios Literários do S.P.N.* (pp. 29-30), verificamos que foram consideradas duas categorias: a) o «melhor livro de versos, não inferior a 100 páginas, que seja publicado de 1 de Julho de 1933 a 31 de Outubro de 1934 e em que se revele uma inspiração bem portuguesa e mesmo, de preferência, um alto sentido de exaltação nacionalista»; b) «um poema, ou poesia solta, onde as mesmas qualidades e intenções se manifestem». À primeira categoria era atribuída uma «recompensa» de 5.000\$00 e à segunda de 1.000\$00. Note-se, contudo, que o regulamento para 1934-1935 só considerava uma única categoria, aquela que classificámos como «categoria *a*», correspondente afinal de contas à alínea em que o prémio era caracterizado (*idem*, p. 35).

Vale a pena ficar com uma ideia do seu enredo para se perceber o tipo de literatura que era então premiada ao lado da *Mensagem*.

Uma das primeiras personagens de *A Romaria* é uma criança pobre e órfã que vivia num casebre sem sequer ter uma candeia para o alumiar, com uma tia cega, a *Tia Rosa*. De nome *Zé Miguel*, é assim caracterizada: «rota, descalça, sentada numa pedra do caminho, olhos azuis, cabelo loiro, ar despreocupado e alegre». A própria paisagem que a rodeia, com os primeiros raios de sol, que finalmente restituem a luz a *Zé Miguel*, depois de uma noite às escuras, acentua essa caracterização: «Madrugada. Dos longes do nascente uma poalha de luz mansa e cariciosa... Aqui e além tremeluzem gotas de orvalho em corolas de flores. Violando o silêncio a música dos ninhos...»²⁰

A outra personagem principal deste poema cénico é o inverso de *Zé Miguel*. Até a própria paisagem onde a vamos encontrar é disso indiciadora: «A estrada sobe agora uma encosta íngreme, um cabeço pedregoso. Os brutos fragaredos, a vegetação bravia — urzes, carrasqueiros e silvas de agudos espinhos — põem na doçura da paisagem uma chaga sangrenta — uma nota de dor». Um segundo texto introdutório apresenta essa personagem a que, significativamente, o autor chama — num tempo de grande impacto anticomunista — o *Bolchevista*, que é acompanhado pela sua mulher doente, a *Entrevadinha*, que trata sem paciência. Vejamos esse texto de apresentação: «Pela estrada além, uma desconjuntada carroça, ao trote ronceiro dum macho esquelético e lazarento. Na boleia o cocheiro, bolchevista. Atrás, sentada, uma entrevadinha de olhos tristes e piedosos...»²¹ O *Bolchevista* — naturalmente... — é impiedoso e ateu: «Não creio em Deus — afirma. Se existe, é um Deus tirano e atroz».²²

No meio destas personagens surgem outras, do Portugal rural, enquadradas pelo ambiente alegre e religioso da romaria a Santo António, o nosso santo mais popular. Logo no início do poema há uma apresentação geral deste tipo, como que a marcar o cenário de uma peça de teatro para ser representada: «Junho florindo em toda a sua graça em terras de Portugal... Doces vales

²⁰ *A Romaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 15.

²¹ *ob. cit.*, p. 39.

²² *Idem*, p. 48.

de Além-Douro. Aos quatro lados, aninhadas nas vertentes das montanhas, brancas capelinhas. Pelos caminhos e povoados o tipo vivo das figurinhas ingénuas de Machado de Castro²³. Por todo o dia bendito, a algazarra dos arraiais, as danças e descantes, o estralejar dos foguetes e a música das filarmónicas». ²⁴ No meio destas personagens — dizíamos — e no contexto deste cenário português, surge outra personagem fundamental: o *Cego*, que tanto dialoga com *Zé Miguel* como com o *Bolchevista* e a *Entrevadinha*.

Com o primeiro trata-se de uma conversa simples, em que se põe à prova a bondade natural da criança. Com os segundos, particularmente com o *Bolchevista*, é um diálogo de conversão. O *Cego*, perante a argumentação comunista, fala da dor em termos de mensagem metafísica cristã, como catarse de perfeição:

BOLCHEVISTA

E ao ver capitalistas arrogantes,
 Impando de prazer,
 A jogar, a comer,
 Em bailes, chás dançantes,

 E os pobres desprezados, sem sustento,
 Gemendo em sofrimento,
 Não sente a indignação
 Ferver no coração?

CEGO

Amigo, neste mundo, a Dor é companheira
 Da Humanidade inteira...

 Ouviste certamente, em tempos de criança,
 Narrar a morte em cruz
 Duma ovelhinha mansa
 — Jesus...

²³ A referência ao escultor justifica-se pelo facto de ele e a sua «escola» terem sido autores de vários presépios.

²⁴ *Idem*, p. 11.

Deves lembrar-te.

Em ânsia, em dor incompreendida,
Jesus caíra exausto. E a turba empedernida
Rogara o Cirineu...

E então o vermezinho,
Rasteiro, fraco e humilde — o frágil barro Adão
Erguera a Cruz dum Deus...

E em Dor-Propiciação,
Jesus e a Humanidade escalam o caminho
Que vai direito ao céu...

Jesus o quis; e o Cirineu foi a figura
Da humana criatura
No mistério sem par da Redenção...²⁵

E o *Cego* conta então ao *Bolchevista* a «estória» de um cavador que perdera os haveres, os filhos, a saúde da mulher e a quem ninguém socorrera. E termina assim:

É uma história mui triste e mui real,
Ainda mais velha do que Portugal.

Quem ma contou?

O rosto do operário,
Sem paz, sem fé, sem luz e sem calor...
— Um livro aberto, como um breviário...
Um Livro de Horas de miséria e dor.²⁶

Era, ao fim e ao cabo, a «estória» do *Bolchevista*, que afinal tivera «uma razão» para se revoltar contra o mundo e contra a vida, mas que teria uma «razão maior», uma razão de Deus, para se converter. Como no filme *A Revolução de Maio* (1937), de António Lopes Ribeiro, em que se narrará a conversão

²⁵ *Idem*, pp. 49-50.

²⁶ *Idem*, p. 60.

ao salazarismo de um comunista, também este *Bolchevista*, em *A Romaria*, se converte à fé de Cristo, perante as palavras boas e o milagre do *Cego*, que não era outro senão o Santo António, o Santo António de Lisboa, que a *Entrevadinha* fora venerar à Romaria. *Zé Miguel* recebeu como recompensa a luz em sua casa, *Tia Rosa* passou a ver, a *Entrevadinha* começou a andar e o *Bolchevista* converteu-se:

BOLCHEVISTA

(resplandecente de iluminação interior)

O cego!?... o cego!?... Ele via!

O cego era eu...²⁷

Tem, pois, um valor politicamente simbólico a atribuição deste prémio. Em 1935 o prémio «Antero de Quental» é concedido ao poema, quase «autobiográfico» ou de impressões autobiográficas, *Desaparecido*, de Carlos Queirós (1907-1949), um poeta de reconhecido talento, da segunda geração modernista, que colaborou na revista *Presença*, de Coimbra, que pertencera ao movimento de «Renovação Democrática», iniciado em 1932, mas que, pouco depois, veio a trabalhar na divulgação da poesia, do teatro e do turismo, na Emissora Nacional, e que dirigiu (com o pintor Bernardo Marques) a revista *Panorama*, do SNI.

Queirós, ao contrário de outro poeta, de que falaremos, António Correia de Oliveira, é um poeta da cidade, natural de Lisboa, mas que, também ele, tem um olhar nostálgico para o campo. Vejamos o seu soneto «Cidade»:

Na cidade, quem olha para o céu?

— É preciso que passe um avião...

Quem dera o silêncio, a solidão,

Onde pudesse, alguma vez ser eu!

Na minha cidade nasci; nela nasceu

a minha dispersiva inquietação;

E o meu tumultuoso coração

Tem o pulsar caótico do seu.

²⁷ *Idem*, p. 113.

Ah! Quem me dera, em vez de gasolina,
O cheiro a terra húmida, a resina,
A flores do campo, a leite, a maresia!

Em vez da fria luz que me alumia,
O luar sobre o mar, em tremulina...
— Divina mão compondo uma poesia.²⁸

Em 1936 ganha o prémio com o seu primeiro livro, apadrinhado por António Botto, *Confidências de um Rapaz Provinciano*, o poeta alentejano Azinhal Abelho (1916-1979), com poemas dedicados a muitos escritores do tempo, desde António Botto, Florbela Espanca ou Teixeira de Pascoaes e Afonso Lopes Vieira, a António Ferro ou João Ameal, ou a Vitorino Nemésio. É uma poesia com o seu quê de ingénuo, onde não deixa de se afirmar a crença cristã ou o ruralismo alentejano de um «rapaz provinciano». Vejamos só um passo do poema «A Cidade» (sempre o diálogo campo-cidade), dedicado precisamente a António Ferro:

Ai a Cidade, as cidades!
Todas grandes, uniformes,
sem alma para nós bebermos!
Os homens, os que são homens,
não têm lá morada com certeza.
Eu vejo-lhes as ruas endoidadas
num movimento alucinante que perturba
e pergunto receoso:
— aonde irá esta gente
com tanta pressa, com tanta,
sempre a correr e a passar
por cima uns dos outros, sem noção
do que é ter alma, coração — ²⁹

²⁸ *Desaparecida*, Lisboa, Edição do Autor, 1935, pp. 59-60.

²⁹ *Confidências de um Rapaz Provinciano*, Lisboa, s/ed., 1936, pp. 26-27.

Em 1937, ano em que a Guerra Civil de Espanha mais se repercutiu em Portugal, o prémio vai para Ramiro Guedes de Campos, nascido em Abrantes em 1903, engenheiro, secretário do ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco e depois membro da Comissão de Programas da Emissora Nacional. O seu poema premiado intitulava-se, sintomaticamente, *Portugal*. É um poema épico, nacionalista, em que o livro I é dedicado a «A Raça» (incluindo poemas sobre: «A Terra Portuguesa», «O Sangue Português» e «A Língua Portuguesa») e o livro II é dedicado — segundo o título simbólico — a «Os Génios» (de «A Arquitectura», João de Castilho, arquitecto do Mosteiro de Belém e do Convento de Cristo, «A Pintura», Nuno Gonçalves, dos famosos painéis de São Vicente, «A Eloquência», o Padre António Vieira, «A Poesia da Terra», o teatro de Gil Vicente, «A Poesia do Mar», Luís de Camões), a «Os Padrões» («A Fé», Nun'Álvares, «A Vontade», o Infante D. Henrique, «A Força», Afonso de Albuquerque, «O Amor», o rei D. Pedro, «A Dor», o Infante D. Fernando) e a «Os Chefes» (D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João II, D. Sebastião, o Manuelinho de Évora, símbolo popular da Restauração, o Marquês de Pombal, Mouzinho de Albuquerque...). Portanto, todos os mitos da «Pátria»³⁰ são cantados neste poema de Guedes de Campos. O mais significativo, porém, é, na parte dedicada a «Os Chefes» (note-se a terminologia de sedução fascista), o poema fictício do Canto XI de *Os Lusíadas*, em que o poeta teria cantado a descoberta e a missionação do Brasil e Alcácer Quibir e teria imaginado profeticamente a dominação filipina, as invasões francesas e a «Guerra Mundial». E, saindo desta sombra, haveria a «Aparição» de um Chefe — Salazar, sem dúvida — que, através da «palavra» («por nobre e por honrada, /Se faz maior ainda do que a espada»), traria a paz e o renascimento do Império. Vejamos apenas uma estância deste «canto XI»:

E um Homem vejo enfim, virtuoso e grande,
 Na multidão surgir de homens pequenos,
 Braço que Deus mandou para que mande
 Com gestos luminosos e serenos;

³⁰ Ver o nosso livro *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, particularmente o capítulo «A História contada às crianças».

A lei constante e igual por gládio brande
Que a todos mais exalte e a nenhum menos;
Eis sobe, como deve, a ilustre mando
Contra vontade sua e não rogando.³¹

Mais rapidamente, sondemos agora os premiados seguintes:

Em 1937 e 1938 ganham, respectivamente, Miguel Trigueiros, que nasceu em Lisboa em 1918, com o livro *Resgate*, e Pedro Homem de Melo (1904-1984), com *Segredo*, poetas de gosto etnográfico, ligado o primeiro à Emissora Nacional e assistente cultural da Junta Central das Casas do Povo, e o segundo, advogado e professor, que veio a fazer parte do júri dos próprios prémios literários do SPN/SNI, que estamos a observar. Em 1941 o prémio é distribuído ao livro *A Alma e o Deserto*, do leiriense Américo Cortês Pinto (1896-1979), médico, membro da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional e que colaborou activamente com o regime, também na qualidade de escritor. Em 1942, Campos de Figueiredo (1899-1965), funcionário superior da Caixa Geral de Depósitos de Coimbra e jornalista, é vencedor do prémio com o livro *Navio na Montanha*. Em 1943 João Cabral do Nascimento, que nasceu na Madeira em 1897, formado em Direito na Universidade de Coimbra, professor do Ensino Técnico e director do Arquivo do Funchal, ganha o prémio com o livro *Cancioneiro*, e em 1945 é a vez do então jovem poeta Amândio César (1921-1987) — monárquico que há-de ser um significativo representante das teses salazaristas nos tempos difíceis do regime (escreveu livros sobre temática «ultramarina» e, em 1965, *Não posso dizer adeus às armas*, que, por assim dizer, originou, como contraponto, o posterior livro de poemas de Manuel Alegre *O canto e as armas*, 1967) — com o poema *Batuque de Guerra*.

Verifica-se, pois, uma presença significativa de poetas bem ligados ao regime, pela sua ideologia e/ou pelas funções desempenhadas ou que vieram a desempenhar.

³¹ *Portugal. Poemas*, Lisboa, Editorial Império, 1937, p. 164.

Quanto ao prémio de romance «Eça de Queirós», muitas vezes não atribuído (o prémio «Antero de Quental» só raramente o não foi), destaquem-se alguns casos mais ou menos significativos até 1945:

Em 1935, o prémio foi atribuído ao livro *O Pinto. Infância, paixões e morte de um cacique eleitoral*, escrito em 1933, da autoria do Conde de Aurora (2.º Conde de Aurora), José de Sá Pereira Coutinho, nascido em Ponte de Lima, em 1896. Trata-se — conforme o subtítulo do romance — da vida imaginada de um fidalgo (o «Fidaurgo», como o povo lhe chamava), Francisco Pinto, caciqueiro e «caçador de votos» em todos os regimes, desde o monárquico ao Estado Novo, neste caso já com algum desaire. No fundo, este escritor monárquico procurava criticar o sistema liberal em toda a sua extensão, até que ele fora abolido pelo salazarismo.

Joaquim Paço d'Arcos (1908-1979), nome literário de Joaquim Belford Correia da Silva³², que foi um dos escritores mais divulgados no tempo do regime de Salazar, sendo chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1936 ganha o prémio, com o livro *Diário de um Emigrante*. Trata-se do diário fictício de *Pedro Manuel*, dos anos de 1928 a 1930, que já fora objecto de um outro livro do autor, *Amores e Viagens de Pedro Manuel* (1935). São afinal os dramas de um emigrante — que Joaquim Paço d'Arcos conhecia, por ter estado no Brasil —, não, neste caso (conforme diz, numa alusão à viagem de barco que os emigrantes faziam, idos de Portugal), do «pacóvio da terceira», mas do «filho de família da primeira». *Pedro Manuel* foi comerciante e jornalista, arruinara-se e sentira problemas mais pungentes que os dos pobres emigrantes, que mais facilmente se habituavam às privações, porque «a côdea que rói não difere em muito da que na sua aldeia comia». Poucos anos depois, no cinema — *Feitiço do Império*, de António Lopes Ribeiro (1940) — haveria também de se falar do emigrante, mas de um rico emigrante português nos Estados Unidos, procurando mostrar que a emigração se deveria fazer para a África e não para o Estrangeiro. No fundo, são os dramas dos sonhos frustrados ou,

³² Recentemente foi publicada a sua correspondência, de grande importância, inclusivamente para conhecer alguns conflitos internos do regime. Ver Joaquim Paço d'Arcos, *Correspondência e textos dispersos. 1942-1979*. Selecção, organização e notas de João Filipe Paço d'Arcos e Maria do Carmo Paço d'Arcos. Lisboa, Dom Quixote, 2008.

no caso do cinema, do perigo da perda da nacionalidade, que são focados pelos artistas da pena ou do celulóide. Neste caso de Paço d'Arcos, como no de Ferreira de Castro, sem intuítos nacionalistas? No caso do autor de *A Selva* com certeza que sim, pois são nele evidentes as intenções de realismo social, mas no caso de Paço d'Arcos porventura não. No Prefácio, o escritor lamentava a «falta» no seu livro de uma «finalidade moral», como talvez a prevenir do facto de desejar, no íntimo, que ele servisse de meio para desmotivar a emigração, num período de grande euforia do regime de Salazar.

Em 1944, finalmente, após um deserto de frustrações ou de prémios não atribuídos, foi agraciado o autor católico Francisco Costa, director da Biblioteca e Arquivo Municipal de Sintra e escritor, com o romance *A Garça e a Serpente*, que Arthur Duarte, em 1953, haveria de adaptar ao cinema, em filme pouco conhecido. Trata-se de um drama lisboeta, passado entre famílias que vão convivendo e têm entre si as suas disputas e os seus amores, que se passa desde a Revolução de Sidónio Pais e da Primeira Guerra Mundial, dificilmente aceite, sobretudo no que diz respeito à mobilização dos jovens portugueses, aos alvares do Estado Novo. E então surge a representação do «Portugal renovado», do «país eleito» por Deus e por Nossa Senhora de Fátima, na lógica de um credo tradicional, em que se cruza um republicanismo anticlerical mas tolerante com o romantismo monárquico e católico, mas sempre em oposição (estávamos no fim da Segunda Guerra, avizinhandos-se a derrota dos «fascismos») ao «cesarismo» e ao militarismo. Por exemplo eis o que pensa uma das personagens do livro, o velho fidalgo *Francisco Castro*, da família *Albalonga*:

A educação da mocidade, no culto de Deus e da Pátria: que nobre tarefa para os homens do Portugal renovado! Era a contra ofensiva eficaz contra essa onda de organizações para-militares, devotas do corpo e caldeadas no orgulho, que pululavam lá fora, nas grandes nações fanatizadas pelo moderno Cesarismo. Apreensiva, a sua face alongou-se. Todos esses orgulhos tinham sempre o seu desfecho natural na guerra. Ah! Como Cristo devia ter sofrido, na sua noite de agonia, diante da visão antecipada de todos os ódios e crimes ateados pela soberba humana,

escrava de Satanaz! Poderia o nossos frágil Portugal escapar da tempestade que novamente enegrecia os horizontes? Só Deus lhe podia valer. O fidalgo tinha fé, arraigada e profunda, na protecção da Santíssima Virgem, Padroeira da Nação. Se Ela aparecera havia anos nas serranias de Fátima, no coração de Portugal, a curta distância do vale agreste onde se firmou por milagre a independência da Nação, quase inerme em face do poderoso vizinho, — é porque o pequenino Portugal entrava ainda nos planos do Altíssimo. Fátima, esse foco de penitência constante, erguia para o céu um brado que havia de aplacar a justiça de Deus, ofendida por tanta loucura.³³

Em todo este contexto de representações de ideais e de modos de vida, uns viciosos e virtuosos outros, cuja descrição levou o autor, em curto prefácio, a dizer que esse livro desagradaria a «pudibundos» e a «nudistas», visto ambos «mutilarem a vida», salienta-se o drama amoroso e espiritual de *Manuel*, da burguesia lisboeta, alto funcionário bancário, filho de um velho republicano, que, perante um amor frustrado por *Maria Ana*, da família *Albalonga*, sentiu-se atraído por Deus, por «outro Amor, bem mais alto»³⁴, indo para a Suíça estudar numa Universidade Católica, ficando no ar a previsão do seu ingresso no sacerdócio.

Como se vê, portanto, através de uma rápida e incompleta, embora significativa, sondagem a dois dos prémios literários do SPN/SNI, a literatura que designamos, talvez impropriamente, de «oficial» e, com maior precisão, de «integrada», articulava-se com os valores políticos e morais do Estado Novo, de um regime que sempre se quis afirmar — e com que eficácia o fez! — como «original» e diferente dos fascismos europeus. Essa «originalidade» levou afinal a «censurar» tanto obras de escritores que, pelos seus conteúdos literários e pelas suas ideias, se situavam na «oposição» política e literária — os neo-realistas e todos os escritores que, não o sendo talvez no plano

³³ *A Garça e a Serpente*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 2.^a ed. 1945 (1.^a ed. 1943), pp. 259-260.

³⁴ *Ob. cit.*, p. 417.

exacto do tipo literário, punham a nu a realidade agreste da vida, como Aquilino ou Miguel Torga —, assim como aqueles que, fora da literatura *tout court*, e mais no campo das ideias políticas, embora se situassem em terrenos próximos da convergência ideológica estadonovista, tinham uma expressão, uma afirmação mais radical, como os ex-nacionais-sindicalistas e integralistas, Rolão Preto, Alfredo Pimenta ou Hipólito Raposo.³⁵ Seja como for, o que era fundamentalmente «consagrado» era uma literatura que representava valores amplos de convergência nacionalista e menos ideologias bem marcadas de carácter estritamente salazarista.

Uma sondagem nos filmes do Estado Novo levou-nos a algumas conclusões semelhantes³⁶. Ou seja, a cinematografia de propaganda de regime limitou-se ao plano importante do documentário e a dois filmes de ficção de longa metragem, os já citados *A Revolução de Maio* (1937) e *Feitiço do Império* (1940), de António Lopes Ribeiro. O resto dos filmes, dramas e comédias, sem seguirem qualquer linha de propaganda linear, pode dizer-se que se «integravam» no espírito do Estado Novo ou não dissentiam dele, sem pois o seguirem numa via linear. Só um incipiente neo-realismo dos anos cinquenta e o chamado «cinema novo», que arranca com muitas ambiguidades nos anos sessenta, é que podem ser citados como cinema de «oposição», ou, pelo menos, fora do «registo oficial».

Literatura nas «bibliotecas oficiais de divulgação»

A finalizar este breve ensaio interpretativo das relações entre literatura e Estado Novo — recorde-se de passagem que um intelectual salazarista, Manuel Anselmo, numa «antologia» de alguns dos seus textos de crítica literária, dedicou um curto ensaio ao «Panorama intelectual e literário de Oliveira Salazar», cujo estilo comparou ao Padre António Vieira³⁷ —

³⁵ Ver *Livros proibidos no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981.

³⁶ Cfr. «Cinema e Propaganda no Estado Novo», in *Revista de História das Ideias*, n.º 18, «História, Memória, Nação», Coimbra, 1997, ou *O Cinema sob o olhar de Salazar*, já citado.

³⁷ *Antologia Moderna*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937, pp. 13-21.

procuraremos tirar mais algumas ilações, observando agora, recorrendo a um texto já publicado mais de uma vez da nossa autoria e de Amadeu Carvalho Homem³⁸, o terreno da leitura, ou melhor, das bibliotecas populares oficiais do Estado Novo. Estudo idêntico, mas mais desenvolvido, foi feito para a o caso do fascismo italiano em 1991³⁹.

As «bibliotecas oficiais» a que nos referimos foram sendo organizadas, por exemplo, nas Casas do Povo, mas também (conforme já dissemos) em todas as instituições que se inseriam num plano de organização corporativa, tais como sindicatos, colónias de férias ou centros de recreio popular ligados à FNAT, e também em escolas.

Observando essas bibliotecas — a nossa análise incidiu sobretudo numa Casa do Povo, não sem termos depois comparado o seu acervo com outras bibliotecas referidas — e analisando-as do ponto de vista literário (esquecendo por agora outro tipo de livros de pendor político e social, nomeadamente corporativo, e mesmo outros sectores, que constituem núcleos importantes do que poderíamos chamar uma «cultura geral» e uma «cultura prática popular»⁴⁰, podemos verificar que a selecção de autores e obras é claramente feita em função de uma ideologia bem explícita.

³⁸ Voltámos a este texto (escrito como se disse, há mais de vinte anos, em colaboração com Amadeu Carvalho Homem), pelo carácter de complementaridade com o que foi dito anteriormente. Ver o artigo completo in «Ideologia política e “cultura popular” — análise da biblioteca de uma Casa do Povo», in *Análise Social*, vol. XVIII, Lisboa, 1982, pp. 1437-1464. Foi depois reeditado, com as necessárias adaptações, in *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989. Note-se que, entretanto, alterámos algumas das ideias ali expressas relativamente à nossa interpretação do Estado Novo.

³⁹ Ver Maria Luisa Betri, *Leggere, obbedire, combattere. Le biblioteche popolari durante il fascismo*, Milão, Franco Angeli, 1991.

⁴⁰ Ver o Anexo a este capítulo, onde se registam as obras de literatura encontradas por nós na Biblioteca da Casa do Povo de Souselas (próximo de Coimbra), cujos exemplares são idênticos em espécie aos de outras bibliotecas que confrontámos (nomeadamente a de Santa Cruz da Trapa, São Pedro do Sul, Viseu, no interior do país). Nesta medida, não registaremos em notas de rodapé (salvo em casos de citações pontuais) as informações bibliográficas completas.

Aos clássicos dos primórdios da historiografia portuguesa — Fernão Lopes, Zurara, Damião de Góis — juntam-se os historiógrafos de Alcobça, o padre Manuel Bernardes e Frei Luís de Sousa, todos representados através de selectas de textos. Camões e *Os Lusíadas* teriam de estar obrigatoriamente ali. Do teatro de Gil Vicente, cuja linguagem e sátira social talvez trouxesse algum receio à selecção corporativa, só fomos encontrar, sintomaticamente, o *Breve Sumário da História de Deus*. O século XVIII é passado praticamente em claro; deste período apenas encontrámos a adaptação do poema de Santa Rita Durão, *Caramuru*, o qual, descrevendo as andanças dum português no Brasil, bem se enquadrava na sentimentalidade ultramarina da ideologia salazarista.

Vejam agora o que se foi joeirar ao período romântico e realista: uma selecção de poesias de António Feliciano de Castilho, outra selecção de poetas ultra-românticos, *O Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, *A Morgadinha dos Canaviais* e *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, as *Viagens na Minha Terra* e excertos do *Romanceiro*, de Almeida Garrett, e *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós. O que equivale a dizer que a temática propriamente realista, em termos de romances de costumes, se encontra ausente da biblioteca. Com efeito, *A Cidade e as Serras* é uma das raras obras de Eça susceptível de integrar no paradigma ruralista do Estado Novo, que vimos nas obras premiadas pelo SPN/SNI, dada a forma como nela se resolve o confronto cidade-campo, com manifesta vantagem para este. A mesma idealização das sociedades rurais apresenta-se na «trilogia da aldeia», de Júlio Dinis, e ainda nas *Viagens na Minha Terra*, de Garrett. Além destes, outros motivos de interpretação da leitura poderiam ter influenciado a escolha: em *As pupilas do Senhor Reitor*, em *A Morgadinha dos Canaviais* e em *Os Fidalgos da Casa Mourisca* encontramos exemplificada a ideia da harmonia e da cooperação de classes, podendo-se extrair das *Viagens na Minha Terra* um juízo negativo sobre as lutas políticas que convulsionaram o nosso liberalismo. O próprio *Amor de Perdição*, romance dramático de grande impacto nos meios populares da altura (independentemente da sua evidente qualidade literária), não deixa de ser sensível ao aludido ideal de harmonia de classes, ilustrado com a

amizade do ferrador *João da Cruz* por *Simão* e com o desinteressado amor que *Mariana* dedicava ao apaixonado de *Teresa*. Por seu turno, o *Romanceiro* de Garrett valorizava a tradição literária popular portuguesa. Garrett era, aliás, um dos escritores mais apreciados pelo Integralismo e pelos nacionalismos⁴¹. João de Castro Osório — que havia vogado nas águas da direita mais radical e que se integrara no Estado Novo — prefacia-lhe uma colectânea de textos, intitulados, significativamente, *Almeida Garrett. Doutrina Restauradora Nacional*, que encontrámos também.

Mas é com Ramalho Ortigão que ocorre o caso mais flagrante de selecção literária segundo critérios ideológicos. Com efeito, não se desprezou a oportunidade de incluir nas bibliotecas que analisámos as *Últimas Farpas*. E isto porque a obra critica, ferozmente, o desenvolvimento inicial da Primeira República e traça uma visão apocalíptica dos acontecimentos políticos de 1911 a 1914. O Salazarismo colhia, assim, um duplo dividendo: o da condenação da experiência demoliberal e o do propalado «regresso à tradição» de um dos homens da geração de setenta. São as *Últimas Farpas*, e só elas (e não, também, as *Farpas*, referentes à Monarquia Constitucional), que nos surgem, na sua reedição de 1946.

Quanto aos autores mais recentes, a selecção não é menos sintomática dos objectivos de reprodução ideológica. *A Mensagem*, de Fernando Pessoa, poderia alimentar o sentimento épico dos leitores, cimentando a crença sebastianista numa salvação nacional que o Estado Novo pensou interpretar. Daí as frequentes citações da *Mensagem* em discursos oficiais e a concessão à mesma obra, em 1934, conforme vimos, do prémio «Antero de Quental». *Mar de Cristo*, do poeta saudosista Mário Beirão, também se insere numa idêntica interpretação ideológica. A temática marítima volta a apresentar-se com o livro *Bartolomeu Marinheiro*, de Afonso Lopes Vieira, poeta ligado ao nacionalismo literário do Integralismo Lusitano. Aliás, de Lopes Vieira é também *O conto de Amadis de Portugal para Rapazes Portugueses*, repassado do ideal cavaleiresco medieval.

⁴¹ Sobre a valorização de Garrett e de outros escritores pelo movimento integralista, ver parte IV, caps. I e II.

A antologia *Leituras ao Serão*, organizada por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias, apresenta o interesse particular de condensar, através de alguns contos cuidadosamente escolhidos, os temas preferenciais do salazarismo, ou, pelo menos, alguns dos mais evidentes: a consciência do dever cumprido («A Abóbada», de Alexandre Herculano), a idealização campestre (a «Civilização», de Eça, e a «Carta da Serra», de Raul Brandão), a mensagem cristã (o «Suave Milagre», de Eça), o heroísmo patriótico levado até ao extremo da imolação da vida («A morte do Lidador», de Herculano), a valentia marialva («A Última Corrida de Touros em Salvaterra», de Rebelo da Silva). De resto, encontramos o livro de contos simples de Trindade Coelho, *Os Meus Amores*; o tema do catolicismo e o do culto mariano aparecem-nos representados em *A Maior Glória*, do Padre Nuno de Montemor, e em *Alba Plena*, de Augusto Gil, que constitui uma série de poesias dedicadas a Nossa Senhora; e o regionalismo e o etnografismo surgem-nos pelas penas do conde de Monsaraz e de Antero de Figueiredo, autores, respectivamente, de *Musa Alentejana* e de *Jornadas de Portugal*.

A poesia tem uma representação relevante nas bibliotecas — não esqueçamos que se insistia na ideia de que Portugal era «um país de poetas» —, embora mais através de antologias e miscelâneas do que através de obras de autor. Assim, integradas na colecção «Plano de Educação Popular», da Campanha Nacional de Educação de Adultos, fomos encontrar as seguintes antologias, todas com excertos de discursos de Salazar na portada: *Na Aurora da Nossa Poesia*, repositório comentado da nossa produção poética medieval, *Poesias de Ontem e de Hoje*, miscelânea que se dilata da poética do *Cancioneiro Geral* a José Régio, *Caminhos da Moderna Poesia Portuguesa*, antologia poética dos mais variados autores contemporâneos. Os antologistas esforçaram-se por colocar a poética nacional sob a luz da mais decantada espiritualidade, interpretando-a como a emanação dum património de valores sentimentais e afectivos que, para lá do movimento dos processos políticos e sócio-económicos, permaneceram incólumes. A frase de Salazar, aposta na entrada da segunda das antologias citadas, é, a este título, sobremaneira concludente: «Eu não tenho dúvidas de que o mundo se transforma, sob alguns aspectos, a nossos olhos, e também não as tenho de que nesse mundo, em que tudo se modifica, o que menos muda é o próprio Homem.

E isso quer dizer que, passada a tormenta, é outra vez do Espírito e dos seus valores que os povos esperam a cura das feridas e o estabelecimento das condições da sua vida pacífica»⁴².

A ideia de Pátria funde-se no salazarismo com o patriarcalismo duma cristandade rústica, com um nacionalismo bíblico alimentado à lareira, com a celebração duma Providência zelosa dos magnificentes desígnios da grei. Na antologia *Pátria*, de António Correia de Oliveira, prefaciada pelo historiador salazarista João Ameal, topamos com estrofes onde vemos poeticamente figurada esta trilogia educativa. Eis algumas:

Da Pátria eu falo e canto. Ora a saudade,
A esp'rança e a fé; ora a alegria e a dor,
O chão, a grei: soldado e cavador
Ou vela ao mar... Lareira e Cristandade.⁴³

*

Lia-se, à noite, em família,
Ao bom calor da borralha;
Punham-te a alma em fomalha
Certas passagens da Bíblia,
Ecos de alguma batalha.⁴⁴

*

Homem-Bom, bom Português,
Bom cristão: eis o preceito
Para fazermos no mundo
Todo o bem que há-de ser feito.⁴⁵

*

Pois cada Nau, também, é um Santuário:
Um nicho ao fundo, a Cruz, um lampadário,
Alguém rezando... – Portugal foi isto!⁴⁶

⁴² In *Poesia de Ontem e de Hoje para o Nosso Povo Ler*, Lisboa, 1956, p. 5.

⁴³ António Correia de Oliveira, *Antologia II – Pátria*, Porto, 1959, «À portada», p. XXII.

⁴⁴ *Idem*, «Carta de Portugal», p. 94.

⁴⁵ *Idem*, «Roteiro de gente moça», p. 249.

⁴⁶ *Idem*, «Oração e espada», p. 102.

Também na mesma antologia, António Correia de Oliveira celebrava a plácida quietude da vida rural, opondo-lhe a violência do clima urbano:

Alma divina! cautela:
Não corras à morte escura!
Foge à cidade: por ela
Não deixes a doce e bela
E montanhosa candura.⁴⁷

Ainda no mesmo sentido, dizia:

Arrenego da Cidade,
Soberbas de falsa pompa;
A vida quer-se, como a água,
Beijando o chão de onde rompa.⁴⁸

Como se vê, nada dissente da literatura com que deparámos nos prémios oficiais até ao fim da guerra. Se o ângulo de apreciação literária se poderá ter aberto depois dessa altura, também nas bibliotecas oficiais — de que são um exemplo as das Casas do Povo, até pelo público a que se destinavam — trata-se apenas de uma abertura ao nível do tipo de colaborações que se dinamizavam em obras de antologia, como é o caso de José Régio, que nunca foi propriamente um escritor ligado ao regime, tendo mesmo participado em campanhas de oposição. Seja como for, o poeta mais comumente aceite, considerado um verdadeiro «poeta do regime», era António Correia de Oliveira, escritor nacionalista e ruralista que chegara a ser proposto para Prémio Nobel em 1933.

⁴⁷ António Correia de Oliveira, *ob. cit.*, «Alma-Pátria», p. 28.

⁴⁸ *Idem*, «Lavrador», p. 81.

Anexo

A Literatura Portuguesa nas bibliotecas das Casas do Povo *

- Almeida Garrett, Doutrina Restauradora Nacional*, selecção, prefácio e notas de João de Castro Osório, Lisboa, Edições Panorama – S.N.I., 1959. Colecção «Páginas Portuguesas». (JAS)
- Barros, João de, *O Caramuru. Aventuras Prodigiosas de Um Português Colonizador do Brasil*, adaptação em prosa do poema épico de Frei José de Santa Rita Durão, Lisboa, Sá da Costa, 1958 (3ª. ed.). (JAS)
- Beirão, Mário, *Mar de Cristo*, Lisboa, Portugália Editora, 1957. (JAS)
- Castelo Branco, Camilo, *Amor de Perdição*, Porto, Porto Editora, s.d.. Edição popular revista por Augusto Pires de Lima. (JAS)
- Caminhos da Moderna Poesia Portuguesa*, colectânea organizada por Ana Hatherly, s.l., 1960. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

* A relação aqui apresentada é apenas (como se disse no texto principal) uma parte de um conjunto muito mais extenso. Foi publicado na sua totalidade no citado artigo que editámos em 1982 com Amadeu Carvalho Homem. Registe-se que essa relação completa reproduz as espécies existentes na Biblioteca da Casa do Povo de Souselas (meio fabril próximo de Coimbra). A ausência de obras como *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, não nos devem levar à conclusão que tal obra fundamental da literatura portuguesa não existia na referida biblioteca. Conforme dissemos no estudo original, o livro provavelmente ter-se-á extraviado. De resto, ele aparece em outras bibliotecas idênticas e era obra de leitura e de estudo obrigatórios nos liceus. Deve salientar-se também que só publicámos aqui o núcleo de obras que classificámos, no artigo da revista *Análise Social*, de «Literatura Portuguesa». No entanto, outros núcleos incluem também obras desse tipo. Salientaremos, entre eles, os núcleos que intitulámos: «História e Literatura Histórica», «Temática Ultramarina», «Religião, História e Literatura Religiosas», «Literatura Infantil e Juvenil». A anotação JAS, entre parênteses, à frente de alguns dos livros, significa que essas obras foram colocadas na biblioteca pela Junta de Acção Social, órgão que, nos anos cinquenta, se ocupou da sua organização.

- Castilho, António Feliciano de, *Poesia*, introdução, selecção e notas de João de Almeida Lucas, Porto, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- Coelho, Trindade, *Os Meus Amores*, Lisboa, Portugália Editora, 1959 (13.^a ed.). (JAS)
- Dinis, Júlio, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. (JAS)
- *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. (JAS)
- *As Pupilas do Senhor Reitor*, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. (JAS)
- Figueiredo, Antero de, *Jornadas em Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. (JAS)
- Garrett, Almeida, *Frei Luís de Sousa*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- *Viagens na Minha Terra*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1960 (4.^a ed.). (JAS)
- Gil, Augusto, *Alba Plena*, Lisboa, Portugália, s.d. (7.^a ed.). (JAS)
- Os Historiadores de Alcobaca*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- Leituras ao Serão*, Lisboa, Edições Ática, 1958. Edição feita por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. Colectânea de contos de Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Trindade Coelho e Raul Brandão. (JAS)
- Manuel Bernardes*, 2 vols., introdução, selecção e notas de A. do Prado Coelho, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- Monsaraz, Conde de, *Musa Alentejana – Lira de Outono*, prefácio de António Sardinha, Lisboa, Livraria Ferreira, 1955. (JAS)
- Montemor, Nuno de, *A Maior Glória*, Lisboa, União Gráfica, s.d. (JAS)
- Na Aurora da Nossa Poesia*, colectânea organizada por Ester de Lemos, Coimbra, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Oliveira, António Correia de, *Antologia II. Pátria*, prefácio de João Ameal, Porto, Livraria Tavares Martins, 1959 (2.^a ed.). Edição feita por intervenção da JAS, Plano de Formação Social e Corporativa, para as bibliotecas dos locais de trabalho e dos organismos corporativos. (JAS)
- Ortigão, Ramalho, *Últimas Farpas. 1911-1914*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946. (JAS)
- Pessoa, Fernando, *Mensagem*, com uma nota de David Mourão Ferreira, Lisboa, Edições Ática, 1959 (7.^a ed.). Edição feita por intervenção da JAS, Plano de Formação Social e Corporativa. Prémio Antero de Quental, do SPN, 1934. (JAS)
- Poesia de ontem e de hoje*, colectânea organizada por José Régio. Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Poesia Ultra-Romântica*, 2 vols., introdução, selecção e notas de Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- Queirós, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Porto, Editores Lello e Irmão, s.d. (JAS)
- O Romancista de Garrett*, introdução, selecção e notas de A. do Prado Coelho, Porto, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- Vicente, Gil, *Breve Sumário da História de Deus*, prefácio e notas de João de Almeida Lucas, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)
- *Líricas de Gil Vicente*, prefácio, selecção e notas de João de Almeida Lucas, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS)

V

«A RADIOFONIA AO SERVIÇO DO ESTADO» OS INÍCIOS DA EMISSORA NACIONAL*

«A chave que abre o mundo» e a propaganda

David Lodge — que foi professor da Universidade de Birmingham e é um escritor de sucesso, com várias romances de crítica social, nomeadamente sobre a Universidade e a comunidade científica —, num dos seus livros mais conhecidos, «um romance académico» (como o caracterizou) intitulado *Small World*, publicado em 1984, narrou um interessante episódio em que participavam, como personagens de ficção, um jovem universitário de origem irlandesa, *Persse McGarrigle*, e um veterano académico americano, *Morris Zapp*. O episódio passa-se num congresso de Semiologia em Amesterdão:

O Sonesta era um enorme hotel moderno enxertado em velhos edifícios da Kattengat, incluindo uma igreja luterana, circular e coberta com uma cúpula, que fora transformada numa sala de conferências.

* Este capítulo segue no essencial o ensaio «A Radiofonia ao serviço do Estado». Os inícios da Emissora Nacional e o Salazarismo», publicado nas actas do colóquio *A comunicación social transfronteiriza*. Segundo *Seminario Europeo de Comunicación Social*. Pontevedra, 25 a 27 de fevereiro de 1999. Universidade de Vigo – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, 2000. Nessa publicação, o artigo foi dedicado a Maria de Fátima Saraiva e a Alexandre Ramires, que ofereceram ao autor o *Boletim da Emissora Nacional*, inspirador deste estudo.

— Espero que tenha sido desconsagrada — comentou Persse quando entraram para o salão coberto por um enorme tecto abobadado. [...]

— Reconsagrada, quer dizer você — corrigiu Morris Zapp. — A informação é a religião do mundo moderno, não sabia?¹

Na verdade, esta interessante ideia de que a informação é «a religião do mundo moderno» não seria exactamente sentida e, sobretudo, consciencializada no tempo em que se inicia a aventura da «radiodifusão». Tinha-se, porém, o sentimento de que ela era uma «chave» que abriria o mundo, como dizia um anúncio publicitário da Philips, divulgado em Portugal em 1935², ano em que a emissora do Estado começa a transmissão pública regular, ou «o continente etéreo», como intitulava Joaquim Leitão, secretário-geral da Academia das Ciências, uma palestra sobre a Telegrafia Sem Fios (TSF) inventada por Marconi, proferida no dia 1 de Agosto desse ano³.

Mas, para além disso, o Estado de Salazar — esforçando-se sempre por dar, no contexto recorrente do conceito de «originalidade», a ideia de um controlo brando dos meios de comunicação — sentia que a «radiodifusão» era um instrumento fundamental ao serviço da «propaganda» (recorde-se que o Secretariado de Propaganda Nacional tinha sido organizado em 1933). A «propaganda», que Salazar dizia dever ligar-se à «educação política do povo português», tinha — recordem-se mais uma vez as suas próprias palavras proferidas em 1940 — como duas funções primordiais, «informação primeiro; formação política depois»⁴. E, na verdade, a Emissora dedicaria

¹ *O Mundo é pequeno. Um romance académico*, trad. port., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 242.

² Cfr. *Boletim da Emissora Nacional*, Editorial Império, n.º 1, Agosto de 1935, páginas de publicidade iniciais não numeradas. O anúncio, onde se vê uma telefonia, o «Philips 335 para todas as ondas», diz exactamente: «A chave que abre o mundo».

³ Cfr. *Boletim e número cits.*, pp. 43-46. Marconi é aqui tratado apenas do ponto de vista técnico-científico. No entanto, deve recordar-se que Mussolini quis rentabilizar ao máximo a fama das suas descobertas, tendo-o nomeado em 1927 presidente do renovado *Consiglio Nazionale di Ricerca* e em 1930 presidente da *Accademia d'Italia*.

⁴ «Fins e necessidade da Propaganda política», discurso proferido na reunião das Comissões da União Nacional de Lisboa, realizada na Sala do Conselho de Estado na noite de 26 de Fevereiro de 1940, in *Discursos*, vol. II, p. 193 ss.. Ver sobretudo pp. 195-196.

um papel particularmente importante à «informação» — o «noticiário», sobretudo — que, mais do que as palavras de propaganda expressa, incutiam no radiouvinte um sentimento de «realidade» e, assim, o entusiasmo pela obra do Estado Novo.

Quando se organiza a Emissora Nacional⁵, em 1934-1935, depois de algumas experiências que datam sobretudo da década de vinte e dos inícios da década de trinta⁶, já se haviam ensaiado e consolidado

⁵ Conforme se pode ver através do artigo sobre «Rádio» inserto no *Dicionário de História do Estado Novo* dirigido por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. II, pp. 809-811) e no Suplemento do *Dicionário de História de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, artigos «Rádio» (vol. IX, pp. 201-202) e «Emissora Nacional» (vol. VIII, pp. 618-619), o tema não foi abordado em Portugal com extensão e profundidade. Curiosamente, a intervenção das emissoras de rádio portuguesas na Guerra Civil de Espanha foi objecto de algumas pesquisas, quer no âmbito de obras gerais sobre o conflito espanhol (César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Editorial O Jornal, 1987), quer no contexto de estudos específicos sobre a informação (Alberto Pena Rodríguez, *El gran aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil Española: prensa, radio, cine y propaganda*, Corunha, Edicions de Castro, 1998), quer ainda em ensaios especialmente dedicados ao tema (Maria Filomena Abreu, «A rádio portuguesa na Guerra Civil de Espanha», in *História*, n.ºs 11-12, Agosto/Setembro de 1995). Não há nenhum estudo global sobre a rádio, particularmente no período do Estado Novo, em que tanta importância teve. Apenas existe um livro sobre o tema, que é mais um testemunho memorial do que um estudo: Matos Maia, *Telefonia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995. Para a primeira fase da Emissora Nacional, que aqui nos ocupa, interessa conhecer, apenas pela riqueza fotográfica do opúsculo, *Emissora Nacional. Três anos de trabalhos. 1 de Agosto de 1935 - 1 de Agosto de 1938*, Lisboa, 1938. De resto, surgiram somente alguns estudos pontuais, como este que aqui se apresenta, datado de 1999, ou artigos de divulgação como o de Júlia Leitão de Barros, «Salazar sem fios» (in *Público Magazine*, 11 de Dezembro de 1994), que desconhecíamos quando escrevemos a citada comunicação publicada em Espanha. Apesar do seu carácter meramente académico e policopiado, é justo citar aqui os trabalhos inéditos que foram realizados no seminário da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que orientámos: Eliana Gonçalves Diogo, *A Emissora nacional – a voz de «um Portugal»*, Coimbra, 1993, e Júlia Florêncio, *Os anos da Rádio. A Emissora Nacional (1937-1945)*, Coimbra, 2001. Para um período mais recente, foi publicado um estudo sobre o tema: Dina Cristo, *A Rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*, Coimbra, Minerva, 2005.

⁶ Nomeadamente o Rádio Clube Português ou C.T.1G.L., promovido em 1931, na sequência de outra experiência anterior, pelo então capitão Jorge Botelho Moniz, sidonista, um dos «tenentes» do 28 de Maio de 1926, futuro inspirador da Legião Portuguesa e «viriato» na Guerra Civil de Espanha. Não confundir com o seu irmão mais novo Júlio Botelho Moniz, igualmente um dos «tenentes» do 28 de Maio e que viria a ser ministro de Salazar, com quem entraria em conflito nos anos 60.

organizações idênticas, com ligações ainda mais fortes ao Estado, quer na Alemanha de Hitler, quer na Itália de Mussolini⁷. Tal como no cinema, Salazar e os seus seguidores, quando utilizam os modernos meios de comunicação, procuram, aparentemente, fazê-lo sem o sentido da cópia da instrumentalização dos outros Estados «fascistas». Assim, ao comparar-se o modelo de programação da Emissora Nacional, no primeiro mês da sua actividade regular (Agosto de 1935), com as suas congéneres estrangeiras, não se toma como exemplo os casos da Alemanha ou da Itália, mas sim os da Holanda, da Noruega e da Hungria, parecendo, todavia, ser evidente que a Emissora Nacional tinha uma carga política bem mais significativa, mesmo em confronto com a Emissora de Budapeste, da Hungria de Horthy. Por outro lado, quando se analisa a reacção elogiosa de outros países relativamente à programação da Emissora Nacional, os casos mais salientados são os de críticos ingleses e, sobretudo, franceses, como, nesta situação, os de Emille Vuillermoz e do crítico musical Charles Oulmont, que estiveram em Portugal a convite do Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro⁸.

Isto não significa, porém, que não tivéssemos relações com as emissoras dos países «fascistas», em termos técnicos e ao nível da programação, nomeadamente quando eram ali abordados temas que nos diziam respeito. Assim sucedeu logo em 15 de Agosto de 1935, quando foi retransmitido um programa de homenagem a Portugal efectuado nos estúdios da *Reich Rundfunk Gesellschaft* e transmitido pela estação de *Zeesen D.J.A.* em 31.38 metros, por ocasião da excursão à Alemanha dum grupo de portugueses⁹. Dando mais um exemplo: em 12 de Setembro foram retransmitidos de Berlim os

⁷ Referindo-nos só ao caso de Itália, ver Adriano Belloto, «Cinquant'anni di radio in Italia 1924-1940: URI ed EIAR», in *Vita e pensiero*, 4-6, 1974, pp. 317-326, Franco Monteleone, *La radio italiana nel periodo fascista. Studio e documenti: 1922-1945*, Venezia, Marsilio, 1976, A. Monticone, *Il fascismo al microfono. Radio e politica in Italia (1924-1945)*, Roma, Studium, 1978, Antonio Papa, *Storia politica della radio in Italia (1924-1943)*, 2 vols., Nápoles, Guida, 1978, A. L. Natale, *Gli anni della radio*, Nápoles, Liguori, 1990.

⁸ Cfr. *Boletim cit.*, respectivamente, n.º 1, Agosto de 1935, pp. 111-114, e n.º 6, Janeiro de 1936, pp. 23-24.

⁹ Cfr. *Boletim*, n.º 1, p. 86.

discursos pronunciados naquela cidade por António de Meneses, do SPN, Abílio Pinto de Lemos, do Ministério da Instrução Pública, António Almodôvar e tenente Carvalho Nunes, da Presidência da República, e pelo deputado à Assembleia Nacional Joaquim Lança, que falaram das suas impressões sobre a viagem efectuada na Alemanha¹⁰.

A missão política da rádio: comemorações e palestras nacionalistas

As origens da intervenção do Estado em matéria de radiodifusão datam do tempo da Ditadura Militar, através do decreto n.º 17.899, de 29 de Janeiro de 1930, sobre as comunicações radioeléctricas. Em 1933, quando era ministro das Obras Públicas e Comunicações o engenheiro Duarte Pacheco, publicou-se o decreto-lei n.º 22.783, de 29 de Junho. No preâmbulo a esse decreto, que pretendia remodelar o anterior, dizia-se que o Estado, através da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, adquirira uma estação emissora de onda média de 20 kW. e iria adquirir uma retransmissora para o Porto e uma estação de onda curta que permitisse — conforme ali se dizia — «levar a palavra lusíada a todos os portugueses espalhados pelo nosso vasto Império, pelo Brasil e pela América do Norte». E falava-se da organização e montagem dos estúdios da Emissora Nacional.¹¹

Em 1934 constituiu-se a primeira Comissão de Programas Radiofónicos, chefiada por António Joyce (que havia sido regente do Orfeon Académico da Universidade de Coimbra), assessorado pelo crítico de arte Luís Reis Santos, pelos escritores Silva Tavares e Carlos Queirós, e pelo compositor Isidro Aranha. Em 1935 o capitão Henrique Galvão — antigo sidonista, importante colonialista ligado sobretudo a Angola e que virá a ser um futuro opositor de Salazar, celebrizando-se pelo assalto ao navio *Santa Maria* em 1961 — será nomeado Presidente da Comissão Administrativa.

¹⁰ Cfr. *Boletim*, n.º 2, Setembro de 1935, p. 55.

¹¹ Ver a introdução a esse decreto-lei n.º 22.783, de Duarte Pacheco, in *Boletim*, n.º 1, pp. 6-8.

Inicia-se então a fase de transmissão regular, cujos primeiros meses é acompanhada da edição de um *Boletim* que serviu de base a este nosso ensaio¹².

A inauguração oficial verificou-se, portanto, em 4 de Agosto de 1935, com a visita do Presidente da República, general Óscar Carmona. Henrique Galvão sintetizou a ideia da missão política da rádio nestas palavras, com que terminou o seu discurso: «*Em resumo: a Emissora Nacional, realização do Estado Novo, é hoje como mais um soldado que se alista, uma força ao serviço do Estado Novo*». Por sua vez, Carmona relevou a importância da rádio para «a ligação da Metrópole com os nossos domínios coloniais», indispensável pelo seu «grande alcance nacional e social»: «É necessário que isto se faça para que desapareça o afastamento e a distância a que se encontram de nós as colónias», afirmava¹³. E, na verdade, a noção de que a rádio consolidava a ideia de Império notava-se nas palavras emocionadas dos governantes quando se dirigiam aos portugueses espalhados pelo mundo. Assim, o Presidente da República, em 1 de Dezembro (data comemorativa da Restauração), dirigiu-se aos portugueses residentes na América do Norte, para lhes falar da «Pátria». Mas, naturalmente, essa noção de «Pátria» passava pelo processo formativo do Estado Novo:

Nesta hora magnífica de ressurgimento, fruto bendito do trabalho, da economia e da ordem da Nação, precisamente no dia inolvidável em que se comemora a gloriosa jornada do 1.º de Dezembro de 1640, data da restauração da independência, é com maior júbilo, enternecidamente, que dirijo algumas palavras de saudação aos portugueses residentes na América, mercê desta maravilha, que é a radiotelegrafia.

¹² O estudo que aqui apresentamos teve como base — conforme se disse — o *Boletim da Emissora Nacional*, publicação que se inicia em Agosto de 1935 (n.º 1), que teve como director Henrique Galvão. Seguiu-se, depois, a partir de 1 de Agosto de 1937 (n.º 1), a revista *Rádio Nacional*, edição do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

¹³ Cfr. «A inauguração oficial da E.N. pelo Chefe do Estado», in *Boletim cit.*, n.º 1, pp. 16-20. O itálico das palavras de Galvão são do próprio original.

Não sei em que condições de clareza chegarão essas palavras até aos vossos ouvidos. Mas sei que poucas vezes, como hoje, tenbo sentido o desejo de que resultem bem claras, simples e límpidas, para que possais ver nelas o que vai no meu coração, orgulhoso da Pátria, cheio de ternura por todos nós, esperançado, enfim, no futuro da vossa-minha amada terra, tão nobre, tão bela, tão gloriosa!

*Em nenhum transe se esquece de seus filhos, e Portugal cuja grandeza passada assombrou o Mundo, e que forçoso se torna enobrecer cada vez mais. O nacionalismo da hora que passa torna-nos capazes de todos os esforços, em defesa e engrandecimento da Nação, da sua enorme fama, das suas honrosas tradições. Por intermédio da Emissora Nacional, a minha alma de português comunga, portanto, com as vossas, na aspiração de um Portugal dia a dia mais forte e prestigiado. Saúdo-vos, apelando para que nenhum de vós deixe de aquecer, ao calor dos corações leais, a ideia sublime da Pátria.*¹⁴

Neste sentido, compreende-se, obviamente, que os «assuntos coloniais» e «imperiais» fossem dos que mais ocupavam, e com maior importância, a rádio no primeiro semestre de 1935. Aliás, com o aproximar dos conflitos bélicos e com a manifestação das ambições imperialistas por parte da Alemanha e da Itália, a questão colonial teria necessariamente de passar para a ordem do dia dos discursos culturais e militares¹⁵.

¹⁴ «A saudação do Chefe do Estado aos portugueses residentes na América do Norte», in *Boletim cit.*, n.º 5, Dezembro de 1935, p. 15. O texto encontra-se em itálico no original.

¹⁵ Cfr. *Boletim cit.*, n.º 5, Dezembro 1935. Analisando o mapa do «movimento falado», publicado no *Boletim da Emissora Nacional*, pode, com efeito, verificar-se que os temas que mais ocuparam a emissão em minutos foram, por ordem decrescente, considerando apenas aqui, de 52 rubricas temáticas, aquelas que tiveram uma emissão não inferior a 150 minutos: o noticiário (3296 minutos), os programas infantis (2454), o Estado Novo (721), as efemérides (636), transmissões (535), as cotações da bolsa (337), teatro emitido do exterior (317), a revista da imprensa (301), Diário do Governo (275), terras de Portugal (266), os assuntos femininos (244), higiene e profilaxia (212), os assuntos políticos (189), o boletim meteorológico (187), os assuntos literários (187), reportagens (183), os assuntos radiofónicos (180), os assuntos desportivos (159), recitais poéticos (150) e os assuntos coloniais (150). Mas, para além de simples aspectos estatísticos, sempre de possível discussão, poderemos atentar no título ou na temática de algumas palestras ou de outras transmissões. Em Agosto, Henrique Galvão proferiu a palestra «A radiofonia e o Império», José Júlio Henriques falou do «Intercâmbio

Pode dizer-se que, não parecendo ser propriamente uma rádio agressivamente política, nem procurando dar a Salazar um plano exageradamente proeminente (como, de resto, era comum na propaganda do salazarismo), a Emissora Nacional foi, essencialmente, uma rádio ao serviço do Estado Novo e dos seus valores culturais.

As efemérides e a celebração das personagens articulavam-se com o característico historicismo nacionalista do regime. A batalha de Aljubarrota e Nuno Álvares Pereira ou a conexão das datas de 1 de Dezembro (Restauração) — 14 de Agosto (Aljubarrota) — 28 de Maio (início da proclamada «Revolução Nacional»), ou seja, as datas ligadas às celebrações da União Nacional¹⁶, as figuras emblemáticas de D. Leonor, fundadora da obra assistencial das Misericórdias, ou de Mouzinho de Albuquerque, herói das campanhas de África do fim do século XIX, ou as Comemorações do Ano X da «Revolução Nacional», em Maio de 1936¹⁷, são particularmente celebradas. Aliás, é através da comemoração de Aljubarrota, logo no primeiro

cultural luso-brasileiro» e Maria Archer fez duas palestras sobre Angola, Fernando Falcão Machado falou sobre «A Restauração em Luanda» e Albino Forjaz Sampaio proferiu duas palestras de cunho nacionalista e imperialista, «Por que me orgulho de ser português» e «Portugal Maior». Em Setembro, foi realizado um programa de homenagem ao Brasil, Gastão de Bettencourt falou da música brasileira, Alves de Azevedo abordou o tema «Mística imperial». Em Outubro, num programa de «Propaganda colonial», Maria Archer falou da acção dos portugueses na Etiópia e sobre temas de literatura colonial, e, em programas sob a mesma rubrica, Alves de Azevedo palestrou sobre os temas «Por que somos um grande Império», «O problema colonial e o conflito ítalo-abexim» e «Portugal, campeão da assistência aos indígenas», enquanto o inspector Mira Saraiva falou sobre o ensino colonial. Em Novembro, Alves Azevedo voltou a palestrar, desta vez sobre o tema «As ambições coloniais da Alemanha», e Ernesto de Oliveira e Silva fez uma palestra intitulada «Acerca do espírito colonial». Em Dezembro, o repórter «X28» abordou o tema «A defesa do Império. A missão do militar». Mira Saraiva e Alves Azevedo, em Dezembro, voltaram a discursar sobre temas diversos: respectivamente «Intercâmbio escolar entre a Metrópole e as colónias» e «A Companhia de Moçambique», e «O problema da civilização da África»; Maria Archer fez uma palestra sobre o tema «África selvagem». Note-se que incluímos aqui alguns temas brasileiros porque fazia parte da mística do Império o orgulho em relação ao Brasil.

¹⁶ Nesta caso, ver Nobre Guedes (da Comissão Executiva da União Nacional), «1 de Dezembro, 14 de Agosto, 28 de Maio, três datas que a União Nacional comemorará», in *Boletim*, n.º 4, Novembro de 1935, pp. 5-6.

¹⁷ Cfr. «As comemorações do ano X da Revolução Nacional», in *Boletim*, n.º 10, Maio de 1936, p. 55 ss..

mês de emissão, que Salazar «falou» para a rádio, tendo sido o seu discurso patriótico lido por Fernando Pessa¹⁸. No campo da literatura, não deixa de se elogiar o Eça «realista» mas «nacionalista e idealista» de *A Cidade e as Serras* ou *A Ilustre Casa de Ramires*, em contraponto com o «realismo» da «obscuridade» de *O Crime do Padre Amaro* e de *O Primo Basílio*¹⁹. E, a par disso, já aparece uma crítica favorável a Fernando Pessoa, que havia morrido no ano de 1935, pouco depois de o SPN ter consagrado timidamente a sua *Mensagem*²⁰. O regionalismo na sua perspectiva cultural, muito grato ao nacionalismo salazarista, encontra também um lugar de privilégio nas emissões, com programas de folclore dedicados às várias regiões do país. A intenção formativa da rádio revela-se em vários tipos de programas, seja na campanha do «Bom Gosto»²¹, seja nos programas de «higiene e profilaxia», seja nos numerosos programas infantis ou em programas sobre temas femininos, a que dedicaremos um significado próprio pela mensagem que ali é difundida.

Nos programas económicos, nos programas citados «de higiene e profilaxia» e nos programas acerca de temas militares, surge sempre a ideia eugénica de que a «Raça» se melhora através do fortalecimento físico e moral: «se quisermos melhorar a raça portuguesa é também indispensável melhorar o regime alimentar da maior parte da população», dizia ao microfone

¹⁸ Cfr. *Boletim*, n.º 1, Agosto de 1935, pp. 23-28. Esse discurso, também publicado no vol. 2 dos *Discursos* de Salazar, p. 47 ss., destinava-se — segundo ali se dizia — a ser lido «nas escolas do País».

¹⁹ Cfr. Carlos Santos, «Sonho, idealismo, realidade», in *Boletim*, n.º 12, Julho de 1936, p. 11. Carlos Santos foi um jornalista e etnógrafo madeirense, ligado a várias manifestações culturais.

²⁰ Cfr. Carlos Queirós, «Algumas palavras acerca de Fernando Pessoa», In *Boletim*, n.º 5, Dezembro de 1935, pp. 19-23. Recorde-se que O SPN havia concedido o prémio de poesia «Antero de Quental» (em modalidades diferentes) ao poema *Mensagem* de Pessoa e ao Padre Vasco Reis pelo seu poema populista, católico e antibolchevista *Romaria*, o que causou algum escândalo nos meios intelectuais. Ver capítulo anterior.

²¹ Conforme se dizia numa palestra integrada no programa: «À feliz iniciativa que a Emissora Nacional tomou ao promover a “Campanha do Bom Gosto” preside o meritório intuito de divulgar salutares mandamentos para renovação da nossa vida social, considerada num plano de aperfeiçoamento e de progresso» (cfr. Silva Bastos Júnior, «O bom gosto na linguagem», in *Boletim*, n.º 12, Julho de 1936).

Armando Gonçalves Pereira, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras²². Por sua vez, o general David Rodrigues, falando da «*defesa nacional*, ou antes da *defesa do Império*», refere a importância, neste momento de «renascimento do povo português», em rearmar o nosso exército, em modernizar a marinha, mas, acima de tudo, em «ter homens fortes de corpo, alma e espírito para, com valor, sentimento nacional e espírito de sacrifício, saberem utilizar no mar e em terra todo esse material». E conclui: «É esse o problema da educação física, no seu aspecto elevado do avigoramento da raça, quer no sentido físico, quer no sentido moral, cívico e patriótico»²³.

Mas, como era comum no salazarismo, este sentido «rácico» de carácter nacionalista não se envolvia em nenhuma apologia radical do etnicismo lusitano contra qualquer outra «raça». Não há, geralmente, como se sabe, anti-semitismo na consciência nacionalista portuguesa. O que se teme nos outros povos não é sua «raça», mas os vícios políticos e sociais que alguns apregoam. Por exemplo, no caso da Espanha, há um esforço para, na celebração dos episódios históricos em que colidimos com o país vizinho (como Aljubarrota ou a Restauração), esquecer as suas intenções imperialistas passadas²⁴, embora se verifique também a intenção de alertar para os perigos que dela podem vir através da jovem República — é «o vulcão em plena actividade» de que fala o mesmo general David Rodrigues na crónica citada²⁵. E o mesmo se pode ver em «palestras de cultura popular», como a que foi proferida por Henrique Galvão em 6 de Abril de 1936. Aí se fala ironicamente

²² Cfr. «Problemas da população. Condições antropológicas e fisiológicas dos portugueses», in *Boletim*, n.º 6, Janeiro de 1936, pp. 45-48.

²³ Cfr. David Rodrigues, «Os factores físicos e morais na guerra», in *Boletim*, n.º 10, Maio de 1936, pp. 87-90.

²⁴ Isso é visível numa palestra de Nobre Guedes, situação tanto mais significativa quanto são conhecidas as suas opções políticas germanófilas, já atrás referidas. Falando das comemorações da Restauração, disse ali: «Justo é que se lhe dê outra vida; e que o Primeiro de Dezembro se recorde fazendo sentir aos portugueses o valor de tão esforçado gesto de libertação, mas sem estímulo de paixões, com esquecimento mesmo de ressentimentos sem consistência nem justificação» (palestra in *Boletim cit.*, n.º 4, Novembro de 1935, p. 5).

²⁵ *Palestra cit.*, in *Boletim*, n.º 10, p. 87.

no «paraíso comunista», que esmagou o operariado na Rússia, assim como o estava fazendo em Espanha²⁶.

Seduzido ainda pelas construções autoritárias do Estado, nessa palestra sobre o tema «Como se engana os operários», Henrique Galvão, ao invés do que pensava das práticas de «esquerda», manifestava admiração pela obra social dos países de «direita», ou seja, a Itália, a Alemanha e, naturalmente, Portugal:

A Itália fez uma obra social magnífica no domínio do fascismo, a Alemanha tem-na feita durante a vigência dum governo autoritário e forte — e em Portugal, dentro da nossa casa, lembrai-vos bem porque basta um pequeno esforço de memória, a melhoria das condições de vida do operariado tem sido uma preocupação constante do Estado Novo.

Estes países e o nosso — só esqueceram os operários enquanto estiveram em poder das esquerdas.

Basta um esforço de memória, para que os nossos trabalhadores se lembrem e não se deixem enganar uma vez mais.²⁷

Na verdade, como dizíamos atrás, nada dissentia da concepção de uma revolução nacionalista de direita que representava nessa altura o Estado Novo. A Emissora Nacional estava ao seu serviço.

Emissora Nacional (EN) ao serviço do Estado Novo (EN)

«Emissora Nacional» — na verdade, o próprio nome que, por uma mera coincidência ou não, tem as mesmas iniciais de «Estado Novo», é revelador da ideia de que se tratava de uma estação radiofónica ao serviço da Nação, que era o mesmo que dizer ao serviço do Estado. A própria simbologia heráldica que lhe foi atribuída é reveladora dessa imagem: o escudo com

²⁶ Henrique Galvão, «Como se engana os operários. Palestra de cultura popular», in *Boletim*, n.º 9, Abril de 1936, pp. 4-7 (cfr. p. 5).

²⁷ *Idem*, p. 7.

as cinco quinas, ladeado pelas duas letras EN e, por baixo, as ondas hertzianas com o verso dos *Lusíadas* de Camões, símbolo do nacionalismo poético, «Cantando espalharei por toda a parte».

Entendendo que a Emissora Nacional deveria, na medida do possível, chegar junto de todos portugueses a quem se destinava, foi organizada uma polémica campanha de venda de aparelhos de rádio a preços reduzidos. Assim justificava Henrique Galvão a campanha, criticada pelos comerciantes: «[...] ao tomá-la, a Emissora Nacional seguiu, como lhe cumpria, uma orientação política superiormente traçada e firmemente seguida em todos os sectores da vida nacional: a política de protecção e amparo às classes menos protegidas da fortuna, na qual são numerosas e notáveis as realizações do Estado Novo». A campanha não tinha, pois, nenhum sentido lucrativo próprio de um «Estado Comerciante». Devia-se a uma prática levada a efeito por um «Estado Político na acepção mais sadia e simpática que a palavra pode ter». Havia no Portugal metropolitano apenas um aparelho receptor para 150 habitantes, enquanto na Alemanha o número era de um por cada sete — era, pois, necessário distribuir sem lucro material os receptores de TSF «entre classes que, pelas condições de fortuna, estavam à margem do mundo da radiotelefonía». O aparelho receptor de rádio era, assim, considerado um instrumento fundamental de cultura e de formação política²⁸.

Este objectivo aparece exposto numa palestra pronunciada logo em 4 de Agosto de 1935 pelo reitor do Liceu Camões de Lisboa, Cristiano de Sousa, intitulada justamente «A radiofonia ao serviço do Estado» (que inspirou o título deste nosso capítulo), feita a convite da União Nacional. São estas as palavras essenciais deste «intelectual orgânico», também autor de um pequeno opúsculo publicado nesse mesmo ano pela UN intitulado *O caso português*:

Podendo e devendo ser a radiotelefonía um poderoso instrumento para divulgação dos princípios do Estado Novo, a União Nacional, escola da Renascença política portuguesa, louva e aplaude a direcção da Emissora

²⁸ Cfr. Henrique Galvão, «Uma iniciativa da E.N.», in *Boletim*, n.º 3, Outubro de 1935, pp. 4-5.

Nacional, pela iniciativa de ter sido considerado no plano da sua actuação o problema político português.

Mal se compreendia, porém, que a Emissora Nacional, propriedade do Estado, obra do Estado Novo, não contribuisse sistematicamente para o ressurgimento da Pátria, obra de maravilha que Salazar, conduzindo a Revolução Nacional, sob a égide do General Carmona, vem operosamente realizando em todos os domínios em que assenta a grandeza e a prosperidade do Império Português.²⁹

«Estado», na consciência política do salazarismo, identificava-se com «Nação». Era esta a palavra de ordem que surgia num texto de grande alcance propagandístico, espécie de catecismo do regime, datado de 1934, a que temos feito referência várias vezes, o *Decálogo do Estado Novo*³⁰. Este era também o evangelho repetido ao microfone da EN, envolvendo neste conceito a justificação da repressão, em nome de uma ordem nacional³¹. Dizia o engenheiro militar José Luís Supico, numa palestra emitida em 10 de Janeiro de 1936:

²⁹ Cristiano de Sousa, «A radiofonia ao serviço do Estado», in *Boletim*, n.º 1, Agosto de 1935, pp. 35-38 (cfr. p. 35). Fazendo jus ao que dissera Cristiano de Sousa, são muitas as palestras sobre o Estado Novo. Para além das que já citámos e que vamos citar, muitas outras foram proferidas. E não podemos esquecer a propaganda que era feita através dos noticiários e das reportagens. Vejamos algumas das referidas palestras proferidas em 1935: em Agosto, Leite Duarte, «O Estado Novo e os fins da Nação» e Mário Mata e Silva, «Socialismo e Corporativismo»; em Setembro, Carlos Costa, «A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e sua projecção na Vida» e «O caso de Salazar na literatura portuguesa»; em Outubro, Mário Monteiro, «A República Velha e o Estado Novo», Zuzarte de Mendonça Filho, várias palestras subordinadas ao tema «Sob o signo do Estado Novo» — «O mais alto objectivo da União Nacional», «Valores morais» e «A mais bela noção de Liberdade», e Visconde de Alcobaça, «What Portugal owes to Dr. Salazar»; em Novembro, Zuzarte de Mendonça Filho prossegue o ciclo com a palestra «Deveres dos filados da União Nacional», M. Pestana Reis, «Política do Estado Novo» e Carlos Cília, «A unidade nacional»; em Dezembro, António Pereira da Fonseca, «Nova mentalidade política».

³⁰ *Ob. cit.*: *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934.

³¹ No *Decálogo*, ver sobretudo — como atrás notámos — os mandamentos 2.º e 10.º. Recordando, pode ler-se no último: «Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação — isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos — pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria».

Na verdade, um século de democracia deformou de tal modo os espíritos, que em muita gente subsiste ainda o conceito de um Estado exterior à Nação, considerado como uma entidade à parte, que é legítimo combater e explorar ao mesmo tempo e que se supõe dispor de meios inesgotáveis obtidos não sei por que misterioso processo de espontânea geração.

Ideia falsíssima que tem de ser abandonada porque a verdade é que o Estado é a própria Nação quem o realiza.

Entre o conjunto de todos nós e o próprio Estado não há distinção nem separação alguma.

[...]

É preciso que esses a que me tenho referido se convençam de que acima dos interesses particularistas que outrora a democracia acarinhava e, por assim dizer, exprimia tumultuária e dispersivamente, está uma ideia de harmonia do conjunto, um pensamento superior de vida de relação, que nos impede de considerar aspectos isolados dos problemas e nos obriga a procurar-lhes soluções que respeitem as condições de ordem social e não de ordem particular, que, numa palavra, melhor satisfaçam ao interesse colectivo e melhor assegurem a continuidade da vida da Nação, em íntima associação com a vida do Estado, ainda que por vezes pareçam implicar sacrifícios imediatos e individuais, mais ou menos generalizados.

[...]

É preciso que esses a que me tenho referido compreendam que a hora é demasiado séria para que lhes seja lícito perturbar com a sua agitação o progressivo desenvolvimento do Estado Novo.

É preciso, finalmente, que se convençam de que nada pode, aliás, deter a marcha da Revolução Nacional porque acima de todas as paixões e despeitos e de todos os egoísmos e ambições está uma força superior à nossa própria vontade, uma força que obriga as sociedades a evolucionar incessantemente no sentido de maior equidade e justiça social.

Está, em resumo, o forte imperativo do progresso social, perante o qual nada valem boatos, intrigas e ambições mesquinhas.

É por isso que a Revolução Nacional é invencível.

É por isso que ela há-de prosseguir a sua marcha vitoriosa, quer o queiram, quer o não queiram os que nas alfurjas forjam os boatos, as intrigas e as calúnias e os que inconsciente ou levemente lhes dão curso.

Nem sequer por cálculo vale a pena ser-se derrotista.³²

Mas, na lógica das ideologias do Estado Novo, uma Revolução, depois de se identificar com a Nação, para se estruturar tem de se corporizar num Chefe. No caso português — um dos casos da Revolução Nacionalista que se desenvolve no mundo, ou, pelas palavras de outro palestrante, «aspecto muito particular da luta em todo o mundo contra as ideias universalistas de destruição e desordem» — o Chefe representa acima de tudo a Inteligência. Quem o diz, em palestra emitida a 22 de Abril de 1936, é José Pires Cardoso, que — conforme se disse — veio a ser professor no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras e, efemeramente, ministro do Interior:

O Nacionalismo Português tem também um grande Chefe, daquela espécie rara que cativa primeiro a inteligência e só através dela prende o coração. Chefe com um prestígio conquistado sem arrebato mas, por isso mesmo, mais sólido e duradouro!³³

Para além da exposição das doutrinas que fortificariam o Estado Novo, criticavam-se em outras palestras as doutrinas que o contrariassem. Se a democracia, ou melhor, o demoliberalismo, experimentado na Primeira República, era um dos alvos — conforme se pode ver em artigos atrás referidos — outro ainda mais importante era, naturalmente, o comunismo. A palestra mais viva e mais significativa de ataque ao sistema soviético da URSS tem como tema «O comunismo contra a infância». Utilizando argumentos extraídos de um artigo da revista jesuítica *Brotéria*, mas também, alegadamente, os testemunhos de um simpatizante do comunismo

³² José Luís Supico, «Hora de responsabilidades», in *Boletim*, n.º 6, Janeiro de 1936, pp. 37-39.

³³ Pires Cardoso, «A Revolução e o Chefe», in *Boletim*, n.º 9, Abril de 1936, pp. 27-29.

de nome Schreiber e do próprio *Pravda*, a palestrante, Domitila de Carvalho, a primeira mulher formada numa Universidade portuguesa, fala de um decreto de 1 de Julho de 1935, o qual «manda que a infância abandonada, praga da Rússia soviética, seja liquidada!» (*sic*). Na escola, as crianças «são educadas no ódio à religião e na mentira contra a Igreja». Chegam a denunciar os pais que não são comunistas e as leis não se limitam a decretar a pena de morte a crianças irresponsáveis pelos crimes que praticam — «Vão até a consentir, mais ainda a preconizar, que se matem antes do nascimento!»³⁴ Era a velha crítica anticomunista — e, nesta situação, anti-estalinista — que se prolongou durante todo o governo de Salazar, chegando a publicar-se em 1945 uma pequena revista, a que já nos referimos, intitulada *Cadernos Anti-Comunistas*.³⁵

E a esta crítica opunha-se a importância da família no Estado Novo, em que era considerada uma «razão de Estado»³⁶, um Estado Novo que uma figura como Carneiro Pacheco — professor de Direito e futuro ministro da Educação Nacional, que introduzirá transformação profunda nesta pasta, numa das mais importantes reformas do sector — procurará retratar em 1935, «graças à maravilhosa descoberta das ondas hertzianas»³⁷; um Estado Novo que encontrava em Salazar um paladino contra os erros do estrangeiro mas também dos portugueses: «Salazar, um soldado decidido desta santa cruzada da confiança e do optimismo, e, *sobretudo*, mais que tudo, um inimigo instintivo do boato e da maledicência, essas duas miseráveis manifestações de inconfessáveis propósitos, essas duas tristíssimas carac-

³⁴ Cfr. Domitila de Carvalho, «O Comunismo contra a infância», in *Boletim*, n.º 10, Maio de 1936, pp. 29-34.

³⁵ Os *Cadernos Anti-Comunistas*, cujo primeiro número data de 20 de Janeiro de 1945, não tinham nenhuma indicação do nome do Director ou da Redacção. Eram, porém, consentidos e até seriam da autoria do próprio Estado. Também neles aparece a indicação usual «Foi visado pela Comissão de Censura».

³⁶ Cfr. Joaquim Lança, «A família, razão de Estado», in *Boletim*, n.º 4, Novembro de 1935, pp. 59-60. Joaquim Lança foi jornalista, Governador Civil de Beja e deputado à Assembleia Nacional.

³⁷ Cfr. Carneiro Pacheco, «A obra do Estado Novo em 1935», in *Boletim*, n.º 6, Janeiro de 1936, pp. 11-18.

terísticas da inconsciência nacional», como dizia o engenheiro Augusto Cancela de Abreu, futuro ministro das Obras Públicas e do Interior³⁸.

Como se vê, a Emissora Nacional estava ao serviço do Estado Novo. O próprio Salazar, apesar do seu temperamento reservado, que afinal lhe deu um outro carisma, bem mais persistente do que o carisma de ditadores como Hitler e Mussolini, entendeu também a importância do uso da rádio (como percebeu a importância do cinema na segunda metade da década de trinta, e assim como mais tarde, em 1957, teria de aceitar a importância da televisão³⁹). Logo em 1933, ainda a Emissora Nacional não emitia regularmente, um seu discurso, proferido na sede da União Nacional, era radiodifundido para o Porto, pois destinava-se às gentes do Norte, abordando questões de natureza economicofinanceira. O Porto era considerado, emblematicamente, a «cidade do trabalho» e um dos centros mais importantes do desenvolvimento do país. No ano anterior, em Março, realizara-se a cerimónia de lançamento da primeira pedra das obras do porto de Leixões, que havia de ser considerado uma das jóias das obras públicas do Estado Novo. Salazar não assistira por motivo de doença, mas — dizia-se a nível oficial — fora alvo de grandes manifestações de simpatia pelas gentes da «capital do Norte». Assim, inicia a sua palestra, sobre um tema pesado — «conceitos económicos da nova Constituição» —, com palavras ligeiras, amenas e até graciosas, próprias de quem procura saber utilizar argumentos de oratória adaptados ao auditório:

Nem a verdade nem a modéstia me obrigam a não me reconhecer operário, animador de outros operários, nesta obra de reconstrução; mas a consciência dos altos fins a atingir e das insuficiências actuais leva-me a protestar, embora tardiamente, contra o exagero amigo de me ser reservada, a mim, tão grande parte das festas que, há precisamente um ano, alvoraçaram os corações das boas gentes do Norte. Nunca se vira tanta espontaneidade, tanto entusiasmo, recepção tão festiva e tão fidalga;

³⁸ Eng.º. Cancela de Abreu, «Dez minutos de palavras», in *Boletim*, n.º 5, Dezembro de 1935, p. 11.

³⁹ Ver Rui Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1996.

é preciso que tenha sido de uma sinceridade vibrante para que, muito longe, me ressoassem na alma os doces ecos do que então não me era dado ouvir⁴⁰. Assim se avolumou esta dívida, quasi tão sagrada como são hoje as dívidas do Estado, e se radicou a promessa de vir fazer-vos uma palestra, que eu não sei ainda como será: tão certo é que, mesmo para os governantes que só fazem política de verdade, sempre é mais fácil prometer que cumprir.

Há bastantes anos já que os meus auditórios de sisudos políticos não são esmaltados da graça e da beleza que a distinção feminina empresta à vossa assembleia. Dominado pela gravidade dos problemas e a urgência das soluções devo ter perdido o hábito de amenizar a dureza das coisas e de buscar no mundo do sentimento aquela parte de verdade que o coração ensina e só ele compreende. Em todo o caso, falando de coisas sérias, não queria torná-las trágicas e, ocupando-me de problemas em verdade complexos, bem desejara, para não vos molestar, torná-los simples, se a simplicidade, como escreveu Alberto de Oliveira, não fosse para os homens quasi tão difícil como a perfeição.⁴¹

Em 9 de Dezembro de 1934, é radiodifundido, a partir da União Nacional, um outro discurso «para as sessões de propaganda realizadas em todo o País». Salazar não esconde a emoção e a importância de falar aos microfones da rádio, vindo porém sempre ao de cima, como argumento de retórica política, a sua modéstia:

Se não falha este pequeno aparelho que parece estremecer às menores vibrações da minha voz, eu estarei falando neste momento à maior assembleia que em Portugal alguma vez se congregou a escutar a palavra de alguém. Se não fora fazer violência ao céu, eu desejara que estas

⁴⁰ Na publicação oficial do discurso, que seguimos, explicava-se em nota de rodapé: «O orador não assistiu por doença às festas de Março de 1932, por acasão do lançamento da primeira pedra das obras do porto de Leixões».

⁴¹ «Conceitos económicos da nova Constituição» (Na sede da União Nacional, em 16 de Março de 1933. Discurso destinado à cidade do Porto, para onde foi radiodifundido), in Salazar, *Discursos*. vol. I. 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, pp. 186-187.

palavras, descoloridas e áridas, sem formosura de natureza ou arte, se transformassem, adquirissem graça e unção e fossem para cada um de vós a palavra única que responde aos anseios da sua consciência: luz para a dificuldade, decisão para a dúvida, louvor para a acção, fogo para o entusiasmo, e não digo censura mas queixa sentida para a indiferença e o desânimo. Impossível empresa que não vale a pena tentar!⁴²

Conforme já dissemos, no primeiro mês das transmissões regulares dos programas da Emissora Nacional, em 14 de Agosto de 1935, nas celebrações de Aljubarrota, o seu discurso, lido pelo locutor Fernando Pessa, foi para o ar e publicado no primeiro número do *Boletim*. A seguir verifica-se um grande número de discursos que Salazar leu aos microfones da Emissora, para além de muitos outros, ou de quase todos, que eram difundidos em reportagens do exterior⁴³.

⁴² «A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa» (Radiodifundido da União Nacional, em 9 de Dezembro de 1934, para sessões de propaganda realizadas em todo o País», in Salazar, *ob. e vol. cit.*, pp. 367-368). A fotografia de Salazar e as primeiras palavras deste discurso, de grande significado radiofónico, foram publicadas nas primeiras páginas do opúsculo documental já citado: *Emissora Nacional. Três anos de trabalhos. 1 de Agosto de 1935 – 1 de Agosto de 1938*, Lisboa, 1938. Ver ilustração de abertura à parte II, in vol. I, pp. 369-370.

⁴³ Para além dos que citámos, detectámos os seguintes discursos de Salazar radiodifundidos ou proferidos directamente aos microfones da Emissora Nacional até ao início dos anos 60 (ver *Discursos*, 6 vols.): «Saudação aos portugueses do Brasil» — na Cidadela de Cascais, em 22 de Outubro de 1933. Palavras radiodifundidas para o Brasil, no encerramento da «Semana de Portugal»; «Preocupação da paz e preocupação da vida» — proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para constituição da nova Assembleia, em 27 Outubro de 1938; «Conversão do fundo externo» — palestra lida na Emissora Nacional, para propaganda da operação financeira a que foi dado oficialmente esse título, em 25 de Abril de 1940; «Na reeleição do Chefe do Estado» — ao microfone da Emissora Nacional, em 7 de Fevereiro de 1942; «Defesa económica – defesa moral – defesa política» — 25 do Junho de 1942; «Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» — 27 de Abril de 1943; «No fim da campanha» — palavras radiodifundidas em 11 de Fevereiro de 1949, ao encerrar-se o período da propaganda eleitoral (reeleição do Chefe do Estado, Marechal Carmona); «Goa e a União Indiana (aspectos económico, político e moral)» — 12 de Abril de 1954; «Goa e a União Indiana (aspectos jurídicos)» — 10 de Agosto de 1954; «A atmosfera mundial e os problemas nacionais» — 1 de Novembro de 1957; «Apelo ao povo» — 9 de Novembro de 1961.

A música, o vinho e a mulher

Como complemento, e quase como curiosidade — embora curiosidade significativa —, ouçamos a música que era tocada e cantada na Emissora Nacional e anotemos como foram tratados dois temas: o vinho e a mulher.

A música era variada. O programa-tipo, que serve de comparação ao que se passava com outras emissoras estrangeiras, que foi para o ar em 26 de Agosto de 1935, dá-nos conta que a emissão começava às 12 horas com «música popular portuguesa, alternada com música espanhola». Depois do noticiário (apresentado às 12 horas e 30 minutos), havia música de concerto e solos de canto. Após uma palestra, música ligeira, a que se seguia a informação política do Estado Novo e música de dança. O programa era interrompido às 14 horas e retomado às 17, com música clássica. E continuava a alternância: a seguir ao «consultório técnico», música ligeira; depois do «Sumário do Diário do Governo», música portuguesa e, em continuação, música variada; terminado o noticiário das 19 horas e 55 minutos, música de concerto; uma palestra e recital de canto; efemérides e música portuguesa; de novo informação política do Estado Novo e de seguida o «Concerto da Grande Orquestra Sinfónica sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco»; e, finalmente, após o noticiário das 22 horas e 45 minutos, a continuação do concerto e música de dança, fechando a estação às 24 horas.

Pouco se pode acrescentar. Apenas que o fado (que não era, apesar de tudo, querido por intelectuais de direita, e de esquerda, e mesmo por aqueles que estavam ligados ao Estado Novo, pelo que seria uma concessão ao gosto popular), transmitido por vezes directamente do Retiro da Severa, passou a ter um lugar significativo nos programas, os quais, como se viu, davam uma grande importância à música dita erudita, entre a qual era tocada alguma música portuguesa de compositores que, nas suas partituras, tiveram como inspiração a música folclórica, como é o caso de Ruy Coelho. Os grupos orfeónicos tinham também um lugar à parte nos programas de música ao vivo. E, em várias situações, eram feitas transmissões directas do exterior ou, pelo menos, retransmissões, inclusivamente da Alemanha, como

sucedeu em 4 de Novembro de 1935, a partir de Leipzig, com a ópera *A Walquiria*, de Wagner⁴⁴, o que não deixa de ser significativo tendo em conta a importância que o compositor teve na formação da sensibilidade oficial da Alemanha nazi. Portanto, pode dizer-se que a música tinha como grande objectivo procurar formar o «bom gosto», para o que concorria a personalidade notória de Pedro de Freitas Branco.

Quanto ao vinho, na qualidade de «riqueza nacional», não podia deixar de se lhe conceder alguma importância no panorama radiofónica. De resto, como se sabe, a Junta Nacional do Vinho difundira o *slogan* que se tornou conhecido: «Beber vinho contribui para o pão de mais de um milhão de portugueses». O próprio Salazar o bebia — o vinho do Dão da sua quinta das Ladeiras, acondicionado em garrafas com inscrições em relevo da sua propriedade do Vimieiro, as quais lhe eram oferecidas pelo seu amigo Bissaya Barreto. Assim, vários programas da Emissora foram dedicados a temas como «A campanha do vinho» ou «A organização dos vinicultores»⁴⁵. Se as obras de moral social denegriam a imagem do ébrio, também é certo que se emitia a ideia de que beber vinho em proporções limitadas — «à refeição», como se dizia — fazia bem à saúde. Neste sentido, o médico e publicista algarvio Augusto d'Esaguy proferia, no dia 30 de Julho de 1936, uma palestra intitulada significativamente «O vinho refaz o homem». Ouçamos algumas das suas propagandeadas características milagrosas (quando digerido em pequena quantidade e se não houvesse contra-indicações, bem entendido):

Tem curado milhares de doentes, amparado o homem nas suas grandes crises; é o inimigo declarado da tuberculose, aumenta a longevidade.

Tem sido empregado para combater a gripe, a prisão de ventre, as diarreias, as colites muco-membranosas, as dispépsias, os estados nauseosos

⁴⁴ Cfr. «Serviços do exterior», in *Boletim*, n.º 4, Novembro de 1935, p. 75.

⁴⁵ Respectivamente, as palestras «A campanha do vinho» proferida pelo Dr. Albano Homem de Melo em 9 de Setembro de 1935 (*Boletim*, n.º 2, p. 50), e «A organização dos vinicultores» proferida pelo Dr. António Batalha Reis em 8 de Outubro desse mesmo ano (*Boletim*, n.º 3, p. 35).

e os vômitos, a tuberculose, o abscesso do pulmão, a gangrena pulmonar, a pneumonia e a bronco-pneumonia.

Os vinhos de média graduação têm sido empregados com êxito no tratamento das avitaminoses, o escorbuto, a pelagra e o beriberi; nas doenças de origem hídrica, as febres tifóides, a disenteria, a cólera e na convalescença de quase todas as doenças. É um alimento precioso, favorece o processo digestivo, aumenta a força do indivíduo. Trata-se de um reconstituente energético, aumenta a hemoglobina e os glóbulos do sangue. É, conjuntamente, um alimento e um medicamento: um complexo de substâncias individualizadas, úteis na vida normal e nos estados patológicos.

É, a um passo, um alcalinizante, um tônico, um mineralizante e um reconstituente.⁴⁶

Quanto à mulher, pode dizer-se que os programas a ela referentes constituíam um bloco quantitativa e qualitativamente representativo, como sucedia com os programas infantis⁴⁷. O significado atribuído a estes temas não nos surpreende, obviamente, tendo em conta, como se disse, a importância concedida à família na filosofia salazarista: «Deus, Pátria, Família» constituía a «trilogia da Educação Nacional».

A mulher era, assim, vista como «fada do lar», sendo as considerações sobre ela mais dirigidas à mulher burguesa ou de «boas famílias» (como se preferiria, de acordo com a «sociologia» salazarista) do que à mulher rude do campo, mitificada como «mãe de família». Acima de tudo, o modelo pintado para os «radioauditores» era o da mulher que pode ser intelectual e «moderna», mas que tem de pôr o lar acima de tudo. «Eu também vou ao casino, à praia, — dizia numa palestra a escritora Graciete Branco — também respiro o ar livre onde todos respiram, na rua que é o lar de todos, mas

⁴⁶ Augusto d'Esaguy, «O vinho refaz o homem», in *Boletim*, n.º 12, Julho de 1936, pp. 17-18. Claro que o palestrante também estabelecia a diferença de hábitos, ao dizer: «O vinho ingerido fora das refeições em doses massiças e diárias, em doses etilizantes, produz graves lesões do sistema nervoso, altera profundamente os reflexos. As doses fracas, tomadas às refeições, são absolutamente inofensivas» (p. 18).

⁴⁷ Cfr. *supra*, nota 15.

dentro do meu coração, tenho sempre acesa, e muito bem direitinha, a chama sagrada que representa o amor e o culto pela minha casa, pelo meu canto, pelo meu lar, que é um laço de seda, unindo as vidas que mais se querem⁴⁸. E, continuando a pregar a «modernidade» da mulher que não era incompatível com a casa, prosseguia: «[...] que ande a par do dia a dia da política nacional e internacional; que conheça as posições políticas de Laval e o gesto dominador de Mussolini⁴⁹, mas que seja sempre mulher, que saiba dar a sua opinião inteligente, com um sorriso docemente feminino, que trate das suas rendas com o mesmo amor com que trata dos seus livros e que uma agulha saiba bailar entre os seus dedos, com graça, leveza, harmonia e sedução⁵⁰. Aceita que a mulher fume ocasionalmente o seu cigarro, mas não o faça como vício e não use boquilha, porque «tira toda a doçura, toda a personalidade feminina à mulher que deve ser sensata e inteligente, para reconhecer o lugar que lhe está destinado na vida, para que se estabeleça contraste, entre a sua graciosa e frágil natureza e a máscula e possante robustez do homem⁵¹».

Em suma, a mulher deve viver sobretudo para a casa, ser alegre e optimista e saber arranjar-se: «Cuidemos de nós, alindemo-nos, para que os nossos filhos e o nosso marido nos olhem como rainhas do lar e não gatas borralheiras despidas de encantos e atractivos». O lar é, pois, o universo feminino: «Do nosso lar depende toda a nossa felicidade e do divórcio da mulher e do lar resulta, fatalmente, o divórcio entre a mulher e o homem⁵²».

Esta palestra, que terminava com a declamação de uns versos sobre a casa, escritos pela própria palestrante e «poetisa», parece ter tido algum

⁴⁸ Graciete Branco, «A nossa casa», in *Boletim*, n.º 1, p. 47.

⁴⁹ É talvez sintomático o facto de a palestrante se referir apenas a políticos de «direita», ou seja a Mussolini e a Pierre Laval, que, depois de ocupar várias pastas ministeriais, veio, de acordo com a sua germanofilia, a defender o armistício e a ocupar cargos importantes no Governo de Vichy, nomeadamente a chefia do governo. De resto, depois da libertação da França, acabou por ser fuzilado, em 1945.

⁵⁰ *Idem*, p. 48.

⁵¹ *Idem*.

⁵² *Idem*, p. 50.

sucesso para além das fronteiras. Assim, o *Boletim da Emissora Nacional*, depois de a publicar, editava também uma carta que fora recebida por quem a ouvira:

Snr. Director de la Emissora Nacional — Lisboa — Muy Señor nuestro: Ayer a eso de las ocho de la noche (hora de España) tuvimos el gusto de oír, por esa magnífica Emissora, una charla en que se cantaban las excelencias del bogar, dicha por una señorita.

Nos cautivó dicha charla tanto por su contenido, como por la admirable dicción de la charlista, cuya declamación admirable, acompañada de una voz encantadora, verdaderamente musical, esclavizó nuestra atención, llegando a suspender nuestro ánimo en el momento en que recitó la bellísima poesía con que puso fin á tan interesantísima charla.

Mucho nos interesa obtener una copia de la mencionada charla y de la citada poesía, y si Vds. nos hicieran el señaladísimo favor de remitirnosla, les quedaríamos reconocidísimos.

Nuestra entusiasta felicitación para la señorita de voz musical y para esa gran Emissora.

Quedamos de VDS. attos. SS. — POR RADIO PONTEVEDRA — El Director Vicente V. Lescaille — Pontevedra, 19-8-935.⁵³

Com certeza que a Emissora Nacional terá enviado ao subscritor desta ingénua carta (ao gosto da época e de uma concepção tradicionalista provinciana) o seu *Boletim*, onde se encontrava publicada a charla e o poema que tanto comovera o ouvinte, director da Rádio Pontevedra, onde a ideia da casa, do lar, aparece como centro do universo feminino, uma casa enfeitada, cheia de rosas, onde a telefonia toca «tudo enchendo de harmonia». Mas... ouçamos o seu final:

Uma casinha florida,
nosso canto, nosso amor,
pode lá haver, na vida,
felicidade maior!

⁵³ *Idem*, p. 52.

É dentro da nossa casa
que o nosso espírito brilha
nos orgulha, nos abraça
Como se fosse uma filha!

Raparigas e senhoras
atendei o meu cantar!
São tão bonitas as horas
passadas dentro do lar.

Na tranquila suavidade,
da casinha, que eu realço,
existe a felicidade
e, lá fora, tudo é falso!

Tornemos a nossa casa
risonha, feliz e calma,
na chaminé uma brasa
que tenha a cor da nossa alma.

Viver com tranquilidade,
sem vaidade e ambição,
é ter a felicidade
Dentro da palma da mão.⁵⁴

O lar significava, pois, para a ideologia tradicional, um valor supremo. A «casa portuguesa» era também apresentada como um símbolo, de sentido nacionalista, quer ao nível da construção (de onde o significado de Raul Lino, que desde o fim do século XIX defendia, ao gosto da época, uma «arquitectura nacional»), quer ao nível de uma vivência mitificada. Daí a importância que teve um poema popular de Reinaldo Ferreira (1922-1959), filho do célebre «Repórter X», que nos anos cinquenta se tornou célebre na música composta por V. M. Sequeira e Artur Fonseca e no canto de Amália Rodrigues, «Uma Casa Portuguesa». Viria a ser uma das canções mais transmitidas pela Emissora Nacional.

⁵⁴ *Idem*, pp. 50-52.

(Página deixada propositadamente em branco)

VI

CINEMA, ESTÉTICA E IDEOLOGIA*

Cinema, arte e ideologia

O cinema é uma estética e uma indústria, servido por meios técnicos cada vez mais apurados. Isso constitui um dos seus problemas mais significativos para se afirmar como arte. Tendo em conta a sua forma de comunicar com as grandes massas, como talvez tenha começado por ser o teatro, que se apresentou depois como espectáculo de elites, sociais e intelectuais, foi inicialmente e mesmo até tarde entendido como parente pobre da arte e foi cedo aproveitado como bandeira de regimes políticos e como servidor de ideologias. Assim começou por suceder, na terceira década do século xx, na recém-criada União Soviética, e, depois, nos regimes totalitários de direita da Itália ou da Alemanha. Mas, nem mesmo assim deixou de se entender e exprimir como arte, conforme se poderia exemplificar com o notável filme *Couaçado Potemkin* (1925), de Sergei Eisenstein, realizado exactamente para celebrar um facto político, os vinte anos da Revolução de 1905. E, no final do século xx, quando a televisão triunfou como grande e, geralmente, mau «espectáculo de massas», quando se apuraram as técnicas da imagem, mercê inclusivamente do desenvolvimento

* Este texto teve como base o artigo “Cinema, estética e ideologia no Estado Novo”, in *Estudos do Século XX*, n.º 1, *Estéticas do Século*, Coimbra, Quarteto - CEIS20, 2001, volume coordenado por António Pedro Pita.

informático, e quando caíram as ideologias políticas de referência, até então sentidas como panaceia para os grandes males do mundo, o cinema continua a viver entre a arte e a indústria, servindo por vezes, de forma mais ou menos expressa, ideologias difusas ou subliminares.

Neste capítulo, depois de uma reflexão mais incisiva, que não queremos aqui repor, mas que foi povoando e continuará a povoar, aqui e ali, as nossas reflexões — referimo-nos às relações entre cinema e propaganda no Estado Novo —, consideramos, para terminar esta parte III, que deveremos interrogar-nos sobre um tema mais amplo. Trata-se das conexões complexas entre cinema, arte e ideologia no Estado Novo português, de Salazar e de Marcello Caetano («Renovação na continuidade»), prosseguindo, assim, reflexões já realizadas por nós próprios e por outros estudiosos, a quem se deve também o que eventualmente poderá haver de interessante neste capítulo experimental¹. E, neste esforço de análise, se mais dificilmente poderemos captar ou dar a sentir os elementos essencialmente cinematográficos de ordem estética — o cinema é, acima de tudo, uma arte audiovisual, dificilmente transmitida pela reflexão escrita —, talvez sejamos capazes de poder salientar as tendências estéticas presentes em algumas opiniões sobre o cinema ou nos seus próprios elementos literários, os argumentos ou «guiões» dos filmes.

A ideia do cinema em António Ferro no tempo do Estado Novo

Vimos atrás como foi surgindo em áreas ideológicas diferentes, mas por vezes convergentes, uma ideia de «cultura nova» resultante da afirmação das

¹ Referimo-nos, sobretudo, aos trabalhos incluídos no livro que coordenámos *O cinema sob o olhar de Salazar...* (Lisboa, Círculo de Leitores, 2000), permitindo-nos no caso presente referenciar especialmente os capítulos de António Pedro Pita, «Temas e figuras do ensaísmo português», Paulo Filipe Monteiro, «Uma margem no centro: a arte e o poder do «novo cinema», Fausto Cruchinho, «O Conselho do Cinema. Notas sobre o seu funcionamento (1962-1971)» e José Matos-Cruz, «Breve dicionário tipológico do cinema no Estado Novo». Fundamental para esta análise foi também a obra deste mesmo autor, reeditada e amplamente refundida, *O cais do olhar. O cinema português de longa metragem e a ficção muda*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, 1999 (1.ª edição: 1981).

«novas gerações». Por sua vez, notámos como, nesse contexto, foi surgindo, no seio do modernismo, e por parte de António Ferro, uma certa ideia do cinema, ainda na sua fase de cinema mudo, e como nele calou fundo o significado da «América» e de Hollywood². Pensemos agora como reflectiu sobre o cinema noutra posição: a de «intelectual orgânico» do salazarismo, condicionado na sua liberdade de pensar e de sentir³.

Como temos dito, António Ferro era nomeado em 1933 director da Propaganda do Estado Novo. O cinema continuou a interessá-lo e, deve dizer-se que, apesar do cargo ocupado, não contrariou, essencialmente, essa imagem feita de «paradoxos» própria de escritor «modernista», os «paradoxos» que ele admirava na literatura, em Balzac, Oscar Wilde, Huysman's ou D'Annunzio⁴. A Propaganda era, afinal, também uma «mentira» (entendida como ficção, fora da realidade, que considerava a essência da arte⁵), para a qual se considerava importante o teatro ou o cinema, bem como a literatura, a dança ou o folclore, no âmbito do que Ferro chamou, como se sabe, a «Política do Espírito». E se, em breve, surgia o «Teatro do Povo», pouco tempo depois aparecia no domínio do documentário cinematográfico a série «Jornal Português», pela mão de um dos maiores cineastas do tempo, António Lopes Ribeiro⁶. Entretanto, Leitão de Barros montava os seus espectáculos históricos de rua, rentabilizando o Passado em prol do Presente, ao mesmo tempo que, com grande elogio de Ferro, realizava os seus filmes históricos.

² Ver nesta parte III, sobretudo cap. II.

³ Ver nesta parte III, cap. III.

⁴ Ver de António Ferro, por exemplo, um texto já citado, sobre o cinema: *As grandes trágicas do silêncio*. Conferência de arte realizada no Salão Olímpia, na tarde de 1 de Junho de 1917. Ed. de Lisboa - Rio de Janeiro, H. Antunes, 1922, p. 21.

⁵ Na referida conferência, Ferro dizia (recordemos, tornando a citar) «Não haja, portanto, o escrúpulo de mentir. Afastemo-nos o mais possível da verdade da Vida, porque é justamente ela que nos amargura a vida... E deixemos que a frase iluda, que a frase engane, que a frase minta como qualquer mulher... Façamos frases, muitas frases... Elas são as serpentinas do Espírito, são as jóias da Alma. E para aqueles que as acusam de ser mentiras, eu tenho este derradeiro paradoxo: *a mentira é a única verdade dos artistas.*» (ob. e ed. cit., pp. 23-24).

⁶ Ver no livro citado *O cinema sob o olhar de Salazar*, o artigo de Heloísa Paulo, «Documentarismo e propaganda. As imagens e os sons do regime», e o livro de Maria do Carmo Piçarra, *Salazar vai ao cinema. O Jornal Português de actualidades filmadas*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2006.

Os filmes de propaganda de longa metragem — em um dos quais, *A Revolução de Maio*, interveio o próprio Ferro como co-argumentista — não se revestiam, todavia, de características essencialmente históricas⁷. *A Revolução de Maio* (1937) e *Feitiço do Império* (1940), ambos de António Lopes Ribeiro, eram filmes sobre o «presente», ou melhor, sobre a imagem idealizada ou «ideologizada» do presente, que levava à conversão das suas principais personagens: no primeiro, o revolucionário *César Valente*, aos princípios do salazarismo, e, no segundo, o luso-americano, prestes a abdicar da nossa nacionalidade, *Luís Morais*, aos ideais do colonialismo e do nacionalismo portugueses.

Conforme se pode ler num discurso pronunciado em 12 de Agosto de 1946, por altura da distribuição dos prémios de cinema referentes aos anos de 1944 e de 1945, o já então Secretário Nacional da Informação (recorde-se que em 1944 o SPN convertia-se em SNI, Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) continuava a elogiar o cinema americano, apenas receando os efeitos de desnacionalização que a sua influência poderia provocar:

Os americanos compreenderam maravilhosamente esta força de penetração do cinema e foi, através dela, que conseguiram realizar a sua grande revolução no Mundo. Se os europeus, em muitos aspectos, pensam hoje ou vivem como americanos, vestindo-se, divertindo-se, dançando ou amando como eles, a Hollywood se deve atribuir, exclusivamente, esse domínio. E o mais curioso é que os próprios influenciados, ia a dizer hipnotizados, negam sinceramente essa influência. É que o cinema dos Estados Unidos atingiu, na verdade, tal poder e técnica, tal perfeição, tão fluente linguagem de sons e de imagens que dir-se-ia reflectir a nossa própria vida. Os gestos, os gritos, as danças, as cenas mais estranhas, os modos de viver, que se desenrolam nas suas fitas, completamente alheias

⁷ Ver o capítulo da nossa autoria do livro citado, «Propaganda, ideologia e cinema no Estado Novo. A “conversão dos descrentes”». Foi publicado também, em múltiplas e variadas versões, em revistas, colectâneas e actas de colóquios. A primeira edição surgiu nas actas *XII Encontro de Professores de História da Zona Centro. Comunicações*, Coimbra, Maio 1994, e a última, só referente a *A Revolução de Maio*, em Carolin Overhoff Ferreira, *O cinema português através dos seus filmes*, Porto, Campo das Letras, 2007.

ao nosso temperamento e à nossa raça, chegam a parecer-nos efectivamente (ou não chegam a parecer-nos porque tudo se passa no nosso subconsciente) naturais, inevitáveis...⁸

Por isso Ferro, embora entendesse que não se deveria esquecer «o admirável cinema americano», cujas «lições» eram ainda tão necessárias ao cinema europeu, procurava lutar por um «cinema português», afirmando peremptoriamente: «Protejamos, sim, na parte que nos interessa, o cinema português!»⁹

Para além das leis que então se preparavam, de apoio às produções portuguesas através do Fundo do Cinema Nacional (lei n.º 2.027, de 13 de Fevereiro de 1948, e decreto-lei n.º 37.369, de 11 de Abril de 1949¹⁰), procurava defender-se um certo estilo de cinema, afastado dos defeitos, não «graves e irremediáveis», que caracterizavam a sua fase «heróica».¹¹

Assim, Ferro queixava-se «do mal da retórica, da abundância de palavras e de imagens inúteis» do nosso cinema¹². Pensava num cinema que poderia utilizar temperadamente o nosso folclore na «propaganda de Portugal». As suas palavras quanto a este ponto são particularmente sugestivas e sempre «paradoxais»:

E caberia, talvez, nesta passagem uma crítica violenta contra o abuso do pitoresco, do regional. Não se deve cair evidentemente no «ora vai tu», no excesso da cantiguinha e do bailarico. Mas longe de considerar inútil, prejudicial esse género de filme, considero-o benéfico, útil, óptimo elemento de propaganda, desde que seja convenientemente racionado. Os espanhóis, por exemplo, têm muito medo daquelas obras teatrais ou cinematográficas que classificam de *espanholadas* ou de estilo pandeireta

⁸ António Ferro, *Teatro e cinema (1936-1949)*, Lisboa, Edições SNI, 1950, pp. 44-45. O discurso de 12 de Agosto de 1946, do qual transcrevemos este texto, é intitulado «Grandeza e miséria do cinema português».

⁹ Cfr. *ob. cit.*, p. 46.

¹⁰ Ver essas leis in *ob. cit.*, p. 115 ss..

¹¹ Cfr. *ob. cit.*, p. 53.

¹² *Idem*, p. 48.

(«Cármén» pode considerar-se a espanholada padrão) mas são essas obras, afinal, que ajudaram o Mundo a compreender, ou a entrever a rara personalidade da Espanha ainda quando desdenhada com traços caricaturais. Tenho a opinião de que o diferente, o característico é condição de êxito desde que não pareça afectado, desde que evite o lamechas e o bonitinho.¹³

E, na verdade, António Ferro — segundo a informação da sua mulher, a escritora Fernanda de Castro¹⁴ — teve a «ideia» de fazer um filme sobre Portugal, através do seu «folclore autêntico». Acabou por ser realizado — como atrás se disse — por João Mendes, em 1958, patrocinado pelo SNI e com argumento e texto da própria Fernanda de Castro, intitulado *Rapsódia Portuguesa*¹⁵.

No entanto, o cuidado estético de Ferro levava-o a pensar — e invocava mais uma vez o exemplo americano — que a literatura era «o grande manancial do cinema»¹⁶. Tentava, assim, que o cinema se afastasse — como diz no citado discurso de Agosto de 1946 e que volta a repetir num importante discurso de 30 de Dezembro de 1947, no qual apresentou criticamente a tipologia dos filmes portugueses — das «histórias inventadas *ad hoc*, dos argumentos de concurso, das anedotas sem consistência»¹⁷. Esse cuidado — talvez demasiado «sério» e até coercivo, mas (a nosso ver) mais motivado por razões estéticas do que por razões ideológicas — levou-o a pôr quase liminarmente de parte os «filmes cómicos», que considerou, como é sabido, mas que não se tem sublinhado e contextualizado suficientemente¹⁸,

¹³ *Idem*, p. 51.

¹⁴ Cfr. Fernanda de Castro, *O fim da memória*, vol. II, 1939-1987, Lisboa, Verbo, 1998, pp. 150-151.

¹⁵ Cfr. José Matos-Cruz, *O cais do olhar*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, 1999, p. 109.

¹⁶ *Teatro e o cinema*, p. 51.

¹⁷ *Idem*. Cfr. também o referido discurso de 1947, que intitulou «O Estado e o cinema», p. 64. Aqui referiu-se, com a sua linguagem informal e a sua crítica cáustica, à «forçada *aventura*, da anedota improvisada que visa geralmente a colocação de determinados artistas ou serve para improvisar um negociozinho aproveitando um capital disponível que caiu do céu aos trambolhões».

¹⁸ Ver Vasco Diogo, *Comédias cinematográficas dos anos 30/40. Textos e contextos*. Dissertação de Mestrado policopiada. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, e o capítulo de Paulo

«o cancro do cinema nacional, afora duas ou três excepções»¹⁹, e mesmo a arredá-los da possibilidade de beneficiarem do apoio do Fundo do Cinema. Dizia Ferro no discurso de 1947: «Essas farsas de traço grosso, se não contiverem obscenidades, podem continuar a existir, pois ainda há, infelizmente, um grande público para elas — mas aproveitamos esta oportunidade para o declarar firmemente — à margem do Fundo Cinematográfico Nacional. Não foi para elas que se fez a Lei de Protecção ao Cinema Nacional mas precisamente para outros filmes, para aqueles que não se consideram suficientemente comerciais»²⁰.

Dentro da mesma lógica, louva de uma forma exagerada, mas consentânea com a linha historicista do regime, os «filmes históricos», que considerou serem o tipo «em que os nossos realizadores e artistas melhor se têm movido»²¹. Neste sentido, para além de, em 1947, elogiar com assinalável intensidade o filme *Camões*, de Leitão de Barros, que havia sido premiado em 1946 com o Grande Prémio do SNI e que (segundo Ferro) não ganhara nenhum prémio no festival de Cannes só porque os tempos não iam de feição para o «nacionalismo tranquilo», como era o caso português²², louvara já, no ano anterior, o seu realizador, quando nenhum prémio obtivera em Portugal, pelo seu cinema histórico, pois datava de 1945 *Inês de Castro*, que, conforme anotaria depois, provavelmente com algum sentido de crítica indirecta, ele fora considerado em Espanha — tratava-se de uma produção luso-espanhola²³ — «produção de interesse nacional». E neste elogio a Leitão de Barros, presente nos dois discursos citados, não se esquecia também de referir a sua fita premiado na bienal de Veneza, *Ala-Arriba!*, esta de

Granja, «A comédia à portuguesa, ou a máquina de sonhos a preto e branco do Estado Novo», in *O cinema sob o olhar de Salazar*, p. 194 ss..

¹⁹ *Teatro e o cinema*, pp. 64-65.

²⁰ *Idem*, pp. 69-70.

²¹ *Idem*, p. 64.

²² Cfr. *idem*, p. 73.

²³ Ver José Maria Folgar de la Calle, «Inês de Castro. Doble versión de José Leitão de Barros», in *Los límites de la frontera: la coproducción en el cine español*. VII Congreso de la Asociación Española de Historiadores del Cine. *Cuadernos de la Academia*, n.º 5. Madrid, Academia de las Artes y Ciencias Cinematográficas de España, 1999, pp. 187-211.

características regionalistas, mas assumidamente populares, até pelo facto de muitos dos seus intérpretes terem sido os pescadores da Póvoa do Varzim²⁴.

Também o sentido estético de António Ferro o levou, na reflexão sobre a tipologia do cinema português, a abrir uma excepção em termos de citação de uma obra. Trata-se do filme *Aniki-Bobó*, de Manoel de Oliveira, que inseriu no tipo do «cinema poético»: «um filme delicioso», como o classifica, mas «que passou completamente despercebido»²⁵.

Deve destacar-se, finalmente, nesta apreciação sobre o sentido da estética de Ferro, a sua reflexão sobre tipos de filmes portugueses que deveriam ser realizados. Para tal citaremos outro passo do seu discurso de 1947, no qual encontramos também, mais uma vez, uma crítica ao «mau-gosto» dos espectadores portugueses, contra o qual procurava insistentemente lutar:

Terminada esta visão panorâmica dos géneros explorados pelo cinema nacional devemos ainda dizer que existe um género, fora desse panorama, ainda não conhecido dos nossos estúdios e laboratórios: o género constituído por aqueles filmes aos quais chamaremos filmes do *quotidiano*, histórias contadas naturalmente, como se escreve bem ou se pinta bem, sem preocupação de grandes *momentos*, mas feitos pelo contrário com os nadas de todos os dias, com os pequenos dramas sem espectacularidade, sem tempestades nem mortes, nem vinganças nem maus sentimentos, mas que se podem fazer chegar, tornando-os comerciais, ao coração do público. Lembramos, por exemplo, dois filmes, um americano, outro inglês, que nos tocaram especialmente e consideramos tipos bem representativos deste género de filmes: a comédia «A Loja da Esquina» de

²⁴ Na verdade, no discurso de 1946, Ferro abriu uma excepção para louvar «como facto simbólico da esplêndida vitalidade do cinema português, o êxito alcançado em Espanha e no Brasil por um dos nossos realizadores, também da velha guarda, grande pioneiro do cinema nacional». Referia-se a Leitão de Barros, embora não falasse então explicitamente do seu cinema histórico e sim, como em cima se disse, de *Ala-Arriba!* (1942) (cfr. *Teatro e cinema*, p. 54). Mas já no discurso de 1947 o elogio a Leitão de Barros é muito desenvolvido, não só no que se refere a *Camões*, mas a *Inês de Castro* (cfr. *idem*, pp. 74-77. Sobre *Inês de Castro*, p. 75).

²⁵ *Idem*, p. 65.

Lubish [sic]²⁶, exibido há muitos anos, e o filme inglês «Breve Encontro»²⁷ que passou há meses nos cinemas de Lisboa. Podem alegar-nos que este último a custo viveu uma semana no seu cinema de estreia com visível impaciência e aborrecimento do público (as preferências dos filmes são *tests* de sensibilidade). Mas este género de argumentos não nos convencem. O mau-gosto das nossas plateias, que não é, muitas vezes, de raiz mas alimentado por *soluções fáceis*, é educável se houver mais alguma coisa na cabeça dos produtores e exibidores do que a preocupação do seu interesse imediato ou do seus lucros apenas materiais.²⁸

Noutro discurso, de 1949, voltou a falar dos defeitos do nosso cinema e a apresentar exemplos contrastantes²⁹. Considera entre aqueles a «miragem dos filmes comerciais», a retórica da nossa linguagem fílmica que sugestivamente classifica de «papas na língua», referindo-se ainda à «falta de gosto» e a «erros de administração». Mas não deixa de elogiar os nossos realizadores, que estão, segundo diz, «ao nível dos melhores da Europa», mas a quem falta «humildade». E cita alguns modelos de «obras primas», obras com um ritmo «igual ao da vida», tais como o referido *Breve Encontro*, *Paisà*³⁰,

²⁶ Trata-se do filme de Ernst Lubitsch, *The Shop Around the Corner* (1940), com Margaret Sullivan e James Stewart, estreado no São Luís, em Lisboa, em Março de 1941. Sobre este e outros dados idênticos que vamos apresentar, ver Luís de Pina, *Estreias em Portugal. 1918-1957*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, 1993.

²⁷ O filme a que se refere Ferro tem o título original de *Brief Encounter* (1945), de David Lean. Saudado — abusivamente no dizer de Georges Sadoul — como obra prima, teve, no entanto, pouco êxito em Inglaterra, tal como sucedeu em Portugal. Trata-se de um pequeno drama quotidiano, de um «breve encontro» ou «desencontro», passado numa pequena cidade inglesa, entre uma mulher casada, mas entediada com o matrimónio, e um médico também casado, que se amam mas que acabam por seguir, cada qual, o seu destino. O filme foi estreado em Lisboa em Abril de 1947, no Tivoli.

²⁸ *Teatro e cinema*, pp. 65-66.

²⁹ Cfr. «O Cinema e o Teatro», discurso pronunciado no Teatro da Trindade, na festa de distribuição de prémios de Teatro e de Cinema de 1947 e 1948, na tarde de 21 de Novembro de 1949, in *ob. cit.*, *Teatro e cinema*, p. 79 ss..

³⁰ Trata-se do notável filme de Roberto Rossellini, de 1946, em que se retratam seis capítulos da história da Itália, de 1943 a 1945, ou seja, dos últimos anos da guerra, e em que não participaram actores profissionais. Paul Eluard considerou o filme como um dos que mais o emocionaram, ao lado dos clássicos *Couraçado Potemkin* e *O gabinete do Doutor*

*Viver em Paz*³¹, *Dois Dias fora da Vida*³², ou as obras poéticas de Jean Cocteau³³. E, citando filmes portugueses que foram premiados pelas suas qualidades ou pelos seus artistas, refere o caso de *Bola ao Centro*, de João Moreira, «que merece louvores pela coragem que revelou em denunciar certas manobras, nem sempre claras, de alguns meios desportivos», e *Fado*, de Perdigão Queiroga, Grande Prémio do SNI em 1947, que, segundo Ferro, «procurou fixar, sem descer, sem concessões ao *reles*, o ambiente em que vive esta canção popular»³⁴. Isto para além da referência elogiosa a documentários também premiados, em que Ferro encontra muitas qualidades nos seus realizadores e não detecta os defeitos que apontara nos filmes de fundo. Refere-se concretamente, entre outros, para além daqueles que obtiveram menções honrosas, a *Escola de Rapazes da Rua*, de Adolfo Coelho, e *Assim é Matosinhos!*, de João Mendes³⁵.

Portanto, António Ferro, no derradeiro ano do seu cargo de Secretário Nacional da Informação, antes de passar à categoria de ministro plenipotenciário em Berna e depois em Roma, deixa ainda alguns recados para a orientação do cinema português, nos quais se revela o seu sentido estético. Não se pode dizer que neles não continue a haver, evidentemente, preocupações ideológicas próprias do Estado Novo, mas são, acima tudo — depois de passado o período de grande militância salazarista, coincidente com a experiência fascista italiana e com o «perigo comunista» espanhol,

Caligari. O filme, que Ferro apelida de *Païsa*, tem como título original *Paisà* e foi estreado em Portugal em Fevereiro 1949, no Trindade, com o nome *Libertação*.

³¹ Filme do neo-realista italiano Luigi Zampa, *Vivere in Pace* (1947), estreado em Portugal em Setembro de 1949 no Politeama.

³² Filme do realizador italiano, que serviu o regime fascista e que se converteu ao neo-realismo, Alessandro Blasetti, *Quattro Passi fra le Nuvole* (1942), estreado em Portugal em Janeiro de 1945 no Odeon e no Palácio.

³³ Por exemplo, entre os filmes em que Cocteau colaborou e que foram exibidos em Portugal contam-se: de Jean Delannoy, *L'Eternel Retour* (1943), que, como o título *Regresso Eterno*, foi estreado em Junho de 1947 no Trindade, e do próprio Jean Cocteau, *La Belle et la Bête* (1946), que teve estreia em Lisboa em Maio de 1948, no Ginásio, com o título *A Bela e o Monstro*.

³⁴ Cfr. *discurso citado in lug. cit.*, p. 89.

³⁵ *Idem*, p. 90.

que o levou à colaboração directa no cinema de propaganda —, reveladores de uma viva consciência artística, onde sobressai o interesse pelo «cinema do quotidiano» ou pelo *cinéma vérité*, pelo cinema poético ou pelo neo-realismo italiano da primeira fase. O que se pode perguntar agora é se o cinema português seguiu alguma vez esta afirmação de sensibilidade ou se, ao contrário, como o próprio Ferro também afirmava, se deixou seduzir pelo interesse comercial, pela concessão ao «mau-gosto» e se esses vícios também se adequavam aos interesses ideológicos e à prática do regime.

Percursos do cinema português no Estado Novo — os «anos heróicos» e... depois

Os «anos heróicos» do cinema sonoro português — utilizamos a expressão de Ferro e referimo-nos aqui, essencialmente, aos fonofilmes de ficção — foram marcados pelo aparecimento de duas fitas que, até certo ponto, marcam o seu ritmo. Estamos a falar de *A Severa*, de Leitão de Barros, apresentada ainda em 1931, durante a Ditadura Militar, e *A Canção de Lisboa*, obra única do arquitecto germanófilo Cottinelli Telmo, já no início do Estado Novo (1933).

Dizemos isto porque o drama (falamos aqui de «drama» no sentido de género trágico, ainda que por vezes amenizado com certos traços de humor, e não da comédia edificante ou de costumes, que pode conter aspectos trágicos) e a comédia são, por assim dizer, os tipos mais comuns do cinema português, embora António Ferro, no seu discurso de 1947, se se refere a «filmes cómicos», não fala do tipo de «filmes dramáticos». Aliás, os géneros por ele definidos dificilmente se adaptam a uma vasta gama de filmes já então produzidos. Importa acrescentar que a comédia de Cottinelli Telmo, segundo os historiadores do cinema português, foi a base de todas as comédias produzidas em Portugal³⁶, e António Ferro (conforme vimos)

³⁶ Cfr. Luís de Pina, *História do Cinema Português*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986, p. 76, e João Bénard da Costa, *Histórias do Cinema*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, p. 54.

considerou esse tipo, tal como se tinha até então realizado em Portugal, como género a abater ou, pelo menos, a não apoiar pelo Estado. Por sua vez, *A Severa* tinha como argumento uma peça teatral de um autor muito em voga e representante da «cultura oficial», Júlio Dantas. Ora, se Ferro invocou por várias vezes situações deste tipo, ou seja, a importância da adaptação da literatura ao cinema (forma de evitar enredos de improviso), também é verdade que o director do SPN pertenceu à corrente do primeiro modernismo, responsável pelos «manifestos anti-Dantas» — «*coiffeur* das almas medíocres», chamara-lhe ele, no manifesto *Nós*³⁷.

Isto é, teremos de dizer que o cinema português desta época e o que se lhe há-de seguir está cheio de paradoxos. Muitas vezes somos levados a crer que algum tipo de cinema, como precisamente a comédia, estaria marcado pela ideologia do regime, ou pelo menos interessaria ao regime (assim também sucedeu na Itália e na Alemanha) como forma de «evasão» para o «povo». Não o negamos, embora — como tem sido provado³⁸ — a comédia de então não apresente, com raras excepções, ou numa só excepção, em *O Pátio das Cantigas* (1941), de Francisco Ribeiro («Ribeirinho»)³⁹, uma ideologia salazarista manifesta. Além disso, na «comédia-arquétipo» que citámos — *A Canção de Lisboa* —, se há alguma alusão ao Estado Novo, trata-se de uma alusão crítica⁴⁰, embora crítica «de direita». De acordo com a germanofilia de Cottinelli Telmo, que aspirava a um Estado forte, o

³⁷ *Nós. Manifesto literário* (1921), in Petrus, *ob. cit.*, *Os Modernistas Portugueses*, vol. I, p. 96, e in *Obras de: António Ferro* cit., p. 152.

³⁸ Ver Vasco Diogo e Paulo Granja, respectivamente, *ob. cit.* e *ob. e cap. cts.*.

³⁹ Neste filme não só o enredo é manifestamente conivente com a ideologia do regime — a ideia de que no «pátio do Evaristo», tal como em Portugal, os dramas, os vícios e os conflitos acabavam facilmente por se resolver, ao invés do que se passava na terrível situação bélica que afligia o resto da Europa —, como há uma cena, sobejamente conhecida, em que *Narciso* (Vasco Santana) protege as crianças, durante uma cómica zaragata, num palanque que tem por cima escrito o nome *Salazar*.

⁴⁰ Referimo-nos em especial — conforme já tem sido notado (ver L. de Pina, *ob. cit.*, pp. 75-76, e Paulo Granja, «A comédia à portuguesa...», in *O Cinema sob o Olhar de Salazar...*, p. 211) — à cena em que o leteiro «OCASIÃO. 95\$00. ESTADO NOVO», que se encontrava num capote alentejano «em segunda mão», é colocado por *Vasco Leitão* (Vasco Santana) no traseiro de uma velha tonta que entrara na alfaiataria de *Caetano* (António Silva), onde aquele estava a namoriscar furtivamente com a sua filha *Alice* (Beatriz Costa).

«Estado Novo» seria apresentado como um «Estado Velho». Crítica idêntica, nesse mesmo ano, expendera o nacional-sindicalista Rolão Preto relativamente à célebre entrevista de Salazar, que considerava não ter a personalidade de um «Chefe», num opúsculo em que não falta, na capa, uma caricatura do estadista, com a imagem de uma figura simples e pouco voluntariosa, da autoria do modernista Almada Negreiros⁴¹. Seja como for, do ponto de vista artístico, a comédia é — como vimos — essencialmente repudiada pelo representante máximo da cultura oficial do regime, António Ferro, que, na prática, atribui a sua «falta de gosto» aos produtores e aos seus «interesses comerciais nem sempre legítimos», contra os quais o Estado deveria intervir para defender o cinema⁴².

O tipo de filmes que, em princípio, mais interessaria ao regime, sobretudo na primeira fase, até aos anos quarenta ou ao final da Segunda Guerra, ou mesmo mais além, ou seja, o seu período de maior militância em prol da ideologia de Salazar e contra as ideologias comunistas e demoliberaes, seria o filme de propaganda, que, no entanto, teve ao nível do cinema de ficção — tal como sucedeu no fascismo italiano⁴³ e mesmo no nazismo — uma importância menor em termos quantitativos, embora o tivesse ao nível do documentário. O próprio António Ferro (como dissemos) colaborou no guião de uma destas produções, *A Revolução de Maio* (1937), e o maior cineasta da época, António Lopes Ribeiro, que conviveu com grandes realizadores, entre os quais Sergei Eisenstein e Dziga Vertov, esteve ao serviço do SPN/SNI, produzindo para ele o documentário oficial, a série «Jornal Português», criado, a partir de 1938, pela Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas (SPAC), que dirigia. E este cinema de propaganda teria um sentido ideológico, ao nível do argumento e da estética, assumidamente diferente do cinema de propaganda nazi, fascista ou soviético, mesmo que essa influência não esteja de todo ausente. Isto é, estaria mais de acordo com um «nacionalismo tranquilo» do que com uma ideologia, uma narrativa

⁴¹ Rolão Preto, *Salazar e a sua Época*. Comentário às entrevistas do actual chefe do govêrno com o jornalista António Ferro, s. l., s. ed., Janeiro - 1933.

⁴² Cfr. *discurso cit.*, de 30 de Dezembro de 1947, in *Teatro e cinema*, p. 62.

⁴³ Ver Jean A. Gili, *L'Italie de Mussolini et son cinema*, Paris, Editions Henri Veyrier, 1985, e *Le cinéma italien à l'ombre des faisceaux*, Perpignan, Inst. J. Vigo, 1990.

e uma estética mais enérgicas. Concretamente, em artigo do suplemento semanal de *O Século*, *O Cinéfilo*, António Lopes Ribeiro, referindo-se a *A Revolução de Maio*, considera que quatro pontos cardeais nortearam o filme: «servir o cinema português», «servir o público português» («o público português, de Portugal, do Brasil, das Possessões Ultramarinas, da Europa, da América e da África», que «reclama filmes falados em língua portuguesa»), «servir a propaganda de Portugal» (filmando o «espectáculo formidável» que desfilou perante os «aparelhos de filmar»: «as mais lindas paisagens, os nossos mais belos trajes, grandes artistas nossos, a obra formidável do Estado Novo, o nosso Exército, a nossa Marinha, a nossa Esquadra, a nossa Aviação») e, finalmente, «servir a política de Salazar» («o exemplo singular do que pode fazer o cérebro aliado ao braço, o braço aliado ao coração»)⁴⁴.

Por outro lado, articulavam-se com a ideologia básica do Estado Novo os «dramas espirituais», de que *Fátima, Terra de Fé!* (1943), de Jorge Brum do Canto, era um caso exemplar, quer devido a um tipo de reflexão que o amigo de Salazar, o então padre e professor da Faculdade de Letras Manuel Gonçalves Cerejeira (depois Cardeal-Patriarca de Lisboa), equacionara em 1924 na célebre e polémica obra *A Igreja e o pensamento contemporâneo* — a questão da complementaridade entre a fé e a razão —, quer porque essa aporia era referida no filme, tendo como cenário Coimbra e a imagem, sempre presente de forma subliminar, de outro amigo de Salazar, o professor de Medicina Bissaya Barreto, republicano e maçã que se convertera ao Estado Novo⁴⁵. E também se articulavam com essa ideologia os «dramas da terra», os quais apresentavam o homem em confronto com o dever e as forças da natureza, que simultaneamente se lhe opunham e o atraíam. Muitos filmes poderiam ser catalogados neste tipo. Só para citar alguns exemplos da época que estamos a referir e dos anos cinquenta: de Jorge Brum do Canto, *A Canção da Terra* (1938), sobre os dramas da seca e das paixões em Porto Santo, de onde eram originários os antepassados do realizador

⁴⁴ Cfr. António Lopes Ribeiro, «Os quatro pontos cardeais de A Revolução de Maio», in *O Cinéfilo*, ano 9.º, n.º 459, 5.6.1937.

⁴⁵ Ver Álvaro Garrido, «Coimbra nas imagens do cinema no Estado Novo», in *O Cinema sob o Olhar de Salazar...*, pp. 274-292, e Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999.

do filme, e *Lobos da Serra* (1942), sobre o contrabando e o apelo da vida comunitária e pacífica em terras minhotas; *Pão Nosso...* (1940), de Armando de Miranda, enredo de paixões ardentes entre senhores e camponeses no Alentejo, mas onde triunfa a moral, e, do mesmo realizador, *Ave de Arribação* (1943), drama passionnal, resultante do aparecimento de uma americana em terra de pescadores na costa algarvia, e *Serra Brava* (1948), passado nas montanhas do Suajo, onde a questão do contrabando volta a aparecer; de Leitão de Barros (que fora o realizador do célebre filme do tempo do cinema mudo *Maria do Mar*, 1930), *Ala-Arriba!* (1942), drama de pescadores poveiros de final feliz, com artistas profissionais ao lado das próprias gentes da terra, premiado na Bienal de Veneza em pleno tempo fascista e da II Grande Guerra Mundial; *Um Homem do Ribatejo* (1946) e *Ribatejo* (1949), de Henrique Campos, conflitos entre proprietários, maiorais e campinos nas lezírias ribatejanas, e, do mesmo realizador, *Quando o Mar Galgou a Terra* (1954), baseado no romance da terra açoriana do escritor Armando Côrtes Rodrigues; *Planície Heróica* (1953), de Perdigão Queiroga, filme de amor e paixão de um padre minhoto em terras do Alentejo, e *Heróis do Mar* (1949), de Fernando Garcia, sobre os pescadores portugueses na Terra Nova⁴⁶.

No entanto, e apesar dos elogios rasgados de António Ferro a um filme que inserimos neste grupo, *Ala-Arriba!*⁴⁷, daquele que foi certamente o seu realizador preferido e seu amigo íntimo, José Leitão de Barros, ou «mais simplesmente o José» (como dizia a sua mulher no livro de memórias⁴⁸), também é certo — e aqui vemos outro paradoxo — que Ferro procurava encontrar um rumo para o cinema português fora desse tipo de filmes dramáticos. Na verdade, conforme vimos, quando elogia o «cinema do quotidiano», não podemos deixar de entrever uma crítica àquele tipo de

⁴⁶ O livro que deu origem ao argumento do filme — Jorge Simões, *Os grandes trabalhadores do mar: reportagens na Terra Nova e na Gronelândia*, Lisboa, Tip. da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1942 — foi recentemente publicado, com o título da obra cinematográfica: Jorge Simões, *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*, Lisboa, Caleidoscópico, 2007. Com uma Introdução de Álvaro Garrido (actual director do Museu Marítimo, em Ílhavo).

⁴⁷ *Discurso cit.*, de 12 de Agosto de 1946, in *Teatro e Cinema*, p. 54.

⁴⁸ Fernanda de Castro, *O fim da memória*, [vol. I], Memórias, 1906-1939, Lisboa, Verbo, 1988, p. 175.

filmes quando elogia as «histórias contadas naturalmente», «sem preocupação de grandes *momentos*», «sem tempestades nem mortes, nem vinganças nem maus sentimentos»⁴⁹.

Ferro pensava também em «filmes regionais ou folclóricos», em que de certo modo se poderiam inserir alguns dos nomeados, mas, ao falar explicitamente desse tipo, queria referir-se sobretudo a filmes mais leves e ao mesmo tempo (segundo as suas palavras) não «artificiais», onde as danças e cantares estariam presentes⁵⁰. E se o caso do filme de Armando Miranda, *Aqui Portugal!* (1947), terá sido um falhanço, de acordo com a crítica do tempo, de todos os sectores⁵¹, pelo que Ferro não se poderia rever nessa fita, já *Rapsódia Portuguesa* (1958), de João Mendes, que não chegou a ver, poderia ser considerado — tal como entendeu a sua mulher⁵² — como o filme que o antigo Secretário de Estado da Informação teria querido produzir. Mas também não se pode esquecer o regionalismo lisboeta e o fado, transformado em canção nacional. *Fado, História de uma Cantadeira* (1947), de Perdigão Queiroga, parece ser o caso mais exemplar e o que verdadeiramente lançou Amália Rodrigues no cinema (contemporâneo do filme polémico, pretensamente sobre Coimbra, *Capas Negras*, de Armando Miranda⁵³), vindo esta actriz a tornar-se depois, curiosamente, a mais premiada pelos galardões do SNI⁵⁴.

Quanto aos «filmes históricos», que se conjugariam, como dissemos, com o sentido historicista do Estado Novo e com os gostos de António Ferro, só apareceram como «filmes de propaganda», ou, mais exactamente, aproveitados como tal, depois da guerra. Estamos a falar de *Camões* (1946),

⁴⁹ *Discurso cit.*, de 30 de Dezembro de 1947, in *Teatro e cinema*, p. 66.

⁵⁰ *Idem*, pp. 63-64.

⁵¹ Cfr. M. Félix Ribeiro, *Filmes, figuras e factos da história do cinema português. 1896-1949*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, pp. 572-576.

⁵² *O fim da memória*, vol. II, pp. 150-151.

⁵³ Ver Álvaro Garrido, cap. cit. in *O cinema sob o olhar de Salazar...*, p. 284 ss..

⁵⁴ Na verdade, Amália foi a única actriz que ganhou três prémios pela melhor interpretação feminina, nos filmes: *Fado* (1947), *Fado Corrido* (1964), de Jorge Brum do Canto, e *Ilhas Encantadas* (1965), de Carlos Vilardebó.

de Leitão de Barros, e de *Chaimite* (1953), de Jorge Brum do Canto⁵⁵. E filmes que adoptaram a literatura como argumento preferiram, como não poderia deixar de ser, a adaptação das «novelas tradicionais», seja o «grande drama» ultra-romântico, de atracção popular, *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, em versão de António Lopes Ribeiro (1943), seja as novelas «leves» do segundo romantismo, como a «trilogia da aldeia» de Júlio Dinis: *As Pupilas do Senhor Reitor* (1935), de Leitão de Barros, que teve um *remake* em 1960, por Perdigão Queiroga, *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1938), de Arthur Duarte, e *A Morgadinha dos Canaviais* (1949), de Caetano Bonucci.

Após os tais «anos heróicos» do cinema português do Estado Novo, que situámos nos anos trinta e quarenta e que afinal ainda prolongámos pelos inícios dos anos cinquenta, verifica-se a crise e a mudança. E talvez nesta alteração — conforme tem sido percebido ultimamente⁵⁶ — encontremos, por estranho que pareça, um pouco do espírito e da estética de Ferro, que (recorde-se) apresentara, entre os exemplos a seguir, o cinema poético de Manoel de Oliveira.

Estamos, na verdade, num mundo de paradoxos. Continuamos a assistir ao aproveitamento comercial do cinema com comédias, mas de muito mais fraca qualidade do que em anos anteriores, e afirma-se com alguma força o «cinema de artistas» (nomeadamente cantores), com ou sem a genialidade vocal de Amália Rodrigues. Desponta, na continuação em certo sentido do «drama da terra», o filme neo-realista (ou pseudo-neo-realista, como outros pretendem⁵⁷) de Manuel Guimarães — recordem-se os casos exemplares de *Salimbancos* (1951) e de *Nazaré* (1952) — com sequência em filmes de outros realizadores, depois produzidos, sobre a dramaturgia de Leão Penedo,

⁵⁵ Ver Jorge Seabra, «Imagens do Império. O caso *Chaimite* de Jorge Brum do Canto», in *O cinema sob o olhar de Salazar*, pp. 235-273. Ver também as suas teses de mestrado e de doutoramento, policopiadas, apresentadas na Faculdade de Letras de Coimbra: *Cinema, Império e memória no Estado Novo. O caso Chaimite de Jorge Brum do Canto* (1993), e *África nossa. O Império Colonial na ficção cinematográfica portuguesa. 1945-1974* (2007).

⁵⁶ Algumas sugestões de leitura encontram-se nos capítulos citados de António Pedro Pita, Paulo Filipe Monteiro e Fausto Cruchinho, in *O cinema sob o olhar de Salazar*.

⁵⁷ Cfr. Luís de Pina, *História do Cinema Português*, pp. 124-126.

Fernando Namora e Bernardo Santareno. Mas, a partir dos anos sessenta, manifesta-se também e com grande relevo um «novo cinema», na sequência das vivências estrangeiras, do visionamento do cinema da *nouvelle vague* e da leitura dos *Cahiers du Cinéma*, que — de acordo com a interpretação de Paulo Filipe Monteiro⁵⁸ — está mais próximo do «cinema de autor» do que do «cinema social» de tipo italiano ou brasileiro. *Os Verdes Anos* (1963), de Paulo Rocha, inicia este movimento de uma estética feita de análises prolongadas sobre os dramas do quotidiano (recorde-se que António Ferro falava justamente dos «filmes do quotidiano» enquanto projecto de cinema a desenvolver), mesmo sobre os dramas reais da vida, como o filme *Belarmino* (1964), de Fernando Lopes, integrado no *cinéma vérité* e tendo como base a vida do pugilista Belarmino Fragoso. Neste contexto sugerem novos realizadores e reaparece, no final dos anos cinquenta mas sobretudo nos anos sessenta, o sempre novo Manoel de Oliveira, verificando-se o apoio de uma nova instituição, a Fundação Calouste Gulbenkian, mas também do Fundo do Cinema Nacional, ligado ao SNI, desde a sua criação, em 1948, e, depois de 1968, à Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), que manterá a máxima competência oficial no que respeita ao cinema, mesmo depois de ter saído a lei n.º 7/71, de 7 de Dezembro de 1971, criadora do Instituto Português de Cinema.

As estéticas e as ideologias no regime — prémios, subsídios e censura

Em todo este contexto, cujos contornos muito gerais desenhámos, como é que se verifica a atribuição dos prémios oficiais e dos subsídios do Fundo do Cinema Nacional, bem como a acção da Censura? Parece-nos bastante importante a resposta, complexa, a esta pergunta porque ela transmite-nos afinal, até certo ponto, o «gosto oficial» e as suas preocupações ideológicas. Devemos dizer que apenas nos servimos de elementos que tínhamos à mão,

⁵⁸ Cfr. o capítulo de Paulo Filipe Monteiro já referido e a sua tese de doutoramento *Autos da Alma: os guiões de ficção do cinema português entre 1961 e 1990*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

não tendo realizado neste âmbito nenhuma investigação especial, ou seja, dispusemos das informações que nos foram fornecidas sobretudo em trabalhos de José Matos-Cruz, Fausto Cruchinho, Eduardo Geadá, Lauro António e Cândido Azevedo⁵⁹. Contudo, seria necessário fazer uma investigação de raiz, não só para conhecer com segurança os dados do problema, mas igualmente para nos apercebermos do sentido da discussão que se passava ao nível dos órgãos que atribuíam os prémios e os subsídios oficiais ou que censuravam os filmes, no todo ou em parte.

O primeiro Grande Prémio de cinema atribuído pelo SNI ao melhor filme, o prémio de 1944, foi concedido à fita de Jorge Brum do Canto, *Um Homem às Direitas*, que resultou da adaptação de uma peça de teatro do dramaturgo espanhol Manuel Linares Rivas (1867-1938), intitulada *Cobardías*⁶⁰. Se o realizador era um cineasta muito considerado pelo Estado Novo e que se tornará o mais galardoado pelos prémios do SNI — um monárquico de ideias tradicionalistas e católicas —, o tipo de filme de Brum do Canto pode também integrar-se no quadro do cinema apreciado pelo regime, ou seja, o que poderemos chamar o «drama moral». Neste caso, trata-se do confronto entre dois cunhados, um (*Figueiredo*), humilde, austero e trabalhador, fanqueiro de profissão (o projecto do filme tinha inicialmente como título «O Fanqueiro da Esquina», talvez por inspiração do filme de Lubitsch, *A Loja da Esquina*), e outro (*José*), de origem aristocrática, pobre mas gastador e que vai viver à beira do abismo do crime. Quanto ao prémio de 1945, foi atribuído ao filme de António Lopes Ribeiro, *A Vizinha do Lado*, adaptação da comédia, de costumes e peripécias satíricas ao gosto popular, do princípio do século, da autoria de André Brun.

Apesar dos realizadores serem dois «clássicos» do cinema português, julgamos que não teria agradado especialmente a António Ferro a atribuição destes prémios, que se realizaria numa só cerimónia em 12 de Agosto de 1946

⁵⁹ Para além dos citados trabalhos de Matos-Cruz, nomeadamente *O cais do olhar*, e de Fausto Cruchinho, ver Eduardo Geadá, *O imperialismo e o fascismo no cinema*, Lisboa, Moraes Editores, 1977, Lauro António, *Cinema e Censura em Portugal. 1926-1974*, Lisboa, Arcádia, 1978, e Cândido Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa, Caminho, 1999.

⁶⁰ *Cobardías*, Madrid, [V. Rico], 1919.

e que — conforme dissemos — foi sublinhada por um discurso do Secretário Nacional da Informação que intitulou, expressivamente, «Grandeza e miséria do cinema português». Limita ali a sua alusão aos filmes a um curto período: «Entregamos hoje a dois realizadores portugueses da velha guarda, dos mais talentosos, os Grandes Prémios de Cinema de 1944 e de 1945, instituídos pelo Secretariado Nacional da Informação, e, aos produtores dos seus filmes, as taças da Vitória»⁶¹. Ao invés, como já se sugeriu, foi muito mais elogioso para com outro realizador que não foi galardoado e cujo nome se absteve de citar, Leitão de Barros:

Mas peço-lhes licença para assinalar também, neste momento, como facto simbólico da esplêndida vitalidade do cinema português, o êxito recente alcançado em Espanha e no Brasil por um dos nossos realizadores, também da velha guarda, grande pioneiro do cinema nacional que já há quatro anos triunfara em Veneza trazendo-nos, como troféu, uma das mais valiosas taças da Bienal. Não quero citar o seu nome porque não se trata de exaltar um triunfo pessoal mas de sublinhar, uma vez mais, as possibilidades do cinema português e dos seus artífices. Se os outros, os estrangeiros, começam a acreditar nos nossos filmes e nos nossos realizadores porque havemos de ser nós a duvidar deles?⁶²

Este eventual desacordo ou, pelo menos, este desajustamento, aparentemente paradoxal, entende-se com alguma facilidade, pelo lado negativo e pelo lado positivo. Em primeiro lugar, conforme vimos, António Ferro não concordava com o sentido populista da comédia portuguesa e havia sido uma comédia desse tipo, apesar de ser da autoria de um realizador de renome sobre um texto de um dramaturgo de nomeada, que ganhara o prémio de 1945, em detrimento de *Inês de Castro*, de Leitão de Barros, exibido nesse mesmo ano. Em segundo lugar, também conforme vimos, Ferro não seria particularmente sensível aos «grandes dramas», a um dos

⁶¹ *Discurso cit.*, in *Teatro e Cinema*, p. 54. Os produtores dos filmes, citados no texto de Ferro, eram, respectivamente, Filmes Portugueses César de Sá e SPAC.

⁶² *Idem.*

quais fora concedido o prémio de 1944, embora neste caso não vislumbremos nesse ano nenhuma alternativa em que pudesse apostar. Mas, além disso, Manuel Linares Rivas, o autor da peça original que inspirara o argumento de *Um Homem às Direitas*, tinha sido um dos escritores por ele atacados nos ardores modernistas da juventude — «amanuense do teatro espanhol», assim lhe chamara em 1921⁶³.

Mas o prémio de 1946 já foi atribuído a um filme histórico de Leitão de Barros, *Camões*, e então Ferro poderá dedicar ao género, ao filme, ao realizador, ao produtor, António Lopes Ribeiro, ao seu principal actor, António Vilar, e à principal actriz, Eunice Munõz, e até aos actores secundários, Vasco Santana e Paiva Raposo, todos eles premiados, um longo texto do seu discurso, muito mais optimista e programático, proferido na cerimónia de 30 de Dezembro de 1947⁶⁴. E o cinema histórico voltará a ser galardoado em 1950, com a atribuição do Grande Prémio à adaptação de um clássico da literatura — ideia defendida para o cinema português por Ferro —, *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, assim como sucederá em 1953, com o filme *Chaimite*, de Jorge Brum do Canto, este já não tendo como base uma obra literária.

A literatura a oferecer o argumento ao cinema ou o cinema inspirado na literatura continuou, de resto, a merecer a atenção do júri, manifestando o sentido da continuidade cultural e ideológica ou uma certa adaptação da sensibilidade do «oficial» a um novo tipo de problemas e a novas estéticas. Assim, se o *remake As Pupilas do Senhor Reitor*, desta vez (como atrás se disse) com realização de Perdigão Queiroga, era o filme premiado em 1960, *Retalhos da Vida de um Médico*, de Jorge Brum do Canto, foi galardoado em 1962, e *Uma Abelha na Chuva*, de Fernando Lopes, foi contemplado com o prémio da já então Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT) em 1971. Ou seja, se se passava de dois cineastas sensivelmente da mesma geração, se bem que com gostos diferentes, Queiroga e Brum do Canto, para um realizador do «cinema novo» ou do «novo cinema» (empregando

⁶³ Nós. *Manifesto literário*, in Petrus, *ob e vol. cits.*, p. 96, ou in *Obras de: António Ferro*, p. 152.

⁶⁴ Ver o discurso citado, «O Estado e o Cinema», in *Teatro e Cinema*, pp. 71-77.

a expressão de Paulo Filipe Monteiro), Fernando Lopes, também se transitava de um «clássico» da literatura romântica «leve» do «fim de século», Júlio Dinis, para um escritor neo-realista, Fernando Namora, e finalmente para um outro neo-realista, Carlos de Oliveira. E deve assinalar-se que tanto Namora como Carlos de Oliveira eram oposicionistas ao regime e vigiados pela PIDE.

Deve destacar-se que também um importante escritor americano do século XIX, o autor de *Moby Dick*, com uma experiência de vida a bordo de navios pesqueiros, Herman Melville (1819-1891), autor do livro *The Encantadas*⁶⁵ — cujo enredo tinha algo a ver com a realidade portuguesa⁶⁶ —, foi adaptado a um filme de Carlos Vilardebó, produzido por António da Cunha Telles, *Ilhas Encantadas*, premiado em 1965. Foi interpretado por Amália Rodrigues, que ganhou aqui outro prémio da melhor actriz, e o filme representou mais um esforço esteticista do «novo cinema», como também a crise das Produções Cunha Telles. Mas, António da Cunha Telles, como realizador do «novo cinema», seria depois premiado pela SEIT em 1969, pelo filme *O Cerco*. Como se vê, o «novo cinema» — que era tudo menos um cinema *engagé*, ou seja, ligado a afirmações claras do cinema social, e mais um cinema virado para o esteticismo analítico — despertou igualmente o interesse dos júris oficiais nos últimos anos do salazarismo e no marcelismo.

Entretanto, também se premiavam, ao longo destes anos, alguns filmes que se enquadravam na lógica dos «filmes da terra», quer tratando os dramas da cidade, quer os dramas do mar ou os dramas das terras perdidas nas montanhas. Falamos de *Fado*, de Perdigão Queiroga, em 1947, *Heróis do Mar*, de Fernando Garcia, em 1949, sobre os pescadores do bacalhau, e *A Cruz de Ferro*, de Jorge Brum do Canto, já no fim do salazarismo, em 1967, sobre conflitos de gentes rurais de Trás-os-Montes. Os argumentistas eram «intelectuais orgânicos» do regime: o jornalista e escritor, com prémios oficiais, Armando Vieira Pinto, foi o autor dos textos do primeiro e do

⁶⁵ Citamos o livro pela edição de 1940, embora o texto original seja dos meados do século XIX: *The Encantadas, or Enchanted Isles*, Burlingame (Califórnia), W. P. Wreden, 1940.

⁶⁶ *Hunila* (Amália Rodrigues), a principal figura do livro e do filme, conta a sua «estória» a bordo de um veleiro português, em que tinha sido recolhida.

terceiro filmes citados, e Jorge Simões, jornalista do *Diário da Manhã*, repórter da pesca do bacalhau e que veio a trabalhar na empresa piscatória de grande significado oficial dirigida por Henrique Tenreiro, bem como na Emissora Nacional, foi o autor do texto de *Heróis do Mar*.

Como filme ligado ao folclore, que se pretendia «autêntico», foi premiado em 1958 o já citado filme realizado por João Mendes, *Rapsódia Portuguesa*. E, pela mesma época, em anos de crise do cinema português — finais de anos cinquenta e princípios de anos sessenta, antes do aparecimento do «novo cinema» —, eram premiados dois novos realizadores do «cinema velho» com dois dramas religiosos e morais, *A Luz vem do Alto* (1959), de Henrique Campos, e *Raça* (1961), de Augusto Fraga.

Quer dizer, se até aos anos sessenta os prémios oficiais acompanharam os gostos do regime, onde se divisam algumas contradições esteticoliterárias, depois dos anos sessenta seguem, de alguma forma, o nascimento do «novo cinema», o que constitui o grande paradoxo do cinema do Estado Novo. Mas, na verdade, também o «modernismo», depois «oficializado», de António Ferro, que estivera na linha de orientação dos gostos do cinema até ao final dos anos quarenta e que deixara então uma mensagem para o futuro, era feito de paradoxos...

Situação igualmente paradoxal pode encontrar-se na documentação estudada por Fausto Cruchinho relativamente à atribuição dos subsídios do Fundo do Cinema, de 1962 a 1971⁶⁷. Por exemplo, logo em 1962 é deferido o pedido do produtor Francisco Castro para apoiar o financiamento do filme *Pão, Amor e... Totobola!*, de Henrique Campos, e *Retalhos da Vida de um Médico*, do produtor Filipe de Solms e do realizador Jorge Brum do Canto; entretanto, não era subsidiada uma proposta de produção de Manoel de Oliveira, como de resto sucederá em 1963 e em 1964 com outras candidaturas. E nestes dois anos também não serão deferidos os pedidos do produtor António da Cunha Telles para os filmes *Os Verdes Anos* (Paulo Rocha), *A Promessa* (António de Macedo), *Belarmino* (Fernando Lopes) e

⁶⁷ Ver *O Cinema sob o olhar de Salazar*, quadro que se encontra nas pp. 347-355.

Domingo à Tarde (António de Macedo), bem como a proposta do produtor (e realizador) Manuel Guimarães, *O Trigo e o Joio*. Ou seja, não é subsidiado o «novo cinema» e o cinema do neo-realismo. No entanto, *Domingo à Tarde*, baseado na obra com o mesmo nome de Fernando Namora, já é subsidiado em 1965, e *A Promessa*, inspirado na peça de Bernardo Santareno, cujo pedido, feito pelo produtor Francisco de Castro, foi de novo indeferido em 1966, será subsidiado em 1970. E, por estranho que pareça, o documentário de longa metragem *Catembe*, nome de uma empregada do bar «Luso», habitante de um bairro pobre de pescadores, que vai suscitando as recordações do quotidiano de Lourenço Marques (actual Maputo), proposto por Manuel Guilherme Faria de Almeida em 1964, é deferido, vindo, todavia, a ser interdita a sua projecção.

Os paradoxos verificam-se ainda com maior destaque na época marcelista, devido à intenção de mostrar uma imagem de abertura que tanto abrangeria o «cinema velho» como o «cinema novo» ou o «novo cinema». Concretizando: se, como dissemos, *A Promessa*, agora por proposta do produtor e realizador António de Macedo, é subsidiada em 1970, assim como, em 1969, o foram *O Cerco*, produzido e realizado por António da Cunha Telles, e *Uma Abelha na Chuva*, de Fernando Lopes e produzido por Média Filmes, também foram apoiados pelo Fundo, filmes como *A Maluquinha de Arroios*, de Henrique Campos, nesse mesmo ano, e, em 1971, *Os Toiros de Mary Foster*, do mesmo realizador, sob proposta da produtora General Filmes, e *A Derrapagem*, de Constantino Esteves, por proposta do produtor (e actor), o cançonetista Tony de Matos, obra só estreada no início de 1974.

Deve dizer-se ainda que fora dos prémios oficiais eram especialmente galardoados alguns filmes do «cinema novo» ou do «novo cinema». Sem entrarmos numa análise de cada caso, diremos apenas, como exemplo, que filmes como *O Acto da Primavera* (1962), de Manoel de Oliveira, *Dom Roberto* (1962), de Ernesto de Sousa, *Os Verdes Anos* (1963), de Paulo Rocha, *Belarmino* (1964), de Fernando Lopes, *Domingo à Tarde* (1965), de António de Macedo, *Mudar de Vida* (1966), de Paulo Rocha, *O Cerco* (1969), de António da Cunha Telles, *Uma Abelha na Chuva* (1971), de Fernando Lopes, *O Passado e o Presente* (1971), de Manoel de Oliveira, *Pedro Só* (1971), de Alfredo Tropa, *A Promessa* (1972), de António de Macedo foram premiados

no estrangeiro com galardões de algum prestígio ou, em Portugal, com prémios não oficiais — embora alguns (como vimos) também o tivessem sido por prémios oficiais —, tais como os prémios da Casa da Imprensa e o Prémio João Ortigão Ramos. E poderá destacar-se, neste mesmo âmbito, que foram premiados, pelo menos, dois filmes que vieram a ser proibidos pela Censura: *Nojo aos Cães* (1970), de António Macedo, que tem como pano de fundo as manifestações estudantis dos finais dos anos sessenta, que mereceu o prémio Valores Humanos atribuído em Valladolid e o prémio da Federação Internacional de Cineclubes atribuído em Benalmadena, e, em 1973, *O Mal Amado* (1973), de Fernando Matos Silva, prémio da Imprensa/Cinema em 1974, que aborda um drama passionai mas também toca nas sequelas resultantes da guerra colonial.

Em idêntico contexto, deveremos lembrar que também o «cinema novo» ou o «novo cinema» foi subsidiado por canais diferentes dos canais oficiais, ou seja, pela Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Português de Cinema (designação da cooperativa então formada). Apenas referimos aqueles que surgiram ainda antes de 25 de Abril de 1974: *O Passado e o Presente* (1971), de Manoel de Oliveira, *Pedro Sô* (1971), de Alfredo Tropa, a média metragem *Quem Espera por Sapatos de Defunto* (1972) e *A Sagrada Família* (1973), de João César Monteiro, *O Recado* (1972), de José Fonseca e Costa, *Perdido por Cem* (1973), de António-Pedro Vasconcelos, *A Promessa* (1973), de António Macedo, e *O Mal Amado* (1973), de Fernando Matos Silva⁶⁸. Como se vê, a apreciação estética da Fundação Gulbenkian regia-se por critérios de maior liberdade do que os vigentes no plano estritamente oficial.

Quanto à Censura, vista em alguns detalhes por Eduardo Geadá, em obra bem datada, de 1976, estudada em 1978 num livro de Lauro António, que mereceria uma reedição refundida, e mais recentemente revisitada por Matos-Cruz, nos dados fornecidos relativos a cada filme, e por Cândido Azevedo, só para casos pontuais, ela é apenas reveladora não de qualquer gosto estético, mas de um sentido ideológico intelectualmente muito

⁶⁸ Cfr. Eduardo Geadá, *ob. cit.*, p. 188.

limitado⁶⁹. As obras de Manuel Guimarães, *Nazaré* (1952) e *Vidas sem Rumo* (1956), inseridas (discutivelmente) no neo-realismo, foram objecto de cortes drásticos, assim como *Pássaros de Asas Cortadas* (1963), de Artur Ramos⁷⁰. Porém, mais do que cortes, foram proibidos: *Catembe* (1964), de Faria de Almeida⁷¹, que, como se disse, havia sido subsidiado pelo Fundo do Cinema, *Deixem-me ao menos Subir às Palmeiras...* (1972), de Lopes Barbosa, *Esplendor Selvagem* (1972), de António de Sousa, e *Índia* (1972), de António Faria, todos pelo facto de abordarem temas do «Ulamar», onde foram rodados, numa altura de guerra; *Nojo aos Cães* (1970), de António de Macedo, filme (como dissemos) sobre as questões da juventude, numa altura em que se haviam verificado as crises académicas; *Nem Amantes, nem Amigos* (1970), de Orlando Vitorino, *Grande, Grande era a Cidade* (1971), de Rogério Ceitil⁷², *O Mal-Amado* (1973), de Fernando Matos Silva, e *Sofia e a Educação Sexual* (1973), de Eduardo Geada⁷³, por razões de natureza moral (ou pseudomoral) e, nos dois primeiros casos, por certas evocações da «guerra colonial». Também por idêntico motivo — «moralmente reprovável»⁷⁴ — terá sido proibida a produção luso-brasileira, *Em Legítima Defesa. Encontro com a Morte*, de um velho realizador, Arthur Duarte, igualmente autor do argumento, que, curiosamente, foi adaptado pelo jornalista e escritor Eduardo Metzner Leone, pró-nazi no início, tendo-se depois retratado em livro que escreveu sobre a guerra⁷⁵.

⁶⁹ Ver *obs. cit.* Infelizmente, a documentação da Censura e da Inspeção-Geral dos Espectáculos, primeiro à guarda da Inspeção Geral das Actividades Culturais (Palácio Foz) e depois transferida para a Torre do Tombo, continua por tratar, estando o acervo aberto à consulta dos investigadores mas com acesso muito limitado.

⁷⁰ Ver o testemunho de Artur Ramos in Cândido Azevedo, *ob. cit.*, pp. 229-234.

⁷¹ Ver um documento relativo à censura do filme in Lauro António, *ob. cit.*, pp. 216-217.

⁷² Ver documentação sobre a censura a este filme in Lauro António, *ob. cit.*, p. 284 ss..

⁷³ Ver o testemunho de E. Geada in C. Azevedo, *ob. cit.*, pp. 235-237.

⁷⁴ J. Matos-Cruz, *ob. cit.*, p. 129.

⁷⁵ Citamos a referência da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 17, p. 136), pois se conhecemos o livro *Nazis (Dez Mês na Alemanha em Guerra)*, Lisboa, Livraria Portugal, 1941, que constitui um elogio ao nazismo, não conseguimos encontrar a obra *Hora Decisiva*, onde, segundo o testemunho da GEPB, «toma posição diametralmente oposta à que até então mantivera».

Portanto, pode dizer-se que o regime aceitou, «quanto baste», o «novo cinema» português, mantendo-se, todavia, alerta quanto aos «desvios morais e políticos» mais evidentes. Essa aceitação relativa verificou-se por uma razão estética? Só indirectamente, tendo em conta a força do «cinema novo», em boa parte resultante de cineastas que viveram outras realidades, viram e aprenderam outro cinema e liam textos estrangeiros, entre eles os célebres *Cahiers du Cinéma*. Por isso, para um estudo mais complexo de todas estas questões interessa ler os numerosos artigos de revistas de «esquerda» sobre cinema⁷⁶, que apregoavam cada vez com mais força novas ideias e novas estéticas. Pode mesmo dizer-se que esse «cinema novo» ou «novo cinema» constituiu um verdadeiro «movimento» — e isso é uma das suas virtudes — contra o qual era difícil lutar um regime que apregoava uma «primavera», embora desmentida pelas leis e pela prática. De forma mais parcimoniosa verificou-se algo de idêntico na literatura. Observando os prémios do SNI/SEIT, não notamos grandes surpresas quanto aos escritores premiados. No entanto, ainda assim, encontramos ali nomes como Agustina Bessa Luís (Prémio Nacional de Novelística, 1968), José Régio (Prémio Nacional de Poesia, 1971), David Mourão-Ferreira (Prémio Nacional de Poesia, 1972) ou Fernanda Botelho (Prémio Nacional de Novelística, 1972)⁷⁷.

Literatura, escritores e estéticas no cinema português

No campo da literatura, tema que fomos abordando ao longo deste capítulo, devemos responder — na continuação de algumas observações já

⁷⁶ Poderíamos citar como exemplos, as revistas *Seara Nova*, *Vértice* ou *O Tempo e o Modo*. Foi feito sobre *O Tempo e o Modo* um interessante trabalho académico na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Ricardo Matos Cabo, *O cinema português nas páginas da revista «O Tempo e o Modo»* (1997).

⁷⁷ Cfr. João Pedro George, *O campo literário em Portugal. Prémios literários, escritores e acontecimentos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1999. Ver especialmente Anexo I, «Tabela com os principais prémios literários atribuídos entre 1960 e 1995».

feitas há muito⁷⁸ — às perguntas: Quais os escritores e que literatura estiveram presentes no cinema português do Estado Novo? Que estéticas representavam?

Quanto à adaptação de peças de teatro, romances e novelas, já fomos falando, tendo verificado que, numa primeira fase, foram essencialmente adaptadas obras da literatura «clássica», entendendo aqui a palavra em sentido muito amplo, ou seja, obras que se integravam nas antologias nacionais ou que despertaram uma opinião de agrado generalizado em vários sectores da sociedade. São os casos — recordemos — de *A Severa* (1931), de Leitão de Barros, filme adaptado da peça de Júlio Dantas, a «trilogia da aldeia» de Júlio Dinis, toda ela adaptada ao cinema sonoro, de 1936 a 1949, depois de o ter sido ao cinema mudo, havendo ainda um *remake* da mais porventura popular das três novelas «leves», *As Pupilas do Senhor Reitor*, em 1960, por Perdigão Queiroga. O grande drama normalmente conhecido pelo povo, *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, também não poderia deixar de conhecer uma versão cinematográfica, em 1943, pela direcção de António Lopes Ribeiro (em 1978, Manoel de Oliveira voltou ao tema, numa versão analítica e irónica, muito ao seu gosto), assim como o drama ultra-romântico dos fins do século passado, lido pelas gentes do povo que sabiam ler e o liam para os que não sabiam, *Rosa do Adro*, do autor Manuel Maria Rodrigues, que foi adaptado por Chianca de Garcia em 1938. E também não poderia faltar a grande tragédia de Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, muito lida nas escolas, como exemplificadora do teatro moderno português e com um halo sebastianista muito em voga entre nós e no Estado Novo — conheceu a adaptação de António Lopes Ribeiro em 1950 (volta ao cinema português, com outras intenções, em 2001, intitulada *Quem és tu?*, em realização de João Botelho).

Os dramas morais e religiosos também não poderiam faltar, desde *Fátima*, *Terra de Fé!*, do escritor pouco conhecido Mello e Alvim, adaptado ao cinema por Jorge Brum do Canto em 1943, *A Garça e a Serpente*, de Francisco Costa,

⁷⁸ Ver Jacinto Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1969, «Cinema e Literatura» (José-Augusto França), pp 180-181, e Luís de Pina, *A aventura do cinema português*, Lisboa, Vega, 1977, pp. 113-117.

prémio de romance «Eça de Queirós» do SPN, em 1944⁷⁹, que inspirou o filme com o mesmo nome de Arthur Duarte, de 1952, e *Planície Heróica*, do escritor sindicalista e bolchevista convertido ao catolicismo Manuel Ribeiro, que foi adaptado em 1953, por Perdigão Queiroga. Também, como se disse, os «filmes da terra» (e do mar) se baseavam em obras de escritores ligados ao regionalismo ou à reportagem de tipo nacionalista. É o caso da obra do jornalista Jorge Simões, *Os Grandes Trabalhadores do Mar*, sobre os bacalhoeiros, que dá origem ao filme de Fernando Garcia com o título bem sintomático, pela evocação do primeiro verso do hino nacional, *Heróis do Mar* (1949), ou o livro do escritor tradicionalista açoriano Armando Côrtes Rodrigues, *Quando o Mar Galgou a Terra*, inspirador do filme homónimo de Henrique Campos, de 1954, que originou uma tomada de posição de intelectuais da oposição açoriana. As comédias populares também não poderiam faltar, como os seus principais cultores do final do século XIX e princípios do século XX: Gervásio Lobato, *O Comissário da Polícia*, com que Constantino Esteves se estreou na realização do cinema de fundo em 1952, e André Brun, *A Vizinha do Lado*, que originou o filme de António Lopes Ribeiro, de 1945.

Como se vê, não é difícil interpretar o motivo das obras escolhidas no âmbito dos valores e da estética politicamente aceites pelo Estado Novo. As excepções à regra — se é que de excepções se tratam —, nestes anos trinta e quarenta, que prolongámos ainda pelos anos cinquenta (já reveladores, todavia, de outras tendências, conforme veremos), também são facilmente explicáveis. Trata-se de produções não exclusivamente portuguesas ou que tiveram mesmo realizadores estrangeiros, ou outras que surgiram lá fora, de autoria de realizadores nacionais. Referimo-nos, por exemplo, ao caso do primeiro filme realizado por Chianca de Garcia no Brasil, *Pureza* (1940), baseado num romance homónimo de José Lins do Rego, de 1937, que afinal se insere numa certa tendência de regionalismo moderno brasileiro, não afastada da temática de alguns dos nossos filmes. Outro caso pouco conhecido é o do filme intensamente dramático do realizador húngaro Ladislao Vajda, numa produção quase integralmente espanhola, mas com alguns técnicos

⁷⁹ Ver *supra*, nesta parte III, cap. IV.

e a quase totalidade dos artistas portugueses, *Viela – Rua sem Sol* (1947), baseado no livro de Georges Simenon, *Les Fiançailles de Monsieur Hire*. Mas, já a produção luso-espanhola *A Mantilha de Beatriz* (1946), de Eduardo Maroto, se inspirava num romance histórico de um escritor português do século XIX, bem conhecido do público leitor, Manuel Pinheiro Chagas.

No entanto, como dizíamos, este quadro estava a mudar já na década de cinquenta. *Salimbancos* (1951), de Manuel Guimarães, que inicia o discutível neo-realismo português, é baseado na obra do escritor Leão Penedo, *Circo*. E o neo-realismo será, com efeito, conforme já se sugeriu, o movimento literário mais aproveitado pelo cinema, seja por cineastas do «cinema velho», seja por cineastas do «cinema novo» ou do «novo cinema». *Um Dia de Vida*, peça de teatro do escritor e actor Costa Ferreira, que originou o filme com o mesmo nome de Augusto Fraga (1962), um novo intérprete do «cinema velho», talvez se possa inserir nesse movimento. Mas, integra-se, sem dúvida, a adaptação da obra de Fernando Namora *Retalhos da Vida de um Médico*, pelo veterano Jorge Brum do Canto (1962). Seguidamente serão adaptados outros livros do mesmo escritor: *Domingo à Tarde*, por António de Macedo (1965), e *O Trigo e o Joio*, por Manuel Guimarães (1965). O dramaturgo Bernardo Santareno inspirará com *O Crime de Aldeia Velha* o filme do mesmo Manuel Guimarães (1964), e com *A Promessa* o filme de António de Macedo (1972), e o livro de Carlos de Oliveira *Uma Abelha na Chuva* será o tema do filme também homónimo de Fernando Lopes (1971). Noutra sintonia estética, recorde-se que Manoel de Oliveira, com o seu cinema de análise da imagem e das emoções, inspirar-se-á na peça do dramaturgo Vicente Sanches para realizar *O Passado e o Presente* (1971), enquanto o militante da oposição e escritor impressionista Manuel Mendes, com o livro *Pedro. Romance de um Vagabundo*, inspirou, já depois da sua morte, o filme de Alfredo Tropa, *Pedro Só* (1971).

Quanto aos «clássicos», nesta altura apenas se pode falar de uma mudança de inspiração. Se, como se disse, Júlio Dinis ainda gerará um *remake* no início dos anos sessenta, como sucederá — noutro sentido — com Camilo Castelo Branco já depois de 25 de Abril de 1974, o certo é que o quase único autor inspirador passa a ser Eça de Queirós. O seu conto *O Defunto*, de amor e mistério, será glosado por Fernando Garcia no filme *O Cerro dos*

Enforcados (1954), enquanto um dos seus livros mais conhecidos, *O Primo Basílio*, será adaptado pelo veterano António Lopes Ribeiro, em 1959. Tirando Eça, só o conto do Conde de Ficalho, Francisco Manuel de Melo Breyner, *A Caçada do Malbadeiro*, que integra a obra *Uma Eleição Perdida* (1888) e que é considerado um dos melhores contos portugueses, inspirou um cineasta novo, o militar Quirino Simões, em filme de 1967. Mas, geralmente, o «cinema novo» ou o «novo cinema» teve outras inspirações. É essencialmente um «cinema de autor». Paulo Rocha, Fernando Lopes, Faria de Almeida, António da Cunha Telles, António de Macedo, Rogério Ceitel, José Fonseca e Costa, António-Pedro Vasconcelos, Fernando Matos Silva, Alberto Seixas Santos... serão muitas vezes, sozinhos ou com algum apoio, os autores dos argumentos dos seus filmes.

Será interessante ainda captar alguns outros nomes de escritores que, ao longo do tempo, vão tendo alguma intervenção literária no cinema português, em certos casos uma intervenção em filmes que, à partida, não pensaríamos que se ajustariam aos seus interesses e à sua sensibilidade.

José Gomes Ferreira e Leão Penedo serão talvez os escritores que mais cedo colaboraram na redacção dos argumentos ou na sua adaptação ao cinema.

Gomes Ferreira⁸⁰, que já fora assistente de montagem de *A Canção de Lisboa* (1933), aparece, em 1936, no grupo que adaptou o texto do autor de teatro Tomás Ribeiro Colaço, *O Trevo de Quatro Folhas*, para o filme homónimo de Chianca de Garcia. Regressado a Portugal, vindo da Noruega, onde fora cônsul, estava ainda a iniciar a sua vida de jornalista, de prosador e de poeta. Em 1938 está outra vez a colaborar com Chianca de Garcia, que não se identificava com o Estado Novo, sem que isso seja visível na sua cinematografia de referência, apoiando o realizador na redacção do argumento e na planificação e sequência do filme *A Aldeia da Roupa Branca*. Os diálogos foram da autoria do advogado, orador, dramaturgo e líder socialista Ramada Curto.

⁸⁰ Por mera curiosidade assinale-se que Gomes Ferreira era vizinho e amigo da família Ferro. Ver Fernanda de Castro, *O fim da memória*, vol. I, p. 58.

Leão Penedo, o escritor algarvio da linha neo-realista que só se começa a revelar nos anos quarenta, tem neste campo uma acção mais vasta e continuada. Iniciou-se com a colaboração em *Pão Nosso...* (1940), de Armando de Miranda, inspirou (conforme se disse) o filme de Manuel Guimarães, *Saltimbancos* (1951), com o seu livro *O Circo*, colaborou na redacção do argumento e dos diálogos do filme de Perdigão Queiroga *Sonbar é Fácil* (1951), que, apesar do seu sentido conciliador de classes, do capital e do trabalho, do seu populismo e do «final feliz» à maneira do Estado Novo, abordou pela primeira vez a questão do cooperativismo. Finalmente, pelo menos tanto quanto sabemos, terminou a sua actividade neste campo, escrevendo o argumento de um filme de referência, *Dom Roberto* (1962), de Ernesto de Sousa, por alguns considerado o iniciador do «cinema novo» português.

Na verdade, os neo-realistas (aos quais voltaremos) foram os escritores mais intervenientes no cinema português, depois da actividade significativa de autores ligados aos valores tradicionais. São os casos, nesta última acepção estética e ideológica, do dramaturgo Alfredo Cortez (prémio Gil Vicente do SPN, em 1936, com a peça *Tã Mar*) no filme regionalista *Ala Arriba!* (1941), de Leitão de Barros, no qual foi o autor do argumento e dos diálogos, bem como de Afonso Lopes Vieira, autor do livro *A Paixão de Pedro, o Cru*, que serviu de base ao argumento do filme histórico *Inês de Castro* (1945), também de Leitão de Barros. Depois colaborará no filme *Camões*, do mesmo realizador, na redacção do argumento e revendo os diálogos. Mas, Afonso Lopes Vieira já não verá o filme, tendo sido nele homenageado postumamente, dado que havia falecido pouco tempo antes, em 25 de Janeiro de 1946.

Camões constitui, como se disse, o filme mais representativo do cinema histórico aproveitado pelo regime e o preferido de António Ferro. Fazia parte de uma trilogia sobre três escritores: Bocage, Camões e o poeta baiano António Castro Alves. Na verdade, também aqui a literatura entra directamente no cinema, dado que Leitão de Barros tratou liricamente, mais do que do ponto de vista historiográfico, esses três grande poetas, que foram também três amorosos e desadaptados no seu tempo, de onde adviria a sua infelicidade. *Bocage* (1936), num filme musicado, cujo argumento pertence

ao historiador autodidacta Rocha Martins, conta os amores do poeta por três mulheres (daí o título da versão espanhola, *Las Três Gracias*), mas pretende também e essencialmente — na intenção do realizador — mostrar a genialidade do escritor, afastando-o da imagem revisteira e anedótica que lhe andava ligada. É também o Camões amoroso — o filme tem como subtítulo «Erros meus, má fortuna, amor ardente» — que é retratado por Leitão de Barros, embora igualmente o Camões «nacionalista», autor de *Os Lusíadas*, que morre quando a Pátria morre, anunciando a sua ressurreição. Castro Alves, na produção luso-brasileira *Vendaval Maravilhoso* (1949), não deixando de ser o poeta que no século XIX luta contra o escravagismo, é também o amante de Eugénia Câmara, a boémia actriz portuguesa, interpretada por Amália Rodrigues. O argumento foi escrito por Leitão de Barros, pelo dramaturgo brasileiro Joracy Camargo (autor da famosa peça *Deus lhe Pague*) e pelo escritor português da geração nacionalista José Osório de Oliveira.

Aqui quase termina o «cinema histórico» realizado durante o Estado Novo, que — como se vê — teve como argumentistas escritores e historiadores não profissionais, o que se adequava ao seu sentido fundamentalmente literário. *Chaimite*, de Jorge Brum do Canto, que representa a gesta heróica de África dos fins do século XIX, mais afastado por isso do enredo da história literária, também não teve um historiador a apoiar o director de realização. Este também foi o autor do argumento, como ainda foi o actor principal, não na figura de Mouzinho de Albuquerque, mas, curiosamente, de Paiva Couceiro, que continuou a aventura monárquica durante a Primeira República e até durante o Estado Novo. Alguns dos filmes de Brum do Canto são, de resto, muito marcados pela sua presença pessoal, quase se podendo chamar também «obras de autor e de actor».

Voltando ao neo-realismo, assinala-se que, para além das obras dos escritores deste movimento que foram adaptadas ao cinema, cujos títulos já referenciámos mais do que uma vez, alguns outros intervieram na escrita dos seus argumentos. É o caso de Alves Redol, que escreveu para Manuel Guimarães o argumento e os diálogos de *Nazaré* (1952), olhar amargo sobre a vida dos pescadores daquela vila que foi considerada um *cliché* do folclore

português, e que colaborará com o realizador e autor do texto original (*Pardal e C.^{cia}*), ou seja, o próprio Guimarães, na planificação e sequência do argumento do filme *Vidas sem Rumo* (1956), história dramática de marginais numa pobre terra de marinheiros e gente «sem rumo». Manuel da Fonseca, cujo livro *Cerromaior* virá a ser adaptado ao cinema já depois do 25 de Abril, em realização de Luís Filipe Rocha (1980), é o autor do argumento e dos diálogos de um filme que se situa entre o cómico e o dramático, *Os Três da Vida Airada* (1952), de Perdigão Queiroga. Mário Braga será o autor do argumento e dos diálogos de *Lotação Esgotada* (1972), o penúltimo filme da relativamente longa experiência «neo-realista» de Manuel Guimarães, que termina com palavras extraídas do livro de Virgílio Ferreira, *Alegria Breve*.

Um pouco surpreendentemente, encontramos Luís de Sttau Monteiro a colaborar com o novo realizador do «cinema velho» Constantino Esteves na redacção dos diálogos e na planificação e sequência do filme *O Miúdo da Bica* (1963), um dos «filmes de artistas» da época, sobre o fadista de Lisboa Alfredo Farinha. Na verdade, isso explica-se por uma certa cultura fadista lisboeta, também revelada pelo professor e escritor David Mourão Ferreira, autor de *Gaivotas em Terra*, que serviu de base ao filme de Jorge Brum do Canto, inicialmente com aquele nome e que depois adoptou o título de *Fado Corrido* (1964). Seja como for, já se compreende melhor o concurso de Sttau Monteiro, com Alexandre O’Neil, na adaptação da peça de Luís Francisco Rebello *Pássaros de Asas Cortadas*, para o filme com o mesmo nome de Artur Ramos (1963). E entende-se perfeitamente que José Régio, com o seu lirismo repassado de um certo sentimento tradicional e regional, tenha sido consultor de Manoel de Oliveira em *O Acto da Primavera* (1962). Será o poeta a inspirar o mesmo Oliveira, já depois do 25 de Abril, em *Benilde ou a Virgem-Mãe* (1974). Mas será Agustina Bessa Luís a autora de eleição do mais antigo realizador de cinema.

Portanto, parece evidente que, após um período de relações da literatura e do cinema com valores estéticos e éticos que se integravam no regime, se afirma, sobretudo, a corrente neo-realista, reveladora, até certo ponto e dentro das possibilidades, das tensões existentes na sociedade portuguesa ou em pequenos microcosmos que se pretendiam simbólicos.

A visão do cinema português pela SEIT — a ambiguidade de uma apreciação

O certo é que nos anos do marcelismo e, já antes, nos últimos anos do salazarismo, o panorama do cinema português mudara. E, mais ainda, apesar dos rigores da Censura, essa mudança era assumida pelo regime, através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), o organismo de propaganda que (como já dissemos várias vezes) substituíra em 1968 o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), que, por sua vez, ocupara em 1944 o lugar do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

Um texto fundamental para nos apercebermos desse sentimento, como também das suas contradições, é o opúsculo de divulgação intitulado *O Cinema Português*, publicado em 1973, que teve pelo menos uma edição em língua inglesa⁸¹.

Em primeiro lugar, analisa-se ali o cinema antes do fim da Segunda Guerra. Começa por falar-se da «tendência documental», citando-se somente os filmes «que aliam harmoniosamente o documento e a ficção». Como exemplos, menciona-se *Maria do Mar* (1930) e *Lisboa, Crónica Anedótica* (1931), de Leitão de Barros, *A Canção da Terra* (1938), de Jorge Brum do Canto, e, evidentemente, *Douro, Faina Fluvial* (1930), de Manoel de Oliveira⁸². Ferro, no seu texto de 1947, referindo-se aos «documentários», falara de «uma tendência saudável do cinema português, ainda não suficientemente desenvolvida»⁸³.

De seguida, passa-se para a comédia, justificando-se culturalmente — ao contrário do que fizera Ferro — esse tipo de cinema: salienta-se a «identificação dos filmes com o humor popular, que encontra a sua raiz longínqua em Gil Vicente e, mal ou bem, vai desabrochar no teatro de revista». Citam-se a

⁸¹ *O Cinema Português*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo – Direcção-Geral da Informação, Colecção Actualidade, 1973. A edição em inglês, da colecção «Portugal Now», *The Portuguese Cinema*, é já de Fevereiro de 1974.

⁸² *Ob. cit.*, p. 3.

⁸³ *Discurso cit. in Teatro e Cinema*, p. 65.

este propósito vários filmes, desde *A Canção de Lisboa*, de Cottinelli Telmo, que se data de 1934 (e não de 1933, como deveria ser), «que um Clair ou um Camerini⁸⁴ não desdenhariam assinar», e *A Aldeia da Roupa Branca*, de Chianca de Garcia, aos filmes de Arthur Duarte dos anos quarenta, como *O Leão da Estrela*, passando, evidentemente, por *O Pai Tirano*, de António Lopes Ribeiro, e por *O Pátio das Cantigas*, de seu irmão Francisco Ribeiro.⁸⁵

Sem citar António Ferro, mas parecendo inspirar-se no seu discurso, o autor anónimo concorda com a importância do cinema de «evocação histórica», no qual inclui também filmes como *A Severa* ou *O Amor de Perdição*. Mas, aproveitando o alegado esquecimento da produção e da crítica por esse tipo de filmes para censurar a realidade fílmica portuguesa, tem, no entanto, um discurso algo diferente do antigo director do SPN/SNI: «a primeira [a produção] preferiu um cinema convencional, retórico, eivado de melodramatismo, literatice e “populismo”; a segunda [a crítica] procurou fugir à autenticidade do filão popular do cinema nacional, atacando o estilo revisteiro, a fita de saloios, e propondo certos conteúdos intelectuais e literários para salvá-lo culturalmente, porém, quase sempre segundo modelos estrangeiros». Já noutro sentido, Ferro antecipou o juízo deste texto de 1973, francamente positivo, em relação ao cinema poético de Manoel de Oliveira e ao filme de Leitão de Barros *Ala-Arriba!*⁸⁶

Focando a «cultura cinematográfica» do pós-guerra, o opúsculo semi-oficial do SEIT fala objectivamente de «uma cultura amalgamada nas teses existencialistas, no materialismo dialéctico (...), num certo nihilismo e até num anti-americanismo» e, curiosamente, cita, como exemplo da tendência dos críticos para promover os «clubes de cinema» e a «literatura cinematográfica», o caso de um crítico de esquerda, de linha marxista, Manuel de Azevedo⁸⁷.

⁸⁴ René Clair, que — refira-se por curiosidade — colaborou com Leitão de Barros na planificação e sequência de *A Severa*, foi um dos mais famosos realizadores franceses, ao passo que Camerini é elogiado por Sadoul, que o considerou o melhor realizador italiano dos anos trinta, tendo contribuído para a formação de Vittorio De Sica.

⁸⁵ *O Cinema Português*, p. 3.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ *Idem*, p. 6.

Quanto aos realizadores, vai referindo os «velhos», como Jorge Brum do Canto, Leitão de Barros ou António Lopes Ribeiro, colocando num lugar à parte Manoel de Oliveira, e, noutra categoria, fala de Henrique Campos, de quem elogia a obra de «raiz popular», Perdigão Queiroga ou Fernando Garcia. E não deixa de citar o cinema «dramático», de «temática social», de Manuel Guimarães. Quanto ao documentário, destaca Manoel de Oliveira — sempre Manoel de Oliveira — nomeando particularmente o seu filme *O Pintor e a Cidade* (1956)⁸⁸.

E o autor anónimo do pequeno livro de «informação» sobre *O Cinema Português*, falando do período que vai do «ano zero» (1955, assim chamado por ter sido o ano em que não se produziu qualquer filme) ao *Dom Roberto*, o filme de Ernesto de Sousa de 1962, nota, por um lado, a riqueza do movimento cultural no campo teórico e, por outro, a pobreza do nosso cinema: «Nenhum desses filmes vai além do simples registo de película, no deserto de uma produção que afasta cada vez mais o público português das salas de espectáculos e proporciona-lhe esporadicamente dramas campestres e mundanos, histórias de fadistas, toureiros, ciclistas, cantores e outras figuras de agrado popular»⁸⁹. Portanto, há nesta crítica, indirectamente, uma certa identificação com a novidade que se aproxima, com um certo movimento em favor de um «novo cinema», que surge com o cineclubismo e com a literatura cinematográfica, mas também pela mão do regime, com o «cinema da televisão» (a RTP inicia a sua actividade regular em 1957), com o início da actividade, em 1961, do Estúdio Universitário de Cinema Experimental (EUCE), a funcionar no Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, presidido por Fernando Garcia e dirigido por António da Cunha Telles, e, já antes, em 1948, com a legislação do SNI de apoio ao cinema nacional⁹⁰.

Há, pois, curiosamente, uma certa integração pelo Estado do «cinema novo», que se faz iniciar com Ernesto de Sousa e o referido *Dom Roberto*. E, neste contexto, citam-se (as expressões são nossas) os «velhos novos»,

⁸⁸ *Idem*, pp. 6-7.

⁸⁹ *Idem*, p. 10.

⁹⁰ *Idem*, pp. 10-11.

como Jorge Brum do Canto, Manuel Guimarães e Manoel de Oliveira, e os «novos novos», ou seja, os realizadores do «novo cinema», a começar em Paulo Rocha e *Os Verdes Anos* e a terminar em *A Promessa*, de António de Macedo e — note-se — em *O Mal Amado*, de Fernando Matos Silva, passando por *O Cerco*, de António da Cunha Telles, comparado (talvez um pouco ironicamente) a Lelouch, ao cinema da *nouvelle vague* e pondo a par a atriz Maria Cabral, no caso do cinema português, e Brigitte Bardot, em *E Deus Criou a Mulher*, de Roger Vadim. Não se esquece a constituição da cooperativa Centro Português de Cinema no apoio aos filmes depois de 1971, conjuntamente com a Fundação Calouste Gulbenkian, mas recorda-se também a «Lei do Cinema» e o seu Regulamento (respectivamente de 1971 e de 1973), que — segundo as palavras do texto que estamos a citar — visavam «reestruturar a actividade cinematográfica nacional dinamizando-a, disciplinando-a e promovendo-a»⁹¹

Em conclusão: sem se identificar exactamente com o «cinema novo» português, o texto encontra-lhe vantagens em relação ao «cinema dito popular». «E ganha, sobretudo, — completa — pela vontade que evidencia de retratar o País real, que tem sido esquecido com tanta frequência»⁹². Mas o «paradoxo», que já caracterizara o discurso de António Ferro, surge neste texto constantemente: «Muitas vezes, esse retrato surge, porém, deformado por intenções dogmáticas, preconceitos intelectuais ou propósitos estéticos inconsistentes, tão deformadores da realidade portuguesa como os elementos colhidos pelo mau cinema»⁹³. Daí esta apreciação final, ora analítica e admiradora, ora crítica:

Não é difícil encontrar nos novos cineastas características expressivas comuns: a recusa da fluência, a lentidão narrativa, os planos longos e demorados, a destruição, mais violenta nuns que noutros, da linguagem fílmica tradicional, lógica em relação a um tempo e a um espaço cinematográficos, a que não são estranhos os elementos de um grafismo visual vindo do convívio com as técnicas publicitárias e com as novas

⁹¹ *Idem*, pp. 11-26.

⁹² *Idem*, p. 26.

⁹³ *Idem*.

correntes plásticas. E acrescenta-se um diálogo quase sempre intencional, artificioso quantas vezes, consequência de um simile com a mais moderna literatura abstracta, distanciada, quase científica, mais filosófica que narrativa, mais estrutural que ficcional.

O novo cinema português desinteressa-se da naturalidade e da verosimilhança, inventando situações e personagens para demonstrar determinadas ideias e princípios estéticos. Necessita também, como acontece no cinema moderno estrangeiro, de um olhar interpretativo do espectador, que terá de intervir no discurso, de apreender o cinema por processos violentamente contrários a uma fácil assimilação das imagens. Este processo, por isso mesmo, afasta o grande público, pois obriga-o a um esforço intelectual. Poderá até dizer-se que o cinema português esquece um pouco o público de que precisa. A ruptura entre o novo cinema e o povo é notória. O problema residirá, talvez, na busca de uma forma cinematográfica que, sem se distanciar da realidade portuguesa, não distancie o espectador.⁹⁴

Por conseguinte, a SEIT divulga o cinema português — sobretudo o «novo cinema» português — com um olhar simultaneamente de simpatia e de crítica, com um olhar oficial e não oficial, formal e não formal, como se o Estado tivesse contribuído para o seu nascimento e para a sua afirmação, mas ao mesmo tempo lavasse as mãos daquilo que lhe parecia menos interessante. A comprovar este universo complexo de contradições, vejamos o que se escreve, em itálico, no frontispício do opúsculo de divulgação que analisámos, à maneira de nota de abertura:

Na elaboração de um trabalho desta natureza, embora se procure a indispensável objectividade, está sempre presente um certo subjectivismo. A edição de «O cinema português» — breve sùmula da actividade cinematográfica nacional — não representa necessariamente o ponto de vista do organismo editor, que pretende apenas dar um contributo para a informação do grande público.

⁹⁴ *Idem*, p. 27.

Um «cinema oficial» ou um «cinema integrado»?

Poder-se-á falar de *uma estética* do cinema *do* Estado Novo? Ou de *uma estética* do cinema *no* Estado Novo? E de *uma ideologia*?

Na verdade, como se viu, poder-se-á antes falar de estéticas, no plural, do cinema no Estado Novo, bem como de ideologias. O modernismo tem o sentido do paradoxo, assim como a ideologia «fascista» («fascismo» em sentido genérico). Ou seja, devemos perguntar-nos se a estética do Estado Novo, como de todos os «fascismos», não apresentou por vezes valores de «modernidade», e se não era possível que as suas concepções assumissem um sentido «revolucionário»... Daí que certos sectores do Estado Novo — o primeiro e mais expressivo caso será o de António Ferro — pudessem não ter sido sensíveis a um cinema populista, que, por sua vez, seria aceite por outros intérpretes do regime e que poderia vir a ser recuperado quando no pós-25 de Abril se quis dar a certos temas políticos uma divulgação popular. E, ao invés, o «novo cinema» era passível de atrair críticos de regime, desde que não fossem neles expressos de forma clara valores que colidissem com as máximas fundamentais do «sistema». Ao contrário, poderemos perguntar-nos se, em certos casos, concepções de «cinema social», hipoteticamente neo-realista, embora pudessem representar uma tentativa de afirmação velada de oposição, não revelavam uma concepção estética ultrapassada.

Seja como for, o certo é que o cinema no Estado Novo procurou integrar-se numa ideologia básica ou contextual de regime ou, pelo menos, desejou não a negar. E a verdade é que um cinema esteticista poderia não contrariar essencialmente essa ideologia. Interprete-se como se quiser, mas não há dúvida que Ferro avaliou certos sinais modernos do cinema e que o «novo cinema» não foi olhado de uma forma fundamentalmente censória pelo «Estado Social» de Marcello Caetano ou pelo seu organismo de cultura. Seria, afinal, mais uma forma de criar a imagem de uma «primavera» do regime. De uma «primavera» que não o foi...



Fresco do lado direito da entrada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de Severo Portela Júnior, com data de 1951, intitulado «Alegoria da Glorificação do Génio Português» (foto — no original a cores — de postal comercializado pela Faculdade de Letras).

Este fresco foi estudado por Nuno Rosmaninho na sua tese de doutoramento sobre a Cidade Universitária de Coimbra de construção salazarista (*O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006) e, numa forma mais específica, por Marco Daniel Duarte (*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Ícone do Poder. Ensaio icononológico da imagética do Estado Novo*, Coimbra, Câmara Municipal, 2003). É uma das imagens que melhor revela a interpretação ideológica e memorial da História no Estado Novo, tal como aparece, por exemplo, na *História de Portugal*, de João Ameal (Porto, Livraria Tavares Martins, «Ano Áureo», 1940), agraciada com o prémio «Alexandre Herculano» do SPN, em 1941, ainda que, neste fresco, com as correcções posteriormente feitas sobre o significado do Pombalismo. Conforme se pode ver, toda a estrutura da imagem se vira para a espada, em forma de cruz, empunhada por Nuno Álvares Pereira, que encima a pintura. Mas, para além das imagens óbvias da visão estadonovista da História (os santos portugueses, Camões, Afonso Henriques, o Infante D. Henrique, etc.), não deixam de participar nesta exaltação patriótica os grandes escritores do século XIX, que passaram por uma revisão ideológica do Integralismo Lusitano e do regime de Salazar. Assim, encontramos, no canto inferior direito (em relação ao observador) e da esquerda para a direita, em baixo, Oliveira Martins, Alexandre Herculano e Antero de Quental, e, em cima, Almeida Garrett e Eça de Queirós. Os casos que analisamos nesta parte IV são os de Garrett, Antero e Oliveira Martins.

PARTE IV

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

DO «INTEGRALISMO» AO ESTADO NOVO

(Página deixada propositadamente em branco)

I

ALMEIDA GARRETT E O NACIONALISMO CULTURAL INTEGRALISTA E SALAZARISTA *

Neogarrettismo, nacionalismo cultural e nacionalismo político

O «neogarrettismo», mais do que um movimento literário, é um «movimento cultural», de sentido nacionalista e mesmo anti-estangeirado¹. Tendo Almeida Garrett como inspirador, deve, pois, ser entendido num sentido nacionalista amplo que se afirma no fim do século XIX no domínio da literatura, mas também da sociologia, da antropologia, da história, da arte ou da arquitectura, e que se prolonga pelo século XX. No entanto, importa distinguir nele tendências ou fases distintas. Ou seja, deve diferenciar-se o que se pode considerar um «artifício ideológico» construído com base na Tradição e o que é, na verdade, fruto de um impulso «natural» de «regresso à terra» e de crítica ao modismo estrangeirado, sobretudo de influência francesa. Isto é, há que separar, até certo ponto, o movimento cultural propriamente dito de um movimento de justificação de uma doutrina integralista ou de uma doutrina católica, que por vezes se encontram e que, com outros aportamentos

* Este capítulo teve como base a comunicação apresentada no Congresso Internacional «Almeida Garrett. Um romântico, um moderno», realizado em Coimbra de 3 a 5 Fevereiro 1999, e depois publicada nas respectivas actas «Garrett e o Nacionalismo Cultural integralista e salazarista», in *Almeida Garrett. Um romântico, um moderno*. 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, vol. II, pp. 303-322.

¹ Ver «Neogarrettismo», in Jacinto Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. II, Porto, Figueirinhas, 1971, pp. 711-714.

politicoculturais, vêm a convergir no processo de eclosão de uma «Revolução Nacional» que abre caminho ao Estado Novo, ainda que alguns «integralistas» e «católicos» a ele se venham opor.

Expliquemos ainda melhor, invocando alguns argumentos já atrás referidos: o movimento nacionalista cultural não tem propriamente um sentido político definido; pode dizer-se que participou dele um largo espectro de intelectuais de ideologias diversas, mais ou menos identificáveis, tais como monárquicos legitimistas ou liberais, republicanos, católicos ou laicistas. Tiveram eles como intenção, como se disse, o regresso a uma «cultura da terra», à literatura popular originária ou a uma literatura criada a partir das raízes portuguesas — daí que sempre se equacione o significado que neste movimento teve o Garrett do *Romanceiro* (1843) ou das *Viagens na Minha Terra* (1846) —, a uma história portuguesa, a uma arte portuguesa, a uma arquitectura portuguesa, ao conhecimento dos usos e costumes dos portugueses. Neste contexto, perfilam-se autores tão diferentes como Alberto de Oliveira, Teófilo Braga, Afonso Lopes Vieira, Augusto Gil, António Nobre, António Patrício, António Correia de Oliveira, o próprio Oliveira Martins ou mesmo Eça de Queirós, Manuel da Silva Gaió, Adolfo Coelho, Raul Lino, depois Teixeira de Pascoaes e o movimento da «Renascença», Jaime Cortesão, o movimento intitulado Sociedade de Propaganda de Portugal, Fidelino de Figueiredo e a primeiramente chamada Sociedade Nacional de História, que tinha como modelo instituições como a Sociedade Alemã de História do Barão de Stein, revistas como *Revista de Portugal*, *Revista de História*, *Portugalia*, *Lusitânia*...

Mas, se não teve um sentido político definido, também é verdade que criou, como na França ou na Itália, um caldo cultural que poderia afirmar-se como um movimento político ou como um regime integralmente nacionalista. Concretizando, deve dizer-se que, com base nesta via de cultura, se poderia formar uma tendência para movimentos de direita, de várias sensibilidades, que convergiram no salazarismo, criarem imagens e representações sobre figuras da história portuguesa que, à partida, pareceriam dificilmente compatíveis com as suas ideologias. Estamos não só a falar de intelectuais monarquicoliberais emblemáticos, interpretados como «conservadores» ou «radicais» (como Herculano ou Garrett), mas também intelectuais republicanos (como Teófilo Braga) ou que passaram pelo socialismo de raiz

proudhoniana ou «catedrática» (como Antero de Quental ou Oliveira Martins). Eles foram submetidos a um tratamento de «reabilitação» ou de «conversão» a ideologias. Começamos por tratar do caso de Garrett neste capítulo, a que se seguirão as reflexões, no capítulo seguinte, sobre Antero e Oliveira Martins.

A «reabilitação» de Garrett

Púnhamos, pois, de parte o «liberalismo» de Herculano ou, mais claramente, o modo como integralistas viram nele um «liberalismo» entre aspas, por assim dizer «integralista» (os pensadores da *Nação Portuguesa* não negavam a ideia de «liberdade» no plural — o conceito de «liberdades», também tão caro a Salazar, para que pareciam apontar as concepções municipalistas do exilado de Vale de Lobos)², ao passo que os republicanos o consideravam um inspirador da República³. Vejamos, portanto, mais detalhadamente, como foi representado Almeida Garrett que, apesar de algumas conhecidas (mas nem sempre bem contextualizadas) ambiguidades político-sociais, alinhou, no seu tempo, com a ala mais radical do liberalismo, o setembrismo, identificando-se em 1836 com os seus amigos dos tempos de Coimbra, os irmãos Passos, redactores do quase republicano *Amigo do Povo*⁴.

Mas os integralistas não procuraram surpreendê-lo nessa época. António Sardinha, o patriarca do Integralismo Lusitano, escreveu, na revista *Nação Portuguesa*, um longo artigo que intitulou «O testamento de Almeida Garrett». Vai à procura de um dos seus últimos discursos, na Câmara dos Pares, proferido na sessão de 21 de Janeiro de 1854, o ano da sua morte. Garrett

² Cfr. Hipólito Raposo, «A voz do profeta», in *Nação Portuguesa*, n.º 2, pp. 33-37, e uma carta (datada de «Coimbra, 14-VII-914» assinada «M.M.») intitulada «O 'liberalismo' de Alexandre Herculano», in *Nação Portuguesa*, n.º 4, 1914, pp. 121-124.

³ António José de Almeida, «Centenários», *Alma Nacional*, n.º 12, 28.4.1910, pp. 177-180.

⁴ Ver, da nossa autoria, «A imprensa estudantil de Coimbra e o radicalismo liberal vintista», in *O Liberalismo na Península Ibérica na 1.ª metade do século XIX*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 241-256.

usara então palavras de grande sentido crítico, «popular» e antipolítico liberal, que são transcritas na íntegra por Sardinha:

Mais dez anos de barões e de régimen da matéria, e infalivelmente nos foge deste corpo agonizante de Portugal o derradeiro suspiro do espírito. Creio isto firmemente. Mas ainda espero melhor todavia, porque o povo, o povo povo, está são: os corruptos somos nós, os que cuidamos saber e ignoramos tudo. Nós que somos a prosa vil da nação, nós não entendemos a poesia do povo. Nós, que só compreendemos o tangível dos sentidos, nós somos estranhos às aspirações sublimes do senso-íntimo que despreza as nossas teorias presunçosas, porque todas vêm de uma acanhada análise que procede curta e mesquinha dos dados materiais, insignificantes e imperfeitos: — enquanto ele, aquele senso íntimo do povo, vem da razão divina, e procede de síntese transcendente, superior, e inspirada pelas grandes e eternas verdades porque se não demonstram, porque se sentem.⁵

É o «testamento de Garrett», no dizer de António Sardinha. Garrett que bebera «o ópio das mil e uma utopias», mas que fora salvo pelo «sentimento do Povo»⁶. Por isso ele colecionara no *Cancioneiro* as cantigas populares e dissera na sua Introdução: «É obrigação de consciência para quem levanta o grito de liberdade num povo, achar as regras, indicar os fins, aparelhar os meios dessa liberdade, para que ela não se precipite na anarquia. [...] Não basta concitar os ânimos contra a usurpação e o despotismo; destruído ele é preciso pôr a lei no seu lugar. E a lei não há-de vir de fora; das crenças, das recordações, das necessidades do país deve sair para ser a sua lei natural e não substituir uma usurpação a outra usurpação».⁷

Mas, na verdade, Garrett — segundo Sardinha — sempre defendera convicções «liberais» de tipo integralista, contra um absolutismo com raízes não portuguesas: ele defendera concepções de um liberalismo nacionalista

⁵ «O testamento de Garrett», in *Nação Portuguesa*, n.º 10, Dezembro de 1915, pp. 293-294.

⁶ Cfr. *artigo e lug. cit.*, p. 293.

⁷ *Idem*, p. 298.

que tentara atacar o «absolutismo» estrangeirado de Pombal, o regime «que introduzira abusos realmente sem perdão na monarquia temperada de Raça»⁸. Por isso pensava que não havia contradição entre o «revolucionário» e o «tradicionalista». Garrett teria sido apenas «uma vítima imolada à observância romântica do Ideal, que se revestia para ele do prestígio religioso dum evangelho de redenção»⁹. Todavia, no fim da sua vida, ele despertara para a «realidade», anunciando já «uma política histórica de factos sobrepondo-se a uma política abstracta de princípios»¹⁰. Assim, Sardinha entendia-o, nem mais nem menos, como «um dos mestres mais ilustres do *Integralismo Lusitano*». «Ele representa — escrevia na *Nação Portuguesa* — o espírito novo que, contagiado pela sedução infinita das ideias francesas, não deixou em todo o caso extinguir-se nas veias a voz ancestral do sangue, mais forte, afinal, no cair das últimas folhas, que o veneno de encanto em que a alma se lhe embebera durante o bater alto das paixões»¹¹.

E também as *Viagens na Minha Terra* serviram, naturalmente, de fonte a Sardinha para ver em Garrett o fogo do «integralismo» ou, pelo menos, a desilusão perante um mundo em que os frades foram, com desvantagem, substituídos pelos barões¹².

É evidente a transferência que Sardinha procura fazer com estas e outras «conversões». A fé de Garrett num mundo diferente era semelhante à fé dos integralistas, que ele hasteava com as palavras do Cardeal Mercier: «Quando todas as armas se nos quebram nas mãos, não nos resta senão a fé para vencermos.»¹³. Sardinha, germanófilo, e, não contraditoriamente, francófilo contra-revolucionário, acreditava em tudo, até na guerra purificadora, para pôr fim ao império do liberalismo maçónico: «Francófilo que me mostrei já em público, eu desejo agora veementemente a vitória da Alemanha. Só pela

⁸ *Idem*, p. 299. Para se entender a posição que o Integralismo teve em relação ao pombalismo, ver o nosso livro *História e Ideologia* (Coimbra, Minerva, 1989), cap. III, sobretudo p. 84 ss..

⁹ *Idem*.

¹⁰ *Idem*, p. 294.

¹¹ *Idem*, p. 293.

¹² Continuação do *art. cit.*, in *revista cit.*, n.º 11, Abril de 1916, p. 325 ss..

¹³ *Idem*, p. 336.

vitória dos Impérios Centrais nós teremos, com a derrota da Maçonaria, o restabelecimento da ordem legítima que permitirá à França ressarcir-se, a nós outros curar-nos. [...] Eis porque a guerra actual significa um bem extraordinário para o futuro das Nacionalidades»¹⁴.

E termina o longo artigo com estas palavras:

É de incertezas o momento que corre? É que Deus apaga quando quer construir, — já dizia da Revolução Joseph de Maistre. Talvez que nas derrotas sobre derrotas em que parecemos ir a pique Deus esteja apagando para construir connosco alguma coisa de mais sólido e de melhor.

Tenhamos fé. Não é Portugal um «reino de milagre», segundo Garrett nosso mestre? Se o é porque não havemos de acreditar no *milagre de Ourique?*¹⁵

Era, pois, assim, desta forma ideológica, que Garrett e outros liberais eram «aproveitados» pelo Integralismo Lusitano. O seu «Chefe» começava por dar o tom e, apesar da sua morte prematura (1925), o eco do seu pensamento foi persistindo, passando mesmo para alguns salazaristas que aprenderam politicamente no breviário da *Nação Portuguesa* ou... da *Action Française*.

Garrett e o nacionalismo do Estado Novo

Portanto, Garrett teria também de ser considerado como uma bandeira nacionalista no Estado Novo. No entanto, curiosamente, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) não o escolheu para patrono de nenhum dos prémios literários. Conforme vimos, para o de teatro elegeu Gil Vicente e para o de romance Eça de Queirós, tendo optado por Antero para o prémio de poesia, ao passo que escolhia, como era natural, Herculano para o prémio

¹⁴ *Art. cit.*, in *revista cit.*, n.º 10, Dezembro de 1915, p. 301.

¹⁵ Continuação do *art. cit.*, in *revista cit.*, n.º 11, Abril de 1916, p. 336.

de História¹⁶. Por outro lado, o Teatro Nacional, que veio a ser nomeado de Almeida Garrett, no princípio do século, por altura da República, voltou a ser designado no Estado Novo por Teatro Nacional D. Maria II. O respeito ao Poder (a Rainha, em cujo reinado se iniciara a campanha garrettiana em prol do teatro português), mais do que a homenagem ao dramaturgo liberal, estava adequada a uma situação ideológica e cultural do Estado de Salazar. Mas, se o movimento de largo espectro ideológico desenvolvido no contexto das comemorações do Primeiro Centenário do seu nascimento (1799-1899) levou Garrett ao Panteão dos Jerónimos, no Estado Novo foi confirmada a sua memória patriótica com a transferência dos seus restos mortais para o Panteão de Santa Engrácia¹⁷.

Frei Luís de Sousa, a peça clássica da dramaturgia romântica, era de leitura obrigatória no 4.º Ano dos liceus¹⁸, de acordo com os programas, quer de 1936 quer de 1948¹⁹. Várias vezes encenada, foi adaptada ao cinema, em 1950, pelo grande cineasta do regime António Lopes Ribeiro, sendo o filme (como atrás dissemos) galardoado com a atribuição do Grande Prémio do Secretariado Nacional da Informação (SNI). O certo é que a peça de Garrett casava-se perfeitamente com o sebastianismo, que teve um certo significado na mentalidade nacionalista portuguesa e que foi, de algum modo, estimulado pelo Estado Novo. Mas, recorde-se que antes da obra de Garrett ter uma versão fílmica tiveram-na — como vimos — outras obras «clássicas» da literatura portuguesa, como *As Pupilas do Senhor Reitor*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca* e *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis, e o *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco. E o primeiro desses filmes citados mereceu da Inspeção Geral dos Espectáculos um elogio nacionalista,

¹⁶ Cfr. António Ferro, *Prémios literários (1934-1947)*, Lisboa, Edições SNI, 1950.

¹⁷ Cfr. o capítulo de Fernando Catroga, «Ritualizações da História», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, tomo 2, Lisboa, 1998, especialmente p. 350 ss..

¹⁸ Hoje correspondente, *grosso modo*, ao 8.º ano.

¹⁹ Cfr. *Ensino Liceal. Reforma dos estudos e respectivos programas. Decreto-Lei n.º 27.084 e decreto n.º 27.085, de 14 de Outubro de 1936. Alterações:...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, *Programas das disciplinas do Ensino Liceal. Decreto n.º 37.112, de 22 de Outubro de 1948*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949, p. 9.

que surgiu antes do genérico: «A Inspeção-Geral dos Espectáculos ao visar o filme *As Pupilas do Senhor Reitor* louva a firma Tobis Portuguesa e todos aqueles que intervieram na realização desta obra que levará aos Portugueses dispersos pelo mundo uma bela expressão de arte nacionalista que firmemente os ligará à PÁTRIA comum»²⁰.

Esta afirmação tem uma conotação tão expressiva em termos de cinema como tem a obra preparada por António Ferro no fim do seu mandato no SNI — *Portugal. Breviário da Pátria para portugueses ausentes* (1946)²¹. Nas páginas breves sobre literatura portuguesa do escritor José Osório de Oliveira (intelectual nacionalista e um estudioso do romance garrettiano²²), inseridas nessa obra nacionalizadora do pós-guerra, salienta-se, embora de uma maneira branda, o nacionalismo literário de Garrett, o Garrett do poema narrativo *Camões*, das *Viagens na Minha Terra* («criou a moderna prosa portuguesa»), de *Frei Luís de Sousa* ou de *Filipa de Vilhena*, minorando também o significado do romance histórico *Arco de Sant'Ana*, revelador sem dúvida de uma sensibilidade liberal e anticlerical²³.

De resto, nas bibliotecas das Casas do Povo salazaristas, organizadas segundo o padrão ideológico do regime, deparámos (conforme escrevemos) com *Viagens na Minha Terra*, excertos do *Romanceiro* e com *Frei Luís de Sousa*²⁴. E ainda com a significativa colectânea de João de Castro Osório (irmão de José Osório de Oliveira), publicada pelo SNI, elucidativamente intitulada *Almeida Garrett. Doutrina restauradora nacional*²⁵.

²⁰ Pode ler-se este texto, como se disse, no início do filme, que pode ser visionado no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) ou na edição de vídeo da Tóbis/Luso-mundo.

²¹ *Portugal. Breviário da Pátria para portugueses ausentes*, Lisboa, S.N.I., 1946.

²² É da sua autoria uma obra, publicada em 1936, intitulada *O romance de Garrett*.

²³ Cfr. José Osório de Oliveira «Visão da literatura portuguesa», in *Portugal. Breviário da Pátria para portugueses ausentes*, sobretudo pp. 345-348.

²⁴ Ver, *supra*, o que dissemos no cap. IV, da parte III.

²⁵ *Almeida Garrett. Doutrina restauradora nacional. Selecção e Prefácio de João de Castro Osório*. Colecção «Páginas Portuguesas», Lisboa, S.N.I. – Edições Panorama, 1960.

As ideias de João de Castro Osório expostas no prefácio dessa obra, publicada em ano tardio do Estado Novo (1960), já estavam afastadas da ferosidade das teses e das práticas do Nacionalismo Lusitano dos anos vinte, movimento a que o autor pertencera, do seu *Manifesto Nacionalista* (1919) e do opúsculo *A Revolução Nacionalista* (1922). No entanto, o filho da militante republicana Ana de Castro Osório, que defendera ideias opostas à sua mãe, mantinha idêntica intenção nacionalista, uma concepção de «nacionalismo leve» e pretensamente consensual, própria da época. Garrett aparecia aí como dinamizador de uma «intensa reacção romântica» nacional, «oposta ao predomínio, prejudicial, das teorias e doutrinas clássicas e particularmente ao mais opressivo Classicismo Francês». E apreciava-o simultaneamente na sua identidade política, social e literária, com estas palavras, de certa ambiguidade mas elucidativas, que posicionavam o escritor acima da «guerra partidária»:

O que pôde elevar o grande espírito de Almeida Garrett acima da guerra partidária do seu tempo, não foi o desinteresse pela actividade política e social. Foi o confronto dessa actividade, e seus ideais e paixões, com as verdades conquistadas na muito mais profunda e sempre consciente realização literária

A doutrina renovadora e nacionalizadora progressivamente construída na experiência poética e na concordante Crítica de Literatura levaram-no a corrigir os erros da doutrina partidária adoptada, a repudiar os outros, do Partido oposto, a fortalecer intuições iniciais e a concretizar ideias e aspirações novas.

De todo este fecundo trabalho mental resultou a definição de uma doutrina justa da ordem política e dos seus princípios verdadeiros. E foi essa doutrina de restauração nacional, oposta a dissensões partidárias e usurpações de classe, a que depois guiou Almeida Garrett na melhor e mais independente e pessoal actividade política.²⁶

²⁶ *Ob. cit.*, pp. XIX-XX.

Por isso, a colectânea de João de Castro Osório caracterizava-se pelo seu essencial carácter finalista — provar, de acordo com as intenções que deveriam presidir a «uma verdadeira, consciente e profunda Política do Espírito e da Cultura»²⁷ (designação usada particularmente por António Ferro), que Garrett era afinal um precursor das teses estéticas e políticas de «união nacional», de variadas sensibilidades. Assim, explicava: «Tal como existe e pude reconstruí-la, a “Doutrina Restauradora Nacional” de Garrett precedeu todas as doutrinas de Nacionalismo»²⁸.

Não vamos analisar essa colectânea, que contém excertos das várias obras de Garrett: recolha de textos populares (como o *Romanceiro*), novela (*Viagens na Minha Terra*), romance histórico (*Arco de Sant’Ana*), lírica (*Camões* ou *Folhas Caídas*), teatro (*Catão*, obra de juventude, *Um Auto de Gil Vicente*, *Filipa de Vilhena*, *O Alfageme de Santarém* ou, evidentemente, *Frei Luís de Sousa*), obra pedagógica (*Da Educação*), obra histórica, linguístico-literária ou política (*Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* e *Memória Histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira*), cartas («Ao Senhor Duarte Leça», por exemplo), textos de pedagogia, de reflexão ou de intervenção políticas (*Carta de Guia para Eleitores*, 1826, *O Dia 24 de Agosto* ou *Portugal na Balança da Europa*, e discursos parlamentares)... O que simplesmente vamos seguir é a linha de pensamento de Garrett – João de Castro Osório – SNI/Estado Novo, através dos títulos escolhidos pelo coordenador dos textos, que parecem bem esclarecedores:

I. A NAÇÃO E A TERRA DE PORTUGAL — E A DESANIMADORA, AVILTANTE
E DESTRUIDORA ACÇÃO DOS NOVOS BÁRBAROS

II. TRADIÇÕES E MONUMENTOS DO ESPÍRITO CRISTÃO E NACIONAL — E
O MATERIALISMO INIMIGO

III. A LÍNGUA PORTUGUESA E OS PERENES PRINCÍPIOS DA GENUÍNA
REALIZAÇÃO LITERÁRIA

IV. A RENOVADORA REACÇÃO ROMÂNTICA E O PROFUNDO ENRAIZAMENTO
NAS TRADIÇÕES NACIONAIS

²⁷ *Idem*, p. XXI.

²⁸ *Idem*, p. XXVII.

V. O PENSAMENTO NACIONAL QUE PERMITIU E GUIOU A RESTAURAÇÃO DA LITERATURA DRAMÁTICA E DO TEATRO

VI. ESTUDO COMPREENSIVO DA LINGUAGEM, DA LITERATURA E DA HISTÓRIA NACIONAIS, FUNDAMENTOS NECESSÁRIOS DA VERDADEIRA EDUCAÇÃO

VII. O PODER POLÍTICO E O PODER INTELECTUAL SEPARADOS E AMEAÇADOS POR IDEIAS DESTRUTIVAS — E A FÉ QUE RECONSTRUIRÁ O MUNDO

VIII. O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL RESTAURADOR E O SEU CONFRONTO COM AS ESPERANÇAS, OS ERROS E AS RUÍNAS DA ÉPOCA VIVIDA

IX. A DOUTRINA RESTAURADORA NACIONAL EM LUTA, ISOLADA, CONTRA AS FACÇÕES, AS USURPAÇÕES DE CLASSE E AS TIRANIAS DEMOCRÁTICAS.

Como se vê, tudo se articulava para fazer de Garrett um espírito nacionalista, tradicionalista e cristão, em luta contra os «novos bárbaros», o «materialismo», as «ideias destrutivas», «os erros e as ruínas da época», «as facções, as usurpações de classe e as tiranias democráticas». Ele era considerado o inspirador, a longa distância, das concepções correntes no governo de Salazar. O método de «colagem» descontextualizada servia, de forma exemplar, para pôr em prática a estratégia da «conversão».

Mas, para além destes e de outros escritos e até de eventuais citações de Garrett nos próprios discursos de Salazar²⁹, o que confere ao escritor marca da «oficialidade ideológica» é sem dúvida a celebração do Primeiro Centenário da sua morte, em 1954, ano dos grandes conflitos com a União Indiana pela posse do «Estado da Índia», com a consequente reafirmação nacionalista e «imperial».

²⁹ Salazar, que teria sido leitor assíduo dos nossos escritores de referência, não deixou de citar Garrett pelo menos uma vez, no seu «depoimento» proferido no Palácio da Bolsa do Porto, em 7 de Janeiro de 1949, ao inaugurar a conferência da União Nacional e a campanha para a reeleição do general Óscar Carmona como Presidente da República. Trata-se de um discurso muito importante em que procurou analisar o regime nas suas várias conexões. Falou então de «O regime e a Igreja» e referiu-se ali – citando Garrett – às consequências da incompreensão do liberalismo pelo «frade»: «Em virtude daquela mútua incompreensão a que aludira Garrett – nós não compreendemos o frade... – o constitucionalismo recém-nascido destruiu as ordens religiosas, e com esse golpe não só diminuiu o potencial humano de apostolado, mas as riquezas afectas ao serviço religioso e às obras de assistência» (*Discursos e notas políticas*, vol. IV, 1943-1950, Coimbra, Coimbra Editora, s. d., p. 371).

Por iniciativa do ministro da Educação Nacional, Fernando Pires de Lima, foi constituída uma Comissão Nacional que teve à frente a figura mais «oficial» da intelectualidade portuguesa, Júlio Dantas — que havia sido o presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, em 1940 —, e como vogais «intelectuais» do Estado Novo, professores, diplomatas e escritores ligados ao regime e até, outrora, a ideias nacionalistas radicais. Entre eles, podemos destacar: Caeiro da Mata, professor universitário, político, diplomata e então presidente da Academia Portuguesa da História; Reinaldo dos Santos, professor e presidente da Academia Nacional de Belas-Artes; José Manuel da Costa, sucessor de António Ferro no SNI; José Beleza dos Santos, professor da Faculdade de Direito de Coimbra e germanófilo; o embaixador, escritor e director do oficioso *Diário de Notícias*, Augusto de Castro; António Almeida Garrett, director da Faculdade de Medicina do Porto, deputado na Assembleia Nacional e representante da família do escritor; ou o poeta emblemático do regime, António Correia de Oliveira³⁰.

As comemorações foram marcadas pela afirmação da imagem nacionalista de Garrett, expressa em muitos discursos de circunstância, muito mais comuns do que as conferências de análise científica ou estética da obra e da acção do escritor³¹. Sintomaticamente, as celebrações começaram no dia 9 de Novembro de 1954, no Mosteiro dos Jerónimos, com a entrega do féretro de Garrett à guarda da Mocidade Portuguesa e com o discurso nacionalista do seu Comissário Nacional, Gonçalves Rodrigues. Nesse mesmo dia, falaram também na Assembleia Nacional o ministro Pires de Lima e Júlio Dantas. As orações oficiais, integradas nas cerimónias realizadas um pouco por todo o lado, mas sobretudo em Lisboa, no Porto (onde foi erguida uma estátua, na Avenida dos Aliados, do escultor Barata Feio), em Coimbra, em Santarém e em Angra do Heroísmo³², sucederam-se vertiginosamente

³⁰ Ver *Comemoração do Primeiro Centenário do Visconde de Almeida Garrett (1854-1954)*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1959, pp. 23-26. A Comissão foi nomeada no *Diário do Governo*, n.º 23, 2.ª série, 28 de Janeiro de 1954.

³¹ *ob. cit.*, *passim*.

³² Ver o «Programa oficial dos actos e solenidades comemorativos do Centenário de Almeida Garrett», in *ob. cit.*, pp. 37-44.

no curto espaço de um mês. Discursaram o presidente da República, general Craveiro Lopes, o ministro do Interior, Trigo de Negreiros, o ministro da Presidência, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), o ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, o presidente da Assembleia Nacional, Albino dos Reis, e o secretário nacional da Informação, José Manuel da Costa. Garrett era sempre considerado, como se disse, o escritor nacionalista que se entusiasmara pela Revolução liberal, mas que a soubera acusar, em momento próprio, envolvido que estava, essencialmente, na defesa das «liberdades» do «Povo», entendido como suprema entidade nacional. No dizer de Trigo de Negreiros, «Garrett é liberal e não liberalista»³³. Era a velha distinção feita desde o século XIX, por legitimistas e «católicos», e que será retomada pelos integralistas.

Para além destes discursos, podem acrescentar-se outras orações de circunstância. Não faltou a voz da Igreja, pela palavra de um dos bispos mais próximos do regime, D. Manuel Trindade Salgueiro, que falou sobre «O pensamento religioso de Garrett»³⁴, no acto que encerrou as cerimónias de celebração, na igreja dos Jerónimos, em 9 de Dezembro de 1954, altura em que se deu o último render da guarda da Mocidade Portuguesa aos despojos mortais do escritor. Também as Academias tiveram um papel importante neste centenário, nomeadamente a Academia das Ciências, a quem coube realizar, no dia 9 de Dezembro, à noite, a sessão solene de encerramento, onde se ouviram discursos oficiais, em que falou o seu presidente e também presidente da comissão das comemorações, Júlio Dantas, e na qual não faltaram os discursos formais de outros académicos estrangeiros, da Academia Francesa, da Academia Espanhola, da Academia Belga e da Academia Brasileira de Letras.

A diferir um pouco deste discurso predominantemente «oficial» ou «académico», poderemos destacar as conferências de Hernâni Cidade ou de Jacinto Prado Coelho, na Faculdade de Letras de Lisboa³⁵. E também as

³³ *Idem*, p. 92.

³⁴ Cfr. *ob. cit.*, pp. 457-467.

³⁵ Cfr. Hernâni Cidade, «Garrett, poeta», e J. Prado Coelho, «Garrett, prosador», in *ob. cit.*, respectivamente, pp. 253 ss. e 267 ss..

celebrações no Ateneu Comercial do Porto, de 17 de Novembro, em que fez uma breve alocução um velho «republicano», António Macedo, presidente da Assembleia Geral do Ateneu, embora se seguisse a conferência sobre «Garrett, Educador», de Américo Pires de Lima³⁶, professor universitário, que também se aproximava das ideias pedagógicas do regime, de tipo nacionalista³⁷. E será ainda no Ateneu que se publicará uma obra composta por quatro conferências de João Gaspar Simões³⁸, igualmente o autor do texto sobre Garrett na obra editada pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados, em 1947 e 1960, intitulada *Jurisconsultos Portugueses do século XIX*³⁹.

A Universidade de Coimbra e o Centenário de Garrett

Para terminar este capítulo, vejamos como a Universidade de Coimbra encarou Garrett, que fora ali estudante de Leis e que ali tomara as mais vivas posições políticas contra o Absolutismo monárquico e o conservadorismo da Escola.

A nova cidade universitária⁴⁰, que o Estado Novo ergueu na velha acrópole e nas imediações, não concedeu ao Teatro Académico, do arquitecto Alberto José Pessoa, só inaugurado nos anos sessenta e que constitui uma das obras mais interessantes e «modernas» de todo o conjunto arquitectónico, o nome de Garrett, como os estudantes desejavam. E, na verdade, fora em Coimbra que ele se iniciara no mundo teatral. Mais uma vez, Gil Vicente fora o

³⁶ Cfr. *ob. cit.*, pp. 189 ss. e 195 ss..

³⁷ Cfr. o que dissemos no capítulo «Ensino da História», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, tomo 2, Lisboa, 1998, pp. 134-135.

³⁸ *Garrett. Homenagem do Ateneu Comercial do Porto*, Porto, 1954. A obra inclui as conferências: «Garrett, homem público», «Garrett, poeta», «Garrett, dramaturgo» e «Garrett, romancista».

³⁹ Cfr. José Pinto Loureiro (dir. e colaboração), *Jurisconsultos portugueses do século XIX*, vol. II, Lisboa, Conselho Geral da Ordem dos Advogados, 1960, pp. 174 ss..

⁴⁰ Ver Nuno Rosmaninho, *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo. Os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Minerva, 1996, e *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

escolhido. No entanto, no novo edifício da Faculdade de Letras, inaugurado em 1951, do mesmo arquitecto, mas com uma lógica do que denominaríamos «arquitectura do Poder», de tipo autoritário/totalitário, Garrett aparece, entre os escritores consagrados, no fresco evocativo do «Génio Português», da autoria de Severo Portela Filho.

O Centenário de Garrett foi, como era natural, também celebrado em Coimbra, com uma conferência de Beleza dos Santos, «Garrett e a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra», na qual se evidencia o sentido de defesa da Universidade, utilizando para tal mais as palavras de Herculano do que as de Garrett que, frequentando a velha Escola no período conturbado do vintismo, lhe dirigiu observações de grande crítica. Um pouco como sucedera em 1942 com o centenário de Antero de Quental (de que falaremos no capítulo seguinte), utilizou-se idêntico processo, que constituía em valorizar Garrett na sua perspectiva literária, intelectual e moral, e em secundarizar a sua ideologia liberalista ou valorizar certas atitudes que poderiam ser interpretadas como posições rebeldes contra a «situação» política e universitária.

Num discurso proferido pelo reitor da Universidade, Maximino Correia, em 2 de Dezembro de 1954, na presença do ministro da Educação, Fernando Pires de Lima, apresentou-se Garrett, por assim dizer, como o «estudante modelo», ou, melhor, «um estudante *integral*» (no dizer do próprio orador), com características quase contraditórias:

Esse estudante *integral* que foi João Baptista da Silva Leitão, estudou e foi alegre, fez versos e discursos, mas ralou-se com o Digesto e as Pandectas, foi às aulas, cumpriu os seus deveres e disse mal dos lentes...⁴¹

Mas também, falando das «informações» negativas que lhe foram dadas pela Congregação da Faculdade de Leis em *procedimento e costumes* e em

⁴¹ «Sessão solene comemorativa do Centenário de Almeida Garrett. 2-12-1954», in Maximino Correia, *Ao serviço da Universidade de Coimbra. 1939-1960*. Coimbra. Por ordem da Universidade, 1960, p. 415. O discurso de Maximino Correia está também publicado no citado volume *Comemoração do Primeiro Centenário do Visconde de Almeida Garrett*, p. 403 ss..

«*prudência, probidade e desinteresse*», ao contrário do que sucedera em «*merecimento literário*», o reitor desculpou e justificou o voto dos seus colegas do século anterior: «Irrequieto, pertencendo a sociedades secretas, ousado nas palavras e nos actos, levantando efervescência pelos seus discursos e poesias, no meio académico, quem poderá censurar aquele voto a mais em desfavor do seu procedimento e costumes?»⁴²

O lente de Medicina e reitor, que também militara nas hostes republicanas antes de se inserir no Estado Novo, descobria, porém, na personalidade de Garrett, qualidades profundas que iam para além dos partidarismos e que o integravam nos conceitos básicos dos defensores da Tradição. O que considerava as linhas básicas da «sua Universidade», e até mesmo da própria personalidade institucional e pessoal do escritor, não estão ausentes de forma directa ou indirecta, nesta apreciação que vamos transcreever. Garrett era para ele um homem superior, coerente, acima das tendências — era um defensor do imutável, do essencial, ... tal como a Universidade de Coimbra e o seu reitor. Vejamos as palavras de Maximino Correia:

A personalidade de Garrett, opulenta, variada, desconcertante, por vezes, nada tem de incoerente, nem contraditória.

Aqueles que buscam em pormenores da sua vida, em passagens dos discursos, dos versos e dos romances, dos panfletos ou dos dramas, provas da versatilidade com que pretendem condená-lo, fazem-no baldadamente.

Só os ignorantes dos dados mais rudimentares da biologia e da fatal evolução dos sentimentos, reacções do organismo a estímulos que vão sofrendo modificações mais ou menos profundas, poderão ver outra coisa que não seja a fidelidade mais evidente aos princípios basilares que nortearam os seus actos.

Difícilmente, porém, o homem que não pertencia às direitas, nem às esquerdas, para pertencer a si próprio, deixaria de descontentar uns e outros.

⁴² *Ao serviço da Universidade de Coimbra*, p. 418.

É a triste sina da condição humana quando a independência do espírito é a linha que pauta a conduta de uma vida sem mácula.

Um talento que se revela é cortejado sistematicamente por gregos e troianos e, se ao lado desse talento não existem outras qualidades de energia, carácter, desapego dos bens do mundo, adeus independência, que em breve se enfeuda a uns ou a outros.

Garrett tinha uma alma heróica, capaz de se dar inteiramente à defesa de uma causa justa, pronto a sacrificar-se até à miséria para não ceder, a abdicar de todos os bens terrenos a que tinha direito.⁴³

E depois:

O seu amor pelas tradições, pelos monumentos, pela nossa História: a defesa da Língua e o acendrado culto por Camões; a sua inalterável fé religiosa e os conceitos de liberdade pela ordem e pela justiça, são os princípios que Garrett defendeu através de todas as desordens e desmandos, de todas as intranquilidades e incompreensões.⁴⁴

É certo que dissera mal dos lentes e da Universidade — de uma Universidade que corporativamente sempre se reunia em defesa da sua honra quando era atacada, como sucedera com o caso de Aquilino Ribeiro em 1952⁴⁵ —, mas tal compreendia-se devido à sua juventude. E, ainda assim, Garrett, no ano da sua morte, apesar das críticas à Universidade, que

⁴³ *Idem*, pp. 418-419.

⁴⁴ *Idem*, p. 421.

⁴⁵ O caso foi suscitado por uma crítica feroz à Universidade de Coimbra feita por Aquilino, na obra *Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1952, na parte referente ao rei reformador da Universidade no século XVI (cfr. «D. João III Absoluto e Ditoso», IV, p. 147). Através dos professores e antigos estudantes de Coimbra que eram deputados na Assembleia Nacional, a Universidade foi defendida e Aquilino Ribeiro foi fortemente atacado. O Senado da Universidade reuniu em sessão extraordinária, em 20 de Dezembro de 1952, tomando idêntica atitude e agradecendo aos deputados. Cfr. *Desagravo. Três discursos na Assembleia Nacional. Moção do Senado da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1953.

manteve, em parte retratara-se desse seu pecadilho, conforme lembrava o reitor quase nas últimas palavras do seu discurso:

Desejo que ecoem nesta Sala palavras de Garrett [...]. São do discurso proferido em sessão da Câmara dos Pares, em 10 de Fevereiro de 1854: «...salvo o devido respeito, que sinceramente consagro a todos os que exercem a nobre e sagrada profissão do magistério, com todo o acatamento, gratidão e filial amor, que devo à *alma mater*, que me criou, a nossa veneranda Universidade de Coimbra, da qual, por mais que se diga, e apesar dos defeitos que em sua instituição reconheço, não pode negar-se que seja a única, verdadeira e completa instituição que temos do ensino superior».⁴⁶

Na verdade, o discurso do reitor da Universidade de Coimbra, onde fora professor Salazar e onde o estadista foi várias vezes homenageado, era consentâneo com a doutrina do Estado Novo⁴⁷. No seu estilo, o reitor «convertera» também Almeida Garrett — embora de um modo diferente do que o fez (como vimos) João de Castro Osório —, integrando-o numa visão nacionalista, sem nenhuma conotação política especial. Ele não contradizia o espírito da Universidade de Coimbra, que constituía então, de um modo ideologicamente próprio, um dos «símbolos nacionais». A imagem oficial (ou de regime) da Universidade era a de «reserva moral e intelectual da Pátria» ou — conforme as próprias palavras de Salazar de 1948, que o reitor afixará, em 1959, na entrada da «Sala dos Capelos» — de «o mesmo ser moral que vem afirmando-se desde séculos», apesar de «tanta coisa que parecia sagrada ou eterna» se dispersar e dissolver «no mar revolto que é o Mundo de hoje»⁴⁸. Garrett fora afinal, pesem embora as aparentes (e reais) contradições, o «estudante integral», o «estudante modelo», irreverente mas estudioso, talentoso e, acima de tudo, um português, muito acima de todas as facções. Era, em síntese, o discurso característico do Estado Novo.

⁴⁶ Maximino Correia, *ob. cit.*, p. 423.

⁴⁷ Ver o nosso livro *A Universidade e o Estado Novo* (Coimbra, Minerva, 1999), onde algumas das ideias consideradas neste ponto são desenvolvidas.

⁴⁸ *Idem*, p. 528.

II

ANTERO DE QUENTAL E OLIVEIRA MARTINS NAS LEITURAS INTEGRALISTA, CATÓLICA E SALAZARISTA*

As leituras ideológicas da história — Antero de Quental e Oliveira Martins

É conhecida a afirmação polémica de Benedetto Croce de que a História é sempre «contemporânea»¹. Na verdade, salvaguardando a ideia de que a História é uma *ciência* (mesmo que se considere, como dizia Le Goff, que «não é uma ciência como as outras»²), é indubitável que as relações entre a História e a Ideologia são um fenómeno incontroverso. Já o procurámos mostrar no nosso livro *História e Ideologia*³, que é verdadeiramente a matriz de toda esta parte IV, com que terminamos a presente obra e, por isso, não

* Este capítulo teve como base, em primeiro lugar, a comunicação apresentada no Congresso Anteriano Internacional, em Ponta Delgada, realizado de 14 a 18 Outubro de 1991. Teve duas versões, a versão publicada nas actas do referido congresso («Antero “Mestre da Contra-Revolução”. Ensaio de análise das leituras “integralistas”» in *Congresso Anteriano Internacional. Actas*. Ponta Delgada, 1993, pp. 787-803) e a versão reescrita para o número temático sobre Antero de Quental da *Revista de História das Ideias*, coordenado por Fernando Catroga («Antero de Quental nas leituras “integralistas”», in *Revista de História das Ideias*, n.º 13, Coimbra, 1991, pp. 401-439). Em segundo lugar, teve ainda como base o artigo «Oliveira Martins visto pelos “integralistas”», in *Biblos*, 1.ª Parte da Miscelânea em honra da Doutora Maria Helena Rocha Pereira, vol. LXXI, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 351-360.

¹ *La Storia come pensiero e come azione*, Bari, Laterza, 1938, p. 5.

² «História», in *Enciclopédia. 1. Memória-História*, ed. portuguesa, Enaudi – Imprensa Nacional, Lisboa, 1984, p. 158.

³ *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989.

gastaremos mais tempo para o provar e comprovar, no plano teórico e no plano prático. Diremos, no entanto, reafirmando e reforçando o que já foi referido (de outro modo) no capítulo anterior, que se épocas, acontecimentos, instituições e personalidades são passíveis de várias leituras, mais diferenciadas e subtis são as interpretações produzidas acerca dos grandes vultos da cultura. Considerados como «glórias nacionais» ou «universais», são lidos e mesmo assimilados pelas diversas ideologias, «à sua maneira», procurando transformá-los, cada uma delas, no seu próprio «património». E isso sucede assim, mesmo que certas ideologias não possam admitir nessas «figuras imortais» alguns aspectos da sua manifestação genial. Funciona então o argumento da «compreensão» perante determinados «erros», para valorizar sobretudo os aspectos que, querem crer e fazer crer, se adaptam à substância do seu pensamento. Claro que os discursos interpretativos nem sempre são assim lineares, porque — é evidente — o vector ideológico não é por vezes dominante. Factores científicos e culturais introduzem notas de complexidade no fenómeno da recepção. No entanto, as ideologias orientam as leituras ou pelo menos estão sempre presentes, mesmo quando parecem lá não estar.

Antero de Quental e Oliveira Martins são daquelas grandes figuras da cultura portuguesa que não poderiam preservar-se a essa diversidade interpretativa. São o que se chama personalidades carismáticas, sobretudo o primeiro, que provoca uma verdadeira onda de empatia. Frequentemente Antero é considerado como um dos maiores poetas portugueses — o melhor depois de Camões ou mesmo superior a Camões... Fala-se em geral da sua «actualidade» e, por isso, é passível de sobre ele se produzirem várias «leituras contemporâneas». Com isto não se pretende desvalorizar os discursos interpretativos de variadas origens e, sobretudo, a intenção e a prática científicas de alguns dos seus mais significativos intérpretes, ainda que, eles também, não estejam evidentemente fora de todo o contexto ideológico. António Salgado Junior, Bruno Carreiro, Joaquim de Carvalho, António Sérgio, Joel Serrão, Eduardo Lourenço, Óscar Lopes, Machado Pires, Lúcio Craveiro da Silva, Ana Maria Almeida Martins, Fernando Catroga, entre outros, salientar-se-ão sempre, pese embora a saudável crítica que se possa dirigir aos seus estudos, pelo seu esforço de interpretação ou de carreamento

de dados para melhor conhecer Antero, que, além do mais, suscitou no fim do século passado um congresso, realizado em Ponta Delgada, sua terra de nascimento, durante o centenário da sua morte, cujas actas foram publicadas⁴, e alguns números temáticos de publicações periódicas⁵.

No entanto, não queremos aqui falar de «leituras científicas» de Antero, e também de Oliveira Martins, sobre o qual foi realizada recentemente uma tese de doutoramento, depois publicada⁶. Na continuação da análise que fizemos sobre Almeida Garrett, pretendemos sim compreender como Antero e Oliveira Martins foram «aproveitados» pelas ideologias integralista e católica (particularmente significativa neste caso, sobretudo no de Antero, devido à morte por suicídio), que em certo sentido se conjugaram na ideologia do regime salazarista. Parecem-nos particularmente relevantes os seus casos pelo facto de ambos pertencerem à chamada «geração de 70», particularmente tempestuosa no fim da Monarquia Constitucional, e (como já notámos) a uma linha política socialista, embora na lógica de um socialismo de raiz proudhoniana e mesmo «catedrática», que afinal se podia casar com uma concepção corporativista e de «ditadura social», que pretendia reformar a sociedade de cima para baixo.

Antero «mestre da Contra-Revolução» — as leituras tradicionalista, integralista e nacional-sindicalista

«Como Proudhon, Antero de Quental é um mestre da contra-revolução...» Estas palavras incisivas e polémicas pertencem a um integralista da primeira hora, mas também um opositor do Estado Novo, Luís de Almeida Braga,

⁴ *Congresso Anteriano Internacional. Actas* Ponta Delgada, 1993.

⁵ Referimo-nos, por exemplo, ao n.º 13 da *Revista de História das Ideias*, de 1991, coordenado por Fernando Catroga.

⁶ Carlos Maurício, *A invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. Ver também, até porque estabelece uma comparação entre Antero e Oliveira Martins, do ponto de vista político, e se refere às interpretações integralistas de Antero, Fernando Catroga, «O problema político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», in *Revista de História das Ideias*, vol. 3, Coimbra, 1981, pp. 341-520.

que chama também ao poeta social «um descarado reaccionário!». Publicava-as ele em 1942, ano do centenário do nascimento do escritor, tomando posição contra um grupo de republicanos do Porto que crismara o seu recém-inaugurado centro de «Grupo Republicano e Recreativo Antero de Quental». ⁷

Trata-se, obviamente, de uma crítica ao «republicanismo», inserida ainda, já um pouco a desoras, na velha polémica entre «republicanos» e «integralistas». O que se pretendia provar é que Antero nunca fora republicano e, se defendera uma «revolução», tratava-se sim de uma «revolução moral». Como Proudhon, fora um «duro inimigo das ideias e dos sentimentos que deram alma e corpo à Revolução francesa». Enfim, quando «liberto dos encantamentos de Michelet», Antero salientou-se como um autêntico «contra-revolucionário».

Mas este discurso, simples e simplisticamente polémico de Luís de Almeida Braga tinha raízes mais profundas e foi servido por uma argumentação de maior espessura no seio da família integralista.

O anti-individualismo e o antiparlamentarismo de Antero foram um facto indubitável, ainda que seja também indiscutível a diferença de perspectivas do pensamento do escritor em relação às ideologias tradicionalistas e contra-revolucionárias. ⁸ No entanto, aqueles aspectos do seu pensamento, bem como a riqueza moral e mística do poeta — sintetizada apaixonadamente no «Santo Antero», do texto do seu amigo Eça de Queirós para o *In Memoriam* ⁹ —, desenquadrados da complexidade da sua personalidade e da sua obra, chegaram para que fosse apresentado como «precursor da Contra-Revolução».

Foi esta, aliás, como já referimos, uma das estratégias mais importantes dos ideólogos integralistas. Para eles, os seus «mestres» não foram apenas os tradicionalistas antiliberais do século XIX, tais como o Marquês de Penalva, José Agostinho de Macedo, José Acúrcio das Neves, Frei Fortunato de São

⁷ Cfr. *Sob o Pendão Real*, Lisboa, Edições Gama, 1942, pp. 133-145.

⁸ Cfr. F. Catroga, *art. cit.*, p. 480 ss.

⁹ *Antero de Quental. In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, 1896, p. 481 ss.

Boaventura, José da Gama e Castro ou Ribeiro Saraiva. Também foram apresentados como seus mentores conhecidos liberais e republicanos e socialistas. Para isso isolaram momentos conjunturais da sua consciência político-social ou aspectos pontuais do seu ideário. São exemplo disso alguns artigos e testemunhos insertos nos primeiros números da *Nação Portuguesa*, a alguns dos quais já fizemos referência explicitamente: «O «liberalismo» de Alexandre Herculano», «O testamento de Garrett», «Pensamento político de Eça de Queirós», «Teófilo Braga mestre da Contra-Revolução»...¹⁰

Mas, afinal de contas, a estratégia integralista não era também original, pois seguia de perto idêntico processo utilizado em França pelos neo-traditionalistas. Paul Bourget, que estudara o pessimismo, encontra em princípios proclamados por Balzac, Le Play ou Taine, os motivos do regresso às fontes religiosas e políticas da Contra-Revolução. Jacques Bainville apresenta Proudhon como defensor dos direitos pontifícios. Em Louis Dimier, que escreveu *Les Maîtres de la Contre-Révolution*, os nomes de Proudhon e Balzac encontram-se entre os mentores da tradição.

Estes autores franceses são, de resto, invocados exemplarmente por António Sardinha, quando procura, também ele, apresentar Garrett e Herculano, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, e... Antero de Quental, como precursores da Contra-Revolução. O texto é de 1918 e intitula-se, sintomaticamente, «O verdadeiro Antero», e foi publicado em 1924 na sua obra fundamental *Ao Princípio era o Verbo*. Em livro póstumo, *Ao Ritmo da Ampulbeta*, de 1925, surgia um outro texto complementar sobre o poeta, «A dor de Antero».¹¹

A tese fundamental de Sardinha é que Antero fora um intelectual torturado perante a crise do século. No entanto, o seu pessimismo não era para ele um fim mas um meio. A superação dessa crise era a sua grande finalidade. Mas não optava para a alcançar pelas crenças «cientistas» e demoliberais. Antero, ao invés, fora um precursor do intuicionismo e aspirava antes a

¹⁰ Ver *Nação Portuguesa*, n.ºs 1, 4, 10, 11 e 12.

¹¹ Consultámos *Ao Princípio era o Verbo*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Gama, 1940 (1.ª ed. 1924), «O verdadeiro Antero», pp. 91-121, e *Ao Ritmo da Ampulbeta. Crítica e doutrina. (Obra póstuma)*, Lisboa, Lumen, 1925, «A dor de Antero», pp. 187-205.

uma redenção idealista — «O ideal colectivo, desejado por Antero, era o ideal messiânico do seu ingénuo humanitarismo», escrevia Sardinha.¹² A sua «Revolução» era, assim, uma revolução moral, a libertação pela «santidade». Daí que a «Esperança» o acompanhasse ao longo de toda a sua vida e até na sua morte.

Antero era, pois, o homem convertido, que regressara ao Passado da sua existência. A famosa «Carta autobiográfica» a Wilhelm Storck era invocada por Sardinha, como o será constante e invariavelmente por todos os integralistas e «católicos» — ali Antero confessava ter sido «arrancado do viver quase patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono histórico, por meio da irrespeitosa agitação intelectual de um centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as desencontradas correntes do espírito moderno»¹³. A falta de «d direcção» — segundo Sardinha — afastou Antero de Quental da Tradição, mas a ela voltará em estado de desespero. Como Ramalho e Oliveira Martins, ele foi também um «convertido».

Daí que, tal como Proudhon e como, depois, Maurras, tenha defendido o *Syllabus*, de Pio IX, contra o liberalismo, se tenha batido por uma «democracia orgânica» contra a decomposição da sociedade em partidos, tenha optado por um socialismo de base comunitarista e sindicalista. Antiparlamentarista e anti-individualista, Antero não se preocupava com o problema de «regime», mas defendia sim uma «revolução nacional».

Claro que em Antero também houve «erros funestos», «estouvances da mocidade»¹⁴ — aliás Sardinha, que fora também um «convertido», revia-se nessa experiência dramática do poeta —, mas, acima de tudo e no fim de tudo, houve nele um desejo de os ultrapassar e de regressar à Tradição. «Se de certo modo — escrevia Sardinha — Antero adivinha a renascença espiritualista que hoje encontra no regaço da Igreja a sua expressão consciente, também para o nosso nacionalismo apaixonado Antero, como político, representa uma lição que é preciso termos sempre presente»¹⁵.

¹² *Ao princípio era o Verbo*, 2.^a ed., p. 93.

¹³ Cit. in *Ao princípio era o Verbo*, p. 97. O «centro» a que Antero se referia era, evidentemente, Coimbra, para onde fora prosseguir os seus estudos.

¹⁴ Cfr. *ob. cit.*, pp. 94-95.

¹⁵ *Idem*, pp. 108-109.

Antero de Quental era assim considerado, através deste processo interpretativo de assimilação e de transformação de «meias verdades», como um dos «camaradas mais velhos» do Integralismo. Na busca constante dos seus antepassados, que eram também considerados como símbolos do nacionalismo e da «universalidade portuguesa», os neo-traditionalistas acrescentavam à lista o nome de Antero de Quental. São de Sardenha estas palavras fundamentais: «Camões na Renascença, o Padre António Vieira em Seiscentos, José Agostinho de Macedo na agonia da sociedade antiga, são a representação universal do nosso génio na Epopeia, na Política e no Panfleto. Juntemos-lhe agora Antero na Filosofia.»¹⁶

Mas este entendimento de Antero de Quental como «património da Tradição» talvez não tenha sido divisado em primeira versão pelo Integralismo Lusitano e exemplarmente, como o foi, por António Sardenha. Há notórios indícios que Afonso Lopes Vieira o teria feito antes, embora de forma fundamentalmente sentimental e «literária», sem ainda entender a Tradição em toda a sua força político-social, orientação que de resto nunca foi a marca característica da sua personalidade essencialmente poética e católica.

Decorria o ano de 1901. Em Ponta Delgada os estudantes tomam a iniciativa de levar a efeito uma subscrição nacional para levantarem um monumento à memória do «poeta-filósofo». Coimbra, onde Antero pontificara durante os anos da sua juventude, reflecte esta iniciativa. No jornal *Gazeta Ilustrada*, redigido por professores universitários e por bacharéis, no número de 20 de Julho, apoia-se esta ideia, utilizando argumentos de cunho eticonacional ou mesmo nacionalista. Perante a «crise moral e social» em que o país se encontrava, era preciso ir procurar «coragem» nas «acções dos seus chefes ou nos exemplos dos seus maiores». Assim, deveria ser tomado Antero como exemplo: «O seu perfil psicológico tem grande afinidade com o de muitos santos. E não duvidamos mesmo afirmar que se tivesse vivido noutras épocas pudesse ser hoje adorado nos altares», escrevia o articulista. A imagem queirosiana do «Santo Antero» começava a vir ao de cima na consciência tradicional.

¹⁶ *Ao ritmo da ampulbeta*, p. 195.

Afonso Lopes Vieira, que saíra da Universidade no ano anterior, onde se formara em Direito, não só apoiou a iniciativa açoriana, mas também propôs que se levantasse em Coimbra um busto em sua honra. Antero era para Lopes Vieira «o poeta de génio», o «modelo da dignidade». Mas, além disso, solidificara a «tradição coimbrã» — uma tradição feita de valor intelectual e de coragem contra a oficialidade. Afonso Lopes Vieira será, de resto, um dos grandes defensores do tradicionalismo coimbrão ao longo de toda a sua vida e foi Antero que, como escreveu, «verdadeiramente fixou a *escola de Coimbra*, que Luís de Camões criou, e onde todos nos coimbri-zamos — escola de almas, que não vem de processos e fórmulas literatas, mas da tradição da mesma terra, do chão que lá pisámos e do ar que respiramos aí».¹⁷

Contudo, se Afonso Lopes Vieira não ergueu um edifício tradicionalista teórico de tipo político-social, como António Sardinha, não se confinou também a um mero tradicionalismo coimbrão. Há nele sobretudo uma concepção de tradicionalismo estético, que de resto é já evidente na carta sobre Antero da *Gazeta Ilustrada*. Mais tarde o seu «depoimento», em artigo do *Diário de Notícias*, de 28 de Abril de 1920, é bem representativo do que pensava sobre a literatura — a «Literatura de ontem, de hoje e de amanhã», como se intitulou o seu texto. Aí afirma que «o Integralismo Lusitano constitui o mais consciente dos núcleos do pensamento contemporâneo», mas também fala de uma cultura portuguesa feita na base de um forte nacionalismo, de um vincado regionalismo, de um profundo misticismo e de um acendrado sebastianismo. Neste edifício literário de tipo tradicionalista, erguem-se as grandes figuras culturais portuguesas, onde pontificam Garrett — a «geração contemporânea» é «afilhada de Garrett» —, Camilo, Antero e tantos outros. Antero sintetiza o drama nacional e a voz do profeta: «... e esse grande espírito de Antero de Quental, cuja sombra profética passa nestes dias por sobre a nossa angústia, que estende para a memória do herói moral as mãos implorativas afogadas como somos na negação do heroísmo...»

¹⁷ *Gazeta Ilustrada*, 16.11.1901, «Carta aos estudantes de Coimbra». Sobre as relações entre Afonso Lopes Vieira e Coimbra, ver Aníbal Pinto de Castro, «Coimbra no pensamento e na obra de Afonso Lopes Vieira», *Arquivo Coimbrão*, vol. XXVII. Coimbra, 1979, pp. 1-98.

Mas, independentemente do problema da autoria da reflexão tradicionalista sobre Antero — mera questão académica — o certo é que foi a posição de António Sardinha que melhor representou essa leitura, até pelo seu comprometimento e pela sua força político-social. Por isso, foi ela que acabou por ser retomada e enriquecida, quer pelos neo-integralistas, quer pelos nacionais-sindicalistas, quer mesmo — como veremos mais à frente — pelos salazaristas e até, em certa medida, pelos católicos integristas.

Fernando Campos é o exemplo mais significativo do primeiro grupo. Publicista da causa monárquica, procurou de forma sistemática encontrar as raízes da «Contra-Revolução». Assim, escreveu sobre o tema, entre outras obras, *Os nossos Mestres ou o Breviário da Contra-Revolução* (1924), *O pensamento contra-revolucionário em Portugal* (1931-1933) e *No saguão do Liberalismo* (1935), que, sintomaticamente, ganhou o prémio literário «António Ennes», de «Doutrina ou polémica», do SPN¹⁸, do Estado Novo. Nessas obras, como temos dito para outros casos, tanto são invocados os exemplos de Agostinho de Macedo, Gama e Castro ou Acúrcio das Neves, como os de Garrett, Herculano, Luz Soriano, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Antero ou Fialho de Almeida. A diferença só reside no seguinte: enquanto os primeiros construíram um pensamento intrinsecamente contra-revolucionário, os outros acabaram por manifestá-lo indirecta ou tardiamente, através das suas «desilusões», da «ironia» das suas críticas ou dos seus «testamentos».

Antero de Quental constituía um caso representativo. O seu «testamento» tradicionalista e antiliberal, ligado a uma aguda consciência crítica e autocrítica e a um pessimismo que não era resultante de um temperamento neuropático mas «de um espírito absorvido pelo temeroso conflito que agitava a sua época» (*la maladie du siècle*, que também atormentara Henri-Frédéric Amiel, como provara Paul Bourget), é traçado por Fernando Campos através de mais de três dezenas de passos extraídos das suas obras.¹⁹ Evidentemente que, através desta estratégia de isolar textos desinseridos de um contexto,

¹⁸ António Ferro, *Prémios literários (1934-1947)*, Lisboa, Edições SNI, 1950, p. 217.

¹⁹ *No saguão do Liberalismo*, 2.^a ed., Lisboa, Edições Gama, 1944, «O Testamento de Antero», pp. 152-162.

era fácil provar que Antero fora efectivamente — como Louis Dimier dissera para o caso de Proudhon — um dos «precursores do tradicionalismo».²⁰

Noutra área diferente, mas com pontos comuns de origem e de confluência, afirmara-se o nacional-sindicalismo de Rolão Preto, que pertencera ao grupo inicial do integralismo. Também ele, em 1942, ano do centenário do nascimento de Antero e em pleno conflito mundial, falava, *Para além da guerra* — título da obra onde emitiu tais ideias —, do significado do poeta, ou melhor, do «eixo Antero - António Sardinha» e do «seu prolongamento histórico».²¹

Marcado pelas ideias de revolução social ou mesmo de revolução socialista — que estavam para além de uma simples dimensão «estritamente materialista» e para lá da questão do regime político —, Rolão Preto entendia que esse grito fora lançado primeiro por Antero, em oposição ao fontismo, e depois por Sardinha e pelo integralismo, como superadores da desilusória revolução republicana. Mas a linha Antero - Sardinha teria de ser também superada através de uma «Revolução Nacional-Social», para a qual contribuía o próprio pensamento da Igreja, com as teses do «socialismo católico».

Eis, pois, o motivo por que Antero, como Sardinha, era considerado como «Profeta» e «Mestre». A posição de Rolão Preto pode sintetizar-se, afinal, nesta interrogação afirmativa com que termina o seu texto:

Posto isto, não se torna evidente que o eixo ideal Antero de Quental - António Sardinha, em volta do qual se explicam, determinam e resolvem todas as aspirações desta progressiva evolução social contemporânea, veio encontrar na posição espiritual e revolucionária Nacional-Sindicalista o nítido fulcro e o seguro ponto de apoio da sua esperança, do seu natural prolongamento histórico no nosso tempo?»²²

²⁰ *Ob. cit.*, pp. 150-152.

²¹ *Para além da Guerra*, Edições Gama, 1942, cap. II, «O eixo Antero - António Sardinha e o seu prolongamento histórico».

²² *Ob. cit.*, p. 36.

E que pensavam os integralistas acerca de Oliveira Martins? Voltemos a Sardenha e a Fernando Campos.

Como os integralistas viram Oliveira Martins

António Sardenha elaborou uma proposta de «revisão» da História de Portugal, para a qual escreveu um plano²³ (a sua morte prematura não permitiu a continuação do trabalho), e de «revisão» das grandes personagens da história portuguesa do Constitucionalismo e da República. Já vimos como tratou Garrett e Antero e poderíamos ter analisado o que disse de Teófilo Braga, no artigo com o expressivo título «Teófilo Braga, mestre da contra-revolução». Na obra já citada, *Ao princípio era o Verbo*, deixou-nos também uma reflexão fundamental sobre Oliveira Martins²⁴.

Vítima como poucos do romantismo político que nos desorganizou a pátria, Oliveira Martins foi o primeiro que historicamente lhe instruiu o processo.²⁵

Neste texto estão sintetizadas as duas linhas já referidas: por um lado, ele fala do «excesso duma incompleta doutrina que matou [...] Oliveira Martins»; por outro lado, fala da sua «reconciliação» com a «tradição católica e monárquica». Mesmo o seu socialismo é encarado como uma posição antiburguesa, de consciência sincera, que o terá conduzido para uma prática monárquica, somente contraditória no domínio da teoria, porque tinha origem numa concepção cesarista do Estado, de divinização do Poder, de sentido hegeliano ou prussiano. Mas, em todo o caso, o socialismo de

²³ Ver este plano, publicado postumamente, in *Nação Portuguesa*, V série, t. I (1928), pp. 104-105. Acerca da concepção histórica do Integralismo e de Sardenha, ver Paulo Archer de Carvalho, *Nação e nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.

²⁴ *Ao princípio era o Verbo. Ensaios e doutrina*, Lisboa, Edições Gama, 1940 (2.^a edição. 1.^a ed. 1924), «Oliveira Martins», pp. 157-163.

²⁵ *Idem*, p. 159.

Oliveira Martins revela, para Sardinha, uma consciência social tradicional. Proudhon, «um dos doutores mais escutados da *Action Française*» (como ele dizia), foi o mestre que conduziu Martins, como Antero, embora por mediação germânica, para a «aceitação da Monarquia».

E, no domínio da historiografia, encontram-se também linhas paralelas e complementares de interpretação acerca de Oliveira Martins: a sua *História de Portugal* (1879) era para Sardinha um «livro desgraçado», enquanto *A Vida de Nun' Álvares* (1893) era um livro inspirado pelo «misticismo filosófico». Sardinha perguntará: «O que é a Vida de Nun'Álvares senão o seu retrato psíquico, senão o espelho fiel do seu espírito, finalmente repousado num misticismo intelectual que lhe abriria as portas da conversão religiosa?»²⁶

Eis por que os textos de Oliveira Martins aconselhados pela revista *Nação Portuguesa* são exactamente *A vida de Nun' Álvares*, *Os filhos de D. João I*, *Portugal Contemporâneo* e o *Relatório do projecto da lei de Fomento Rural* (que foi apresentado na Câmara dos Deputados) — isto é, são os textos de Martins passíveis de serem interpretados no âmbito de concepções místicas, nacionalistas, anticonstitucionalistas e ruralistas.

Uma posição obviamente semelhante e de continuidade aparece na obra já referida do neo-integralista Fernando Campos, *O saguão do liberalismo*. O livro, dedicado a Manuel Múrias — «continuidor de António Sardinha na obra de Renovação Cultural da Revista “Nação Portuguesa”» —, prolonga, como vimos, a estratégia do Integralismo Lusitano de encontrar nos grandes intelectuais do século XIX críticas ao constitucionalismo e sentimentos de conversão política e religiosa.

Fernando Campos, citando Sardinha, Bourget e Léon Daudet, parte da afirmação da influência prejudicial da filosofia germânica sobre os espíritos latinos para criticar o pessimismo de Oliveira Martins (o «profissional da dúvida metódica»²⁷). Todavia, considerava que a influência das «lições contra-revolucionárias de Proudhon» preservara Martins do anticlericalismo.

²⁶ *Idem*, p. 162.

²⁷ *Idem*, p. 80. A expressão é de António Sardinha, de acordo com a citação de Fernando Campos.

Noutro plano, segundo Sardinha, mas citando agora Alfredo Pimenta, considerava a *História de Portugal* um «miserável panfleto» e via na «censura ao liberalismo» (como interpretava as críticas de Martins à sua época no *Portugal Contemporâneo*) a fase do seu regresso às «verdades portuguesas». Campos escrevia:

Com o aparecimento do Portugal Contemporâneo, marca Oliveira Martins um grande passo na sua carreira de historiador, e [é] no sentido desse regresso às fontes da tradição nacional, formulando uma crítica do Constitucionalismo, tão certa e contundente, que as suas páginas passariam à posteridade, confundidas com algumas das dos melhores mestres da Contra-Revolução portuguesa.²⁸

Oliveira Martins — como Teófilo ou Antero — é, desta maneira, apresentado como um dos «mestres da Contra-Revolução». É (segundo a sua interpretação) o «outro Martins»: a «decomposição nacional» continuava, mas ele apontava de longe o caminho da «renascença nacionalista dos nossos dias», os dias de Salazar, nos quais alguns integralistas ainda acreditavam.

Os dois Anteros e o perverso «historiador» Oliveira Martins segundo Alfredo Pimenta

Já fizemos uma ligeira referência a Alfredo Pimenta, quando falámos das interpretações de Oliveira Martins. Recordemos, no entanto, o seu posicionamento político, que foi evoluindo ao longo do tempo e que deu mostras em qualquer altura de um temperamento difícil de caracterizar. Saído do anarquismo, passou para o republicanismo, tendo sido um dos mais importantes redactores do jornal *República*, do Partido Evolucionista de António José de Almeida. Mas, já por 1915 se encontrava na ala monárquica, ligando-se às concepções germanófilas, que manteve durante a Segunda Guerra. Foi, pois, dificilmente integrável na intelectualidade orgânica do

²⁸ *Idem*, pp. 87-88.

Estado Novo, onde veio a desempenhar funções significativas nas instituições culturais, embora tivesse acabado por ser expulso de uma das suas agremiações mais representativas, a Academia Portuguesa da História.

Não é, portanto, de admirar que encontremos em Alfredo Pimenta duas posições diferentes sobre Antero de Quental. Mais, encontramos duas interpretações diferentes, que em certo sentido se opõem diametralmente. Os textos dos anos vinte dão-nos a imagem de um Antero aureolado com os louros do génio e, ao contrário, nos anos quarenta encontramos um Antero moral e socialmente deletério.

Alfredo Pimenta, pelos textos que conhecemos, não seguiu, pois, a estratégia de Sardinha, fazendo de Antero um dos mestres da Contra-Revolução, mas apresentou-o como o «poeta genial». Devido à sua formação e às posições políticas que (como dissemos) primeiro assumiu, no seio do anarquismo coimbrão e do republicanismo, é natural que Antero tivesse sido o seu poeta de cabeceira. Assim o confessa num texto de 1920: «Foi seguramente o meu primeiro poeta amado e foram os seus versos que eu mais religiosamente decorei em toda a minha vida».²⁹ É certo que já afirmava então detestar o filósofo e o revolucionário das *Odes Modernas*, mas também procurou salientar que Antero jamais acreditou na revolução, porque a encarava numa perspectiva moral e superior e olhava apreensivo a sociedade portuguesa.

Noutro texto publicado em 1920 os elogios são ainda maiores, como se vê através deste passo lapidar:

Poeta, — não o houve maior na terra portuguesa, não o houve maior em terra alguma do mundo.

Prosador, — é dos melhores.

Espírito filosófico, — é dos mais agudos e transcendententes.

Homem, — é dos mais perfeitos, pela Justiça, pela Humanidade.

A sua vida é uma página do *flos sanctorum*.

²⁹ O livro de muitas e variadas coizas escripto por Alfredo Pimenta, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1920, p. 164.

Tão bom ele foi, que creio bem que nunca Deus lhe levou a mal as blasfémias da mocidade inquieta, as dúvidas do pensamento angustiado.

A sua obra de Poeta é pequena, — mas imortal. Os sonetos são o mais belo documento poético que a Raça portuguesa pode apresentar.

Antero é maior do que Camões.³⁰

Era esta «memória sagrada» de Antero que Alfredo Pimenta, na qualidade de «Artista» (como ele se considerava), guardava religiosamente. Recitava os sonetos espirituais «À Virgem Santíssima» e «Na Mão de Deus» ou a «tragédia psíquica» de «O Palácio da Ventura», e amava em Antero, no seu dizer, «a Beleza que não morre». O próprio «decadentismo doentio» do poeta era por ele intrinsecamente entendido, pois considerava-o como «condição fundamental, essencial, de Arte».³¹ Mas amava sobretudo o «Santo Antero», «a mais bela, a mais gentil figura literária da Vida portuguesa». Assim, concluía num dos seus textos que estamos a seguir: «Leio os seus *Sonetos*, rezando-os. E quando os leio, esqueço as maldades, as intrigas, as mesquinhices e os pequenos episódios deste mundo que não foi feito para compreender e amar nem os Artistas, nem os Heróis, nem os Santos!»³²

Mas vejamos agora o que disse e escreveu Alfredo Pimenta numa conferência proferida em 1 de Março de 1941 em Braga.

Começemos pelo panorama que nos dá das gerações de setenta-oitenta do século XIX, em que não fala ainda concretamente de Antero de Quental. Extractemos um texto sintomático: «Os verdadeiros e enérgicos dissolventes da Sociedade portuguesa, no campo da Inteligência, foram Eça de Queirós e Ramalho, no panfleto das *Farpas*, secundados, dez anos depois, por Fialho nos *Gatos*; Guerra Junqueiro, na Poesia; Rafael Bordalo, na Caricatura; Oliveira Martins, na História; Eça de Queirós, sozinho, no Romance. É uma

³⁰ *Sombras de príncipes (Garrett e Herculano, Camillo, Anthero de Quental, João de Deus, Antonio Nobre, Cezario Verde)*, Lisboa - Rio de Janeiro, Portugalia Editora, 1920, p. 34.

³¹ Cfr. *O livro de muitas e variadas coizas*, p. 166.

³² *Sombras de Príncipes*, p. 41.

equipa de autênticos malfeitores do Espírito — e tanto mais perigosos, quanto é certo que foram homens de real valor».³³

E Antero de Quental?

Responde Alfredo Pimenta: «Antero, do alto da excelsitude da sua grandeza moral, esse que nos diziam ser Santo e modelo de homens, bradava-nos em termos inequívocos, que o verdadeiro patriotismo nos impunha o dever de renegar a nacionalidade. Tal qual: “*renegar a nacionalidade*”».³⁴

Repare-se que agora Pimenta isola sobretudo as lutas iberistas do Antero político. Não deixa de o considerar «genial» — a sua contradição não chegou a tanto — mas, notando que «o génio não é incompatível com o mal, nem impermeável ao desvario», afirma também que foi um «pensador péssimo: sempre fulgurante — mas sem bússola nem norte».³⁵

Mesmo os *Sonetos*, que tanto apaixonaram Pimenta, levam-no a considerações cronológicas, que muito interessam por essa mesma altura Bruno Carreiro e Costa Pimpão. Já não era o Pimenta «artista» que falava, mas o Pimenta «cientista». Assinalou a «falsificação» da ordenação dos sonetos, levada a efeito pelo próprio Antero. E, além disso, renegou, ele próprio, seu leitor apaixonado desde os 15 anos, a sua devoção pelo poeta, que tanto mal lhe causou.³⁶

Pimenta é acima de tudo, pelos anos quarenta, o «nacionalista» radical vogando nas águas do «fascismo», que não perdoa o «antinacionalismo» de Antero: «Não, senhores da geração nova! Não tomem como Guia e Modelo aquele que escreveu ser “duvidoso se haverá posteridade para este deplorável Portugalório de hoje”».³⁷

Vejamos como Alfredo Pimenta se referiu a Oliveira Martins, mas fixemo-nos agora só na referida conferência de Braga, proferida em 1941.

³³ *Mestres do Pensamento*. Conferência realizada no Ateneu Comercial de Braga no dia 1 de Março de 1941. Braga, Ateneu Comercial de Braga, s.d., p. 22.

³⁴ *Conf. cit.*, p. 23.

³⁵ *Idem*, p. 24.

³⁶ *Idem*, pp. 24-26.

³⁷ *Idem*, p. 26.

Manifestou-se ali, com a sua frontalidade característica, contra uma certa tendência para purificar a «geração de setenta», dos «Vencidos da Vida», que considera terem por vezes poucas coisas em comum. Oliveira Martins, que — segundo Pimenta — nunca foi um historiador mas um romancista da História, influenciou a classe média e as gerações escolares com as «páginas desmoralizadoras» da sua *História de Portugal*. E os outros livros... *Os filhos de D. João I* e *A Vida de Nun' Álvares?* A questão é equacionada pelo próprio Alfredo Pimenta. E a resposta é dada pondo o acento na divulgação destas obras:

Nada remedeiam, nada remediaram. Livros que poucos têm. O que corre, o que gira, o que circula, o que entra facilmente no espírito do leitor, o que conquista facilmente o homem da rua, é a História de Portugal — e foi essa que envenenou, durante trinta anos, as gerações portuguesas! [...] foi ela que formou o critério da gente portuguesa.³⁸

Nada restava de bom em Oliveira Martins. Antero entusiasmará-o na sua juventude e jamais foi capaz de lhe negar a sua genialidade, ainda que acabasse por entendê-la como uma genialidade perversa. Mas, a sua personalidade assumida de historiador — historiador ideólogo, todavia — não lhe permitia encontrar no carácter de obra de divulgação, igualmente perversa, do intelectual sem formação específica para fazer História, qualquer qualidade. E, assim, arrumou na estante dos «envenenadores de ideias» o autor da *História de Portugal*.

Antero e Oliveira Martins entre a «graça» e o «pecado» — a visão dos «católicos»

A posição dos «católicos» relativamente a Antero tem, como se sugeriu, uma preocupação de natureza essencialmente religiosa. É neles evidente o seguinte problema: Antero de Quental, apesar das suas posições iconoclastas,

³⁸ *Idem*, pp. 37-38.

foi católico — católico na sua moral e no fundo da sua consciência ou católico na qualidade de «convertido», ou mesmo como um homem que, vencido pela vida, através de uma morte anticristã, o suicídio, terá procurado a «Verdade» e repousado na «mão de Deus»? Ou, ao invés, foi antes um «apóstata», que repudiou a sua educação tradicionalmente católica, levado pelos «males do século»?

O padre Sena Freitas, conhecido legitimista e católico ultramontano açoriano e que havia sido condiscípulo de Antero, escrevera, pouco antes da sua trágica morte, que ele era um caso «tristemente célebre». E afirmava: «Repugna-me adverbial de um modo tão pouco favorável a reputação literária de um patricio meu; mas não posso levar a bem que ele pusesse o seu muitíssimo talento ao serviço da mais desoladora das filosofias, da filosofia schopenhauriana. Hoje julgo que não trata mais de fazer filosofia nem poesia, mas simplesmente boa hematose ou boas carnes».³⁹

Mas esta visão truculenta e panfletariamente negativa da personalidade de Antero não era vulgar nos meios católicos, como já observámos através da análise das interpretações dos integralistas lusitanos, também eles católicos. Vejamos agora alguns exemplos mais significativos do movimento católico «oficial», situado no que poderemos chamar a linha «integrata».

Gonçalves Cerejeira, num capítulo de uma colectânea de textos escritos durante os seus tempos de Coimbra, em que procurou mostrar que a «renascença cristã» sobreveio ao «mal do século», deixa-nos breves considerações sobre Antero, o «genial Antero» (como lhe chama). A imagem que nos apresenta é a do «poeta-filosófico» que dramaticamente sentiu a «dor» e a «revolta do frio estiolante da dúvida» e que só «descansou» em Deus. Mas «só por um momento» — «a Ilusão voltou para no-lo roubar numa hora fatal, maldita, de desespero, à Pátria e às letras».⁴⁰

Ideia idêntica sobre Antero é emitida no polémico livro, mas fundamental no seio da ideologia católica, *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, cuja primeira edição saiu, como atrás vimos, em 1924. «Foi com a geração de 1870

³⁹ *Observações críticas*, vol. I, 1888, p. 3, cit. in P. Moreira das Neves, *O Grupo dos Cinco. Dramas espirituais*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1945, pp. 32-33.

⁴⁰ *Vinte anos de Coimbra*, Edições Gama, 1943, «Renascença Cristã», pp. 23-24.

que o “estúpido século XIX”, como brutalmente diz Léon Daudet, chegou a Portugal» — esta é a base da reflexão crítica de Cerejeira.⁴¹ E passou a descrever os indícios dessa «estupidez»: Antero, «imprecando amargamente a Divindade»; Eça, «com o fino florete da sua ironia, sorrindo»; Ramalho, «ostentando a nova ciência, como novos ricos os maços de notas de banco»; Junqueiro, «com os explosivos dos seus sarcasmos, blasfemando»; Oliveira Martins, «instilando pela análise crítica o racionalismo pessimista do tempo»; Teófilo, «cuja considerável obra crítica é viciada (além das insuficiências do método crítico) pelo ódio à Igreja»; Camilo, «cuja vida trágica caminhou tempestuosamente atraída sempre pelo abismo»; Fialho de Almeida, «que atacou a sociedade do seu tempo como os garotos, apedrejando e assobiando»; Gomes Leal, «cuja poesia foi como uma flor vermelha de irreverência e blasfémia».⁴²

Utilizando, porém, a tese da «conversão» — ideia sempre presente no pensamento católico —, Cerejeira procurou encontrar nestes «intelectuais orgulhosos» a marca do «arrependimento», ou, pelo menos, de uma tortura intelectual que apontava para os novos caminhos da «renascença cristã». Assim, diz expressamente de Antero: «acabou num acto de desespero — mas saudando a nova espiritualidade que pressentiu». A dramática procura da verdade só o poderia conduzir ao Cristianismo, de onde saíra: «Errando sempre, através de sistemas, a sua alma incrédula só podia, porém, repousar na mão de Deus...»⁴³

Esta sugestão de Cerejeira, como de resto toda a estrutura de pensamento do seu livro, provocou, como se viu, viva polémica no seio dos intelectuais republicanos, de concepção laica. Sílvio Lima, também como ele professor da Faculdade de Letras de Coimbra, escreveu a propósito longas «notas críticas», numa das quais rebateu o alegado cristianismo de Antero ou o afirmado percurso do escritor a caminho da «renascença cristã». A questão da cronologia dos sonetos era um dos argumentos de Sílvio de Lima, como

⁴¹ *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1928 (2.^a ed.), p. 275.

⁴² *Ob. cit.*, p. 277-278.

⁴³ *Idem*, pp. 279-280.

o será, curiosamente, de intelectuais católicos, que também porão em dúvida o cristianismo de Antero. O soneto *Na mão de Deus*, tido como testemunho da «conversão», é de 1882 — afirma, recorrendo ao testemunho de Bruno Carreiro —, não se reportando, por conseguinte, à fase final do percurso espiritual do poeta.⁴⁴

Trindade Salgueiro, outro dos grandes expoentes da intelectualidade católica, que veio também a ser professor da Faculdade de Letras de Coimbra e depois bispo, ocupando vários lugares importantes na hierarquia da Igreja, interveio activamente nessa polémica do princípio da década de trinta do século xx e nela prolongou as teses de Gonçalves Cerejeira. Coleccionou, assim, vários argumentos e testemunhos sobre a espiritualidade de Antero, afirmando: «Nos últimos anos da sua vida, porém, olhava com sincera simpatia a Religião de que se afastara. “Espírito naturalmente religioso”, como ele confessa (...), se a doença o não tivesse arrastado à dolorosa tragédia que todos conhecemos, talvez viesse a praticar a fé viva da sua mãe, como sucedeu a outros nobres espíritos da sua geração». Antero «morreu a caminho da Igreja?» — a interrogação de Trindade Salgueiro, e de Cerejeira, esboça no fundo uma certeza, mais do que um sentido de dúvida.⁴⁵

Outros escritores católicos bem representativos continuaram a reflectir sobre o drama espiritual de Antero de Quental em termos idênticos. Basta citar mais dois: Lúcio Craveiro da Silva, jesuíta e superior provincial da Companhia, e director da Faculdade de Filosofia de Braga, depois integrada na Universidade Católica, e Francisco Moreira das Neves, que desde 1934 foi chefe de redacção do jornal católico *Novidades* e que mais tarde fez parte do Conselho de Programas da Radiotelevisão Portuguesa.

Ao primeiro deve-se uma obra fundamental sobre o «poeta-filósofo», *Antero de Quental. Evolução do seu pensamento filosófico*.⁴⁶ Não é, porém, sobre este livro, publicado em 1959, que nos vamos debruçar. A questão

⁴⁴ *Notas críticas ao livro do Sr. Cardial Gonçalves Cerejeira «A Igreja e o pensamento contemporâneo»*, Coimbra, Livraria Cunha, 1931, pp. 16-18.

⁴⁵ *Um livro infeliz...*, Coimbra, Tip. Alves e Mourão, 1931, p. 123 ss., especialmente nt. 2.

⁴⁶ *Antero de Quental. Evolução do seu pensamento filosófico*, Braga, Livraria Cruz, 1959.

religiosa em Antero vinha sendo analisada desde há muito por Craveiro da Silva na mais importante revista católica portuguesa, *Brotéria*. No artigo «O “problema vital” de Antero», publicado no ano do centenário do seu nascimento, o intelectual jesuíta torna a reflectir sobre a tragédia de Antero, que — a seu ver — «não solucionou a guerra íntima da sua alma», que não encontrou «o sentido da vida». Mas, se não alcançou «a paz da alma e da consciência, guiado pelas exigências da pureza ontológica, que interiormente lhe comandavam o espírito», foi porque — Craveiro da Silva recorria à velha argumentação de Sardinha — «certos resíduos evolucionistas, deixados no seu pensamento pela grosseira superstição do Progresso, impossibilitaram Antero de encontrar, no Catolicismo, a incógnita da questão que tanto o assombrava e suspendia». E assim concluía: «Por isso, deixou a vida em aberto, na dolorosa atitude em que o poeta nos pinta o naufrago, lançando a mão para a praia salvadora...»⁴⁷

Este Antero dividido entre a «lógica do sentimento e do coração» e o «canto sedutor» da Razão, volta a ser pensado, de forma idêntica por Moreira das Neves, num livro em que abordou os «dramas espirituais» do «Grupo dos Cinco» (Antero, Oliveira Martins, Eça, Ramalho e Guerra Junqueiro). Situando-se num plano essencialmente teológico, Moreira das Neves analisa a questão da «história do homem» como um processo de libertação do «pecado» e de reencontro com Deus. Antero é, pois, um dos exemplos «dramáticos» analisados pelo autor.

Aborda assim a sua «história», marcada contraditoriamente pela fé e pela heresia. A Graça esteve sempre nele presente, mas, apesar disso, Antero não conseguiu encontrar o «caminho». «Sofrendo, como o Platão dos *Diálogos*, — sintetiza Moreira das Neves — de incessante crise da razão e da sensibilidade, faltou-lhe, para desenigmatizar a sua própria vida, a humildade de um Santo Agostinho ou de um Pascal, — virtude fecunda e eminentemente coordenadora dos esforços humanos para a resolução daquelas dificuldades e interrogativas que perseguem todos os intuitivos de génio.»⁴⁸

⁴⁷ «O “Problema vital” de Antero», in *Brotéria*, vol. XXXV, fasc. 4, Abril 1942, p. 369.

⁴⁸ «Antero ou o suicídio sob a âncora», in *O Grupo dos Cinco*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1945, p. 51.

Mas, apesar disso, apesar do suicídio, Antero ter-se-á salvo? Moreira das Neves assim acredita, recorrendo ao testemunho interrogativo do padre Jerónimo Filomeno Veloza, que lavrou a acta do óbito e que ali escreveu: «Quem sabe se o exímio poeta no último e lancinante volver de olhos se dirigiu ao criador invocando a piedade e o perdão?»⁴⁹ «Suicídio sob a âncora», a âncora da Esperança (a âncora do convento de Nossa Senhora da Esperança, que ali ainda está, no terreiro de S. Francisco), a Esperança da Salvação — eis uma imagem da morte, e da vida, de Antero, bem representativa do pensamento «católico».

Quanto a Oliveira Martins, que não teve uma morte trágica como Antero, mas sim no seu leito junto da esposa católica, a lógica interpretativa, com as suas naturais variantes, é essencialmente idêntica. Foi essa morte, como não podia deixar de ser, que Cerejeira fundamentalmente captou, depois de ter expresso, ao longo da vida, toda a curiosidade filosófica da época. A morte é, para um padre católico de ideologia tradicional, a prova da suprema conversão. E assim foi o passamento de Oliveira Martins:

Oliveira Martins, depois de errar através da enciclopédica soberba intelectual do seu século, começa, nas últimas obras, a compreender melhor a alma religiosa, marcando o ano de 1891, pela publicação dos Filhos de D. João I, uma data nova na sua evolução moral, — e morre cristãmente, a rezar a Avé-Maria, com a mão travada na da esposa, que lhe segura o Crucifixo, postos no qual os olhos se lhe apagam [...].⁵⁰

A mesma ideia está presente na referida obra de Moreira das Neves sobre o «grupo dos cinco»⁵¹. A ciência era — segundo a sua interpretação — inútil para resolver os problemas do espírito, a ciência era incapaz de oferecer um verdadeiro caminho ao homem, mesmo a um espírito puro como era o de Martins. A sua obra final acompanha a sua lenta conversão.

⁴⁹ *Idem*, p. 54.

⁵⁰ *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, ed. cit., pp. 341-342.

⁵¹ P. Moreira das Neves, *O Grupo dos Cinco. Dramas espirituais*. Sobre Martins, ver «Oliveira Martins na hora undécima», pp. 81-120.

O *Portugal Contemporâneo* é considerado já «um protesto candente de indignação e de nobreza contra o descabro das ideias que se agitavam no ar como bonecos de palha; um grito de alarme no meio da selva prestes a arder; um apelo urgente às energias adormecidas da Nação»⁵². Mesmo a *História da Civilização Ibérica* (1879), apesar dos seus erros relativos à interpretação da estrutura espiritual da Península, continha observações correctas sobre o misticismo hispânico e o génio de Santo Inácio. *A Vida de Nun' Álvares* e *O Príncipe Perfeito* serão os últimos livros antes da morte de Martins, onde ele procura compreender o misticismo do «Santo Condestável» e o significado do nosso «Rei Absoluto», D. João II. E, assim, Oliveira Martins morria — morria triste (como ele próprio dizia), mas não abandonado, porque estava acompanhado da sua esposa que «lhe recolhia os últimos queixumes, e lhe oferecia o exemplo da fé mais bela».

O socialismo de Antero e as «interpretações de regime»

O próprio pensamento social de Antero pôde gerar interpretações de sentido cristão, que correspondem, em certa medida, ao fundo do seu pensamento. Efectivamente, não deixa de nos surpreender à primeira vista — tendo em conta que nos referimos ao período cronológico salazarista, caracterizado por um anti-socialismo sistemático (no sentido de socialismo de raiz marxista) — a importância que é conferida ao «socialismo de Antero de Quental». No entanto, depois de bem analisados os textos, compreendemos o motivo desse interesse: em alguns deles o que se procurou afinal encontrar no socialismo de Antero foi um fundo cristão e corporativo.

Não é isso exactamente o que sucede numa dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra nos anos quarenta do século xx por Ângelo Raposo Marques, *O socialismo de Antero*, obra que veio depois a ser publicada postumamente em 1959.⁵³ Orientado por um dos maiores

⁵² *Idem*, pp. 90-91.

⁵³ *O socialismo de Antero. Ensaio*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1959.

anterianistas universitários, Joaquim de Carvalho, e ajudado pelo melhor biógrafo de Antero, Bruno Carreiro, o autor procurou explicar «cientificamente» o socialismo de Antero de Quental. É claro que não deixou de ligar as concepções socialistas e os métodos revolucionários defendidos pelo escritor ao cristianismo, mas, seguindo a via interpretativa de Joaquim de Carvalho, não viu em Antero um pensador essencialmente cristão e muito menos um «contra-revolucionário», à maneira de Sardinha. Encarou-o na sua linha de socialismo utópico, de tipo proudhoniano; viu-o, nessa perspectiva, como um «revolucionário»; interpretou-o como um antijacobino, mas como um republicano convicto.

Já não é bem essa a visão que aparece no texto do publicista José Tomás de Sousa, *O socialismo e Antero de Quental*, publicado nesse ano de 1942, do centenário do nascimento do poeta. É certo que são António Sérgio e Joaquim de Carvalho que servem especialmente de base aos argumentos do autor; no entanto, parece haver nele uma outra intenção bem manifesta: não só provar a oposição de Antero ao socialismo materialista de Marx — o que, de resto, era uma evidência, também afirmada por Joaquim de Carvalho e Ângelo Raposo Marques —, mas igualmente o seu «anti-revolucionarismo», a sua defesa da propriedade individual resultante do produto do trabalho, no contexto da «justiça social», a raiz essencialmente cristã do seu «socialismo». Contudo, mesmo assim, o autor, que dedicou a maior parte do seu texto a definir os vários tipos de socialismo, a caracterizar historicamente as diversas escolas socialistas e a analisar a história do socialismo em Portugal e no mundo, para só dedicar uma pequena parcela do livro a Antero, não deixou de discutir o seu pensamento socialista, ou, mais concretamente, o colectivismo que ainda encontrou no poeta social.

É interessante, com efeito, ler textualmente as palavras do ensaísta neste particular. Eis como ele, de forma «presentista», critica Antero:

A parte mais socialista do seu pensamento — a colectivização dos instrumentos de produção — é exactamente aquela que mais se acha em contradição com a ideia de justiça e as conclusões da ciência económica. Considerar o trabalho a única fonte de riqueza — usando da dialéctica de Antero — é coisa que a consciência diz, *não pode ser* e a *economia*

política acrescenta, não *deve ser*. Se na organização capitalista, por ele criticada, há capitais que recebem lucros indevidos, isto não quer dizer que o capital seja improdutivo. O capital produz riqueza exactamente como o trabalho: se não pode dispensar o trabalho para a obter, também este o não pode dispensar para a obra da produção. Extinguindo-se o capital privado, segundo o sistema de Antero, necessário se torna substituí-lo pelo capital público o que, só por si, demonstra a inexactidão do princípio de onde se parte. O que a justiça e a Ciência nos levam a concluir é que sendo ambos necessários para a criação da riqueza, não deve um dos factores dominar o outro, cabendo a cada um especial função.⁵⁴

O objectivo do autor consiste, pois, em defender a tese segundo a qual o pensamento anteriano era ao mesmo tempo anti-individualista e anti-socialista, precursor de uma prática corporativista e personalista, de conciliação entre o Capital e o Trabalho, da intervenção do Estado e da iniciativa da Nação. Numa palavra: o seu pensamento antecipava-se à teoria do Estado Novo.

Neste sentido, procurou ver no socialismo de Antero uma tese o mais próxima possível dessa teoria. Mas não se coibiu de «intervir» no seu pensamento social, para o criticar no ponto que entendeu mais afastado das «teses de regime».

Antero precursor da «Revolução Nacional» — a leitura do Estado Novo

O Panteão Nacional, como lugar de «memória da Pátria»⁵⁵, não conta, entre os «grandes homens mortos» ali sepultados, com Antero de Quental. Não queremos dar a esta nossa afirmação um sentido especial, mas tão-só constatar um facto.

⁵⁴ *O socialismo e Antero de Quental*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942, pp. 77-78.

⁵⁵ Sobre o sentido do cemitério no vasto quadro da memória histórica, ver as importantes análises de Fernando Catroga no livro *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999.

Com efeito, são escassos os portugueses ilustres que ali se encontram para podermos tirar daí uma ilação significativa. E devemos ter em atenção também que, como se sugeriu, se o Panteão de Santa Engrácia só aparece no período salazarista tardio, existiu primeiro o Panteão dos Jerónimos, desde 1880, datando de 1836 o diploma legal que instituiu o novo lugar dos «mortos gloriosos».

Os escritores ali sepultados são apenas três: Garrett (como se disse no anterior capítulo), João de Deus e Guerra Junqueiro (curiosamente o poeta da República «convertido pelo Estado Novo»), permanecendo Alexandre Herculano no antigo Panteão de Belém. Antero repousa humildemente no cemitério de São Joaquim, em Ponta Delgada, de forma idêntica ao que sucede com tantos outros escritores ilustres, que estão sepultados nos cemitérios das terras onde nasceram ou de outros quaisquer lugares a que ficaram ligados.

Este facto não significa porém — já o verificámos — que Antero de Quental não fosse considerado uma «glória nacional» pelo Estado Novo, como havia sido pelos regimes anteriores.

Conforme brevemente anotaremos, depois da sua morte, em 1891, muitas manifestações lhe foram feitas por «gregos» e «troianos», isto é, pelos vários regimes e por homens de todas as ideologias. Mas, falando agora apenas da imagem oficial que de Antero deu o Estado Novo, salientemos para já que ele é sempre representado como figura de primeiro plano das letras e da história nacionais.

Bastaria um exemplo significado, já de resto invocado mais de uma vez, para comprovar esta afirmação evidente. Recorde-se que depois de ter sido fundado o SPN, liderado por António Ferro, foram instituídos para o ano de 1933-34 os «Prémios Literários», tendo o prémio de poesia como patrono Antero de Quental. E, curiosamente, o seu regulamento inicial estipulava que ele seria concedido em duas categorias: ao «melhor livro de versos» e a «um poema ou poesia solta» em que «se revele uma inspiração bem portuguesa e mesmo, de preferência, um alto sentido de exaltação nacionalista».⁵⁶ Antero aparecia, assim, a patrocinar um prémio de poesia preferencialmente de vocação nacionalista

⁵⁶ António Ferro, *A Política do Espírito e os prémios literários do S.P.N.* Discurso pronunciado em 21 de Fevereiro de 1935, Lisboa, S.P.N., s. d. [1935], pp. 29-30.

Diga-se ainda, relativamente aos prémios do SPN/SNI, que a obra *Antero de Quental*, de José Bruno Carreiro, recebia em 1948 o prémio de ensaio «Ramalho Ortigão», e a obra *No saguão do Liberalismo*, de Fernando Campos, que continha, como vimos, uma interpretação integralista de Antero, foi agraciada em 1935 com o prémio de doutrina ou polémica «António Ennes»⁵⁷

Mas não era só através dos prémios de SPN/SNI que se «reproduzia» o nome da grande «figura nacional» que foi Antero de Quental. As próprias edições daquele organismo divulgaram «a poesia e a prosa escolhidas» e estudos sobre a personalidade complexa, mas de valor indiscutível, de Antero. Como exemplo significativo dessa acção cite-se, antes de mais, a obra *Antero de Quental*, selecção de textos e prefácio de José Calvet de Magalhães, publicada na colecção «Idearium. Antologia do Pensamento Português» em 1948.⁵⁸

Fundamentalmente o que pretende relevar Calvet de Magalhães, no estudo sobre o pensamento de Antero e nos textos anteriores seleccionados, é que o escritor defendeu vivamente uma «filosofia espiritualista». A sua interpretação pode sintetizar-se neste passo:

A crítica que dirigiu ao positivismo e ao materialismo dominantes aproxima-o dos reconstrutores da Metafísica contemporânea e é sumariamente honrosa para o seu esforço de pensador, não só como reveladora de inegáveis qualidades de independência espiritual, como denunciadora de uma segura, se bem que incompleta presciência da evolução espiritual futura. No campo social e político, sem se furtar à influência socialista da época, repudiou no entanto a concepção materialista da história, proclamando o primado da moral e defendendo a estrutura fundamental da sociedade europeia, para a qual preconizava apenas uma renovação no sentido das ideias de Proudhon.⁵⁹

⁵⁷ Cfr. *ob. cit.*, respectivamente, pp. 215 e 217.

⁵⁸ *Antero de Quental*, Lisboa, Edições S.N.I., 1948.

⁵⁹ *Ob. cit.*, pp. 9-10.

Como se vê, Antero aparece aqui como um quase precursor da «evolução espiritual futura» e um defensor da ética como elemento fundamental da política. Aliás, também Calvet de Magalhães procura reduzir o *elan revolucionário* de Antero, limitando-o a uma simples posição reformista: «O seu eticismo e a sua preocupação reformadora — e não revolucionária — pela descentralização e a associação, aproximam-no muito mais do socialismo cristão do que qualquer outra escola do socialismo contemporâneo». ⁶⁰

Mas esta observação não implicava que também não encontrasse «deficiências profundas» no pensamento de Antero. Falta «qualquer coisa» no seu sistema filosófico, marcado pela influência do dinamismo de Leibniz, do criticismo de Kant e do idealismo de Hegel. «Essa qualquer coisa é a ideia de Deus» — concluía. ⁶¹

A escolha dos textos de Antero é feita por Calvet com intuítos evidentes. Sobretudo isso é claro quando selecciona os passos referentes ao seu «pensamento social». O que se pretende salientar, através de excertos saídos das *Prosas*, é que Antero se pronuncia contra a burguesia liberal («a aristocracia do dinheiro e da propriedade»), tem uma política nacional e não partidária («seguimos o Povo, não seguiremos nenhum partido e, num certo sentido, nenhuma escola»), e, em síntese, defende uma «ideia nova», que tem como objectivo essencial a defesa dos valores éticos nacionais: «o levantamento da vida moral da nossa querida Pátria». ⁶²

Calvet de Magalhães não considerou explicitamente Antero de Quental, como outros o farão, «precursor da Revolução Nacional», mas deixou-nos sugestões que apontavam nesse sentido.

Também há algumas sugestões nessa direcção — talvez, no entanto, ainda menos evidentes do que em Calvet de Magalhães — no texto que o jornalista e publicista Luiz Teixeira, o único verdadeiro divulgador da

⁶⁰ *Idem*, p. 20.

⁶¹ *Idem*, p. 28. Cfr. pp. 23-28.

⁶² Cfr., sobretudo, pp. 109-115.

biografia de Salazar⁶³, escreveu por altura do centenário de Antero. A *vida de Antero de Quental* não se pode dizer, no entanto, que seja um «texto de regime». Quando muito, neste perfil de Antero e na intenção da publicação de algumas das suas cartas, entre elas a famosa carta autobiográfica a Wilhelm Storck, poderemos perscrutar as imagens da vida de «um génio» que teve as suas «estouvances da mocidade», que se apaixonou por uma revolução moral e cristã, que criticou os republicanos portugueses e que, depois de trágicos problemas de consciência, muito afectado pela doença e pelo seu misticismo, acabou por se suicidar. No entanto, apesar deste final sombrio, Luiz Teixeira, que salientou por diversas vezes a «santidade» de Antero, terminou o seu texto com uma imagem de Esperança:

Desde então, pelos tempos fora, as gerações que chegam recordam Antero repetindo sempre:

Dorme o teu sono, coração liberto

*Dorme na mão de Deus eternamente!*⁶⁴

Mas Antero há-de ser aproveitado pelo Estado Novo, assim como em Sardenha foi interpretado como «precursor da Contra-Revolução».

Tal sucede numa colecção bem significativa, os «Cadernos do Quadragésimo Ano», que celebravam os quarenta anos da «Revolução Nacional». O texto é da autoria de João Afonso e o título é um verdadeiro programa: *Antero de Quental e o pensamento da Revolução Nacional*.

Acima de tudo, o que o autor pretende revelar é um Antero de Quental devotado à ideia da «salvar Portugal», através de uma «Revolução Nacional». Todo o texto procura aproximar essa «ideia anterioriana» de uma revolução nacionalista e ética, da ideia que assoma em 1926 e daquela que foi depois corporizada por Salazar. Não seriam precisas palavras expressas, mas elas também lá estão:

⁶³ *Perfil de Salazar. Elementos para a história da sua vida e da sua época*, Lisboa Edição do autor, 1938.

⁶⁴ *Vida de Antero de Quental*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942, p. 30.

A Nação estava, efectivamente, doente. O diagnóstico que Antero apontou e que seria reafirmado, trinta anos depois, em plena Sala do Risco, veio a indicar qual o tratamento a aplicar: «o momento da acção» chegava em 1926.⁶⁵

É o «texto de regime» mais significativo, ainda que outros, com as suas sugestões, façam eco das ideias-força do Estado salazarista. O «perigo comunista», o «perigo russo», era, como se sabe, uma dessas ideias. Também ela foi entrevista por certos ideólogos em Antero, como, naturalmente, em António Sardinha — o eixo Sardinha-Antero da concepção «integralista» ou «neo-integralista» voltava sempre ao de cima. A revista *Panorama*, do SNI, publicou em 1960 um ensaio do anterianista Ruy Galvão de Carvalho, onde aparecem essas imagens salazaristas esbatidas nas sugestões daqueles que eram considerados seus «precursores».⁶⁶

Antero e Oliveira Martins «lidos» aos jovens e aos adultos — o ensino e a divulgação no Estado Novo

Já falámos sobre a divulgação de Antero no Estado Novo. Mas diremos ainda algo mais, centrando-nos sobretudo na área do ensino.

Antes, todavia, recordemos que a imagem divulgada pelo órgão de propaganda do regime, o SPN/SNI, era a do «Antero nacionalista», como também a do «Antero espiritualista».

Foi essa afinal a imagem reproduzida na obra paradigmática — já por várias vezes citada, dirigida aos emigrantes portugueses (aos «portugueses do Brasil, da Argentina, dos Estados Unidos da América do Norte, da Índia, da China e a tantos outros compatriotas que vivem em terras longínquas»), como também aos «portugueses do Império» — intitulada *Breviário da Pátria*

⁶⁵ Antero de Quental e o pensamento da Revolução Nacional, Lisboa, Cadernos do Quadragésimo Ano, 1967, p. 19.

⁶⁶ Ruy Galvão de Carvalho, «Antero de Quental e António Sardinha profetas do perigo eslavo», in *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 20, III série, Dez. 1960.

para Portugueses Ausentes. Publicada (recorde-se) em 1946, ano de uma relativa abertura do Estado Novo, tem uma colaboração variada, onde, a par de «intelectuais de regime» ou de fundo «tradicionalista» — como João Ameal, Marcello Caetano, Luiz Teixeira, José Osório de Oliveira —, se encontram cientistas e pensadores com posições independentes, como Orlando Ribeiro ou Delfim Santos.

Delfim Santos, do grupo de Renovação Democrática, professor de Filosofia e Pedagogia na Faculdade de Letras de Lisboa e discípulo de Leonardo Coimbra, escreveu o capítulo sobre o pensamento filosófico português. A imagem de Delfim Santos não destoa, porém, da ideia de Antero divulgada pelo Salazarismo, sem com isto querermos dizer que se trata de uma «imagem de regime». É curto o texto que lhe dedica. Apenas pretende salientar o seu antipositivismo, a sua crítica parcial ao mecanicismo e a sua adesão fundamental ao espiritualismo. «O seu espiritualismo — escreve Delfim Santos — põe a descoberto, e revela em forma admirável, um dos aspectos permanentes do pensamento nacional e fixa as suas principais coordenadas no lirismo, de que ele é um dos mais excelso representantes».⁶⁷

No capítulo referente à literatura — que, de resto, constituiu um volume independente, de divulgação para estrangeiros⁶⁸ — José Osório de Oliveira apresenta-nos a imagem do Antero «romântico», do Antero «místico», do Antero «crente», do Antero «que não foi filosófico», numa palavra, do Antero *poeta*. «Poeta, e grande poeta, dos maiores da língua portuguesa e um dos nossos raros poetas universais — eis o que ele foi», são estas as palavras de síntese.⁶⁹

Merece também a nossa atenção a colectânea de poesia organizada na segunda metade da década de cinquenta por José Régio para a «Colecção Educativa», da Campanha Nacional de Educação de Adultos. De Antero escolheu o soneto *Solemnia Verba*, que Régio comenta, notando que o

⁶⁷ *Portugal. Breviário da Pátria para Portugueses Ausentes*, Lisboa, Edições SNI, 1946, pp. 270-271.

⁶⁸ *Panorama de la Littérature Portugaise* par José Osório de Oliveira. Texte et citations traduits par Jean Bayle. Lisbonne, Éditions SNI, s.d..

⁶⁹ *Portugal. Breviário*, pp. 351-352.

poeta, depois de um caminho de Dor que havia percorrido, julga que vale a pena viver e que encontrou o Amor⁷⁰. No contexto das intenções ideologicoculturais do tempo — o livro tem na portada um texto «humanista» e «espiritualista» de Salazar⁷¹ — o compilador, que não foi (antes pelo contrário) um «escritor do regime», não deixou de com ele se encontrar na intenção de reproduzir, divulgando poesias «acessíveis e agradáveis» para o grande público, uma concepção idealista da literatura e a noção, muito cara ao pensamento tradicionalista, de que Portugal era uma «Pátria de Poetas», entre os quais Antero era um dos maiores.⁷²

E como é que Antero foi ensinado na Escola? É difícil sabê-lo, porque só dispomos para isso de uma única fonte segura — os programas. Fora disso, apenas existem os manuais. Mas, se as «selectas literárias» do 3.º, 4.º e 5.º anos do «curso geral dos liceus» (equivalentes, *grosso modo*, ao 3.º ciclo de ensino básico) eram frequente ou obrigatoriamente usadas na cadeira de Português, já o mesmo não sucedia, no «curso complementar», com os manuais de «História da Literatura» para os 6.º e 7.º anos (hoje sensivelmente correspondentes ao ensino secundário), dado que não se utilizava um «livro único», tendo-se usado ao longo do tempo e ao mesmo tempo vários compêndios, quando não se estudava pelos apontamentos tirados na aula. O ensino dependia, pois, em grande parte, do professor e da sua orientação.

⁷⁰ *Poesia de ontem e de hoje para o nosso Povo ler*, «Colecção Educativa», Plano de Educação Popular, Lisboa s. d. [1957].

⁷¹ O texto de Salazar que se encontra no início do livro — assim como se depara em todas as obras desta colecção um outro qualquer excerto da sua autoria, adequado aos diversos conteúdos das várias obras, como que a marcar a sua doutrina orientadora — é o seguinte: «Eu não tenho dúvidas de que o mundo se transforma, sob alguns aspectos, aos nossos olhos, e também não as tenho de que nesse mundo, em que tudo se modifica, o que menos muda é o próprio homem. E isso quer dizer que, passada a tormenta, é outra vez do Espírito e dos seus valores que os Povos esperam a cura das feridas e o estabelecimento das condições da sua vida pacífica.»

⁷² Cfr. *ob. cit.*, texto introdutório da autoria de Régio, «Uma Palavra».

De qualquer modo, os programas e as referidas «selectas» dão-nos algumas indicações significativas. Quanto ao ensino do «curso geral», não há indicações sobre Antero nos programas do Estado Novo, que foram tendo várias versões. Mas, nas «selectas literárias» é, na verdade, comum encontrarmos alguns dos seus mais conhecidos sonetos de sentido religioso. Os sonetos «À Virgem Santíssima» e «Na Mão de Deus», e outros de sentido espiritualista, são, obviamente, os mais vulgares.⁷³

Quanto aos programas do «curso complementar», tem interesse captar o sentido da orientação de ensino. Nos programas de 1936 e de 1948⁷⁴, este que se prolongou pelas décadas seguintes, é curta a referência a Antero: «a dissidência de Coimbra e as conferências do Casino. Antero de Quental». Mas, é mais explícito o texto de orientação para os professores, que consta das «Observações» ao programa.

Tendo a cadeira de Português desse ciclo como um dos objectivos «arraigar no espírito e no coração dos alunos sentimentos elevados de civismo e de amor da Pátria» — como se diz no programa de 48, ideia que curiosamente estava mais atenuada no de 36 — o ensino de Antero de Quental mereceu cuidados especiais por parte dos legisladores. No programa de 1936 pode ler-se este texto esclarecedor:

Quanto à personalidade de Antero de Quental, não é ela para ser estudada neste curso; limite-se a leitura a alguns sonetos e comentário a uma ideia, embora imprecisa, da tormentosa vida mental do poeta e do significado da sua arte, procurando interessar algum aluno por estudos mais completos a fazer ulteriormente»⁷⁵

⁷³ Ver, por ex., Bernardo Gonçalves Neto e Adriano Nunes de Almeida, *Língua Portuguesa Selecta Literária para o 4.º e 5.º ano*, Porto, Livraria Aviz, s.d., pp. 199-203. Ver também as várias edições da *Selecta Literária* de José Pereira Tavares, «aprovada oficialmente» nos anos trinta, quarenta e cinquenta, onde se seleccionam várias poesias de cunho espiritualista.

⁷⁴ Cfr. *Ensino Liceal. Reforma dos estudos e respectivos programas. Decreto-lei n.º 27.084 e decreto n.º 27.085 de 14 de Outubro de 1936...*, 9.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, e *Programas das disciplinas do Ensino Liceal. Decreto n.º 37.112 de 22 de Outubro de 1948*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948. Veja-se particularmente a parte referente à disciplina de Português.

⁷⁵ *Ed. do Programa de 1936 cit.*, p. 136.

No programa de 1948 parecem ser ainda maiores, curiosamente, os cuidados do Ministério da Educação Nacional:

O drama espiritual de Antero dificilmente poderá ter ressonância condigna em rapazes de limitada experiência afectiva, intelectual e artística, como é de supor nos 16 anos dos finalistas liceais. Limite-se o professor a acompanhar a leitura de sonetos, escolhidos e comentados um por um, que dêem aos alunos ideia apreciável das ansiedades de um espírito sincero e nobre, rico de finas sensibilidades, enamorado de ideias generosas de justiça e humanidade, inclinado todavia à mística especulativa, e parecendo eternamente desesperado de encontrar o farol que procurava para lhe iluminar as trevas que lhe barravam os caminhos». ⁷⁶

Como se vê, num período já de fechamento do regime (nesse ano de 48 era ilegalizado o MUD), após a frustrada abertura do pós-guerra, parecem aumentar as preocupações quanto ao enquadramento da divulgação de uma grande figura das letras nacionais, mas que era passível de gerar «alguns perigos» no seio da juventude. As preocupações são maiores do que em 1936, ano fundamental para a institucionalização do Estado Novo e em que o Ministério da Instrução Pública se passa a denominar Ministério da Educação Nacional, adoptando uma estruturação de ressonância fascista.

Para se entender melhor estas preocupações, e como Oliveira Martins foi normalmente lateralizado no ensino liceal, talvez devêssemos, todavia, ter começado esta nossa reflexão por salientar não o que se dizia nos programas de Português, mas de História, e recuarmos ao ano de 1932. Por decreto, o Governo, através do ainda Ministério da Instrução Pública, considerava-se que «tudo quanto [...] tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura» (decreto n.º 21.103, de 7 de Abril de 1932, artigo 4.º). Assim, era natural que se procurasse esconder aos jovens os aspectos pessimistas do pensamento de

⁷⁶ *Ed. do Programa de 1948 cit.*, p. 36.

Antero, assim como o discurso crítico da *História de Portugal* de Oliveira Martins. Aliás, consultando outras obras de divulgação destinadas às crianças e adolescentes em que a História tinha um papel central encontramos, muito claramente, um juízo negativo sobre a história martiniana.

Por exemplo, Virgínia de Castro e Almeida, autora da colecção de «histórias de Portugal» intitulada «Pátria», classifica assim Oliveira Martins num pequeno livro sobre a derrota do «grande Imperador Napoleão»: «Um artista português chamado Oliveira Martins, que escreveu com muito lindas palavras uma feia e má história de Portugal[...]»⁷⁷. E não são diferentes, ainda que mais objectivas, as reflexões de José Osório de Oliveira no citado resumo de divulgação da literatura portuguesa que foi traduzido também para francês⁷⁸. Ele salienta exactamente «a ideia de decadência e de desencorajamento no que respeita aos destinos da Nação» que encontra na *História de Portugal*, como acentua também em sentido crítico, o iberismo presente na *História da Civilização Ibérica*.

Mas pensamos que a imagem mais significativa é a que foi apresentada pelo «historiador do regime», João Ameal, na sua *História de Portugal*, publicada no «ano áureo», 1940 (do duplo centenário da Fundação e da Restauração), que (como atrás dissemos) recebeu o prémio «Alexandre Herculano» em 1941. Ele compara a sua História à de Oliveira Martins, mas pela via dos contrastes: contraste no espírito das obras (o pessimismo de Martins e o espírito «afirmativo e construtivo» dele próprio, Ameal) e contraste artístico (a beleza da frase de Martins e a sua prosa «pobre e monótona»). Por isso Ameal espera, «humildemente», que apareça um historiador ao mesmo tempo construtivo e artista:

*Tenbamos esperança de que apareça um dia — o mais cedo possível! — o autor capaz de fornecer o antídoto decisivo para o Oliveira Martins do Portugal decadente, isto é: o Oliveira Martins do Portugal ressurgido.*⁷⁹

⁷⁷ *História maravilhosa de como o grande Imperador Napoleão foi vencido em Portugal*, col. «Pátria», n.º 41, Lisboa, SNI, 1945, p. 7.

⁷⁸ *Panorama de la Littérature Portugaise*, Lisbonne, Editions SNI, s.d., pp. 56-57.

⁷⁹ *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940, p. XV.

Entretanto, é possível também encontrar o «outro Oliveira Martins» nos lugares de memória do Estado Novo. Por exemplo, na obra mais popular da educação deste período, que tinha o objectivo de formar as crianças no «verdadeiro espírito português», o jardim-museu *Portugal dos Pequenitos*⁸⁰, idealizado pelo professor da Faculdade de Medicina de Coimbra e amigo de Salazar, Bissaya Barreto, e planeado pelo arquitecto Cassiano Branco nos anos quarenta, alguns textos que ali encontramos, no sector dedicado aos Descobrimentos e ao Ultramar, para servirem de lição, são exactamente extraídos das obras «nacionalistas» de Oliveira Martins, das obras do fim da sua vida, do *Portugal nos mares* e de *Os filhos de D. João I*. Nas bibliotecas das Casas do Povo, onde — como temos dito — deparamos com uma literatura seleccionada segundo a ideologia salazarista, aparece somente *A Vida de Nun' Álvares*.⁸¹

E Oliveira Martins — tal como Antero — recebeu também as honras de uma estátua oficial. Na Avenida da Liberdade, em Lisboa, onde foram erguidas as estátuas de alguns intelectuais do século XIX que o regime converteu e integrou, encontramos a de Oliveira Martins, de 1952, do escultor Leopoldo de Almeida⁸².

O Centenário de Antero — encontro de várias leituras

Antero (tal como Oliveira Martins) não foi transportado para o Panteão Nacional no fim do século XIX, ao invés do que sucedeu com o seu amigo João de Deus, em 1896, por altura da sua morte, nem mais tarde quando foi inaugurado o Panteão em Santa Engrácia. No entanto, naquela época comemoracionista, mercê das concepções nacionalistas, republicanas e

⁸⁰ Ver Heloísa Helena de Jesus Paulo, «“Portugal dos Pequenitos” – uma obra ideológico-social de um professor de Coimbra», in *Revista de História das Ideias*, n.º 12, Coimbra, 1990, pp. 395-413.

⁸¹ Cfr. Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem, «Ideologia salazarista, “cultura popular” e consciência histórica. As bibliotecas das Casas do Povo», in *História e ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, pp. 171-196 e 255-272. Cfr. p. 258.

⁸² Ver R. Laborde Ferreira e V. M. Lopes Vieira, *Estatuária de Lisboa*, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, p. 98.

positivistas, publicou-se, em 1896, um *In Memoriam*, em que os seus amigos e admiradores escreveram textos de homenagem. Alberto Sampaio, Vasconcelos de Abreu, Adolfo Coelho, Oliveira Martins, Sebastião de Magalhães Lima, Anselmo de Andrade, Carolina de Michaëlis, Guerra Junqueiro, Eça de Queirós, João de Deus e tantos outros aí publicaram os seus artigos, que se distribuem entre a memória e as primeiras tentativas de interpretação científica da personalidade e da obra de Antero.⁸³

Logo em 1901, já também o dissemos, os estudantes açorianos movimentaram-se para homenagear o poeta, a que deram o seu apoio expresso figuras importantes da intelectualidade e dos meios universitários de Coimbra. Aliás, nesta cidade, onde estudou e onde foi célebre pelas atitudes de revolta contra os poderes universitários instituídos, foi-lhe consagrada uma rua pela Câmara Municipal, logo em 1903.⁸⁴ Enfim, Antero tornava-se poucos anos depois da sua morte uma «figura nacional».

Mas, acima de tudo, o que queremos analisar com um pouco mais de atenção é o que se passou em 1942, em pleno Estado Novo, data em que — como por várias vezes se disse — se celebrou o primeiro centenário do seu nascimento. Antes, porém, de o fazermos, deveremos recordar que o ano de 40 (como se tem dito) é marcado por um centenário nacionalista, de importância ímpar no reforço da ideologia do regime — o duplo centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade. Como seria então «interpretado» dois anos depois o centenário de Antero?

O que se verifica é o encontro de todas as tendências e de todas as ideologias interpretativas, ainda que o regime procurasse, obviamente, dominar esse movimento comemorativo, conferindo-lhe grande importância. Basta ler os jornais do tempo para se encontrar um noticiário variado, por vezes acompanhado de alguns comentários esclarecedores. Vejamos alguns exemplos⁸⁵:

⁸³ *Antero de Quental. In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, 1896.

⁸⁴ Cfr. J. Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, t. II, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1960, p. 93.

⁸⁵ As notícias que se seguem foram respigadas dos jornais de Abril de 1942 (Antero nascera em Ponta Delgada em 18 de Abril de 1842), nomeadamente dos periódicos que tinham, por assim dizer, um certo carácter oficial ou oficioso, ou seja, o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*.

Em Lisboa, houve uma exposição sobre Antero no Museu João de Deus. Na Casa dos Açores, Vitorino Nemésio proferiu uma conferência, e a direcção da Casa depôs um ramo de flores na estátua de Antero que se encontrava no átrio da Câmara Municipal. No Liceu Filipa de Lencastre, houve uma sessão comemorativa. Mas, sobretudo, o que os jornais noticiaram, quanto à realização levada a efeito na capital, foi a «sessão solene» realizada na Academia das Ciências. Presidida pelo Ministro da Educação Nacional, Mário de Figueiredo, teve — como era então habitual dizer-se — «numerosa e selecta assistência», tendo nela proferido uma conferência sobre Antero o seu presidente, Júlio Dantas.⁸⁶

No Porto — onde as comemorações parece terem assumido um cunho menos oficial — proferiram conferências, no Ateneu Comercial, Casais Monteiro, Manuel Mendes, o Padre Alves Correia e Agostinho da Silva, enquanto no Palácio de Cristal, promovida pela associação «Estudos Portugueses», falava, sobre Antero, Santana Dionísio.

Em Coimbra, a Academia promoveu uma jornada comemorativa, a que vamos prestar uma especial atenção, enquanto em outras cidades se levavam também a cabo cerimónias de homenagem. Em Ponta Delgada, como não podia deixar de ser, houve significativas «Festas Centenárias», passando a chamar-se ao Jardim do Colégio (por ali existir o Colégio dos Jesuítas) Jardim Antero de Quental, tendo sido colocado no local um busto do poeta, da autoria de Canto da Maia. Note-se, como curiosidade representativa, porque supõe a ideia de que o poeta está ligado à Natureza, que os jardins foram os locais escolhidos para erguer estátuas a Antero. Assim aconteceu em Lisboa, onde foi colocada, no Jardim da Estrela, em 1948, sendo a obra da autoria de Barata Feio⁸⁷, e em Coimbra, no Parque da Cidade, onde a Câmara Municipal, em 1958, mandou instalar um busto executado por Diogo

⁸⁶ Ver Júlio Dantas, *Discurso proferido na Sessão Comemorativa do 1.º Centenário de Antero de Quental, em 18 de Abril de 1942*. Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIV, Abril de 1942.

⁸⁷ Cfr. R. Laborde Ferreira e V. M. Lopes Vieira, *Estatuária de Lisboa*, Lisboa, 1985, p. 130.

de Macedo, oferecido pelo município lisboeta.⁸⁸ Os artistas no período salazarista não deixaram, pois, de contemplar Antero de Quental, através das suas obras de cunho mais livre ou oficial. Está neste caso, embora se trate de um conjunto onde Antero também está presente, e não de uma obra expressamente sobre ele, o convencional painel que evoca a história e a cultura de Portugal, da autoria de Severo Portela, existente no átrio da Faculdade de Letras de Coimbra, de construção do Estado Novo, inaugurada em 1951. Ali, entre outras figuras históricas e literárias, encontramos, na verdade, Antero de Quental.⁸⁹

Voltando aos actos comemorativos realizados no país, pudemos ainda verificar que no Liceu Bocage, de Setúbal, houve também uma jornada de homenagem a Antero, enquanto em Vila do Conde a Câmara Municipal mandou descerrar uma lápide na casa onde o poeta viveu. Mas não foi só em Portugal que se realizaram comemorações. O exemplo do Brasil é sintomático da junção nessas cerimónias — junção aparentemente contraditória se analisada de forma simplista — do cunho oficial e da intervenção de personalidades que nada tinham a ver com o regime ou que eram mesmo contra ele. No Rio de Janeiro a sessão foi promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), correspondente ao nosso SPN/SNI. Nessa sessão solene, realizada na Assembleia Brasileira de Imprensa, presidida pelo embaixador Martinho Nobre de Melo, figura do salazarismo (e, antes, do sidonismo), que proferiu — no dizer dos jornais do tempo — «um notável discurso», falaram o poeta e académico brasileiro Manuel Bandeira e Jaime Cortesão, para além de ter havido um recital pela declamadora Margarida Lopes de Almeida.

⁸⁸ Cfr. *Arquivo Coimbra*, vol. XVII, Coimbra, 1959, p. 1 ss..

⁸⁹ O reitor Maximino Correia, que era também o presidente da Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra, terá chegado a sugerir que na nova cidade universitária fosse evocado, numa obra plástica, o célebre episódio romântico referido por Eça de Queirós nas *Notas Contemporâneas*, em que Antero se encontrava a recitar, nas escadarias da Sé Nova, numa noite de luar, tendo à volta um grupo de estudantes («Sugestões de Lembranças que a Cidade Universitária deve perpetuar em obras de arte, enviadas a S. Ex.^a o Ministro», *Ao serviço da Universidade de Coimbra. 1939-1960*, Coimbra, 1963, p. 161).

Mas os jornais, cujo noticiário seguimos de perto, não se limitam a um mero registo de acontecimentos, aos quais acrescentamos — por nos parecer significativa — a palestra proferida na Rádio Renascença pelo padre Moreira das Neves sobre o tema «Antero e as crianças». Também eles tecem comentários bem reveladores das tendências interpretativas em relação ao poeta, bem como inserem artigos de fundo sobre Antero de Quental.

Por exemplo, saliente-se que foi no *Diário de Notícias* que se publicou, sob a forma de artigo, o estudo de Luiz Teixeira sobre a vida de Antero, depois publicado em opúsculo.⁹⁰ Todavia, o mais interessante detecta-se na leitura dos periódicos mais ligados à área católica e ao regime, como são os casos do *Novidades* e de *A Voz*.

Num artigo de fundo de *A Voz*, «A lição de Antero», assinado por Deniz da Luz⁹¹, surgem, em especial, duas lições, que se podem sintetizar em dois passos fundamentais do discurso. Vejamos a primeira, que se radica na tradição interpretativa de Sardinha:

O moço revolucionário demoliu muita coisa respeitável, à frente de uma impetuosa corrente juvenil, encadeada por falsos esplendores. Não falta, porém, quem nele descortine, por entre os erros e excessos que cometeu, uma autêntica mentalidade de precursor da Contra-Revolução, um inimigo das corrosivas doutrinas liberais, como se propunham na época, e um defensor dos interesses da nação, pessimamente servida.

O segundo passo reflecte melhor a ideia da luta entre o «mal» e o «bem» em Antero, de onde se extrai um outro ensinamento:

Depois a lição de Antero é preciosa. A sua vida ensina-nos aonde leva o abandono da fé, a falta de directrizes espirituais e o pessimismo. E a sua obra traduz uma ânsia de realização do bem, como o entendia; e afirma a constante inquietude do seu espírito. Antero não era cristão, na integridade da fé sequer, mas a «voz interior» que nele afirmava o bem parecia ser cristã.

⁹⁰ «No Centenário do Poeta. Alguns factos da sua vida», *Diário de Notícias*, 18.4.1942.

⁹¹ *A Voz*, 18.4.1942.

No jornal católico *Novidades*⁹² aparecem, nos artigos do centenário, sobretudo sugestões acerca da sua espiritualidade e o repúdio dos seus erros. Daí que na folha «Letras e Artes», que era dirigida por Moreira das Neves, se encontre uma imagem disso bem sintomática. Trata-se de uma fotografia em que é retratado um rochedo abrupto sobre o mar e o sol poente, com a seguinte legenda: «Toda a vida de Antero foi um mar misterioso, sob a luz do sol poente e com a cruz sobre um rochedo». A questão da morte, e da vida, de Antero de Quental preocupou sobretudo os católicos, como já vimos. Eles não podiam, apesar de tudo, esquecer os seus «desvarios», embora o considerassem, como era comum, um dos «maiores poetas de todos os tempos». Por isso, o editorial concluía: «Apreciemo-lo como poeta e pensador; mas deploremo-lo como homem — pelo muito que sofreu e pelo mal que fez, no campo das ideias, à sociedade portuguesa». Antero havia sido uma grande figura nacional, mas também o «pecador», o corruptor social.

Vejamos agora o caso sintomático da homenagem a Antero que lhe foi prestada pela Academia de Coimbra.

Era presidente da Associação Académica, em período de comissões administrativas nomeadas pelo governo, e da sua confiança, o estudante de Direito João de Matos Antunes Varela, que virá a ser uma figura fundamental do regime, ocupando durante quase treze anos, quase sucessivos, o cargo de ministro da Justiça (1954-1967). Uma direcção deste tipo levaria a efeito, naturalmente, uma celebração integrada no «sistema», embora abrindo-se — como era usual do próprio «sistema» — a algumas personalidades que o não representavam.

O jornal *Via Latina*, órgão da AAC, espelha e corporiza este tipo de homenagem centenária de modo claro.⁹³ É autor do editorial uma figura da

⁹² *Novidades*, 18.4.1942.

⁹³ Ver sobre o que adiante se refere *Via Latina*, Ano II, n.º 10, 30.4.1942. Trata-se de um número especial, integralmente dedicado — como se diz no Editorial — às «Comemorações do 1.º Centenário de Antero de Quental, realizadas pela Academia de Coimbra». Vimos também outros jornais da cidade, onde encontrámos idêntica informação sobre o que se passou nas

intelectualidade oficial, o presidente da Academia das Ciências, Júlio Dantas. Escreve ainda um artigo, entre outros, Ruy Galvão de Carvalho, conhecido antermanista de ideologia «tradicional», e publica uma poesia inédita o conhecido poeta católico, nacionalista e ruralista, figura do regime e do sector académico «integralista», António Correia de Oliveira. O seu poema tem o significativo título «Antero e o Soneto à Virgem».

A descrição das «festas comemorativas», a presença de certas personalidades e o tom dos seus discursos ou conferências são reveladores do espírito centenarista que caracterizou esta homenagem a Antero.

No primeiro dia, 16 de Abril de 1942, foi descerrada uma lápide nos Palácios Confusos, numa das casas em que morou Antero enquanto estudante⁹⁴. Falaram nessa cerimónia, que terminou com o Hino Nacional, entoado pelo Orfeon Académico, Manuel Dias da Fonseca, representante da direcção da Associação Académica, Abel Mendonça, pela Câmara Municipal, e Maximino Correia, vice-reitor e reitor interino da Universidade.

Detenhamo-nos em alguns passos significativos destes discursos, onde é evidente o «presentismo» da leitura de Antero.

O estudante Dias da Fonseca detectou, como era vulgar, as «qualidades» e os «defeitos» de Antero. Não vamos registar em pormenor as suas palavras, mas não poderemos deixar de transcrever o último passo do discurso, bem revelador da tendência dominante da Academia de então:

comemorações académicas. O *Diário de Coimbra*, muito especialmente, segue a par e passo o sucedido. Chamou-nos a atenção o facto de nele vir incluído um artigo, assinado por Adriano Proença intitulado «Antero “O Santo”» (*DC*, 19.4.1942). No *Correio de Coimbra*, jornal católico, para além de uma breve notícia das comemorações, surgem vários testemunhos de autores católicos sobre Antero: Joaquim Manso, Moreira das Neves, Carlos Eugénio Paço d’Arcos e Gonçalves Cerejeira (*CC*, 25.4.1942). Na revista *Estudos*, dos estudantes católicos do CADC (Centro Católico de Democracia Cristã), pouca atenção se presta ao centenário de Antero. Apenas encontrámos nela um artigo, da autoria de Alberto Rêgo, intitulado «Antero e Beethoven» (*revista cit.*, Abril de 1942).

⁹⁴ É curiosa a observação do *Diário de Coimbra*, proferida em tom de crítica, relativamente à assistência a esta cerimónia: «Muitos estudantes. Poucos lentes...» (*D.C.*, 18.4.1942, «Festejando uma data» por Carminé Nobre).

A Academia de Coimbra contudo não pode apontar Antero como exemplo, modelo e guia da juventude portuguesa; são hoje diferentes os quadros da vida, é outra a directriz que norteia a mocidade: a fé tradicional, o respeito pelos antepassados da nossa história, a manutenção das instituições e costumes do povo português, são factores da vida nacional que temos, não só que conservar, mas, mais do que isso, que estimular e aumentar. A experiência liberal e a tentativa de igualdade, não frutificaram entre nós; os seus resultados foram, antes, desastrosos; consequentemente temos que atender, sobretudo, à tradição portuguesa. Em vez do internacionalismo, a juventude quer a sua pátria cada vez mais alta; por ela se baterá até à morte, se necessário for. A Pátria enche os corações da mocidade de hoje, que, acima dela, só vê Deus. A juventude precisa de um ideal forte, que a oriente; doutro modo debater-se-á angustiosamente, chegando, por vezes, a aniquilar a própria vida, tal como aconteceu a Antero, que, por isso, não pode ser apontado como guia da mocidade.

Assim, a saudação a Antero não ia para o «político e revolucionário», mas sim para o «grande Poeta e Filósofo da Literatura Portuguesa».

Pouco mais restará analisar nos discursos desta primeira sessão comemorativa. Quando um estudante emite esta profissão de fé num idealismo voluntarista de tipo nacionalista, logo nos situamos no espírito da corrente dominante que marcou o centenário de Coimbra. O testemunho de Abel Mendonça, um intelectual tradicionalista e católico, ia necessariamente em sentido idêntico, se bem que o seu discurso se compraza, sobretudo, na interpretação directa de Antero e não tanto em observações sobre o presente. Contudo, Antero era também, para ele, o homem «enraizado nas virtudes ancestrais do Portugal católico, o Portugal eterno» que se deixou seduzir pela Razão — «A desgraça indizível de Antero foi ter-se acolhido à sombra da Colina Sagrada⁹⁵ sob o signo de Kant». A «lição de Antero» é que não é possível a Razão sem Deus. «A harmonia e o equilíbrio perfeito da nossa

⁹⁵ «Colina Sagrada» é o nome que literariamente se dá a Coimbra ou à zona «alta» da cidade, onde se instalou desde o século XVI a Universidade. Foi este, aliás, o título que Manuel Ribeiro deu ao romance que publicou em 1925 (*A Colina Sagrada*, Lisboa, Guimarães e C.^a Editores, 1925).

existência — escrevia o Dr. Abel Mendonça — corre um perigo mortal se perde contacto com a verdade eterna, que por grande bênção de Deus, afeiçoou a alma lusíada».

O discurso de Maximino Correia é também bem significativo. O Vice-Reitor seleccionou, no contexto duma visão tradicional do país e de Coimbra, a ideia queirosiana da «santidade» de Antero. Portugal é um oásis num mundo conturbado e por isso pode celebrar o símbolo que constituiu Antero de Quental. Eis um passo da alocução do Reitor em exercício:

E é neste mundo, abalado até aos seus fundamentos sociais, dilacerado e revolvido até às entranhas, no mar, na terra e no céu, que Portugal, por mercê de Deus e de quem o governa, amargurado por não lhe serem indiferentes tantos horrores, mas de alma tranquila e confiante, se levanta para celebrar o primado do espírito, o génio da Ideia, os sentimentos da Beleza e da Bondade, consubstanciados no Homem que foi Antero de Quental.

Assim, ficava para trás o «socialista arrebatado», o «iberista», o «irreverente» da Sociedade do Raio e homenageava-se «o homem coerente e justo, corajoso e honrado, leal e bom...», numa palavra «o Santo Antero».

É esta ideia das virtudes de Antero de Quental que foi, de resto, retomada pelo Presidente da Associação Académica, ao apresentar no Salão Nobre o seu colega açoriano, finalista da Faculdade de Letras, Manuel de Sousa Oliveira, que proferiu uma conferência na noite do mesmo dia da homenagem, nos Palácios Confusos, onde o poeta viveu. Aqui é sobretudo o «espírito científico» que vem ao de cima, numa análise que procura ser objectiva.⁹⁶

É também o «espírito científico», embora marcado por uma concepção católica, que caracteriza a conferência de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, realizada no Salão Nobre da Faculdade de Letras⁹⁷, onde aquele era professor, no segundo dia dos festejos comemorativos, 17 de Abril, à qual se seguiu a declamação

⁹⁶ Manuel de Sousa Oliveira defendeu uma dissertação de licenciatura, na Faculdade de Letras de Coimbra, em Ciências Histórico-Filosóficas, sobre Antero: *Antero de Quental. Princípios filosóficos e concepções religiosas*, Coimbra, 1942.

⁹⁷ A conferência foi também publicada na revista *Biblos*, vol. XVIII, t. I.

de alguns poemas de Antero. Costa Pimpão analisa a questão fundamental da cronologia dos sonetos, não para afirmar, como o fez a corrente católica oficial, o cristianismo de Antero, mas sim para o negar, como curiosamente o fez, com outros intuitos, a corrente laica, de que Sílvio Lima foi exemplo. Conclui Costa Pimpão, homem de formação católica e tradicionalista:

Negando a fé ao escólio do filósofo, eu não tive a intenção de desrespeitar a sua memória nesta noite consagrada ao Poeta. Pelo contrário: foi o respeito do poeta — e da sua dor — que me levou a sugerir (...) que a sua grandeza está justamente em ter negado o filósofo; em ter ousado afirmar, contra todas as filosofias, a existência de um conflito insanável para toda a alma portadora de Cristo (e é-se portador de Cristo pelo baptismo...) que teima em procurar fora d'Ele a solução do seu próprio destino. Na dolorosa, na trágica confissão desta verdade, se resume, a meu ver, a mensagem do Poeta.

O terceiro e último dia do centenário foi o dia de gala. Em 18 de Abril realizou-se a «sessão solene» na Sala dos Capelos, onde Antero tomara posição de luta contra o então reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto, símbolo do conservadorismo universitário, apesar de liberal. Aliás, tal facto justificou um discurso de feição «paternalista», ou «maternalista», da Universidade por parte de Maximino Correia, que encerrou a sessão: a Universidade como «Mãe magnânima que esquece facilmente as travessuras dos filhos», isto é, as «irreverências de Antero».

Não conhecemos o discurso de abertura de Antunes Varela, que falou para um auditório em que estavam presentes as autoridades e o presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, bem como professores e estudantes, «todos de capa e batina». Apenas conhecemos, pela *Via Latina*, uma breve descrição, que tem como ponto saliente este passo: «Referiu-se a Salazar, evocando um verso de Fernando Pessoa para exaltar Portugal, e terminou o seu discurso fazendo uma evocação a Antero». Mas, os convidados a proferir discursos nesta sessão não se identificavam com o regime — eram ambos professores universitários especialistas de história da cultura portuguesa, Hernâni Cidade, da Faculdade de Letras de Lisboa, e Joaquim de Carvalho, da Faculdade de Letras de Coimbra.

Ambos se terão desviado da polémica e revelaram as imagens fundamentais de uma interpretação «objectiva» — ainda que intencionalmente em discurso leve e informal — mas «laica», que fugia às leituras tradicionalistas, normalmente expendidas neste centenário de Coimbra. Hernâni Cidade apresenta Antero como o «espírito da cultura», como o poeta que (para utilizar uma ideia de Rimbaud) rouba o «fogo sagrado», para assim concluir: «Tanto importa que no-lo traga dos abismos inferiores, através da treva subterrânea, como do céu, através dos espaços constelados». Quanto a Joaquim de Carvalho, apresentou o Antero multiforme, quase desdobrado em vários perfis ao longo do tempo (o «homem novo», o «desesperado», o «sages»), mas sobretudo o Antero «homem» e que «só com os homens aprendera alguma coisa», o Antero que «conheceu, como raros escritores portugueses, o homem e a realidade humana». «Filósofo da liberdade» — eis a imagem-base que procura apresentar aos estudantes, a quem expressamente se dirige no final do discurso.

Duas imagens «laicas» — a de uma cultura amoral e a de um humanismo social. Curiosamente a celebração de Coimbra terminou com estas leituras relativamente «heterodoxas» de Antero. Na verdade, este Centenário de 1942, embora marcado pelo «regime», teve «fugas» à linha que ele lhe marcou. Em Coimbra e noutros lugares. A Cidadela do Estado Novo — como Salazar considerava Coimbra — teve as suas vulnerabilidades ou criou-as, pois elas não deixavam de ser importantes para a sua imagem, desde que não ofendessem essencialmente a solidez das suas muralhas.

A praça do Campo Pequeno de onde a Emissora Nacional retransmitiu o grande Comício Anti-Comunista de 28 de Agosto de 1937.



Um orador da Mocidade Portuguesa discursando ao microfone da Emissora Nacional instalado na praça do Campo Pequeno.

A manifestação nocturna ao Chele do Governo, por motivo do corte de relações com a Espanha Comunista, no Terreiro do Paço.



Duas das fotos que marcaram as tomadas de posição do regime de Salazar contra a «Espanha Comunista» (assim era identificada) e que levaram à formação da Legião Portuguesa.
Origem: *Emissora Nacional. 1 de Agosto de 1935 – 1 de Agosto de 1938. Três anos de trabalhos.* Arranjo gráfico de Silva Tavares. Colaboração fotográfica de F. S. Cordeiro, R. Vaissier e André Salgado. Lisboa, Emissora Nacional de Radiodifusão, 1938, sem paginação [p. 45].

Como se nota, os meios de comunicação, como a Rádio, davam um particular significado às campanhas anticomunistas que se verificavam nos anos da Guerra Civil de Espanha e por todo o país. No Cinema há um filme de uma manifestação desse tipo, realizada em Coimbra, que se encontra no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), onde surge mesmo uma camioneta com as bandeiras de Portugal, da Espanha nacionalista, da Itália fascista e da Alemanha nazi. Deste modo, a visão da Espanha republicana, classificada de «comunista», e a da Espanha franquista, ou «nacionalista», eram vistas na escola de forma diversa, do ponto de vista ideológico. Assim se vê nas páginas da revista dos professores do Ensino Primário, *Escola Portuguesa*.

III

CASTELA E ESPANHA VISTAS NA ESCOLA SALAZARISTA*

Relações entre Portugal e Espanha: estudos e olhares

Vimos antes, e na sequência de outros trabalhos do mesmo tipo, como foram encaradas algumas personalidades da cultura portuguesa. O mesmo poderíamos fazer no que concerne a acontecimentos, conjunturas, épocas... E, como referimos, assim o fizemos no livro já publicado há quase vinte anos, *História e Ideologia* (1989)¹. Ali analisámos como foi representado, sobretudo no tempo do Estado Novo e por autores e instituições do Estado Novo ou a ele ligados, a Inquisição, a Restauração, o Pombalismo, na generalidade a História de Portugal, nomeadamente num campo específico

* Este texto tem como base a comunicação «Castela e Espanha vistas na escola salazarista», apresentada no colóquio «La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la Historia / O olhar do outro. Percepções luso-espanholas a partir da História», organizado por «Ágora. El debate peninsular», dirigido por António José Telo e Hipólito de la Torre Gómez, e realizado na Diputación Provincial de Badajoz, em 7 e 8 de Novembro de 2001. Foi publicada nas respectivas actas: Hipólito de la Torre Gómez e António José Telo (coord.), *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*, Mérida, Junta de Extremadura, 2001.

¹ *História e ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989. Esta obra é uma colectânea de diversos artigos que fomos publicando, tendo sido alguns deles apresentados em congressos como comunicações. Certos temas ali tratados mereceram alguns desenvolvimentos em outras comunicações e em outros artigos editados posteriormente. Neste campo que agora abordamos, devem também salientar-se os estudos pioneiros de Maria de Fátima Bivar, *Ensino Primário e ideologia*, Lisboa Seara Nova, 1975 (2.^a edição), Maria Carlos Radich, *Temas de História em livros escolares*, Porto, Afrontamento, 1979, e Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Prensença/GIS, 1978.

e bem representativo, a escola e a divulgação destinada às crianças, através do manual ou dos livros de «histórias» e de «estórias». Fizemos mesmo algumas comparações entre esse olhar e o olhar da República e até do pós 25 de Abril de 1974, notando, obviamente, fracturas, descontinuidades e continuidades.

Trata-se agora de vermos como a escola, a «escola primária» salazarista, representou a Espanha (e Castela), a nossa vizinha e rival, por vezes a nossa amiga e outras a nossa inimiga na Península Ibérica. Recorde-se que, em certos momentos, a Espanha teve em relação a Portugal intenções de conquista, só uma vez concretizada na «união pessoal» que se verificou em 1580-1640 com o império habsburgo. Para além dessa situação limite, que originou uma certa imagem do vizinho dominador, verificaram-se, sob a capa de ideologias diversas — integralistas, demoliberais ou socialistas —, concepções de relacionamento em defesa de certos princípios «rácicos» ou de natureza política, indo até a ideias defensoras da unidade entre os dois povos, geralmente numa lógica confederativa.

O olhar que Portugal teve em relação a Espanha, e vice-versa, já foi estudado de vários ângulos e em relação a vários períodos históricos. Destacam-se, por exemplo, sobre o iberismo, os estudos de Fernando Catroga e, sobre o tempo que engloba ou se concentra no Estado Novo e no franquismo, as obras de César Oliveira e Hipólito de la Torre Gómez, e, muito recentemente, de Manuel Loff. Hipólito de la Torre, que tem sido dos historiadores espanhóis aquele que mais se tem destacado no estudo desse tipo de relações, incluindo a organização de congressos sobre o tema e até a escrita de obras de divulgação publicadas em Espanha, escreveu um livro intitulado *Do «perigo espanhol» à amizade peninsular*, referindo-se, neste caso, ao período que vai de 1919 a 1930². No entanto, este título quase poderia ser utilizado para a época seguinte, ou seja, o Estado Novo.

A visão que se tinha em Portugal durante boa parte do período republicano em Espanha (1931-1936), ao mesmo tempo que se começava a erguer o

² Hipólito de la Torre Gómez, *Do «perigo» espanhol» à amizade peninsular. Portugal. Espanha. 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

Estado de Salazar, é que existia um verdadeiro «perigo espanhol». Por sua vez, com o levantamento das tropas ditas «nacionalistas» de Franco e com a sua progressiva vitória e estabilização, vamos deparar com o sentimento de «amizade peninsular», de resto formalizado em 17 de Março de 1939 com o Tratado de Amizade e não Agressão entre os dois regimes. Dez anos mais tarde, verifica-se a própria visita oficial, com grande pompa e circunstância, de Franco a Portugal, onde foi doutorado *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, tendo sintomaticamente como padrinho o próprio Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, professor da Faculdade de Letras, e, como orador de elogio ao candidato, o professor de Direito e grande intelectual católico, Guilherme Braga da Cruz. E isso ocorria em Outubro de 1949, depois do primeiro grande abalo do regime com a candidatura da oposição à Presidência da República de Norton de Matos, nos inícios do ano, e após a formação da NATO, no mês de Abril, em que Portugal participou.

Mas, como dissemos, e como poderíamos ver melhor através de vários estudos realizados em diversos domínios, todo este processo se preparava desde 1936, ou seja, com o início da Guerra Civil. No dia 8 de Dezembro de 1937, Felipe Gil Casares, reitor da Universidade de Santiago de Compostela, e Leonardo de la Peña, reitor da Universidade de Madrid, foram doutorados *honoris causa*, apresentando-se fardados com o uniforme falangista³. E em 11 de Dezembro de 1938 é a vez do próprio Eugenio D'Ors receber em Coimbra as insígnias doutorais, onde se deslocou com ilustres acompanhantes, alguns dos quais vestiam a farda da Falange, tendo como padrinho o próprio irmão de Franco, Nicolás, embaixador em Lisboa da Junta de Burgos. Este acto solene teve como coroamento a inauguração da Sala Espanhola na Faculdade de Letras⁴.

³ Cfr. *O Século*, 9.12.1937. Ver sobre estes temas o nosso livro *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra, 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999, sobretudo cap. III, 2. «Universidade e Salazar. Traços de aproximação». Sobre o caso do doutoramento de Franco, ver António Pedro Vicente, «Franco em Portugal. Doutoramento *honoris causa* na Universidade de Coimbra», in *Revista de História das Ideias*, n.º 16, Coimbra, 1994.

⁴ Cfr. *Diário da Manhã*, 12.12.1938.

Não se trata, porém, destas relações universitárias aquelas que aqui nos propomos tratar. De resto, já em parte as analisámos numa obra⁵, assim como procurámos conhecer noutros estudos as visões que a cultura portuguesa foi tendo de Espanha⁶ e como a historiografia portuguesa foi encarando o país vizinho⁷. Trata-se sim — como dissemos — de analisarmos como a «escola primária» salazarista (correspondente aos quatro primeiros anos da escolaridade, de que só três se tornaram durante muito tempo obrigatórios) viu a história castelhana e a história espanhola, numa altura da vida escolar que se considera das mais importantes para a formação da memória histórica e que é, por isso, das mais vigiadas pelos Estados autoritários/totalitários. A «escola» era, numa acepção corrente, a «instrução primária», a que se seguiria o «liceu» e, depois, eventualmente, a universidade. Fora desta linha curricular surgia o ensino técnico secundário e cursos técnicos ou «normais» de ensino médio.

A «escola salazarista»

Em primeiro lugar, é necessário caracterizar brevemente a escola salazarista, salientado, desde já, que o ensino da História é o campo no qual mais facilmente se encontram elementos palpáveis acerca da visão que se tinha da Espanha, irmão ou perigoso vizinho, conforme os momentos, mas também de acordo com os sectores sociais que a miravam e até as zonas geográficas de onde a olhavam. Porém, não entraremos por aqui, já que só inquéritos sociológicos nos poderiam iluminar.

Seja como for, parece indubitável que, para além das directrizes oficiais e das linhas programáticas da escola, haveria sempre o sentimento atávico, impregnado nas populações, de que a Espanha era uma potência dominadora

⁵ Ver *supra* nota 3.

⁶ «Acerca de los estudios hispánicos en Portugal», in *Revista de la Universidad Complutense*, n.º 1, Madrid, 1984, pp. 43-53. Em colaboração com Carlos Reis.

⁷ Embora não publicado, realizámos um estudo que foi apresentado no Seminário «Castilla y España en las historiografías peninsulares», realizado em Cuenca, na Universidad Internacional Menéndez Pelayo, em 6-10 Abril de 1999: «Castilla y España en la ideología, en la memoria y en la historiografía portuguesas».

que convinha respeitar mas reear. Digamos mesmo que, hoje ainda, determinadas gerações conservam este modo de sentir, que vive também a par com um sentimento, quase contraditório, de boa vizinhança e de relacionamento amistoso, quando ambos os povos se visitam e, talvez sobretudo, quando os emigrantes espanhóis e portugueses se encontram por esses países mais ricos da Europa.

Numa primeira fase (1930-1936) — conforme salientou um dos melhores especialistas do estudo do ensino primário português, António Nóvoa⁸ — houve «uma difícil substituição de legitimidades» no que toca à organização e às matérias de ensino. Isto porque, acima de tudo, não se pode dizer que os manuais da Primeira República não tivessem um acentuado carácter nacionalista, que, com a ideologia ultramarina (ou colonial), é bem identificativo da cultura republicana, como se pode ver através do pensamento de pedagogos como João de Barros ou Ana de Castro Osório. O que difere nem é sequer um certo pessimismo que um ministro da Ditadura Militar e depois ministro da Instrução Pública de Salazar, Gustavo Cordeiro Ramos, afirmava, enquanto legislador, existir no ensino ministrado no tempo da República⁹. O que distingue verdadeiramente é que os manuais, no que toca ao Liberalismo e à República, eram particularmente elogiativos da realidade histórica próxima portuguesa, das ideias e das práticas demoliberaes. Por sua vez, os professores eram formados nas concepções republicanas e sentia-se, portanto, que haveria que os substituir por mestres formados numa nova ideologia ou que nela se integrassem.

⁸ Cfr. António Nóvoa, «A “Educação Nacional”», in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Presença, p. 456 ss..

⁹ Trata-se do texto do decreto n.º 21.103, de 7 de Abril de 1932, da autoria de Gustavo Cordeiro Ramos. Ali pode ler-se, para justificar o «nacionalismo» que se pretendia impor ao ensino da História: «Até ao presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses» [Preâmbulo]. Pode ver-se a publicação deste e doutros decretos que a seguir aludiremos em João Medina, *História Contemporânea de Portugal*, «Estado Novo», vol. II, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, pp. 45-53.

Por isso, poucas leis saíram no sentido de alterar profundamente a escola. Procuraram resolver-se os problemas de analfabetismo através de regentes escolares, com uma formação incompleta (e muitas vezes deficiente) em termos de magistério, criando-se mais postos de ensino, surgiram leis gerais que obrigavam todos os funcionários a servir o Estado Novo e a sua ideologia, sob pena de demissão, alteraram-se as «legitimidades históricas» através da mudança, apagamento ou desenvolvimento de textos de antigos manuais que continuaram a ser usados...

O referido decreto n.º 21.103, de 7 de Abril de 1932, é um dos exemplos mais paradigmáticos de textos legais ao serviço de uma «história institucionalizada». Vale a pena por isso conhecê-lo em alguns dos seus artigos. Depois de uma singular afirmação «anti-ideológica» de interpretar a história — «Os acontecimentos, as instituições e os homens do passado devem ser julgados dentro da sua época e dos seus objectivos e nunca transportados para os sentimentos particulares de hoje» (art. 1.º) — afirmava, contraditória mas logicamente: «Todo o feito que significa esforço da Nação, desde o início da História Pátria até ao presente, deve ser exaltado como bom e digno» (art. 2.º). A confirmar esta intenção, continuava: «Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através de oito séculos de História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a *Família*, como célula social; a *Fé*, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional; o *Princípio de Autoridade*, como elemento indispensável do progresso geral; a *Firmeza do Governo*, espinha dorsal da vida política do País; o *Respeito da hierarquia*, condição básica da cooperação dos valores; a *Cultura literária e científica*» (art. 3.º). E, abrindo as portas à repressão cultural, fechava-se o circuito: «Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objecto de censura» (art. 4.º).

O mesmo ministro havia, entretanto, publicado, no mês anterior, 19 de Março, o decreto n.º 2.014, que obrigava a inserir «nos livros de leitura adoptados oficialmente» alguns «excertos» publicados em anexo ao referido decreto. Esses excertos diziam respeito à 4.ª classe do ensino primário como

às várias classes do ensino liceal. Não reproduzimos essas máximas, mas sempre afirmamos que elas se inseriam numa lógica de Autoridade e de Nacionalismo. Neste caso transcrevamos apenas esta: «A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os sacrifícios». Como complemento, o decreto n.º 22.040, de 20 de Dezembro de 1932, obrigava a que fossem afixados em vários locais das escolas (de todos os graus de ensino) e das bibliotecas públicas alguns «pensamentos», dos quais vamos seleccionar dois: «Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; no Estado, o chefe é o Governo» (Alfredo Pimenta); «Dêmos à Nação optimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais e tomemos como nosso lema esta certeza: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação» (Oliveira Salazar).

Só em 1936, com o ministro António Carneiro Pacheco (professor de Direito, inicialmente em Coimbra, onde fora colega de Salazar, e depois em Lisboa, e monárquico assumido) entramos na segunda fase da «escola estadonovista». Foi então que se verificou uma verdadeira modificação do sistema de ensino, conforme atrás dissemos¹⁰, abrindo-se caminho ao que Nóvoa chamou «a construção nacionalista da educação». A lei n.º 1.941, de 11 de Abril, alterou o nome do Ministério, que passou a designar-se da «Educação Nacional», substituindo o velho título demoliberal de ministério da «Instrução Pública» (Base I), o que não se trata de uma mera formalidade, mas da adopção de uma concepção de «nacionalismo integral». As outras bases da referida lei são disso a prova, como atrás notámos, verificando-se então — nesse tempo de lutas «nacionalistas» contra o comunismo — a organização da Mocidade Portuguesa, que se estruturava a partir da «escola primária», embora fosse no «liceu» que haveria de adquirir um verdadeiro significado.

O início da Guerra Civil de Espanha, nesse ano de 36, dá, pois, actualidade à cruzada anticomunista e à luta contra uma alegada ideia de federação ibérica de tipo socialista que a República espanhola defenderia. As Comemorações Centenárias de 1940 e o Congresso e a Exposição do Mundo Português — já realizados depois da vitória das forças «nacionalistas»

¹⁰ Ver *supra*, parte I, cap. IV.

de Franco — incentivam a importância concedida ao nacionalismo. Era, portanto, o ano da apoteose do regime e, assim, do seu modelo educativo. Só a Guerra Mundial parecia, até certo ponto, prejudicar a miragem autoritarista que o Estado Novo erguia como a grande solução para as nações, embora, por outro lado, lhe desse relevo, pela sua posição fora dos combates que se verificavam na Europa e no mundo.

Após a Segunda Guerra, com a vitória das forças democráticas e comunistas e a derrota das potências «fascistas», atenua-se a força ideológica do Estado Novo, ou, melhor, verifica-se um processo cosmético, embora se mantivessem as traves mestras do «sistema». No domínio da Educação, especialmente depois das reformas de 1947, verifica-se o que Nóvoa chamou de «adaptação a novas realidades» (terceira fase).

Por isso, o que nos interessa analisar em relação à imagem de Espanha na «escola salazarista» é exactamente a década de trinta e parte do decénio de quarenta. Verificaremos que apesar da ideia do «perigo espanhol» surgir por vezes, a noção mais comum é a de uma certa unidade peninsular (recorde-se a concepção de Sardinha) em defesa de idênticos princípios: a fé cristã e o nacionalismo universalista, que justificavam afinal todas as concepções que a história ia ditando, como a defesa do corporativismo, do antiliberalismo e do anticomunismo

Imagens de Espanha e de Castela: dos manuais escolares às Comemorações Centenárias de 1940 e... ao cinema

A análise dos manuais pode e deve ser a primeira forma de percebermos como é que a «escola salazarista» viu a Espanha ou Castela. Mas não pensemos que é muito aliciante esta observação. Acima de tudo, ela é de uma grande monotonia e de resultados muito evidentes.

Tomemos, como exemplo, um dos livros mais divulgados, que saiu no tempo da República e que teve depois uma adaptação ao Estado Novo. Trata-se da *História de Portugal* para o «Ensino Primário Oficial», de Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas, «remodelada e ampliada de harmonia com os princípios de orientação do Estado Novo» por João Afonso de Miranda.

É interessante salientar alguns pontos-chave, ou seja, algumas representações mais significativas:

Uma delas trata-se da Batalha do Salado (1340) que irmanou os dois exércitos, castelhano e português, contra os mouros, com destaque particular para o rei de Portugal. Ali se diz:

Não obstante as desavenças com o rei de Castela, D. Afonso IV foi pessoalmente prestar-lhe auxílio contra os mouros; e nas margens do **Salado** e nos campos de **Tarifa** deu-se uma célebre batalha em que os cristãos ficaram vencedores e o rei de Portugal pelos seus actos de bravura alcançou o epíteto de **Bravo**.¹¹

Torna-se interessante esta alusão pelo facto de se anotar que Portugal estaria sempre com Castela, ou a Espanha — se fizermos uma transferência temporal, que (conforme veremos) não é arbitrária —, no caso de se lutar pela «Cristandade» e contra os seus inimigos, que tanto poderiam ser os «mouros» como os «comunistas». De resto, a batalha do Salado terá uma importância especial, como destacaremos, nas celebrações centenárias de 1940.

Escusado será falar da relevância dada pelo manual às lutas pela independência de Portugal no final do século XIV e inícios do século XV e à importância conferida ali a D. Nuno Álvares Pereira, símbolo do nacionalismo e da santidade portuguesa, espécie de Joana d'Arc, beatificado ainda no tempo da República, em 1918, num período em que vem ao de cima um grande fervor nacionalista e conservador. Mas, ainda mais clara se torna a alusão ao espírito de independência quando se fala do domínio de Portugal pela Casa de Áustria, nos finais do século XVI (1580) e primeiras décadas do século XVII, após a crise dinástica, devido à morte de D. Sebastião em terras de Marrocos.

¹¹ *História de Portugal* por Arsénio Augusto Tôres de Mascarenhas, antigo professor do Liceu Central de Lisboa «Passos Manuel» e do Liceu feminino «Maria Amália». Edição ilustrada, remodelada e ampliada de harmonia com os princípios de orientação educativa do Estado Novo por João Afonso de Miranda, advogado, oficial do Exército e antigo professor do Colégio Militar. Aprovado oficialmente. Lisboa, Livraria Pacheco, 1937, pp. 22-23. O *bold* é do próprio original, como os outros que se seguem.

Retenhamos nas páginas do compêndio apenas o «resumo» dos factos tidos como tristemente importantes, ocorridos durante os reinados dos três reis habsburgos, devido ao carácter mais incisivo dessas sínteses:

Abandono das nossas possessões e ruína da nossa marinha. (Reinado de Filipe I ou II de Espanha).

Violação dos privilégios e foros dos portugueses por parte do governo de Espanha.

Hostilidade dos holandeses e ingleses nas nossas possessões.

Péssima administração espanhola e abandono de tudo quanto era Português. (Reinado de Filipe II ou III de Espanha)

Opressão cada vez maior dos espanhóis para com os portugueses.

Perda de algumas das nossas possessões.

Resistência dos povos aos pesados impostos decretados pelo governo de Espanha. (Reinado de Filipe III ou IV de Espanha)¹²

E, como é evidente, a Restauração de 1640 é considerada o grande acontecimento nacional, um dos mais significativos momentos da nossa fé nacionalista.

A lógica é sempre esta e, por isso, pouco interessa multiplicarmos os exemplos dos vários manuais que se sucedem desde a Ditadura Militar e durante o Estado Novo. Por exemplo, o manual mais usado depois da reforma do ensino de 1936 (atingiu cerca de 50 edições), o de Tomaz de Barros — que foi director, depois de 1945, de um semanário defensor da classe dos professores, *Educação Nacional*, fundado no final do século XIX —, insere-se na mesma ideologia histórica, de tipo nacionalista e, por isso, pela força das circunstâncias políticas, militares e territoriais, indirectamente anti-espanhola.

¹² *Ob. cit.*, pp. 50-52.

Sigamos o manual. Nuno Álvares é ali apresentado como «o consumado herói da Independência Nacional»¹³, como (na qualidade de Condestável, militar e santo) o principal vencedor da «Guerra da Independência, entre portugueses e castelhanos, pois estes queriam apoderar-se do trono de Portugal»¹⁴. É certo que, anos depois, D. Afonso V também procurou «apoderar-se do trono de Castela», pelo que veio a perder a batalha de Toro. Mas, a derrota é atenuada pelo aparecimento de outro herói, o Alferes Duarte de Almeida — o «Decegado» — que conduzia a «gloriosa bandeira de Portugal»: «os castelhanos tentaram arrancar-lha, mas só o conseguiram depois de lhe cortarem ambas as mãos»¹⁵. Depois da «notável gesta» dos Descobrimentos e do governo de D. João II, símbolo do Poder (por vezes a imagem de Salazar foi aproximada da representação deste rei) — «um governo sem força e onde todos mandam não é governo»¹⁶ —, surge a crise do final do século XVI e a «usurpação filipina». Filipe I (ou II), nas Cortes de Tomar, «fez [...] muitas promessas aos portugueses, mas nunca as cumpriu: faltou a todas»¹⁷. Mais: «Fez tudo quanto pôde em prejuízo dos portugueses — os nossos interesses foram desprezados, os impostos aumentados, e os nossos navios, que faziam parte da *Armada Invencível*, destruídos pelo temporal e pelos ingleses, que eram inimigos da Espanha»¹⁸. A situação agravou-se ainda mais no tempo de Filipe II (ou III) — «os impostos continuavam a aumentar: os sacrifícios de toda a ordem exigidos a Portugal eram tremendos. Até as nossas colónias, constantemente atacadas por ingleses e holandeses, começaram a correr graves riscos»¹⁹. E a política seguida por Filipe III (ou IV)? «Foi verdadeiramente desastrosa para Portugal. O comércio,

¹³ Tomaz de Barros, *Sumário de História de Portugal*. Com narrativa dos factos principais, iconografia dos Chefes de Estado, recapitulação em questionário e variados exercícios para a 4.ª classe e admissão aos Liceus. 18.ª edição. Porto, Editora Educação Nacional, 1945, p. 83.

¹⁴ *Ob. cit.*, p. 92.

¹⁵ *Idem*, p. 95.

¹⁶ *Idem*, p. 96.

¹⁷ *Idem*, p. 112.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Idem*.

a indústria e a agricultura arruinavam-se. Houve fome e miséria; perdemos grande parte das nossas possessões ultramarinas; os nossos soldados foram arrancados à Pátria para combater a favor da Espanha, em guerras que não interessavam aos portugueses»²⁰. Mas, em breve, dar-se-ia a «*redenção da Pátria*», devido à «*gloriosa Revolução de 1640*»²¹. O Duque de Bragança ascendeu à coroa, com o nome real de D. João IV — «Estava garantida a Restauração. Portugal era livre e já tinha um rei português».²²

A Restauração era, pois, o grande símbolo do nacionalismo, como fora Aljubarrota e D. Nuno Álvares Pereira. Como a lendária «Padeira de Aljubarrota» no fim do século XIV (que fazia parte mais do imaginário popular do que da memória oficial), agora é também uma mulher a dar o exemplo de nacionalismo: se Matias de Albuquerque e Salvador Correia de Sá são símbolos militares nas guerras da independência que se sucedem a 1640, o primeiro, chegando a invadir terras de Espanha, e, o segundo, retomando Angola aos holandeses, D. Filipa de Vilhena «mandou seus dois filhos combater pela Restauração de Portugal, depois de os armar cavaleiros».²³

Por isso, a Restauração foi considerada, sobretudo depois de 1940, o grande acontecimento nacionalista, sendo celebrada pela Mocidade Portuguesa em marchas militares que em Lisboa tiveram como centro a Avenida da Liberdade e o monumento aos «Restauradores», inaugurado em 1886, no contexto de uma militância anti-iberista. Se o cinema glorificou as comemorações em filmes de documentário, em filme de ficção não se chegou a encenar a saga histórica dos «famosos de 40» (conforme dizia o «Hino da Restauração», cantado pela Mocidade Portuguesa²⁴), como o fez, com a aventura colonial do fim do século XIX, *Chaimite* (1953), de Jorge Brum do Canto. Porém, em *Camões* (1946), de Leitão de Barros, o Poeta, depois da batalha de Alcácer Quibir, em sonhos de moribundo e no meio das brumas

²⁰ *Idem*, p. 113.

²¹ *Idem*.

²² *Idem*, p. 114.

²³ *Idem*, p. 136.

²⁴ Cfr. Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976, p. 185.

proféticas, pede que Portugal não morra. E, depois desse clamor, a terminar o filme, erguem-se os pendões, começando com a bandeira nacional do tempo da Restauração, 1640, passando pelos estandartes do tempo das Invasões Francesas e de Chaimite e terminando com a bandeira portuguesa da República, com a data de 1940, das Comemorações Centenárias promovidas pelo Estado Novo.

Também o livro de Tomaz de Barros, que estávamos a analisar, quase finda com a evocação das comemorações centenárias, símbolo do nacionalismo e do salazarismo:

As comemorações Nacionais, evocativas da Fundação e Restauração de Portugal, tiveram o seu início no dia 2 de Junho do ano áureo de 1940. O 8.º Centenário da Fundação da Pátria e o 3.º da sua Restauração ficam gravados a letras de oiro nas páginas da nossa história. Todo o mundo culto falou de Portugal, que foi visitado e honrado por muitas Embaixadas Especiais, representativas das principais nações da Europa e de outros continentes. Louvemos Salazar e a todos os seus valiosos colaboradores pela realização de tamanho acontecimento histórico, que fez encher de Fé os presentes e há-de ser bela lição para os vindouros. E sobre as cinzas dos nossos Mortos ilustres juremos, através de todas as vicissitudes, defender o solo sagrado da Pátria e o prestígio que — graças ao esforço do Chefe — Portugal reconquistou no mundo.²⁵

Note-se, todavia, que, apesar do nacionalismo dos nossos mais jovens estudantes se formar, na escola, um pouco em ligação com a memória negativa da Espanha invasora, a comissão organizadora dessas comemorações teve alguns cuidados em não melindrar o Estado vizinho e — conforme o provou Luís Oliveira Andrade — acabou-se mais por recordar o Salado do que as batalhas da Restauração²⁶. Essa batalha contra os mouros era — como dissemos — tida como um esforço de Portugal na «cooperação da defesa

²⁵ Tomaz de Barros, *ob. cit.*, p. 186.

²⁶ Ver Luís Oliveira Andrade, *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Coimbra, Minerva, 2001.

da Península» (nas palavras do compendiarista Tomaz de Barros²⁷), tal como afinal Portugal cooperara (no pensar e na prática salazarista) na batalha contra o comunismo em Espanha.

E já que falámos do cinema, que era visto por algumas das nossas crianças nas aldeias graças ao «cinema ambulante» do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), não devemos esquecer a notória cooperação entre Portugal e a Espanha nos anos quarenta e já nos anos trinta, em tempo de guerra civil do país vizinho²⁸. *Inês de Castro* (1945) é uma produção luso-espanhola ou hispano-lusa, realizada por um português, Leitão de Barros, e com um produtor espanhol, Octavio Rocés, sendo D. Pedro interpretado por um actor do nosso país, António Vilar, e Inês, a aia de D. Constança Manuel e amante do infante e depois rei, por uma actriz espanhola, Alicia Palacios. Trata-se de um filme sobre um grande amor trágico, uma verdadeira lenda e um mito cheio de sentimentalismo e dramatismo romântico, baseado num texto do escritor monárquico e tradicionalista (mas não propriamente salazarista) Afonso Lopes Vieira, que reviu os diálogos, e que teve como assessor literário o espanhol Manuel Machado.

Mas será que o filme é apenas uma «estória» de amor de fundo histórico? O certo é que, em primeiro lugar, originou alguma preocupação da produção espanhola para não ferir a sensibilidade de Portugal²⁹; por outro lado, a fita parece ser uma gesta que pretende unir no amor e na tragédia dois países «amigos». Repare-se, por um lado, que os irmãos de Inês, galegos, falam não da liberdade da Galiza, mas do modo de chegar ao poder de

²⁷ Tomaz de Barros, *ob. cit.*, p. 40.

²⁸ Ver Alberto Pena Rodríguez, *El Grande Aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil española: prensa, radio y propaganda*, Corunha, Edicions Castro, 1998, e também «O cinema português e a propaganda franquista durante a Guerra Civil de Espanha», in *O cinema sob o olhar de Salazar...*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

²⁹ Segundo a investigação de José Maria Folgar de la Calle, a produção do filme foi autorizada pelo *Departamento de Cinematografía de España*, com uma prevenção expressa: «Se estima que sería prudente solicitar informe de la Academia de la Historia para evitar posteriores censuras, *maxime* quando la figura central es la de D. Pedro I, rey de una nación amiga» (*apud* «Inês de Castro. Doble versión de José Leitão de Barros», in *Los límites de la frontera: la coproducción en el cine español. VII Congreso de la Asociación Española de Historiadores del Cine, Cuadernos de la Academia*, n.º 5, Maio 1999, p. 194.

Castela através de Portugal, sem qualquer acordo de Inês e o desconhecimento de D. Pedro, a quem só interessa a mulher amada. Por outro lado, repare-se que se fala da razão de Estado tendo como justificação «o amor ao reino» («A justiça do rei é maior que a piedade» — palavras do rei D. Afonso IV, quando decide sacrificar Inês). Mas, ultrapassando todas as hipóteses de interpretação política, que apenas procurámos levantar, o que se salienta na última cena, perante os dois famosos túmulos de Alcobça, é a ideia forte de que Portugal e a Espanha ficavam ali indelevelmente unidos: «Pedro de Portugal, Inês espanhola. Símbolo eterno de Portugal e Espanha», diz a voz *off*.

«A história contada às crianças» e os silêncios da história

Voltemos aos meninos da escola primária salazarista, agora para analisar o que chamámos — seguindo as palavras de Marc Ferro³⁰ — «a história contada às crianças»³¹. Falamos sobretudo de dois livros publicados no início dos anos quarenta, um dos quais obteve o prémio de literatura infantil «Maria Amália Vaz de Carvalho», do SPN. Trata-se, da obra de Adolfo Simões Müller, *Historiazinha de Portugal*, que tinha (por assim dizer) um carácter oficial, dado que acabou por ser publicada pelo SPN³², e, outro, de Olavo d'Eça Leal, *História de Portugal para meninos preguiçosos*³³, que obteve o referido prémio em 1943³⁴.

³⁰ *Comment on raconte l'Histoire aux enfants*, Paris, Payot, 1981.

³¹ Ver o nosso livro já citado *História e ideologia*, cap. VII, «A História contada às crianças».

³² Adolfo Simões Müller, *Historiazinha de Portugal*. Ilustrações de Emmerico Nunes, Lisboa, Edições SPN, s.d. [1943]. A última edição (a 6.^a) é de 1983. As sucessivas edições foram sofrendo várias adaptações às novas «legitimidades históricas» e passaram a ter, a partir de dada altura, um carácter não oficial, sendo publicadas por uma editora do Porto, que é responsável pela edição de várias obras de «direita», algumas de cunho doutrinário — a Livraria Tavares Martins.

³³ Olavo d'Eça Leal, *História de Portugal para meninos preguiçosos*. Ilustrações de Manuel Lapa. Porto, Livraria Tavares Martins, 1943.

³⁴ Cfr. António Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa, Edições SNI, 1950, p. 217.

Eram obras de grande divulgação, principalmente a primeira. Ambas haveriam de fazer parte das bibliotecas das escolas primárias e eram por certo lidas, pelo menos, pelos meninos de certos estratos sociais mais elevados ou pretensamente mais cultos.

Para além de podermos notar, outra vez, a importância conferida aos «heróis do nacionalismo» — Nuno Álvares, D. Filipa de Vilhena ou Salvador Correia de Sá — ou aos momentos altos desse nacionalismo, de que se salienta a Restauração, citemos só mais este facto bem característico: o silêncio sobre os sessenta anos do domínio dos reis espanhóis em Portugal. Assim como na galeria dos reis que encima a «sala grande dos actos» (vulgarmente conhecida por «sala dos capelos») da Universidade de Coimbra não encontramos os «Filipes» (é assim que vulgarmente falamos dos nossos reis da Casa de Habsburgo), de igual modo eles são esquecidos por Adolfo Simões Müller, que apenas se refere à resistência portuguesa. Olavo d'Eça Leal vai mais longe e justifica mesmo esse esquecimento, através das palavras do *Tio Afonso*, o contador da história de Portugal, ao seu sobrinho *Paulo Guilberme*. Esquematizando as lições que informalmente iria dar a *Paulo* na sua casa do Douro, explica assim o silêncio:

Por exemplo, quase nada lhe direi da dinastia filipina. A dominação espanhola em Portugal não é coisa que apaixone um filho da Lusitânia que sempre detestou intromissões estranhas. Para que havemos pois de falar em coisas tristes? Será uma página meio rasgada na História de Portugal para o Paulo Guilberme³⁵

Curiosamente, Virgínia de Castro e Almeida, uma consagrada escritora de «estórias» infantis que assinava a já referida colecção «Pátria», do SPN, que poderia ser pedida gratuitamente ao organismo de propaganda dirigido por António Ferro por qualquer criança ou adulto, não dedica qualquer dos seus pequenos livros ao período filipino. Depois de ter consagrado um opúsculo à resistência de D. António Prior do Crato, *A história mais triste*

³⁵ *Ob. cit.*, p. 128.

*de todas*³⁶, desperta a consciência patriótica das crianças com um livrinho sobre a Restauração, *A linda e gloriosa história das correntes quebradas*³⁷.

Entretanto, a colecção «Grandes Portugueses», já do Secretariado Nacional de Informação (SNI), dedicava uma obra ao *Santo Condestável* e outra a *Salvador Correia de Sá e Benevides*, o herói da Restauração em Angola, enquanto a colecção «Grandes Portuguesas» não esquecia um livro com o título *D. Filipa de Vilhena e as heroínas de 1640*.

Portanto, sempre a luta pela independência contra a Espanha ou Castela serviu para acender o espírito nacionalista português. Era esta a imagem de marca que mais sobressaía do país vizinho.

O boletim *Escola Portuguesa*: do «perigo espanhol» à «amizade peninsular»

Outra das fontes importantes no plano da educação salazarista era o boletim oficial do ensino primário, *Escola Portuguesa*³⁸, cujo primeiro número data de 11 de Outubro de 1934 e se publicou até 1974, o qual foi instituído por decreto do ministro Gustavo Cordeiro Ramos (decreto-lei n.º 22.369, de 30 de Março de 1933).

Claro que, como boletim oficial, ligado à Direcção Geral do Ensino Primário, não poderia deixar de exprimir a ideologia do regime. O seu emblema, que se encontra no cabeçalho, é uma criança a segurar o escudo português, tendo como legenda uma máxima de Salazar: «Uma mentalidade nova para ressurgir Portugal». E as páginas de apresentação, revelam uma ideia de escola indeclinavelmente ao serviço do regime. Braga Paixão, então director geral do Ensino Primário, afirmava ali: «Na vida nacional de que o

³⁶ *A história mais triste de todas*. Colecção Pátria – Livro número trinta e cinco, Lisboa, Edições SPN, 1943.

³⁷ *A linda e gloriosa história das correntes quebradas*. Colecção Pátria – Livro número trinta e seis. Lisboa, Edições SPN, 1943.

³⁸ Com base nesta fonte e sobre o mesmo tema, orientámos um trabalho de fim de curso, que deve aqui ser citado: Leontina Maria Azenha da Silva Pereira Coelho, *Imagens de Espanha: uma visão do boletim Escola Portuguesa*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2001.

Estado Novo é expressão jurídica, a Escola é instrumento de consolidação das virtudes herdadas, e de desenvolvimento e valorização de aptidões, posto ao serviço do engrandecimento e da perpetuação da Pátria³⁹.

A história, como não poderia deixar de ser, era considerada como elemento fundamental de formação da criança, que deveria ser modelada à maneira do regime com o objectivo de criar um «homem novo»:

É a História agente poderosíssimo de formação moral e cívica das futuras gerações; e a nós, educadores, guardas do futuro espiritual da Pátria, compete lançar mão da história pátria, aproveitando-lhe as lições formosíssimas de moral e de civismo que a opulentam de princípio a fim.

Quantos exemplos nobilíssimos de heroísmo, de amor pátrio, de lealdade, de brio, de honra, de santidade e devoção! Como nós poderemos, com tão belo tema, fazer desenvolver, nos espíritos embrionários dos homens do futuro, o amor pela nacionalidade, o culto pelos santos, pelos sábios e pelos heróis! Como nós, educadores, poderemos fazer despertar nesses espiritozinhos em formação o vago anseio de imitar as proezas dos heróis, seguir os exemplos nobilíssimos que lhes são dados por tantos sábios e santos! Como nós poderemos restituir o nosso povo aos santos afectos da nacionalidade; como nós poderemos fazer despertar o gosto pela obediência disciplinada aos chefes, a afeição e amor ao dignificante encargo de bem servir!⁴⁰

Nesta medida, vários artigos do boletim serviam para inculcar essas «virtudes», interpretadas naturalmente dentro da lógica salazarista. Não só a «história do passado» era contada, impondo-se figuras como D. Afonso Henriques, o «fundador de Portugal», D. Nuno Álvares Pereira, o «Condestável da Independência», o Infante D. Henrique, o «mentor dos Descobrimentos»,

³⁹ *Escola Portuguesa. Boletim do Ensino Primário Oficial*, ano I, n.º 1, 11 Outubro 1934, p. 1.

⁴⁰ *Escola Portuguesa*, ano I, n.º 6, 15 Novembro 1934, «A posição da história pátria no concerto das disciplinas da escola primária», prelo Professor Francisco José Pereira Coutinho Facco Leite da Cunha, da escola da sede do concelho de Alcochete, p. 83.

ou D. João IV, o «Restaurador da liberdade». Também se pretendia apresentar como modelo a «história do presente», procurando «impregnar todo o ambiente escolar» de «ideias novas». «À escola primária, oficial ou particular, — afirmava o Professor J. Francisco de Moura — incumbe, a par de tantos deveres, aquele, imperioso, de estar atenta às lições do Chefe para as executar com fé e entusiasmo, com o objectivo, que ela não pode deixar de atingir plenamente, de ser das melhores, senão a melhor colaboradora do Estado Novo na difusão da doutrina e no rejuvenescimento de Portugal»⁴¹. Noutro artigo dizia-se que Salazar deveria ser visto como o herói dos «tempos modernos»: «Salazar é médico talentoso, que sabe ler na profundidade das almas com a mesma certeza com que escolhe os melhores caminhos do dédalo social e político. Cautelosa, prudentemente, desviou a nau do Estado das bravas ondas anti-cristãs em que a geração precedente lançara a Nação e de que só havia resultado, a par da corrupção que medra sempre nas grandes crises espirituais, a desordem nas ruas e a intranquilidade nas consciências [...]»⁴². E, noutro artigo, afirmava-se: «A silhueta de Salazar diz-nos que há um homem em Portugal que, por delegação dessas vozes de guerreiros e santos, que se ouvem através da nossa História, recebeu deles o pesado encargo de fazer reviver e reabilitar a nossa Pátria»⁴³. Os quadros «A Lição de Salazar», que existiam em todas as escolas e que punham em contraste a «ruína» de Portugal no tempo da República e a sua «prosperidade» no Estado Novo, com as suas palavras e exemplos, eram considerados como «centros de interesse» para o professor formar os seus alunos⁴⁴.

Mas, não seriam somente os alunos os alvos dos professores. Também se aconselhavam a chamar às escolas as suas famílias para lhes mostrar «de maneira compreensível as benemerências da Revolução Nacional».

⁴¹ *Revista cit.*, ano VII, n.º 318, 28 Novembro 1940, J. Francisco de Moura, adjunto do Director do Distrito Escolar de Lisboa, «As lições de Salazar na Escola Primária, sua importância na formação de gerações», p. 136.

⁴² *Idem*, ano VII, n.º 334, 20 Março 1941, «O pensamento de Salazar e as grandes certezas da vida humana», p. 434.

⁴³ *Idem*, ano VII, n.º 340, 1 Maio 1941, «Honremos o Chefe», p. 547.

⁴⁴ Cfr., respectivamente, o referido artigo de J. Francisco e Moura, in *lug. cit.*, e *Escola Portuguesa*, 25 de Abril de 1940, «Façamos dos nossos alunos discípulos de Salazar».

Desta forma o povo não deixaria de «consagrar com o seu voto a política e o governo do Chefe».⁴⁵

É, pois, nesta revista oficial, profundamente ideológica, que encontramos algumas opiniões sobre a Espanha do tempo, dado que nos livros escolares, dedicados à história de Portugal, só detectamos — como vimos — representações de um passado recuado.

O período que vai do final de 1933 ao início de 1936 representa — como se sabe — a viragem à direita da República espanhola, instituída em 1931, depois da queda da Monarquia, e da ditadura de Miguel Primo de Rivera. Após o reformismo de esquerda de Manuel Azaña, presidente do primeiro governo republicano constitucional, a CEDA (*Confederación Española de Derechas Autónomas*) consegue uma vitória relativa que nem por isso pôs fim à instabilidade do regime. Todavia, o Estado Novo manteve, nessa altura, uma certa esperança de aproximação. O governo de Joaquín Chapaprieta y Torregrosa, conservador independente que chefiou dois governos na segunda metade do ano de 1935 e que se encarregou dos negócios da Fazenda, poderia fazer prever uma acção de saneamento e de regresso da Espanha ao caminho que se entendia como correcto. O paralelismo com o governo de Salazar era evidente nas páginas da *Escola Portuguesa*:

O governo da presidência do Sr. Chapaprieta prossegue serenamente a realização do seu programa de saneamento orçamental, contando o seu presidente, que é também ministro das finanças, realizar dentro em pouco um saldo de contas de 500 milhões de pesetas.

A chamada «lei das restrições», com os decretos complementares, pode ser considerada, no país vizinho, a base de uma remodelação política. Devemos nós, portugueses, meditar neste facto, com justificado orgulho, porque de nós partiu na Europa o exemplo de começar a reforma do Estado pela expurgação das contas públicas.

⁴⁵ *Idem*, ano V, n. ° 209, 27 Outubro 1938, « A política de Ensino. O dever cívico de votar », p. 41-42.

Muito extensa e profunda foi a acção nefasta do liberalismo monárquico na vida do Estado espanhol. O chamado «biénio» — assim se denomina o período hegemónico dos socialistas no consulado de Azaña — muito agravou a desordem e o relaxamento administrativo.

Terá finalmente chegado para a nação vizinha a hora de correcção e da reforma?⁴⁶

Entretanto, a *Escola Portuguesa* transcrevia as críticas dos seus colegas espanhóis insertos em *El Magisterio Español*, no qual se queixavam do abandono a que os votava o *Ayuntamiento*, a que estavam ligados, dentro da lógica e da prática republicanas. E comentava: «E nada lhes vale o queixarem-se, ou antes, só perdem, porque apenas obtêm a inimizade das autoridades locais. As ordens e resoluções do Ministro da Instrução Pública esbarram sempre na passividade em obedecer-lhes. Não seremos nós mais felizes que *nuestros hermanos?*»⁴⁷

A Frente Popular, organizada em 15 de Janeiro de 1936 e vencedora das eleições em Espanha, cria naturalmente novas preocupações ao Estado Novo. Inicia-se então o período mais intrinsecamente «fascista» — «fascizante», como é normal dizer-se — do regime de Salazar e multiplicam-se os comícios anticomunistas. Em meados desse ano deflagra a Guerra Civil de Espanha e em breve Salazar apoia as forças «nacionalistas» de Franco, apesar das dificuldades que lhe são postas pela aliada Inglaterra. Algum tempo depois, após um breve silêncio de dois meses, a *Escola Portuguesa*, em Agosto, começa a comentar a Guerra Civil, opondo à «requintada malvadez» dos «novos bárbaros» a «parte sã da Espanha, ainda não contaminada pelo comunismo dissolvente», que se ergueu e reagiu contra aqueles⁴⁸.

Neste contexto, falando dos «crimes revolucionários», divulgavam-se as mortes de professores primários espanhóis, como um em Oviedo, que fora

⁴⁶ *Idem*, ano II, n.º 54, 24 Outubro 1935, «Em Espanha», p. 53.

⁴⁷ *Idem*, ano I, n.º 40, 11 Julho 1935, «Lo cierto es que esto no puede ni debe seguir así», p. 730.

⁴⁸ *Idem*, ano III, n.º 98, 27 Agosto 1936, «Aspectos educativos de uma grande tragédia», p. 335.

«barbaramente assassinado», e outro em Arenas, «trabalhador e honesto», que, «quando se dirigia para a escola, às primeiras horas da manhã, foi abatido a tiro por uns desconhecidos»⁴⁹. E, ao invés, relatava-se o assassinio de duas mulheres, em Ayamonte, por uma «*virtuosa* professora» (dizia-se ironicamente), ou seja, por uma «educadora comunista»⁵⁰.

Anunciavam-se também os referidos comícios anticomunistas e transcreviam-se discursos contra o bolchevismo, nos quais inclusivamente Camões era singularmente invocado:

Camões cantou, nos *Lusíadas*, a divindade do crucificado, e, através dos séculos, Jesus foi o alento, a coragem, a audácia dos heróis da nossa Pátria.

Os *Lusíadas* são a negação do comunismo. A história heróica da Pátria é a negação do comunismo. Por isso, com todos os gigantes de Portugal, combatamos o comunismo e sejamos, apaixonadamente, patriotas e cristãos.⁵¹

E esse tipo de comparações chega, naturalmente, a atingir um sentido de delação daqueles que apoiavam a Espanha republicana, os quais, como era vulgar, eram sempre apodados de «comunistas». E, por outro lado, curiosamente, essa acusação acabava por se reflectir de uma forma um tanto benigna sobre os «traidores portugueses de 1580» e sobre o domínio espanhol. Por exemplo, eis um dos pontos sumariados nas «Lições de História de Portugal» apresentados por um professor em tópicos curtos e incisivos:

[...] **Estudo comparativo de duas atitudes.** — Comparar a atitude dos maus portugueses de 1580 com a que assumem em nossos dias certos compatriotas nossos vendidos à Rússia, ao bolchevismo. A pior traição destes. Aqueles, vendendo a Pátria, ainda nos entregavam a um povo irmão;

⁴⁹ *Idem*, ano II, n.º 82, 7 Maio 1936, «Atentados contra professores», p. 204.

⁵⁰ *Idem*, ano II, n.º 102, 24 Setembro 1936, «Por Espanha», p. 356.

⁵¹ *Idem*, ano III, n.º 122, 25 de Fevereiro 1937, «Contra o comunismo» (Do discurso proferido pela Professora Julieta Martins Brandão, no comício anticomunista realizado em Meda e organizado pelos professores deste concelho), p. 134.

os últimos querem subordinar-nos às hordas russas, selvagens nos seus costumes, que querem roubar-nos o que de mais querido e sugestivo a vida nos oferece — a Fé em Deus, o encanto da Família com a fidelidade da mulher e o carinho e a magia dos filhos, o respeito pelo que é dos outros, tudo, em resumo, que adoça a vida, e que nunca os castelhanos pensaram em tirar-nos.⁵²

E eram apresentados exercícios às crianças, como aquele que foi descrito poucos meses depois da Guerra Civil se ter iniciado, em Novembro de 1936, e poucos dias após Portugal ter cortado relações diplomáticas com Madrid, que — no dizer da própria *Escola Portuguesa* — se tinha transformado «numa autêntica sucursal de Moscovo»⁵³. O exercício escolar do aluno J. Martins versava o tema «Contra o Comunismo». Num canto do papel o jovem estudante desenhou um mapa da Península Ibérica, escrevendo, no espaço ocupado pela Espanha, «*comunismo, guerra, incêndios, mortes, e ruínas*», e, no lugar de Portugal, «*nacionalismo, paz, trabalho, ordem, economia*». «No resto do papel — continuava a descrição que se referia a uma iniciativa da Direcção do Distrito Escolar de Faro — segue o exercício escrito, um questionário e as devidas respostas». E transcrevia-se:

Perguntas:

- 1) Os meninos sabem o que é a guerra?
- 2) Já ouviram dizer que a Espanha estava em guerra?
- 3) Conhecem alguém que tivesse vindo de lá?
- 4) Já ouviram o que os jornais dizem sobre a desgraça daquele país?
- 5) Acha bem que se matem pessoas, se destruam cidades, monumentos e igrejas?
- 6) Já ouviu falar em comunistas?
- 7) Os meninos que amam a sua Pátria e a sua família devem gostar dos comunistas?

⁵² *Idem*, ano V, n.º 215, 8 de Dezembro 1938, «Lições de História de Portugal» pelo Professor Silvestre de Figueiredo, p. 105.

⁵³ *Idem*, ano III, n.º 107, 5 Novembro 1936, «Lisboa e Madrid», p. 45.

- 8) Que se deve fazer quando ouvirmos pessoas que têm esse pensar?
- 9) Diga como procederá quando for homem?
- 10) Diga o que sente agora a esse respeito?

Respostas

- 1) A guerra é uma das maiores desgraças do mundo.
- 2) Já ouvi falar que Espanha estava em guerra.
- 3) Eu conheço um homem que viu lá as maiores misérias.
- 5) Matar as pessoas, destruir cidades e igrejas são cousas muito ruins.
- 6) Eu já ouvi falar em comunistas: são homens que não querem trabalhar.
- 7) Quem ama a sua Pátria e a sua família não gosta dos comunistas.
- 8) Devemos dizer que se não pode passar sem trabalhar e irmos embora. [sic]
- 9) Eu queria ser já um homem para defender a minha Pátria.
- 10) Eu não quero ser comunista, porque gosto de paz e desejo que os comunistas fiquem vencidos. Viva Portugal!.⁵⁴

Passado o «perigo espanhol», com o fim da Guerra Civil, vem a «amizade peninsular», com a citada assinatura do Pacto de Amizade e não Agressão de 17 de Março de 1939. Em toda a extensão da primeira página e em letras maiores que o comum, surgia no boletim *Escola Portuguesa*, do dia 6 de Abril de 1936, o artigo com o seguinte título sensacionalista: «DERROTA DO COMUNISMO EM ESPANHA». Terminava assim a notícia:

O desmoronamento súbito da resistência comunista restituiu a Espanha à civilização cristã, em que tanto se havia distinguido em tempos idos.

Razão há pois, para nos congratularmos, já pelo resgate da Espanha, que ele representa, já porque assim se confirmou, mais uma vez, a visão

⁵⁴ *Idem*, ano III, n.º 109, 19 Novembro 1936, «A guerra civil de Espanha e a escola portuguesa», p. 58.

superior, certa, com que Salazar abarca todos os acontecimentos que nos interessam.

O pesadelo espanhol já passou.

O comunismo sofreu mais uma derrota.

A Península Hispânica continuará ao serviço da Civilização.

Salazar é o chefe por todos os títulos digno da inteira confiança dos portugueses.⁵⁵

Entretanto, iniciara-se a Segunda Guerra Mundial. A *Escola Portuguesa* mantinha-se afastada, desta vez, desse teatro sangrento, apenas registando algum discurso oficial que a aludia. Surgiam sim, como dissemos, as comemorações centenárias de 1940 e fazia-se por apresentar Portugal e Espanha como países pacíficos, defensores dos mesmos ideais de civilização. Não é de surpreender, por isso e pelo que atrás dissemos, que as comemorações da batalha do Salado fossem das mais noticiadas, transcrevendo-se parte das palavras ditas e dos discursos que então foram proferidos — do Duque de Sevilha, ao receber os jornalistas, de Júlio Dantas, da Academia das Ciências de Lisboa, e de D. Nicolás Franco, em representação do Caudilho. Todas falaram da amizade peninsular e o irmão de Franco lembrou «a participação dos portugueses na guerra contra o inimigo comum de hoje — o comunismo». E, comentando essas afirmações, dizia o boletim do Ensino Primário:

Ao retermos estas solenes afirmações de amizade desinteressada e livre, firmada apenas nas comuns aspirações espirituais de Portugal e Espanha e ditada pelo puro afecto de irmãos, que são os dois povos peninsulares, não podemos deixar de olhar tranquilamente o futuro. A Península Ibérica está unida, hoje como sempre que o perigo ameaçou a civilização criada pelos dois povos que a habitam e a cultura que é seu património deslumbrante.⁵⁶

⁵⁵ *Idem*, ano V, n.º 232, 6 abril 1939, «Derrota do comunismo em Espanha».

⁵⁶ *Idem*, ano VII, n.º 315, 7 Novembro 1940, «Factos e comentários», com dois subtítulos «A comemoração da batalha do Salado» e «Em Évora a comemoração teve importância e beleza e fizeram-se notáveis afirmações de amizade luso-espanhola», pp. 83-84.

Em resumo e... em testemunho pessoal

Por fim, poderemos dizer que a imagem de Espanha ou de Castela na escola primária, em pleno período áureo do salazarismo, os anos trinta e quarenta, possui, no plano sincrónico e no plano diacrónico, as suas contradições e mudanças. De um modo geral, a ideia que se expressa nos manuais — o que não difere substancialmente do tempo da Monarquia Constitucional e da Primeira República — é que o nacionalismo que se deseja fortalecer nas crianças é feito também da recusa do domínio castelhano ou espanhol, o que geraria, naturalmente, um certo sentimento contra a Espanha. Contudo, também há um esforço político, que nem sempre deve ter passado para a mentalidade das crianças e do povo — recorde-se o rifão popular «De Espanha, nem bom vento, nem bom casamento» —, para convencer os portugueses de que o povo espanhol constitui um país irmão: «*nuestros hermanos*», é uma expressão corrente entre nós.

De qualquer modo, de uma ideia politicamente difundida de «perigo espanhol», no tempo da República, sobretudo em 1936, passou-se para o sentimento de «amizade peninsular». E este sentimento tornou-se forte e duradouro no plano das nossas relações formais.

Qual o sentimento mais forte para as gerações — hoje com cerca de sessenta e setenta anos — que frequentaram a escola primária nesses decénios dramáticos, marcados pelas guerras e pelo autoritarismo salazarista e, depois, pelo autoritarismo franquista, enquanto para lá dos Pirinéus se sentia o nazismo de Hitler, o fascismo de Mussolini e o regime comunista de Estaline? É uma pergunta a que não sabemos responder. Quando muito, só os sociólogos ou os historiadores sociólogos, com inquéritos rigorosos, poderão dar resposta a esta interrogação, já porventura pouco importante, mas que por vezes é ventilada nos nossos periódicos.

Deixem os leitores que, finalmente, depois deste longo livro, em que procurámos ser sempre objectivos e analisar o Estado Novo sem qualquer «presentismo» (avesso, agora também, à nossa forma de pensar e de sentir a História), responda, eu, na primeira pessoa, tal como fiz na comunicação apresentada em Badajoz, em 2001:

Na verdade, actualmente, apesar da força da memória sobre a imagem de Espanha em Portugal em tempo salazarista, cada vez mais a democracia e a globalização europeia e mundial (e até uma globalização peninsular) nos fazem esquecer sentimentos anti-espanhóis ou iberistas ou fazem que eles ressurgam. Sentimo-nos sim participantes de um todo, por vezes, ensombrado, nas nossas razões mais críticas, pelo peso do domínio económico de uma parte ou de outra, ou de ambas as partes e de parte nenhuma, mas sobretudo caracterizado por um sentimento acríptico de que se vive nesta «pseudo-sociedade da abundância», do «espectáculo» e da informação que nos leva a uma visão pouco «autêntica» da cultura (como diria Ortega y Gasset), onde, todavia, surgem bolsas de miséria profunda e de violência inaudita, e vão lavrando sentimentos de marginalização e perigosos fundamentalismos.

Seja como for, posso afirmar que os livros da escola primária não criaram em mim nenhum sentimento anti-espanhol ou mesmo anticastelbano. Mas, eu passei a fronteira de Valença – Tui sete anos depois de deixar a escola primária, sem passaporte e apenas com uma permissão de passagem, graças às festas de São Telmo. E, depois, sempre que podia, esgueirava-me para o país vizinho em auto-stop e com a capa de estudante, fosse para a Galiza, para Castela ou para a Estremadura e a Andaluzia. Sou, por isso, um caminhante de Espanha e das suas diversas comunidades, em relação às quais não faço distinção, a não ser pela sua natureza e pelo temperamento das suas gentes. Iberista por sentimento e não por opinião política, não serei talvez um grande exemplo para responder à questão que acima referi. E o certo é que, tendo entrado na escola primária de uma aldeia suburbana de Coimbra em 1948, de onde saí em 1952 para entrar no liceu, considero que, apesar de então se manter sem grandes desvios a ideologia do regime de Salazar, já ela ia perdendo força de influência e de persuasão.

(Página deixada propositadamente em branco)

PARA CONCLUIR

ALGUMAS OBSERVAÇÕES E MUITAS INTERROGAÇÕES

História objectiva e História problema. O tempo e a construção da ciência e da «escola»

Volto à primeira pessoa do singular, tal como formalizei a escrita na Introdução desta obra. Todos os capítulos do livro foram redigidos na primeira pessoa do plural. Não porque considere que a História que faço não tem muito de mim próprio, do meu «eu», de cada um de nós — ao invés, entendo-a como um exercício em grande parte solitário e pessoal, apesar de cada vez serem mais significativos os projectos de grupo, em que aliás tenho estado crescentemente envolvido —, mas porque julgo que ela tem de ser, apesar disso, um processo «objectivo» que afaste o autor o mais possível da opinião e da ideologia, ainda que possa entender estas como fazendo parte também da «sua cultura», fundamental para o acto de «fazer História». Daí a preferência pelo emprego de «nós», mais geral, menos pessoal, mais «objectivo». «Objectividade» significa afinal «aproximarmo-nos do objecto» que analisamos e afastarmo-nos o mais que pudermos do «sujeito», para que a História não seja um produto de um «eu singular», mas de um «nós plural». Por outras palavras, para que ela tenha a universalidade possível da Ciência, sabendo que esta não é nunca um saber fixo, mas um *fieri*, sempre em gestação, sempre a corrigir-se, sempre à procura...

Não concordo, portanto, que se diga que a História é um «saber subjectivo», nem mesmo um «saber intersubjectivo», resultante do conjunto de saberes que cada um vai formulando, mesmo que se diga que cada um o vai fazendo

com rigor. Mas isso não significa, obviamente, que a História não seja um «problema». Ela é um constante problema, resultante do questionamento teórico, saudável, desde que essa teorização não seja um «pré-juízo» que sirva de medida a todas as interpretações, como foi e continua a ser a história providencial ou a historiografia simplisticamente marxista.

Como sempre digo aos meus alunos, quando inicio as minhas aulas, não procuro que no final eles tenham «certezas», mas que «saibam interrogar-se», numa lógica de saber crítico, mas também de ignorância esclarecida. Por isso, a História, como qualquer Ciência, precisa de tempo para ser construída: tempo para investigar, para interrogar os documentos (sejam eles de que tipo forem), tempo para a análise, tempo para a síntese, tempo para a escrita. Por isso, a falta de tempo, na investigação e no ensino-aprendizagem, é o maior inimigo da Ciência, objectivo fundamental de ambos, ainda que em doses qualitativa e quantitativamente diferentes. Daí que a História, como qualquer ciência (sobretudo as ciências «discursivas»), conviva mal com «encomendas de tempo marcado», com número de páginas demasiado rígido — sem que queira excluir com esta afirmação o valor da «síntese» e o esforço necessário para a atingir — e com exercícios demasiado vulgares de «divulgação» (o pleonasma é, obviamente, intencional), que, no entanto, se multiplicam, salvaguardando, evidentemente, a boa divulgação, que também se faz. É por esse motivo que, nesta altura em que parece só contar o tempo curto, o «imediato», em que os objectivos são medidos fundamentalmente pelo acto da conclusão, pela quantidade dos trabalhos terminados, pela facilidade da sua percepção e até pelos livros vendidos, a História voltou de novo à «narrativa», não à narrativa erudita de outros tempos, nem à narrativa problematizadora de tempos mais recentes, mas à narrativa de consumo ou até de consumismo.

É sempre contra a falta de tempo que o investigador luta, mas é uma batalha cada vez mais difícil de vencer, devido às «condições» impostas pela vida universitária ou pela vida em geral. Os ensaios que aqui apresentámos (que estão na base da construção deste livro) resultaram muitas vezes de convites formulados para participar em congressos ou colóquios, surgiram perante a pressão de quem dava aulas e que precisava de as preparar, no meio de um cem número coisas para fazer. Deste modo, entendo que a

burocracia é a maior inimiga do investigador e do professor, que ansiosamente precisa de tempo livre para pesquisar e para pensar. O «ócio» — parece ainda não se ter entendido — é fundamental para a criação científica e para um ensino e uma aprendizagem consolidados.

Todavia, este problema não é de agora, mas de sempre, ainda que sentido de modo diferente em cada época e talvez agora sentido mas não expresso em palavras, porque estamos em momento de consumo (mesmo das nossas preocupações) e menos de reflexão e de debate sobre estes e outros problemas. Em 1933, no contexto de uma discussão vivíssima sobre a Universidade, quando ainda era possível a expressão do pensamento, depois coarctada por uma censura inexorável, um dos mais ilustres professores e investigadores, Joaquim de Carvalho, escrevia, num excelente texto¹, referindo-se sobretudo ao ensino — a estudantes e a professores —, mas também à investigação, ao sentido e ao sentir do que é Ciência:

A actual organização universitária [...] é duma voracidade insaciável. Ela devora o tempo, a coisa mais preciosa da escolaridade de mestres e estudantes. Ter tempo livre, desperdiçá-lo em curiosidades problemáticas, invertê-lo em leituras fatigantes e praticamente inúteis, aplicá-lo na indagação e na porfia de ideias e de factos, são condições vitais do exercício do magistério e da formação do homem, que jaz potencialmente no estudante.

E, num juízo pessimista, consentâneo, aliás, com o tempo histórico que se vivia, concluía, depois de uma longa reflexão sobre o sentido do estudo:

Dir-se-ia que vivemos submergidos por uma vaga de estupidificação colectiva, mas o nosso dever elementar, espere-nos ou não o sucesso, mesmo sem esperança de êxito, é remar contra a vaga.

¹ «Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano», in *Diário Liberal*, Lisboa, 8 de Novembro de 1933.

Esta luta pelo «tempo», fundamental para pensar e para escrever, e este combate para construir uma «escola», uma escola científica, que se vai multiplicando em liberdade, foi afinal uma das lutas da minha geração, que está talvez em vias de se perder ou de se reconstruir com outro paradigma, que por ventura não é o melhor, pelo menos para aqueles que vão estando «fora de moda». É sempre o diálogo difícil de «gerações», conceito que afinal traz para o cimo da mesa o primeiro problema que quero recapitular neste final de livro.

As «gerações» e os «Estados novos»

Poderá pôr-se em causa a operacionalidade do conceito de «geração». É um facto, todavia, que o conceito foi usado nas primeiras décadas do século xx e era ele que justificava que as «novas gerações», mais ou menos integradas nas concepções de uma «revolução de direita», pretendessem criar «conceitos novos»: uma «nova cultura», um «homem novo», uma «Monarquia Nova», uma «República Nova», um «Estado Novo»... Ou «Estados novos», pois sectores diversos apelavam, cada um, para concepções «novas», mas diferentes, de Estado: integralistas, católicas, modernistas, filofascistas, nacionais-sindicalistas, republicanos nacionalistas... Daí a formação do Estado Novo, que resulta da acção de um homem, Salazar, ou de um grupo de homens, salazaristas, que, dessa amálgama, conseguem construir uma ideia e uma prática, que acabam por impor pela persuasão e pela repressão, num processo de ideologia única.

Mas, no dizer de Ortega y Gasset, que reflectiu sobre o conceito de «geração» em muitos dos seus escritos, cada geração actua durante cerca de trinta anos, fazendo primeiro a propaganda das «novas ideias» e depois consolidando-as e procurando que elas sejam hegemónicas se não únicas. Completaria o raciocínio afirmando que, por inércia, só poucos contrariam as ideias dessa geração que se vai tornando «velha». Assim, a sua acção pode continuar de forma mais ou menos prolongada.

No caso de Portugal do Estado Novo é curiosamente nos anos trinta que se fala já de outra «gente nova», interpretando o sentir de «outra geração» que pretende lutar por outros ideais, ideais de democracia, mas ideais renovados, purificadores dos defeitos da «república burguesa», ideais de liberdade mas também de democracia social. Esse movimento que foi interpretado, por exemplo, pela «Seara Nova», mas também pela «Renovação Democrática», vai tendo um papel significativo mas de efeitos práticos pouco perceptíveis. Conjuntamente com eles, ou à sua margem, outras forças vão agindo. A complexidade das oposições vai-se tornando cada vez maior à medida que o Estado Novo se desgasta e se torna «velho» e «conservador». É um longo tempo de gestação que só termina no 25 de Abril de 1974. As oposições criam falsas unidades ou unidades aparentes, quase sempre generosamente, conduzidas por estratégias hegemónicas saídas sobretudo do Partido Comunista. Multiplicam-se golpes militares e tácticas de natureza política de propaganda e de sentido eleitoral, sem resultados palpáveis. O Estado Novo vai passando, por sua vez, por várias cosméticas, de que as mais significativas são as do pós-guerra e do fim do regime, ou seja, dos anos quarenta e da década de sessenta. Vai, afinal, tentar voltar a ser «novo», artificialmente, sem o conseguir, como provam as várias cisões no regime e a derrota de um integralista heterodoxo e tardio, Marcello Caetano, que toma conta do poder, ou ocupa aparentemente o poder, apenas devido à «morte política» do «velho ditador». Vêm então ao de cima as mais diversas contradições e a impossibilidade de conseguir ser «novo», em especial na solução do problema que constituía o nó górdio da nossa velha política, o «Império», o «Ultramar», as colónias/províncias ultramarinas, sempre à procura de uma política moderna e sempre em crise e em decomposição. Então serão os «velhos salazaristas» que verdadeira e desesperadamente se impõem no estertor do regime e assim será, por fim, o tempo da «gente nova» (e mesmo da gente da velha esquerda) poder dominar, graças afinal à força que sempre foi responsável em Portugal pela alteração da vida política, os militares, desde que tivessem a acompanhá-los as forças populares e as elites, consciencializadas pela pobreza ou pelo subdesenvolvimento do país, pela falta de liberdade, mas sobretudo pela situação de uma guerra em que não acreditavam.

A força da propaganda e os «intelectuais»

Estou certo — e por motivos razoáveis — que a minha reflexão introdutória sobre os intelectuais pode ser entendida como uma das matérias discutíveis deste livro. Seja como for, considero que a reprodução ideológica foi mais significativa para a manutenção do regime do que a repressão. Por isso, entendo que quando essa reprodução perdeu a força e se impôs, apesar de tudo, uma «nova cultura» e uma «nova intelectualidade» de esquerda, abriram-se as portas para que o regime caísse. Mas, se isso pode ser objecto de debate, sê-lo-á também o significado que atribuo aos intelectuais no Estado Novo, para que contribuiu a força de persuasão da notável figura de António Ferro. Se há intelectuais militantes, se há intelectuais (sobretudo artistas) que, sem assumirem uma consciência política salazarista, trabalham para o Estado Novo, se há «funcionários» ao serviço da «cultura do regime», há alguns «intelectuais orgânicos» — e se é difícil identificá-los, residirá sobretudo neste uso de um termo marxista, gramsciano, uma das matérias de discordância — que estão «ao serviço do regime», independentemente do seu valor e até de, apesar da sua «função», se sentirem «livres» (porque «livremente» trabalhavam em prol de uma causa), assim como os intelectuais orgânicos marxistas estiveram ao serviço de outra causa diferente, mas igualmente «totalitária».

Sou desde sempre um historiador dedicado à história das ideias e da cultura, mas não é por isso que dou tanta importância ao factor cultural e educacional. É sim porque entendo, objectivamente, que a «política do espírito» foi fundamental no processo de formação e consolidação do regime. De resto, o próprio Salazar teve desde sempre — ainda não era estadista e bebia nos ensinamentos pedagógicos de Demolins — consciência disso, pensando que a «educação» era mais importante do que a «política» (desvalorizando-a, assim, relativamente, e por consequência o significado de Maurras, que todavia o influenciou e por quem se bateu no pós-guerra). Foi essa afinal a «lição de Salazar», ou seja, conseguir que viesse ao de cima a ideia de que estava a construir «pacificamente» um Estado «original», sobretudo marcado pela «educação do povo», o que se reconhece até nas suas fórmulas políticas, assinaladas por algumas ideias básicas facilmente recebidas, como «ordem» e «união nacional» («tudo pela nação...»).

O «fascismo» e o «totalitarismo» à portuguesa

Muitos são os motivos — científicos ou ideológicos — que levaram historiadores e outros cientistas sociais, intelectuais e ideólogos a afirmar, conduzidos sobretudo pela análise do discurso do próprio regime, que o Estado Novo não é um «fascismo» nem uma forma de «totalitarismo».

Um dos motivos invocados é — como se sabe — a falta de uma «política de massas». Esquece-se, todavia, que se ela não existiu através de uma «acção de rua» criadora de um Estado, porque aqui o Estado precedeu o partido, houve, indubitavelmente, através de órgãos de cultura e de mobilização do regime instalado, uma acção de consciencialização e de enquadramento de massas e de formação de elites, que Salazar pensava serem pouco significativas em Portugal, ao invés do que sucedia na Itália fascista e na Alemanha nazi, países com outra organização e onde a ideologia política despontara e se consolidara de baixo para cima, através da acção do «partido».

A afirmação de Salazar, captada por Henri Massis, tantas vezes referida e decantada, de «fazer viver Portugal habitualmente»², e não perigosamente, não deve ser também sublinhada em exagero, a não ser no plano estratégico do «Chefe» (um dos «Chefes» da época, empregando a terminologia corrente e do referido ideólogo francês). A mobilização e o espectáculo para as massas acabou por surgir nas manifestações, muitas delas militares, da

² Este conceito está subentendido na entrevista de Salazar a Ferro. Este, de resto, na 3.ª edição do seu livro, notou que Salazar tinha nas paredes, geralmente nuas do seu escritório, um «célebre soneto» encaixilhado, «Le bonheur de ce monde», de **Christophe Plantin (1514-1589)**, o conhecido tipógrafo de Antuérpia, sobre a vida simples, a *aurea mediocritas*. Ferro foi ao ponto de fotografar o soneto «copiado pelo punho do Dr. Salazar» (*Salazar. O homem e a obra*, 3.ª edição, pp. 238-241). Mas a frase do próprio Salazar, «fazer viver Portugal habitualmente» (em francês, na entrevista que vamos de seguida referir: «*Pour moi, [...] je n'ai q'un but... Ce que je me propose, c'est faire vivre le Portugal HABITUELLEMENT!*») foi sobretudo divulgada por Henri Massis, num texto datado de Fevereiro de 1938 (*Chefs*, Paris, Librairie Plon, 1939, «Salazar ou la dictature de l'intelligence», pp. 83-137, sobretudo p. 99 ss.), que retomou na obra *Les idées restent, de que foram extraídos alguns capítulos em versão portuguesa na obra Ocidente ou Oriente? No limiar da hora trágica*, Coimbra, Casa do Castelo, 1949. Ver nessa obra o capítulo «Uma Ordem Nova... para quê?», pp. 11-13.

avenida da Liberdade («Liberdade» como significado que lhe deu a Restauração da independência de Portugal) ou no Terreiro do Paço. Faltou, no entanto, ao regime de Salazar, o antigo seminarista, conforme algumas representações, o vigor «revolucionário» de um fascismo à maneira de Mussolini? Claro que faltou, ainda que Salazar, reconhecendo a sua idiosincrasia, para que lhe chamaram a atenção vários ideólogos do tempo — António Ferro (antes da famosa entrevista)³ ou o nacional-sindicalista Rolão Preto (já em comentários a ela)⁴ —, tentasse sempre torner esse «defeito», através do seu esforço de adaptação à «modernidade política» ou contando com a acção dos mais novos. Foi ele (e provavelmente Ferro) que disse, perante a consciência do problema, esta frase, que, de alguma forma, vem ainda ilustrar o que dissemos sobre o problema das «gerações»:

Confio, como sempre, na gente nova, na mocidade. Esses rapazes de sangue na gueltra, que sabem bater-se quando é preciso, que sabem vibrar, que conhecem a ginástica do entusiasmo, e cuja acção não esqueço, são os meus colaboradores naturais para dar vida, luz e nervos ao nosso Estado Novo, ao Portugal novo que preparamos...⁵

Além disso, deve dizer-se que «viver habitualmente» não supunha, nem em Salazar nem no pensamento daqueles que o elogiaram, a começar em Massis, a ideia de uma vida calma e tolerante do «povo português» (mesmo que essa forma idílica também apareça no horizonte das ideologias de propaganda). Havia sim a noção de que afinal o que desejava o «ditador» era constituir uma «Ordem Nova», um «ressurgimento da Nação» de forma «original», mas virada decididamente contra todos os seus inimigos, numa lógica repressiva e tendencialmente «totalitária». Dizia o ideólogo francês, na versão portuguesa apresentada já depois da guerra:

³ «O Ditador e a multidão», in *Diário de Notícias*, 31 de Outubro de 1932.

⁴ *Salazar e a sua época. Comentário às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro*. Janeiro - 1933.

⁵ António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 84. Citamos desta vez pela 1.^a edição.

Fazer viver habitualmente um país é não deixar contaminar os membros sãos, amputar as partes gangrenadas, as partes mortas; é impedir que chegue a desordem onde existe a ordem; onde há paz evitar a guerra.⁶

Todo o regime tem a sua própria «identificação», em função do lugar onde surge e das condições de desenvolvimento, em que se inclui, neste caso, o temperamento, o carácter e a formação do «Chefe». Se houve diversidades liberais, se há diversidades democráticas, também houve diversidades fascistas (mesmo que os seus actores não utilizem a palavra), como há ou houve diversidades de regimes de tipo comunista. Assim como há totalitarismos diversos e encarados de modo diferente, se bem que dentro de uma lógica que possui necessariamente pontos comuns. Por isso, admiti que o Estado Novo se poderia considerar não só «um fascismo» como «um totalitarismo à portuguesa» ou «à maneira de Salazar - Caetano» ou de «salazaristas e caetanistas».

Mas este será sempre um problema em aberto, como o é, nomeadamente em relação ao totalitarismo, para os historiadores que estudam o fascismo italiano, o nazismo alemão ou os regimes soviéticos, russo, chinês ou cubano, sem ter de se invocar como situação de totalitarismo típico os casos de Hitler ou do estalinismo, do maoísmo ou do castrismo, e como forma de afastar os outros regimes ou os restantes períodos das suas histórias dessa palavra hedionda, «totalitarismo». É um conceito que tem de ser encarado com objectividade e que, agora, até se questiona a possibilidade da sua utilização relativamente à democracia ou a certas formas de democracia⁷.

⁶ Massis, *Ocidente ou Oriente?*, p. 12.

⁷ Esta tese é sobretudo divulgada pela «direita» como forma de combater a democracia ou os seus defeitos, considerados como estruturais. Ver, embora como obra de publicista, Matthieu Baumier, *A democracia totalitária. Pensar a modernidade pós-democrática*. Tradução portuguesa. Lisboa, Publicações Europa-América, 2007, e também a obra do professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Paulo Otero, *A Democracia totalitária – do Estado totalitário à sociedade totalitária. A influência do totalitarismo na democracia do século XXI*, Cascais, Principia, 2001.

Saudáveis interrogações...

São, pois, muitas as interrogações com que termino este livro. Interrogações saudáveis, de quem faz da História não apenas uma prática de investigação, mas um exercício de questionamento consigo próprio e com os outros, ou seja, com aqueles que também pesquisam com rigor e têm interpretações diferentes. Interrogações que devem ser feitas com «tempo», mesmo em debates «praticamente inúteis», como diria Joaquim de Carvalho em relação às (afinal) «úteis» leituras e à constante «indagação» e «porfia de ideias e de factos».

Não poderia terminar de outro modo este livro que, se completa um ciclo de pesquisa, também culmina e inicia um ciclo de constantes e infundáveis aporias, que têm sido vividas com colegas e com alunos, alguns que já são hoje companheiros de trabalho e outros (como o meu amigo Luís Oliveira Andrade, que recordarei sempre com saudade) que já não se encontram fisicamente entre nós.

EM VEZ DE UMA BIBLIOGRAFIA... UM LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO *

História da historiografia sobre a «Época Contemporânea» em Portugal

É costume um livro terminar com uma bibliografia... — a bibliografia consultada e mesmo aquela que nunca se consultou. Preferimos não o fazer, pois muitas das obras que saíram a público surgiram depois de alguns destes textos terem sido editados. Assim, na sequência de um trabalho realizado nos inícios da década de noventa do século passado, preferimos apresentar aqui um simples levantamento historiográfico sobre o Estado Novo. Mas, começemos por falar do significado da historiografia sobre a «Época Contemporânea» portuguesa, expressão sempre ambígua, mas que, como outros conceitos cronológicos de tipo historiográfico, continuamos persistentemente a usar. Parece-nos importante esta reflexão para que sobretudo os investigadores mais novos tenham uma verdadeira noção do significado da historiografia contemporaneísta actual e para que entendam que o seu eventual retardamento está afinal ligado ao próprio período que analisámos, ou seja, o Estado Novo de Salazar. Por isso, também dedicamos à historiografia sobre o Estado Novo um tratamento muito mais extenso, ou, melhor, é ela a razão deste texto de encerramento.

* Este Anexo tem como base um estudo que teve várias versões e edições: «Sobre a história do Estado Novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos», conferência de homenagem a Victor de Sá, in *Revista de História das Ideias*, n.º 14, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, pp. 529-554; «A historiografia sobre o Estado Novo» (com «*Comments on Torgal'paper*», por Richard Robinson), in *Portuguese Studies in International Perspective. Meeting of the International Conference Group on Portugal. Sintra 1992*, E. de Sousa Ferreira e M. Villaverde Cabral (coord.), Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa-Centro de Estudos

Verificaremos, neste exercício de história da história (ainda que numa perspectiva predominantemente descritiva), que os avanços da historiografia contemporaneísta, em especial no que diz respeito ao Estado Novo, são afinal muito significativos, dado que ela tem apenas quase tanto tempo como a Democracia resultante da Revolução de Abril de 1974 — se quisermos, a «Terceira República», considerando, pois, o Estado Novo como a «Segunda República», «república» no plano formal, corporativa e não demoliberal.

A importância da historiografia sobre a Época Contemporânea é de tal modo significativa que se verifica um aumento relevante de teses académicas nesta área depois do 25 de Abril, a ponto de ultrapassarem em quantidade as dissertações sobre a Antiguidade, a Idade Média e a Época Moderna, de quase exclusivo significado durante o Estado Novo. Poderá mesmo dizer-se que — para lá do interesse natural dos jovens investigadores pela história dos tempos mais próximos — se deu, intencionalmente, um verdadeiro impulso a essa área. Haja em vista que actualmente a Academia Portuguesa da História (fundada no tempo do salazarismo) lhe dedica um prémio especial (Prémio Veríssimo Serrão/Fundação Engenheiro António de Almeida),

de Economia Internacional, 1993, pp. 47-41 (pp. 73-76); «Historiografia do Estado Novo», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. I, pp. 425-431. Esta análise mereceu ainda uma reformulação para participar, em 21 Março de 2001, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ciclo de colóquios «Estado da História», onde o autor colaborou num debate com os Professores Luís Oliveira Ramos, Humberto Baquero Moreno, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, sobre o tema «A Investigação». O texto não foi, porém, publicado. Ver também Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996 (2.^a edição, em 2 volumes: Lisboa, Temas e Debates, 1998), onde algumas das análises e interpretações aqui apresentadas estão publicadas. Deve notar-se que as subdivisões são por vezes um pouco artificiais, dado que partimos de um texto corrido que, para uma melhor leitura, foi posteriormente subdividido. Ou seja, a cada subdivisão pode não corresponder exactamente uma temática historiográfica, devendo procurar-se noutras subdivisões algumas obras referentes a essa temática (como, de resto, se procurou referenciar). Finalmente, saliente-se que não se pretende com este levantamento historiográfico incluir todas as obras. Como é natural, esqueceram-se certamente algumas que podem ser significativas, agradecendo-se qualquer correcção ou aditamento, para a hipótese deste texto voltar a ser publicado *on line*, que será a única forma adequada para o reeditar. Deve acrescentar-se que este estudo raramente cita artigos de revistas, que devem ser consultadas com carácter sistemático, bem como comunicações apresentadas em encontros científicos, os quais são por vezes referidos.

assim como a Universidade do Minho (Prémio Victor de Sá) e a Fundação Mário Soares (Prémio de História Contemporânea), Fundação esta que tem tido um papel notável na preservação e tratamento de documentação e na sua disponibilização aos investigadores.

Da historiografia sobre o Liberalismo e sobre a Primeira República

A «História Contemporânea» — estamos a falar de história em sentido geral e não tanto de áreas específicas, como a História da Literatura, pois no século XIX viveram os nossos grandes «clássicos» do Romantismo e do Realismo, que teriam de ser abordados, pelo menos numa perspectiva estética — foi em Portugal uma área quase tabu, até cerca dos anos sessenta do século XX, os últimos anos do salazarismo. Só então se iniciou o seu estudo no âmbito universitário, no princípio com algumas precauções, no ciclo de estudos finais de licenciatura ou em teses de doutoramento. Com efeito, se o seminário iniciado por José Sebastião da Silva Dias na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1964-1965, sobre o pensamento contra-revolucionário antiliberal, se pode considerar já hoje como um «facto histórico», algumas obras dos anos cinquenta de Joaquim de Carvalho e a tese de doutoramento de Luís Oliveira Ramos sobre o Cardeal Saraiva (*O Cardeal Saraiva*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 1972), ainda assim de carácter essencialmente biográfico e não apresentando grandes interpretações do pensamento liberal de frei Francisco de São Luís, têm ao menos o valor de símbolos. A Idade Média e, sobretudo, a Época Moderna constituíam — conforme dissemos — as grandes áreas de trabalho ao nível do doutoramento em História.

Só «fora do sistema» iam surgindo obras sobre a época liberal (ou que a incluíam) que poderiam abalar a cidadela de um saber de inspiração católica ou integralista, ou simplesmente de carácter «narrativista» e «erudito», virado fundamentalmente para as épocas «fundadoras», «expansionistas» ou «restauradoras» da história de Portugal. Não esqueçamos que era uma doutrina assente e divulgada a tese, já assumida pelos legitimistas miguelinos, e formulada depois pelo pensamento católico conservador e pela ideologia

integralista, de que o século XIX era um século de destruição de valores tradicionais. Foi (recorde-se) uma ideia claramente apresentada nos manuais oficiais de História do ensino liceal e na *História de Portugal* «de regime», a obra de João Ameal (1940), premiada em 1941 com o prémio de História, «Alexandre Herculano», do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) do Estado Novo. Lembremos que o francês Léon Daudet, em 1922, escrevera um livro glosado pelos nossos intelectuais católicos e integralistas, intitulado, sintomaticamente, *Le Stupide XIX.^e Siècle*.

Dizíamos que só as obras «fora do sistema» poderiam abrir algumas brechas numa historiografia e num ensino da história marcados por uma ideologia basicamente nacionalista e por uma metodologia narrativista e documentalista. Não nos estamos aqui a referir, obviamente, à qualidade destes estudos — alguns dos quais estão bem marcados por certas ideologias e por um simplismo de interpretação que, todavia, outros autores ultrapassaram —, mas ao seu significado. Recordaremos aqui como exemplos marcantes, no âmbito da História Contemporânea, as obras de José Tengarrinha (*José Estêvão*, 2 vols., Lisboa, Portugalíia, 1962; e *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugalíia, 1965), de Augusto da Costa Dias (*A crise da consciência pequeno-burguesa. I - O nacionalismo literário da geração de 90*, Lisboa, Portugalíia, 1962), de César Nogueira (*Notas para a história do socialismo em Portugal. 1871-1910*, Lisboa, Portugalíia, 1966), de Victor de Sá (*Antero de Quental*, Braga, Livraria Victor, 1963; *Perspectivas do século XIX: ensaios*, Lisboa, Portugalíia, 1964; *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal. 1820-1852*, Lisboa, Seara Nova, 1969; e *A Revolução de Setembro de 1836*, Lisboa, Dom Quixote, 1969) e de Joel Serrão (*Temas oitocentistas: para a história de Portugal no século passado*, 2 vols., Lisboa, Ática, 1959 e 1962), investigador que nos anos setenta iria publicar o *Dicionário de História de Portugal*, o qual constitui um marco no desenvolvimento da nossa historiografia. Entretanto, não podemos esquecer o papel desempenhado em França por Albert Silbert, que seria autor de obras de referência sobre o nosso Liberalismo, e de Vitorino Magalhães Godinho, apesar de a sua historiografia se inclinar para um tema clássico, os Descobrimentos, encarado, no entanto, numa perspectiva pouco «ortodoxa» para a época, a perspectiva económica.

O estudo da Primeira República — a sua história da história foi especialmente analisada, embora já há alguns anos, num artigo de Armando Malheiro da Silva, «A escrita (vária) da história da I República Portuguesa» (*Ler História*, Lisboa, 38, 2000) — teve em Portugal, curiosamente, um aparecimento precoce e, ao mesmo tempo, prenunciador da sua difícil evolução, por vezes carregada de preconceitos ideológicos. Referimo-nos à *História do Regímen Republicano em Portugal* (2 vols., Lisboa, Ática, 1930 e 1932), publicada por Luís de Montalvor, escritor e editor de grande evidência no mundo livreiro português que fora secretário, no Brasil, de Bernardino Machado (quando este era ali ministro plenipotenciário).

A história editada por Montalvor é, sem dúvida, uma história de defesa de um regime ou, por outras palavras, de oposição à atitude, que se tornara corrente, de imputar à República — como se dizia na «Advertência», com que se apresenta a obra — «todos os defeitos, todos os prejuízos, toda a suposta série de agravos que tem sofrido a nação portuguesa», numa «premeditada táctica do inimigo» de atingir «um só alvo»: «a Democracia». Trata-se, pois, de uma obra feita com um objectivo político e ao serviço de uma causa: «Por essa democracia se fará a história, com dignidade de processos, posto o pensamento nos altos desígnios da Liberdade e da Pátria Portuguesa.»

Os autores deste livro muito incompleto, que tratou afinal somente das origens (mesmo das origens remotas) do movimento republicano, foram, evidentemente, «republicanos históricos». Jaime Cortesão escreveu um capítulo de abertura, posteriormente muito conhecido, «Os factores democráticos na formação de Portugal». Agostinho Fortes, que foi professor da Faculdade de Letras de Lisboa e que, quando faleceu, se preparava para publicar uma História de Portugal, foi também às origens profundas do republicanismo, escrevendo sobre «A vida política do povo português de 1500 a 1820», ao passo que Joaquim de Carvalho, da Faculdade de Letras de Coimbra, escrevia sobre a «Formação da ideologia republicana» no período de 1820 a 1880. O médico Francisco Reis Santos, desde a sua juventude ligado à causa da República, escreveu sobre a formação do movimento republicano na «consciência nacional» e o coronel Manuel Maria Coelho, um dos militares ligados ao 31 de Janeiro e líder do movimento de Outubro de 1921, de

triste memória pelas suas consequências trágicas, foi o autor do capítulo sobre aquele movimento do Porto, de 1891. José Lopes de Oliveira, professor, político republicano e publicista, redigiu dois capítulos, um sobre a propaganda republicana e outro sobre o início da acção revolucionária. Artur Luz de Almeida, um dos revolucionários do 5 de Outubro, maçã e carbonário, escreveu sobre as sociedades secretas, e Afonso Bourbon e Meneses, jornalista, propagandista republicano, ligado também ao movimento de 1910, foi o autor do capítulo sobre a revolução triunfante.

Quer dizer, estamos perante uma história da República, como dizíamos, de claros preconceitos ideológicos, uma história feita por «republicanos» e não, salvo raras excepções, por historiadores, e uma história que não penetra profundamente nas entranhas da realidade republicana, ficando-se apenas pelos movimentos que prenunciaram ou precederam a implantação do regime. E estas são ainda algumas das características da história que se tem feito sobre o período de 1910 a 1926. Ou eram, até há poucos anos.

Toda a campanha do Estado Novo teve um duplo objectivo: por um lado, denegrir a Primeira República — a «balbúrdia sanguinolenta», era a expressão reproduzida por João Ameal, para a caracterizar —, e, por outro, erguer a ideia de que a «república corporativa» constituía a «reconquista da ordem», outra expressão também usada, inclusivamente pelo referido «historiador de regime». Daí que a Primeira República fosse ainda, mais do que o Liberalismo, esquecida pela historiografia ou aproveitada à direita ou à esquerda. Haja em vista que, nos anos quarenta, surgem duas obras sobre ela que revelam a continuação da polémica que inspirava.

Falamos da obra de um historiador espanhol, professor da Universidade de Madrid, que, ainda sob o efeito da Guerra Civil de Espanha e da luta dos «nacionalistas» de Franco contra a República espanhola, escreveu um verdadeiro panfleto contra a Primeira República portuguesa. Trata-se de Jesus Pabón e da sua obra *La revolución portuguesa* (2 vols., Madrid, Espasa-Calpe, 1941 e 1945), que recebeu em 1941 o prémio «Camões», atribuído pelo SPN à melhor obra de um estrangeiro sobre Portugal, e que foi depois traduzida em português para divulgação (*A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951). E referimo-nos à obra de José Lopes de Oliveira, velho republicano já citado, *História da República Portuguesa* (Lisboa, Inquérito, 1947), que, dentro da mesma lógica da obra editada por Montalvor, se ficou pelo período anterior

à implantação do regime, ou seja, analisou somente, conforme o subtítulo, *A Propaganda na Monarquia Constitucional*.

No entanto, a história da República mantinha-se de pé, no meio destas polémicas mais surdas do que sonoras. Assim, a *História de Portugal*, conhecida por «edição de Barcelos», apesar do seu sentido nacionalista saído da lógica do Estado Novo, não deixou de lhe dedicar um volume, em 1954, que abarcou todo o período republicano até ao 28 de Maio de 1926, escrito pelo próprio director, Damião Peres, que salientou, em «Palavras Prévias», a «continuidade da Nação», «a nunca extinta perenidade de Portugal», também do Portugal contemporâneo saído do «berço da República» (*História de Portugal*. Edição Monumental Comemorativa da Fundação da Nacionalidade. Suplemento. Porto, Portucalense Editora, 1954). Era, de alguma maneira, a memória da República que continuaria no Estado Novo aquela que Peres apresentava na sua volumosa obra. Poucos anos volvidos, para celebrar os cinquenta anos da implantação do regime, a Editorial Século, ligada à memória republicana, publicava também um volume, largamente ilustrado, sem autor, mas que se sabe ser um velho republicano, Carlos Ferrão, que – como era normal — voltava a terminar a história do regime exactamente no 5 de Outubro de 1910 (*História da República*. Edição Comemorativa do Cinquentenário da República. Lisboa, Editorial Século, s.d.).

Depois, só, na verdade, nas vésperas do 25 de Abril se reabriu uma página na historiografia da Primeira República, com a obra de síntese e de análise estrutural do historiador Oliveira Marques (*A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971), que nunca escondeu a sua simpatia republicana e a sua ligação à Maçonaria, de que veio a ser grão-mestre adjunto do Grande Oriente Lusitano, mais tarde seguida de outras obras gerais de referência, com o carácter de obras incompletas ou a completar (*História da Primeira República*, Porto, Figueirinhas, 1978, e *Portugal da Monarquia para a Primeira República*, Lisboa, Presença, 1991). David Ferreira, muito ligado à «Seara Nova» e a quem Oliveira Marques dedicara a sua primeira obra sobre a República, escreveu também, ainda em tempo marcelista, uma *História Política da Primeira República* que não ultrapassou o ano de 1915, só sendo publicado mais tarde o tomo que chegou a 1917 (Lisboa. Livros Horizonte, vol. I, partes I e II, 1973, e vol. II, 1981).

Já em tempo de democracia, o «republicano histórico» Raul Rego deixou-nos finalmente uma história completa do regime (*História da República*, 5 vols. Lisboa, Círculo de Leitores, 1986-1987). E não deixa de ser sintomático que a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso não tenha encontrado para escrever o volume sobre a República (volume 6) qualquer especialista consagrado ou um historiador com obra feita na área, mas sim um jovem investigador, que, de resto, não deixou de apresentar um ensaio muito sugestivo (e também saudavelmente discutível) sobre o tema (Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994). De resto, todas as Histórias de Portugal, referentes somente à Época Contemporânea, não deixaram de dedicar partes significativas ou volumes à Primeira República. Assim sucede com as Histórias de José Hermano Saraiva, de António Reis, de João Medina e de Joaquim Veríssimo Serrão, publicadas desde os anos oitenta à actualidade.

Para além das Histórias gerais, algumas obras importantes sobre a República ou teses, ensaios e sínteses são, curiosamente, mais sobre a preparação do movimento ou sobre o processo de formação da ideologia republicana (Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, e Lisboa, Editorial Notícias, 2000; e Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, e *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990) do que propriamente sobre a República em si, onde continuam por ser estudados os grandes movimentos, algumas das grandes figuras e os partidos, ou a rica produção jornalística, ainda que tenha ultimamente surgido uma interessante acção no sentido de estudar alguns dos políticos, sob a forma de álbuns de fotobiografia, de biografias ilustradas ou de grandes biografias.

Por outro lado, o carácter polémico da República, quase incapaz de deixar de suscitar processos de simpatia ou de antipatia, é evidente em algumas obras, independentemente do seu inegável interesse, tais como as de Vasco Pulido Valente (*O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, Lisboa, Moraes, 1982) e de João Medina («*Oh! A república!...*». *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional

de Investigação Científica, 1990). E algumas teses que se supõem mais sólidas serão ou são, potencial ou realmente, passíveis de alguma discussão. Falamos da extensa dissertação de doutoramento de Armando Malheiro da Silva sobre a já polémica figura de Sidónio Pais (*Sidónio e Sidonismo. História e mito*, Braga, Universidade do Minho, 1997, depois publicada, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 2006, em dois volumes, sob o título geral de *Sidónio e Sidonismo*) e a de Nuno Severiano Teixeira sobre a Primeira Guerra Mundial (*O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996).

Daqui se conclui que, apesar da realização de vários trabalhos e de dissertações universitárias (de João Medina, António Ventura, António Reis, Sérgio Campos Matos, Ernesto Castro Leal, Fernando Farelo Lopes, Luís Farinha e de vários outros mais jovens investigadores, como Alice Samara), de sínteses escritas por estrangeiros (Douglas Wheeler, *História Política de Portugal, 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978), de capítulos de histórias de Portugal e de histórias de «Portugal Contemporâneo», já referidas, poderá dizer-se que não se extraíram ainda os necessários ensinamentos da obra fundamental de Oliveira Marques, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa* (Lisboa, Estampa, 1981) ou do útil (ainda que sintético) dicionário *Parlamentares e Ministros da 1.ª República* (Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000), coordenado pelo mesmo historiador, há pouco falecido, que é indubitavelmente (com a sua manifesta e confessa ideologia republicana) um dos pioneiros da historiografia científica daquele regime.

Julga-se, porém, que o Centenário da República (2010) poderá trazer uma alteração significativa a este panorama. O discutível centenário do Regicídio (1908) não trouxe, salvo raras excepções, grandes novidades, apesar da profusão das obras publicadas e da realização de alguns congressos académicos, mas o mesmo não se passará certamente com a República propriamente dita, para cuja celebração estão já a ser preparadas algumas obras de temática fundamental. Seja como for — e isso não deixa de ser saudável — surgirão, por certo, algumas polémicas relacionadas com este centenário e a sua organização.

Historiografia e outras representações sobre o Estado Novo — luzes e sombras

Creemos que, apesar de tudo, é diferente a situação da historiografia sobre o Estado Novo, no quadro da História Contemporânea portuguesa, talvez porque, normalmente, após a revolução de 25 de Abril de 1974, esse regime não provocasse qualquer onda de simpatia, pesem embora algumas raras afirmações saudosistas. Ou seja, após um certo tipo de militância historiográfica, no sentido de revelar (por vezes de forma ideológica) o que fora o regime caído, lógica que ainda não terá de todo desaparecido, surgiu uma tendência para a sua análise objectiva, procurando-se assim provar que era possível tratar de forma científica um objecto normalmente sentido de forma negativa. Para tal concorreu, sem dúvida, a importância que tem adquirido no estrangeiro a bibliografia sobre o «fascismo» ou os «fascismos», ao nível da teorização dos conceitos, de obras de síntese, de dicionários mais gerais ou mais especializados, de monografias sobre os temas mais diversos, etc.

A precoce e continuada historiografia dos estrangeiros e dos portugueses no estrangeiro

O estudo do Estado Novo e do salazarismo só poderia, obviamente, ter significado em Portugal depois de 1974. No entanto, se antes da instauração da democracia política quase não podemos falar no nosso país de uma historiografia sobre o Estado Novo, dado que as obras aparecidas se integram de forma directa ou indirecta na sua Propaganda (um exemplo emblemático, que deve ser referido, é a obra dirigida por João Ameal, *Anais da Revolução Nacional*, 5 vols., Porto, Empresa Editora Majesta, 1956), no estrangeiro o regime de Salazar atraiu mais cedo o interesse de historiadores, politólogos e sociólogos, que foram publicando os seus estudos sobre o tema. O seu significado científico, e mesmo ideológico, não foi ainda bem avaliado, a não ser, de algum modo, em relação à questão da problemática classificação do Estado Novo como um regime englobado, ou não, na categoria historico-política de «fascismo» (cfr. a obra já com alguns anos de A. Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo europeu*, Lisboa, Estampa, 1992, autor de uma

posição de que não partilhamos), que constituirá sempre um problema em aberto e que merece hoje uma nova reflexão.

Apenas para citar algumas obras com intenção de análise científica, poderemos referir, em língua inglesa, o livro de Hugh Kay, *Salazar and Modern Portugal* (Londres-Nova Iorque, Eyre & Spottiswoode/Hawthorn Books, 1970) e, em língua francesa, o já tardio livro de Jacques Georgel, depois traduzido para português, *Le Salazarisme: histoire et bilan* (Paris, Éditions Cujas, 1981). Mas será também oportuno falar da obra coordenada por Stuart Woolf sobre o fascismo europeu, no qual é incluído um artigo de Hermínio Martins sobre o salazarismo (*European Fascism*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1968), ou as histórias de Portugal contemporâneo, como, em língua francesa, a discutida obra de Jacques Marcadé, *Le Portugal au xx.^e siècle* (Paris, PUF, 1988), em língua inglesa, *Contemporary Portugal. A History* (Londres/Boston, Allen & Unwin, 1979), de R. A. Robinson, e de Tom Gallagher, *Portugal. A twentieth-century interpretation* (Manchester University Press, 1982) ou, em língua espanhola, as obras de Hipólito de la Torre Gómez e Josep Sánchez Cervelló, *Portugal en el siglo xx* (Madrid, Ediciones Istmo, 1992) ou, ainda mais recentemente, *Portugal en la Edad Contemporánea (1807-2000). Historia y Documentos* (Madrid, UNED, 2000). Normalmente, trata-se de obras gerais, com o sentido de grandes sínteses interpretativas, em certos casos com carácter de divulgação, embora se deva também a Hipólito de la Torre a organização e publicação das respectivas actas de vários colóquios sobre temas mais específicos. Poderá ainda incluir-se nesta categoria de obras gerais, por exemplo, o ensaio de Douglas Wheeler «The Military and Portuguese Dictatorship, 1926-1974: the Honour of the Army», incluída na obra editada por Lawrence S. Graham e Harry M. Makler, *Contemporary Portugal* (Austin, University of Texas, 1979).

No entanto, já no domínio da monografia, deve-se a um autor de língua inglesa o primeiro estudo global sobre a «oposição» ao Estado Novo, a obra de D. L. Raby, *Fascism and resistance in Portugal. Communists, liberals and military dissidents in the opposition to Salazar, 1941-74* (Manchester University Press, 1988), depois traduzida para português (Lisboa, Salamandra, 1988), e Hipólito de la Torre Gómez será por certo o espanhol mais interessado

no estudo das relações luso-hispânicas no contexto do Estado Novo, mas sobretudo dos tempos que antecedem o salazarismo e durante a Ditadura de Miguel Primo de Rivera (*Do «perigo espanhol» à amizade peninsular. Portugal-Espanha. 1919-1930*, Lisboa, Estampa, 1985). E o interesse de lusitanistas pelo Estado Novo parece indiciar a continuação deste rumo, como se pode ver por algumas dissertações de doutoramento ou pela síntese de Yves Léonard, *Salazarisme et Fascisme* (Éditions Chandeigne, 1996; depois traduzida em português: Mem Martins, Inquérito, 1998).

Foi também, e não por acaso, no estrangeiro, que cedo surgiram alguns trabalhos universitários sobre o Estado Novo da autoria de portugueses. É já o caso da dissertação de doutoramento, apresentada na Universidade Gregoriana de Roma, por António José da Silva Saraiva, que mais tarde veio a ser bispo de Coimbra, intitulada *O pensamento político de Salazar* (Coimbra, Coimbra Editora, 1953). Escrita em pleno salazarismo, não podia — apesar de se manifestar (no dizer do autor) como uma tentativa para analisar o tema de maneira «imparcial» — deixar de apresentar uma imagem do «pensamento de Salazar» influenciada pela ideologia do próprio regime. De outro significado é a obra de Manuel de Lucena, escrita em 1971, com o título *L'évolution du système corporatif portugais à travers les lois (1933-1971)*, sob a direcção do professor G. Lyon Caen, como *mémoire de fin d'études* no Institut de Sciences Sociales du Travail, depois publicada em português, *A evolução do Sistema Corporativo Português* (2 vols., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976), ou a tese de doutoramento apresentada no mesmo ano por Jorge Campinos na Universidade de Poitiers, publicada mais tarde em português com o título *O Presidencialismo do Estado Novo* (Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978).

Já depois do 25 de Abril continuaram a ser apresentadas no estrangeiro teses de doutoramento sobre o Estado Novo de qualidade variável. São os casos da dissertação de Moisés de Lemos Martins, *De la pratique politique de l'Église à la volonté de pouvoir salazariste*, realizada em 1984 em Estrasburgo e depois traduzida e publicada em Portugal (*O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990), da significativa tese de António Costa Pinto — que anteriormente publicara, com Nuno Afonso

Ribeiro, um ensaio escolar sobre a juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo (*A Acção Escolar Vanguarda. 1933/1936*, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, 1980) —, apresentada em fins de 1992 no Instituto Europeu de Florença, intitulada, na sua versão resumida em português, *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945* (Lisboa, Estampa, 1994), da laureada dissertação apresentada na Universidade de Paris Denis Diderot por Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne* (1998), à espera de ser publicada em Portugal, da obra académica (outra tese de doutoramento), *Le spectacle dénaturé* (Paris, CNRS, 2002), traduzida com o título *O espectáculo desvirtuado. O teatro português sob o reinado de Salazar* (Lisboa, Caminho, 2004) de Graça dos Santos, e da dissertação, no âmbito da História da Educação, de João Formosinho, apresentada na Universidade de Londres em 1988, *Education for passivity. A study of Portuguese Education (1926-1968)*, ou, na mesma área da educação, a recente tese apresentada em Santiago de Compostela, de Horácio Neto Fernandes, *Oliveira Salazar: a «missão» pedagógica de «salvar» a Pátria* (2006). Entretanto, vão sendo realizadas (quase desconhecidas) «memórias» e teses de fim de curso, como a de Emmanuel Hurault na Universidade de Paris VII (*La presse extrémiste et nationaliste française, les intellectuels et le régime de António de Oliveira Salazar. 1928-1940*. Mémoire de Maîtrise. Paris, 1993) ou a de Jeanne Rey na Universidade de Nancy II (*Salazar et le Salazarisme vus par Jacques Ploncard d'Assac. Exil, engagement et reconnaissance*. Mémoire de Master, 2006).

As primeiras publicações em Portugal e os primeiros colóquios

Analisando as publicações apresentadas em Portugal ainda na década de setenta ou no dealbar do decénio seguinte, verificamos que aparece inicialmente um surto de ensaios, alguns de tipo jornalístico, outros já de tipo historiográfico, produzidos uns no estrangeiro em anos anteriores a 1974 e outros já realizados no país no contexto das novas condições politicoculturais, que correspondem afinal às primeiras aproximações à temática do Estado Novo ou do período que o antecede. Por essa altura,

em 1980, ainda numa lógica «antifascista», começam a aparecer os primeiros livros publicados pela oficial «Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista» (criada em 1978), ligada à Presidência do Conselho de Ministros.

Destaque-se, entre as obras do primeiro tipo referido e em primeiro lugar, o livro ainda hoje incontornável, pela lucidez das suas reflexões, resultante de artigos publicados em periódicos, do notável ensaísta Eduardo Lourenço, com o título paradoxal *O fascismo nunca existiu* (Lisboa, Dom Quixote, 1976). De seguida citem-se os textos de autoria de José António Saraiva (*Do Estado Novo à Segunda República. Crónica de um tempo português*, Lisboa, Bertrand, 1974), de Fernando Antunes (com o pseudónimo de Lopes Arriaga), publicado numa colecção de divulgação criada oficialmente depois do 25 de Abril, *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista* (Lisboa, Edições «Terra Livre», 1976) ou de Freire Antunes (*A desgraça da República na ponta das baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio*, Lisboa, Bertrand, 1978). Entretanto, Jorge Campinos publicava o trabalho, terminado em 1968 e redigido no âmbito das actividades universitárias, *A Ditadura Militar 1926-1933* (Lisboa, Dom Quixote, 1975) e (no seu dizer) um «ensaio modesto», escrito no exílio e traduzido para português, intitulado *Ideologia política do Estado Salazarista* (Lisboa, Portugalíia, 1975), ao passo que João Medina, iniciando um profícuo trabalho de publicação, particularmente valioso pelas pistas que abriu, editava dois significativos ensaios, *Salazar em França* (Lisboa, Ática, 1977) e *Salazar e os fascistas* (Lisboa, Bertrand, 1978), que tiveram sequência, muito mais tarde, na obra *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura* (Lisboa, Livros Horizonte, 2000).

A par disso, Franco Nogueira, antigo ministro de Negócios Estrangeiros de Salazar, inicia em 1977 a publicação de uma longa obra, que havia começado a escrever em 1973 e que, pesem as graves deficiências metodológicas (não tanto quanto ao natural parcialismo de interpretação, mas sobretudo devido à falta quase total de referências às fontes consultadas), continua a ser um texto de consulta obrigatória, na qual se mistura o memorialismo e a historiografia (*Salazar*, 6 volumes, Coimbra/Porto, Atlântida/Civilização, 1977-1985). Será, de resto, também Franco Nogueira a escrever o volume sobre o Estado Novo na *História de Portugal*

dita «de Barcelos», já falecido que era (em 1976) o seu director Damião Peres (*História de Portugal*, Suplemento II, Porto, Livraria Civilização, 1981).

Por outro lado, chame-se a atenção para o interesse suscitado nessa altura, em termos de obras publicadas, pelo 28 de Maio e pela Ditadura Militar, como processo preparatório do Estado Novo, bem como pela oposição que cedo se formou. Só para dar alguns exemplos, refira-se os livros de Oliveira Marques (*A unidade de oposição à Ditadura. 1928-1931*, Lisboa, Europa-América, 1973; *A Liga de Paris e a Ditadura Militar. 1927-1928*, Lisboa, Europa-América, 1978; *A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1975; *O General Sousa Dias e as revoluções contra a Ditadura*, Lisboa, Dom Quixote, 1975; *A literatura clandestina em Portugal. 1926-1932*. 2 vols. Lisboa, Fragmentos, 1991), o referido ensaio de Jorge Campinos, o livro de Fernando Medeiros (*A sociedade e a economia portuguesas nas origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978), a obra de Arnaldo Madureira («O 28 de Maio». *Elementos para a sua compreensão*, 2 vols., Lisboa, Presença, 1978 e 1982) — que mais tarde escreveria outros dois livros à volta desta temática (*Antecedentes imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1997; e *A formação histórica do Salazarismo. O quadro político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000) e, agora, outros livros sobre a Igreja Católica, a que à frente nos vamos referir — e a obra didáctica de César Oliveira (*A preparação do 28 de Maio*, Lisboa, Moraes, 1980).

Nestes anos iniciais parece, todavia, dever salientar-se duas obras, que se caracterizam pelo seu rigor metodológico e pela originalidade e interesse dos temas abordados, ambas no âmbito da história das ideias e da cultura. Trata-se, curiosamente, dos livros de dois sociólogos, ligados ao Gabinete de Investigações Sociais e à revista *Análise Social*, a qual, cruzando os métodos de análise histórica e de análise sociológica, tem tido um papel muito importante nos estudos contemporaneístas, inclusivamente sobre o Estado Novo: um, de Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar* (Lisboa, Presença/GIS, 1978), e, outro, de Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa, Presença/GIS, 1980).

O ano de 1980 marca, por certo, uma nova fase da historiografia sobre o Estado Novo. Na verdade, em Março, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, teve lugar o primeiro colóquio sobre o tema, «O Fascismo em Portugal», título curioso por reflectir ainda uma certa concepção militante, mas também pelo facto de ser evidente a partir de então o receio da comunidade científica em usar o termo «fascismo» aplicado ao Estado Novo. As actas foram publicadas dois anos depois (*O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982) e, pela mesma altura, publicavam-se também as actas de outro colóquio, realizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, em Dezembro de 1982, que, apesar de abranger uma maior faixa cronológica, procurava também analisar o Estado Novo (*A formação de Portugal Contemporâneo. 1900-1980*, 2 vols., in *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, Lisboa, 1982, e n.ºs 77-78-79, Lisboa, 1983). Depois destes congressos só em Novembro de 1986 se efectuou outro, cujas comunicações foram publicadas no ano seguinte (*O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia. 1926-1959*, 2 vols., Lisboa, Fragmentos, 1987), ao qual se têm seguido mais alguns, de temática circunscrita. Por exemplo, em 1995, «Humberto Delgado – 30 anos da sua morte» e «O fim da II Guerra Mundial e os novos rumos da Europa». Mais recentemente podem destacar-se os colóquios organizados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx da Universidade de Coimbra (CEIS20), conjuntamente com os departamentos de História das Universidades de S. Paulo e de Bolonha, subordinados aos temas «Il corporativismo in una prospettiva storica comparata: I casi italiano, portoghese e brasiliano» (Bolonha, 2005), «Intolerância em tempos de Fascismo» (S. Paulo, 2006), «Estados autoritários e totalitários e suas representações» (Coimbra, 2007) e «Autoritarismo, totalitarismo e respostas democráticas» (Ribeira Grande - S. Miguel, Açores, 2008) de que já se publicaram as actas do primeiro, coordenadas por Mateo Pasetti, *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali* (Roma, Carocci, 2006), acabando de sair as actas do seminário de Coimbra (*Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008). Organizados também pelo CEIS20 decorreram os seminários sobre o 28 de Maio e sobre as revoluções de 1927 contra a Ditadura Militar, de que foram publicadas as actas do primeiro, coordenadas por Luís Reis Torgal e Luís Bigotte Chorão: *O 28 de Maio oitenta anos depois. Contributos para uma*

reflexão (Coimbra, CEIS20, 2007). Outro seminário envolvendo também o processo comparativo do Portugal salazarista e do Brasil varguista foi o que se realizou em Lisboa, no Instituto de Ciências Sociais, em Abril de 2006, coordenado por António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho, sob o título «Salazarismo e varguismo: duas ditaduras», os quais também coordenaram a publicação das respectivas actas, com um título diferente: *O corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008). Outra instituição que, como se disse, devido à acção de Hipólito de la Torre, tem organizado vários colóquios, cujas actas têm sido publicadas, é a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), da vizinha Espanha, nomeadamente através do seu Centro Regional de Extremadura, em Mérida, tendo sido alguns desses colóquios sobre temática directa ou indirectamente relacionada com o Estado Novo. A acompanhar estas iniciativas, ou fora delas, têm-se realizado também exposições documentais que deram a conhecer fontes e estimularam novas pesquisas.

Pode dizer-se que, desta forma, se iniciou em Portugal nos anos oitenta, prolongando-se até hoje, um trabalho de pesquisa sistemática e interdisciplinar sobre o Estado Novo e o salazarismo, nos seus variados aspectos — político, económico, social, institucional, cultural, mental, etc. —, que abriu caminho a obras de maior fôlego, possibilitando, por outro lado, os encontros iniciais de investigadores contemporaneístas do século xx.

As questões económicas e sociais

É justo iniciar as referências que se seguem com as dissertações de mestrado e de doutoramento de Fernando Rosas, realizadas na Universidade Nova de Lisboa em 1986 e 1990. Trata-se dos estudos, essencialmente de história económico-social, depois publicados com os títulos respectivos: *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo (1928-1938)* (Lisboa, Estampa, 1986) e *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)* (Lisboa, Estampa, 1990). Mais recentemente publicou uma outra obra de temática económica, *Salazarismo e*

fomento económico, com o subtítulo *O primado do político na história económica do Estado Novo* (Lisboa, Editorial Notícias, 2000).

Dizia-se que era justo começar por estas citações por dois motivos: por um lado, porque Fernando Rosas tem sido, indubitavelmente, o historiador mais produtivo sobre temas do Estado Novo (não só como autor, mas também como orientador e coordenador); por outro lado, tendo em atenção que as suas duas teses se incluem numa das áreas inicialmente mais estudadas pelos historiadores, ou melhor, por historiadores que tiveram uma formação na área da Economia, da Sociologia ou do Direito (o caso de Fernando Rosas), estabelecendo assim uma curiosa interdisciplinaridade ou, apenas, uma pluridisciplinaridade que, de resto, caracteriza, em geral, o tratamento metodológico da História Contemporânea. Referimo-nos, naturalmente, à História Económica e Social, em que têm aparecido trabalhos diversos, por vezes sobre uma faixa cronológica que ultrapassa o Estado Novo, alguns dos quais são dissertações académicas, de que recordamos os seguintes: António Romão, *Portugal face à CEE: uma avaliação global do processo de integração económica. 1960-1980/2* (Lisboa, Livros Horizonte, 1983); Nuno Valério, *A moeda em Portugal, 1913-1947* (Lisboa, Sá da Costa, 1984) e *As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas Guerras Mundiais* (Lisboa, 1989); Alfredo Marques, *Política económica e desenvolvimento económico em Portugal. 1926-1959* (Lisboa, Livros Horizonte, 1988); Daniel Bessa, *O processo inflacionário português* (Porto, Afrontamento, 1988); José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-Guerra. 1948-1965* (Lisboa, Dom Quixote, 1989); a tese de doutoramento de Carlos Bastien, ainda inédita em termos de edição impressa, apresentada ao Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, *Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo. A crise dos anos 1945-1954* (texto policopiado, 2 vols., Lisboa, 1989); João Adolfo Loureiro, *Economia e sociedade. A indústria no após Guerra. Anos 50 e 60* (Lisboa, Cosmos, 1991); Sacuntala de Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência* (Lisboa, Teorema, 1991); Ana Bela Nunes, *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade* (Lisboa, ISEG, 1989); Maria de Fátima Patriarca, *Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do Corporativismo em Portugal: os primeiros anos do*

Salazarismo (Lisboa, ICS, 1990). Sobre temáticas mais precisas, no primeiro caso indo para além do período salazarista-marcelista e com uma acentuação de carácter jurídico-institucional, podemos ainda referir as teses de doutoramento de Vital Moreira, *O governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto* (Porto, Afrontamento, 1998) e de Álvaro Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau* (Lisboa, Círculo de Leitores, 2004), a obra de João Martins Pereira, *Para a história da indústria em Portugal. 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia* (Lisboa, ICS, 2005), a tese de mestrado de João Moreira Tavares, *Indústria militar portuguesa no tempo da Guerra. 1961-1974* (Lisboa, Caleidoscópio/Comissão Portuguesa de História Militar, 2005), e a dissertação doutoral de João Paulo Avelãs Nunes, ainda por publicar na imprensa, *O Estado Novo e o volfrâmio* (Coimbra, Faculdade de Letras, 2005). Sobre os bancos, numa perspectiva não apenas económico-financeira, mas também política, cite-se a obra recente de Pedro Lains sobre a *História da Caixa Geral de Depósitos. 1910-1974* (Lisboa, ICS, 2008). Deve fazer-se ainda referência ao *Dicionário histórico de economistas portugueses*, coordenado por José Luís Cardoso (Lisboa, Temas e Debates, 2001).

A investigação sobre questões sociais, cujo início de estudo se verificou, portanto, em conjugação com as questões económicas, foi tendo um mais lento desenvolvimento e por vezes ainda se encontra ligada a uma certa militância, não ultrapassando os seus textos o carácter de ensaios. Outras vezes, porém, já tem bastante consistência, no âmbito de teses académicas

Por exemplo, em 1982, Marielle Christine Gros publica o livro *O alojamento social sob o Fascismo* (Porto, Afrontamento) e em 1987 Anabela Carvalho e Helena Mouro publicam *Serviço Social no Estado Novo* (Coimbra, Centelha). Mais consistente é a tese de doutoramento de Alcina Maria de Castro Martins apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Génesis, emergência e institucionalização do Serviço Social português* (1993), que foi depois publicada em Portugal pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Fundação Calouste Gulbenkian em 1999. A esta mesma investigadora se deve um pequeno trabalho sobre a influência do positivismo e da sociologia de Le Play (*A influência do positivismo e da escola da ciência social de Le Play em Portugal: da segunda metade do século XIX ao Estado Novo Salazarista*, S. Paulo, Núcleo de Investigação de História do Serviço

Social, 1990), tema nunca abordado, que vem despertar o interesse por um pequeno ensaio escrito no Estado Novo por Fernando Falcão Machado («Sociologia em Portugal», Separata do jornal *Expansão*, 1963). Mas, ainda não se realizou um estudo sistemático acerca da política social do Estado Novo na vertente assistencial, que conhece apenas uma obra geral da autoria de Fernanda Rodrigues (*Assistência social e políticas sociais em Portugal*, Lisboa, Departamento Editorial do ISScoop, Centro Português de História e Investigação em Trabalho Social, 1999).

Os sindicatos foram objecto de alguns estudos sectoriais e por vezes pouco académicos. É o caso da obra do jornalista de investigação José Pedro Castanheira, *A história dos bancários do Sul e Ilhas. 1910-1969* (Lisboa, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 1983). Já numa perspectiva universitária, Fátima Patriarca é autora de alguns estudos fundamentais sobre os sindicatos e sobre a questão social em Portugal: *A questão social no Salazarismo 1930-1947* (2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995) e *Sindicatos contra Salazar – a revolta do 18 de Janeiro de 1934* (Lisboa, Imprensa de Estudos Sociais, 2000). Sobre o sindicalismo católico surgiu o estudo de Maria Inácia Rezola, *O sindicalismo católico no Estado Novo. 1931-1948* (Lisboa, Estampa, 1998).

A tese de doutoramento de José Freire, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofícios e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (Porto, Afrontamento, 1992), aborda outra questão de grande importância social mas também política, na Primeira República e no Estado Novo, até aos anos quarenta do século passado. Outra tese doutoral, de Susana Pereira Bastos, aborda um outro problema de grande significado: *O Estado Novo e os seus vadios* (Lisboa, Dom Quixote, 1997).

As mulheres e a chamada «história de género(s)» são outras questões que não poderiam deixar de preocupar os investigadores, tendo em atenção o modo como o Estado Novo as encarava, se bem que — numa perspectiva corporativa — fosse então que elas tiveram pela primeira vez em Portugal (ressalvando uma situação pontual e única na Primeira República) o direito de voto. O colóquio de Coimbra de 1986 sobre a mulher (*A Mulher na Sociedade Portuguesa*. Actas do colóquio. 2 vols., Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986) e a recente revista *As Faces de Eva*, para

além de revelarem a existência de núcleos de investigação acerca desta temática, sediados especialmente em Coimbra e Lisboa, são a prova de que esta linha de investigação iniciou um processo de desenvolvimento em vários ângulos e relativamente a diversas épocas. No que concerne ao regime de Salazar, deve salientar-se, pela sua originalidade, a tese de mestrado apresentada em 1996, de Irene Flunser Pimentel, sobre a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães, que depois foi publicada em 2000 (*História das organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres, a Obra de Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000; Lisboa, Temas e Debates, 2001), tendo sido publicado mais recentemente, sobre o tema, um álbum de divulgação densamente ilustrado (*Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007). Mas, haveria também que analisar a questão das mulheres na oposição ao regime de Salazar, de que existem alguns casos singulares a merecer estudos monográficos. Pertence à jornalista Maria Antónia Fiadeiro uma biografia sobre Maria Lamas (*Maria Lamas. Biografia*, Lisboa, Quetzal-Bertrand, 2003). Com uma maior amplitude, surgiu recentemente outra obra sobre a referida questão da oposição feminina, da autoria de Vanda Gorjão (*Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002).

Fora do contexto «clássico» do livro, embora com o apoio de um curto texto escrito, deve referir-se aqui um trabalho sociológico e imagético da autoria de António Barreto e Joana Pontes, intitulado *Portugal, Um retrato social*, que, tendo passado em horário nobre na RTP1, foi posteriormente editado em DVD, constituindo, para além de um estudo, uma importante fonte de análise para historiadores e sociólogos (*Portugal, um retrato social*, 7 vols, RTP – Público, 2007)

Relações internacionais e política externa

Outra das áreas desenvolvidas é a das relações internacionais e da política externa. Têm-se sucedido os trabalhos e, em termos de divulgação e discussão, o interesse pelo tema redobrou com uma colectânea, publicada em 1989, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributo para uma reavaliação* (Lisboa, Dom Quixote, 1989), que marcou a celebração do início da

II Guerra Mundial, e com um colóquio que, em 1995, rememorou o cinquentenário do seu termo, cujas actas foram publicadas no ano seguinte (*O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, Lisboa, 2 vols., Cosmos, 1996).

Deve destacar-se nesta temática o importante contributo de António José Telo, um dos organizadores do colóquio do cinquentenário referido, que publicou várias obras, uma das quais é a sua dissertação de doutoramento na Universidade de Lisboa, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)* (2 vols., Lisboa, Vega, 1991), que vem na sequência de duas outras: *Portugal na Segunda Guerra* (Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987) e *Propaganda e guerra secreta em Portugal. 1939-1945* (Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1990). Júlia Leitão de Barros, que colaborou na colectânea de 1989, apresentou à Universidade Nova de Lisboa, em 1993, a dissertação de mestrado *O fenómeno de opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*. Em áreas mais especializadas deve destacar-se o caso da fuga dos judeus ao holocausto com passagem por Portugal, que tem sido objecto de algumas acções memorialistas. A situação é, como se sabe, tanto mais interessante quanto se pode verificar que, na verdade, apesar dos conflitos pontuais, por razões de disciplina diplomática, com Aristides de Sousa Mendes, de que falaremos mais à frente, não se pode dizer, de modo algum, que o Estado Novo tenha sido intrinsecamente anti-semita, ao invés do nazismo, que o foi por ideologia fundamental, na lógica da defesa do arianismo radical, e mesmo do fascismo italiano, que o foi mais por influência alemã e até *contra natura*. Muito interessante pelos testemunhos invocados é, neste aspecto, a recente obra de Irene Flunser Pimentel *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006). Deve dizer-se, no entanto, que seria um tema a investigar em várias perspectivas e com uma latitude cronológica mais abrangente para se ter uma ideia precisa deste complexo problema sociopolítico e ideológico. O livro de Elvira Mea e de Inácio Steinhardt sobre o capitão Barros Basto (*Ben-Rosh. Biografia do capitão Barros Basto, o apóstolo dos marranos*. Porto, Afrontamento, 1997) é outro ponto de partida para este tipo de reflexões historiográficas. Embora só tocando de leve no Estado Novo, também importa ler o volume III da obra de Jorge Martins, *Portugal e os judeus* (3 volumes, Lisboa, Vega, 2006).

O tema da aliança luso-britânica foi igualmente sondado — Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40* (Lisboa, Fragmentos, 1988) — e recentemente foi objecto de uma dissertação de doutoramento ainda não publicada, orientada por José Medeiros Ferreira, relativa ao período da «Guerra Colonial»: Pedro Oliveira, *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa. 1945-1975* (Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006). A questão da «neutralidade colaborante», posição estratégica de Salazar no tempo da Guerra, mereceu também um estudo para o doutoramento, na área de Ciência Política, na Universidade dos Açores, da autoria de Luís Vieira de Andrade, *Neutralidade Colaborante. O caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial* (Ponta Delgada, 1993).

Por sua vez, a Guerra Civil de Espanha ou, mais genericamente, o caso das relações entre Espanha e Portugal no âmbito do Estado Novo, ou mesmo antes (recorde-se o já citado estudo de Hipólito de la Torre), tem suscitado igualmente o interesse de historiadores. Nesta área destacou-se o malogrado César Oliveira. Entre as suas obras deve citar-se a sua dissertação de doutoramento, apresentada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, de Lisboa, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa, O Jornal, 1987), sucedendo-se estudos da autoria de Manuel Loff (*Salazarismo e Franquismo na época de Hitler. 1936-1942*, Porto, Campo das Letras, 1996) e de Alberto Pena Rodríguez (*El Gran Aliado de Franco. Portugal y la guerra civil española: prensa, radio, cine y propaganda*, Corunha, Edicions Castro, 1998, que constitui a versão impressa da tese de doutoramento apresentada em Madrid, na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Complutense, e que agora, de forma mais sintética e com outras incursões no mundo da comunicação, conheceu uma nova publicação em português — *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Coimbra, Minerva, 2007). Outra obra recente pertence ao escritor mais produtivo (como veremos) sobre temas internacionais, José Freire Antunes, *Os Espanbóis e Portugal* (Lisboa, Oficina do Livro-Sociedade Editorial, L.^{da}, 2003). O estudo da documentação espanhola existente nos arquivos tem atraído a atenção dos investigadores — *Portugal visto por Espanha. Correspondência diplomática. 1939-1960* (Lisboa, Assírio e Alvim, 1992), publicado por Ana Vicente,

encontra-se neste caso. Exposições abrem-nos também o caminho a outros estudos, como aquela que foi apresentada no Instituto Cervantes em Lisboa, *Corresponsales en la Guerra de España*, cujo catálogo foi publicado (Fundación Pablo Iglesias – Instituto Cervantes, 2006). Muito recentemente o citado Manuel Loff publicou a sua volumosa obra (resultante da tese de doutoramento, mas ainda assim encurtada) «*O nosso século é fascista!*». *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* (Porto, Campo das Letras, 2008) e foi editada pelo Max-Planck-Institut, a colectânea trilingue (com textos em alemão, em português e em espanhol), coordenada por Federico Fernández-Crehuet López e António Manuel Hespanha, *Franquismus und Salazarismus: Legitimation durch Diktatur?* (Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 2008).

As relações com os Estados Unidos da América no contexto do plano Marshall e do pós-guerra foram objecto da tese de mestrado de Fernanda Rollo (*Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Estampa, 1994), que tornou a analisar o tema numa perspectiva mais alargada na sua tese de doutoramento, em obra de aparição recente (*Portugal e a perspectiva económica do pós-guerra. O plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2008). Já para uma fase avançada do Estado Novo e no contexto da Guerra Colonial têm saído obras de grande impacto público. É o caso dos livros do citado José Freire Antunes: *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa* (Lisboa, Difusão Cultural, 1991) e *Nixon e Caetano. Promessas e abandono* (Lisboa, Difusão Cultural, 1992). Também é da sua autoria, entre outras obras, *Roosevelt, Churchill e Salazar: a luta pelos Açores 1941-1945* (Alfragide, Ediclube, 1995). A história da crise de relações entre Portugal de Salazar e os Estados Unidos da presidência Kennedy foi também objecto de uma tese de doutoramento apresentada na Universidade de Wisconsin-Madison, da autoria de Luís Nuno Rodrigues, depois apresentada e publicada em português (*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002), que recentemente abordou a questão referida das bases dos Açores no contexto das relações luso-americanas (*No coração do Atlântico. Os Estados Unidos e os Açores. 1939-1948*, Lisboa, Prefácio, 2005). As questões da NATO (ou OTAN) foram sondadas pelo já referido historiador mais dedicado ao tema das relações internacionais, António José

Telo (*Portugal e a NATO: O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Cosmos, 1996). E, recentemente, publicaram-se as primeiras pesquisas sobre a adesão à EFTA (a tese de mestrado de Elsa Santos Alípio, *Salazar e a Europa. História da adesão à EFTA. 1956-1960*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006), sobre a aproximação de Portugal à «Europa» no tempo do Marcelismo (José Manuel Tavares Castilho, *A Ideia de Europa no Marcelismo. 1968-1974*, Porto, Afrontamento, 2000) ou, num plano mais genérico e numa perspectiva essencialmente económica, no Estado Novo mas também na Democracia (Nicolau Andresen Leitão, *Estado Novo, Democracia e Europa*, Lisboa, ICS, 2007). Isto para além de vários estudos integrados em obras de colaboração de vários autores, como aquelas que foram coordenadas por Maria Manuela Ribeiro ou por António Martins da Silva, a quem se deve um ensaio de interesse que constituiu um pequeno livro (*Portugal entre a Europa e Além-Mar: do Plano Briand ao Acordo Comercial com a CEE, 1973*, Coimbra, Minerva, 2000) ou outro de maior tomo (*Portugal e a Europa – distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos. 1830-2005*, Viseu, Palimage, 2005). Também surgiram estudos dispersos por antologias ou revistas, de que citamos como exemplos os de Norberto Cunha, «O Salazarismo e a ideia de Europa» (in *O Federalismo Europeu. História, política e utopia*. Coordenação de Ernesto Castro Leal. Lisboa, Colibri, 2000) e de Maria Fernanda Rollo, «Salazar e a construção europeia», integrada no volume da revista *Penélope* dedicado ao tema «Portugal e a unificação europeia» (vol. 18, 1998).

As relações do Portugal salazarista com a Alemanha de Hitler só praticamente têm sido tratadas no contexto da problemática da compra do «ouro nazi» e de armas (António Louçã, *Negócios com os Nazis. Ouro e outras pilbagens. 1933-1945*, Lisboa, Fim do Século, 1997, e *Conspiradores e traficantes. Portugal no tráfico de armas e de divisas nos anos do Nazismo*, Dafundo, Oficina do Livro, 2005; e António José Telo, *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Lisboa, Quetzal, 2000), e do volfrâmio, na tese de João Paulo Avelãs Nunes, já atrás citada. Todavia, para além da visão do Portugal salazarista pelos nazis, através da publicação de documentos escritos no período de 1933-1945 (António Louçã, *Portugal visto pelos nazis*, Lisboa, Fim de Século, 2005) e da visão da Alemanha nazi pela impressionante

correspondência diplomática do ministro português em Berlim, Alberto Veiga Simões, recentemente publicada por Lina Madeira (*Correspondência de um diplomata no III Reich*, Coimbra, Mar da Palavra, 2005) — que se seguem às memórias já anteriormente publicadas do segundo secretário da legação portuguesa em Berlim (Manuel Homem de Mello, *Eu vi morrer o III Reich*, Lisboa. Coordenação e comentários de João Aguiar. Lisboa, Vega s.d.) —, está a ser preparado um estudo sobre o tema mais vasto, por Juergen Zimmerer. Entretanto, outro alemão publicou recentemente uma obra sobre a presença alemã em Portugal durante o Nazismo: Reinhard Schwarz, *Os Alemães em Portugal, 1933-1945, A Colónia Alemã através das suas instituições* (Porto, Antília Editora, 2006). Interessante caso particular visto mais uma vez por António Louçã (desta vez em colaboração com Isabelle Paccaud) foi analisado no livro *O segredo da Rua d'O Século. Ligações perigosas de um dirigente judeu com a Alemanha nazi (1935-1939)* (Lisboa, Fim de Século, 2007). E o mesmo se passa relativamente às relações com a Itália — lacuna que urge também preencher e que está a ser objecto de uma tese de doutoramento de Stefano Salmi — que, curiosamente, apenas suscitou um pequeno estudo sobre as relações ideológicas do salazarismo e do fascismo de Mussolini, de Luís Bensaja dei Schirò (*A experiência fascista em Itália e em Portugal*, Edições Universitárias Lusófonas, 1997), que vem na sequência de outros textos do mesmo autor. Ao invés, foi já publicada uma tese de mestrado sobre as relações de Salazar e o governo de Vichy (Helena Janeiro, *Salazar e Pétain. Relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial. 1940-44*, Lisboa, Cosmos, 1998). O tema das relações com outros estados europeus autoritários, como a Roménia, começam igualmente a suscitar algum interesse, no contexto do intercâmbio de investigadores, verificando-se ainda, curiosamente, a falta de uma análise directa e profunda sobre as relações com o Brasil de Getúlio Vargas, que tem sido, no entanto sondada nos trabalhos de Heloísa Paulo, na tese de doutoramento de Paula Alexandra Marques dos Santos, na Universidade do Porto (*As relações luso-brasileiras. 1930-1945*, 2005), ou no trabalho de «pós-graduação», na Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, por Carmem Burgert Schiavion (*Estado Novo e relações luso-brasileiras. 1937-1945*, 2007). Já nem falamos

nas relações com a Argentina de Perón, sobre o que, salvo erro, não existe sequer nenhuma sondagem.

Recente e inédito, pela área geoestratégica analisada, são as memórias de um embaixador, José Duarte de Jesus, com prefácio de Adriano Moreira, sobre o significado das nossas relações com Marrocos, *Casablanca e o início do isolamento português. Memórias diplomáticas. 1961-1963* (Lisboa, Gradiva, 2006). Também recentemente surgiu à luz uma obra sobre as relações de Portugal com o Vaticano de Bruno Cardoso Reis (*Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

As questões e as estruturas militares, a «guerra colonial» e a visão do «outro»

Fora directamente das questões conjunturais, embora as supondo, e abrangendo uma maior faixa cronológica que ultrapassa o Estado Novo, foi abordado em duas teses, numa linha mais sociológica ou numa perspectiva mais de tipo politológico, a questão estrutural dos militares. Trata-se de duas dissertações de doutoramento, apresentadas uma no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e outra na Universidade Nova de Lisboa: Maria Carrilho, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século xx. Para uma explicação sociológica do papel dos militares* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1985), e José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século xx* (Lisboa, Estampa, 1992). O estudo do espaço dos confrontos armados, numa visão ainda pouco praticada em Portugal, que incluiu, obviamente, o caso do Estado Novo, foi também objecto de um estudo recente de Fernando Rosas, com carácter de livro para o grande público (*Roteiro dos confrontos armados no século xx. Lisboa Revolucionária*, Lisboa, Tinta da China, 2007).

Já sobre questões militares numa época precisa do Estado Novo, ou seja, o da sua consolidação, surgiu uma tese de mestrado de Telmo Faria, depois publicada: *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1942)* (Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000).

A correntemente chamada «guerra colonial» (ou, noutras perspectivas, «campanhas ultramarinas» ou «guerras de libertação»), revestiu-se — como é sabido — de grande importância para o regime, quer pelo facto de ter servido para justificar politicamente a sua continuidade, ou seja, a continuidade de um regime autoritário em luta (como se dizia) pela manutenção do seu território ultramarino, quer pelo facto de ter sido responsável pela sua queda. Durante muito tempo, todavia, caiu sobre ela uma cortina de silêncio, motivada por feridas que não se queriam reabrir ou até por uma «má consciência» que a pouco e pouco foi sendo ultrapassada, nunca atingindo, no entanto, uma concepção épica de justificação. Contudo, embora se possa dizer que não foi ainda realizada uma obra de grande significado sobre o tema, pode constatar-se que, nos últimos anos, houve uma verdadeira explosão de textos sobre ele, menos em termos de historiografia do que de experiências memoriais ou historiadas.

Uma obra «oficial» (*Resenha histórico-militar das campanhas de África. 1961-1974*, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1988, à qual se seguiram outros volumes sobre a guerra em cada uma das «províncias») marca o início do processo. Sucedeu-lhe um livro da autoria de um dos escritores mais prolíficos sobre a história contemporânea portuguesa, que já escrevera um texto global sobre os problemas africanos (*O factor africano. 1890-1990*, Venda Nova, Bertrand, 1990). Referimo-nos ao já citado José Freire Antunes e à sua obra, incluída na colecção «Grandes Temas da Nossa História», *A Guerra de África. 1961-1974* (2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995). Da autoria de dois militares (um deles que foi director do Arquivo Histórico Militar), surgiu uma outra obra de certo significado, que constituiu a primeira tentativa de uma análise global da «Guerra Colonial» em diferentes aspectos militares, com um certo sentido de divulgação, até porque começou por ser editada em fascículos, em 1997-1998, pelo *Diário de Notícias* (Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000). Um livro ilustrado e uma fotobiografia, tipo de obra muito comum nesta era da imagem, surgiram também, da autoria de João de Melo, um prestigiado escritor com experiência de guerra, anteriores à publicação das obras citadas (*Os anos da guerra. 1961-1975, Os portugueses em África. Crónica, ficção e história*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1988, e *Guerra Colonial, Fotobiografia*, Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990).

Os militares também se afirmaram, mais recentemente, como autores de obras mais gerais ou mais específicas e de variado tipo, das quais se poderão citar as de Francisco Proença Garcia (*Guiné 1963-1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar/ Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000; e *Análise global de uma guerra. Moçambique. 1964-1974*, 2 vols., Lisboa Prefácio, 2003). A ficção começa também a surgir no âmbito do cinema ou da literatura, a ponto, neste caso, de se ter realizado, em Abril de 2000, um congresso internacional sobre a ficção literária e a guerra colonial, cujas actas foram publicadas e organizadas por Rui de Azevedo Teixeira (*A Guerra Colonial. Realidade e ficção*. Livro de actas do I Congresso Internacional. Lisboa Editorial Notícias, 2001), já autor de uma obra sobre o tema (*A Guerra Colonial e o romance português*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998). Outra subtemática abordada, no vasto e por vezes impreciso âmbito das ciências sociais, é o das memórias, de que é exemplo o recente livro de Margarida Calafate Ribeiro, *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo* (Porto, Afrontamento, 2004). Os jornalistas têm-se sempre preocupado com a guerra colonial, com artigos dos raros periodistas de investigação existentes em Portugal, publicados por vezes em jornais diários, mas sobretudo nos semanários e nas revistas de fim de semana.

A questão da administração colonial na sua relação com a «guerra colonial» é menos tratada, existindo, porém, uma tese de doutoramento que analisou o tema para o caso de Moçambique e do marcelismo, da autoria de Amélia Neves de Souto, recentemente publicada: *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)* (Porto, Afrontamento, 2007).

Um caso especial de documentação preciosa e diferente coligida para o estudo da guerra colonial, e a que já nos referimos no início deste livro, é um importante trabalho de Joaquim Furtado no domínio da imagem televisiva, transmitido em fins de 2007, na RTP1, e recentemente publicado em DVD (*A Guerra Colonial/do Ultramar/de Libertação*, 9 vols., RTP-Correio da Manhã, 2007-2008).

O contributo das missões para o colonialismo e o anticolonialismo e o estudo dos movimentos de independência e das suas figuras cimeiras, de

que são meros exemplos Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto ou Mário Pinto de Andrade, apesar de terem dado azo a estudos mais ou menos históricos e ideológicos (Cabral, por exemplo, tem sido objecto já de uma longa bibliografia e de congressos especializados), precisam ainda de ser analisados, estando em preparação, ou já concluídos, trabalhos sobre alguns desses temas. Mas, o que importa é que essas análises se tornem o mais possível objectivas, ultrapassando os mitos que vão surgindo, do «colonialismo», por um lado, e do «anticolonialismo», por outro, levando a efeito observações que resultem de um contacto com a realidade passada portuguesa e com a realidade africana, de características *sui generis*, que constituem situações diferentes, nos casos dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, e nos de realidades continentais tão distintas como as da Guiné, de Angola e de Moçambique.

Os casos coloniais asiáticos e da Oceânia, da Índia, de Macau e de Timor, com características bem distintas, merecem também estudos apropriados, que ainda não foram efectuados, pelo menos de uma forma sistemática e metodologicamente rigorosa. Todavia, há ainda alguns textos que merecem ser citados pelo seu significado, como são as obras de Carlos Alexandre de Moraes, *A queda da Índia. Crónica da invasão e do cativo* (Lisboa Estampa, 1995), de Maria da Graça Bretes, *Timor. Entre invasores. 1941-1945* (Lisboa, Livros Horizonte, 1989), de Carlos Teixeira da Motta, *O caso de Timor na II Guerra Mundial – documentos britânicos* (Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997) ou a tese de doutoramento de Fernando Augusto Figueiredo, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Novembro de 2004, de análise estrutural e de longa duração, *Timor. A presença portuguesa (1769-1945)*. Macau, como caso à parte no «Império Português», mereceu recentemente um estudo especial, da autoria de Moisés Silva Fernandes, mas que encara mais o problema pelo lado chinês – *Macau na política externa chinesa. 1949-1979* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

Deve dizer-se, de resto, que, apesar de se terem produzido alguns trabalhos históricos, sociológicos e antropológicos, o estudo do que foi chamado o «Império Colonial Português» ou as «Províncias Ultramarinas» constitui uma das áreas de mais recente análise relativamente ao Estado Novo. Teses de mestrado como a de Cláudia Castelo «*O modo português de*

estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. 1933-1961* (Porto, Afrontamento, 1998), ou a de Patrícia Ferraz de Matos sobre as questões racistas, *As cores do Império. Representações coloniais no Império Colonial Português* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006), obras como a de Pedro Ramos Brandão, *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique* (Lisboa, Editorial Notícias, 2004), ou as tese de doutoramento de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961-1974* (Lisboa, Terramar, 2004) e da autora já citada, Cláudia Castelo, sobre a colonização branca de duas das mais importantes possessões portuguesas, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole* (Porto, Afrontamento, 2007), são casos pouco comuns, embora recentemente — devido à exagerada divulgação e comercialização de obras sobre Salazar e o Estado Novo — até se comecem a publicar simples trabalhos escolares como o de Pedro Miguel Sousa com o título *O colonialismo de Salazar* (Lisboa, Occidentalis, 2008). Os historiadores consagrados apenas têm escrito obras de carácter geral ou apresentado colectâneas dos seus artigos, que dizem respeito a um período relativamente longo e descontínuo. São os casos das obras de António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo* (Lisboa, Cosmos, 1994), de Valentim Alexandre, *Velhos Brasis, novas Áfricas. 1808-1975* (Porto, Afrontamento, 2000) ou de Isabel Castro Henriques, *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX* (Lisboa, Centro de História-Universidade de Lisboa, 2004).

Importa, porém, anotar que a *História da Expansão Portuguesa* (título que nos parece ainda fazer eco da imagem de uma história tradicional dos Descobrimentos e da Expansão), dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, já parece revelar, no seu volume 5 (Lisboa, Círculo de Leitores, 1999), uma visão mais específica e ao mesmo tempo mais sistemática e variada da realidade «ultramarina» e anticolonial. O livro de António Costa Pinto com o título *O fim do Império Português* (Lisboa, Horizonte, 2001) traça-nos uma síntese das investigações realizadas ultimamente sobre a temática colonial/ultramarina, com um apêndice bibliográfico de grande interesse. De resto, algumas bibliografias especializadas sobre o tema têm surgido, particularmente no estrangeiro, tendo o jovem investigador Sérgio Neto preparado uma relação informática com milhares de títulos, para apoio dos investigadores que trabalham sobre esta matéria, a qual está a ser

introduzida no projecto «Pró-Memória – Portugal Vinte», coordenado inicialmente por Armando Malheiro da Silva, que se encontra ligado ao *site* do CEIS20.

Mas, por outro lado, há que ter em conta os trabalhos que, sobretudo no estrangeiro, se começam a realizar em relação ao fenómeno das independências dos países de língua oficial portuguesa e dos seus movimentos e líderes. Recentemente, foi publicada em Coimbra, mas resultante dos seus estudos para o doutoramento no Instituto Europeu de Florença, orientados por Diogo Ramada Curto, a obra de Fernando Pimenta, *Branços em Angola. Autonomismo e Nacionalismo. 1900-1961* (Coimbra, Minerva, 2005), ampliada agora no estudo que constitui a sua tese de doutoramento, *Angola. Os brancos e o nacionalismo* (Florença, Instituto Universitário Europeu, 2007), editado em 2008 (*Angola, os brancos e independência*, Porto, Afrontamento, 2008). Do mesmo autor saiu ainda uma interessante entrevista com um branco ao serviço do MPLA (*Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento, 2006).

No entanto, este tipo de trabalhos — que normalmente gera polémicas nos sectores africanos, mais ligados a uma lógica de independentismo negro, marcada ainda por uma metodologia marxista — começa também a ter em Portugal o complemento de outro tipo de estudos, ou seja, como referimos, a pesquisa no campo de uma história de formação das elites nacionais. É o caso da dissertação de mestrado da referida autora Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC* (Lisboa, Inquérito, 1999), que teve também na dissertação de doutoramento, realizada em Paris por Ângela Benoliel Coutinho, um estudo mais especializado para o caso do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (*Les dirigeants du P.A.I.G.C. des origines à la scission — étude de parcours individuels, de stratégies familiales et d'idéologies*. Paris, Universidade de Paris I – Panthéon, 2005), ou a tese de doutoramento em vias de publicação sobre Amílcar Cabral, de Julião Soares Sousa (*Amílcar Cabral. 1924-1973. Discurso ideológico e revolução social*, Coimbra, FLUC, 2006), na sequência de várias obras, algumas de autores de nomeada (o caso de Patrick Chabal, do King's College), sobre o líder do PAIGC, de que saiu recentemente a obra biográfica de um estudioso angolano, António Tomás (*O fazedor de utopias. Um biografia de Amílcar Cabral*, Lisboa, Tinta da China, 2007).

De resto, um historiador de temas africanos, René Pélissier, tem-se dedicado ao estudo da Guiné, embora sobre um período que apenas roça os inícios do Estado Novo, tentando, todavia perceber as duas faces do problema, ou seja, a presença colonial portuguesa e a presença original africana (*História da Guiné. Portugueses e africanos na Senegâmbia. 1841-1936*, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1989; 2.^a edição: 2001). Os casos de Angola e de Moçambique parecem-nos mais marcados ainda por uma lógica «anticolonialista» e marxista (Agostinho Neto não deixou, todavia, de ser alvo de uma biografia recente e que não pode ser esquecida, por parte de um velho colono português: de Leonel Cosme, *Agostinho Neto e o seu tempo*, Porto, Campo das Letras, 2004). Sobre o MPLA, pode citar-se ainda a obra de Jean-Michel Mabeko Tali, *Dissidências e Poder. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política* (2 vols., Luanda, 2001).

O caso de Cabo Verde teve outro desenvolvimento no que respeita à historiografia, constituindo um caso inédito de colaboração portuguesa. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos foram os coordenadores da *História Geral de Cabo Verde* (Lisboa-Praia, Inst. de Investigação Científica Tropical-Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991-2002), com a colaboração de muitos autores portugueses e autóctones. Mas está longe ainda de chegar à época contemporânea. No entanto, não podem esquecer-se algumas obras de referência ali realizadas sobre o século xx, como o volumoso livro de José Vicente Lopes, *Cabo Verde. Os bastidores da independência* (Praia-Mindelo, Instituto Camões-Centro Cultural Português, 1996) e mesmo algumas dissertações, como a de Sérgio Neto, neste caso ainda relativa à visão colonial, *Colónia mártir, colónia modelo. Cabo Verde na imprensa ultramarina portuguesa (1925-1965)* (Coimbra, Faculdade de Letras, 2007), em vias de publicação pela imprensa.

No caso de S. Tomé e Príncipe, apesar de se terem escrito algumas obras historiográficas de interesse (como a obra de Salomão Vieira para o caso dos Caminhos de Ferro) e um útil dicionário geral (Carlos Espírito Santo, *Enciclopédia Fundamental de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação, Centro Cultural Português em S. Tomé, 2001), pouco se escreveu sobre o período da ocupação portuguesa no Estado Novo, ressaltando alguns escritos militantes sobre as primeiras revoltas anticoloniais (como a «guerra da Trindade») e alguns estudos, de que se destacam as obras de Augusto

Nascimento, nomeadamente a sua tese de doutoramento (*Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados do presente século*. Tese de doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2000), de Gerhard Seibert (*Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega, 2001).

No domínio das literaturas africanas de expressão portuguesa tem-se desenvolvido alguma actividade no âmbito das universidades, por vezes com a colaboração de docentes originários de África. Saliente-se o trabalho de Inocência Mata sobre as questões literárias no colonialismo, a começar na sua dissertação de mestrado (*A prosa de ficção no período colonial*, Lisboa Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986).

Enfim, demos aqui uma breve, fraccionada e limitada panorâmica de uma das áreas da historiografia que precisa de se desenvolver — a do estudos das identidades nacionais, no âmbito da África, como de outros países que outrora pertenceram ao «Império Português» —, sem o que o conhecimento da história de Portugal e, neste caso, da época do Estado Novo, apenas nos revela uma das faces da complexa problemática. Foi nesse sentido, de despertar o interesse de alguns investigadores, que se realizou em Coimbra, por iniciativa do CEIS20, em Fevereiro de 2008, o colóquio «Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismos em África», de que foram publicadas, com o mesmo título, as respectivas actas (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008).

Instituições e práticas judiciais e políticas

Por sua vez, a história do processo político, e politicojurídico, e da prática política do Estado, dos seus órgãos de poder e de administração, está ainda praticamente por fazer, assim como o estudo da organização jurídica e da prática judicial.

Muito recentemente, porém, surgiu um primeiro estudo sobre a alteração do aparelho judicial antes do Estado Novo, ou seja, no contexto da Ditadura Militar, que deve ser destacado. Trata-se da tese de doutoramento de Luís Bigotte Chorão (*Crise política e política do Direito. O caso da Ditadura*

Militar, Coimbra, 2007), que trabalhou exactamente sobre as modificações nesse âmbito levadas a efeito pelo ministro da Justiça Manuel Rodrigues Júnior, o único sobrevivente da «*troika* de Coimbra» (Salazar, Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues) que entrou no governo logo em 1926 para de imediato sair. Manuel Rodrigues ali continuou durante mais dois anos, para voltar em 1932, já no governo de Salazar. É só sobre o curto mas importante período de 1926 a 1928 que o estudo incide, embora se espere que seja continuado, para entender em toda a extensão o sentido do papel político do professor de Direito.

Quanto à lei fundamental do Estado Novo, a Constituição de 1933, apesar do estudo dos constitucionalistas, desde Marcello Caetano, que deixaram significativas reflexões nos seus manuais, continuava a não ser objecto de investigações com algum carácter sistemático. No entanto, pode falar-se de um processo de inversão, com estudos que já reflectem de forma alargada sobre o seu processo de gestação e sobre a acção dos juristas que a elaboraram, bem como acerca do seu processo plebiscitário. Recorde-se o artigo de Vital Moreira na *História de Portugal*, de João Medina, a entrada respectiva no Suplemento do *Dicionário de História de Portugal*, por Jorge Miranda, e, também pela originalidade da documentação analisada e pela nova reflexão ali feita, a obra do jurista e académico António Araújo (*A lei de Salazar*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2007).

Já o mesmo não acontece com outras leis que, de um modo ou de outro, completaram a Constituição, normalmente para anularem as suas disposições mais liberais. Mas também outras leis fundamentais não mereceram estudos históricos profundos, inclusivamente ao nível da história comparada. Tal sucede, por exemplo, com o Estatuto do Trabalho Nacional (1933), em confronto com a *Carta del Lavoro* (1927), ou com a lei de bases da Educação Nacional (1936), em confronto com a posterior *Carta della Scuola* (1939) ou com a anterior reforma de Giovanni Gentile (1923). O Acto Colonial (1930), anterior ao Estado Novo, mas elaborado durante o ministério de Salazar à frente da pasta das Colónias e que constitui, na verdade, o primeiro documento constitucional, e a legislação colonial/ultramarina originaram, curiosamente, uma tese de doutoramento realizada por um argentino, antes de 1974, na Universidade de Madrid: Alfredo Héctor Wilensky, *Tendencias*

de la legislación ultramarina portuguesa en África, publicada em Portugal, quer na versão original em castelhano (Braga, Editora Pax, 1968), quer numa tradução inglesa (Braga, Editora Pax, 1971).

As eleições são um campo quase aberto a novas investigações. Ressalvando o primeiro acto eleitoral (Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985) e a primeira legislatura (dir. de Oliveira Marques, *A primeira legislatura do Estado Novo. 1935-1938*, Lisboa, Europa-América, 1973), ou alguns ensaios sobre as candidaturas de Norton de Matos, Humberto Delgado e Arlindo Vicente, respectivamente, às eleições de 1949 e 1958, nem sempre publicados, está muito por analisar. Deve, todavia, destacar-se — ainda que essa temática diga sobretudo respeito à «oposição» (a que nos referiremos mais à frente) — a publicação de uma colectânea sobre Delgado da autoria de diversos investigadores, em especial da sua filha Iva Delgado, que tem sido a grande dinamizadora da sua memória (*Humberto Delgado. As eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998).

O estudo da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa — agora muito mais fácil de realizar, com a melhor organização do Arquivo da Assembleia da República, e a digitalização das actas das sessões e a sua disponibilização no *site* do Parlamento — será outra área a ter em conta pelos investigadores, bem como a actividade dos diversos ministérios, governos civis, câmaras municipais, etc., não esquecendo, naturalmente, esse tipo de análise para os diversos casos do aparelho político-administrativo «ultramarino». Está já publicado o dicionário dos parlamentares do Estado Novo, dirigido por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (*Dicionário Bibliográfico Parlamentar. 1935-1974*, 2 vols., Coleção Parlamento, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2004-2005), tal como já foi publicado o dos parlamentares e governantes da Primeira República e dos parlamentares liberais, estando agora em preparação um dicionário sobre os candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo, de muito difícil realização. A colecção «Parlamento» já editou, também, o livro de Rita Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra* (Lisboa, Assembleia da República/Afrontamento, 2002). Costa Pinto tem um projecto em curso sobre as elites que será de grande importância para perceber o tipo social, cultural e ideológico dos governantes do Estado Novo, tema em

que já foram realizadas algumas teses universitárias, em termos de história de média duração e de história local (por exemplo, Maria Antónia Pires de Almeida, *Elites sociais locais alentejanas: continuidade e mudança. Avis 1886-1941*. Tese de mestrado. Lisboa, ISCTE, 1996, publicada no ano seguinte pelas Edições Colibri).

A organização administrativa do país, no contexto de uma lógica de nacionalismo e regionalismo, analisada não apenas no aspecto legal, mas também nos debates parlamentares, nas discussões científicas, de tipo geográfico e antropológico e nas polémicas dos congressos regionais, é uma área de análise de grande interesse, como o está a tentar provar Fernando Catroga, mais dedicado a outros temas e a outras épocas da história, mas que redigiu sobre o assunto um primeiro ensaio de análise («Geografia e política. A querela da divisão provincial na I República e no Estado Novo», in *O poder local em tempo de globalização*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005).

A organização dos tribunais, dos processos judiciais e das prisões é um campo também fundamental de pesquisa, só tratado, como veremos, no caso da polícia política e em alguns estudos, mais memoriais do que historiográficos, sobre as cadeias e os presos políticos.

Quanto aos aparelhos que constituíram a essência do Estado Novo, como regime autoritário moderno, há que realizar também um estudo sistemático sobre eles. No entanto, já se verificaram algumas aproximações de importância significativa. Para além do consistente estudo de Manuel Braga da Cruz, que constituiu a sua dissertação de doutoramento, apresentada em 1987 no Instituto de Ciências Sociais, sobre a União Nacional (*O partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988), importa considerar alguns ensaios e teses de mestrado sobre outros temas. Saliente-se as dissertações, depois publicadas, *A Legião Portuguesa, a milícia do Estado Novo. 1936-1944* (Lisboa, Estampa, 1996), de Luís Nuno Rodrigues, a de Irene Flunser Pimentel (já referida) sobre a MPF e alguns textos dirigidos por Irene Vaquinhas (*Entre garçonnes e fadas do lar*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2004) sobre as organizações femininas, e a de José Carlos Valente, sobre a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), versão portuguesa da italiana *Opera Nazionale Dopo Lavoro* (1925), publicada com o título *Estado Novo*

e alegria no trabalho. Uma história política da FNAT. 1935-1958 (Lisboa, Colibri, 1999). Um estudo sobre a Mocidade Portuguesa, de algum modo equivalente, no contexto do fascismo, à *Opera Nazionale Balilla*, constituída em 1926, no âmbito do ministério da *Educazione Nazionale*, está há muito a ser elaborada pelo holandês Simon Kuin, que, entretanto, publicou alguns artigos («A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», in *Análise Social*, vol. XXVIII, 1993). Para além da obra inicial e de divulgação sobre a MP de Lopes Arriaga (pseudónimo de Fernando Antunes) e da tese de Irene Pimentel acerca da MPF, acabada de citar, foram também publicados alguns textos com carácter mais didáctico ou de divulgação do que propriamente de pesquisa aprofundada, como é exemplo a pequena obra de Luís Viana, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu. Lá vamos cantando... 1936-1974* (Lisboa, Educa, 2001) ou a edição bilingue (em português e inglês), com texto de Manuel Rodrigues Ribeiro e ilustração de Carlos Alberto Santos, *Mocidade portuguesa/Portuguese Youth* (Lisboa, Destarte, 2001) ou a muito mais consistente «fotobiografia» de Joaquim Vieira, *Mocidade Portuguesa* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008).

Cultura, mentalidades, ensino e propaganda

Uma questão fundamental e prévia ao estudar o Estado Novo seria conhecer o processo de formação intelectual dos movimentos de ideias que, cruzando-se e através da acção política de Salazar e dos seus seguidores, vêm a constituir o seu regime. Mas, apesar de alguns estudos sobre o movimento católico, o pensamento jurídico, o modernismo ou acerca de alguns movimentos nacionalistas, nomeadamente do Integralismo Lusitano, não se fez um estudo sistemático sobre o significado de alguns autores e algumas ideologias no processo complexo de formação política das várias linhas que — como dissemos — confluem na constituição do Estado Novo ou do salazarismo. Por exemplo, seria interessante conhecer a recepção de D'Annunzio ou de Marinetti, do tomismo, de Gustave Le Bon ou de Nietzsche, que, todavia, foi objecto de um trabalho de algum significado da autoria de António Enes Monteiro (*A recepção da obra de Frederick Nietzsche na vida intelectual portuguesa. 1892-1939*. Porto, Lello, 2000), de Houston Stewart Chamberlain

(ver o pequeno ensaio de Fernando Fava, *Houston Stewart Chamberlain. Apontamento Breve*, Coimbra, Cadernos do CEIS20, 2007), dos intelectuais fascistas, como Giovanni Gentile, Alfredo Rocco, etc. Mas, ultrapassemos por agora este problema, se bem que essencial, e falemos sobretudo nos órgãos culturais do Estado Novo e do seu movimento de ideias.

Aparelho fundamental do Estado, no âmbito da cultura, é o Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo/Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SPN/SNI/SEIT), que mereceu um pequeno estudo de Heloísa Paulo, de história comparada com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do regime de Getúlio Vargas, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP* (Coimbra, Minerva, 1994). Temos, porém, alguns estudos posteriores que merecem uma leitura atenta: o de Jorge Ramos do Ó (*Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito»*, Lisboa, Estampa, 1999), o de João Pedro Avellar George (*O campo literário em Portugal 1960-1995: prémios literários, escritores e acontecimentos*, Lisboa, 1999, inédito em termos de edição impressa) e o de Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular. 1933-1958* (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001), para além da tese de doutoramento da citada luso-brasileira Heloísa Paulo (*«Aqui também é Portugal». A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000). Também não se podem esquecer ensaios mais específicos, como as teses de mestrado em Antropologia, a de Ema Cláudia Pires, *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda no Estado Novo* (Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003), ou em Arquitectura, a de Susana Lobo, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século xx* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006), ou, em Sociologia Cultural, a de Nuno Domingos, *A Ópera do Trindade. O papel da Companhia Portuguesa de Ópera na «política social» do Estado Novo* (Lisboa, Lua de Papel, 2007), ou em História, a de Joana Damasceno, *Museus para o Povo Português. A Etnografia como elemento unificador do discurso do Estado Novo*, ainda por publicar pela imprensa (Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007). Os trabalhos sobre o livro e a leitura, que, com a colaboração de Amadeu Carvalho Homem (que se manteve noutros rumos de pesquisa, ligados ao movimento republicano) estão no início do

nosso trabalho sobre o Estado Novo («Ideologia política e “cultura popular”». Análise da biblioteca de uma Casa do Povo», in *Análise Social*, vol. XVIII, Lisboa, 1982), têm merecido algum interesse, sobretudo ao nível da «leitura pública», em estudo fundamental que ultrapassa o período do Estado Novo (Daniel Melo, *A leitura pública no Portugal Contemporâneo. 1926-1987*, Lisboa, ICS, 2004) e do levantamento e estudo de bibliotecas, como a do discípulo e colaborador de Salazar, Artur Águedo de Oliveira (Maria Alcina Afonso dos Santos, em trabalho ainda não conhecido), do fundo nazi do Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra (*Publicações do período nacional-socialista existentes no Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra. Catálogo Bibliográfico*, Cadernos do CIEG, n.º 6, Coimbra, 2003) e do fundo fascista no Instituto de Estudos Italianos da mesma Faculdade, o qual, num «livro de ouro», ostenta a assinatura de Mussolini (Jorge Pais de Sousa, *Uma Biblioteca Fascista*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007). De autoria de Goffredo Adinolfi, com prefácio de Costa Pinto, foi publicado em Itália uma obra sobre a propaganda: *Ai confini del Fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)* (Milão, Franco Angeli, 2007).

A publicidade, através dos cartazes e anúncios de propaganda, quer de natureza estritamente política, quer de tipo comercial, que por vezes envolve também a imagem do regime, já começou a interessar os estudiosos. Para além de uma exposição realizada em 1988 na Biblioteca Nacional (*Cartazes de propaganda política do Estado Novo. 1933-1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988), surgiram recentemente dois volumes de uma obra que pretende estudar a publicidade (Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo*, vol. I, 1932-1959, e vol. II, 1960-1973, Lisboa, Comunicando, 2004 e 2005).

A imagem é, pois, uma das linhas de trabalho a explorar, quer se trate dos cartazes de propaganda, quer se trate da caricatura (com as dificuldades inerentes a uma época em que a Censura — ao contrário do que se passou na Monarquia Constitucional, na Primeira República e se passa actualmente, na democracia saída do 25 de Abril — marcava sérios limites à liberdade de expressão). Esta tem encontrado em Osvaldo de Sousa o seu estudioso de referência. Veja-se, como mera informação, pouco expressiva relativamente ao período do Estado Novo, o catálogo da exposição realizada sobre o

tema, com notas do autor citado, que foi o seu comissário, *150 anos de caricatura em Portugal*, Lisboa, Humorgrafe/AMI-Associação Museu da Imprensa, 1997, o estudo conjunto sobre a censura, *A censura na iconografia e na caricatura portuguesa*, Lisboa, Humorgrafe-Museu da República e da Resistência, 1997, que contou, entre outros, com a colaboração do mesmo autor e que se integrou no certame atrás citado, e a sua obra mais específica, publicada anteriormente, *A caricatura política em Portugal*, Lisboa, Salão Nacional de Caricatura, 1991. Outra área de trabalho é a fotografia, que, como dissemos noutra local, mereceu o interesse particular de Joaquim Vieira e tem preocupado alguns estudiosos, como António Pedro Vicente, Alexandre Ramires e Nuno Pinheiro (*Teatro da sociedade. Fotografia e representação social no espaço privado e no público*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa – ISCTE, 2006), que ainda, no entanto, não publicaram obras significativas sobre a matéria em relação ao Estado Novo ou a alguns dos seus temas fundamentais.

Os trabalhos sobre o ensino, em termos de reprodução ideológica, foram inicialmente abordados, como se disse, por Maria Filomena Mónica e foram continuados, numa outra perspectiva, com a tese de mestrado de Sérgio Campos Matos (*História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus. 1895-1939*, Lisboa, Horizonte, 1990) — que agora publicou um livro com alguns artigos de interesse para as temáticas do Estado Novo (*Consciência histórica e Nacionalismo. Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa Livros Horizonte, 2008) — e, mais recentemente, com outras dissertações. Cite-se a tese de Maria Manuela Carvalho, mais directamente ligada ao estudo dos manuais escolares de História (*Poder e ensino. Os manuais de História na política do Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa, Horizonte, 2005), e a de Adélia Carvalho Mineiro (*tese de grau* apresentada em Salamanca) sobre a análise dos «livros únicos» do ensino primário, que, na verdade, se reduz ao último capítulo do estudo, agora publicado em livro (*Valores e ensino no Estado Novo. Análise dos livros únicos*, Lisboa, Edições Sílabo, 2007). Entretanto, para o caso do ensino primário, António Nóvoa — que fez a síntese das questões de ensino no volume XII da «Nova História de Portugal», dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal e o Estado Novo*, coordenado

por Fernando Rosas (Lisboa, Presença, 1992) — abordou algumas questões até ao início do regime de Salazar na sua tese de doutoramento *Le temps des professeurs* (Lisboa, INIC, 1987). Considerando também outros estudos de história da Educação — teses de mestrado e de doutoramento publicadas ou por publicar —, Áurea Adão abordou a questão do *Estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal. 1901-1951* (Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984), enquanto Rui Grácio tratou da reforma de 1948, sobretudo com referência ao ensino técnico (*Política educativa como tecnologia social. As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Lisboa, Horizonte, 1986), área que tem tido algum desenvolvimento de análise monográfica. Recentemente Ramos do Ó publicou um artigo sobre a governação dos liceus no Estado Novo (in *Revista de História das Ideias*, vol. 26, «O Estado», Coimbra, 2005). Acaba de ser publicada (2008) a tese de doutoramento de Margarida Louro Felgueiras sobre o estatuto do professorado do ensino primário (*Para uma história social do professorado primário em Portugal no séc. xx*, Porto, 2002). Sobre o ensino artístico teria sido interessante a tese de doutoramento realizada na Universidade de Salamanca por Luís Manuel Canotilho (*O ensino artístico e as instituições culturais do Estado Novo*, Salamanca, Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação, 1991) se tivesse a contextualizá-la uma formação mais sólida no domínio da história e da história da arte, nomeadamente no que diz respeito à história do Estado Novo. Entretanto foram também realizadas obras monográficas sobre algumas escolas, que constituíram teses de doutoramento, tais como a Escola Avelar Brotero e a Escola do Magistério Primário de Coimbra (António Manuel Martinho, *A Escola Avelar Brotero 1884-1974 – Contributo para a história do ensino técnico-profissional*, Guarda, 1993, e Luís Mota, *A Escola do Magistério Primário de Coimbra. 1942-1989. Entre ideologia, memória e história*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2006). Artigos dispersos sobre a educação, envolvendo também o período do Estado Novo, apareceram igualmente na obra de Joaquim Ferreira Gomes, que sugeriu o interesse sobre os estudos da mulher na Universidade (*A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1987), ao passo que Rómulo de Carvalho, na sua *História do Ensino em Portugal* (Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1986) apresentou uma primeira síntese e António Nóvoa coordenou a publicação

de alguns dicionários fundamentais: *A Imprensa de Educação e Ensino. Relatório Analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993; *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições ASA, 2003; e «*Liceus de Portugal*». *Histórias, Arquivos, Memórias*, Porto, Edições ASA, 2003.

Os estudos sobre a Universidade relativos ao século XX demoraram a aparecer. No entanto, inverteu-se esse rumo desde que os primeiros artigos sobre o tema surgiram no contexto do congresso «História da Universidade», realizado no «7.º Centenário da sua Fundação». O nosso livro *A Universidade e o Estado Novo* (Coimbra, Minerva, 1999) teve aí a sua origem. E, ultrapassando os estudos mais ou menos militantes sobre os movimentos académicos (mas de interesse, no sentido de um testemunho vivo), como o de Celso Cruzeiro (*Coimbra 69*, Porto, Afrontamento, 1989) e mesmo de Nuno Caiado (*Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990), aparece pela primeira vez um trabalho de investigação histórica de maior maturidade, a dissertação de mestrado, apresentada na Universidade de Coimbra, por Álvaro Garrido, depois publicada com o título *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra 1962* (Coimbra, Minerva, 1996), a que se seguiu outro sobre o período da Ditadura, de Cristina Faria (*As lutas estudantis contra a Ditadura Militar*, Lisboa, Colibri, 2000). Rui Bebiano tem publicado alguns estudos de divulgação e de enquadramento, dos quais se destaca *O Poder da Imaginação. Juventude, rebeldia e resistência nos Anos 60* (Coimbra, Angelus Novus, 2003). Hoje, os estudos sobre as crises académicas continuam a aparecer, embora nem sempre servidos de uma investigação histórica original. Miguel Cardina publicou recentemente, no âmbito de estudos sociológicos, o livro *A tradição da contestação. Resistência estudantil no marcelismo* (Coimbra, Angelus Novus, 2008) e Rui Bebiano com Elísio Estanque, *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008). No âmbito estudantil, embora numa perspectiva diferente, pode ainda registar-se a tese de doutoramento de Manuel Prata, mesmo que a sua análise não ultrapasse o ano de 1926 (*Academia de Coimbra. 1880-1926. Contributo para a sua história*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2002). Também o seu repertório sobre a imprensa estudantil se limita por enquanto ao século XIX (*Imprensa Estudantil de Coimbra. Repertório Analítico*,

vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006), embora esteja em preparação o volume relativamente ao século xx, altura em que se publicou o jornal mais importante, *Via Latina*, de Coimbra, que, para além de ter merecido algumas reflexões da nossa parte, apenas foi objecto de alguns estudos escolares.

A análise interpretativa da ciência universitária na sua complexa relação com a ideologia e com o regime é outra área que deve despertar o interesse do investigador. No entanto, no que diz respeito à época do Estado Novo pouco se avançou, já que os estudos de Ana Leonor Pereira sobre o importante tema do darwinismo se ficaram por 1914. Quando muito, interessa ter em conta as análises de Sedas Nunes sobre a evolução dos estudos sociológicos («Histórias, uma história e a História — sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», in *Análise Social*, n.º 100, terceira série, vol. XXIV, 1998), a percepção da relação das ciências do homem com a ideologia, no estudo ainda incipiente quanto a esta temática de Gonçalo Duro dos Santos (*A escola de Antropologia de Coimbra. 1885-1950*, Lisboa, ICS, 2005), mas sobretudo os estudos de Norberto Cunha, de que falaremos à frente, relativamente a Abel Salazar.

No contexto da luta estudantil, mas ultrapassando-a e depois de alguns estudos dispersos sobre Adriano Correia de Oliveira e José Afonso, surgiu uma tese de mestrado sobre o canto de intervenção, da autoria de Eduardo Raposo (*O papel sociocultural e político do canto de intervenção na oposição ao Estado Novo. 1960-1974*, Lisboa, UNL, 1998), que depois publicou, com um prefácio de Manuel Alegre, a obra *Cantores de Abril: entrevistas a cantores e outros protagonistas do «Canto de Intervenção»* (Lisboa, Colibri, 2000).

Destaque-se também, no campo da música, o trabalho que está a ser desenvolvido pela investigadora espanhola Teresa Cascudo, no que diz respeito às ligações do Estado Novo com músicos e musicólogos de formação integralista, como também e fundamentalmente, na área da «oposição», sobre Lopes-Graça, compositor que mereceu recentemente um estudo de Mário Vieira de Carvalho (*Pensar a música, mudar o mundo: Fernando Lopes-Graça*, Porto, Campo das Letras, 2006).

Por outro lado, foi em Coimbra, e ali publicados, que surgiram estudos de alunos sobre a Universidade ou o Centro Académico de Democracia

Cristã (CADC), que em grande parte esteve na base do salazarismo — *Ideologia, cultura e mentalidade no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra* (Coimbra, Faculdade de Letras, 1992) e *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo. 1905-1934* (Coimbra, Faculdade de Letras, 1993; Lisboa, Colibri, 2000). Aliás, o tema da formação católica de Salazar no âmbito do CADC e tendo como lugar de intervenção o jornal *Imparcial* de Coimbra foi recentemente objecto de estudo, muito elementar, pouco original e esquecendo o que já se havia editado sobre a matéria, de José Carvalho, *A formação de Salazar e o seu tempo (1889-1926)* (Lisboa, Via Occidentalis, 2008).

Ao nível da cultura académica de oposição e no âmbito das concepções anticolonialistas que se foram formando, em aparente paradoxo, na Casa dos Estudantes do Império (CEI), surgiram colectâneas e estudos, de que se destaca a dissertação de Maria Rosa Sil Monteiro, *C.E.I., celeiro de sonho. Geração da «Mensagem»* (Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2001). Muito recente, no âmbito da antropologia cultural, é o estudo da praxe académica e das «repúblicas» de estudantes (Aníbal Gregoire Frias, *Le monde universitaire et la «praxe académica» au Portugal. Cultures académiques et traditions étudiantes: L'Université de Coimbra*, Université de Paris-Nanterre, 2003; e Teresa Carreiro, *Viver numa República de Estudantes de Coimbra. Real República Palácio da Loucura 1960-70*, Porto, Campo das Letras, 2004).

As questões complexas e ambíguas das mentalidades, muito ligadas à psicologia das massas, deverão ser um importante campo de análise, que se vai afirmando, embora paulatinamente, em trabalhos diversos. Converge para este campo a propalada ideia dos «três efes», que deve ser analisada com complexidade, no sentido de verificar, como pretendemos problematizar num artigo de circunstância («Os três fff do Estado Novo», *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, Dezembro de 2002), o sentido dos mitos, tanto no que diz respeito a Fátima, como também às questões do fado ou do futebol, que talvez no tempo do Estado Novo tenham ocupado um lugar significativo na sensibilidade portuguesa, como forma de arrefecimento da vontade, sobretudo da vontade de mudança. Fátima — já objecto de uma

tese de mestrado que procurou analisar com objectividade o tema e que, no seu tratamento, apenas se aproximou do Estado Novo (Luís Filipe Torgal, *As «Aparições de Fátima». Imagens e representações. 1917-1939*, Lisboa, Temas e Debates, 2002) —, apesar de se ter formado como lugar de peregrinação e de catolicismo conservador, que, de algum modo, convinha ao regime, por outro lado, com o seu «universalismo católico», poderá ter preocupado Salazar, sobretudo numa fase avançada. O fado (que merecia estudos históricos objectivos, entendido como fenómeno de mentalidade e de ideologia), apesar de aproveitado politicamente, foi criticado numa fase inicial por integralistas, salazaristas e até, pelo menos implicitamente, pelo próprio Salazar. Quanto ao futebol e ao desporto em geral, foi uma forma de afirmação de vontade, de espírito atlético e de nacionalismo, como se poderá verificar em várias circunstâncias, de que é exemplo sempre presente, noutra quadrante político de contornos mais nítidos, as Olimpíadas de Berlim de 1936, que foram filmadas de forma genial por Leni Riefenstahl, registo que deve ter influenciado os nossos cineastas de regime, de que se destaca António Lopes Ribeiro. O caso do futebol não tem passado despercebido a sociólogos, inclusivamente para o caso do Estado Novo, como se pode verificar através do livro de João Nuno Coelho extensivo a um lapso de tempo longo, não apenas referente ao período de 1933 a 1974 (*Portugal, a equipa de todos nós. Nacionalismo, futebol e media*, Porto, Afrontamento/Centro de Estudos Sociais, 2001). Mais recente e mais abrangente é o estudo, no âmbito do jornalismo desportivo e das questões da Europa, de Francisco Pinheiro, com um prefácio de um especialista no fenómeno da Propaganda, Alejandro Pizarroso Quintero, *A Europa e Portugal na imprensa desportiva. 1893-1945* (Coimbra, Minerva, 2006).

Na obra que atrás referimos, *Ideologia, cultura e mentalidade no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra*, por nós orientada e prefaciada, da autoria de, então, três jovens investigadores, encontra-se o primeiro artigo de Álvaro Garrido (que, como vimos, veio depois a dedicar-se a outra espécie de estudos, no âmbito da história económica e social), o qual pretendeu analisar, numa perspectiva histórica, as relações do cinema com o Estado Novo. Esta temática continuou a ser analisada num projecto

de trabalho por nós levado a cabo, quer orientando uma dissertação de mestrado de Jorge Humberto Seabra, sobre *Cinema, Império e Memória no Estado Novo. O caso Chaimite de Jorge Brum do Canto* (Coimbra, Faculdade de Letras, 1993), tema que foi alargado para efeito de doutoramento, orientado por Abílio Hernandez Cardoso (*África nossa. O Império colonial na ficção cinematográfica portuguesa. 1945-1974*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2008), quer orientando outra tese sobre os cine-clubes, da autoria de Paulo Granja. Nós próprios escrevemos um artigo sobre «Cinema e Propaganda no Estado Novo» (in *XII Encontro de Professores de História da Zona Centro. Comunicações*, Coimbra, 1994).

Como coroamento deste projecto, foi publicado com o contributo de vários historiadores, investigadores da comunicação e da educação, ensaístas e profissionais ligados ao cinema, a obra por nós coordenada *O cinema sob o olhar de Salazar* (Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2000). Trata-se de um esforço de trabalho, na linha da investigação realizada em França por Marc Ferro e Jean Gili, que vem completar as sínteses (algumas já «clássicas») elaboradas por vários historiadores do cinema, entre os quais se podem destacar M. Félix Ribeiro, Alves Costa, Luís de Pina, João Bénard da Costa, José Matos-Cruz (que colaborou na obra por nós referida), Jorge Leitão Ramos ou Abílio Hernandez Cardoso (fundador de um Centro de Estudos Cinematográficos na Faculdade de Letras de Coimbra). Novos estudos irão surgir, com a direcção de um dos autores do livro que coordenámos, António Pedro Pita, que organizou um programa de pesquisa que conta, entre outros, com a francesa Christel Henry, que apresentou na Universidade de Lisboa uma tese sobre o tema da recepção do cinema neo-realista em Portugal nos anos cinquenta (*«A cidade das flores»: pour une réception culturelle au Portugal du cinéma néoréaliste italien comme métaphore possible d'une absence: la réception critique du néoréalisme cinématographique italien dans le panorama culturel du Portugal des années 50*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002), com Paulo Cunha, autor de uma tese de mestrado ainda inédita sobre o «cinema novo» (*«Os filhos bastardos». Afirmção e reconhecimento do novo cinema português. 1967-1974*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005) — tema também abordado com outra dimensão, em tese de doutoramento, por Paulo Filipe Monteiro, colaborador da obra

que coordenámos — e com Paulo Granja, cuja tese de mestrado orientámos (*As origens do movimento dos cine-clubes em Portugal. 1924-1955*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2006). Voltando ao tema dos documentários produzidos no tempo do Estado Novo — já abordado por Heloísa Paulo na obra citada *O cinema sob o olhar de Salazar* — mas parecendo ignorar este estudo foi publicado o livro de Maria do Carmo Piçarra, *Salazar vai ao cinema. O Jornal Português de actualidades filmadas* (Coimbra, Minerva, 2006). Num plano mais geral, relativamente ao Estado Novo, foi realizada uma tese de doutoramento na Universidade da Beira Interior, que se encontra ainda inédita, cujo valor desconhecemos: Frederico Lopes, *O cinema português e o Estado Novo: os cineastas portugueses e a imagem da polícia*, Covilhã, UBI, 2003.

A produção cultural e a reprodução ideológica através de vários meios e de várias estratégias havia já sido abordada por nós de uma forma aberta, para o Estado Novo e não só, no livro *História e Ideologia* (Coimbra, Minerva, 1989). Por outro lado, na obra que escrevemos com José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX* (Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; Temas e Debates, 1998), encontra-se — para além de um capítulo sobre «A História em tempo de Ditadura» — uma síntese do movimento comemoracionista em que o Estado Novo participou de forma singular, embora no seguimento de concepções que se radicam no positivismo e no nacionalismo oitocentista (capítulo «Ritualizações da História», de Fernando Catroga). Este tema foi retomado por Maria Isabel João e Luís Oliveira Andrade em teses de doutoramento (respectivamente, *Memória e Império: comemorações em Portugal. 1880-1960*, Lisboa, 1999, e *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Coimbra, Minerva, 2001).

Os *media* têm sido objecto de algumas análises historiográficas. É o caso do ensaio de Wilton Fonseca sobre a agência noticiosa «Lusitânia» (*À sombra do Poder. A história da Lusitânia. 1944-1974*, Lisboa, Edições do Tempo, 1995), ou a tese de doutoramento de Francisco Rui Cádima, publicada com o título *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa, Presença, 1996), ou de obras saídas recentemente sobre a Rádio, por vezes realizadas no âmbito das Ciências da Comunicação (Rogério Santos, *As vozes da Rádio*.

1924-1939, Lisboa Caminho, 2005; Nelson Ribeiro, *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo*, Porto, Quimera, 2005; Dina Cristo, *A Rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano. 1958-1974*, Coimbra, Minerva, 2005; e Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade. 1968-1975. O caso Rádio Renascença*, Lisboa ICS, 2005). Algumas destas obras saíram no seio da colecção «Comunicação», dirigida por Mário Mesquita e editada pela editora Minerva de Coimbra. Nesta colecção podem acrescentar-se, para além de um livro de época, há alguns anos reeditado e actualizado, de Arons de Carvalho, *A censura à Imprensa na Época Marcelista*, 1999, as obras de Isabel Forte, *A censura de Salazar no Jornal de Notícias*, 2000, de Helena Veríssimo, *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*, 2003, e a citada obra de Alberto Pena Rodríguez.

Muito recentemente foi publicada uma tese de doutoramento, sobre a imprensa no tempo do marcelismo (Ana Cabrera, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006) e, recuando no tempo, foram editados uma dissertação de mestrado sobre os militares e a censura na Ditadura e no Estado Novo (Joaquim Cardoso Gomes, *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo. 1926-1945*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006) e um livro de co-autoria sobre o ofício e a profissão de jornalistas no fim do período salazarista (Fernando Correia e Carla Baptista, *Jornalistas, do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português. 1956-1968*, Lisboa, Caminho, 2007). No entanto, continuam por analisar de modo sistemático sobretudo os jornais, que (para além dos casos citados e pouco mais) apenas têm sido objecto de estudos comemorativos ou de circunstância. No que diz respeito à imprensa periódica, talvez o dicionário de Mário Matos e Lemos sobre os jornais diários do século xx (*Jornais Diários Portugueses. Um Dicionário*. Coimbra, Ariadne – CEIS20, 2006), possa despertar o interesse de jovens investigadores acerca da importância desta temática, em termos de ideologia e de imagética. Porém, deve dizer-se que, entretanto, surgiu uma outra obra sobre o tema, que também abrange o Estado Novo, do historiador da imprensa periódica José Tengarrinha (*Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006), que apresentou algumas novidades no que diz respeito não só à atitude do regime sobre a censura, mas sobretudo sobre a orientação e a formação da «opinião pública». Num âmbito geral e assinalável pela ideia

original, temos a publicação da obra de Luís Trindade, graficamente significativa, *1.ªs Páginas. O século xx nos jornais portugueses* (Lisboa, Tinta da China, 2006).

No que respeita a revistas de grande reportagem ou revistas culturais, o panorama é ainda mais pobre. Semanários como o *Século Ilustrado* ou a *Flama* mereciam estudos sistemáticos, bem como revistas representativas do regime como *Panorama* (do SPN/SNI) ou *Ocidente* (dirigida por Manuel Múrias), e como revistas que tiveram o selo da oposição, por exemplo, *Seara Nova*, *Vértice* ou *O Tempo e o Modo* (agora editada em DVD). *Seara Nova* foi objecto de um estudo especializado de António Ventura, à frente referido, bem como de uma antologia de Sottomaior Cardia (publicada em 1990); *Vértice* — para além de uma dissertação há muito esperada de Luís Costa Dias, que pretende analisar a revista no contexto de outras publicações literárias significativas do neo-realismo — foi objecto de uma tese de doutoramento defendida em França, tendo sido recentemente publicada em português (Viviane Ramond, *A revista Vértice e o neo-realismo português*, Coimbra, Angelus Novus, 2008). O estudo geral das revistas literárias, tese de doutoramento de Clara Rocha (*Revistas literárias do século xx em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985), e o precioso dicionário de Daniel Pires (*Dicionário da Imprensa Literária Portuguesa do século xx*, 2 vols e 3 tomos, Lisboa, Grifo, 1996-2000) abrem-nos as portas para muitas pesquisas sobre o tema.

O mundo complexo das artes plásticas conheceu primeiro um ensaio interpretativo de síntese, de Artur Portela (*Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982). José-Augusto França, historiador da arte dos séculos XVIII a XX, englobando naturalmente o período do Estado Novo, é, porém, o seu maior investigador de referência (*A arte em Portugal no século xx*, Lisboa, Bertrand, 1985, e *A arte e a sociedade portuguesa no século xx. 1910-1990*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991). A sua obra sobre *Os anos vinte em Portugal* (Lisboa, Presença, 1992) é fundamental para começar a entender o movimento de ideias estéticas e culturais que antecede o processo de formação do salazarismo. Também, genericamente sobre a arte do século XX, podem consultar-se a obra de Rui Mário Gonçalves *A arte*

portuguesa do século xx (Lisboa, Círculo de Leitores, 1998) e o último volume do livro dirigido por Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa* (vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995).

A tese de doutoramento de Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes. «Restauração» e «celebração»* (Universidade Nova de Lisboa, 2 vols., 1991), de que uma parte foi publicada (*Exposições do Estado Novo 1934/1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998), e a tese de mestrado de Joaquim Saial, *A estatuária portuguesa dos anos 30. 1926-1940* (Lisboa, Bertrand, 1991) vêm dar continuidade a um trabalho que José-Augusto França sistematizou também na direcção de algumas exposições (*Arte portuguesa. Anos quarenta*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982). No domínio da arquitectura, pode citar-se a obra geral de Pedro Vieira de Almeida, *A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica* (Lisboa, Livros Horizonte, 2002). A tese de doutoramento de Vítor Matias Ferreira, que, de algum modo, é publicada na obra *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole* (Lisboa, Dom Quixote, 1987), e a dissertação de mestrado de Carlos Nunes Silva, *1926-1974. Política urbana em Lisboa* (Lisboa, Livros Horizonte, 1994) vêm apresentar questões de sociologia urbana e de política urbanística do maior interesse e que encontram no caso de Coimbra uma situação especial, devido à destruição da Alta antiga e à construção ali da nova Cidade Universitária. A publicação dos primeiros relatórios deste projecto, acompanhada de um longo estudo de Nuno Rosmaninho — *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)* (Coimbra, Minerva, 1996) — abriu as portas a um estudo interdisciplinar de grande interesse nesta área, que foi continuado pelo mesmo autor, na sua tese de doutoramento, de 2001, recentemente publicada (*O poder da arte: o Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006) e a um estudo monográfico de Marco Daniel Duarte (*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: ícone do Poder. Ensaio iconológico da imagética do Estado Novo*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003). Por outro lado, as questões do restauro de monumentos, que passa pelo problema da reconstrução ou (re)criação segundo concepções ideológicas ligadas à memória, têm encontrado alguns estudos interessantes

entre os arquitectos, de que se destaca a dissertação de doutoramento de Maria João Baptista Neto, *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996) ou, na versão impressa, *Memória, propaganda e poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)* (Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001), ou a tese de mestrado (1998) de Miguel Tomé, depois publicada (*Património e restauro em Portugal. 1920-1995*, Porto, FAUP, 2002), para além de outros estudos de temática mais específica. Nesta área, têm também significado algumas provas académicas sobre os castelos, de que se salienta a tese de mestrado em dois volumes, sobre uma faixa de tempo longo, de Luís Miguel Vasconcelos Correia, *Castelos de Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)* (Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 2007). Além disso, António Nunes fez uma importante sondagem à arquitectura judicial do Estado Novo numa tese de mestrado apresentada na Universidade do Minho, depois publicada com o título *Espaços e imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e arte judiciária* (Coimbra, Minerva, 2003). Raul Lino, considerado uma figura fundamental da «arquitectura salazarista», com a sua emblemática «casa portuguesa», também mereceu, pelo menos, uma dissertação de mestrado e um ensaio — Irene Ribeiro, *Raúl Lino, pensador nacionalista da arquitectura* (Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1994), Cláudio Sat e Luís Trigueiros, *Raúl Lino. 1879-1974* (Lisboa, Editorial Blau, 2003).

Como obras de referência ficam ainda alguns dicionários: de José Manuel Pedreirinho (*Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*, Porto, Afrontamento 1994), de José Manuel Fernandes (*Arquitectos do século xx*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006) e de Helena Roseta e outros autores (*Inquérito à Arquitectura do Século xx em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006), e mesmo simples inventários, como, para o caso de Moçambique da «época colonial», a obra recente do arquitecto André Faria Ferreira, *Obras Públicas em Moçambique. Inventário de produção arquitectónica executada entre 1935 e 1961* (Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2008).

Situação e repressão

Mas, se no campo da cultura e da reprodução ideológica — armas fundamentais do Estado Novo — os historiadores realizaram um trabalho intenso, sobre o problema da repressão, até há pouco tempo, pouco se tinha avançado. O estudo da Polícia Política, da Censura e da acção dos tribunais estava, praticamente, por fazer. E isso deveu-se, em grande parte, às dificuldades de acesso aos seus arquivos, nomeadamente da PVDE/PIDE/DGS.

No entanto, com a abertura do «Arquivo da PIDE/DGS», na Torre do Tombo (IAN/TT), os trabalhos começam a surgir, ultrapassando os simples mas importantes testemunhos de presos políticos. Para além de um pequeno estudo, resultante de uma tese de mestrado, intitulado *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945* (Lisboa, Estampa, 1995), de Maria da Conceição Ribeiro, surgiram recentemente duas teses de doutoramento sobre o tema da repressão policial no Estado Novo, uma, mais especializada, sobre a presença da PIDE na Guerra Colonial, de Dalila Cabrita Mateus, publicada e já atrás referida, outra mais global e de grande extensão, com os defeitos e qualidades que isso implica, de Irene Flunser Pimentel, *A Polícia Internacional [e] de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança (PIDE/DGS). 1945-1974. História da Polícia Política do Estado Novo* (Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2007), depois publicada com o título mais simples *A história da PIDE* (Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007). A mesma autora (que ganhou o prémio Pessoa em 2007) ainda publicou recentemente um estudo biográfico sobre um inspector da PIDE, Fernando Gouveia (*Biografia de um inspector da PIDE. Fernando Gouveia e o Partido Comunista*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008), o qual, curiosamente (situação inédita), já publicara, poucos anos após o 25 de Abril, um livro de memórias (*Memórias de um Inspector da P.I.D.E. A organização clandestina do P.C.P.*, Lisboa, Roger Delraux, 1979). Também com a colaboração de Irene Pimentel e de Luís Farinha, com um prefácio de Fernando Rosas, João Madeira coordenou um livro intitulado *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007), que é, de algum modo, uma tentativa para repensar a «memória» acerca do criador do Estado Novo, afastando-o de uma certa tendência para o «branqueamento». E também começam a aparecer provas universitárias sobre

as prisões do regime (como a tese de mestrado, já publicada, do caboverdeano José Manuel Soares Tavares, *O Campo de Concentração do Tarrafal. A origem e o quotidiano*, Lisboa, Colibri, 2007, ou outra tese, ainda inédita, de outro caboverdeano, Victor Barros, de sentido mais lato, *As ilbas como espaço de deportação e de prisão no Estado Novo*, 2008), que se juntam a vários livros de memórias, já anteriormente editados.

Nós próprios temos, modestamente, colaborado na análise objectiva da repressão no Estado Novo, não só através da leitura de certos processos de professores universitários (Sílvio Lima ou Joaquim Ferreira Gomes), como incitando jovens investigadores ao estudo de processos pessoais e institucionais, como sucedeu com o caso das «repúblicas» estudantis ou do Ateneu de Coimbra, significativo núcleo de cultura popular de oposição, ou com os processos de escritores, como Miguel Torga e Fernando Namora (sobre Torga saiu o livro de Renato Nunes, por nós prefaciado, *Miguel Torga e a PIDE*, Coimbra, Minerva, 2007, a que se juntará em breve o de Paulo Silva sobre Namora).

Quanto à Censura, para além de outros casos pontuais, não se passou do ensaio, muito superficial ainda, de Graça Franco, *A Censura à Imprensa. 1820-1974* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1993), ou, mais recentemente, das obras de Cândido Azevedo, *Mutiladas e proibidas – para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo* (Lisboa, Caminho, 1997), e *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano. Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão e livro* (Lisboa, Caminho 1999). Deve assinalar-se também — completando e ilustrando uma das obras da colecção do «Livro Negro sobre o Regime Fascista» (*Livros proibidos no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981), à qual se poderiam acrescentar outras obras da mesma colecção (como *A política da informação no regime fascista*, 2 vols, 1980) — o catálogo da exposição realizada na Assembleia da República, intitulado *Livros proibidos no Estado Novo* (Lisboa, Assembleia da República, 2005). Apesar de não ser nossa intenção referir aqui, geralmente, artigos de dicionários ou de revistas, não deixaremos de citar o longo artigo sobre a Censura de José Barreto (António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal, Suplemento*, vol. VIII, pp. 275-291) ou, sobre um tema específico, o artigo de Ana Cabrera sobre a censura ao teatro

no tempo de Marcello Caetano («A censura ao teatro no período marcelista», in *Media & Jornalismo*, n.º 12, 2008, pp. 27-58).

Mas outras instituições policiais e militares — e esta indicação não pretende, obviamente, ter qualquer sentido crítico em relação a instituições que surgiram antes do Estado Novo e prosseguem hoje a sua acção no Portugal democrático — colaboraram no processo repressivo, como a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária e a Guarda Nacional Republicana, de que é fundamental fazer estudos de história institucional relativamente a vários momentos da história portuguesa. Se sobre as duas últimas nenhum trabalho de importância existe, acerca da primeira surgiu recentemente um estudo geral e de mera divulgação (João Cosme, *História da Polícia de Segurança Pública – Das origens à actualidade*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006).

A actividade de oposição ao regime no campo da acção política directa dos movimentos organizados ou de actividades laterais ou indirectas, como sucedeu com figuras da Igreja ou das igrejas, ou como aconteceu com os sindicatos, que, apesar do seu carácter corporativo, constituíram por vezes focos de movimentação clandestina, ou pelo menos de consciencialização contra o regime, não tem sido alvo de estudos desenvolvidos. Com efeito, têm sido áreas que curiosamente não mereceram ainda uma análise sistemática e atenta por parte dos historiadores, por certo devido às dificuldades de acesso à documentação, designadamente aos arquivos dos partidos e, durante muito tempo, da PVDE/PIDE/DGS.

Isso não significa, todavia, que não haja alguns estudos relevantes, inclusivamente alguns que nos surgem nos dicionários dedicados ao Estado Novo. D. L. Raby escreveu — como dissemos — um livro global de referência sobre as várias oposições e, no estrangeiro e em Portugal, têm sido elaboradas algumas teses e têm surgido escritos diversos ou estão em curso investigações que visam trabalhos de grande interesse.

Recordemos aqui algumas dissertações de mestrado, entre as quais se destacam as teses, depois publicadas, de João Martins Madeira, *Os «Engenheiros das Almas». O Partido Comunista e os intelectuais* (Lisboa, Estampa, 1996), e de Luís Farinha, *O Revivalho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo* (Lisboa, Estampa, 1998). Num plano mais específico, retomando

o tema de estudos anteriores de Oliveira Marques sobre esta singular personalidade, um militar formado em História produziu um pequeno livro sobre o General Sousa Dias (Augusto José Monteiro Valente, *General Sousa Dias. Militar, republicano, patriota*, Câmara Municipal da Guarda, 2006). Recentemente, foi realizado um pequeno colóquio em Coimbra sobre as revoltas de Fevereiro de 1927 e outro sobre as oposições, nomeadamente com testemunhos memoriais de participantes da revolta de Beja e do «assalto ao Santa Maria», cujas actas aguardam publicação. Mas já outras foram editadas com base num colóquio realizado nos Açores sobre as revoltas de 1931 — *Os Açores e a Revolta de 1931* (IAC, Instituto Açoriano de Cultura, 2008). Também poderemos falar de alguns estudos sobre a «oposição cultural», da autoria de António Ventura — embora a sua melhor obra, neste aspecto, analise a *Seara Nova* ainda num tempo anterior ao Estado Novo (*O imaginário seareiro. Ilustradores e ilustrações da revista Seara Nova. 1921-1927*, Lisboa, INIC, 1989) — e de António Rafael Amaro sobre o mesmo tema da *Seara Nova* (*A Seara Nova nos anos vinte e trinta. 1921-1939. Memória, cultura e poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1995). António Pedro Pita tem publicado estudos sobre a recepção do marxismo, sobre Bento de Jesus Caraça e sobre o neo-realismo, cujo tema mereceu uma importante tese de doutoramento, no âmbito da história da literatura, da autoria de Carlos Reis (*O discurso ideológico do Neo-Realismo Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983), a tese citada de Viviane Ramond, um significativo livro, com participações diversas, de introdução ao Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira (*Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento Neo-Realista*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, 2007) e estudos de temática mais limitada, como o recente livro de Luís Crespo de Andrade, sobre a revista *Sol Nascente* (*Sol Nascente. Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*, Porto, Campo das Letras, 2007). Maria Manuela Dellile, tem igualmente dado o seu contributo neste âmbito com estudos sobre a recepção de Bertold Brecht em Portugal. E poderemos citar (embora, como nos textos dos autores acabados de referir, seja mais ampla a sua temática do que a simples lógica da «oposição») a tese de doutoramento de Norberto Cunha acerca de Abel Salazar, um dos professores exonerados pela repressão

salazarista (*Génese e evolução do ideário de Abel Salazar*, Braga, Universidade do Minho, 1989).

Já atrás falámos da tese de Cristina Clímaco sobre os exilados oposicionistas em França e em Espanha e poderíamos ainda dizer que idêntico trabalho está a ser realizado, referente ao Brasil, por Heloísa Paulo, tendo sido recentemente publicado também um estudo sobre o tema, mas com metodologia e fontes diferentes, por Douglas Monsur da Silva (*A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro. 1956-1974*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006). Importa, porém, estudar igualmente os exilados noutros países, como a Argélia ou os «países de Leste», o que tem sido apenas espreitado em artigos de ocasião (por exemplo, por Jorge Santos Carvalho para o caso da Jugoslávia de Tito, o qual, como bolsheiro da Fundação Gulbenkian, está a pesquisar os arquivos de Belgrado, a fim de reunir, numa colectânea, textos fundamentais sobre vários temas).

Convivências, rupturas e oposições. A Igreja e o Estado

Por sua vez, poderíamos ainda lembrar livros, com carácter documental, antológico ou biográfico, relativamente às posições da Igreja frente ao salazarismo e ao marcelismo. Citaríamos como exemplos os livros sobre Abel Varzim (Domingos Rodrigues, *Abel Varzim. Apóstolo português da justiça social*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990; e *Abel Varzim. Entre o ideal e o possível. Antologia de textos. 1928-1964*, Lisboa, Multinova, 2000) e Alves Correia (Francisco Lopes, *Padre Joaquim Alves Correia. 1886-1951. Ao serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa Rei dos Livros, 1996), que acabaram por ter relações tensas com o regime. O caso singular do padre Mário Pais de Oliveira, e das suas posições contra a guerra colonial, mereceu apenas a publicação, durante a chamada «Primavera marcelista», do seu processo judicial (José da Silva, *Subversão ou Evangelho? O processo do padre de Macieira da Lixa no Tribunal Plenário do Porto*, Porto, Eloy A. Pinho, 1971). O padre José da Felicidade Alves, autor da conhecida antologia *Católicos e política. De Humberto Delgado a Marcello Caetano* (Lisboa, edição do autor, s.d.) e combatente católico contra o Estado Novo, há pouco tempo falecido, também não foi alvo de qualquer trabalho monográfico.

Situação especial, pelo impacto político que teve e pelo seu significado na hierarquia da Igreja, foi o caso do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que tem normalmente suscitado, mais do que estudos científicos, memórias e depoimentos (*D. António Ferreira Gomes. Nos quarenta anos da carta do Bispo do Porto a Salazar*, Lisboa, Multinova, 1998), bem como alguma polémica no seio da Igreja, tendo em conta a questão do bispo auxiliar, D. Florentino de Andrade e Silva, que veio a suceder, na qualidade de administrador apostólico, ao referido D. António durante o seu período de exílio (António Teixeira Fernandes, *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós 25 de Abril*, Porto, edição do autor, 2001). O mesmo tom polémico, e apologético, de temática mais vasta, mas tendo em conta também a figura de referência de António Ferreira Gomes, surge na obra de José Geraldes Freire, publicada no ainda quente ano de 1976 (altura em que havia uma crítica mais acerada à Igreja pela sua alegada boa convivência ou conivência com o Estado Novo), *Resistência católica ao Salazarismo-Marcelismo* (Porto, Telos Editora, 1976).

Com um carácter mais geral, poderemos citar, pelo seu mais vasto conteúdo, a dissertação de mestrado orientada por Fernando Rosas *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, de João Miguel Furtado Ferreira d'Almeida (Universidade Nova de Lisboa, 2000), depois publicada com o mesmo título (Lisboa, Nelson de Matos, 2008), e a tese de doutoramento, ainda não publicada, de Paulo Fontes (a quem se devem outros estudos interessantes sobre os católicos nas crises académicas) sobre a Acção Católica (*Elites católicas na sociedade e na Igreja em Portugal: o papel da Acção Católica Portuguesa. 1940-1961*. Lisboa, Universidade Católica, 2008).

A questão da Igreja no Estado Novo é, de resto, um tema em aberto, que importa estudar historiograficamente (sem preconceitos e sem uma lógica «revisionista»), por exemplo na sua relação amistosa, que leva à Concordata e ao Acordo Missionário de 1940 (surgiu recentemente o estudo escolar de pouco significado de José Carvalho, *A Concordata e o Acordo Missionário de Salazar*, Lisboa Via Occidentalis, 2008). Mais amplamente, quanto ao significado que teve o «catolicismo» de Salazar em toda a política externa do Estado Novo, foi publicada por Valentim Alexandre a obra com o sugestivo título *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos. 1930-1939* (Lisboa, Dom Quixote, 2006) e acaba de sair uma obra de Arnaldo

Madureira (já autor de outro livro sobre o mesmo tipo de temas, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, e que tem trabalhado, como vimos, sobre a Ditadura Militar), com o título *Salazar e a Igreja. 1928-1932*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

Mas, importa também estudar a posição da Igreja na sua linha de discordância ou de tensão, o que ainda praticamente não sucedeu. A situação será mesmo pertinente para o caso das relações entre Salazar e o Cardeal Patriarca. O tema foi meramente sondado por Pedro Ramos Brandão, autor de um livro que teve como base a sua dissertação de mestrado, sobre as relações entre Salazar e Cerejeira, o qual contém cartas inéditas do Cardeal ao Presidente do Conselho (*Salazar-Cerejeira. A «força» da Igreja*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002). A biografia de uma militante católica, de grande significado antes e depois do 25 de Abril, Maria de Lourdes Pintasilgo, não pode ser esquecida (Luísa Beltrão e Barry Haton, *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa Tribuna, 2007). Mesmo alguns livros de memórias são de grande importância para a compreensão do fenómeno, como se pode ver com as obras de João Bénard da Costa e de Joana Lopes, recentemente publicadas (respectivamente, *Nós, os vencidos do Catolicismo*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2003, e *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a Ditadura*, Lisboa, Âmbar, 2007).

Devem, porém, voltar a salientar-se as dificuldades que o historiador sente constantemente ao procurar analisar alguns arquivos da Igreja, acto imprescindível para ter uma visão científica de personalidades e problemas que historiograficamente não podem ser encarados de um ponto de vista confessional. Haja em vista o estudo da questão de Fátima, a que já nos referimos, que poderá, eventualmente ser analisado não apenas como um dos elementos integrativos da ideologia do regime, mas também como elemento de risco para o salazarismo, pois por ali passava uma espécie de «romanismo» e «internacionalismo católico», ainda que, eventualmente, de carácter conservador, que culminou com a visita de Paulo VI a Fátima (1967), que, pouco depois, receberia os líderes dos movimentos independentistas de Angola, Moçambique e Guiné (1970). Já citámos uma obra que pretende analisar objectivamente o fenómeno de Fátima, mas não poderemos esquecer um outro ensaio sobre o tema, da autoria de José Barreto, que dedicou um outro à oposição e resistência dos católicos ao Estado Novo (*Religião e*

sociedade. Dois ensaios, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002). Também não se pode perder de vista a importância que, eventualmente, forças internacionais da Igreja católica puderam ter no processo de formação do Estado Novo. O caso do padre Mateo Crawley é, como se sabe, o mais falado. Mas sobre ele existe apenas uma obra de cunho religioso e apologético, de um autor francês (D. Marcel Bocquet, SS. CC., *O amor presente no mundo. Vida do P. Mateo*, Porto, Edições Salesianas e Cavaleiro da Imaculada, 1969).

Personalidades e movimentos em ruptura ou em oposição

Deve dizer-se, por outro lado, que, numa perspectiva de entender, de uma forma ampla, o fenómeno das conflitualidades no Estado Novo, se impõe o estudo não só das figuras da «oposição», como também das personalidades da «situação» que encenaram algumas tentativas de mudança do regime, como o general Júlio Botelho Moniz. De modo idêntico deve realizar-se um trabalho sistemático no sentido de captar nos aparelhos do Estado Novo as suas linhas de tensão. É o caso singular da diplomacia que — graças à projecção do «cônsul de Bordéus», Aristides de Sousa Mendes (de que Rui Afonso e Joseph-Alain Fralon foram biógrafos apologetas), finalmente homenageado em Portugal — está a interessar os investigadores portugueses e estrangeiros, como instituição fundamental onde não só se desenvolvia uma estratégia de afirmação do Salazarismo, como processos de conflito. Veja-se o caso da jovem investigadora Lina Madeira que, depois de publicar a sua tese de mestrado sobre Veiga Simões (*Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico*, Coimbra, Quarteto, 2002), e de (como vimos) ter publicado os seu notáveis relatórios, trabalha agora sobre o tema dos mecanismos de promoção e de despromoção diplomática, partindo, precisamente, do caso particular de Sousa Mendes.

Quanto às personalidades propriamente da oposição, Norton de Matos teve uma biografia elaborada por um dos seus familiares (José Norton, *Norton de Matos. Biografia*, Lisboa, Bertrand, 2002), Cunha Leal mereceu uma tese de doutoramento, ainda não publicada pela imprensa (Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal. Intelectual e político. Estudo Biográfico*, Lisboa

Universidade Nova de Lisboa, 2003), Álvaro Cunhal, apesar das dificuldades de acesso ao arquivo do Partido Comunista, está a ser objecto de uma biografia muito elogiada pela crítica especializada, de que saíram já três grossos volumes (José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vol. 1, «Daniel», o jovem revolucionário, vol. 2, «Duarte», o dirigente clandestino, vol. 3, *O Prisioneiro*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, 2001 e 2005). Sobre as personalidades que, iniciando-se com o 28 de Maio e o Estado Novo, acabaram por dele se apartar, Henrique Galvão foi objecto de uma tese de mestrado depois publicada (Eugénio Montoito, *Henrique Galvão ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio. 1927-1952*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005). Acerca de Humberto Delgado, publicaram-se alguns livros hagiográficos, polémicos, documentais, como é o caso do texto essencial sobre o processo judicial do seu assassinato em Espanha (*El caso Humberto Delgado. Sumario del proceso penal español*. Edição de Juan Carlos Jiménez Redondo. Mérida, Junta de Extremadura, 2001), antológicos (O livro citado *Humberto Delgado. As eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998), memoriais (*Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Dom Quixote, 1991), pequenos estudos historiográficos sobre temas especiais (o caso do opúsculo de Jorge Fernandes Alves, *O furacão «Delgado» e a ressaca eleitoral de 1958 no Porto*, Porto, CLC-FLUP, 1998), culminando com uma recente biografia escrita pelo seu neto (Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008). As notas da secretária do General, a brasileira Arajaryr Campos, recentemente publicadas pela mão de Iva Delgado, que coordenou a edição e escreveu um estudo de apresentação, são muito curiosas para se entender os subterrâneos da oposição portuguesa nos anos cinquenta-sessenta, bem como a acção «totalitária» do regime, que muitas vezes é intencionalmente esquecida ou lateralizada (*Uma brasileira contra Salazar*, Lisboa, Horizonte, 2006). Sobre Arlindo Vicente, para além de alguns artigos de interesse sobre aspectos da sua acção política e artística, foi publicada, numa altura em que se celebrou o centenário do seu nascimento, uma obra de referência, da autoria de Miguel Santos (*Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007). Raul Proença, que, todavia, acabou por não ter uma actividade muito significativa no

processo da oposição, mas que foi um dos primeiros pensadores republicanos a alertar para o perigo fascista e para o sentido do Estado Novo e de movimentos que o precederam, foi objecto de uma tese de doutoramento de António Reis: *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

Das figuras cimeiras do Partido Socialista, que se constituiu, embora tardiamente, ainda no período marcelista (1973), e cuja história se encontra por fazer, temos os livros autobiográficos, de entrevistas ou de reflexão política pessoal de Mário Soares, um livro da jornalista Teresa de Sousa (*Mário Soares*, São Paulo, Nova Cultural, 1988) ou, ainda, já com carácter historiográfico, a sua fotobiografia (Maria Fernanda Rollo e J. M. Brandão de Brito, com a colaboração de Maria Inácia Rezola, *Mário Soares: uma fotobiografia*, Venda Nova, Bertrand, 1996), ou a biografia e o testemunho de uma das personalidades mais interessantes e respeitadas, Fernando Valle, no recente livro de um jornalista (não um historiador), Fernando Madaíl (*Fernando Valle. Um aristocrata de esquerda*, Lisboa, Âncora Editora, 2004). Há que considerar, todavia, o recente aparecimento de um estudo mais geral, que constitui uma tese de mestrado apresentada na Universidade Nova de Lisboa: Susana Martins, *Socialistas na oposição ao Estado Novo* (Lisboa, Casa das Letras, 2005), que, em síntese, é apresentada como «um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974».

O Partido Comunista Português, que teve uma mais longa acção de oposição no Estado Novo, não conheceu ainda nenhum estudo historiográfico de grande significado, esperando-se a tese de doutoramento de João Arsénio Nunes, há muito prometida. Actualmente, apenas se conhecem estudos sobre a formação do partido ou análises localizadas sobre ele ou sobre o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que foi em grande parte dominado pelo PCP, com uma metodologia que, por vezes saudavelmente, mistura a história, a militância política e a memória (João G. P. Quintela, *Para a história do movimento comunista em Portugal: a construção do Partido. 1.º período 1919-1929*, Porto, Afrontamento, 1976; Alberto Vilaça, *Para a história remota do PCP em Coimbra. 1921-1946*, Lisboa, Edições Avante, 1997, e *O MUD Juvenil em Coimbra. História e estórias*, Porto, Campo das Letras, 1998).

Relativamente ao anarquismo e aos movimentos «libertários», que tanta importância tiveram, sobretudo na primeira fase do Estado Novo, para além de um estudo militante e que diz respeito à época posterior a 1939 (Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal*, Lisboa Editora Sementeira, 1982) e de estudos de juventude de César Oliveira e de Pacheco Pereira (referentes ao período da Primeira República), deve destacar-se o livro de João Freire, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (Porto, Afrontamento, 1992). E poderá dizer-se que, relativamente aos movimentos marxistas «esquerdistas» (ditos, genericamente, marxistas-leninistas e maoistas), os quais surgiram em Portugal em especial no fim da década de sessenta e nos anos setenta, pouco ou nada se escreveu.

De Alberto Vilaça, acabado de citar em parênteses, há pouco tempo falecido e de que se perdeu (em parte) a memória viva, há que referir ainda um interessante livro documental sobre alguns movimentos de resistência política e cultural (*Resistências culturais e políticas nos primórdios do Salazarismo*, Porto, Campo das Letras, 2003). No campo literário é importante passar a estudar a obra, a biografia e os processos de alguns escritores. Só para citar alguns exemplos: Miguel Torga (há mais do que uma fotobiografia sobre ele, uma das quais a de sua filha Clara Rocha, *Miguel Torga. Fotobiografia*, Lisboa, Dom Quixote, 2000) ou Aquilino Ribeiro, objecto de uma obra de defesa, com antologia do seu processo policial e judicial no final dos anos cinquenta (Alfredo Caldeira e Diana Andringa, organizadores, *Em defesa de Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Terramar, 1994), ou Jaime Cortesão, objecto de uma tese de mestrado premiada (Elisa Neves Travessa, *Jaime Cortesão. Política, história e cidadania. 1884-1940*, Porto, ASA, 2004). O mesmo se poderia dizer no campo cinematográfico (em termos de cinema e de crítica), no mundo da música (a que já fizemos algumas referências), ou no que diz respeito à cena teatral (algo foi dito nas obras gerais sobre história do teatro de Luís Francisco Rebello), etc.

Além disso, deve recordar-se que a oposição ao Estado Novo não se limita à área dos vários movimentos ditos genericamente de «esquerda» e das suas muitas associações de que o MUD ou o MUNAF ou a Acção Socialista Portuguesa (ASP) são as mais conhecidas. É importante estudar sistematicamente esses movimentos, mas também nos devemos lembrar que na oposição estiveram católicos (como vimos), monárquicos, nacionais-

-sindicalistas, nacionalistas de variada espécie. O livro saído recentemente com «tudo o que Fernando Pessoa escreveu sobre Salazar», intitulado *Contra Salazar* (Coimbra, Angelus Novus, 2008), com textos seleccionados, introduzidos e anotados por António Apolinário Lourenço, deve integrar-se nessa linha, dado que se Pessoa manifestou desde cedo uma oposição à Primeira República e manifestou alguma simpatia inicial pela Ditadura e até pelo trabalho inicial de Salazar, não o viu como o verdadeiro chefe de uma «Revolução Nacional».

Outro caso que não deve ser esquecido, de carácter acentuadamente cultural, é o da «Renovação Democrática», movimento fundado em 1932, de que se está a organizar uma colectânea com um estudo introdutório, a ser publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, centrada na figura de António Eduardo Lobo Vilela e no debate sobre a Universidade e o Ensino em geral, e que foi já objecto de uma tese de mestrado (Severino Polónia, *O grupo de Renovação Democrática, 1932-1933*, Braga, Universidade do Minho, 1998).

E, evidentemente, não se poderá estudar a «oposição» sem analisar as suas campanhas eleitorais, sem grandes sucessos práticos, ou os congressos republicanos / da oposição democrática de Aveiro (de 1957, de 1969 e de 1973), que — supomos — apenas foram objecto de uma tese de mestrado (Marília Tavares, *Os congressos republicanos de Aveiro: subsídios para a história da oposição ao Estado Novo*. Coimbra, 1994). Por outro lado, importa analisar não só a oposição por movimentos e partidos, mas como forma de organização e acção locais, conforme alguns investigadores verificam, como António Ventura, que orientou uma tese de doutoramento há pouco discutida, no Verão de 2008: Maria João Duarte, *Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo (1926-1958): o caso do concelho de Silves*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

Enfim, assim como se deve aprofundar, em muitos aspectos, o processo ou os processos de formação e desenvolvimento do Estado Novo, também há que acentuar o estudo da sua «oposição». Apenas levantámos algumas temáticas que devem ser investigadas. Mas, a terminar, não nos poderemos esquecer que o estudo do 25 de Abril de 1974 e do movimento militar que a ele conduziu deve afinal coroar esta área. Por isso, toda a bibliografia diversa produzida neste contexto ajudará a perceber melhor este fenómeno. A história do Estado Novo termina afinal com o fim do Estado Novo.

O marcelismo e o fim do «Império»

Marcello Caetano e o marcelismo têm suscitado, como é natural, uma historiografia menos significativa do que aquela que surgiu, e tem continuado a surgir, sobre Salazar e o salazarismo. No entanto, parece a pouco e pouco começar a interessar os historiadores.

É verdade, que não deixaram — como vimos — de ser publicadas as primeiras biografias de Marcello Caetano, de maior tomo ou de simples divulgação, mas até há pouco tempo eram raros os estudos historiográficos e mais vulgares as polémicas ou os ensaios, ainda que interessantes e sugestivos, como o de Vasco Pulido Valente (*Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica 2000, 2002) ou o de Maria Helena Prieto (*A Porta de Marfim. Uma evocação de Marcello Caetano*, Lisboa, Verbo, 1992), ou as memórias do próprio Marcello colhidas por amigos (Veríssimo Serrão, *Marcello Caetano. Confidências do exílio*, Lisboa-S. Paulo, Verbo, 1985).

A obra de Manuel Bernardo, dissertação final na Universidade Católica, pretendeu exactamente surpreender os últimos meses do Estado marcelista, analisando a imprensa e o comportamento das forças armadas e pondo no centro a figura fundamental de Spínola (*Marcello e Spínola: a ruptura. As Forças Armadas e a Imprensa na queda do Estado Novo. 1973-1974*, Lisboa, Edições Margem, 1994; 2.^a edição: Lisboa, Estampa, 1996). Por outro lado, as obras mais recentes de Fernando Rosas — como dissemos o historiador que mais sistematicamente se tem dedicado a este período da História Contemporânea — têm abordado também o período de transição de 1974-1976 ou têm dedicado uma particular atenção ao período marcelista (Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, coordenadores, *A transição falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo. 1968-1974*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004). A «ala liberal» tem igualmente suscitado algum interesse, sempre presente no subconsciente devido à importância da memória de Sá Carneiro (Tiago Fernandes, *Nem ditadura nem revolução. A ala liberal e o Marcelismo*, Lisboa, Assembleia da República/Dom Quixote, 2005), que só agora começa mais decididamente a atrair os historiadores. José Maria Brandão de Brito, o director, com Fernando Rosas, do *Dicionário de História do Estado Novo*,

a que vamos aludir, preparou uma obra conjunta (em que Rosas também colabora) intitulada *Do Marcelismo ao fim do Império* (Lisboa, Círculo de Leitores, 1999). Nele igualmente presta o seu testemunho Adriano Moreira, que, tendo sido um dos ministros de Salazar, não esteve na experiência de Marcello e que tem dado o seu testemunho, ideologicamente colocado (como seria natural), sobre o regime caído em 1974. De resto, é também um dos colaboradores de uma das últimas obras saídas sobre o marcelismo, que resultou das actas de um colóquio que ocorreu em Mérida, em 2007 – *Marcelo Caetano y el fracaso de la reforma del Estado* (in *Espacio, Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, serie V, Historia Contemporánea, t. 19, Madrid, UNED, 2007). Nele deixámos a nossa colaboração com o texto «Marcello Caetano antes do marcelismo», que teve também uma versão nos «Cadernos do CEIS20» e que foi actualizada num capítulo deste livro.

Entrevistas e ensaios, biografias, autobiografias, memórias e correspondências

As entrevistas ou a vulgarmente e — segundo o nosso modo de ver incorrectamente — chamada «história oral» começa a interessar também os historiadores, os jornalistas, os filósofos e os sociólogos, que procuram surpreender o testemunho, sempre obviamente reinterpretado, de personagens que tiveram um significado importante no domínio da acção ou como espectadores atentos de acontecimentos. E, quando nos referimos a isso, não falamos apenas do marcelismo, se bem que, neste caso, seja talvez mais forte a memória, pois foi no tempo de Marcello Caetano que caiu o regime. O caso de Costa Gomes, que entrou em ruptura na fase final do marcelismo, é um caso singular e ele foi objecto de uma entrevista publicada no final dos anos noventa, no contexto do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, que também se especializou, em boa hora, na recolha de testemunhos orais. Maria Manuela Cruzeiro tem sido autora dessas entrevistas, como sucedeu no caso referido de Costa Gomes (*O último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998). Mário Soares foi outro grande entrevistado, pela jornalista Maria João Avilez (*Soares. Ditadura e revolução*,

Lisboa, Círculo de Leitores, 1996). Outro caso é o do notável pensador Eduardo Lourenço, entrevistado por Mário Mesquita (*Cultura e política na época marcelista*. Lisboa, Cosmos, 1996), que foi já objecto de vários estudos, nomeadamente por parte de Maria Manuel Baptista (autora de uma tese de doutoramento sobre o ensaísta) e de Maria Manuela Cruzeiro. Aliás, os seus ensaios — para além de um que já foi citado e dos textos fundamentais sobre a questão europeia, o clássico livro *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português* (Lisboa, Dom Quixote, 1978) — são de grande significado para ajudar o historiador na interpretação dos fenómenos contemporâneos.

De resto, os ensaios e as narrativas jornalísticas, como as entrevistas, não podem deixar de ocupar o interesse do historiador, ainda que — como dissemos na Introdução a esta obra — há que distinguir as memórias da História, que resulta de um esforço de investigação e de análise objectiva da realidade. A importância dada a essas memórias tem, por isso, ocupado o nosso interesse, a ponto de dirigirmos um projecto de investigação de Heloísa Paulo sobre os exilados políticos, que já deu origem à transferência de espólios pessoais (como o de Jaime de Morais – do Brasil para a Fundação Mário Soares) e à realização de um colóquio («Oposições ao Estado Novo. História e memórias», realizado em Coimbra, em 22 de Abril de 2008, de que serão publicadas as actas).

Mas, falemos agora, mais directamente, das memórias, biografias e publicação de documentos sobre personalidades.

A biografia (a que já fizemos algumas referências) e o estudo de documentos ligados a personalidades, tanto para o Estado Novo como para outros períodos, não constituíam temas de particular atenção para os historiadores que, durante algum tempo, viveram na ilusão da importância quase exclusiva da história estrutural e «social», particularmente defendida na primeira fase do movimento conhecido por «Nouvelle Histoire», ligado aos *Annales*. Por isso, desvalorizavam a «história acontecimental» (*événementielle*), a «história política», a história militar (*histoire bataille*), a história biográfica...

No entanto, a situação alterou-se no final dos anos oitenta, tendo começado por se publicar, no contexto da acção da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, correspondências, relatórios e outros documentos (de Theotónio Pereira, de Mário de Figueiredo, de Santos Costa, de Quirino de Jesus, de Assis Gonçalves), continuando alguns historiadores e jornalistas essa meritória acção de publicação de fontes, com carácter oficial ou pessoal. As memórias, publicadas pelos actores da história ou pelos seus descendentes, ou, excepcionalmente, por historiadores, também então apareceram. Finalmente, surgiram as biografias, já nos anos noventa. De resto, a coroar este movimento, o Centro Cultural Calouste Gulbenkian, de Paris, levou a efeito um colóquio sobre o tema, não limitado naturalmente à história contemporânea, no qual foram abordados, respectivamente por Yves Léonard e Fernanda Rollo, aspectos das biografias de Norton de Matos e de Alfredo da Silva (*Biographies*, vol. XXXIX de *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, Lisboa-Paris, 2000).

Entre as memórias, recordem-se as de Ivens Ferraz (publicadas por César Oliveira, de grande importância para compreender a ascensão política de Salazar), de Franco Nogueira, de Marcello Caetano (as memórias sobre Salazar e as memórias do exílio), de Luís Cabral Moncada, de Costa Brochado, de José Paulo Rodrigues sobre Salazar, de Marcelo Rebelo de Sousa sobre o seu pai Baltazar Rebelo de Sousa, de Fernanda de Castro... Entre os documentos, nomeadamente de carácter epistolar, recordem-se a correspondência entre o embaixador Marcello Mathias e Salazar (*Correspondência Marcello Mathias-Salazar. 1947-1968*, Lisboa, Difel, 1984), a correspondência de Santos Costa (*Correspondência de Santos Costa. 1936-1982*. Organização e Prefácio de Manuel Braga da Cruz, Lisboa, Verbo, 2004), as cartas particulares dirigidas a Marcello Caetano publicadas por Freire Antunes (*Cartas particulares a Marcello Caetano*, Lisboa, Dom Quixote, 1985), as «cartas secretas» trocadas entre Caetano e Salazar publicadas pelo mesmo autor (*Salazar-Caetano. Cartas secretas. 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993), a correspondência trocada entre Marcello Caetano, já no exílio, e Veríssimo Serrão (*Correspondência com Marcello Caetano. 1974-1980*, Lisboa, Bertrand, 1994), as cartas entre Armindo Monteiro e Salazar (*Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência política 1926-1955*.

Lisboa, Editorial Estampa, 1996: publicação de Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira) e, mais recentemente, uma série de documentos diversos relativos ao almirante Sarmiento Rodrigues (*Almirante Sarmiento Rodrigues. 1899-1979. Testemunhos e inéditos*, Lisboa, INAPA, 1999), as muitas e interessantes cartas trocadas entre Alfredo Pimenta e Salazar (*Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência. 1931-1950*. Prefácio de Manuel Braga da Cruz. Lisboa, Verbo, 2008) ou, menos importante, pelo seu carácter de divulgação para o grande público, o *Álbum de Memórias*, de José Hermano Saraiva, o último ministro da Educação Nacional de Salazar e o primeiro do governo de Marcello Caetano (Lisboa, O Sol, 2007). Surgida mais recentemente, tem interesse a leitura da obra de Sílvia Espírito Santo sobre Cecília Supico Pinto, esposa do político salazarista Clotário Luís Supico Pinto, que chegou a ser ministro da Economia, a «popular» *Cilinha*, do Movimento Nacional Feminino, que deu, por altura da saída do livro, uma interessante entrevista ao *Expresso* (16.2.2008). Trata-se do livro intitulado de uma forma sugestiva: *Cecília Supico Pinto. O rosto do Movimento Nacional Feminino* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008). Também importa conhecer — tendo em conta que se trata das memórias da pupila de Salazar que mais a ele esteve ligado — as memórias de Maria da Conceição Rita (*Micas*, como lhe chamava o «Ditador») que resultaram do trabalho de entrevistas realizado por Joaquim Vieira (*Os meus 35 anos com Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007). Um programa que surgiu na televisão aquando da publicação da obra é revelador da confusão de planos que pode exercer o testemunho de uma figura deste tipo, quando descontextualizado, questão a que nos referimos na Introdução a esta obra, relativamente a este e a outros casos, que podem proporcionar um processo de «branqueamento» de Salazar.

Muito recentemente surgiu a publicação da correspondência escolhida de um dos mais significativos escritores do tempo do Estado Novo, premiado pelos órgãos oficiais, a qual, pelas relações que mantinha com figuras significativas do regime (e não só), é de uma leitura imprescindível para conhecer alguns «casos» e algumas tensões pessoais e institucionais, não só do salazarismo, mas também do marcelismo. Trata-se de Joaquim Paço d'Arcos, nome literário de Joaquim Belford Correia da Silva, que foi um dos mais conhecidos escritores do tempo do Estado Novo: *Correspondência e textos dispersos. 1942-1979* (Lisboa, Dom Quixote, 2008).

No caso de figuras da oposição, cujos documentos foram publicados mais cedo, como forma de testemunho político, citem-se, de Mário Soares, *Le Portugal bâillonné. Un témoignage* (Paris, Calmann-Lévy, 1972; em edição portuguesa: *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974), o *Diário*, de Mário Sacramento (Porto, Limiar, 1975), as memórias de Norton de Matos publicadas parcialmente depois de 1944 em vários volumes (Lisboa, Editora Marítimo-Colonial) e agora reeditadas por Armando Malheiro da Silva com uma volumosa parte inédita (*Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 3 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005), as memórias de Sarmento Pimentel, publicadas no Brasil em 1963 e em Portugal em 1974 (*Memórias do Capitão*, Porto, Editorial Inova, 1974), as memórias de Humberto Delgado, já atrás referidas, publicadas pela sua filha Iva Delgado, com um complemento escrito por António Figueiredo (*Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991) e, muito recentemente, as memórias de Almeida Santos (*Quase Memórias*, 2 vols., Lisboa, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2006) e de Edmundo Pedro (*Memórias. Um combate pela liberdade*, Lisboa, Âncora, 2007).

Numa área de ambiguidade de certos sectores católicos, neste caso com uma importância significativa no pós-25 de Abril, tem ainda algum interesse, para conhecer a época salazarista através de uma visão actual, o primeiro volume das memórias de Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução em Portugal (1941-1975)* (Venda Nova, Bertrand, 1996).

Quanto a estudos sobre personalidades do Estado Novo ou da oposição, para além de Salazar, de que falaremos à frente, recorde-se o caso de Armindo Monteiro (Pedro de Oliveira, *Armindo Monteiro. Uma biografia política*, tese de mestrado, Lisboa, UNL, 1998), ou o estudo sobre Costa Brochado (João Tiago de Sousa, *Costa Brochado. Um intelectual orgânico do regime salazarista*, Coimbra, Mar da Palavra, 2004), ou a referida obra de Pacheco Pereira sobre Álvaro Cunhal, ou outras obras mais ou menos importantes, já atrás citadas. Obra de jornalistas, José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz, mas de inegável interesse histórico, devido à temática e à metodologia utilizada, pelo que aceitámos escrever para ela um Posfácio à 2.^a edição, é a obra, com o título «cinematográfico» de *A filha rebelde*,

sobre a filha do director da PIDE/DGS, major Silva Pais, Ana Maria Silva Pais, que se terá convertido à ideologia castrista em Cuba (Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2003 e 2004). Esta obra foi adaptada ao teatro, apresentada na sala grande do Teatro Nacional D. Maria II, numa encenação, bastante criticada, por um nome relevante da arte cénica espanhola, Helena Pimenta. Saliente-se ainda o simples ensaio de Carlos Alexandre de Moraes sobre António de Spínola (*António de Spínola, o homem*, Lisboa, Estampa, 2007). No mundo universitário, acrescenta-se a dissertação de mestrado de Jorge Pais de Sousa sobre uma das personalidades mais chegadas a Salazar, o lente de Medicina de Coimbra, Bissaya Barreto (*Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999) e a tese de doutoramento, defendida em 2005 em provas públicas, sobre Pedro Theotónio Pereira, de Fernando Manuel Santos Martins (*Pedro Theotónio Pereira: uma biografia. 1902-1972*, Évora, Universidade de Évora, 2004). Outras dissertações estão em curso de preparação, sobre personalidades do Estado Novo, como Águedo de Oliveira, o discípulo de Salazar na área das Finanças e, posteriormente, seu sub-secretário de Estado e ministro.

Sobre figuras da oposição, também a Universidade tem produzido os seus trabalhos em algumas provas académicas. É o caso da recente dissertação sobre Raul Rego, figura proeminente de jornalista, democrata, socialista e membro da Maçonaria (de que foi grão-mestre). Trata-se de um trabalho cronologicamente incompleto, mas que interessa vir a publicar (Natália Neves dos Santos, *Raul Rêgo. O jornalista e o político*, Coimbra, FLUC, 2007).

No domínio especial das imagens fotográficas, tão ao gosto deste tempo, tendo em conta a ideia sintetizada na famosa, mas discutível, frase «uma imagem vale mais do que mil palavras», poderemos referir-nos à obra fundamental de Joaquim Vieira sobre o século xx, de que nos interessa sobretudo, para o caso do Estado Novo, os volumes referentes aos decénios que vão de 1920 a 1980 (*Portugal Século xx. Crónica em imagens*, 10 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999-2001). Como complemento dessa obra, poderão citar-se algumas fotobiografias de personalidades ligadas ao regime (praticamente nenhuma, curiosamente, ligada à oposição), tais como Salazar e Marcello Caetano, da autoria do próprio Joaquim Vieira (ambas publicadas em 2001), Manuel Gonçalves Cerejeira, o amigo de Salazar nos tempos de

Coimbra e, depois, Cardeal Patriarca de Lisboa, da autoria de Irene Flunser Pimentel (Lisboa, Círculo de Leitores, 2002), o industrial Alfredo da Silva, criador da Companhia União Fabril (CUF), o empório empresarial de grande significado desde o tempo da Monarquia Constitucional ao Estado Novo, obra realizada por Júlia Leitão de Barros e Ana Filipa Silva Horta (Lisboa, Círculo de Leitores, 2003). Mais recentemente, fora desta colecção, surgiu uma nova biografia sobre o industrial, dirigida por Miguel Figueira de Faria, a qual contém um capítulo dedicado ao tema «Alfredo da Silva e Salazar» (*Alfredo da Silva*, Lisboa, Bertrand, 2004). Noutros parâmetros, devem ainda juntar-se, na mesma colecção da responsabilidade de Joaquim Vieira, as fotobiografias de Almada Negreiros, que representou um caso singular de notável artista que, embora não subordinado ao Estado Novo, para ele trabalhou, obra da autoria do próprio Joaquim Vieira (Lisboa, Círculo de Leitores, 2001), do actor António Silva, o maior intérprete cinematográfico e teatral da «comédia à portuguesa» do tempo do Estado Novo, elaborada por Luís Trindade (Lisboa, Círculo de Leitores, 2003), e de António de Spínola, o militar que rompeu com o regime, que foi o primeiro Presidente da República do pós-25 de Abril e ao qual foi colada a imagem de defensor de uma ideologia conservadora e mesmo «reaccionária», no tempo «vermelho» do que ficou conhecido como PREC, ou seja, Processo Revolucionário em Curso, o que lhe valeu o exílio, obra da responsabilidade de Maria Inácia Rezola (Círculo de Leitores, 2002).

O interesse que as fotobiografias têm suscitado começa a originar o seu alagamento mesmo a figuras de quadrantes oposicionistas e «antifascistas», que apenas eram conhecidas por sectores restritos da sociedade portuguesa e que, de algum modo, os torna mais divulgados. É o caso da recente fotobiografia do professor e autor de livros de história militante Flausino Torres (Paulo Torres Bento, *Flausino Torres. 1906-1974. Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*, Porto, Afrontamento, 2006). Mais conhecido, pela sua importância científica (foi discípulo de Madame Curie), é o caso de Mário Silva, professor da Faculdade de Ciências de Coimbra demitido por Salazar em 1947, de que foi elaborada uma fotobiografia da responsabilidade editorial do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, que constituiu um dos seus sonhos de realização (*Mário Silva. Uma*

fotobiografia. 1901-1977. Coordenação de Paulo Renato Trincão e Nuno Gomes Ribeiro. Coimbra, IHCT/MNCT, 2001). De resto, já sobre o professor de Física e oposicionista se fizera uma biografia, que, todavia, não teve como autoria um historiador (Eduardo Caetano, *Mário Silva. Professor e democrata*, Coimbra, Coimbra Editora, 1977).

Aproximando-se o Centenário da República Portuguesa (1910-2010) e por acção do recentemente organizado Museu da Presidência da República, dirigido por Diogo Gaspar, em colaboração com o *Diário de Notícias*, e com a coordenação científica do historiador António Costa Pinto, surgiu uma colecção de fotobiografias de divulgação dos «Presidentes», entre os quais foram mesmo incluídos — e isso é, para nós, um critério discutível — os líderes da Ditadura Militar, Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa (Elsa Santos Alípio, *José Mendes Cabeçadas Júnior. Fotobiografia*, Lisboa, MPR, 2006, e J. M. Tavares Castilho, *Manuel Gomes da Costa. Fotobiografia*, Lisboa, MPR, 2006). Neste contexto, surgiram as biografias do marechal Carmona, o verdadeiro presidente da chamada «Ditadura Nacional» e do «Estado Novo» (Telmo Faria, *Óscar Carmona. Fotobiografia*, Lisboa, MPR, 2006), do general Craveiro Lopes, por certo o presidente que menos representou o regime (Fernando Rosas e Alice Samara, *Francisco Craveiro Lopes. Fotobiografia*, Lisboa, MPR, 2006), e do almirante Américo Tomás, o símbolo da resistência do salazarismo ultra na época marcelista (Susana Martins, *Américo Tomás. Fotobiografia*, Lisboa, MPR, 2006). A biografia dos presidentes do pós-25 de Abril, pela oposição ao Estado Novo (os casos de Mário Soares e de Jorge Sampaio) ou pela sua integração e afastamento do regime (os casos de Spínola e de Costa Gomes) têm também obviamente interesse para o estudo deste período da história. Sobre Costa Gomes foi recentemente publicado um estudo de Luís Nuno Rodrigues – *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade. Biografia* (Lisboa, 2008).

Entre as figuras a que acabámos de fazer referência, as quais foram objecto de algumas obras biográficas, houve naturalmente uma que foi várias vezes objecto de obras gerais ou mais especializadas. Trata-se do cardeal Cerejeira. Muito criticado pela sua alegada relação de aliança com o Estado Novo, merece sem dúvida um estudo objectivo da parte de historiadores para se poder conhecer melhor o seu verdadeiro significado histórico.

Mas, por agora e enquanto não forem abertos os arquivos da Igreja a todos os investigadores (como atrás dissemos, um dos problemas mais complicados, quando se deseja estudar história das questões eclesíásticas e religiosas), apenas se poderá contar com obras gerais, como a referida fotobiografia de Irene Pimentel, com trabalhos que analisam os aspectos possíveis da acção e do pensamento do padre doutor Cerejeira, como a tese de mestrado, não publicada, de Vítor de Matos (*A primeira vida de Manuel Gonçalves Cerejeira. 1888-1928. A reconquista*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1998), ou com obras oficiais ou de elogio, desde a biografia de Moreira das Neves (*Cardeal Cerejeira. O homem e a obra*, Lisboa, Rei dos Livros, 1988), à fotobiografia organizada e escrita pelo seu actual sucessor (D. José da Cruz Policarpo, *Cardeal Cerejeira. Fotobiografia*, Editorial Notícias, 2002), até estudos de autores não especialistas de história que pretenderam louvar aquele que foi o fundador da Universidade Católica Portuguesa (Sebastião Formosinho, *Ciência e religião. A modernidade do pensamento epistemológico do Cardeal Cerejeira*, Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2002).

Salazar, «esse desconhecido», e as origens do salazarismo

Falemos agora, especialmente, de Salazar, sempre presente nestas páginas, mas a que já expressamente nos referimos, quando citámos uma recente fotobiografia.

Os seus discursos e as suas entrevistas foram objecto de uma edição «oficial», por ele revista e prefaciada, que se iniciou já nos anos trinta (*Discursos e notas políticas*, 6 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 1935-1967). Parte das suas provas tipográficas, com correcções do autor, encontram-se (ainda não tratadas) no arquivo da Câmara Municipal de Santa Comba Dão. É, afinal, uma das obras de propaganda do regime, que vem complementar o *best seller*, publicado em diversas edições e traduzido em várias línguas, com prefácios de intelectuais e políticos de renome (como Paul Valéry, Eugenio d'Ors ou Sir Austen Chamberlain), a obra de António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra* (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933). Um volume de *Entrevistas*, referente ao período de 1960-1966, veio completar os *Discursos* (*Entrevistas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967).

Por outro lado, foram elaboradas antologias e colectâneas de pensamento, algumas com objectivos de propaganda no estrangeiro (como *Portugal et la crise européenne*, par Oliveira Salazar. Traduction de Pierre Hourcade. Paris, Flammarion, 1940, ou *Dictionnaire politique de Salazar établi par Jacques Ploncard d'Assac*, Lisboa S. N. I., 1964). De resto, muitos foram os autores (incluindo Mircea Eliade e o mestre do corporativismo Mihail Manoilescu) que escreveram biografias e notas de opinião sobre Salazar, em Portugal e nos mais diversos países. A relação destas obras e o seu estudo foram realizados numa tese de mestrado, que vale mais pelo primeiro aspecto do que pelo segundo (Maria João Pina, *As imagens de Salazar no estrangeiro – 1930/1960*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000). De resto, esta imagem — da opinião que se tem sobre Salazar, tanto de estrangeiros como de nacionais, do seu tempo e de agora — foi de particular agrado da propaganda de Salazar que se estende até hoje, mesmo admitindo que, apesar das naturais crises políticas, o neo-salazarismo (António José de Brito é um caso raro de intelectual assumidamente salazarista) tem hoje fraca ressonância. Recordem-se os títulos: *Salazar perante o mundo*, Lisboa, Portugal-Ultramar, 1944; *Projeção de Salazar no estrangeiro*, Porto, União Nacional, 1949; *Salazar. Antologia de depoimentos*, Lisboa, Nova Arrancada, 2000.

A reedição de obras, de antologias ou de textos de/e sobre Salazar, apresentados como documentos, continua, de resto, a interessar as editoras e os mais variados estudiosos e ideólogos, colocados nas mais diversas tendências políticas ou áreas científicas (por exemplo: *Salazar. Pensamento e doutrina políticas*. Textos antológicos. Edição Comemorativa do 1.º Centenário do Nascimento do Doutor António de Oliveira Salazar. Organização e Prefácio de Mendo Castro Henriques e Gonçalo de Sampaio e Melo. Lisboa, Verbo, 1989; António de Oliveira Salazar, *Como se levanta um Estado*. Prefácio de Jorge Morais. Lisboa, «Golden Books», 1977; António de Oliveira Salazar, *Inéditos e dispersos*. Organização e Prefácio de Manuel Braga da Cruz. 3 vols., 5 tomos, Venda Nova, Bertrand, 1997-1998; António de Oliveira Salazar, *O ágio de ouro e outros textos económicos. 1916-1918*. Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português. Introdução de Nuno Valério. Lisboa, Banco de Portugal, 1997; *Entrevistas de António Ferro a*

Salazar. Prefácio de Fernando Rosas. Parceria António Maria Pereira, 2003; *Salazar visto pelos seus próximos*. Organização de Jaime Nogueira Pinto. Venda Nova, Bertrand, 1993). Deve ainda salientar-se, pela sua importância, a publicação recente, por Joana Gaspar de Freitas, na revista *Clio*, do Centro de História da Universidade de Lisboa, dirigida por João Medina, da correspondência entre Salazar e o ideólogo suíço Gonzague de Reynold («Gonzague de Reynold e Oliveira Salazar: 25 anos de correspondência», in *Clio*, Nova Série – 8, Lisboa, primeiro semestre de 2003), autor de um livro sobre Portugal, agraciado pelo Secretariado de Propaganda Nacional com o prémio «Camões».

Quanto aos estudos propriamente sobre o construtor do Estado Novo, pode dizer-se que a única obra de tomo é afinal constituída pelos seis volumes de um dos «homens de Salazar», o seu antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, a que já fizemos referência. Para além disso, apenas nos surgem trabalhos de divulgação, como são os casos do ensaio de Jorge Ramos do Ó, *O Lugar de Salazar. Estudo e Antologia* (Lisboa, Alfa, Testemunhos Contemporâneos, 1990), o livro de César Oliveira, *Salazar e o seu tempo* (Lisboa, O Jornal, 1991), a útil obra de simples cronologia, apesar do seu carácter marcadamente ideológico, de Pedro Ramos de Almeida (*Salazar. Biografia da ditadura*, Lisboa, Avante, 1999), ou as entradas dos dicionários especializados sobre o Estado Novo e o seu tempo, da autoria de dois dos seus coordenadores Fernando Rosas e António Barreto. No entanto, pode ser que hoje, perante o reaparecimento de Salazar e do salazarismo numa linha de clara reabilitação — é exemplo disso uma obra de divulgação, sem notas justificativas ou de referência às fontes, que compagina uma interpretação de «direita» da vida e da acção de Salazar, mas que alegadamente pretende integrar, de uma forma «objectiva», o Estado Novo nos movimentos e nos condicionalismos da época, o livro de Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar. O outro retrato* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007) — se verifique entre os historiadores, sociólogos, especialistas de filosofia política e outros cientistas das ciências sociais a vontade de iniciar estudos objectivos e aprofundados sobre o tema. Contudo, por enquanto não passamos de textos de divulgação ou de ocasião, de pouco interesse historiográfico como o de Manuel Poirier Braz, *Salazar*.

A cadeira do Poder (Lisboa, Presença, 2008), ou os que surgem em programas de propaganda jornalística, como os pequenos volumes datados de 2008, sobre Salazar e Marcello Caetano, de autoria do jornalista Paulo Marques, oferecidos pelo *Público*, editados pela clássica Parceria António Maria Pereira e incluídos na colecção «Cadernos Biográficos de Personalidades Portuguesas do Século XX», ou como o volume publicado em 2006, integrado na série «Grandes Protagonistas da História de Portugal», da responsabilidade da editora de divulgação jornalística Planeta DeAgostini, da autoria de António Simões do Paço, *Salazar*. António Simões do Paço e a mesma editora são, aliás, os responsáveis pela obra de maior fôlego, distribuída conjuntamente com o *Correio da Manhã* e com a revista *Sábado*, intitulada *Os anos de Salazar* (com o subtítulo publicitário *O que contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*), publicada em vários volumes e que conseguiu a colaboração de alguns historiadores de renome que trabalharam sobre o período salazarista.

Em 1989, ano do centenário do nascimento de Salazar, contrariando a corrente «saudosista», concretizada, por exemplo, no álbum organizado por Manuel Maria Múrias (*Salazar. Edição do Centenário*, Lisboa, Referendo, 1989), foi publicada uma colectânea de artigos de historiadores do salazarismo, organizada por Fernando Rosas e por J. M. Brandão de Brito (*Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1989). Mais recentemente começam pelo menos a surgir alguns ensaios. É o caso de um esboço de interpretação geral de António Pedro Mesquita, intitulado *Salazar na história política do seu tempo* (Lisboa, Caminho, 2007).

As fotobiografias começam também a aparecer e cada vez com maior qualidade (ver o nosso texto «A(s) fotobiografia(s) de Salazar. Memória ou discurso historiográfico?», in *Estudos do Século XX*, n.º 1, «Estéticas do Século», Coimbra, Quarteto-CEIS20, 2001, pp. 303-312). Depois da citada obra de Manuel Maria Múrias que, sem se designar como tal, é, em certo sentido, uma «fotobiografia», e depois da ainda pouco consistente fotobiografia (esta já intitulada como tal) do escritor e jornalista Fernando Dacosta (*Salazar. Fotobiografia*, Lisboa Editorial Notícias, 2000), surge a já referida de Joaquim Vieira, que, apesar de não ser uma obra de historiador, revela grandes qualidades como «obra de história» ou como obra de um jornalista de

investigação, nomeadamente no domínio da imagem, até pelo facto de, a completá-la, surgir a fotobiografia (também já citada) do seu sucessor, Marcello Caetano (*António de Oliveira Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001; e *Marcello Caetano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002).

O que tem vindo também a aparecer, para além do que referimos, com um carácter marcado de divulgação ou de guia, são obras e textos de jornalistas sobre a pretensa vida íntima e as ambiguidades de Salazar: Felícia Cabrita, *As mulheres de Salazar*, Editorial Notícias, 1999, e, em nova edição, *Os amores de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006; e Fernando Dacosta, *As máscaras de Salazar*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, com nova edição em 2007 (Cruz Quebrada, Casa das Letras), obra esta que provocou, por altura do aparecimento da primeira edição, uma resposta de sentido neo-salazarista (*Salazar sem máscaras*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998). Com um cunho assumidamente jornalístico e tendo como fonte privilegiada os textos da imprensa periódica, podem destacar-se os dois volumes de Helena Matos que, sob o título de *Salazar*, analisam os fenómenos de *A construção do mito* e de *A Propaganda nos anos trinta* (Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2003-2004).

As obras de ficção — que revelam, pelo menos, o interesse acerca de Salazar em termos de «personagem» — têm surgido sobretudo nos últimos anos. Colocando num lugar à parte as obras televisivas, pelo seu espaço próprio, de leitura pretensamente «real» e interpretativa (na lógica do «documentário histórico»), que contaram com a participação de historiadores dedicados ao Estado Novo, ocorre-nos a inexistência praticamente total de obras cinematográficas sobre Salazar, embora em algumas produzidas depois do 25 de Abril a trama dramática viva da sua sombra (desde o filme de 1974 de Alberto Seixas Santos, *Brandos costumes*, até, por exemplo, *Capitães de Abril*, de Maria de Medeiros, 2000). No domínio do teatro, pode falar-se de *Salazar. Deus, Pátria, Maria*, de Maria do Céu Ricardo (Lisboa, Editorial Notícias, 1997), publicado com um prefácio de Fernando Rosas e um texto do jornalista Fernando Dacosta, que viu a personagem Salazar através da sua governanta, Maria de Jesus, ou simplesmente «D. Maria» (interpretada em cena por Márcia Breia), ou a polémica peça, também levada a cena, de Diogo Freitas do Amaral, *O Magnífico Reitor*, com claras referências ao

percurso de Marcello Caetano (Lisboa, Gradiva, 2001). Recentemente, acompanhando um momento de interesse pela figura de Salazar, que ocorre neste início do século XXI, foi posta em cena, numa organização do Teatro Nacional D. Maria II, representada no pequeno Teatro da Politécnica, a obra de crítica do espanhol Manuel Martínez Mediero, *As longas férias de Oliveira Salazar* (em tradução portuguesa: Fundão, Cena Actual, 1996), com o título *As férias grandes de Salazar*. Quase ao mesmo tempo representava-se no Teatro Villaret, encenada pelo inglês John Mowat, *Salazar. The Musical*, que pretendia, em forma de comédia musical, esconjurar de vez o fantasma do salazarismo. Ao nível da caricatura literária, da narrativa, da «estória» e do romance, devem referir-se o livro de José Cardoso Pires, ilustrado por João Abel Manta, *Dinossauro excelentíssimo* (Lisboa, Arcádia, 1972), e os livros de Artur Portela Filho, *Marçalazar* (Lisboa, Moraes Editores, 1977) e, reflectindo ironicamente uma longa realidade que vai da Monarquia ao Estado Novo, *História fantástica de António Portugal* (Lisboa, Dom Quixote, 2003). Por sua vez, tendo como pano de fundo o Estado de Salazar, mas pretendendo ficcionar com base na história as peripécias dos agentes ingleses durante a guerra, o jovem Domingos Amaral escreveu o romance *Enquanto Salazar dormia...* (Lisboa, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2006). E a saga dos romances que têm Salazar como centro continua, como se pode ver pela aparição do livro de Joel Costa, *O assassino de Salazar* (Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007). Foi também Fernando Dacosta, a quem se deve ainda a «narrativa» *Nascido no Estado Novo* (Lisboa, Editorial Notícias, 2001), a apadrinhar uma obra de duvidosa correcção (sobretudo pela enganadora capa, provavelmente da responsabilidade do editor), e que nada acrescenta nem em termos de investigação (essa também não era a sua pretensão), nem em termos de ficção (objectivo afirmado). Referimo-nos ao caso do livro do médico e escritor António Trabulo *O Diário de Salazar* (Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 2004), em que o autor usou um método frequente no cinema de ficção documentada, intercalando a «realidade», ou seja, afirmações de Salazar (não produzidas, efectivamente, num qualquer «diário») com textos imaginados, da sua autoria, que coloca na pena de Salazar. Todavia, o processo ficcionista atinge outro nível e qualidade com a banda desenhada de João Paulo Cotrim e Miguel Rocha (*Salazar. Agora,*

na hora da sua morte, Parceria António Maria Pereira, 2006), que só pode interessar ao historiador como representação onírica da figura do «chefe» do Estado Novo.

Porém, apesar da eventual importância da ficção para nos apercebermos de certas marcas das personalidades em termos de realidade vivida, que muitas vezes passam despercebidas aos investigadores, cujos textos, em busca da objectividade, são mais frios e mais esquemáticos, passemos de novo aos estudos sobre Salazar para concluirmos, afinal, o que já dissemos. Ou seja, apesar de alguns estudos mais especializados sobre Salazar, em interpretações psicológicas ou politológicas (o pequeno ensaio do filósofo José Gil, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio de Água, 1995; o complexo livro de José Rebelo, com base numa tese doutoral, *Formas de legitimação do poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998, ou a dissertação de mestrado, depois publicada, de José Martinho Serras Gaspar, *Os discursos e o discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2000), não há estudos de fundo sobre o estadista capazes de originar acerca desta personalidade fundamental um debate científico profícuo.

Para se comparar esta situação com o que se passa na Alemanha, na Itália ou mesmo na vizinha Espanha, recorde-se que Hitler, Mussolini ou Franco têm sido objecto de variadas obras de biografia, de análise e de interpretação por parte de historiadores. Apenas como exemplo de situações recentes, recorde-se que Franco foi fotobiografado por um historiador de renome, Fernando Garcia Cortazar (*Fotobiografia de Franco. Una vida en imágenes*, Barcelona, Planeta Visual, 2000) ou biografado e interpretado por outro historiador não menos importante, Bartolomé Bennassar (*Franco*, Paris, Perrin, 1995), não esquecendo, obviamente, as obras que têm sido publicadas pelo seu biógrafo inglês, Paul Preston (*Franco. A biography*, Londres, Harper Collins Publisher, 1993, ou, em tradução espanhola, *Franco. «Caudillo de España*, Barcelona, Grijalbo, 1994), ou pelo americano Stanley Payne (*Franco. El perfil de la historia*, Madrid Espasa-Calpe, 1992), mais especializado, contudo, em estudos sobre a Falange, sobre a época franquista e sobre o «fascismo genérico». Pierre Milza publicou, no fim do século passado, uma obra de referência sobre Mussolini (*Mussolini*, Paris, Arthème Fayard, 1999), que se vem apresentar ao público investigador em alternativa ou em complemento

à obra «clássica» e «monumental» de Renzo de Felice. Quanto a Hitler, depois da obra clássica de Joachim Fest, *Hitler. Eine Studie über die Angs* (Frankfurt-Berlim-Viena, Verlag Ullstein GmbH, 1973), traduzida para muitas línguas, incluindo, no Brasil, o português (*Hitler*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991), surgiu mais recentemente o livro do inglês da Universidade de Sheffield, Ian Kershaw, *Hitler* (Harlow, Longman, 1991), que teve posteriormente outras versões, e foi também traduzido para várias línguas, entre elas a nossa (*Hitler: um perfil do poder*, Mem Martins, Inquérito, 1998).

Mesmo movimentos, aspectos e personalidades fundamentais do salazarismo e do Estado Novo estão por analisar de um ponto de vista integrado. Referimo-nos, sobretudo, aos estudos sobre aspectos ideológicos, sem os quais não é possível situar o regime no espaço do autoritarismo e do totalitarismo da época. Surgiram, no entanto, trabalhos mais ou menos importantes, sobre movimentos nacionalistas como a Cruzada Nacional Nun'Álvares (Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo. 1918-1938*, Lisboa, Cosmos, 1999, que constituiu uma tese de doutoramento de assinalável valor), sobre o Integralismo Lusitano (Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, tese de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993; José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004; e Ana Isabel Desvignes, *António Sardinha. 1887-1925. Um intelectual no século*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006), sobre a relação de monárquicos e republicanos na lógica salazarista e sobre o movimento católico (as referidas obras de Manuel Braga da Cruz, para além do seu trabalho *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986), sobre a questão das relações de Salazar com a ideia de república ou o regresso da monarquia, centrada na figura da rainha D. Amélia (Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e a Rainha. Advento da República, restauração da Monarquia?*, Lisboa Prefácio, 2006), sobre o nacional-sindicalismo (a citada obra de António Costa Pinto sobre os «camisas azuis»). Ensaíram-se mesmo algumas análises, ainda pouco consolidadas, sobre o modernismo e o nacionalismo (Cecília Barreira, *Nacionalismo e modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada*

Negreiros, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981). Mas, apesar de alguns ensaios frouxos sobre a ideologia de Salazar e de alguns salazaristas, não se procurou fazer um estudo da situação ideológica global, convergente e divergente, do salazarismo, que — como é de ver — ultrapassa o próprio Salazar. Assim, por exemplo, está por estudar o pensamento de João Ameal, o historiador e ideólogo do regime, apenas ensaiado para o caso da sua juventude (António Cordeiro Lopes, *O pensamento e a acção de João Ameal. Um percurso antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo. 1917-1934*, tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras, 1995) ou a prática ideológica jornalística de Augusto de Castro, que foi director do oficioso *Diário de Notícias*. Acrescente-se que Luís Trindade publicou recentemente a obra *O estranho caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008).

Histórias de Portugal, histórias especializadas, enciclopédias, dicionários, cronologias, guias, revistas, colectâneas...

Não desejámos, nem poderíamos desejar, nesta já (demasiado) longa e porventura maçadora peregrinação bibliográfica, que serve de epílogo a este livro (retomando o discurso mais sintético e mais pessoal e mais crítico da Introdução), falar de todas as obras escritas sobre Estado Novo, Salazar e o salazarismo. O que quisemos apenas — sem pretendermos também (não o poderíamos igualmente fazer) introduzir qualquer recensão crítica às obras referidas, naturalmente de desigual metodologia e qualidade — foi mostrar as suas luzes e os seus pontos mais obscuros. E parece-nos indubitavelmente poder concluir que, apesar desses pontos obscuros, ou menos luminosos, é muito significativa a bibliografia sobre esta temática da História Contemporânea, ou seja, sobre o Estado Novo. A prova disso é que os estudos realizados já possibilitam a publicação das primeiras sínteses e de números temáticos de revistas da especialidade.

Vejamos, primeiramente, o que se passa com as Histórias de Portugal.

A primeira a apresentar uma noção não salazarista do Estado Novo foi a didáctica *História de Portugal* de Oliveira Marques, de 1973 (vol. II, Lisboa Palas Editores, 1973, cap. XIII), altura em que este importante historiador,

tão produtivo como variado nas suas análises, começou a abordar temas contemporâneos em alguns dos seus trabalhos (esta obra teve depois várias edições, a mais recente em 1998: vol. III, «Das revoluções liberais aos nossos dias», Lisboa, Presença). Mais tarde, conforme atrás constatámos, a chamada «edição de Barcelos» da *História de Portugal*, dedicou ao período de 1933-1974 — a que o seu autor, Franco Nogueira, antigo ministro de Salazar, chamou sintomaticamente «Segunda República» — o II Suplemento (Porto, Civilização, 1981). A *História de Portugal*, das Edições Alfa (1983), publicada em três volumes, dirigida por José Hermano Saraiva, com uma equipa de autores de diversa formação metodológica e ideológica, dedicou o terceiro ao vasto período de «1640 à actualidade», sendo o capítulo básico sobre o Estado Novo da autoria do seu director, também (como já anotámos) antigo ministro de Salazar.

Entretanto, a *História Contemporânea de Portugal* (Lisboa, Amigos do Livro, 1985) dirigida por João Medina destinou ao «Estado Novo» dois volumes. Trata-se, sobretudo, de uma colecção de documentos, sendo os textos historiográficos da autoria do director da obra. *Portugal Contemporâneo*, obra dirigida por António Reis, incluiu dois dos cinco volumes referentes ao período de 1926 a 1974, com uma colaboração variada (vols. 4 e 5, Lisboa, Alfa, 1989). Mais recentemente António José Telo reuniu em dois volumes um conjunto de estudos a que justamente deu o nome de *História Contemporânea de Portugal* (2 vols, Lisboa, 2007-2008).

A «Nova História de Portugal» dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques (ambos infelizmente desaparecidos) dedicou um volume ao Estado Novo, somente ao período que vai de 1930 até 1960. Este volume XII, intitulado *Portugal e o Estado Novo. 1930-1960* (Lisboa, Presença, 1990), foi coordenado por Fernando Rosas, contando com mais de uma dezena de especialistas. A *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, que destinou quatro dos seus oito volumes à Época Contemporânea (de 1807, fim da Época Moderna, à actualidade), entregou igualmente o tomo sobre o Estado Novo a Fernando Rosas, que foi praticamente o seu autor único (vol. 7, *O Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores/Estampa, 1994). A *História de Portugal*, dirigida por João Medina, com catorze volumes, para além de um de Índices e Bibliografia, dedicou metade à Época Contemporânea, sendo dois referentes

ao Estado Novo, com quase uma vintena de colaboradores (volumes 12 e 13, Lisboa, Ediclube, 1993).

Portanto, todas as Histórias de Portugal (não nos referimos às que têm um carácter didáctico e conciso) dedicaram grande espaço à Época Contemporânea e ao Estado Novo. A *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa, Verbo, 1977-2007), a única saída recentemente que possui apenas um autor, apesar de dedicar também um grande espaço — o que deve ser destacado — à Época Contemporânea, propunha-se terminar em 1926. Todavia, o seu autor resolveu alargar o campo de análise à Ditadura e ao Estado Novo, ou à «Segunda República» (de acordo com o seu título), a que destinou já os volumes XIII (1926-1935), XIV (1935-1941), XV (1941-1951), XVI e XVII (1951-1960).

Outras histórias recentes de carácter temático, para além daquelas que já foram oportunamente citadas, poderão constar desta relação. É o exemplo da *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo (3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa – Círculo de Leitores, 2000) e a *Nova História Militar de Portugal*, dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (5 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004).

Daqui passemos para as enciclopédias e para os dicionários.

Curiosamente, o regime, que investiu na formação de uma Academia capaz de moldar a história pela ideologia do regime, a Academia Portuguesa da História, fundada em 1936, ao mesmo tempo que tentava «domar» a velha Academia das Ciências, não procurou, ao contrário da Itália fascista, criar a sua própria enciclopédia: A *Enciclopedia Italiana*, geralmente conhecida pela «Treccani», devido ao nome do editor, Giovanni Treccani, foi pensada por Giovanni Gentile em 1925 e por ele dirigida, pretendendo ser a sistematização da cultura nacional segundo a óptica fascista. Ao invés, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, publicada a partir dos anos trinta, a par de muitas personalidades do regime que nela colaboraram, contou com muitos outros que com ele não se identificavam e até eram seus assumidos opositores, como Joaquim de Carvalho, Jaime Cortesão ou Aquilino Ribeiro, tendo entre os directores iniciais a figura significativa

de António Sérgio. A sua consulta é fundamental para iniciar o conhecimento de muitas figuras e personalidades do Estado Novo e até da «oposição». A *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, publicada mais tarde, nos anos sessenta e setenta, curiosamente é uma obra mais próxima do saber divulgado pelo Estado Novo e sobretudo pela vertente católica. Também não pode, evidentemente, ser esquecida, até por esse motivo, ainda que o seu carácter informativo seja indiscutivelmente mais pobre.

O *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão, acabado de imprimir em 1971, portanto em pleno Estado Novo, não ultrapassou na abordagem, nem sequer na sua cronologia (a obra termina no ano de 1930), o tempo dos inícios da preparação do regime de Salazar. No entanto, foi recentemente publicado o seu complemento (3 vols., Porto, Figueirinhas, 1999-2000), dirigido agora por dois sociólogos, António Barreto e Maria Filomena Mónica, que abarca o período da Ditadura e do Estado Novo (1926-1974). Anterior a este — e, por isso, compreensivelmente, menos actualizado em certas áreas — é o *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Lisboa, Círculo de Leitores, 1996). Por sua vez, o *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal* (2 volumes, Alfa, 1990), abrangia igualmente este período, bem como o *Historical Dictionary of Portugal*, do lusófilo americano Douglas Wheeler (Londres, The Scarecrow Press, 1993). Neste sentido, deve dizer-se que a nossa realidade dicionarista-historiográfica de especialidade ultrapassou a realidade espanhola, onde um dicionário sobre o franquismo foi escrito não por historiadores mas por jornalistas (Joaquín Bardavío e Justino Sinova, *Todo Franco. Franquismo y antifranquismo de la A a la Z*, Madrid, Plaza y Janés, 2000). O mesmo não se passa, obviamente, com o «fascismo», ou os «fascismos», em sentido específico e genérico, que conhece vários dicionários, dos quais conhecemos particularmente três, que aqui devem ser citados pelo facto de ser impossível conhecer o Estado Novo sem ter de os consultar. Referimo-nos aos dicionários dirigidos, respectivamente, em França e em Itália, por Serge Berstein e Pierre Milza (*Dictionnaire des fascismes et du nazisme*, Paris, Éditions Complexe, 1992), por Alberto De Bernardi e Scipione Guarracino (*Il fascismo. Dizionario di storia, personaggi, cultura, economia, fonti e dibattito storiografico*, Milão, Bruno Mondadori, 1998) e por Victoria di Grazia e Sergio Luzzatto (*Dizionario del fascismo*, 2 vols., Turim, Giulio Einaudi, 2002).

Dicionários ou guias mais específicos devem aqui ainda ser citados. Em primeiro lugar o *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, coordenado por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (2 volumes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2004), a que se poderá vir a acrescentar, por iniciativa também da Assembleia da República, um dicionário dos candidatos da oposição durante o Estado Novo, que está a ser preparado por Mário Matos e Lemos. Do mesmo modo, é fundamental como auxiliar de trabalho, na continuação do volume já antigo de António Manuel Pereira sobre os governantes (*Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira Editor, 1959), a publicação oficial *Orgânica Governamental, sua evolução, e elencos ministeriais constituídos desde 5 de Outubro de 1910 a 31 de Março de 1972* (Lisboa, Secretaria de Estado de Informação e Turismo, 1972) ou a também oficial obra mais recente *Os Presidentes e os Governos de Portugal da República no século xx* (Caixa Geral de Depósitos/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000). Entre os dicionários e enciclopédias temáticas (alguns já citados atrás), deve ainda referir-se o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dirigido por Carlos Moreira Azevedo (Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Círculo de Leitores, 2000) e, pela importância de Fátima, a que já nos referimos, na história do século xx e, especificamente, do Estado Novo, pese embora a sua realização seja da exclusiva responsabilidade da Igreja Católica e por isso escrita numa perspectiva muitas vezes dogmática, não pode ser esquecida a *Enciclopédia de Fátima*, coordenada por Carlos Moreira Azevedo e Luciano Cristino (Estoril, Principia, 2007). Outro dicionário que, apesar do seu carácter de ensaio e, por isso, incompleto, nos pode ajudar a conhecer a ligação de algumas figuras do tempo do Estado Novo à Maçonaria, que o salazarismo ilegalizou, é o *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, de A. H. Oliveira Marques (2 volumes, Lisboa, Editorial Delta, 1986). Infelizmente a *História da Maçonaria em Portugal*, do mesmo autor, ficou-se pelo século XIX.

As recentes cronologias passaram também a dedicar um espaço particularmente expressivo ao Estado Novo, quer a *História de Portugal em datas*, do Círculo de Leitores (1994), quer a mais especializada obra de João Morais e Luís Violante (*Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e*

sociais. Portugal. 1926-1985, Lisboa, Livros Horizonte, 1986), quer a mais recente cronologia comparada, dirigida por António Simões Rodrigues (*História Comparada. Portugal. Europa e o Mundo. Uma visão cronológica*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997), quer ainda a obra recente de José Adelino Maltez, que pretende ser uma «biografia do Portugal Político», não apenas do período salazarista, mas sim de uma vasta faixa cronológica que vai do século XIX ao século XXI (*Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao século XXI*, vol. II, 1910-2005, Lisboa, Tribuna da História, 2005). Sobre as temáticas da Ditadura Militar e do Estado Novo, um especialista em cronologia (a quem se deve também uma cronologia sobre história diplomática, outra sobre o período liberal e ainda uma outra sobre a Primeira República), o embaixador Fernando de Castro Brandão, acaba de publicar duas obras: *Ditadura Militar. 1926-1933. Uma Cronologia* (Lisboa, Europress, 2007) e *Estado Novo. Uma Cronologia* (Lisboa, Livros Horizonte, 2008).

Algumas revistas têm dedicado números especiais ao Estado Novo ou têm-lhe destinado muitas páginas. Para além da *Análise Social*, que — como vimos atrás — iniciou uma publicação temática sobre o século XX, resultante de um congresso que já hoje tem um significado na história da história acerca da centúria passada e sobre o Estado Novo, e para além de múltiplos artigos e temáticas relacionadas com o salazarismo que têm ocupado alguns dos seus volumes, pode referir-se o caso da revista *Vértice*, que tem uma certa tradição de militância oposicionista ao regime de Salazar, que em Abril de 1989 publicou um número temático («Em questão: Salazar e os Fascismos»). No âmbito das revistas universitárias, pode citar-se também a *Revista de História das Ideias*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que, em 1994-1995, dedicou dois volumes ao tema «Do Estado Novo ao 25 de Abril». E a revista de História de maior sentido de divulgação, exactamente com o título de *História*, na sua 2.^a série dirigida por Fernando Rosas (e com a colaboração de Luís Farinha), dedicou uma grande parte da sua edição ao Estado Novo. Os cursos de Verão de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa têm igualmente destinado algumas das suas sessões ao Estado Novo, motivando a publicação de volumes de actas com as respectivas lições. E têm-se publicado algumas antologias, que englobam

estudos sobre este período, como o recente livro *Portugal em análise*, coordenado por Pedro Lains e Nuno Estêvão Monteiro (Lisboa, ICS, 2007), onde Manuel Braga da Cruz e Manuel de Lucena voltaram a reflectir numa perspectiva mais global ou numa perspectiva mais específica sobre o sentido do salazarismo.

Mas, não pretendemos aqui individualizar os inúmeros artigos que encontramos em revistas. As já referidas e tantas outras, tais como *Penélope*, *Clio*, *Estudos do Século xx*, *Biblos*, *Revista Portuguesa de História*, *Revista de História Económica e Social*, *Ler História*, apresentam artigos que devem ser referenciados numa análise mais detalhada.

Perspectivas futuras acerca dos estudos sobre o Estado Novo

Em conclusão: a Época Contemporânea e, nela, o período do autoritarismo salazarista e marcelista, tornaram-se comuns na historiografia portuguesa, podendo mesmo dizer-se que constituem uma das áreas de maior produção, com as vantagens e desvantagens inerentes

Há que fazer, porém, uma paragem e pensar melhor o futuro dos estudos sobre o Estado Novo. Será um mundo de novos problemas a abordar. No entanto, permitimo-nos destacar alguns pontos que nos parecem fundamentais para um avanço verdadeiramente inovador:

1.º Importa elaborar uma base de dados para se conhecer, com relativo pormenor e rigor, as séries documentais que se encontram sobre esta temática nos arquivos portugueses e estrangeiros. O caso do «Arquivo Salazar», tratado por Madalena Garcia, é um caso quase singular de guia de uma dessas séries existentes na Torre do Tombo (*Arquivo Salazar. Inventário e índices*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992), que se veio juntar aos volumes de abrangência mais ampla sobre «História Contemporânea», preparados por Joel Serrão, Maria José Leal e Miriam Halpern Pereira (*Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea*, 3 vols., Lisboa, INIC, 1984-1985) e a que veio ser acrescentado o volume recente, de sentido ainda mais amplo, *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, e

o guia do arquivo de Marcello Caetano (*Catálogo. Arquivo Marcello Caetano*, 2 vols, Lisboa, Torre do Tombo, 2007). Entretanto, coordenado por Fernando Rosas e realizado por Luís Farinha e outros autores, foi já apresentado (no Tribunal da Boa Hora, em Julho de 2008) o trabalho de organização geral da documentação dos Tribunais Políticos da Ditadura e do Estado Novo, que será, por certo, objecto de uma publicação em DVD ou mesmo de um livro. Só assim se poderá elaborar um verdadeiro guia que será também um livro branco, e um livro negro, dos arquivos em Portugal sobre história do século XX.

2.º Parece-nos também de grande significado a elaboração de uma base de dados que se vá completando para se conhecer, com suficiente latitude, as obras de consulta e as fontes para o estudo do Estado Novo. Algo idêntico à *Bibliografia orientativa del fascismo*, dirigida por Renzo de Felice e que hoje já se encontra desactualizada (Roma, Bonacci, 1991).

3.º Mas, na verdade, qualquer base de dados tem hoje de ter um suporte informático *on line* ou em DVD. É, pois, um repto a constituição de uma base logística deste tipo, de estrutura acessível, apesar da sua natural complexidade, que deveria ser organizada com a colaboração interdisciplinar de vários investigadores, arquivos, bibliotecas, centros de pesquisa e outras instituições. A digitalização de documentos e ilustrações (incluindo imagens), já iniciada em vários casos, como as actas da Assembleia Nacional (vide: www.parlamento.pt) ou as agendas de Oliveira Salazar que se encontram na Torre do Tombo (vide: <http://www.ttonline.iantt.pt>) são a prova do que se pode fazer neste domínio. Um projecto ambicioso, já antigo, do centro a que pertencemos — Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20) —, a que chamámos «Pró Memória – Portugal 20», coordenado por Armando Malheiro da Silva (professor do curso de Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), teria essa intenção, infelizmente nunca até agora concretizada devido à falta de apoios, pessoais e financeiros.

4.º Importa fazer um ponto de situação sobre temas menos analisados, como as questões do «Ultramar», não apenas vistas pela perspectiva portuguesa, em conjugação com o colonialismo europeu e numa visão

de história comparada, mas também pela perspectiva anticolonialista e dos países agora independentes que estão a construir a sua identidade nacional.

5.º É fundamental abalancharmo-nos no conhecimento de Salazar e de Caetano e de outras figuras do Estado Novo e da oposição, numa verdadeira tendência para desenvolver correctamente uma história biográfica interpretativa.

6.º Torna-se necessário conhecer o regime de Salazar e Caetano numa perspectiva não isolada, interna e externamente. Ou seja, é preciso estudá-lo, na sua relação com o passado republicano e monárquico, pois é no início do século XX, senão no fim do século XIX, que se está a formar a ideia do «Estado Novo», mas também na sua relação com os regimes e movimentos de ideias que se verificaram e instalaram noutros países, nomeadamente na Itália.

7.º Importa distinguir Salazar, salazarismo e Estado Novo. Só assim se poderá fazer uma verdadeira reflexão dialéctica com o conceito de «fascismo» entendido em sentido «genérico», tema de grande significado, a que os historiadores têm fugido, nomeadamente através do silêncio ou contornando o problema.

8.º É fundamental, no plano pedagógico, distinguir os vários discursos, não confundindo memórias, narrativas jornalísticas, obras de ideologia historiográfica (que merecem ou podem merecer, no entanto, uma leitura crítica) com História, entendida como Ciência. E mesmo dentro desta há que definir — sem qualquer sentido de censura, mesmo que científica — critérios de qualidade para publicação ou, pelo menos, para leitura, evitando obras pouco significativas ou até medíocres, por vezes com grande amnésia em relação ao que já se investigou e escreveu, que inundam o mercado livreiro.

9.º Neste mundo marcado pelo excesso de informação (crise de quantidade e de qualidade) há que ter cautela com a proliferação de informação pouco rigorosa e não credenciada, embora surja muitas vezes com um sentido justificador, legitimador e até de «branqueamento» do passado.

10.º Há que realizar uma verdadeira luta pelo rigor da História, na base de que a Ciência é sempre mais «revolucionária» (no sentido correcto

da palavra) do que as ideologias. São necessários novos combates pela História, entendida como investigação e como ensino. Só assim se poderá contribuir para a formação de uma memória que corresponda a uma verdadeira consciência crítica sobre a História, neste caso a História do Estado Novo.

NOTA FINAL: Deve voltar a salientar-se que, para além de algumas obras não se encontrarem aqui referidas, por opção, por desconhecimento ou por simples esquecimento, só foram registadas aquelas de que se tiveram conhecimento até Novembro de 2008. Eventualmente publicar-se-á electronicamente este levantamento historiográfico, de forma a ser actualizado periodicamente, pelo que se agradece todas as informações de modo a poder melhorar este estudo.

(Página deixada propositadamente em branco)

POSFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

A primeira e a segunda edições. Agradecimentos...

Este livro, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, de que se publica agora a segunda edição corrigida, teve a primeira em Fevereiro de 2009.

Apresentada no café do Teatro Académico Gil Vicente, de Coimbra, a 14 de Março deste ano, por Fernando Catroga, voltou a sê-lo em Lisboa no dia 17, desta vez pelo meu colega da Universidade Nova, Fernando Rosas, com amáveis palavras de introdução do Doutor Mário Soares, Presidente da Fundação que tem o seu nome, onde a sessão se realizou.

Em poucos meses a primeira edição estava esgotada. Significa isso um êxito de livraria? Nem tanto e não digo isso por falsa modéstia, mas por simples respeito para com a verdade. A Imprensa da Universidade — que publica os livros científicos por honrosa missão e não por intuito essencialmente comercial, apesar do apelo constante à rentabilidade e ao lucro dos serviços universitários de que tanto se fala, o qual por vezes coarcta os seus autênticos objectivos — não faz grandes tiragens e o livro teve logo uma venda excepcional nas sessões de apresentação. Assim, a edição esgotou-se poucos meses depois.

Eis a razão desta segunda edição, em que aproveitei para fazer algumas correcções (com o apoio generoso de ex-orientandos, como o Sérgio Neto e o Renato Nunes) e para a qual resolvi escrever este Posfácio, entre outros motivos também para agradecer à nova direcção da Imprensa da Universidade, agora presidida pelo meu colega João Gouveia Monteiro, e para renovar os meus agradecimentos aos poucos que ali trabalham, com enor-

mes dificuldades, desenvolvendo uma acção de notável significado no panorama editorial das universidades, pouco significativo em Portugal, ao contrário do que sucede noutros países, onde as *Presses Universitaires* ou as *University Press* constituem verdadeiras referências. Afinal a história da IU está relacionada com o tema deste livro — de origens pombalinas, a sua missão foi bruscamente interrompida pela acção ditatorial de Salazar, em 1934, e só foi retomada há cerca de uma década. Para além de manifestar o meu reconhecimento a todos, bem hajam especialmente o Dr. António Barros, que planeou as excelentes capas e o *design* da obra, e o Senhor António Resende, pela paciência, o gosto e o cuidado que manifestou nos trabalhos de pré-impressão e de correcção.

Dos meus mestres à «essência do ensaio»

O meu colega e velho companheiro de jornada universitária Fernando Catroga, ao apresentar a primeira edição deste meu livro, procurando captar a sua essência, chamou a atenção para três ou quatro pontos mais importantes. Um deles foi exactamente o facto de, em subtítulo, o ter caracterizado como «ensaios», mais precisamente, *Ensaios de História Política e Cultural*. Referiu-se então ao facto de eu ter sido provavelmente influenciado por Joaquim de Carvalho e por Sílvio Lima, na minha concepção problematizadora da História.

Afirmei em resposta que com ele concordava, pois um deles fora um dos meus mestres. Isto sem que, obviamente, me esquecesse de José Sebastião da Silva Dias, o que teria sido uma omissão imperdoável se não tivesse a justificá-la o facto de eu, como o Fernando Catroga, integrar de tal modo a sua lição, feita de coisas boas e coisas menos boas, que, mesmo sem falar dele, estou efectivamente a falar. Com ele aprendi a investigar e a investigar no campo da História Contemporânea, que era quase tabu para quem frequentava o curso de História nesse já longínquo primeiro lustro dos anos sessenta. Com Silva Dias aprendi a estudar o Liberalismo e a Contra-Revolução, que me serviram de pedra de toque para vir, anos mais tarde, depois de deambular por vários temas, a investigar sobre os «Estados Novos» e o «Estado Novo» de Salazar.

Mas voltemos à reflexão de Fernando Catroga. Joaquim de Carvalho nunca foi meu professor. Morreu dois anos antes de eu entrar na Universidade. Todavia, fez sempre parte do conjunto de autores que nos servia de modelo, não só pelos temas abordados (alguns sobre História Contemporânea), mas pela sua metodologia de análise das ideias, área especial em que me integrei. Sílvio Lima foi, como disse, meu professor, logo no primeiro ano, na disciplina de Teoria da História. Não deixava, nesses tempos difíceis, de falar do marxismo, citando o livro de Juan Clemente Zamora, *El Proceso Histórico* (La Habana, J. Monteiro, 1938), depois traduzido para português. Mas as suas concepções eram essencialmente pautadas pela ideia espiritual de liberdade e daí ter abordado e integrado a «essência do ensaio». O seu opúsculo dos anos quarenta, que conhecíamos em edição já mais recente, *O determinismo, o acaso e a previsão na História* (Coimbra, Coimbra Editora, 1958), era uma das obras sobre a qual reflectíamos. Só mais tarde, contudo, vim a descobrir o passado do mestre, cujas aulas frequentei no ano lectivo de 1960-1961. Depois conheci a sua polémica com sectores católicos a propósito do Cardeal Cerejeira, ou de Manuel Gonçalves Cerejeira, seu colega na Faculdade e um dos militantes do CADC e do Centro Católico Português, que, em 1924, escrevera o livro *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, onde tentava forçar o acordo entre a Fé e a Razão. Conheci e, por isso, comecei a estudar o «caso Sílvio Lima», que, ao mesmo tempo que se formava o Estado Novo, teve a coragem de enfrentar a hierarquia católica e uma tese hegemónica nas ideologias vitoriosas. De tal modo essa tese se tornou importante, que viria até a ser glosada no cinema, já em 1943, pelo cineasta monárquico e católico Jorge Brum do Canto, no filme *Fátima, terra de Fé*, abordando, de forma indirecta mas evidente, sem que tal originasse qualquer pleito, o caso de Bissaya Barreto, construtor de uma importante política de assistência e de educação ainda hoje considerada, iniciado na Maçonaria pela loja «A Revolta», provavelmente nunca convertido ao Catolicismo, mas convertido, sem dúvida, ao Estado Novo de Salazar, de quem foi amigo ao longo da vida. Só mais tarde soube ainda que esse debate sobre o papel da Razão e da Fé no campo da Ciência teria sido afinal a causa principal da demissão compulsiva de Sílvio Lima em 1935 (tema de um dos ensaios deste livro), que só regressou à Universida-

de no início dos anos quarenta, altura em que se aproximava a primeira cosmética do salazarismo.

Sílvio Lima escreveu, todavia, sobre diversos temas, entre eles inclusivamente sobre o desporto (*Ensaio sobre o desporto*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937), para além de vários outros, um dos quais («História, *magistra vitae*», 1968), em resposta a um inquérito acerca da Universidade em tempo de crise, que não chegou a ser publicado no jornal *A Capital* por ter sido proibido pela Censura. Pouco ou nada sabíamos, na qualidade de estudantes e mesmo depois, desse seu labor e dessa sua luta e só a pouco e pouco fomos compreendendo o drama do intelectual em que pressentíamos alguma angústia, mas nos apresentava os problemas com objectividade e clareza, num discurso brilhante e pedagógico e, como tal, sempre aporético.

Um outro ensaio que vim a conhecer (felizmente, para além dos textos originais que possuo, comprados alguns em alfarrabistas, foram-me oferecidas as suas *Obras Completas*, publicadas em dois volumes pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2002), talvez dos mais interessantes pela originalidade do tema, é precisamente o *Ensaio sobre a essência do ensaio* (Coimbra, Arménio Amado, Editor, 1944). Sílvio Lima, partindo da análise dos *Ensaio* de Montaigne, autor que pela primeira vez terá usado o vocábulo, tenta ali explicar o sentido do «ensaio», captando as suas características fundamentais.

Como primeira característica considera: «o *auto-exercício da razão*», o qual, porque «repele toda e qualquer autoridade externa», «busca, dentro da disciplina *interior* da própria razão legisladora, tornar inteligíveis as coisas» (pp. 55-56). Desta forma, na concepção do ensaio estão implícitas, segundo o autor, três ideias: «o *auto-exercício das faculdades*», «a *liberdade pessoal*» e «o *esforço constante para pensar original*». E, reflectindo em conjunto sobre esta primeira característica, escreve:

[...] *só na medida em que pensa, e enquanto pensa, é que o eu se liberta*. O ensaio constitui, pois, uma escola de liberdade. Montaigne coloca a liberdade no *princípio*, no *meio* e no *fim* da educação. O ensino da liberdade faz-se através da liberdade e pela liberdade (*learning by doing*) como o nadar se ensina através de o nadar e pelo nadar. A liber-

dade é uma *conquista pessoal*; não é uma dádiva, mas o fruto agrídoce do *conatus* [esforço] do eu que *quer* ser livre (auto-determinação). Repitamos: que *quer* ser livre. De aqui se tira o seguinte corolário: se o pensar é que liberta o eu, segue-se que a liberdade é um bem sempre precário, ou frágil; *ganha-se pelo pensar, como se perde pelo não-pensar*. A liberdade não é um *estado*, portanto, repouso, mas um acto ou *função*, portanto, um aspirar, um esforçar-se. (p. 57)

Quanto ao que considera a segunda característica dos ensaios, entende que eles exprimem «as *experiências*, o saber que se destila da vida, o “saber de experiências feito”» (p. 60). E culmina a análise desta segunda característica com estas palavras, em que invoca uma vez mais Montaigne: «Atente o Leitor nestas notas: *vivência, universalidade, exercício, autonomia crítica*. Elas representam o nervo não só dos *Ensaaios* de Montaigne, mas de todo o ensaio e do ensaísmo em geral» (p. 63).

Finalmente, como terceira característica, acentua o papel da crítica no ensaio: «*A crítica é a ginástica do intelecto*» (p. 63). E esclarece: «Se o ensaio constitui um auto-exercício do intelecto sobre a matéria experiencial, o ensaio — por isso mesmo que é *auto-exercício* — tem de ser necessariamente crítico. A crítica é a antítese do obscurantismo e traduz o repúdio do sono dogmático. A crítica está para a razão como a marcha para o corpo. Este só se auto-exercita, andando, como a razão, criticando» (p. 63).

Depois de várias outras reflexões sobre o tema, com diversas citações e considerações críticas, sobre Clenardo ou Montaigne ou Agostinho da Silva, assevera:

Que todo o ensaio é, e deve ser, crítico, vislumbra-se logo no próprio título do ensaio. Ensaio vem da palavra *exaguium*. Ora esta palavra refere-se ao exame valorativo, à contrastaria das moedas (avaliação do seu toque, título, quilate, ou dinheiros de fino). Ensaiar é fazer prova, analisar: *monetam inspicerere*. Em francês «*essayer*», ou no estilo arcaico «*asayer*». (p. 68)

E, tendo sempre como modelo Montaigne, termina a sua reflexão sobre as características dos ensaios:

Deste modo, se os *Ensaio*s constituem [para Montaigne] o fruto de 21 anos de composição e recomposição (derivados das sucessivas leituras e experiências), os *Ensaio*s são, *ipso facto*, não a justaposição ou o encaixe artificial de peças desconexas mas, como escreve Srowski, o desenvolvimento de um organismo vivo, que medra física e mentalmente «du dedans et dans toutes ses parties». Obra genética, funcional, produto de uma perpétua *assimilação* ou intuscepção. (p. 76)

Na verdade, não tendo lido recentemente este ensaio de Sílvio Lima (nem os *Ensaio*s de Montaigne), revejo-me na sua perspectiva, embora muito humildemente, como modelo para caracterizar os meus ensaios. Sempre achei que não devia aceitar a «autoridade» em Ciência. Entendi que tudo em História se tem de pôr em causa, se tem de desconstruir, para depois se voltar a construir, mesmo que seja para seguir quem analisou já o tema que abordamos. A História é um exercício de liberdade, que resulta da experiência das leituras e releituras dos documentos, exercida com espírito sempre crítico e autocrítico. Os ensaios que constituíram este livro — dissemo-lo nas Palavras Prévias — não são uma justaposição de textos, mas supõem sim um trabalho de interação, sempre discutível e que eu próprio sempre questiono. Daí a minha compreensão, entendimento e valorização dos outros investigadores que abordaram os vários temas e também, obviamente, as minhas considerações críticas. E com isto não quero dizer — conforme afirmei — que a História é um exercício de *subjectividade*. Ela pauta-se por critérios que pretendem ser universais — *objectivos* é a palavra que adoptei. Sou ou tento ser um historiador *objectivista*, tendo em conta que a História é uma Ciência e que (como já afirmei algures) a Ciência é verdadeiramente *revolucionária*, no sentido que ela é uma conquista do sentimento e da razão, uma tentativa de encontrar o sentido da “realidade”, uma conquista livre que resulta do exercício sempre em desenvolvimento, sempre *em função*, a interpretar e a reinterpretar, a corrigir e a corrigir-se...

Daí que tenha adoptado, como modelo, na epígrafe do meu livro, a frase de um outro cientista e ensaísta de uma formação bem diferente da minha e, obviamente, de outra estatura, Bento de Jesus Caraça. O texto,

que se encontra no início do primeiro volume, está também à porta daquela que foi, de algum modo, a sua escola e, *mutatis mutantis*, no seu busto modelado por Martins Correia, que se encontra no museu da Golegã: «Se não receio o erro é porque estou sempre pronto a corrigi-lo».

Para um «Ensaio sobre os erros...»

A mesma frase de Caraça poderia servir de base para a reflexão que acrescento agora.

António Ferro (tão falado neste livro), num dos seus sugestivos delírios modernistas — apesar de sempre se confessar um republicano de direita, ainda faltava algum tempo para ser o homem da propaganda do Estado Novo —, afirmava no fim da *Teoria da Indiferença* (Lisboa, Portugália, 1920):

ERRATA

É possível que este livro tenha qualquer errata. Para o verificar, porém, teria que me dar ao trabalho de o ler. Ora, eu sou autor deste livro, não sou leitor... Se o escrevesse para mim, não o entregava aos outros...

Ao contrário da *blague* de Ferro (emprego o francesismo utilizado na época), devo confessar que sou sempre o primeiro leitor dos meus textos. E, apesar de o autor ser um mau leitor do que ele próprio escreve, sou o primeiro a dar conta, dramaticamente, de alguns dos meus próprios erros e das gralhas que constantemente se encontram nas obras, sobretudo em obras extensas como esta. Isabel da Nóbrega, num programa da RDP, «O prazer de ler», que por vezes ouço com interesse, queixava-se há algumas semanas da existência cada vez maior de gralhas nos textos, o que originou, depois, noutro programa que também ouvi, a raiva do autor de um *blogue* que, ridiculamente, entendia essa afirmação como «elitista», pois os «bloguistas» — agora tão na moda, sendo de todas as formações e categorias — têm o direito de escrever e nem sempre têm cultura e escrevem necessariamente à pressa, com erros e gralhas.

Sem fundamentalismos, partilho da opinião da escritora e vejo com anústia muitas gralhas, erros de ortografia e erros de substância que me perturbam. Mas, pior do que esses erros (em que todos incorremos, involuntariamente), é não encontrar nenhuma gralha nos textos, cuidadosamente revistos por profissionais, em obras de «literatura» ou de «história» *light* que não mereciam a «honra» da publicação pela imprensa, pelo menos por parte de editoras de referência.

Estamos, na verdade, num estranho mundo editorial, de distribuição e livreiro. Grandes editoras publicam obras inconcebíveis que, com habilidosas operações de *marketing* e através das «grandes superfícies» de vendas, se tornam *best sellers*, enquanto outros textos de interesse jazem em estantes escondidas no interior das livrarias, quando por lá aparecem. Ainda há pouco, numa livraria de renome, logo na entrada, encontrava um «romance» de uma popular apresentadora de televisão, que em parangonas era apresentado, mais ou menos, como «o livro mais esperado do ano!» Entretanto, procurava sem sucesso uma obra significativa de História, acabada de sair. O funcionário assegurava-me que havia o livro e levou-me a uma estante escondida, apressando-se a justificar que, desde que a secção de História fora «lá para trás», se vendia muito menos... Mas, todavia, estava numa grande escaparate da entrada outra obra «dita de história», da mais pura e anedótica ficção, em que uma grande editora apostava como produto sensacional, de «venda garantida».

Esta situação humilhante recorda-me o que dizia Ortega y Gasset vai para oitenta anos, na sua famosa conferência *Misión de la Universidad*, a propósito do jornalismo do seu tempo, ele que também era jornalista e que publicara o seu discurso, inicialmente, num periódico, *El Sol*:

Cuanto más importancia substantiva y perdurante tenga una cosa o persona menos hablarán de ella los periódicos, y en cambio destacarán en sus páginas lo que agota su esencia con ser un «suceso» e y dar lugar a una noticia. (*Misión de la Universidad*, Madrid, Revista de Occidente, 1930, p. 142).

Portanto, o erro maior de um livro pode não ser conter gralhas e erros, mas ser ele próprio *um erro*.

Todavia, porque é que os livros contêm (às vezes muitos) erros e gralhas? Começemos por distinguir os dois conceitos, até para dar ênfase ao que acabamos de dizer: «erro» pode significar — como se vê em qualquer bom dicionário — «inexactidão», «culpa», «engano», «pecado», «ilusão», «doutrina falsa»...; «gralha» significa tão-só «erro tipográfico». Portanto, um «erro» é normalmente atribuído ao autor, enquanto a «gralha» é atribuída ao «tipógrafo». Mais lata e modernamente, a culpa é imputada ao «compositor» (dantes o tipógrafo), o qual, hoje, é o «informático» que compõe e formata o texto — que, todavia, na maioria das vezes, numa primeira fase, é escrito no computador pelo próprio autor — e ao revisor, que existia em todas as editoras, mas que hoje é em certos casos apenas o autor do livro ou um seu colaborador. Ora, como se sabe e como já se disse, o autor é normalmente um mau corrector.

Nesta perspectiva, o erro tem de ser assumido por inteiro pelo autor, podendo ser um erro a publicação de um livro. *Errare humanum est*, na frase latina que se tornou vulgar, depois de tantas vezes usada, ou, numa forma menos comum, *errando corrigitur error* («errando corrige-se o erro»). Eis por que me serviu de modelo de inspiração a frase de Bento de Jesus Caraça, género de afirmação de um cientista que sabe que algumas vezes se engana, por sua culpa ou por culpa da sua memória e até da sua imaginação ou da sua ficção, dado que também a Ciência, a História (no nosso caso), é a arte de «modelar» (raiz da palavra «ficção») um texto, texto esse de carácter narrativo, interpretativo ou explicativo, que supõe muitas vezes o conhecimentos em domínios nos quais não se é especialista. Daí que o autor não deva confiar muito na sua memória, ainda que por vezes o *lapsus calami* ou o *lapsus linguae* se sobreponham a ela, e muito menos na sua imaginação. E daí que deva constantemente — o que nem sempre faz por falta de condições, de tempo ou por esquecimento — consultar especialistas, nem que por especialistas se possam entender também livros de especialidade.

Alguns erros que cometi — por mim detectados ou que foram encontrados na primeira edição por amigos ou críticos, ainda que cada vez mais faltem críticos neste panorama cultural em que vivemos, de quase pura aceitação, resultante até da falta de leitura das obras — foram aqui corri-

gidos e sê-lo-ão sempre, se houver outras edições. Mas não poderão ser entendidos como «erros» as nossas próprias lógicas de interpretação e críticas, desde que fundamentadas em argumentos objectivos, com base nas representações da «realidade» que são os documentos, «realidade» que é também, afinal, «uma representação». O que não significa que essas interpretações não possam e não devam ser consideradas discutíveis e discutidas.

As gralhas..., essas hoje têm muitos «responsáveis», sendo um deles a ausência de «revisores». Por exemplo, a Imprensa da Universidade em que esta obra foi publicada tinha antes, quando foi extinta por decisão de Salazar, entre os cerca de setenta funcionários (deve recordar-se que um dos seus trabalhos era o da composição tipográfica e a da impressão) um secretário-revisor e dois revisores ajudantes, o que agora não sucede, vivendo heroicamente com um número restrito de funcionários, a grande maioria sem qualquer vínculo à instituição. Sinal dos tempos! Mas as gralhas resultam muitas vezes da escrita do «compositor» que, como se disse, é, numa primeira fase, geralmente, o próprio autor, agora convertido à situação — mercê do avanço da tecnologia da escrita e da informação — de compor informaticamente os seus textos, o que se tornou um exercício nem sempre fácil, sobretudo quando dantes não era o dactilógrafo deles mesmos e se limitava a escrevê-los «à mão» («manuscritos», depois transformados por um profissional em «dactiloscritos», sucessivamente corrigidos antes de seguirem para a tipografia), no meu caso, com «caneta de tinta permanente». Escrever gralhas em computador é um acto diferente do que escrevê-las em manuscrito. Naquele caso, há mesmo gralhas resultantes do próprio programa informático que se utiliza para processar o texto ou da forma como ele é usado. Porque razão, quando agora escrevo «política» e «político», ou «crítica» e «crítico», e outras palavras esdrúxulas idênticas, tenho de voltar atrás para outra vez acentuar a sílaba tónica? Mas, por vezes, é o «informático», como «formatador» do texto, que altera, na melhor das intenções, a escrita, ou não corrige como deve ser as alterações do revisor-autor, em função de um trabalho mais rápido e automático do que a paciente junção dos tipos, um a um, em composição manual, usado quando publiquei o meu primeiro livro, em 1973.

Enfim, são múltiplos os factores que concorrem para a acumulação de gralhas que igualmente procurei corrigir. A última que apresento é a de uma ausência que se verifica geralmente nos actuais livros — a falta de uma Errata ou Corrigenda, com que o autor conseguia resolver *in extremis* o problema dos erros e das gralhas.

Mas, desdramatizemos, uma vez mais, os erros e as gralhas que se encontram nas obras, que se descobriram na primeira edição deste livro e que se detectarão agora também nesta segunda edição, porventura com mais alguma gralha que a recomposição originou. Para tal terminemos com uma «estória» que me foi contada por um editor:

Uma importante casa editorial pretendeu fazer uma edição da Bíblia sem nenhuma gralha. Para tal contratou os melhores especialistas e os melhores revisores. Depois de revisões sobre revisões, o livro foi finalmente impresso numa edição de luxo. Só que... tinha uma gralha logo na primeira página.

Si non è vero, è bene trovato.

Anexo ao Anexo

Terminei este livro com um Anexo que intitulei «Em vez de uma Bibliografia... um levantamento historiográfico», fazendo um estudo, extenso mas necessariamente sumário e só relativamente crítico, em especial sobre o que se escreveu acerca do Estado Novo. Considerei como limite dessa minha relação «historiográfica» (em sentido amplo, pois muitas obras não eram propriamente de historiografia) os livros saídos até Novembro de 2008, altura em que entreguei as últimas provas na editora. Todavia, não omiti a possibilidade de não ter citado certas obras, por desconhecimento, esquecimento ou assumida opção, tendo, além disso, afirmado que não seleccionei em geral os artigos que, em grande quantidade e, por vezes, de grande significado, poderemos encontrar em revistas, das quais citei algumas.

Entretanto, até à data que terminei este Posfácio para a segunda edição, foram surgindo algumas obras publicadas, umas de grande importância,

outras de algum significado e outras ainda que poderia englobar no que chamo a «salazaromania» (perdoe-se o neologismo), muitas vezes de sucesso editorial. Referirei algumas, esquecendo necessariamente outras ou citando mesmo obras antes omitidas. Quanto às obras «sensacionalistas» sobre Salazar, apenas as poderei citar para referir o que não devia ter sido escrito, ou até nem sequer devia, por certo, ter sido publicado, ainda que seja interessante tentar perceber o significado da sua edição.

Comecei por uma visão geral sobre a historiografia relativa ao Liberalismo e à República. Apenas desejo acrescentar que, anunciando a publicação de obras específicas e actas de colóquios diversos que surgirão no ano de Centenário da implantação da Primeira República, Maria Fernanda Rollo (que se encontra ligada à Comissão Nacional das referidas comemorações) e Fernando Rosas coordenaram uma obra com quase uma vintena de textos de alguns autores de referência que estudaram a época (outros igualmente importantes não fizeram parte da colectânea), intitulada precisamente *História da Primeira República* (Lisboa, Tinta da China, 2009). No domínio dos ensaios de interpretação histórica, tipo de estudo que caracterizou a sua forma de escrita sobre o tema, bem como sobre outros temas cronologicamente anteriores e posteriores, Vasco Pulido Valente publicou um volume denominado *Portugal. Ensaios de História e de Política* (Lisboa, Alêtheia, 2009).

Mas, deixemos a República, pois será por certo uma área que deve vir a merecer um estudo bibliográfico próprio, dado que 2010 será talvez um ano de viragem na sua investigação, e refiramo-nos sobretudo ao Estado Novo, até porque foi essa a área a que principalmente me dediquei. E comecemos por uma bibliografia, logicamente já desactualizada, que Fernando Castro Brandão, que subscreveu (como vimos) alguns estudos cronológicos, me enviou e que desconhecia, o que se explica pelo seu tipo de «edição de autor». Trata-se de: *Salazar. Uma Bibliografia Passiva*, editada em 2008.

Entre as obras publicadas ultimamente, importa destacar uma, pela sua importância, a qual, no entanto, já tinha sido referida na primeira edição deste livro como trabalho de grande significado que iria talvez ser impresso (*supra*, p. 411). Trata-se de um primeiro estudo sobre os tribunais políticos, acerca dos quais pouco se sabia, integrado num projecto do Ins-

tituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa: Fernando Rosas, Irene Flunser Pimentel, João Madeira, Luís Farinha e Maria Inácia Rezola, *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Ministério da Justiça/Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2009.

A «Guerra Colonial» continua a ser uma questão sempre em aberto. São comuns os livros que relatam experiências e opiniões, de carácter pessoal e ficcional, mesmo com um sentido de explicação aparentemente histórica e até como forma de homenagem aos camaradas de combate. Como exemplos de casos muito diferentes, pela forma e pela intenção, citem-se dois de aparição recente: Manuel Beça Múrias, *O Salazar nunca mais morre. Cartas de África em tempos de guerra e amor*, Lisboa, Planeta, 2009, e José Lemos Vale, *Guerra Colonial. As razões de Salazar*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2009. Mas, no plano que nos preocupa, o trabalho mais interessante é o de dois historiadores que já dedicaram uma outra obra ao tema, que foi atrás citada (*supra*, p. 350), Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. Trata-se da série, de distribuição jornalística, que, para além dos referidos autores, teve alguns outros colaboradores, que consta de 16 pequenos volumes, intitulada *Os anos da Guerra Colonial* (Matosinhos - Lisboa, Quidnovi, 2009), que foi complementada com uma série de mais 16 opúsculos dedicados ao tema *As grandes operações da Guerra Colonial*. Entretanto, o realizador Joaquim Furtado continuou a transmissão de mais alguns episódios sobre a temática a que chamou *A Guerra Colonial/do Ultramar/de Libertação*, que espero também venham a ser publicados em DVD, como sucedeu com os episódios já anteriormente referidos (*supra*, p. 351).

A história da África colonial continua a ser uma área ainda pouco estudada, tendo uma historiadora conceituada publicado uma obra geral «de colecção», sobre o tema da presença africana entre nós: Isabel Castro Henriques, *A herança africana em Portugal. Séculos XV-XXI* (CTT, 2009). Temas mais específicos originaram teses de mestrado que serão publicadas em Setembro ou Outubro, nesta colecção (“História Contemporânea”). Falamos dos trabalhos, já citados, de Victor Barros e de Sérgio Neto, respectivamente sobre as ilhas como espaço de deportação e de prisão e acerca da visão colonial de Cabo Verde (*supra*, pp. 376 e 355).

Sobre um tema bem diferente, no domínio da história da arte, sairá posteriormente, na mesma colecção, a tese, também atrás referida (*supra*, p. 361), de Joana Damasceno, sobre o lamentavelmente desconstruído Museu de Arte Popular, assim como virá a publicar-se pela Imprensa da Universidade, mas noutra colecção, a citada dissertação de Luís Miguel Vasconcelos Correia sobre os castelos e a sua obra de restauro (*supra*, p. 374).

As questões da Censura continuam a ser vistas só através de análises pontuais, como na obra de um dos raros jornalistas de investigação, agora relativamente ao semanário *Expresso*, já, pois, no que concerne aos últimos anos do marcelismo: José Pedro Castanheira, *O que a Censura cortou* (Prefácio de Francisco Pinto Balsemão. Lisboa, Expresso, 2009). No que diz respeito aos meios de comunicação e informação, apenas sabemos da publicação da 2.^a edição da obra de José Matos Maia, *Telefonia. As memórias da Rádio* (Lisboa, Âncora Editora, 2009), de que conhecíamos a 1.^a edição, do Círculo de Leitores.

As posições de um homem da Igreja Católica, o cónego Urbano Duarte, de Coimbra, figura não alinhada pelo Estado Novo, que se viriam a exprimir, inclusivamente, no próprio CADC, em que militara Salazar, na revista *Estudos*, e no jornal da diocese, *Correio de Coimbra*, foram objecto da publicação de uma tese de mestrado já realizada há alguns anos: Lígia Inês Gambini, *Urbano Duarte. Igreja, apostolado de estudantes e jornalismo. Do Estado Novo ao pós-25 de Abril* (Coimbra, Câmara Municipal, 2009).

As relações de Salazar com a «Monarquia» foram também alvo de um longo estudo realizado por um monárquico assumido, Fernando Amaro Monteiro, que já tinha sido o autor de uma obra que teve a rainha D. Amélia como principal motivo de análise (*supra*, p. 403). O livro agora publicado tem o título: *Salazar e o Rei (que não foi)*, Lisboa, Livros do Brasil, 2009.

Os movimentos e as personalidades da oposição são alvo de vários estudos ou ensaios, que surgem cada vez mais depois de se terem aberto à investigação os arquivos da PIDE ou de se conhecer alguns arquivos particulares, agora disponibilizados pelas famílias, ou de os intervenientes da história aceitarem falar sobre as suas experiências, ou mesmo como forma de marcar posição perante a divulgação (por vezes *má divulgação*) da história do salazarismo.

Recordem-se (até porque esqueci estas referências na primeira edição desta obra) as entrevistas realizadas por Manuela Cruzeiro (uma especialista neste tipo de trabalho, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra) e por Rui Bebiano, a alguns participantes dos movimentos académicos, hoje quase desconhecidos na vida política ou na vida política com visibilidade jornalística (*Anos inquietos. Vozes do movimento estudantil em Coimbra. 1961-1974*, Porto, Afrontamento, 2006) e, anterior a esta publicação, o livro, só coordenado por Manuela Cruzeiro, *Maria Eugénia Varela Gomes: contra ventos e marés* (Porto, Campo das Letras, 2003), de entrevista à esposa do principal protagonista da revolta de Beja. A mesma especialista, no âmbito desse projecto do Centro de Documentação 25 de Abril a que chamou (a meu ver impropriamente) de «História Oral», realizou também uma entrevista a Vasco Lourenço, não só importante para conhecer o processo da revolução, mas também as vicissitudes do regime marcelista e da «guerra colonial». O livro, *Vasco Lourenço, do interior da Revolução* (Lisboa, Âncora Editora, 2009), revelou-se igualmente, como não poderia deixar de ser, um livro polémico.

No campo complexo do cruzamento das memórias e da reconstituição romanceada, mas, seja como for, no campo da ficção de fundo histórico, tendo como base a vida académica e portuguesa dos anos sessenta, com apelos de luta política marxista, o advogado e dramaturgo Jaime Gralheiro escreveu uma extensa obra intitulada sugestivamente *A Caminho do nunca? Ou «minha loucura outros que me a tomem»...* (Ribeirão, Edições Húmus, 2009), tendo como nota de orientação de leitura o seguinte texto: *Estórias na história dos anos 60 para serem lidas/ouvidas/vistas*.

Lembre-se, já com alguns anos, de Raimundo Narciso, a obra, não referida na primeira edição, que é em certo sentido um livro de tipo memorial, de um combatente oposicionista contra o Estado Novo, *ARA - Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000. Muito recentemente José Neves publicou o livro *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história do século xx*, Lisboa, Tinta da China, 2009. E, ainda que não tenha sido arguida em provas de doutoramento, pode desde já anunciar-se a tese de João Madeira, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: «sectarismo», «desvio de direita», «rumo à vitória» (1949-1965)*.

Jorge Cravo, um especialista e um intérprete da canção coimbrã, publicou um trabalho sobre o tema *A canção de Coimbra em tempos de lutas estudantis (1961-1969)*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2009, tendo saído um outro livro sobre José Afonso (*José Afonso: da boémia coimbrã à solidariedade da utopia. 1940-1969*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2009) e estando no prelo um outro sobre Luís Goes. A questão da Universidade e do Ensino e o seu debate, nos anos trinta, em que participaram os intelectuais portugueses de maior relevância, mais ou menos ligados ao efêmero movimento da Renovação Democrática, originou um livro recentemente publicado, no qual fizemos um estudo que serviu de introdução a uma colectânea de textos fundamentais coligidos por António Costa Lobo Vilela (*Lobo Vilela e a polémica sobre a Universidade e o Ensino nos inícios do Estado Novo*. Prefácio de Eduardo Marçal Grilo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço de Educação e Bolsas, 2009).

Miguel Dias Santos, que já escrevera uma biografia sobre Arlindo Vicente (*supra*, p. 383), voltou ao tema, publicando documentos fundamentais do arquivo do seu filho António Pedro Vicente relativos à sua candidatura à Presidência da República: *Arlindo Vicente. As eleições presidenciais de 1958*, Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 2009. Com o apoio da Câmara Municipal de Condeixa — a acção de mecenato das câmaras municipais é, como se vê e verá, felizmente, cada vez mais significativa — foi publicado por Paulo Silva a obra de um dos «filhos da terra», Fernando Namora: *Fernando Namora entre os dedos da PIDE* (Coimbra, MinervaCoimbra, 2009). Em termos de história local e voltando uma vez mais ao tema das prisões do Tarrafal, e também dos Açores, Maria João Duarte publicou, pela Câmara Municipal de Portimão, o livro *Presos políticos algarvios em Angra do Heroísmo e no Tarrafal* (2009). Sobre um movimento próximo do 25 de Abril, Joana de Matos Tornada editou *Nas vésperas da Democracia em Portugal. O Golpe das Caldas de 16 de Março de 1974* (Coimbra, Almedina, 2009).

No domínio não da historiografia, mas das memórias, cujo interesse é inegável para o historiador, Camilo Mortágua, que esteve presente no assalto ao Santa Maria e na ocupação do avião da TAP da carreira Casablanca-Lisboa, publicou o primeiro volume do livro sugestivamente intitulado *Andanças pela Liberdade* (Lisboa, Esfera do Caos, 2009). Numa área mista,

onde se juntam a historiografia e a memória, estão no prelo, num só volume, as actas de dois colóquios realizados em Coimbra, coordenados por Heloísa Paulo, que, para além de textos de historiadores, incluíram testemunhos vivos de figuras da oposição que participaram em vários movimentos, como no golpe de Beja. O seu título será *Memórias da Oposição* e serão publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Por outro lado, em resultado de um colóquio organizado pelo CEIS20 (Heloísa Paulo) e pelo Instituto de História Contemporânea (Helena Janeiro), vão ser publicadas as actas do colóquio, realizado em Coimbra, que celebrou os cinquenta anos da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República.

Noutro sentido, de alguma forma na continuação do dicionário citado sobre os deputados do Estado Novo à Assembleia Nacional (*supra*, p. 358) — que terá como contraponto *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, já no prelo — José Manuel Tavares Castilho publicou uma obra que pretendeu fazer uma análise global, fundamentalmente prosopográfica e estatística, sobre o parlamento salazarista de exclusiva presença dos candidatos da União Nacional/Ação Nacional Popular: *Os Deputados da Assembleia Nacional. 1935-1974* (Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009). Referente à Câmara Corporativa, acaba também de ser defendida em provas públicas, no Instituto de Ciências Sociais (ICS), a dissertação de doutoramento de Nuno Estêvão Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo. Composição, funcionamento e influência* (2 vols., Lisboa, ICS, 2009).

Outras dissertações de doutoramento, não publicadas mas já defendidas em provas públicas, surgiram entretanto. Referimo-nos, por exemplo, à tese de Jorge Pais de Sousa, *Guerra e Nacionalismo na I República e no Estado Novo entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*, e à do italiano Daniele Serapiglia, *Portogallo: corporativismo e tradizionalismo cattolico*.

As biografias continuam a interessar os historiadores e os jornalistas. Neste contexto, destaque-se a publicação parcial da tese de doutoramento de Luís Farinha, já citada na sua versão académica (*supra*, pp. 382-383), sobre Cunha Leal, que, apesar de se limitar especialmente à acção desempenhada pelo político na República, não deixa de ser importante para a compreensão do Estado Novo, por ter sido uma personalidade de referên-

cia, mas também polémica, entre os oposicionistas: *Cunba Leal, deputado e ministro da República. Um notável rebelde* (Lisboa, Texto Editores, 2009). Pese embora tratar-se de um «romance» (de resto premiado), vale a pena citar — até porque só agora o conheci e li — a obra que, sendo, pois, assumidamente de ficção, procurou tratar com critério a vida do principal ministro das Obras Públicas de Salazar, Duarte Pacheco: Filomena Marona Beja, *A cova do lagarto. A história fascinante de Duarte Pacheco* (Lisboa, Sextante, 2007). A fotobiografia continua também a ser um tipo de obra muito divulgado, embora nem sempre revele grande profundidade de análise e por vezes manifeste o sentido da «homenagem». É o caso da obra sobre Bissaya Barreto, da responsabilidade da própria Fundação que tem o seu nome: *Bissaya-Barreto, um homem de causas. Fotobiografia* (Coimbra, Fundação Bissaya-Barreto, 2008). Ferrer Correia, que foi reitor da Universidade de Coimbra e presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, cuja vida atravessou praticamente todo o século xx, foi também tema de uma fotobiografia, da autoria de duas historiadoras, Maria Antónia Lopes e Maria João Padez de Castro: *Ferrer Correia. Uma fotobiografia* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008). Na continuação das fotobiografias coordenadas por Joaquim Vieira (“Fotobiografias do Século xx”), Irene Flunser Pimentel publicou a de *José Afonso* (Lisboa, Temas e Debates, 2009).

No domínio biográfico, é importante, contudo, destacar aqui duas obras entretanto aparecidas, a que vou fazer uma referência especial:

Uma delas, a mais recente, é da autoria de um dos mais promissores historiadores contemporaneístas na área económica e social, Álvaro Garrido, professor da Faculdade de Economia de Coimbra, director do Museu Marítimo de Ílhavo e autor de uma tese de doutoramento, depois publicada e já aqui citada (*supra*, p. 341), sobre a pesca do bacalhau. A personalidade biografada é uma significativa e influente figura do regime, sem que tivesse ocupado alguma cadeira ministerial, embora viesse a assumir cargos de chefia na Legião Portuguesa e tivesse sido procurador à Câmara Corporativa. Acima de tudo, ocupou importantes lugares no domínio das pescas e, tendo sido preso no 25 de Abril, acabou por se exilar no Brasil, onde morreu em 1994, tendo sido sepultado, por sua vontade expressa, com a farda da marinha brasileira. Era uma biografia que a historiografia do Estado Novo

requeria para a compreensão de um sector fundamental da economia e da sociedade do regime, a qual agora acaba por ser concluída por um historiador especializado. A obra, surgida em Maio-Junho de 2009, saiu pelo Círculo de Leitores/Temas e Debates e tem por título *Henrique Tenreiro. Uma biografia política*.

O outro livro, também fundamental pela personalidade visada, com algo de inédito, ainda que tenha sido já objecto de uma fotobiografia do jornalista Joaquim Vieira, é Marcello Caetano. Sem o seu estudo aprofundado não é possível conhecer afinal não só a última fase do Estado Novo, que ele preferiu chamar «Estado Social», numa lógica de «Renovação na Continuidade», mas o próprio Estado de Salazar. Já o disse neste livro, ao dedicar-lhe um capítulo, que há uma certa tendência para diminuir a sua importância no processo de responsabilização do regime ditatorial, tendo tentado explicar as razões deste tipo de representação. Será que esta biografia, caracterizada como «A biografia completa», e com o sugestivo título *Marcello Caetano. O homem que perdeu a fé* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009), veio, de algum modo, concorrer para uma melhor clarificação desta figura do regime?

A sua autora é uma jornalista do conceituado semanário *Expresso*, com um excelente currículo, Manuela Goucha Soares, que realizou — deve notar-se — um trabalho sério. No entanto, o seu livro — de uma leitura fácil e atraente — não deixa de me colocar um problema epistemológico que me surgiu quando escrevi dois livros de carácter mais ou menos biográfico, um no início da minha carreira de historiador (sobre José da Gama e Castro) e outro muito recentemente (acerca de António José de Almeida). Trata-se do poder de envolvimento que nos suscitam as figuras biografadas e a tendência natural para nos preocuparmos demais com certos pormenores, mesmo com alguns aspectos triviais, mas sobretudo para olharmos em especial para a dimensão «humana» do biografado, o que nos afasta da capacidade de interpretar profundamente as suas ideias e a sua acção políticas. Ou seja, um «ditador» ou pelo menos um símbolo político de um regime ditatorial — não eram os casos que analisei, mas será o caso de Marcello — pode ser mais interpretado pelo seu lado «positivo», pelas suas relações humanas, do que pela sua linha de acção política, que deveria

constituir uma abordagem essencial. Ou, de um modo mais directo, no caso da biografia da autoria de Manuela Goucha Soares, acaba por surgir menos a personalidade política de Marcello Caetano, que não é, todavia, esquecida nem intencionalmente «branqueada», do que a sua figura de pai de família, de marido dedicado, debruçado sobre o caso dramático da mulher, Teresa Teixeira de Queiroz de Barros (ainda para mais, filha do pedagogo republicano João de Barros, que teve um bom relacionamento com o genro, e irmã de Henrique de Barros, figura respeitável de oposicionista e de político do pós 25 de Abril, que manifestou desde sempre uma grande amizade pelo cunhado). Surge na consciência do leitor mais o «magnífico professor» (como escreve a autora) ou o «magnífico reitor», que nem sequer compreendeu as posições de Salazar e do seu «pouco inteligente» ministro da Educação nas lutas estudantis, do que o político que assumiu, sempre de forma coerente, embora com alguns desentendimentos de circunstância, uma linha essencialmente salazarista, ocupando os mais variados e significativos cargos políticos do regime e acabando finalmente por defendê-lo radicalmente na sua fase terminal. O que pode afinal mais destacar-se é «o homem que perdeu a fé», que, apesar de finalizar a sua vida no Brasil num exílio quase dourado — se alguma vez se pode considerar o exílio «dourado» —, exercendo a sua profissão (o que não sucedeu com alguns professores e tantos outros políticos da oposição «excomungados» pelo Estado Novo, alguns presos durante muitos anos), acabou por lamentar a falta de apoio de muitos dos seus *compagnons de route* e de sentir dramaticamente as crises de consciência que sempre acompanham a idade mais avançada, a doença e a solidão, sobretudo quando se vive, ou sobrevive, na posição de derrotado, com orgulho ferido, e que lhe trouxeram algumas angústias, e mesmo algumas descrenças, até à sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro em 1980, com 74 anos.

Mas esta biografia de Marcello — resultante de um trabalho cuidado de alguns anos — deve ser salientada como um dos primeiros passos para se conhecer o sucessor de Salazar numa perspectiva mais completa. E deve assinalar-se outra vez que não parece existir na autora uma intenção revisionista, como sucede com outras obras do género, especialmente sobre Oliveira Salazar.

O interesse por Salazar tornou-se uma obsessão, não concretizada, infelizmente, pelos historiadores, em textos biográficos resultantes de uma investigação aturada, mas sim, pragmática e até oportunisticamente, sintetizados em textos de ocasião que, se suscitam a indiferença por parte dos profissionais da História, não originaram a sua expressa repulsa, nem sequer a polémica, quase de todo ausente no nosso panorama cultural, a não ser através de «casos» que possam suscitar o interesse sensacionalista do leitor. De tal modo assim sucede — já nem falo da série de televisão e depois do filme *A Vida Privada de Salazar*, de Jorge Queiroga, os quais mereceram as mais diversas críticas — que a obra de José da Costa Pimenta, *Salazar, o maçõn* (Lisboa, Bertrand, 2009), pôde sair quase impune e percorrer o seu espaço de vendas de (pelo menos relativo) sucesso, sem que se apontasse com firmeza que se tratava de uma obra estranha de mais para ser verdadeira. Digamos, todavia, como que a justificar formalmente os historiadores, que a interpretação onírica do autor não lhes mereceu qualquer reflexão pelo facto de a terem considerado obra sem interesse. Resta, contudo, saber se entre os leitores, alguns deles alunos e professores de História, não ficou a dúvida se o seminarista de Viseu, o militante do CADC, o fundador e doutrinador do Centro Católico Português, o austero professor de Direito que sempre se afirmou católico, o “Chefe” da ditadura estadonovista que proibiu por lei as organizações secretas e que foi alvo, pessoalmente, de um ataque bombista em 4 de Julho de 1937 quando ia à missa à capela de um seu amigo, o que fazia regularmente aos domingos, o responsável máximo pela Concordata de 1940, cujo texto teve como interveniente o seu amigo de seminário, de Faculdade e de posição política, Mário de Figueiredo, foi afinal um maçõn que pretendeu — como se chegou a dizer — constituir um «Estado maçónico»?!

Termino apenas com o desejo de que os estudos sobre o Estado Novo prossigam e que a «salazaromania» não afaste os jovens e os autênticos historiadores de uma das épocas da história de Portugal que merece ainda grandes e profundas pesquisas. São investigações fundamentais para se entender, em toda a expressão, o seu significado no contexto de uma «Europa das ditaduras» (para empregar a expressão, talvez intencionalmen-

te pouco precisa, do *Atlas Historique* de Georges Duby) ou de uma «Europa dos fascismos» ou, pelo menos, influenciada pelo «modelo fascista», e de uma «Europa das democracias e dos regimes comunistas», que se lhe seguiu no pós-guerra, e de um mundo que viu sucessivamente cair os regimes coloniais, mesmo que substituídos por outros «colonialismos» ou «neo-colonialismos» ou pela incapacidade ou dificuldade de gerir as «independências», surgindo guerras civis que duraram muitos anos. O certo é que se deu, entretanto, já depois da queda do Estado Novo e de um tempo marcado pelas influências marxistas, o regresso em força de concepções «liberais», neo-liberais, agora (como era de esperar) em crise neste início do século XXI, o que faz sonhar por vezes com «outras vias» de construção política e até com saudades do regime e do Império.

Como historiador do Estado Novo, termino, recordando, como motivo de regozijo, a anunciada descoberta do «arquivo perdido de Salazar», que a Torre do Tombo está a catalogar e que alguns jornais divulgaram com ênfase das grandes notícias (ver *Público*, 18.04.2009). Mas trata-se de uma mera motivação pontual, que, no entanto, pode realmente abrir ainda mais o objecto da pesquisa.

O verdadeiro motivo de contentamento, mas por enquanto só de esperança, só poderá surgir se pensarmos que a ciência e a cultura poderão um dia sobrepor-se ao espectáculo lamentável que por vezes nos dão os *média*; que a História pode afirmar-se para além das «estórias»; que a verdadeira *Universidade* — sem com isto se excluir a necessidade de também ela dever ser uma instituição prática, ao serviço da sociedade — um dia deixar as suas veleidades empresariais e afirmar-se como unidade e pluralidade difusora da Ciência e da Cultura, com «imaginação», no contexto das «circunstâncias» mas para além das «circunstâncias».

Figueira de Lorvão - Coimbra, 12 de Junho – 7 de Agosto de 2009

PS: O «Anexo ao Anexo», com que terminámos este Posfácio, que completa o texto «Em vez de uma Bibliografia... um levantamento historiográfico», embora com outra estrutura, poderá vir a ser publicado *on-line* no programa Pró Memória, do CEIS20, a que nos referimos (*supra*, pp. 353-354 e 411) e que agora é dirigido por Alda Mourão, tendo como investigadora Heloísa Paulo.

SUMÁRIO GERAL

VOLUME 1

PALAVRAS PRÉVIAS	15
ALGUNS ESCLARECIMENTOS	19
INTRODUÇÃO	21
História da História e História da História do Salazarismo e do Estado Novo	21
O sentido da «crise» dos inícios do século XXI e a História	24
A historiografia, a narrativa histórica, a ficção histórica e a ideologia historiográfica sobre o salazarismo	29
Salazar, a «memória forjada» e os «combates pela História»	41
As razões deste livro	47

PARTE I

ESTADOS NOVOS. CONCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO

CAP. I – O «ESTADO NOVO» E A SUA REPRESENTAÇÃO	53
«Estado Novo» – o problema da sua caracterização	53
«Originalidade» (ou «identidade») do «Estado Novo»	56
CAP. II – «ESTADO NOVO» - CONCEITO DE UMA «GERAÇÃO» OU DE «ALGUMAS GERAÇÕES»	67
«Estado Novo»: as palavras e as ideias	67
As «novas gerações» e a noção de «Estado Novo» ou de «Estados novos»	70
O movimento católico, o Integralismo Lusitano e a <i>Ordem Nova</i>	77
Movimentos filofascistas	87
O caso de Alfredo Pimenta. Do evolucionismo republicano ao «Integralismo»	90
O caso de António Ferro. Da adesão às «ditaduras» à ideologia da Propaganda	98
João Ameal, ideólogo do «Estado Novo»	105
Os militares e a «nova geração»	118
As bibliotecas e as «novas gerações»	122

CAP. III – SALAZAR, OS ESTADOS NOVOS E O ESTADO NOVO.....	129
Salazar e a encenação da sua doutrina do Estado Novo – as entrevistas	
a António Ferro.....	129
Salazar e o discurso do Poder.....	148
O passado político de Salazar: a aspiração a um «Estado novo»	160
CAP. IV – CONSTRUÇÃO ORGÂNICA DO ESTADO NOVO. PRINCÍPIOS, LEIS, INSTITUIÇÕES	
E FORMAS DE PROPAGANDA.....	171
O Estado Novo revisto pelo Estado Novo.....	171
O manifesto e a organização da União Nacional.....	173
Os documentos constitucionais.....	183
A legislação e as instituições limitativas dos direitos dos cidadãos	192
Instituições de «organização», de propaganda e de reprodução ideológica.....	198
O Estatuto Nacional do Trabalho e a <i>Carta del lavoro</i>	206
A lei de bases da «Educação Nacional» e a Mocidade Portuguesa.....	210
A Legião Portuguesa, «milícia do Estado Novo»	220
Formas de propaganda — cartilhas e decálogos	226
«Ser» ou/e «não ser» — eis a questão.....	247
CAP. V – ESTADO NOVO: UM TOTALITARISMO À PORTUGUESA?.....	249
Conceitos politológicos e sistemas políticos – dificuldades de utilização	
e de caracterização	249
O conceito de «totalitarismo»	252
O discurso «não totalitário» e «antitotalitário» de Salazar.....	254
O discurso «não totalitário» e «antitotalitário» de salazaristas	261
«Estado totalitário» e «totalitarismo» em discursos salazaristas.....	264
Estado Novo — «totalitarismo à portuguesa»?	282
CAP. VI - ESTADO NOVO E «FASCISMO».....	289
O Estado Novo e Salazar na ideologia, na narrativa e na memória	
– «fascismo» ou «não fascismo»?	289
O Estado Novo visto pelos cientistas sociais – «ser» e «não ser»	302
<i>No estrangeiro</i>	302
<i>Em Portugal – a tendência comum para o «não ser»</i>	313
... e a tendência, inicial e rara, para o «ser»	322
O conceito de «fascismo».....	329
Estado Novo ou «Estado social» – unidade e evolução	342
Estado Novo e «fascismo»	347
Um «fascismo à portuguesa»	364

PARTE II
O ESTADO NOVO E OS OUTROS

CAP. I – «REPÚBLICA CORPORATIVA» E SUAS CONTRADIÇÕES	373
Estado Novo — regime «republicano»	373
O regime corporativista português em construção	379
O «sistema corporativo» e as suas contradições	384
Do repensar do corporativismo à oposição ao Estado Novo.....	386
«Repúblicas»... ..	392
CAP. II – ESTADO REPRESSIVO	395
O discurso oficial da não violência ou da força necessária	395
Repressão e Estado Repressivo	399
Casos exemplares de repressão da PVDE / PIDE / DGS.....	404
Sílvio Lima, «um homem humilde, mas livre na sua investigação».....	407
Joaquim Ferreira Gomes, um defensor do <i>aggiornamento</i>	416
Repressão... ..	420
CAP. III – ESTADO NOVO, IGREJA E CATÓLICOS	423
Estado Novo: Estado Católico?	423
Da «separação» do Estado das Igrejas ao restabelecimento das relações.....	427
A reacção católica: Salazar e as teses do Centro Católico Português	431
«Estado Novo» – Estado «catolaico»?.....	436
A Concordata.....	440
O início das dissensões de católicos em relação ao Estado Novo	444
Os anos cinquenta e as ambiguidades no mundo católico universitário.....	448
O alargamento das pressões institucionais dos «católicos».....	459
Em nome do Estado e de Deus... ..	463
CAP. IV – NAÇÃO E IMPÉRIO	467
Nação e nacionalismo no Estado Novo.....	467
Proteccionismo e «associação e cooperação»	472
«Colónias», «Império Colonial» e regime de «indigenato»	475
«Portugal vasto Império» ou o «inquérito nacional» ao seu significado	478
Das «Colónias» às «Províncias Ultramarinas»	485
«Províncias Ultramarinas» e política(s) ultramarina(s) – do integracionismo à «autonomia»	488
O mito do multirracismo e do multiculturalismo.....	493

CAP. V – ESTADO NOVO, EUROPA E ATLÂNTICO.....	499
Da «Nova Europa» à representação europeia do «Ocidente»	499
O movimento de ideias perante o fascismo italiano e a Alemanha nazi.....	502
O <i>Boletim do Instituto Alemão</i> da Faculdade de Letras de Coimbra.....	522
Salazar, Salazarismo, Estado Novo e «Europa»	533
<i>Os «ventos da história», da democracia e do comunismo...</i>	537
<i>Portugal salazarista como «bastião do Ocidente»</i>	541
«Europeísmo» e «Anti-Europeísmo» de Salazar.....	546
Americanismo e anti-americanismo nas concepções salazaristas.....	552
Persistência de «vozes salazaristas» sobre a Europa	560
CAP. VI – O ESTADO NOVO, OS «REPUBLICANOS» E AS SUAS «VERDADES».....	565
As «verdades a favor» e as «verdades contra» do Estado Novo.....	565
As «certezas» de Salazar.....	570
A «verdade» dos republicanos e «a verdade sobre Salazar» de Afonso Costa	573
<i>A entrevista de Salazar a António Ferro e sua repercussão</i>	573
<i>A Verdade, jornal clandestino da oposição republicana</i>	574
<i>A resposta à entrevista de Ferro – A verdade sobre Salazar</i> <i>de Afonso Costa</i>	577
<i>A imagem de Afonso Costa, segundo José Jobim</i>	578
<i>As críticas à Ditadura por Afonso Costa</i>	580
<i>As imagens acerca de Portugal de Afonso Costa e o «programa republicano»</i>	584
<i>O prefácio de Danton Jobim: dúvidas sobre o futuro da luta</i> <i>de Afonso Costa e sobre a Ditadura</i>	592
A «Verdade» de Salazar e as «falsidades» de Afonso Costa.....	593
Joaquim de Carvalho, a «verdade» de António José de Almeida e a crítica implícita à «Verdade» de Salazar.....	597
<i>Salazar e A Verdade</i> , de Costa Brochado.....	604
<i>Esta é a verdade sobre Salazar</i> , de Henrique Cabrita.....	607
<i>A verdade sobre Afonso Costa</i> , de Alberto Guimarães.....	610
Duas «verdades», dois poderes e dois regimes.....	613
CAP. VII - MARCELISMO, «ESTADO SOCIAL» E MARCELLO CAETANO.....	615
O sentido do marcelismo	615
Interpretações e imagens do marcelismo e de Marcello Caetano.....	625
Para uma interpretação do marcelismo – o «passado político» de Marcello Caetano	633
«Renovação na continuidade» e «Estado Social» – duas imagens políticas marcelistas	635

Marcello Caetano: do Integralismo à «República Corporativa» de Salazar.....	644
O «Educador» e a concepção da Mocidade Portuguesa como «Escola de dirigentes»	657
A questão ultramarina	662
A recusa da democracia	670

VOLUME 2

PARTE III

ESTÉTICA E APARELHOS CULTURAIS DO «FIM DE SÉCULO» AO ESTADO NOVO

CAP. I – CAMINHOS DA CULTURA PORTUGUESA DO «FIM DE SÉCULO»	
RUMOS CONTRADITÓRIOS DAS «NOVAS GERAÇÕES».....	13
A ficção do «fim de século»	13
As «novas gerações»: «reconquista» e «renascimento», ou... «o ovo da serpente».....	18
Nacionalismo e regionalismo. História e sociologia	28
«Culturas novas», «novos Estados», «Estado Novo».....	33
CAP. II – O MODERNISMO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO ESTADO NOVO.....	35
O modernismo ou uma «cultura nova»: relações, contradições, ambiguidades.....	35
O modernismo / futurismo como forma de uma «cultura nova» num «Estado novo» e numa «Europa nova»	42
António Ferro: de intelectual modernista a «intelectual orgânico» do Estado Novo	54
CAP. III – «INTELECTUAIS», «INTELECTUAIS ORGÂNICOS» E «FUNCIONÁRIOS CULTURAIS»	
NO ESTADO NOVO.....	71
«Intelectuais», «intelectuais orgânicos» e «funcionários culturais»	71
«Intelectuais orgânicos» no Estado Novo	76
Dois casos de «intelectuais orgânicos»: António Ferro e João Ameal	78
Costa Brochado, um funcionário politicocultural.....	88
« <i>Passado, Presente e Futuro</i> » de Portugal. A ideologia política de Costa Brochado	91
O « <i>historiógrafo</i> »	103
A « <i>história</i> » ao serviço da « <i>razão de Deus</i> » e da « <i>razão de Estado</i> »	108
Os «intelectuais» e o Estado Novo – um estudo complexo	116

CAP. IV – LITERATURA E «CULTURA OFICIAL» NO ESTADO NOVO	119
A «Política do Espírito» e o problema de uma «cultura oficial»	119
A «literatura oficial» ou «integrada» e os prémios literários do SPN/SNI	126
Os prémios de poesia «Antero de Quental» e de romance «Eça de Queirós».....	128
Literatura nas «bibliotecas oficiais de divulgação».....	140
Anexo – A Literatura Portuguesa nas bibliotecas das Casas do Povo	147
CAP. V – «A RADIOFONIA AO SERVIÇO DO ESTADO». OS INÍCIOS DA EMISSORA NACIONAL.....	149
«A chave que abre o mundo» e a propaganda	149
A missão política da rádio: comemorações e palestras nacionalistas	153
Emissora Nacional (EN) ao serviço do Estado Novo (EN).....	159
A música, o vinho e a mulher.....	168
CAP. VI - CINEMA, ESTÉTICA E IDEOLOGIA.....	175
Cinema, arte e ideologia	175
A ideia do cinema em António Ferro no tempo do Estado Novo	176
Percurso do cinema português no Estado Novo – os «anos heróicos» e... depois	185
As estéticas e as ideologias no regime – prémios, subsídios e censura	192
Literatura, escritores e estéticas no cinema português	201
A visão do cinema português pela SEIT – a ambiguidade de uma apreciação	209
Um «cinema oficial» ou um «cinema integrado»?	214

PARTE IV

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DO «INTEGRALISMO» AO ESTADO NOVO

CAP. I – ALMEIDA GARRETT E O NACIONALISMO CULTURAL INTEGRALISTA E SALAZARISTA.....	219
Neogarrettismo, nacionalismo cultural e nacionalismo político.....	219
A «reabilitação» de Garrett	221
Garrett e o nacionalismo do Estado Novo	224
A Universidade de Coimbra e o Centenário de Garrett.....	232
CAP. II – ANTERO DE QUENTAL E OLIVEIRA MARTINS NAS LEITURAS INTEGRALISTA, CATÓLICA E SALAZARISTA	237
As leituras ideológicas da história – Antero de Quental e Oliveira Martins.....	237
Antero «mestre da Contra-Revolução» – as leituras tradicionalista, integralista e nacional-sindicalista.....	239

Como os integralistas viram Oliveira Martins	247
Os dois Anteros e o perverso «historiador» Oliveira Martins	
segundo Alfredo Pimenta	249
Antero e Oliveira Martins entre a «graça» e o «pecado» – a visão dos «católicos»	253
O socialismo de Antero e as «interpretações de regime»	259
Antero precursor da «Revolução Nacional» – a leitura do Estado Novo.....	261
Antero e Oliveira Martins «lidos» aos jovens e aos adultos – o ensino	
e a divulgação no Estado Novo	266
O Centenário de Antero – encontro de várias leituras	272
CAP. III – CASTELA E ESPANHA VISTAS NA ESCOLA SALAZARISTA	285
Relações entre Portugal e Espanha: estudos e olhares	285
A «escola salazarista»	288
Imagens de Espanha e de Castela: dos manuais escolares às Comemorações	
Centenárias de 1940 e... ao cinema.....	292
«A história contada às crianças» e os silêncios da história	299
O boletim <i>Escola Portuguesa</i> : do «perigo espanhol» à «amizade peninsular».....	301
Em resumo e... em testemunho pessoal	310
PARA CONCLUIR. ALGUMAS OBSERVAÇÕES E MUITAS INTERROGAÇÕES.....	313
História objectiva e História problema. O tempo e a construção da ciência	
e da «escola».....	313
As «gerações» e os «Estados novos»	316
A força da propaganda e os «intelectuais».....	318
O «fascismo» e o «totalitarismo» à portuguesa	319
Saudáveis interrogações... ..	322
EM VEZ DE UMA BIBLIOGRAFIA... UM LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO	323
História da historiografia sobre a «Época Contemporânea» em Portugal	323
Da historiografia sobre o Liberalismo e sobre a Primeira República.....	325
Historiografia e outras representações sobre o Estado Novo – luzes e sombras	332
<i>A precoce e continuada historiografia dos estrangeiros e dos portugueses</i>	
<i>no estrangeiro</i>	332
<i>As primeiras publicações em Portugal e os primeiros colóquios</i>	335
<i>As questões económicas e sociais</i>	339
<i>Relações internacionais e política externa</i>	343

<i>As questões e as estruturas militares, a «guerra colonial» e a visão do «outro»</i>	349
<i>Instituições e práticas judiciais e políticas</i>	356
<i>Cultura, mentalidades, ensino e propaganda</i>	360
<i>Situação e repressão</i>	375
<i>Convivências, rupturas e oposições. A Igreja e o Estado</i>	379
<i>Personalidades e movimentos em ruptura ou em oposição</i>	382
<i>O marcelismo e o fim do «Império»</i>	387
<i>Entrevistas e ensaios, biografias, autobiografias, memórias e correspondências</i>	388
<i>Salazar, «esse desconhecido», e as origens do salazarismo</i>	396
<i>Histórias de Portugal, histórias especializadas, enciclopédias, dicionários, cronologias, guias, revistas, colectâneas...</i>	404
Perspectivas futuras acerca dos estudos sobre o Estado Novo	410
POSFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	415
A primeira e a segunda edições. Agradecimentos... ..	415
Dos meus mestres à «essência do ensaio»	416
Para um «Ensaio sobre os erros...»	421
Anexo ao Anexo	425
SUMÁRIO GERAL (VOLUMES I E II)	437

(Página deixada propositadamente em branco)



HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

